

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

***O PENSAMENTO SOCIAL SOBRE O POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE.
ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE TETE.***

Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, na especialidade de
Política e Relações Internacionais em África

Orientador
Professor Doutor Franz-Wilhelm Heimer
Professor Catedrático Jubilado
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE – Lisboa)

Outubro de 2008

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

***O PENSAMENTO SOCIAL SOBRE O POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE.
ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE TETE.***

Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, na especialidade de
Política e Relações Internacionais em África

Orientador
Professor Doutor Franz-Wilhelm Heimer
Professor Catedrático Jubilado
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE – Lisboa)

Outubro de 2008

Palavras-chave: *estudos africanos; pensamento social; representações sociais; cultura política; estado; Moçambique; Tete; colonização portuguesa; processo de transição; Frelimo; Renamo; Samora Machel; Joaquim Chissano; Armando Guebuza; Afonso Dhlakama; socialismo; guerra; multipartidarismo; democracia; eleições.*

Resumo

A investigação aborda o pensamento social sobre o político. A componente teórica estrutura-se em torno do conceito de representações sociais (Moscovici), associado aos conceitos de cultura política (Almond & Verba) e de estado (Weber; Bayart), bem como a uma definição precisa de objecto de atitude (Chaiken & Eagly). A ancoragem da pesquisa na realidade empírica fez-se na cidade de Tete (Moçambique), sendo que a componente essencial do trabalho de campo (2004) assentou em 61 entrevistas semi-estruturadas que visaram captar, nos discursos do senso comum, juízos valorativos (tendencialmente positivos ou negativos) de objectos políticos associados ao estado.

O tratamento do material empírico permitiu analisar um conjunto de *themata* (Moscovici & Vignaux) dos discursos do senso comum através dos quais se revelam as representações sociais do macro-político em Moçambique. Esses *themata* remetem, respectivamente, para o período colonial (até 1974-1975); para o processo de transição para a independência (1974-1975); para a governação de Samora Machel (1975-1986); e para a governação de Joaquim Chissano (1986-2004).

A investigação insere-se numa perspectiva epistemológica de tendência construtivista que recusa considerar o político como essência dada, mas antes aborda-o enquanto fenómeno social em permanente reelaboração. Desse modo, a produção do político só pode ser captada, na sua verdadeira essência, olhando para e a partir das respectivas sociedades. O estudo visa explicar como é que o senso comum pensa a política ou, dito em linguagem coloquial, analisa o que está na cabeça das pessoas comuns sobre política em Moçambique.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Key words: *African studies; social thinking; social representations; political culture; state; Mozambique; Tete; Portuguese colonization; process of transition; Frelimo; Renamo; Samora Machel; Joaquim Chissano; Armando Guebuza; Afonso Dhlakama; socialism; war; multiparty system; democracy; elections.*

Resume

The research deals with the social thinking on politics. The theoretical approach is structured around the concept of social representations (Moscovici), linked to the concepts of political culture (Almond & Verba) and state (Weber; Bayart), as well as to a precise definition of the subject of attitude (Chaiken & Eagly). The empirical was carried out in the city of Tete (Mozambique). The main fieldwork (2004) implied 61 semi-structured interviews designed to identify, in common sense speech, value (positive or negative) judgements of political objects referred to the state.

The treatment of the empirical material allowed to distinguish, and analyze, a set of *themata* (Moscovici & Vignaux) which reveal social representations of the macro-political in Mozambique. These *themata* refer, respectively, to the colonial period (until 1974-1975) to the process of transition to independence (1974-1975) to the government of Samora Machel (1975-1986) and to the governance of Joaquim Chissano (1986-2004).

The research is epistemologically placed in a tendentially constructivist perspective that refuses to consider the political as a given, but considers the political as a social phenomenon in permanent re-elaboration. Thus, the production of the political can only be understood in its true characteristics, looking to and from the societies themselves. The study seeks to explain how the common sense “thinks” the political; in colloquial terms, it analyzes what is in the minds of ordinary people with regard to politics in Mozambique.

AGRADECIMENTOS

É vasta a lista de pessoas e instituições que, pelo seu apoio, permitiram a realização da investigação que agora se apresenta. Sendo certamente injusta a omissão de muitas, destaco algumas.

Na única situação em que não hesito nas precedências, deixo registado o agradecimento ao meu Orientador, Professor Doutor Franz-Wilhelm Heimer, pelo apoio académico completo. Apoio completo significa, em primeiro lugar, que o seu rigor e lucidez intelectuais se traduziram em orientações e críticas invariavelmente úteis e construtivas, do início ao fim da investigação; em segundo lugar, porque a sua postura pedagógica tem sido exemplar, nomeadamente ao ter incentivado e facultado sistematicamente a possibilidade de eu participar em iniciativas académicas, nomeadamente em diversas conferências, colóquios e debates sobretudo para apresentar partes da investigação que ia desenvolvendo; em terceiro lugar, sem essa conjugação o meu amadurecimento como investigador e a qualidade deste texto seriam seguramente mais pobres. Contacto com o Professor Doutor Franz-Wilhelm Heimer há mais de uma década e reconheço nele qualidades académicas raras, associadas à disponibilidade pessoal, sentido de justiça e de responsabilidade, bem como apoio em pequenas questões que muitos talvez considerem como meramente burocráticas ou comezinhas, mas que são decisivas para o sucesso do trabalho académico.

Agradeço também a todos os investigadores africanistas com quem fui discutindo ao longo destes anos questões relacionadas com as sociedades africanas, em especial aos que integraram o projecto de investigação do Centro de Estudos Africanos do ISCTE *Recomposição dos espaços políticos na África Lusófona*: António Correia e Silva; Arlindo Carvalho; Carlos Cardoso; Elisete Marques da Silva; Elísio Macamo; Nelson Pestana; e o coordenador do projecto, Franz-Wilhelm Heimer. Este trabalho é tributário dos muitos debates que fomos mantendo entre 2001 e 2005.

Em Moçambique, não posso esquecer o apoio dos meus familiares e amigos. Sem eles talvez não realizasse com prazer, segurança e à vontade um trabalho de campo que

Agradecimentos

remonta a 1997. Nos agradecimentos individuais serei, sem dúvida, injusto. Mas não posso deixar de destacar o meu tio materno, Ismael Mithá, e a minha prima materna em primeiro grau, Fázia Isac (Guida).

Em Moçambique ainda devo agradecer, por um lado, aos que me ajudaram no trabalho de campo, em especial ao meu guia/colaborador na cidade de Tete, Domingos Arroz, e a todas as pessoas com quem conversei ao longo destes anos sobre os problemas que afectam a sociedade (ou as sociedades) do meu país natal.

Por último, palavras de reconhecimento ao apoio de quatro instituições.

Embora seja um sócio relativamente ausente, tenho tido no Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) um acolhimento afável e competente desde que o comecei a frequentar em 1996. Rapidamente percebi que o CEA-ISCTE (Lisboa) é uma instituição de referência a nível internacional e que, felizmente, conseguiu abrir, manter e aprofundar contactos profícuos no plano académico com centros de investigação e investigadores dos países africanos.

Como docente de história do ensino básico e secundário em Portugal desde 1991, estou parcialmente grato ao Ministério da Educação por me ter concedido o estatuto de equiparação a bolseiro nos anos lectivos de 2002-2003, 2003-2004 e 2004-2005, mas que poderia ter sido prorrogado por mais dois anos, conforme legalmente previsto. Na fase mais sobrecarregada da conclusão da investigação, em 2005, a alteração governativa entretanto ocorrida teve como consequências, para o ano lectivo de 2005-2006, o indeferimento do pedido de renovação da equiparação a bolseiro e, para o ano lectivo de 2006-2007, um novo indeferimento da solicitação de um ano de licença sabática, decisão sem fundamentos convincentes que a justificassem. Assim, além da sobrecarga da actividade lectiva a tempo inteiro, tornou-se impossível prosseguir o trabalho de campo em Tete nos moldes em que estava inicialmente planificado. Tendo em consideração o lugar-comum do papel estratégico de África para Portugal, a atitude do Ministério da Educação de Portugal desde 2005 em relação a esta investigação caracteriza a negação desse desiderato. As atitudes responsabilizam quem as toma.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Uma palavra de agradecimento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que, por diversas vezes, financiou iniciativas importantes para o meu percurso de investigador nos últimos anos.

Em último lugar, mas não menos importante, agradeço à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) o apoio financeiro que permitiu suportar parte dos custos com as viagens a Moçambique em 2004.

Aos aqui referidos e a todas as pessoas e instituições que estão omissos e que me apoiaram nesta investigação, os meus sinceros agradecimentos.

Gabriel Mithá Ribeiro

Lisboa, Outubro de 2008

Agradecimentos

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
I PARTE - TEORIA E METODOLOGIA.....	5
1. Um ponto de partida.....	7
2. A dimensão subjectiva da política.....	15
3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise.....	19
3.1. O conceito de representações sociais: <i>themata</i> , comunicação, tempo e senso comum.....	20
3.2. Representações sociais, cultura política e atitudes.....	32
3.3. A cultura política.....	37
3.4. As atitudes.....	43
3.5. O estado.....	46
4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique.....	57
4.1. Uma perspectiva sobre África.....	57
4.2. Estudos sobre Moçambique: hipótese de sistematização.....	67
5. Tete: província e cidade (Moçambique).....	73
5.1. A região de Tete.....	73
5.2. A cidade de Tete.....	86
6. O trabalho de campo.....	99
6.1. A escolha dos entrevistados em 2004.....	101
6.2. A categoria social em estudo.....	103
6.3. O registo e tratamento de dados.....	107
ENTRE TEORIA E EMPIRIA.....	111
7. Notas historiográficas: uma introdução.....	113
8. O estado em Moçambique na longa duração.....	115
8.1. A constituição do estado no século XIX.....	116
8.2. A política colonial do Estado Novo.....	122
8.3. O epílogo colonial e a luta pela independência.....	126
8.4. A primeira república pós-colonial (1975-1992/4).....	134
8.5. A segunda república pós-colonial (desde inícios dos anos 90).....	143
9. Nota de abertura da análise empírica (II a V partes).....	151

Índice

II PARTE - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ÉPOCA COLONIAL	153
10. Notas preliminares: atributos salientes da colonização	155
11. Apropriação da herança civilizacional europeia.....	157
11.1. <i>O mal necessário</i>	165
11.2. <i>Eles civilizaram-nos</i>	170
11.3. Vida material e reelaborações da colonização	173
12. Estado <i>versus</i> igrejas	179
13. <i>Nós e os outros</i> : o papel simbólico das fronteiras.....	183
14. «Colonialistas» portugueses e ingleses: a saliência do racismo.....	195
15. As características da sociedade	205
16. «Colonialismo» sem herdeiros políticos	213
III PARTE - REVOLUÇÃO E PENSAMENTO SOCIAL (1974-1975).....	217
17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975).....	219
18. Aplicação empírica de uma teoria.....	229
19. Ancoragem e objectivação do novo	235
19.1. Ancoragem da nova representação social	235
19.2. Objectivação: a Frelimo tornada essência	248
20. A nova elite de um povo e de um estado velhos	265
IV PARTE - O QUE PERMANECEU.....	275
21. Um estado conservador	277
22. Estado e mundo rural: relação com forte significado	283
23. Representações sociais da ordem pública	291
24. Estado, indivíduo e propriedade.....	295
25. Moçambique: um caso de continuidade histórica	299
V PARTE - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PERÍODO PÓS-COLONIAL.....	307
26. O período pós-colonial: nota de abertura	309
27. Sintoma da guerra	311
28. Estado: a representação social de uma palavra	325
28.1. Relação de alteridade entre o poder e o povo.....	325
28.2. Onde começa e onde acaba o estado?	329
28.3. Separar o Partido do estado sem discriminar o público do privado	333
29. Atributos do líder ou atributos do estado?.....	343
29.1. Machel, Chissano, Guebuza e Dhlakama.....	353
30. Representações sociais da participação eleitoral.....	381
30.1. A bondade das eleições	383
30.2. Participação eleitoral: contradições e especificidades	384
30.3. Democracia: uma palavra com valor	396
CONCLUSÕES	403
BIBLIOGRAFIA	433
ANEXOS	457
Anexo da I parte - Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004).	459
Anexo da II parte - Excertos de discursos sobre a época colonial	485
Anexo da III parte - Excertos de discursos sobre a transição para o pós-colonial	503
Anexo da IV parte - Excertos de discursos sobre continuidades entre o colonial e o pós-colonial ..	509
Anexo da V parte - Excertos de discursos sobre o período pós-colonial.....	517
<i>Curriculum vitae</i> do candidato	553

INTRODUÇÃO

O estudo que se apresenta surge na sequência de outro que decorreu entre 1997 e 2000¹. Então ficou a ideia de se ter enveredado por um domínio da investigação académica praticamente inexplorado na perspectiva a que nos propusemos: analisar a dimensão política do pensamento social em Moçambique partindo, essencialmente, de dois conceitos: o de cultura política e o de representações sociais. De 2001 em diante demos continuidade a essa primeira investigação que, vista aos olhos de hoje, não foi mais do que uma fase preparatória de um percurso agora um pouco mais consolidado.

Da primeira para a segunda pesquisa corrigimos enfoques estruturais no sentido de assumir de modo explícito e coerente uma posição epistemológica de tendência construtivista. No plano teórico a consequência essencial foi a inversão dos termos: a primazia passou do conceito de cultura política de Gabriel Almond e Sidney Verba² para o conceito de representações sociais de Serge Moscovici³. Essa foi uma inversão decisiva, não só pela rigidez normativa da proposta de Gabriel Almond e Sidney Verba, como também porque um investimento persistente no conceito proposto por Serge Moscovici revelou-se profícuo. Por outro lado, ainda no plano teórico, outros dois instrumentos analíticos foram introduzidos: o de objecto de atitude a partir da definição proposta por Shelly Chaiken e Alice Eagly⁴ e o modelo tripartido através do qual Albert Hirschman enquadra a acção social (*exit, voice & loyalty*)⁵. Ao nível da operacionalização da abordagem, reforçou-se o conceito de estado⁶ por se tratar do referente central na delimitação do que se entende por político na investigação. Caminhámos, desse modo, para a consolidação de um modelo de análise que marca diferenças qualitativas em relação à pesquisa anterior para o mestrado⁷.

No plano metodológico, mantivemos o trabalho de campo assente em entrevistas semi-directivas que permitiam captar, nos discursos do senso comum, temas associados à acção do estado em Moçambique desde o período colonial à actualidade. Também houve, a esse

¹ Ribeiro 2000.

² Almond & Verba 1989 [1963], pp.1-44.

³ Moscovici 2000 [1984]; Moscovici & Vignaux 2000 [1994].

⁴ Chaiken & Eagly 1993.

⁵ Hirschman 1970.

⁶ Bayart 1989; Idem 1996; Weber 1978 [1922].

⁷ Ribeiro 2000.

Introdução

nível e após uma nova fase exploratória em 2003, uma mudança de enfoque em 2004. Até então as recolhas empíricas haviam decorrido em diferentes espaços do país (nas províncias de Maputo, Tete e Nampula, em espaços rurais e urbanos, com uma ida pontual à cidade de Lichinga na província do Niassa). Em 2004, para uma mais eficaz ancoragem da pesquisa na realidade empírica, optámos pela focalização num espaço específico: a cidade de Tete. Essa constituiu a etapa mais importante das recolhas empíricas. Realizámos ainda um trabalho de campo complementar na cidade e em vários distritos da província de Tete em 2008 que permitiu validar, corrigir e complementar os dados anteriormente recolhidos.

As vantagens metodológicas que justificaram a focalização na cidade de Tete têm a ver não só com o facto de termos trabalhado continuamente nesse espaço desde 1997, como também porque as suas características (uma cidade pequena do centro-interior/noroeste do país onde o estado tem mantido uma presença forte desde a época colonial) permitiam delimitar com o rigor necessário um universo de análise. Os objectivos eram, por um lado, captar a maior diversidade possível do pensamento de determinado tecido social (a cidade de Tete) e, por outro lado, analisar as características das representações sociais sobre o político que era possível detectar nessa diversidade.

Assim sendo, o presente estudo de caso encontra as suas especificidades não só na perspectiva analítica elaborada, nem apenas por se focalizar numa determinada realidade empírica, mas também porque articula a diversidade social de um espaço específico no contexto nacional (a cidade de Tete) com um referente do pensamento social que remete precisamente para a formação territorial nacional (o estado em Moçambique). Ou seja, estará em análise a dimensão política do pensamento social referenciado ao estado em Moçambique, a partir de um trabalho de campo levado a cabo, na sua essência, na cidade de Tete.

Nesta como na anterior investigação existe a consciência de não se ter produzido nada de definitivo. Na verdade, trabalhar a dimensão subjectiva do social, em particular a dimensão política do pensamento social, faz perceber, ao mesmo tempo, por um lado, a fragilidade e falibilidade dos instrumentos de análise disponíveis e, por outro lado, que a sociedade na qual têm incidido as pesquisas está longe de corresponder a um tecido social sedimentado.

As dinâmicas de recomposição social e política do último meio século em Moçambique arriscam a que se desactualizem com relativa rapidez as análises que tomam o político por adquirido. Propomos, por isso, apresentar como que uma fotografia de uma realidade dinâmica captada num momento preciso. E as fotografias não cristalizam as realidades sociais. As últimas são intrinsecamente dinâmicas e radicalmente autónomas.

Se esse conjunto de pressupostos implica estar-se perante uma investigação que só pode ter a ambição de ser exploratória, essa é também uma garantia da existência de um terreno social apelativo para a continuidade de pesquisas desta natureza. Não menos relevante, o trabalho tenta ainda contribuir para que se reforcem os debates teóricos no âmbito dos estudos africanos. Não basta afirmar que os instrumentos de análise existentes são inadequados para as sociedades africanas porque as últimas são específicas. É necessário testá-los em estudos de caso para avaliar as suas potencialidades e limitações. Nesse sentido, apesar da sua matriz ocidental, esta pesquisa tem também como propósito chamar a atenção para a pertinência do conceito de representações sociais no estudo das sociedades africanas. Até por se tratar de um conceito derivado de uma teoria suficientemente consistente que pode contribuir para a consolidação de um campo de pesquisas no âmbito dos estudos africanos.

Quanto à sistematização e análise dos dados empíricos, o que se propõe é um percurso (nem sempre de leitura fácil) por diversos temas identificados no material empírico, temas esses que constituem núcleos a partir dos quais se elaboram e renovam, na actualidade, conjuntos de representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique ao longo do tempo. É uma tentativa de elaborar um mapeamento do que existe na cabeça das pessoas comuns sobre política. Nesses processos, se, por um lado, a história, as ideologias ou determinados acontecimentos constituem a matéria-prima para que os actores sociais elaborem as suas representações do político; por outro lado, a investigação encontra nos discursos do senso comum (aqueles discursos que circulam no espaço público e que resultam das interacções quotidianas) a fonte primordial que permite captar de modo contextualizado o objecto de estudo.

O texto começa pela explicitação da perspectiva teórica e metodológica da investigação (I parte). Segue-se o enquadramento no tempo e no espaço da região e da cidade em estudo

Introdução

(Entre a Teoria e a Empíria). Daí em diante o estudo centra-se na abordagem da realidade empírica, cujo material recolhido é organizado com base numa sequência cronológica iniciada com a análise das representações sociais do estado na época colonial (até 1974/1975) (II parte); seguida da análise das representações sociais do processo de transição para a independência (1974-1975) (III parte); depois analisam-se as representações sociais que permitem sustentar a tese da continuidade entre o colonial e o pós-colonial monopartidário ao nível do tipo de relacionamento entre as sociedades e o poder que as tutela (IV parte); o estudo do material empírico termina com a análise das representações sociais que se reportam à acção do estado no período pós-colonial socialista (1975-inícios dos anos noventa) e multipartidário (a actualidade iniciada nos anos noventa) (V parte). Seguem-se as conclusões, a bibliografia e os anexos.

I PARTE

TEORIA E METODOLOGIA

«(...) there was a convergence between the Marxists and non-Marxists points of view: common knowledge is infectious, deficient and wrong. So, after the war, I reacted in a way against this point of view and tried to rehabilitate common knowledge which is grounded in our ordinary experience, everyday language and daily practices. But deep down I reacted against the underlying idea which had preoccupied me at a given moment, that is, the idea that "le peuple ne pense pas", people are not capable of thinking rationally, only intellectuals are. I was grew up at a time when fascism reigned, so one could say that, on the contrary, it is intellectuals who are not capable of thinking rationally, since in the middle of the twentieth century they have produced such irrational theories as racism and nazism. (...) the problem for me became the following one: how is scientific knowledge transformed into common or spontaneous knowledge? (...) I saw the transforming of scientific knowledge into common knowledge as a possible and exciting area of study» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 228).

1. Um ponto de partida

1. Um ponto de partida

«As obras têm igualmente uma dinâmica própria e imprevisível, o que significa, que por mais elaboradas que sejam as teorias de partida, elas acabam por adquirir uma espécie de vida própria, de onde resulta um todo final que é mais um produto das circunstâncias e condicionantes que da teoria» (António José Telo 2007, p.14).

O estudo do político tem sido dos mais apelativos no âmbito da análise social, sendo que a perspectiva adoptada pela investigação é a de considerar que quem analisa o político tem de fazê-lo olhando para e a partir das respectivas sociedades. Desse pressuposto decorre o resto. Tais interesses analíticos tendem a reforçar-se nos períodos ou fases de alteração de regimes políticos como tem acontecido na generalidade da África Subsaariana desde finais dos anos cinquenta do século XX, particularmente a partir das primeiras transições para as independências. Os processos de recomposição social e política em África têm-se mantido, desde essa altura, particularmente intensos. Constituem desafios permanentes para os analistas de fenómenos sociais que tentam captar o sentido desses processos. Na maior parte dos casos trata-se de tecidos sociais em transformação acelerada e, portanto, pouco sedimentados, o que rapidamente tende a desactualizar as análises e os instrumentos em que se sustentam, tornando-as extraordinariamente frágeis. Acrescente-se que o território da maior parte dos países hoje independentes abrange constelações complexas e heterogéneas, o que dificulta adicionalmente as análises orientadas para o nível nacional.

Se podem, por isso, ser legítimas, de algum modo, as percepções de permanente instabilidade de parte significativa das sociedades africanas, essa perspectiva torna-se problemática quando, a essas percepções, não se contrapõem outras que busquem lógicas de continuidade, mesmo e sobretudo na transição do colonial para o pós-colonial. Ir ao encontro de perspectivas que apontem para uma constante interacção entre as permanências e as mudanças, constitui um dos desafios da investigação. Cremos não andar longe da verdade se considerarmos que aí reside um dos maiores interesses de investigações que versem sobre o social. Por seu lado, o terreno empírico para tais pesquisas em sociedades da África Subsaariana pode resumir-se a: vastidão, riqueza e complexidade.

1. Um ponto de partida

Obedecendo as análises do político, nos mais diversos contextos, a um elevado potencial de sedução, até pela sua complexidade e subjectividade, em África quando a abordagem do político se referencia ao estado, remetendo desse modo para as formações territoriais nacionais, às características que os processos sociais de natureza política envolvem, é importante acrescentar outras. Nomeadamente aquelas que apontam para o cruzamento entre o endógeno e o exógeno; entre a herança colonial e as tradições autóctones; entre situações onde o rural parece absorver o urbano; outras onde o urbano parece ganhar ascendência sobre o rural; entre fluxos migratórios permanentes, sazonais, conjunturais, tanto internos quanto externos; entre contextos onde se sobrepõem e complementam mundos diferentes (um cosmopolita, outro regional e outro virado para o isolamento nos espaços ancestrais), com actores sociais capazes de interagir nos diversos contextos; entre dimensões da vida social – como a religião, a política, os laços de parentesco ou vida económica – separadas por referentes demasiado ténues. Esta listagem aleatória seria interminável.

Porém, o que se pretende sublinhar é que a diversidade no interior das formações sociais africanas – conceito que remete para a noção de indivíduos ligados entre si por uma rede de inter-relações concretas historicamente constituídas, independentemente do seu grau de complexidade⁸ – obriga a precauções analíticas que evitem abordar esse universo (ou esse conjunto de universos) de forma indiscriminada, difusa ou por simples mimetismos a partir de outros tipos de sociedade.

Opções teóricas e metodológicas conscientes, por um lado; e a ancoragem das pesquisas num contexto social específico (determinável a partir de critérios como os que remetem para referentes geográficos, pertenças étnicas, religiosas ou políticas, por exemplo), por outro lado – constituem duas linhas fundamentais na estruturação da investigação que permitem enquadrá-la com relativa precisão. Uma preocupação de raiz é a procura da eficácia analítica pela construção de uma lógica interpretativa coerente ao longo do texto. Intenção tanto mais relevante quanto a focagem da análise incide sobre um domínio do social que, por muito que se tente delimitar, não deixa de ser incomensurável, subjectivo, complexo, contraditório: a dimensão política do pensamento social.

⁸ Cf. Gresle 1999, p.235.

Na I parte do texto far-se-ão, no início, algumas considerações teóricas. Depois uma abordagem exploratória de algumas investigações em domínios próximos do estudo do pensamento social sobre o político. Ficará para o ponto seguinte a apresentação da realidade empírica em estudo (a cidade e a região de Tete – Moçambique). Por último, uma reflexão de cariz metodológico sobre o trabalho de campo.

As clarificações teóricas e metodológicas constituem uma componente essencial. Todavia, deve ser sublinhado que o texto não tem a ambição de se centrar nesse tipo de problemáticas. Pretende-se apenas recorrer de modo pragmático a um conjunto de conceitos disponível no mercado das ideias, conferir articulação a esse conjunto em função dos objectivos da investigação e explicitar os suportes metodológicos do trabalho. É, por isso, importante que o leitor distinga, no texto, o que é meramente instrumental (a componente teórica e metodológica) do que é essencial (o estudo de uma realidade empírica específica). Se um não pode existir sem o outro, e tendo em conta que a dinâmica entre eles implica um condicionamento mútuo (tanto pode ser a teoria a condicionar as percepções da realidade social como o inverso), opta-se conscientemente por privilegiar a realidade social, o que confere à investigação o carácter de estudo de caso eminentemente empírico.

Sublinhe-se, nesse sentido, que o trabalho procurou distanciar-se do que se pode estar a tornar um lugar-comum entre os africanistas, concretamente a ideia de que os quadros teóricos e conceitos considerados de matriz ocidental não serem aplicáveis às sociedades africanas. Se tal pressuposto contém uma verdade parcial evidenciada pelas dificuldades agregadas à transposição acrítica de modelos e conceitos de umas sociedades para outras, torna-se problemático se tais preocupações, ainda que legítimas, tenderem a induzir os investigadores a não se preocupar com debates e aprofundamentos teóricos continuados nos estudos africanos, como em qualquer área do saber. Essa é uma via essencial para que as abordagens ganhem sustentabilidade.

Chamando desde já a atenção para o papel central que um conceito de matriz ocidental – o conceito de representações sociais – desempenhará neste estudo sobre uma sociedade africana, é útil parafrasear o autor e principal teórico do conceito, Serge Moscovici: «*To*

1. Um ponto de partida

*clarify my view, I should perhaps simply state my preference for “any” theory to absence of theory»*⁹. Frase significativa também por ter sido escrita em 1972 quando Serge Moscovici buscava ainda um rumo que considerava inexistente na psicologia social e antes de, em 1984, publicar o texto em que elaborava de forma consequente o conceito de representações sociais. Exemplo de como o enfoque nas questões teóricas levou a que se constituísse uma área de pesquisa relativamente sólida como é hoje a das representações sociais. A situação permite ilustrar a importância da agenda africanista ser pautada por ambições de natureza equivalente.

Embora existam, nos estudos africanos, contributos nesse sentido de diferentes áreas (antropologia, história, sociologia, economia, ciência política), a verdade é que se continua longe de um esforço de coesão analítica que permita autonomizar a análise teórica (e conceptual) das abordagens empíricas propriamente ditas. Nesse âmbito, o estudo do político em África constitui um dos domínios em que se revelam, de modo particular, algumas fragilidades. A questão manifesta-se com especial acuidade quando se pretende estudar a dimensão subjectiva do político, a que tem a ver com o pensamento social.

Uma tentativa de equacionar de modo consequente essas questões, quer reconhecendo os problemas teóricos e metodológicos dos estudos africanos, quer tentando avançar com um espaço relativamente sólido de reflexão e de lançamento de bases para se ultrapassar, na medida do possível, o *statu quo*, foi o projecto *Recomposição dos espaços políticos na África Lusófona*. Envolveu investigadores que trabalham sobre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde¹⁰.

Da dinâmica imprimida entre 2000 e 2005, com enquadramento institucional do Centro de Estudos Africanos (CEA) do ISCTE¹¹ em Lisboa, é possível fazer um balanço positivo. Os

⁹ Moscovici 2000 [1972], p. 103.

¹⁰ Projecto de investigação foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Decorreu no Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE – Lisboa) entre 2000 e 2005. Eram membros e investigadores Franz-Wilhelm Heimer (coord. Alemanha/Portugal), Nelson Pestana (Angola), Elísio Macamo (Moçambique), Carlos Cardoso (Guiné-Bissau), António Correia e Silva (Cabo Verde), Arlindo Carvalho (S. Tomé e Príncipe), Elisete Marques da Silva (Portugal/Angola) e Gabriel Mithá Ribeiro (Portugal/Moçambique).

¹¹ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

debates internos que envolveram os oito elementos do projecto referido foram bastante profícuos, consistentes, persistentes no tempo e lançaram linhas de continuidade¹².

Esta investigação tenta rentabilizar alguns dos ganhos conseguidos ou consolidados no âmbito desse projecto. Conferir articulação a um conjunto que envolvia diversos investigadores, com formações de base diferentes na área das ciências sociais, interessados em analisar sociedades africanas distintas e com perspectivas diversificadas para a abordagem do político – acabou por ser um mecanismo de pressão que conferiu papel central à teoria e à metodologia, pois isso possibilitava aproximações progressivas em torno de referentes comuns e consensuais, indispensáveis à aferição da produção intelectual de cariz académico. Tomou-se consciência da importância desse tipo de preocupações nos estudos das sociedades africanas.

Ficou claro à equipa do projecto que partir para abordagens analíticas assentes em estudos de caso sem uma preocupação problematizante a anteceder-lhe, comportava, pelo menos, dois riscos muito presentes nos estudos africanos: por um lado, o da atomização ou fragmentação das abordagens (cada caso é um caso, num continente marcado pela diversidade não só entre os países, mas também no seu interior); por outro lado, o do mimetismo através da transposição de linhas de análise testadas noutros contextos (as abordagens por analogia).

«A nossa opção metodológica (...) limita de forma drástica as opções teóricas. Noutros termos, (...) não dá o político por adquirido. Antes pelo contrário, parte de dois pressupostos: o primeiro consiste na ideia de que a realidade social se constitui através da acção dos indivíduos. Nesse sentido, o político é apenas passível de observação a partir da acção que o constitui. O segundo vê no político um processo sempre em constituição, não podendo, por isto, ser uma essência perene¹³. (...) No primeiro caso, isto é, na história por analogia, o interesse analítico está virado para a descrição de aspectos sociológicos que tornam as unidades sociais africanas diferentes das ocidentais. Com base nessas diferenças nega-se a estas sociedades a possibilidade de uma democratização segundo o padrão ocidental. As formas políticas africanas ganham no contexto desta história por analogia o carácter de uma anomalia. (...) No segundo caso, a saber o político como artefacto de estrangimentos estruturais, a análise parte de unidades conceptuais previamente definidas, que impõem formas de conduta e limitam a compreensão das opções dos actores sociais. A sociedade, o Estado e a economia surgem neste contexto como quadros de acção independentes da vontade, anseios e intenções dos actores sociais. Estes não exercem

¹² Cf. Cardoso *et alii* 2002.

¹³ Serge Moscovici aponta no mesmo sentido: «I have tried to show that there is a functionalist model underlying the theories of knowledge and influence in social psychology, and I thought that it should be replaced by the genetic model; that is to say, by a model which considers society as a more or less structured network and which views relationships as in the making, not as already made. In this model, social influence is viewed as a reciprocal action or negotiation, not as a form of pressure exerted by the group or the individual to re-establish the equilibrium» (Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p.272).

1. Um ponto de partida

nenhuma influência sobre estes quadros de acção, mas submetem-se à sua vontade. (...) As abordagens dominantes em África não vão para além de uma descrição. Qualquer explicação que tentam fazer tem a tendência de ser circular ou pouco relevante. Ora, a análise sociológica não se define apenas pela sua capacidade de fazer constatações, mas sim, e sobretudo, pelo seu potencial explicativo. Com efeito, a análise sociológica procura explicar porque é que o fenómeno social se apresenta como ele se apresenta. Essa explicação é normalmente diacrónica.»¹⁴

Sublinhe-se ainda que se está perante um esforço de convergência inicial que se traduzirá em compromissos constatáveis nos percursos de cada investigador, uma espécie de agenda prévia para ser respeitada, reinterpretada, renovada de modo consciente. Não é só a agenda em si que está em causa, mas o próprio debate sobre os seus significados e alcances. Recusar a perspectiva do social enquanto produto acabado, dado que a percepção do social oscila entre algo estático ou, em sentido contrário, transformando-se com base num percurso teleológico de um determinado estágio a outro (por exemplo, no plano político, do tradicional para o autoritário e deste para o democrático); recusar a análise definitiva; ou evitar a generalização abusiva. Em contrapartida, perceber as lógicas de regulação social partindo da perspectiva dos actores sociais envolvidos, nas suas especificidades e contradições, sem a mera preocupação de confirmar pré-conceitos ou pré-definições que procuram nas sociedades africanas aquilo em que elas obedecem, manifestam insuficiências ou falham em relação a modelos de matriz ocidental; manter as análises ao nível do possível, do que pode ser empiricamente constatável, e não ao nível do que hipoteticamente seria desejável¹⁵. Portanto, busca-se um conjunto de procedimentos que permitam ultrapassar análises efémeras, com a consciência de que a renovação permanente das sociedades africanas na negociação da sua modernidade¹⁶ implica uma renovação também contínua dos estudos sobre essas mesmas realidades.

O presente estudo de caso tomou como ponto de partida as linhas gerais do projecto *Recomposição dos espaços políticos na África Lusófona* e assume ser essa uma decisiva base de trabalho. Direcioneu-as para a especificidade desta investigação: a dimensão subjectiva do social, isto é, a dimensão política do pensamento social. Quando não se dá o político por adquirido; quando se considera que a realidade social é, antes de mais, uma realidade dinâmica que se constitui pela acção social dos indivíduos, a partir da qual se produz e permanentemente se reelabora o político; assim sendo, a vastidão e complexidade

¹⁴ Cardoso *et alii* 2002, pp.11, 15 e 17.

¹⁵ Essas preocupações estiveram muito presentes nas intervenções do coordenador, Franz-Wilhelm Heimer.

¹⁶ Cf. Macamo 2005.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

do que está em causa obriga a outras clarificações com vista a uma focagem progressiva no objecto de estudo, de modo a conferir eficácia analítica à investigação.

É disso que tratam os pontos seguintes.

1. Um ponto de partida

2. A dimensão subjectiva da política

«Dizer que não há verdade absoluta, que todo o conhecimento, científico ou não, adopta um ponto de vista particular, é uma coisa. Deduzir daí que, por esta razão, todos os conhecimentos se equivalem é uma outra coisa» (Luc van Campenhoudt 2003 [2001], p. 38).

A primeira das clarificações consiste em distinguir analiticamente duas dimensões. Por um lado, a dimensão comportamental do político que corresponde às práticas dos actores sociais. Albert Hirschman propõe um olhar específico sobre elas, considerando que a sua captação enquanto objectos de análise acontece em organismos ou instituições formais e/ou informais que agregam os indivíduos e nas quais eles participam sempre (por acção ou por omissão, de acordo com um modelo tripartido: *exit, voice & loyalty*): estado, partidos políticos, empresas, organizações religiosas, associações cívicas, famílias, etc.¹⁷. Por outro lado, a dimensão subjectiva do político que tem a ver com o pensamento social (também designado, de acordo com a perspectiva de Serge Moscovici, por pensamento de senso comum), isto é, como é que os actores sociais inseridos em contextos específicos pensam a política (ou, em sentido mais amplo, como constroem socialmente a realidade¹⁸). Dito de modo coloquial, no último caso procura-se saber o que está na cabeça das pessoas comuns sobre política. É precisamente esta segunda dimensão que nos interessa de modo específico.

É evidente que não é possível estabelecer barreiras estanques entre o pensamento social e as práticas sociais. Desse modo e desde logo, pretendemos evidenciar a consciência da existência dessas duas dimensões. Não sendo possível pôr de lado as práticas sociais, elas aparecerão, na nossa investigação, tanto quanto possível, num plano secundário em relação ao pensamento social.

Serge Moscovici, num texto relativamente recente (Moscovici 1998), tendo em conta a longa maturação das suas reflexões que se estenderam por quatro décadas, e embora não

¹⁷ Hirschman 1970.

¹⁸ Cf. Berger & Luckmann 1999 [1966]; Moscovici 2000 [1984], pp. 64-65.

2. A dimensão subjectiva da política

versando de modo específico o político, propõe uma perspectiva interessante sobre o que está em causa quando se aborda o pensamento social:

«First, individuals are not monophasic, capable of only one privileged manner of thinking, with other ways being accessory, pernicious, even useless survivals of early ones. Second, in our psychological theory, we suppose, as did August Comte, that eventually one single form of thought, that is, science, will prevail and the rest will die out. Such is the law of progress and of rationalization. Now there is no reason why, in the future, only one form of “true” thinking should predominate, “logos” being definitely substituted for “mythos”, since, in every known culture, several forms of thinking coexist. In short, cognitive polyphasia, the diversity of forms of thought, is the rule, not the exception. (...) The hypothesis of cognitive polyphasia assumes that our tendency to employ diverse and even opposite ways of thinking – such as scientific and religious, metaphorical and logical, and so on – is a normal state of affairs in ordinary life and communication. Consequently, the logical or cognitive unity of our mental life, which is taken for granted by most psychologists, is a desideratum, not a fact»¹⁹.

É, portanto, a complexidade do pensamento e do conhecimento de senso comum que estão em causa. Por isso, isolar, na medida do possível, a dimensão subjectiva do social (ou o pensamento social) e, dentro dela, a dimensão política, constituem opções preliminares importantes, algo que tentaremos clarificar ao longo da I parte do texto.

Uma segunda clarificação que se pretende estabelecer de início, dado estarem em causa objectos políticos, é a que separa, ao nível do pensamento social, as representações sociais das ideologias (em especial das ideologias dominantes)²⁰. As primeiras têm a ver com os universos consensuais ou com a afiliação e implicam um papel activo dos actores sociais; as últimas têm a ver com os universos reificados ou com a alienação e implicam a imposição de visões parcelares de determinados segmentos sociais ou instituições sobre os restantes²¹. Portanto, as ideologias serão importantes apenas e na medida em que fornecem matéria-prima para as representações sociais²². São as últimas que verdadeiramente interessam à pesquisa.

¹⁹ Moscovici 2000 [1984], pp. 242 e 245.

²⁰ Cf. Heywood 2003 [1992/1998]; Flick 1998; Bar-Tal 2000.

²¹ Cf. Moscovici & Marková 2000 [1998], pp. 237 e segs.

²² «The denial that society ‘thinks’ can assume (...) that groups and individuals are always and completely under the sway of a dominant ideology which is produced and imposed by their social class, the State, the Church or the school, and that what they think and say only reflects such an ideology. In other words, it is maintained that they don’t as a rule think, or produce anything original, on their own: they reproduce and, in turn, are reproduced. (...) So what we are suggesting is that individuals and groups, far from being passive receptors, think for themselves, produce and ceaselessly communicate their own specific representations and solutions to the questions they set themselves. (...) Events, science and ideologies simply provide them with ‘food for thought’» (Moscovici 2000 [1984], pp.29-30).

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

A terceira e última clarificação preliminar tem a ver com os conceitos que permitem captar o lado subjectivo da política. Quando se refere a existência de preocupações teóricas, a investigação estabelece à partida uma limitação: põe de lado discussões meta-teóricas ou de paradigmas e centra-se de modo muito limitado, por um lado, em torno de conceitos que permitem captar a realidade empírica que suporta o estudo de caso (o pensamento social sobre o político na cidade de Tete – Moçambique) e, por outro lado, os diferentes conceitos que sustentam o estudo só fazem sentido se permitirem uma utilização articulada e consequente. Caso contrário, aumentam os riscos de desarticulação, de contradição e de dispersão em que uma investigação sobre a dimensão subjectiva do social invariavelmente incorre. Se não se pode fugir a tais riscos, ao menos que se tentem limitar os seus efeitos.

2. A dimensão subjectiva da política

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

«Não são as conexões "materiais" das "coisas" mas sim as conexões "conceptuais" dos "problemas", que constituem a base da delimitação dos domínios do trabalho científico» (Max Weber [1904], «A "objectividade" do conhecimento nas ciências sociais e em política social» in: Cruz 2004, p.619).

A investigação parte de uma posição epistemológica de tendência construtivista. Importa, por isso, sublinhar que se considerará o social enquanto realidade em construção permanente tendo em conta o papel do conhecimento nessa construção²³. Desse modo, a realidade social, e dentro dela os processos políticos, resulta sempre da acção colectiva.

Foi esse ponto de partida que condicionou o que é central na investigação, a saber: a selecção dos instrumentos de análise; o modo como cada um desses instrumentos foi utilizado e, em conjunto, como foram organizados num todo coerente em função dos objectivos da pesquisa; a definição de linhas de indagação da realidade empírica; e a apresentação dos resultados.

Pelo seu significado para o estudo, clarificamos, desde já, o sentido com que se utilizarão, ao longo do texto, três termos: sociedade, formação social e tecido social. O termo sociedade serve para captar a abrangência de uma realidade social o que implica a referência a determinados níveis identificados através de sistemas de relações de ordem política, económica, religiosa e, num plano mais geral, cultural. Formação social reporta-se a uma sociedade concreta ou histórica (que de facto existiu ou existe) como, por exemplo, o feudalismo europeu que é identificado através de formações sociais precisas (inglesa, francesa ou alemã). De qualquer modo, quando utilizados de forma heurística, esboroa-se a diferença entre os termos sociedade e formação social. Quanto ao termo tecido social assinala uma realidade social complexa que resiste à redução a um só princípio estruturante (como «classe», «estrato», «etnia», «casta», etc.)²⁴.

²³ Berger & Luckmann 1999 [1966].

²⁴ Cf. Akoun 1999.

3.1. O conceito de representações sociais: *themata*, comunicação, tempo e senso comum

A teoria das representações sociais constitui o ponto de partida em torno do qual foi construído o modelo de análise subjacente à investigação. Trata-se de uma teoria sustentada num conjunto de reflexões estruturadas, com destaque para as propostas de Serge Moscovici²⁵, que nos faculta um quadro analítico com forte potencial para consolidar um campo de pesquisas sobre o pensamento social em África.

Dada a complexidade que a teoria assumiu, e não sendo o nosso propósito aprofundar essa perspectiva, mas antes seleccionar e conferir coerência ao que serve a nossa investigação, optámos por sistematizar o conceito de representações sociais tendo em conta o subconceito de *themata* e seleccionando três pressupostos dos quais dependem as representações sociais enquanto fenómenos cuja existência é empiricamente verificável: os intercâmbios comunicativos; a dimensão tempo; e o senso comum.

Apesar da extensa produção escrita que remonta aos anos sessenta do século XX, os dois textos fundamentais da teoria foram elaborados por Serge Moscovici, o seu criador e principal teórico, no intervalo de uma década. Primeiro através da sistematização do conceito de representações sociais (1984) e, mais tarde, complementado pelo subconceito de *themata* (clarificado em 1993/1994 em parceria com Georges Vignaux). O último texto retomou as teses centrais do primeiro e acrescentou a definição dos *themata* (plural de *thema*, do grego).

Embora Serge Moscovici designe os *themata* por conceito no título do artigo, mas ao não lhe conferir a mesma importância para a teoria que confere ao conceito de representações sociais, consideramos *themata* um subconceito. O último não se apresenta como um instrumento de análise autónomo, dado que só existe e só é funcional quando considerado enquanto aspecto específico do conceito mais vasto e autónomo de representações sociais. Ou seja, quando se abordam os *themata* está a abordar-se o conceito de representações sociais propriamente dito. O mesmo vale para outros termos associadas ao conceito que

²⁵ Moscovici 2000. Cf. Vala 1993 & 1997; Duveen 2000; Minayo 1999; Moscovici 1999 [1994]; Baczkó 1985a e 1985b.

apresentaremos de seguida (os intercâmbios comunicativos, a dimensão tempo e o senso comum).

A ideia inicial com que se deve ficar do conceito de representações sociais é que ele permite captar a forma como os actores sociais constroem, no domínio do pensamento social, a sua própria realidade²⁶. As representações são factores produtores da realidade, dado que as dinâmicas sociais condicionam as representações e é em função destas que os indivíduos interpretarem o mundo que os rodeia, determinando em grande parte as respostas ao que julgam ter acontecido²⁷.

«(...) *it is no longer appropriate to consider representations as a replica of the world or a reflection of it, not only because these positivist conception is the source of numerous difficulties, but also because representations also evoke what is absent from this world, they form it rather more than they simulate*»²⁸.

Dito por outras palavras, uma representação não se limita apenas a ser o reflexo de um objecto na mente dos indivíduos, mas é também a criação do próprio objecto para o sujeito²⁹. As representações sociais têm a ver com o conhecimento colectivamente gerado, partilhado e reelaborado³⁰, isto é, com conhecimento que os actores sociais produzem a partir das interacções que constituem a essência da acção social.

²⁶ Cf. Berger & Luckmann 1999 [1966].

²⁷ Vala 2002, pp. 461-463. Cf. Heimer *et alii* 1990, p. 20. Nas palavras de Moscovici: «(...) social representations determine both the character of the stimulus and the response it elicits, just as in particular situation they determine which is which. (...) It is quiet clear that the situation determines both the questions we will ask and the answers these will elicit» (Moscovici 2000 [1984], pp. 70-71). Berger & Luckmann referem, por seu lado, que a «(...) relação entre o conhecimento e a sua base social é dialéctica; isto é, conhecimento é um produto social e conhecimento é um factor de transformação social.» (Berger & Luckmann 1999 [1966], p.96).

²⁸ Moscovici 2000 [1998a], p.154.

²⁹ Cf. Moscovici 2000 [1998a], pp.131 e segs.

³⁰ Cf. Berger & Luckmann 1999 [1966]; Durkheim 1982 [1895]; Idem 1974 [1898]. Segundo Gerard Duveen (2000, pp. 6 e segs.) foi da separação entre as representações colectivas e as representações individuais com génese em Durkheim que derivou uma tendencial separação entre a psicologia (que trataria das representações individuais) e a sociologia do conhecimento (que teria como objecto as representações colectivas), perspectiva que o conceito de representações sociais de Moscovici tenta ultrapassar. A diferenciação deixou de fazer sentido dado que o individual e o colectivo mantêm uma interacção permanente e, por isso mesmo, não retomámos o conceito de Durkheim de representações colectivas, optando pelo conceito de representações sociais. Sublinhe-se que o construtivismo (nomeadamente a produção teórica que nos interessa relacionada com o pensamento social, cf. Berger & Luckmann 1999 [1966]; Moscovici 2000) visa, precisamente, ultrapassar esquemas dualistas que, ao privilegiarem inevitavelmente uma ou outra dimensão, assumiam carácter artificial, conduzindo as perspectivas de análise do social a um impasse, como acontecia com o pensamento de Marx (infra-estruturas *versus* superstruturas)

3. *Perspectiva teórica e instrumentos de análise*

«Individuals and groups create representations in the course of communication and cooperation. Representations, obviously, are not created by individuals in isolation. Once created, however, they lead a life of their own, circulate, merge, attract and repel each other, and give birth to new representations, while old ones die out. As a consequence, in order to understand and to explain a representation, it is necessary to start with that, or those, from which it was born. (...) So what we are suggesting is that individuals and groups, far from being passive receptors, think for themselves, produce and ceaselessly communicate their own specific representations and solutions to the questions they set themselves. In the streets, in cafés, offices, hospitals, laboratories, etc., people analyse, comment, concoct spontaneous, unofficial 'philosophies' which have a decisive impact on their social relations, their choices, the way they bring up their children, plan ahead and so forth. Events, science and ideologies simply provide them with 'food for thought'»³¹.

Tal ponto de partida reduz drasticamente os riscos de mimetismo, preocupação que tem marcado os estudos sobre as sociedades da África Subsaariana. As análises por analogia – essencialmente a transposição de modelos, teorias ou conceitos de matriz ocidental para outras sociedades – constituem a negação liminar da teoria das representações sociais, dado que as últimas implicam sempre o papel activo dos actores sociais. Daí que a teoria se apresente como particularmente útil aos estudos africanos.

Themata

Os indivíduos focalizam a sua atenção em determinados objectos que se tornam princípios organizadores a partir dos quais se constituem ou renovam as representações sociais. O *thema* é o que é escolhido e privilegiado entre as múltiplas possibilidades existentes no mundo quotidiano e que ganha, desse modo, relevância social através dos discursos que circulam no espaço público. É a selecção de determinados *themata* pelos próprios actores sociais que permite conferir conteúdos precisos às representações. O *thema* é o que caracteriza a relação entre, por um lado, aquilo que é estável e central nas representações (o núcleo) e, por outro lado, o que é periférico e, por isso, menos resistente à pressão da comunicação e da mudança³².

Para compreender as especificidades de cada representação social (ou de conjuntos de representações sociais), compete aos analistas proceder com clareza à identificação e

ou de Durkheim (colectivo *versus* individual). Cf. Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], pp.254 e segs.

³¹ Moscovici 2000 [1984], pp. 27 e 30.

³² Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183.

sistematização dos diversos *themata*. O processo implica a definição de limites em relação a campos já existentes ou conhecidos e a apresentação argumentativa dos objectos que validam esses campos pelas propriedades atribuídas pelos indivíduos que os tornam típicos ou mesmo exclusivos³³. Importa, desse modo, explicitar os mecanismos que fazem as sociedades distinguir as mensagens significantes das mensagens não-significantes³⁴.

Numa perspectiva mais ampla, consideramos que o processo referido corresponde ao funcionamento do pensamento social. É legítimo considerar que o último tem a ver com conjuntos de representações que, por sua vez, se organizam em torno de *themata*. É por isso que, no vocabulário a que recorreremos ao longo do texto, os termos dimensão política do pensamento social (ou pensamento social sobre o político) e representações sociais do político são equivalentes.

Por outro lado, a natureza dinâmica das representações sociais tem a ver com o facto dos *themata* funcionarem como ideias elementares (ou ideias primárias) assentes em proposições ou conceitos que estabelecem entre eles relações dialécticas explícitas ou subentendidas, num leque infinito de possibilidades, sendo que a sua validade é conferida pela relevância que os actores sociais lhes conferem³⁵. Constituem exemplos elucidativos o modo como se manifestam nos discursos do senso comum, por exemplo, as associações entre colono/colonizado; liberdade/opressão; saúde/doença; loucura/lucidez; rico/pobre; dominante/dominado; guerra/paz; portugueses/Frelimo ou Frelimo/Renamo; elites/povo; etc. Compreender os sistemas de oposições das diferentes representações sociais é captar o processo que as mantém permanentemente vivas enquanto fenómenos sociais³⁶.

Porque a dimensão subjectiva do real que se pretende captar (o pensamento social) comporta invariavelmente um lado opaco, obscuro, subjectivo, instável – é para esses domínios que aponta quer o subconceito de *themata*³⁷, quer o conceito de representações

³³ Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p. 178.

³⁴ Moscovici 2000 [1984], pp.21 e segs.

³⁵ Cf. Feliciano 1998, pp.22 e segs.

³⁶ Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183, em especial pp.179 e segs.

³⁷ «“Themata” never reveal themselves clearly; not even part of them is definitively attainable, so much are they intricately interwoven with a certain collective memory inscribed in language, and so much are they composites, like the representations they sustain, at once both cognitive (invariants anchored in our neurosensory apparatus and our schemes of action) and cultural (consensual universals of themes objectified

sociais –, a teorização de Serge Moscovici apresenta-se, também ela, em elaboração contínua. O que é estável nessa teorização é a exigência de uma contínua interação entre a teoria e as realidades empíricas para captar as especificidades do real. Está-se, portanto, perante um processo de consolidação teórica iniciado nos anos sessenta e que se mantém em aberto. É também essa característica que torna a teoria congruente com perspectivas de tendência construtivista.

Os intercâmbios comunicativos

A teoria das representações sociais sustenta-se na importância que atribui à comunicação enquanto característica inerente aos fenómenos sociais³⁸. Por um lado, a dinâmica das representações depende da comunicação e, por outro lado, os intercâmbios comunicativos reflectem a natureza dos processos sociais que lhes são subjacentes³⁹, permitindo aos actores sociais a organização significativa do real⁴⁰. Ou seja, as representações sociais geram juízos valorativos sobre o meio que não funcionam como algo exterior à estrutura social, mas são incorporados e objectivados por ela⁴¹.

A dispersa construção teórica de Serge Moscovici que foi surgindo ao longo do tempo teve a sorte de encontrar um analista, Gerard Duveen (2000), que organizou e publicou uma colectânea contendo os textos essenciais da produção teórica de Serge Moscovici, compilação fundamental para a sobrevivência de uma teorização com essas características. Foi Gerard Duveen quem sintetizou de modo particularmente eficaz o que está em causa:

«(...) it is the relationship between communication and representation which is central. (...) In all communicative exchanges there is an effort to grasp the world through particular ideas and to project those ideas so as to influence others, to establish a certain way of making sense so that things are seen in “this” way rather than “that” way. Whenever knowledge is expressed it is for some purpose; it is never disinterested.»⁴²

by the temporalities and histories of the *longue durée* [italico original]» (Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p. 182).

³⁸ Moscovici 2000 [1972], p.110; Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], pp.259 e segs.; Moscovici 2000 [1998a], pp.149 e segs. Cf. Berger & Luckmann (1999) [1966], pp.40-57.

³⁹ Moscovici 2000 [1998a], p.152.

⁴⁰ Além da organização significativa do real, às representações sociais são atribuídas as funções: da comunicação, dos comportamentos representacionais e da diferenciação social (Vala 2002, pp.364-367).

⁴¹ Vala 2002, p. 365.

⁴² Duveen 2000, p.17. Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp. 159 e segs.; Moscovici & Marková 2000 [1998], pp. 273 e segs.

Todavia, no plano analítico, é importante existir a predisposição para separar os intercâmbios comunicativos (em particular os discursos do senso comum que circulam nos espaços de sociabilidade) das representações sociais propriamente ditas (ou o que está na cabeça das pessoas). Isto é, mesmo que seja pouco viável, na prática, estabelecer uma diferenciação entre o que os indivíduos dizem e o que os indivíduos pensam, no estudo do pensamento social a dimensão do reprimido ou dos interditos (no sentido do não-dito que se torna relevante precisamente por ser silenciado) não deve ser subestimada, o que implica uma capacidade interpretativa por parte dos analistas capaz de ir além do verbalmente explícito.

A dimensão tempo ou a procura do momento original

As representações, enquanto fenómenos sociais, têm necessariamente de ser contextualizadas no tempo. No seu tempo de vida, mas também no tempo histórico das sociedades onde se manifestam. É por isso que a questão da origem das representações sociais – o momento inicial em que se manifestaram ou as pré-representações de onde derivam – é relevante para a sua compreensão.

Essa focalização na dimensão tempo, tendo em conta o modo como se equaciona na teoria das representações sociais de Serge Moscovici⁴³, é congruente com uma preocupação recorrente nos debates sobre as sociedades da África Subsaariana. No último caso é sistemática a tendência de fazer derivar as análises do social, directa ou indirectamente, das interações entre as heranças ancestrais africanas e os impulsos de modernidade proporcionados pela colonização europeia. Para o período pós-colonial a última condicionante tem-se metamorfoseado numa série de argumentos que tendem a sobrevalorizar o impacto dos factores exógenos nas sociedades africanas suposta e quase eternamente tidas como de matriz tradicional. Mesmo que mantenham alguma utilidade, trata-se de argumentos que vão-se perpetuando desde a ocupação colonial efectiva iniciada

⁴³ Berger & Luckmann quando propõem uma teorização para a sociologia do conhecimento, também consideram essencial a dimensão tempo: «O mundo da vida quotidiana é estruturado tanto em termos espaciais como temporais. A estrutura espacial tem pouca importância nas nossas presentes considerações. (...) A temporalidade é uma propriedade intrínseca da consciência. (...) O tempo-padrão pode ser compreendido como a intersecção entre o tempo cósmico e o seu calendário estabelecido pela sociedade (...) / (...) A mesma estrutura temporal (...) é coerciva. Não posso inverter, à minha vontade, as sequências por ela impostas (...)» (Berger & Luckmann 1999 [1966], pp.38-39).

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

em finais do século XIX e que podem e devem ser repensados. Importa questionar, na actualidade, em que medida a matriz tradicional é central ou é periférica para a percepção dos processos políticos associados ao estado e em que medida essas características interagem nos diferentes contextos sociais da África Subsaariana.

Mais de um século passado, do qual seguramente mais de um terço corresponde ao período pós-colonial, é forçoso reconhecer ser esse um intervalo de tempo suficientemente amplo para que as sociedades africanas tenham sofrido recomposições profundas pautadas pela existência dos estados autónomos. Não existem hoje, por isso, razões convincentes para que tais sociedades não sejam abordadas, no plano analítico associado ao pensamento social, ao nível das demais sociedades da contemporaneidade. Os argumentos de carácter histórico que legitimam, no caso das sociedades africanas, um tipo de análise essencialmente assente no contraponto entre o tradicional e o moderno, ganham acentuada relatividade na fundamentação apresentada por Serge Moscovici para a sua teoria:

«Our past experience and ideas are not dead experiences or dead ideas, but continue to be active, to change and to infiltrate our present experience and ideas. In many respects, the past is more real than the present. The peculiar power and clarity of representations – that is, of social representations – derives from the success with which they control the reality of today through that of yesterday and the continuity which this presupposes. (...) [But] The social representations with which I am concerned are neither those of primitive societies, nor are they survivals, in the subsoil of our culture, from prehistoric times. They are those of our current society, of our political, scientific, human soil, which have not always had enough time to allow the proper sedimentation to become immutable traditions. And their importance continues to increase, in direct proportion to the heterogeneity and fluctuation of the unifying systems – official sciences, religions, ideologies – and to the changes which these must undergo in order to penetrate everyday life and become part of common reality»⁴⁴.

Após ter expressado essas ideias em 1984, o autor voltou a insistir nelas em 1998, compondo um texto, tal como os outros, mas este em particular, merecedor de análise no âmbito dos estudos africanos⁴⁵. Depois de uma resenha sobre a evolução do conceito de representações colectivas que antecedeu o de representações sociais⁴⁶, e da diferenciação

⁴⁴ Moscovici 2000 [1984], pp. 24 e 32.

⁴⁵ Moscovici 2000 [1998a], pp. 120-155 e sobretudo pp. 131-149.

⁴⁶ «A substituição do termo “colectivas” por “sociais” marca, assim, a original diferença estabelecida em relação a Durkheim. (...) Ora, para Moscovici, as representações nunca seriam de “outra natureza”: elas seriam da natureza mesma dos grupos sociais que as criam, e sua eficácia – tanto prática como simbólica – dependeria dessa inserção, e não poderia jamais ter um sentido universal. Com este argumento, Moscovici acabou por demonstrar que as representações não derivam de uma única sociedade, ultrapassando-a, como insistiu Durkheim, mas das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior, e, portanto, não podem ultrapassá-la.» (Oliveira 2004, pp. 180-186).

que então se estabelecia entre sociedades primitivas e modernas, Serge Moscovici escreveu:

«(...) I prefer simply to state my disagreement with the idea that collective representations should have a meaning in distant societies or in former times, but not in our own, with its deification of scientific beliefs. (...) it seems to me legitimate to suppose that all forms of belief, ideologies, knowledge, including even science, are, in one way or another, social representations. It seemed then (Moscovici, [1961]/1976) and it seems all the more so today, that neither the opposition of the social to the individual, nor the evolution from the traditional to the modern, had, in this regard, the importance which is given to them»⁴⁷.

Neste debate, insistimos na necessidade das investigações se reportarem às origens para que se compreendam e se expliquem as representações sociais⁴⁸, bem como na necessidade de se considerar também o facto dos tecidos sociais assentarem em contínuos históricos, pressupostos que relativizam, e muito, a noção de origem. Na perspectiva em que a noção de origem vai ser por nós abordada (e na perspectiva em que ela pode e deve ser abordada noutros estudos sobre o pensamento social), não constitui premissa válida estabelecer-se uma relação directa e imediata entre, por um lado, a noção de momento original e, por outro lado, as tradições de matriz pré-colonial (ou ancestral) das sociedades africanas⁴⁹, nem as últimas são necessariamente o mais relevante *n'importe quoi*.

Se o caminho pode ser esse, para compreender o fenómeno das representações sociais existem também outras possibilidades de considerar as origens, não só quando estão em causa as sociedades ditas de tipo ocidental, como quando estiverem em causa quaisquer outros tipos de sociedades como as africanas. Partindo do caso de Moçambique, identificam-se momentos que desempenham (e desempenharam) a função de momentos originais associados à construção simbólica da formação territorial independente. Esses momentos (no geral relacionados com a conquista da independência) são relevantes precisamente porque, sendo considerados genuinamente africanos, surgem desligados, aos olhos dos próprios actores sociais, das tradições ancestrais africanas. A verdade é que estamos sempre perante mecanismos do domínio do simbólico incorporados na estrutura social, quer quando a referência ao tempo ancestral africano é valorada de modo positivo, quer quando essa valoração é negativa.

⁴⁷ Moscovici 2000 [1998a], pp.142-143.

⁴⁸ Moscovici 2000 [1984], p. 27.

⁴⁹ Cf. Feliciano 1998.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

O simbólico (termo que usaremos de forma heurística como sinónimo de pensamento social) das sociedades africanas da actualidade está muito longe de se esgotar na dimensão tradicional. Para além disso, a noção de tradicional, em si, cada vez mais suscita dificuldades de caracterização, em particular quando associada às dinâmicas do estado (políticas, sociais, culturais, económicas). A verdade é que existe uma dimensão do simbólico que remete para a contemporaneidade (ou para o passado recente), tão válida e tão significativa para as sociedades africanas como para quaisquer outras, desde que as próprias sociedades consigam enquadrá-la na sua noção de tempo histórico.

Essa busca sempre relativa das origens legitimou que, no estudo do pensamento social sobre o estado em Moçambique, se atribuísse relevância às representações sociais relacionadas com o processo de transição para a independência (1974-1975) e com a luta armada de libertação nacional que o antecedeu (1964-1964). Estão em causa acontecimentos aos quais os próprios actores sociais conferem, na actualidade (e durante todo o período pós-colonial), um papel significativo na interpretação que fazem da evolução histórica do país. É pela análise do que existe na cabeça das pessoas comuns sobre essa conjuntura que se pode aferir o que está em causa, sendo que se trata de um momento original devido ao seu forte impacto no pensamento social em Moçambique.

Todavia, ele não pode ser analisado apenas como momento de ruptura simbólica, mas enquanto processo social complexo no qual interagem, em simultâneo, diversas possibilidades. Elas oscilam entre uma dimensão de ruptura com o passado, passam por uma outra dimensão que é a da renovação do que existia e por uma outra dimensão ainda que remete para a perpetuação do velho no novo (isto é, para a perpetuação do colonial no pós-colonial, assim como o pré-colonial se perpetuou, em algumas das suas dimensões, no colonial). O que o presente estudo do fenómeno das representações sociais do estado visa demonstrar é que o momento original pode resultar da intersecção de conjuntos de variáveis que, num dado momento, alteram a relação de forças entre eles. Muitas vezes no âmago da construção colectiva do momento original não está mais do que a generalização e reelaboração de representações sociais que até aí eram próprias de uma minoria ou de um conjunto restrito de minorias sociais⁵⁰.

⁵⁰ Os dois processos maiores na formação das representações sociais são a ancoragem e a objectivação, aspectos específicos da teoria que serão explicitados na III parte do texto.

A relevância atribuída ao estado nos discursos do senso comum permite, inclusivamente, sustentar a tese segundo a qual o pensamento social em Moçambique tende a identificar muito mais facilmente nos momentos associados à história do país uma natureza fundadora ou original, do que nos referentes associados às diversas tradições ancestrais africanas.

Acrescente-se que, numa dada sociedade, as representações sociais tanto permitem momentos de consenso como de ruptura⁵¹, como podem ainda permitir suportar a simultaneidade de tendências contrárias. Ou seja, o reforço de uma tendência de ruptura numa determinada dimensão do social pode ser suportado pelo reforço de uma determinada tendência contrária de continuidade numa outra dimensão, directa ou indirectamente associada à primeira. Em qualquer caso ambas se reflectem no pensamento social.

Em síntese, ao implicar uma perspectiva de evolução no tempo, o estudo das representações sociais remete para a necessidade de identificação do(s) momento(s)-chave na renovação de determinadas dimensões do simbólico das sociedades, sendo que isso deve ser feito de acordo com os objectivos da cada pesquisa. Porém, tendo em conta tanto a perspectiva dos actores sociais, quanto a dos analistas, o carácter subjectivo do que se considera como momento original não lhe diminui a importância para a compreensão do fenómeno das representações sociais.

O senso comum

Clarificar o significado do termo senso comum no contexto da teoria das representações sociais constitui um outro pressuposto importante. A questão aponta num duplo sentido: um relacionado com a forma como se produz o conhecimento do senso comum nas sociedades contemporâneas; outro associado à importância dos discursos do senso comum enquanto vector principal a partir do qual se produzem, circulam e captam as representações sociais. Esses dois aspectos são complementares.

A teoria recorre a uma perspectiva que reequaciona o modo como usualmente se concebe a produção do conhecimento do senso comum, acabando por apresentar alguma

⁵¹ Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp. 169 e segs.; Moscovici 2000 [1998a], p.151.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

originalidade epistemológica. Serge Moscovici tende a situar a produção do senso comum de cima para baixo, isto é, esse tipo de conhecimento social tem também origem, e cada vez mais nas sociedades contemporâneas, em teorias científicas⁵² ou academicamente elaboradas que as elites popularizam. Relativiza-se, por isso, o papel hegemónico tendencialmente atribuído aos saberes de origem popular propriamente ditos nesses processos.

Tendo nós o cuidado de circunscrever a questão aos processos políticos que remetem para o estado, isto é, sem generalizarmos a outros domínios do pensamento social, dado que se trata – como refere Serge Moscovici – de uma característica particularmente saliente (mas não apenas) nas sociedades *where scientific and technical knowledge is popularized*⁵³, os dados empíricos de que dispomos levam-nos a afirmar com segurança que não é possível colocar, na actualidade, as dinâmicas políticas em curso nas sociedades africanas à margem dessas realidades. Existe, portanto, uma dimensão do senso comum nas sociedades africanas cuja origem remete para teorias científicas ou para saberes estruturados de natureza académica que as elites popularizaram (e popularizam), por muito que o discurso das elites se suportasse (e suporte) em versões simplificadas (ou mesmo ultra-simplificadas) dessas mesmas teorias ou saberes.

No caso de Moçambique, serve de exemplo, no processo de transição para a independência e na primeira década pós-colonial durante a governação de Samora Machel (1975-1986), a divulgação da noção de socialismo, numa interpretação tributária do marxismo-leninismo⁵⁴. Mas serve também de exemplo, na última década e meia, a divulgação da noção de democracia. É claro que as formas e o impacto social das teorias de onde derivam esses termos são discutíveis. O que não parece discutível é que, sem dúvida, o tipo de

⁵² Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], pp.248 e segs.

⁵³ «(...) we concentrated on the emergence of social representations: either starting from *scientific theories* – so as to follow the metamorphosis of the latter within a society and the manner in which they renewed common sense – or from *current events* [itálicos originais], experiences and ‘objective’ knowledge which a group had to face in order to constitute and control its own world. (...) Common sense is continually being created in our societies, especially where scientific and technical knowledge is popularized. Its content, the symbolic images derived from science on which it is based and which, rooted in the mind’s eye, shape common speech and behaviour, are constantly being touched up. In the process the store of social representations, without which a society cannot communicate or relate to and define reality, is replenished. (...) In other words, common sense no longer circulates from bellow to on high, but from on high to bellow; it is no longer the point of departure but the point of arrival» (Moscovici 2000 [1984], pp. 66-67). Cf. Moscovici & Marková 2000 [1998], pp.237-248.

⁵⁴ Cabrita 2000, pp.108 e segs.; Pitcher 2002, pp.10 e segs.; Saul 2005.

processo em causa condicionou, em maior ou menor grau, a produção do conhecimento de senso comum sobre o político em Moçambique.

Desse modo, em África ou algures, se não tivermos em conta o papel das teorias políticas (hoje divulgadas pela generalidade de continentes e países), dificilmente entendemos as transformações da contemporaneidade enquanto processos nos quais as elites desempenham papel de relevo⁵⁵. As últimas, numa primeira fase, reificam as teorias transformando-as em ideologias e, a partir delas, contribuem para que se induzam transformações políticas, sociais, económicas ou culturais⁵⁶. Ou todas em conjunto. Quanto maior o impacto das transformações induzidas pelas elites nos tecidos sociais, tanto mais as ideologias constituem a génese da (re)elaboração de representações sociais no ponto de chegada (o povo). Mas essa transformação das ideologias em conhecimento do senso comum, ao dever-se à acção dos actores sociais, anula o carácter essencialmente teórico ou abstracto das teorias e das ideologias (no sentido de um tipo de conhecimento universalmente válido), tornando-as fenómenos do pensamento social em toda a sua complexidade, isto é, específicos de cada sociedade.

Por isso, o que se referiu (a produção do senso comum de cima para baixo ou das elites para o restante tecido social) permite apenas a aproximação à origem do fenómeno das representações sociais e não permite captar necessariamente a sua essência e dinâmicas. As questões relevantes têm a ver com o conteúdo ou interpretações próprias que os actores sociais de baixo (o povo) atribuem a ideologias⁵⁷, teorias científicas, rótulos, chavões ou meras interpretações vindas de cima (das elites). O decisivo é perceber como é que a sociedade se apropria e (re)elabora o seu próprio conhecimento, aquele que designamos

⁵⁵ Cf. Berger e Luckmann 1999 [1966], p.134.

⁵⁶ Moscovici identifica o senso comum construído de cima para baixo em estudos sobre a difusão da psicanálise em França; o papel dos meios de comunicação de massas no estabelecimento do senso comum; as mudanças técnicas e teóricas propriamente ditas, por exemplo na representação das doenças; alterações nas representações do corpo; da psicoterapia de grupo; ou das imagens sociais de Paris (Moscovici 2000 [1984], pp. 67-69). Cf. Baczkó 1985a, p.297.

⁵⁷ Sobre a relação que Moscovici estabelece entre as representações sociais e as ideologias: «Doubtless – and this is what I set out to demonstrate – the specific nature of such representations expresses the specific nature of the consensual universe of which they are the product and to which they pertain exclusively. (...) At the same time, we see more clearly the true nature of ideologies, which is to facilitate the transition from the one world to the other, that is, to cast consensual into reified categories and to subordinate the former to the latter. (...) The theory of social representations, on the other hand, takes as its point of departure the diversity of individuals, attitudes and phenomena, in all their strangeness and unpredictability. Its aim is to discover how individuals and groups can construct a stable, predictable world out of such diversity» (Moscovici 2000 [1984], pp. 36 e 55).

por conhecimento do senso comum. O estudo das representações sociais permite, portanto, captar não apenas o lado superficial do senso comum, mas sobretudo analisar o substrato (ou as razões de fundo) que o caracterizam e explicam.

Num outro domínio, acrescenta-se que a teorização de Serge Moscovici não confere destaque à ruptura epistemológica com os saberes de senso comum que o analista das questões sociais deve estabelecer como condição para a produção de saberes científicos⁵⁸. Sem o negar⁵⁹, Serge Moscovici atribui particular relevância à ideia de que o senso comum é também produto da própria ciência, como se referiu, acabando por considerar que o estudo dos discursos que circulam nos espaços de sociabilidade (tanto no espaço público quanto na esfera familiar ou privada) constitui a essência das investigações sobre representações sociais⁶⁰. Esses discursos apresentam-se como vectores principais através dos quais se produzem, circulam, reelaboram permanentemente e captam as representações sociais⁶¹.

Daí que a nossa investigação se suporte, essencialmente, aos discursos do senso comum (ou das pessoas da rua) sobre as relações entre o estado e as sociedades em Moçambique ao longo do tempo.

3.2. Representações sociais, cultura política e atitudes

O conceito de representações sociais coloca questões importantes que dificultam, de algum modo, a sua articulação com os outros instrumentos de análise da investigação: cultura política e atitude⁶².

Começando pelas propostas que seguimos para os conceitos de cultura política (Almond & Verba 1963; Heimer, Vala & Viegas 1990) e de atitude (Chaiken & Eagly 1993), em qualquer dos casos, essas teorizações consideram a necessidade de se distinguirem

⁵⁸ Cf. Silva 1986.

⁵⁹ Moscovici 2000 [1972], pp.95 e segs.

⁶⁰ Cf. Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p.249 e pp.224 e segs.

⁶¹ Moscovici 2000 [1994], p.156. «Poder-se-ia dizer que a compreensão sociológica da “realidade” e do “conhecimento” se situa, de certa maneira, num meio-termo entre o homem comum e o filósofo» (Berger & Luckmann 1999 [1966], p.14).

⁶² Cf. Álvaro & Garrido 2007 [2003], pp.286-292.

diferentes dimensões que, depois, se traduzem na decomposição do objecto (ou do tema) que estiver a ser analisado em função dessas dimensões. São de ter em conta:

- i) a dimensão cognitiva: tem a ver com as crenças e as explicações (no sentido de atribuições de causalidade) sobre determinado objecto; com o tratamento e reelaboração da informação; ou com a construção social do conhecimento: «(...) “cognitivo” não implica aqui um mero reflexo da realidade material e social na mente dos indivíduos, mas uma activa “produção de sentido” e “organização significante do real”»⁶³;
- ii) a dimensão avaliativa-afectiva: tem a ver, por um lado, com os sentimentos ou as emoções que os indivíduos manifestam face a determinados objectos e, por outro lado, com a avaliação desses mesmos objectos;
- iii) e a dimensão conativa (ou dos comportamentos representacionais): tem a ver com padrões de possível comportamento ou esquemas potenciais de acção por parte dos indivíduos.

Existe uma concordância entre os autores quanto ao que se entende por dimensão cognitiva. O mesmo não se pode afirmar sobre as dimensões avaliativa-afectiva e conativa. As últimas não se apresentam como absolutamente coincidentes. A propósito do conceito de cultura política, enquanto Almond & Verba (1963) separam a dimensão avaliativa da afectiva⁶⁴; Heimer, Vala & Viegas (1990), mantendo a distinção, consideram no entanto impossível a sua operacionalização autónoma numa abordagem empírica⁶⁵. Quando teorizam sobre o conceito de atitude, Chaiken & Eagly (1993) optam por só considerar a dimensão afectiva, pois defendem que a avaliação está sempre presente e atravessa as três dimensões (cognitiva, afectiva e conativa), precisamente porque o que define um objecto de atitude é a capacidade intrínseca de ser avaliado.

Chaiken & Eagly (1993), quando sistematizam o conceito de atitude, consideram equivalentes as dimensões comportamental e conativa, não estabelecendo diferenciações

⁶³ Heimer *et alii* 1990, p. 17.

⁶⁴ «The political culture of a nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation. (...) we need to define and specify modes of political orientation and classes of political objects. (...) It includes (1) ‘cognitive orientation’, that is, knowledge of and belief about the political system, its roles and the incumbents of these roles, its inputs, and its outputs; (2) ‘affective orientation’, or feelings about the political system, its roles, personnel, and performance, and (3) ‘evaluational orientation’, the judgments and opinions about political objects that typically involve the combination of value standards and criteria with information and feelings» (Almond & Verba 1989 [1963], pp. 13-14).

⁶⁵ Heimer *et alii* 1990, p. 17.

3. *Perspectiva teórica e instrumentos de análise*

entre elas⁶⁶. Por seu lado, Heimer, Vala & Viegas (1990), ao trabalharem o conceito de cultura política, separam a dimensão conativa da comportamental. No seu ponto de vista, a última tem a ver com comportamentos ou práticas sociais manifestadas (ou “objectivas”), enquanto o que está em causa (a cultura política e, acrescente-se, o pensamento social) se situa na dimensão subjectiva do social, ao nível dos esquemas potenciais de acção (*action schema*) e não ao nível dos comportamentos.

As diferentes perspectivas de organizar os instrumentos de análise referidos que, em conjunto, versam sobre o pensamento social, podem ser motivadas, por um lado, pelas dificuldades (ou mesmo impossibilidade) em encontrar correspondências estáveis na realidade social para as dimensões consideradas (cognitiva, afectiva, avaliativa e conativa) em estudos empíricos; por outro lado, pelo reconhecimento da insuficiência da dimensão cognitiva como factor explicativo de fenómenos associados ao pensamento social; e, por outro lado ainda, a perspectiva dos autores acaba por estar sempre condicionada pela realidade empírica que lhes serve de referência.

Face ao exposto, consideramos útil clarificar que, ao nível da perspectiva de análise, é importante distinguir as diferentes dimensões dos conceitos (cognitiva, avaliativa, afectiva e conativa), enquanto que ao nível do trabalho empírico, porque condicionado pela idiosincrasia de uma dada realidade social impossível de ser descontextualizada, as perspectivas podem conduzir a outro tipo de opções (como sugerem Heimer, Vala & Viegas 1990 ou Chaiken & Eagly 1993).

A esse propósito, quer a realidade empírica desta investigação (o contexto moçambicano), quer a natureza das recolhas (entrevistas semi-estruturadas com pessoas comuns), colocavam duas questões: a primeira, a de se tornar importante sublinhar que a dimensão conativa (ou do esquemas potenciais de acção) surge na investigação de modo muito pontual, quando se abordar a questão da antecipação feita pelos actores sociais sobre as consequências para as suas vidas e para o geral da(s) sociedade(s) em Moçambique tendo em conta os resultados das eleições presidenciais e legislativas que iriam decorrer em Dezembro de 2004 (sendo que o essencial do trabalho de campo se realizou entre Junho e

⁶⁶ «Evaluative responses of the behavioral (or conative) type consist of the overt actions that people exhibit in relation to the attitude object» (Chaiken & Eagly 1993, p.12).

Agosto desse ano); a segunda, associada ao facto de as dimensões cognitiva, avaliativa e afectiva do pensamento social sobre o político referenciado ao estado em Moçambique, ao apresentarem-se como permanentes e simultâneas no material empírico recolhido, tornariam ineficaz ou aleatória a análise diferenciada de cada uma dessas dimensões.

A nossa opção foi a de considerar o pensamento social como uma totalidade. Essa perspectiva encontra na teoria das representações sociais um suporte convincente, dado que a última tem a vantagem de focalizar a análise da produção de sentido pelos actores sociais num tema (ou em conjuntos de temas) associados a um objecto (o estado), sendo que essa produção de sentido é captada através dos discursos do senso comum. Assim, se as características do objecto (o estado) e a natureza do social (o contexto moçambicano) inviabilizarem ou tornarem pouco eficaz um tipo de abordagem que vise separar analiticamente as diferentes dimensões do significado atribuído pelos actores sociais ao objecto (cognitiva, afectiva, avaliativa ou conativa), como acontece nesta investigação, isso não significa, de modo algum, estar-se perante uma construção teórica e metodológica frágil. A solidez da investigação, neste caso, significa ir consciente e intencionalmente ao encontro da natureza do objecto, afastando-nos da utilização rígida de determinados instrumentos de análise.

Tendo em conta que a descontextualização e a experimentação dos fenómenos sociais (isto é, a testagem laboratorial) são inverosímeis, de acordo com a perspectiva de Serge Moscovici, o que importa considerar quando o objecto é o social é que as diferentes dimensões (cognitiva, avaliativa, afectiva e conativa) estão interligadas⁶⁷. Desse modo, ao conferir-se papel-chave ao conceito de representações sociais na análise de uma dada realidade esvazia-se, à partida, a questão de se saber se estão ou não cobertas todas as dimensões do pensamento social e como se caracteriza a interacção entre elas. Trata-se de uma perspectiva analítica que acentua a permanente interdependência entre o individual e o colectivo (ou entre o psicológico e o sociológico), apontando para um fenómeno dinâmico

⁶⁷ «For all ‘cognition’, all ‘motivation’ and all ‘behaviour’ only exist and have repercussions in so far as they signify something, and signifying implies, by definition, at least two people sharing a common language, common values and common memories. This is what distinguishes the social from the individual, the cultural from the physical and the historical from the static. By saying that representations are social we are mainly saying that they are symbolic⁶⁷ and possess as many perceptual as so-called cognitive elements. And that is why we consider their *content* [itálico original] to be so important and why we refuse to distinguish them from psychological mechanisms as such» (Moscovici 2000 [1984], p.74). Cf. Moscovici 2000 [1984], pp.75 e segs.; Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.182-183.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

que confere um papel activo permanente aos actores sociais. É essa dinâmica que torna inviável que se isolem de modo relativamente preciso dimensões de um fenómeno social e simbólico, que possui, em simultâneo, tanto de perceptivo (onde se poderia incluir a afectividade, a avaliação e os comportamentos representacionais) quanto de cognitivo⁶⁸.

Sublinhe-se que para o estudo de sociedades da África Subsaariana, optar pela perspectiva analítica das representações sociais permite, à partida, anular tentações de ir à procura de racionalidades, emotividades, avaliações ou comportamentos representacionais genuinamente africanos. O que está em causa – em África, na Europa ou algures – é a concepção dos fenómenos sociais relacionados com as representações sociais como fenómenos totais, ainda que se saiba que o total se capte através de dimensões específicas interligadas.

Nada que correntes da antropologia (em particular ligadas à antropologia política) não tivessem desde há muito sublinhado. Simplesmente a teorização de Serge Moscovici como suporte para o estudo das sociedades africanas permite distinguir analiticamente o pensamento social das práticas sociais. Está-se, portanto, perante uma perspectiva analítica que toma o fenómeno social como total, mas um total limitado porque circunscrito ao pensamento social. Essa é uma primeira distinção a estabelecer em relação às tendências da antropologia. Mas é de se acrescentar uma outra dado que a teoria das representações sociais permite-nos distanciar o simbólico de uma associação hegemónica ao mágico-religioso tradicional africano, como é frequente nos estudos africanos. Na nossa perspectiva, o pensamento social, em África ou algures, pode ser abordado essencialmente na perspectiva de um fenómeno contemporâneo. Para concretizar a proposta teórica da qual partimos, o que nesta investigação faremos é apontar para o domínio do pensamento social que remete para o estado enquanto regulador do pensamento social sobre o político contemporâneo.

São diferenças significativas que justificam o recurso à teoria das representações sociais no estudo das sociedades africanas o que, de modo nenhum, significa a desvalorização da

⁶⁸ «(...) the structure and dynamics of thought cannot be grasped when you start only from cognitive processes, since they cannot be divided from what is, so to speak, the substance of the actual knowledge» (Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], pp. 240-241).

antropologia, particularmente naquilo em que ela remete para as sociedades tradicionais africanas.

3.3. A cultura política

O termo cultura política desempenha nesta investigação uma função auxiliar, mas importante. Entre as diversas possibilidades associadas à cultura política, escolhemos trabalhá-la enquanto conceito sustentado na proposta de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989 [1963]). Para além de haver nesses autores uma abordagem consequente do que se pode conceber como cultura política, por termos utilizado a proposta em causa numa investigação anterior⁶⁹ partíamos com duas garantias: uma, a da sua utilidade na abordagem do político; outra, a possibilidade da sua articulação com o conceito de representações sociais, direccionando o último de modo mais explícito para o político.

Evitaremos uma abordagem aprofundada da proposta de Gabriel Almond e Sidney Verba, dado que dela apenas interessam aspectos que permitam clarificar e conferir maior operacionalidade à teoria das representações sociais. De qualquer modo, ficam como observações gerais o facto de se tratar de uma perspectiva com uma forte carga normativa que resvala para a história por analogia a partir do modelo ocidental, isto é, trata-se de uma perspectiva muito datada (a versão original do texto de Almond & Verba é de 1963). Ela foi construída a partir de uma interpretação linear de evolução dos processos políticos em direcção a um ideal democrático universal, isto é, situa-se nos antípodas do construtivismo, dado que o último tem como característica o facto de não apontar um rumo desejável ou pré-determinado ao social. Por último, a proposta de Gabriel Almond e Sidney Verba assenta numa construção que remete para realidades empíricas que pressupõem tecidos sociais estabilizados, aos quais correspondem constelações sedimentadas (*patterns*) de determinadas dimensões do pensamento social⁷⁰, que tornam difícil a sua aplicabilidade aos tecidos sociais africanos⁷¹.

Naquilo que objectivamente interessa a esta investigação, os autores sistematizam três conceitos: sistema político, estrutura política e cultura política. O sistema político é

⁶⁹ Ribeiro 2000.

⁷⁰ Almond & Verba 1989 [1963], pp.5-10 e 29-30.

⁷¹ Cf. Heimer *et alii* 1990, p. 21; Pereira & Davids 2002, pp. 6-8.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

entendido como um todo relacionado com o funcionamento global da esfera política, dentro da qual se podem distinguir, por um lado, a estrutura política, e, por outro lado, a cultura política. A estrutura política tem a ver com as instituições de governação, em particular o estado, tal como elas existem e funcionam. É, portanto, a vertente institucional ou formal do sistema político. Por seu lado, a cultura política tem a ver com a forma como os cidadãos se orientam face às estruturas políticas que os tutelam, ou seja, como os cidadãos concebem o poder político. No último caso está-se no domínio do social, em particular do pensamento social, que é aquele que interessa a uma investigação sobre a dimensão política do pensamento social. Cultura política implica a existência de uma instituição centralizada de poder (o estado, mas também sistemas políticos pré-estatais, como os sistemas tribais) que se constitui como referente orientador do pensamento social. Trata-se de um conceito cuja ancoragem nos tecidos sociais é sempre feita a grupos e nunca ao indivíduo⁷².

Embora a definição seja reveladora da tendência normativa de Gabriel Almond e Sidney Verba, a verdade é que ela ajuda a clarificar que, nesta investigação, se está a trabalhar apenas sobre uma parte do sistema político, aquela que na terminologia dos autores se designa por cultura política.

Um segundo contributo tem a ver com o facto da proposta analítica em causa permitir delimitar o que é o político numa cultura societal mais vasta:

«The term “political culture” thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system. (...) we can only stress that we employ the concept of culture in only one of its many meanings: that of “psychological orientation toward social objects”. (...) In treating the component parts of the political system we distinguish (...) three broad classes of objects: (1) specific “roles” or “structures”, such as legislative bodies, executives, or bureaucracies; (2) “incumbents” of roles, such as particular monarchs, legislators, and administrators, and (3) particular public “policies”, “decisions”, or “enforcements” of decisions. (...) The important thing for our classification is what political objects individuals are oriented to, how they are oriented to them, and whether these objects are predominantly involved in the “upward” flow of policy making or in the “downward” flow of policy enforcement»⁷³.

É de grande utilidade que se considere que a cultura política se estrutura a partir de elementos objectivamente identificáveis num sistema político. São eles que se constituem

⁷² Cf. Almond & Verba 1989 [1963], pp. 20 e segs.

⁷³ Almond & Verba 1989 [1963], pp.12-15.

como referentes orientadores do pensamento dos actores sociais sobre o político. Fica, através do conceito de cultura política, muito menos ambíguo o que se pode entender por dimensão política do pensamento social. Sendo essa também uma posição tendencialmente rígida de Gabriel Almond e Sidney Verba, ela não deixa de ser relevante para quem pretenda encontrar instrumentos que legitimem uma investigação da dimensão subjectiva do social: o pensamento.

Foi esse contributo que fez com que optássemos pelo referente estado, dada a relevância que lhe era atribuída pelos actores sociais em Moçambique, como os trabalhos de campo anteriores (1997 e 1998) e a fase exploratória desta pesquisa (2003) evidenciaram.

O modelo de cultura política de Gabriel Almond e Sidney Verba propõe ainda uma taxonomia tricotómica: cultura política paroquial, cultura política de súbdito e cultura política participante. Dado o papel essencial que esses três tipos de cultura política desempenham na teorização em causa, clarifiquemos cada um deles.

A cultura política paroquial tem sobretudo a ver com a organização política das sociedades tradicionais, particularmente as sociedades tribais africanas (a expressão é dos autores, dado que temos sérias reservas quanto à utilidade do termo tribo/tribal na análise das realidades africanas), nas quais não existem papéis políticos especializados. As lideranças são ao mesmo tempo políticas, económicas e religiosas. Portanto, as orientações políticas são também orientações religiosas e sociais. Neste caso, o indivíduo nada espera do sistema político. Em casos de sistemas políticos mais diferenciados, por exemplo tribos periféricas em sistemas onde se reconhece a existência do estado, o paroquialismo tende a ser afectivo e normativo quando se referencia o regime político central⁷⁴.

A cultura política de súbdito implica a existência de orientações face a uma esfera política diferenciada e de uma autoridade governativa especializada – o estado – em relação à qual os indivíduos se referenciam. Porém, a relação do súbdito com a esfera do poder político é essencialmente passiva. Em sistemas políticos desta natureza, nos quais se desenvolveram

⁷⁴ Almond & Verba 1989 [1963], pp.16-17. Cf. Chingono 1996, pp.163 e segs.; Florêncio 2003, p.58.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

instituições democráticas, a orientação dos súbditos será essencialmente afectiva e normativa⁷⁵.

A cultura política participante é aquela na qual os membros de uma sociedade se orientam face ao sistema político como um todo, tendo em conta as suas estruturas e processos políticos (*input*) e administrativos (*output*). O que distingue a cultura política participante das orientações políticas paroquial e de súbdito, é o facto de nestas últimas praticamente não existirem orientações *input*, isto é, o indivíduo nesses casos não participa na construção dos processos políticos. Portanto, as orientações *output* são a «corrente» inferior de imposição política e as orientações *input* são a «corrente» superior da acção política. No caso da cultura política participante, haverá uma componente cognitiva na orientação dos cidadãos em função dos seus interesses, ou seja, não há um tão forte predomínio de aspectos afectivos ou normativos⁷⁶.

Os três tipos de cultura política referidos – paroquial, de súbdito e participante⁷⁷ – são congruentes, respectivamente, com estruturas políticas tradicionais (ou tribais), estruturas políticas autoritárias e estruturas políticas democráticas. Sendo que as culturas políticas e as estruturas políticas compõem, em conjunto, o que os autores entendem por sistema político, como se referiu.

Seguindo o raciocínio de Gabriel Almond e Sidney Verba, o potencial de estabilidade/instabilidade de um sistema político passa pelo grau de congruência entre as culturas políticas e a estruturas políticas, ou seja, quanto mais elas forem congruentes, mais estáveis tenderão a ser os sistemas políticos. Todavia, instituições políticas paroquiais ou de súbdito podem ser moldadas a uma forma de funcionamento com base em modelos participantes. Nesse caso, a cultura política participante não elimina ou anula as formas paroquiais e de súbdito, mas antes com elas se articula originando uma estrutura e uma

⁷⁵ Almond & Verba 1989 [1963], pp.17-18.

⁷⁶ Almond & Verba 1989 [1963], p.18.

⁷⁷ Almond & Verba não concebem necessariamente estes três tipos de cultura política como uns substituírem os outros. No mesmo indivíduo, mesmo em democracias consolidadas, coexistem orientações paroquiais, de súbdito e participantes. Nem as culturas políticas existem em *estado puro*, se exceptuarmos as culturas simplesmente paroquiais. Elas são sempre mistas, isto é, numa cultura de súbdito podem coexistir aspectos paroquiais e de participação. A questão central é a do nível de congruência que a cultura política consegue estabelecer entre instituições de natureza diversa, sejam elas paroquiais, de súbdito ou participantes (Almond & Verba 1989 [1963], pp.18 e segs.).

cultura políticas congruentes. Na prática, é isso que Gabriel Almond e Sidney Verba definem como cultura cívica, uma espécie de compromisso entre a tradição e modernidade⁷⁸.

A admitir a sua utilidade para estudos empíricos, esse modelo sedutor permitirá apenas captar, mesmo na sua variante de culturas políticas mistas⁷⁹, constelações sedimentadas (*patterns*) de determinadas dimensões do pensamento social (isto é, que remetam para um conjunto de crenças, valores ou atitudes coerentes, salientes e duráveis associadas ao político⁸⁰), que na actualidade não se encontram na esmagadora maioria dos tecidos sociais africanos⁸¹. Trata-se de uma perspectiva sobretudo estática que sugere apenas grandes transições em conjunturas delimitadas e num sentido linear, em geral em direcção a um ideal democrático. Essa é uma distinção essencial em relação à dinâmica e flexibilidade, sem objectivos ou rumos pré-definidos, que Serge Moscovici imprime ao conceito de representações sociais.

Quando aplicado a contextos com as características da generalidade dos tecidos sociais da África Subsaariana, o conceito de cultura política revela inadequações de raiz. A generalidade das realidades africanas pós-coloniais pouco ou nada tem a ver com os quadros sociais de referência que sustentam o conceito de cultura política de Gabriel Almond e Sidney Verba. Os estudos africanos remetem para outro tipo de enquadramentos. Eles relacionam-se, por exemplo, com sociedades em recomposição acentuada, muitas delas saídas de transições políticas recentes ou ainda envolvidas em processos políticos conturbados, marcados pela instabilidade e por guerras civis, muitas vezes prolongadas ou recorrentes. Uma vez que a sedimentação do social implica a transmissão intergeracional (quer ao nível das práticas, quer ao nível dos conhecimentos, ambos com implicações

⁷⁸ Almond & Verba 1989 [1963], pp.5-10 e 29-30.

⁷⁹ Como possíveis modelos de culturas políticas mistas, os autores referem a *cultura política paroquial de súbdito*, a *cultura política de súbdito-participante* e a *cultura política paroquial-participante* (Almond & Verba 1989 [1963], pp.22-26).

⁸⁰ Cf. Heimer *et alii* 1990, p. 21.

⁸¹ O entendimento correspondente à definição dos conceitos propõe que se considere que existe sempre um pensamento social sobre o político, porém ele pode ou não ter a forma de constelações (*patterns*) sedimentadas. Tornar-se-á, por isso, apenas apropriado falar em cultura política quando existir «(...) uma constelação relativamente duradoura das diferentes dimensões do pensamento social sobre o político, passando a questão da existência ou inexistência deste tipo de constelações a ser uma questão empírica» (Franz Heimer, Outubro de 2004, «Documento de trabalho» do projecto *Reconstituição dos espaços políticos na África Lusófona*, ISCTE 2000-2004).

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

directas na estrutura social)⁸², é muito difícil que tal se verifique nas sociedades da África pós-colonial ou, a verificar-se, no geral esse tipo de processos são embrionários.

O caso de Moçambique é particularmente elucidativo como demonstra o estudo de Mark Chingono. A tese do autor é a de que a guerra civil entre a Frelimo e a Renamo (1976/1977-1992) implicou o despoletar de transformações na estrutura social, na organização política ou nas actividades económicas, com impacto em domínios essenciais como a religião ou no papel social das mulheres. Esse conjunto de transformações, pela sua natureza estrutural, implica que as sedimentações se estendam por períodos de tempo relativamente prolongados que se estendem na pós-guerra⁸³.

Para além do referido, na África Subsaariana está-se perante formações territoriais nacionais que integram componentes de heterogeneidade (étnico-linguísticas, religiosas, raciais, regionais, históricas ou de identidades sociais constituídas). Elas manifestam-se das mais variadas formas na vida social e nas organizações políticas, bem como tendem a reflectir-se a vários níveis (local; regional; central; na relação urbano/rural). Essa heterogeneidade, por vezes, assume particular saliência, podendo conter factores de potencial ruptura nos equilíbrios políticos e/ou conduzir à fragmentação dos tecidos sociais.

Pelo que foi referido, justifica-se, nesta investigação, o recurso a uma expressão heurística mais flexível e mais neutra – pensamento social sobre o político – em vez do conceito de cultura política (em Moçambique ou em África), dado que o rigor do último implica pré-condições que o tornariam numa camisa-de-forças para os estudos africanos.

A título de exemplo, Gabriel Almond e Sidney Verba avançam com uma hipótese lógica para a estabilidade ou instabilidade dos sistemas políticos, assunto pertinente nas análises sobre África. Porém, isso implicaria tendencias certas a montante: uma, a estabilidade e a caracterização sustentável das estruturas políticas (isto é, das instituições de governação); outra, a estabilidade e a caracterização aproximada das culturas políticas dominantes nas formações sociais em causa. Não se verificando tais pressupostos, isto é, não tendo sido

⁸² Cf. Berger & Luckmann 1999 [1966], pp.78-82.

⁸³ Chingono 1996.

identificados, com base em estudos empíricos, sedimentações relativamente duradouras nos padrões de comportamento e de pensamento sociais sobre o político, propostas como as de Gabriel Almond e Sidney Verba, sem lhes negar utilidade, limitam-se a ser instrumentos analíticos cuja adequação às realidades africanas é questionável.

O estado da arte feito por Heimer, Viegas & Vala assinalou, em 1990, a actualidade do conceito de cultura política e um esforço de clarificação e sistematização dos avanços desde a proposta inicial de 1963, bem como abriu a porta a outras dimensões do pensamento social sobre o político para além da cultura política:

«(...) a opção é de entender cultura política, exclusivamente, como pensamento social sobre a esfera do político e, neste sentido preciso, como dimensão subjectiva da política (ou ainda como dimensão simbólico-ideológica da política, apreendida pelo lado subjectivo dos agentes sociais). (...) [e] em situações concretas, factores de outra ordem poderão assumir uma importância tal que a cultura política acaba por explicar apenas uma parte menor dos processos políticos».⁸⁴

A resposta, nesta investigação, a essa proposta de abertura analítica foi o recurso ao conceito de representações sociais.

3.4. As atitudes

Recorremos ao termo atitude por sentirmos necessidade de clarificar um aspecto preciso da teorização de Serge Moscovici. Com efeito, o autor sobrepõe a noção de objectos representacionais com a de *themata*, sem ser suficientemente explícito quanto à forma de operacionalizar esses instrumentos numa pesquisa empírica⁸⁵. Na busca de uma resposta, seleccionámos um texto de duas autoras – Shelly Chaiken e Alice Eagly (1993) – que trata a questão de modo mais convincente. Isso permitiu-nos diferenciar os *themata* (os temas a partir dos quais se organiza o conhecimento social sobre determinado objecto)⁸⁶ do objecto de atitude em si (o objecto a que os temas se reportam, no caso do nosso estudo, o estado em Moçambique). Por ficar omissa ao longo do nosso texto a noção de objecto de atitude –

⁸⁴ Heimer *et alii* 1990, pp.16 e 22. De qualquer modo, é útil sublinhar que os autores chamam a atenção, entre outros aspectos, para a necessidade de se distinguirem opiniões «situacionais», por um lado, de crenças, atitudes, etc. «estáveis», por outro lado, sendo que a cultura política tem a ver com as últimas (Heimer *et alii* 1990, pp. 14 e segs.).

⁸⁵ Cf. Álvaro & Garrido 2007 [2003], pp.286-292.

⁸⁶ Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994].

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

dado que o objecto estado se mantém constante, o que muda são os *themata* com base nos quais o objecto é avaliado –, isso reforça a necessidade de ela ser explicitada previamente.

Sublinhe-se que não é propriamente o conceito de atitude que nos interessa (se assim fosse não nos poderíamos limitar à proposta das autoras referidas que sugerem apenas um entre vários caminhos possíveis), mas uma definição pelas autoras de um instrumento preciso: o objecto de atitude.

De qualquer modo, é importante enquadrar sucintamente a linha de raciocínio em causa para se chegar à noção de objecto de atitude. Shelly Chaiken e Alice Eagly definem do seguinte modo o que entendem por atitude: «(...) *Attitude is a psychological tendency that is expressed by evaluating a particular entity with some degree of “favour” or “disfavour”*»⁸⁷. O que está a ser avaliado constitui o objecto de atitude. Isso permite-nos inferir que o conhecimento social é elaborado em torno de objectos que são sempre avaliados num contínuo entre o positivo e o negativo⁸⁸. Não existem cognições sociais sem avaliações, pois o conhecimento social não é a mera reprodução do que quer que seja, mas a ele é intrínseca a construção de um sentido. O que Shelly Chaiken e Alice Eagly afirmam é que essa produção de sentido é feita pela avaliação de determinados objectos.

⁸⁷ Chaiken & Eagly 1993, p.1, cf. pp.1-3. Considera-se nesse texto que as atitudes oscilam entre *atitudes positivas* (a favor de algo) e *atitudes negativas* (estar contra ou desaprovar algo) (p. 1). As atitudes assentam nesta dicotomia estruturante. A *tendência psicológica* remete para o estado interno da pessoa e a *avaliação* remete para classes de respostas avaliativas. A avaliação tem a ver com o *positivo* e com o *negativo* e as atitudes implicam os domínios afectivo, cognitivo ou comportamental (p.2). As atitudes não são necessariamente *disposições* (essas não duram muito tempo), mas antes *tendências*. Isto quer dizer que elas tanto podem ser temporárias e mutáveis (especialmente se não forem importantes para os sujeitos que as possuem) ou estados de longa duração (p.3). As atitudes podem ser *adquiridas* (as autoras usam o termo no sentido de inatas, pois têm uma base biológica, instintiva, genética ou ao nível do afectos que não implicam processos mentais elevados ou têm uma componente que não foi aprendida) ou *aprendidas*. Estas últimas são as que mais interessam aos psicólogos sociais. No fundo isso tem a ver com o conceito de cultura, enquanto aprendizagem social resultante da socialização dos indivíduos.

⁸⁸ Jorge Vala considera que o conceito de atitude, a partir dos anos 60/70, foi suscitando a questão da incongruência entre as atitudes e os comportamentos, começando a revelar-se importante tentar encontrar-se nas atitudes algo preditivo dos comportamentos. A incapacidade de responder a essa preocupação tornou o conceito de atitude mais pobre e, nos anos 80, ele passou a representar a dimensão avaliativa do objecto (Debate no ISCTE, Lisboa, 21.09.2006). Perspectiva coincidente com a análise que Moscovici e Marková fazem sobre a relação entre o conceito de atitude e o de representações sociais, o primeiro enquanto algo partilhado por muitas áreas de investigação e o segundo um conceito que se individualizou. Considera ainda Moscovici, por seu lado, que as atitudes apontam para uma relação binária entre o sujeito e objecto, entre o subjectivo e o objectivo, enquanto que as entidades (ou objectos) sociais são sempre representadas, tornando impossível tal separação entre o objecto e o *self*, embora a atitude seja uma parte da representação. Desse modo, Moscovici considera os conceitos de atitude e de representações sociais perfeitamente distintos e apontam para tipos de abordagem diferenciados (Moscovici & Marková 2000 [1998], pp. 231-236).

Interessa-nos, portanto, de modo específico a noção de objecto de atitude⁸⁹. A sua definição por Shelly Chaiken e Alice Eagly (1993) reforça a possibilidade de, no plano analítico, sermos mais incisivos na identificação da dimensão subjectiva do social que pretendemos estudar⁹⁰. De acordo com as autoras, numa pesquisa empírica os objectos de atitude devem ser definidos com precisão. Não será viável propor avaliações sobre objectos difusos como o país ou o estado, mas antes, por exemplo, sobre a situação económica do país ou a cobrança de impostos pelo estado⁹¹.

Para operacionalizar a proposta de Shelly Chaiken e Alice Eagly, e tendo em conta que pretendemos analisar a maneira como os actores sociais representam as relações entre as sociedades e o poder que as tutela, transformámos o estado em Moçambique de objecto vago ou abstracto, num objecto de atitude relativamente preciso (isto é, passível de ser avaliado pelas pessoas comuns) recorrendo a dois processos complementares. Em primeiro lugar, por uma classificação do estado assente no tempo histórico que lhe conferia, à partida e aos olhos dos actores sociais, determinados atributos próprios: o estado no período colonial (até 1974-1975); o estado no período pós-colonial da primeira república (1974-1975 a inícios dos anos 90); e o estado no período pós-colonial da segunda república (desde inícios dos anos 90). Ou seja, não é um estado abstracto que está em causa, mas três modelos de estado distintos. Em segundo lugar, para o período pós-colonial acrescenta-se o papel central das figuras de referência que dirigiram o estado, num processo em que, para os actores sociais, os atributos pessoais de cada líder se confundiam com os atributos do próprio estado: «o tempo de Samora [ou de Machel]», «o tempo de [Joaquim] Chissano» e/ou «o governo de [Armando] Guebuza». Ou seja, no último caso, o estado torna-se num objecto de atitude também por existir uma tendência saliente para a sua personificação através da representação social da acção do líder.

Tal como sublinham Shelly Chaiken e Alice Eagly, se, por um lado, o objecto de atitude não pode ser demasiado abstracto, vasto, vago ou impreciso, impedindo que se operacionalize uma avaliação⁹², precisamente porque a noção chave de avaliação do

⁸⁹ Chaiken & Eagly 1993, pp.4-6.

⁹⁰ Cf. Almond & Verba 1989 [1963], pp. 13-14.

⁹¹ Chaiken & Eagly 1993, p. 5.

⁹² Enquanto as atitudes exigem sempre um grau de avaliação, o mesmo não acontece com um traço, de personalidade por exemplo; uma disposição ou estado de espírito; um hábito ou outras tendências ou disposições dos indivíduos.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

objecto fica omissa; por outro lado, mesmo que se avalie uma única entidade, ela pode implicar uma variedade de estímulos. Só se podem inferir atitudes quando um estímulo visando determinado objecto for observado como desencadeador de respostas que exprimem um dado grau de avaliação⁹³. Portanto, não é do estado em Moçambique em abstracto que a investigação trata, mas os estímulos que desencadeavam respostas por parte dos entrevistados eram o estado no período colonial; o estado no período pós-colonial socialista; ou o estado no período pós-colonial multipartidário. Dito por outras palavras, são as representações sociais da governação no tempo dos portugueses (até 1974-1975), no tempo de Samora Machel (1975/5-1986), no tempo de Joaquim Chissano (1986-2004/5) ou com a chegada ao poder de Armando Guebuza (desde 2004/2005) que estão em causa.

O raciocínio é particularmente útil, desde que se tenha em conta que o objectivo final não é inferir atitudes, mas caracterizar representações sociais. Logo, se se quiser uma maior precisão terminológica, o que Shelly Chaiken e Alice Eagly designam por objecto de atitude, nesta investigação designar-se-ia por objecto de representação: o estado em Moçambique. É em torno dele que se organizam as representações sociais com base no que Serge Moscovici e Georges Vignaux designam por *themata*.

3.5. O estado

«Social representations are often concerned with macrosocial phenomena that are of a long-winded nature and such phenomena are difficult to study in the laboratory» (Ivana Marková in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 271).

É através da referência ao estado que a estrutura teórica que vamos elaborando ancora na realidade. O estado assume uma função instrumental dado que é através dele que direccionamos o quadro teórico (construído com base nos conceitos de representações sociais e de cultura política, bem como na noção de objecto de atitude) num determinado sentido. Ao estado conferimos também papel central na constituição e organização do

⁹³ Chaiken & Eagly 1993, pp. 5-6.

sistema político em Moçambique, tanto no período colonial quanto no período pós-colonial⁹⁴.

O estado apresenta-se, por isso, como conceito operatório. Nessa perspectiva, seguimos a aceção proposta por Max Weber. Todavia, não é propriamente o estado em si que nos interessa, mas sobretudo o estado como referente orientador ou regulador das relações sociais no contexto de uma associação de dominação (*ruling organization*), tal como Max Weber a definiu⁹⁵, acrescentando-lhe uma decisiva dimensão política:

«A “*ruling organization*” will be called «*political*» insofar as its existence and order is continuously safeguarded within a given territorial area by the threat and application of physical force on the part of the administrative staff. A compulsory political organization with continuous operations (“*politischer Anstaltsbetrieb*”) will be called a «*state*» insofar as its administrative staff successfully upholds the claim to the monopoly of the legitimate use of physical force in the enforcement of its order. (...) It goes without saying that the use of physical force (“*Gewaltsamkeit*”) is neither the sole, nor even the most usual, method of administration of political organizations. On the contrary, their heads have employed all conceivable means to bring about their ends. But, at the same time, the threat of force, and in the case need its actual use, is the method which is specific to political organizations and is always the last resort when others failed. (...) The claim of the modern state to monopolize the use of force is as essential to it as its character of compulsory jurisdiction and of continuous operation.»⁹⁶

Parte-se também de uma tese proposta por Heimer, Vala & Viegas (1990), embora adaptando-a a um contexto de tipo não-europeu e associando-a, não ao conceito de cultura política como fazem os autores, mas à teoria das representações sociais:

«(...) no caso de sociedades do tipo das europeias, definir a cultura política como a esfera da sociedade onde os actores interagem em ligação mais ou menos directa com o Estado enquanto instância de atribuição de recursos materiais e simbólicos»⁹⁷.

O que se pode clarificar do que até aqui foi referido, é que o político (aquele que interessa à nossa investigação) se produz precisamente a partir das interacções entre as sociedades e os poderes que as tutelam, neste caso o estado. Essas interacções condicionam tanto as

⁹⁴ Cf. Pitcher 2002; Macamo 2002c & 2003b.

⁹⁵ «A. “Power” (*Macht*) is the probability that one actor within a social relationship will be in a position to carry out its own will despite resistance, regardless of the basis on which this probability rests. B. “Domination” (*Herrschaft*) is the probability that a command with a given specific content will be obeyed by a given group of persons. “Discipline” is the probability that by virtue of habituation a command will receive prompt and automatic obedience in stereotyped forms, on the part of a given group of persons» (Weber 1978 [1922], vol.1, p. 53).

⁹⁶ Weber 1978 [1922], pp.54 e 56. Cf. Weber 2005 [1918-1919], pp. 63-64.

⁹⁷ Heimer *et alii* 1990, p. 19.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

práticas sociais, quanto o pensamento social. É no último que nos iremos focalizar, como temos referido.

Para uma abordagem mais específica sobre as características do estado em África, recorreremos a Jean-François Bayart⁹⁸. Na reflexão que faz sobre a génese do estado em África⁹⁹, o autor constata que ele se constitui como referente central na estruturação dos espaços políticos (nisso não será certamente alheia a influência de Max Weber), mesmo em situações em que as identidades étnicas mantenham ou adquiram relevância. As últimas desempenham (e desempenharam) papel activo na dinâmica dos estados africanos tanto na época colonial como na pós-colonial, sem necessariamente os serem em causa, isto é, podendo participar na sua estruturação e consolidação¹⁰⁰:

«L'ethnicité, nous l'avons vu, est un processus de structuration culturelle et identitaire, plutôt qu'une structure donnée. Comme telle, elle est inséparable d'un procès de structuration, celui, politique, d'un champ étatique. A moins qu'elles ne se soldent par un projet irrédentiste ou séparatiste – phénomène somme toute étonnamment rare dans l'Afrique postcoloniale –, les appartenances ethniques participent par définition d'un "univers de significations partagées", celui de l'État. (...) Notion relationnelle et non substantielle, l'ethnicité est un cadre parmi d'autres de la lutte sociale et politique»¹⁰¹.

Além de se referenciar a um espaço territorial delimitado por fronteiras e ao monopólio do recurso à violência legítima, o que de essencial importa nas perspectivas referidas – Serge Moscovici, Max Weber ou Jean-François Bayart – é, por um lado, a noção do estado enquanto organização dinâmica que, ao interagir permanentemente com o social, modela-o e é modelado por ele, ganhando características idiossincráticas. Ou seja, se é possível elaborar ideais-tipo de estado que criam categorias válidas para a análise de diferentes situações, cada estado é uma entidade única constituída ao longo de um percurso histórico e social peculiar¹⁰². Por outro lado, os autores referidos sublinham, de uma maneira ou de outra, o papel tendencialmente activo de indivíduos e sociedades na construção dos seus universos de sentido, universos esses que se estruturam em torno de instituições que

⁹⁸ Bayart 1989, pp.83-84 ; Bayart 1996.

⁹⁹ Cf. Baczko 1985a, p.300.

¹⁰⁰ Bayart 1989, pp.19-61. Cf. Newitt 1997 [1995], p.363; Florêncio 2003, pp. 134 e segs.

¹⁰¹ Bayart 1989, pp.83-84.

¹⁰² Bayart considera o estado em África produto de uma história tripla: pré-colonial (da qual herda características como o patrimonialismo, a individualização, a sacralização e o clientelismo na gestão do político); colonial (que confere à administração o carácter burocrático destinado à dominação e exploração da sociedade); e do passado recente (marcado pela informalização da vida política e económica) (Bayart 1996, p. 27). Cf. Florêncio 2003, p.93.

servem de reguladoras do social¹⁰³. Nessa perspectiva, a redução dos actores sociais a meros sujeitos passivos (ou vítimas) da história ou da acção dos estados significa a negação do próprio social¹⁰⁴. Indivíduos e sociedades são igualmente activos tanto na resistência quanto na consolidação dos estados (em África ou algures, na época colonial e na pós-colonial)¹⁰⁵.

Sobre um país como Moçambique em que o estado se constituiu sobretudo em torno da regulamentação da mão-de-obra indígena¹⁰⁶, sendo inegáveis todo tipo de abusos e o recurso à violência por parte das autoridades coloniais, dos privados ou dos recrutadores de trabalhadores migrantes para os países vizinhos (África do Sul, Rodésia do Sul [Zimbabwe] e Niassalândia [Malawi]), o historiador Malyn Newitt, reportando-se a inícios do século XX, escreveu:

«Não obstante, (...) [a] lista convencional de abusos da mão-de-obra colonial é apenas parte de uma história complexa. Em nenhum momento foi o camponês um alvo inerte da opressão. A política colonial e a reacção dos camponeses estabeleceram uma espécie de dialéctica hegeliana que a sociedade moçambicana herdada pela Frelimo acabou por criar. A experiência dos camponeses africanos em Moçambique diferia em dois aspectos da dos seus congéneres em muitas outras partes da África. Em primeiro lugar, o trabalho não estava, de um modo geral, associado à perda da terra. Por conseguinte, os seus efeitos terão de ser avaliados como parte das circunstâncias económicas gerais da agricultura de subsistência da aldeia. Em algumas zonas, a mão-de-obra contratada era recrutada de entre as populações com excesso de mão-de-obra na economia rural e, apesar dos baixos salários dos trabalhadores, o seu rendimento levou a um aumento do consumo e mesmo a uma capacidade de acumular capital. O segundo factor foi a possibilidade de o camponês moçambicano emigrar.»¹⁰⁷

Em consonância com a perspectiva anterior, João Paulo Borges Coelho, para o período de consolidação do estado (entre os anos trinta e inícios da década de sessenta do século XX),

¹⁰³ Cf. Macamo 1998, pp.50 e segs.

¹⁰⁴ Tese também defendida por Mark Chingono na análise que faz sobre as transformações de longa duração despoletadas pela guerra ocorrida em Moçambique entre a Frelimo e a Renamo (1997/1997-1992) (Chingono 1996, em especial p.33). Diferente é a perspectiva de Michel Cahen e da qual nos distanciamos por praticamente anular a dimensão social do estado. Ela é reduzida a um mimetismo do estado metropolitano: «(...) o Estado colonial não era senão o Estado metropolitano. Mesmo que a colonização tenha produzido efeitos identitários, a administração colonial não podia ter sido o lugar de fusão do Estado-nação devido à sua relação com os colonizados» (Cahen 2005, p. 45).

¹⁰⁵ É o que sugere Bayart na análise de longa duração que faz sobre o processo de edificação dos estados coloniais, no qual os actores e tecidos sociais locais desempenharam papel relevante. Não significa isso que África tenha sido colonizada pelos africanos. Até porque na tese do autor a extravasão desempenhou e desempenha um papel crucial na construção do estado nos períodos colonial e pós-colonial: «Mais le caractère extraverti, voire centrifuge des processus politiques que ce référent implique à l'évidence n'atténue en rien le rôle des acteurs autochtones» (Bayart 1989, p.46). Cf. Macamo 2005b, pp.67-97; Ki-Zerbo 2006, p.67.

¹⁰⁶ Schaedel 1984.

¹⁰⁷ Newitt 1997 [1995], p.363.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

nega o simplismo excessivo que atribui ao estado em Moçambique um cariz meramente étnico, dado que o domínio dos europeus não esgotava a máquina estatal propriamente dita. A última implicava uma complexidade de interesses e beneficiários entre os próprios africanos.

«The idea of simply drawing a line between colonists and colonised as Europeans and Africans, implying that the African auxiliaries of the Portuguese state were simply the ones who had trespassed that line, prevents the view of a far more complex and rich reality. For understanding such a reality it seems important to distinguish between two main groups of “collaborators”. One included the individual who, for several reasons and through diverse ways came to be at the service of colonial administration, comprising “sipais”, interpreters, administrative guards, “trackers”, and so forth. Often recruited among the ranks of former soldiers of the colonial army, they had made some sort of break with their original communities¹⁰⁸, even if in many cases their new status brought them increased social importance and prestige. In the other group of “collaborators” stood community leaders such as “régulos”, heads of group of villages and village chiefs, corresponding to the three levels of the “black structure” in the administration. Being either original community leaders “legitimised” by colonial authorities or simply installed by them, the fundamental difference from the first group seems to be the ties the “régulos” kept with their communities, since they still held their value as “collaborators” precisely as long as they were able to keep some level of legitimacy inside their own communities. This particular characteristic conferred on the régulos their ambiguous nature as influential leaders of their communities and, simultaneously, as agents of the colonial state.»¹⁰⁹

Mais adiante, a propósito da estratégia de guerra psicológica posta em prática pelas autoridades coloniais com vista a isolar os nacionalistas durante a guerra em Moçambique (1964-1974), tentando ganhar para o estado as populações rurais, o mesmo autor refere que tal estratégia tinha em conta que:

«(...) the rural people were considered as integrated in a scale which ranged from the “mass” to the “elite”, the former including ordinary peasants integrated in tribal society, and the latter including the African students in high schools and the ones who had achieved important working posts in the state apparatus or as private business owners. In between remained the so-called “evolved group” who though integrated in the tribal society had achieved important positions there, and the “intermediary group” formed by nurses, low-level school teachers, interpreters, etc.»¹¹⁰

¹⁰⁸ A constituição da formação territorial nacional dinamizada pela acção do estado a partir da quebra dos seus agentes com as comunidades de origem é uma característica essencial que se prolongou na fase pós-colonial. Não só o movimento de libertação nacional (Frelimo) também impulsionou um processo semelhante; como a Renamo o fará mais tarde, sendo que a Renamo foi tanto mais representativa quanto mais se distanciou de uma identidade étnica específica (vaNdau) e o facto de se ser pluriétnico significa, precisamente, que a etnicidade originária se transformou; como outras instituições desenvolveram processos semelhantes ao longo do tempo, bastando, por exemplo, analisar o corpo eclesiástico da influente igreja presbiteriana (Missão Suíça), composto por indivíduos e às vezes famílias originários do sul, que lideram pequenas comunidades religiosas um pouco por todo o país e nas quais se integram; o mesmo se passando com muitas outras igrejas cristãs sincréticas. A agregação em comunidades religiosas de pessoas oriundas de várias regiões do país e de diferentes pontos da província numa cidade como Tete é algo facilmente constatável.

¹⁰⁹ Coelho 1993, p.118.

¹¹⁰ Coelho 1993, p. 199.

O período pós-colonial em Moçambique acentuará, na essência, as características referidas do aparelho administrativo estatal, agora formalmente constituído por cidadãos nacionais. Tratou-se da aceleração de uma tendência iniciada no período colonial e que, ainda nessa época, em particular desde os anos sessenta, sofreu transformações importantes.

Após a independência o funcionalismo público manteve e/ou promoveu quadros provenientes da época colonial; integrou e/ou promoveu indivíduos com algum nível de formação (em especial os escolarizados), até porque o aparelho estatal necessitava de modo significativo de novos funcionários, não só para compensar a saída, em 1974-1975, de milhares de colonos brancos e de uma parte da elite mestiça¹¹¹, como também a nacionalização do aparelho produtivo forçava essa opção; e, em especial ao nível das populações locais, ao substituir-se a legitimidade das lideranças tradicionais (régulos) pela legitimidade das autoridades nomeadas pela Frelimo (secretários¹¹²), em ambos os casos a estrutura administrativa era dirigida por indivíduos oriundos das comunidades que lideravam e que, de algum modo, expressavam as suas tensões internas. Daí que, num sistema onde o estado tem um poder efectivo, as tensões internas das comunidades sejam em grande parte condicionadas pelo tipo de relacionamento que elas estabelecem com o poder central.

Desde a sua génese colonial até hoje, o estado em Moçambique mantém uma fronteira diluída entre o formal e o informal, sendo que o último tem sido decisivo para que o estado funcione junto das populações¹¹³. É pelo lado informal, sem dúvida, que o poder central garante, como sempre garantiu, uma profunda inserção social em Moçambique. Dito por outras palavras, não é possível que um estado, a partir do qual se constitui aquilo que Max Weber designa por associação de dominação, exista e funcione numa espécie de vácuo social.

Mas é também isso que confere um carácter *sui generis* ao tipo de estado que tem existido em Moçambique, quando comparado, por exemplo, com os estados de tipo ocidental. Assim como as actividades produtivas, o mercado de trabalho, a regulação de relações

¹¹¹ Cf. Coelho 1993, pp.326-327.

¹¹² Sem que a Frelimo se desse conta, os secretários foram frequentemente régulos (ou indunas).

¹¹³ Cf. Florêncio 2003, pp. 66 e segs.; Serra 2003a.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

entre pessoas ou entre as comunidades e as autoridades administrativas que lhes são exteriores assumem uma carga de informalidade significativa, assim deve ser também pensado o estado em determinado tipo de sociedades. Informalidade aqui significa tão-só aquilo que não encaixa nos padrões administrativos e de racionalidade-legal em que assentam os estados conotados com o modelo ocidental, bem como o tipo de informalidade em causa não pode, de modo algum, ser confundido com ilegalidade ou com corrupção, questões de natureza diversa. Limitamo-nos a caracterizar um determinado tipo de estruturas administrativas tendo em conta a sua inserção social.

O estado, desse modo, nunca se resume a uma mera imposição exógena, constituindo-se como instituição em permanente (re)construção que acompanha a dinâmica das próprias sociedades. É essa característica que explica a manutenção do controlo das sociedades pelo estado em Moçambique na transição para a independência em 1975, apesar das profundas transformações entretanto ocorridas.

Sem dúvida que o poder colonial europeu e português passou a ser tido como ilegítimo no sistema internacional, não na sua origem, mas sobretudo na pós segunda guerra mundial, num crescendo que foi chegando ao conhecimento do senso comum das populações colonizadas e que se acentuou, nas ex-colónias portuguesas em África, nos anos sessenta com a constituição dos movimentos nacionalistas que lutavam pelas independências. No caso de Moçambique a generalização dessa tendência ocorreu sobretudo na fase final da colonização. Sem dúvida também que a violência do estado em Moçambique no período colonial teve determinadas características e variações de intensidade no tempo e no espaço que a distinguem da violência do estado no período pós-colonial. Sem dúvida ainda que o poder pós-colonial em Moçambique é detentor de uma inquestionável legitimidade naquilo que tem a ver com a garantia da independência, conquistada e mantida pela ruptura com o modelo de legitimidade política colonial. Porém, a representação social do poder colonial como ilegítimo não atinge necessariamente a legitimidade do estado em si, dado que nunca é posta em causa pelos próprios actores sociais, no presente ou reportando-se ao passado, a constituição e consolidação de um sistema administrativo central sem o qual a formação territorial nacional não faria sentido. E nesse processo o papel hegemónico foi e continua a ser desempenhado pelo estado, o garante da continuidade histórica do país. Desse modo, o estado surge, na investigação e enquanto objecto de atitude, por um lado, como o mais

importante referente que permite regular o social e, por outro lado, ele existe em função de uma longa continuidade histórica (dir-se-ia mesmo secular) em Moçambique.

Desenvolvendo uma proposta inicial de Anne Pitcher¹¹⁴ com o intuito de garantir maior eficácia na utilização do conceito de estado, evitar-se-á, ao longo do texto, qualificar o estado («estado-nação»; «estado-tradicional»; «estado-socialista»; «estado-democrático»; «estado-patrimonial»; «estado-português»; «estado-moçambicano»; «estado-africano»; «estado-pós-colonial-da-I-república»; «estado-pós-colonial-da-II-república») ou adjectivá-lo («estado-sucedido»; «estado-fracassado»; «estado-forte»; «estado-fraco»¹¹⁵; «estado-em-desenvolvimento»; «estado-em-crise»). Adopta-se essa perspectiva com o propósito de reduzir os efeitos normativos associados ao uso do conceito, problemática que se coloca com especial acuidade nos estudos africanos¹¹⁶.

Mesmo o recurso às expressões «estado colonial» e «estado pós-colonial», ainda que, nesse caso, se trate de realidades históricas objectivas, evitar-se-á também, tanto quanto possível, recorrer a elas. Por um lado, pela carga ideológica que, de uma maneira ou de outra, tais expressões acabam por comportar; por outro lado, porque elas induzem à partida uma noção de descontinuidade histórica na estrutura e funcionamento do estado em África com a conquista das independências, que, na verdade, deve ser tomada com algum distanciamento crítico. A nossa opção epistemológica permite mais facilmente destrinçar as análises do social dos discursos de legitimação política, e também permite tornar mais facilmente perceptível o que mudou e o que se manteve nos tipos de interacção entre o estado e as sociedades na transição do colonial para o pós-colonial.

Assim sendo, o uso dos termos estado colonial e estado pós-colonial, se bem que legítimo, pode ser questionado por induzir respostas pré-concebidas. Jean-François Bayart propôs (cremos que conscientemente) uma ferramenta heurística eficaz: *L'état en Afrique*. A expressão torna-se, desse modo, independente da carga genética (pré-colonial; colonial; ou pós-colonial) e sobretudo da carga ideológica em que se encontra amarrada. É isso que pretendemos.

¹¹⁴ Pitcher 2002, pp.17-19 e segs.

¹¹⁵ Migdal 1988.

¹¹⁶ Cf. Manning 2002, pp.17-22.

Exit, voice & loyalty

Num outro plano, o do papel do estado enquanto instituição de regulação social (tal como as famílias, as igrejas, as empresas, os partidos políticos ou demais instituição de regulação social), o modelo tripartido através do qual Albert Hirschman enquadra a acção social – *exit, voice & loyalty* – assume particular relevância. Em breves palavras, o *exit* acontece quando os indivíduos se abstêm de participar, normalmente abandonando a instituição a que pertencem ou exilando-se (física ou psicologicamente). A *voice* manifesta-se quando os indivíduos expressam a sua opinião crítica e, eventualmente oposição, sendo que essas atitudes fortalecem a sua inserção e, por essa via, a própria instituição de que fazem parte. Por último, a *loyalty* verifica-se quando os indivíduos manifestam comportamentos de lealdade porque acreditam na instituição e/ou porque o preço do abandono e/ou do uso da *voice* é demasiado oneroso¹¹⁷.

O modelo é útil por apontar para a falta de pertinência, ao nível da regulação de comportamentos sociais, na separação entre estado e a(s) sociedade(s) que tutela. Esse é um contributo de extrema importância para os estudos africanos (mas não só) porque é na reificação dessa separação que as perspectivas analíticas tendem a fundamentar a oposição entre o moderno e o tradicional que, muitas vezes, se converte numa camisa-de-forças cuja utilidade analítica se torna pouco eficaz. Na perspectiva de Albert Hirschman a oposição entre organismos do estado e organizações da sociedade não faz sentido, pois as organizações, independentemente da sua natureza (política, económica, cultural), servem para regular comportamentos e enquadrar os indivíduos, sempre num contexto institucional formal ou informal, nuclear ou socialmente abrangente, numa expressão, da família ao estado (passando por instituições comunitárias, organizações religiosas, empresas, partidos políticos, associações cívicas e demais instituições). O importante é a integração e participação activa dos indivíduos na vida das instituições, tanto mais eficaz quanto mais a *voice* se associa à *loyalty* em contraponto ao *exit*. Portanto, para o autor não existe participação (ou vida social, concluímos) fora de um contexto institucional. Para isso Albert Hirschman propõe uma noção lata de instituição¹¹⁸.

¹¹⁷ Hirschman 1970.

¹¹⁸ Hirschman 1970, pp.1-20.

Na prática o modelo em causa acaba por considerar que, mesmo quando colocam o corpo de fora (*exit*), os actores sociais participam na construção de um sentido para as instituições e, desse modo, contribuem para a organização significativa do real. Pela tese de Albert Hirschman, as três modalidades a partir das quais o autor enquadra a participação social (*exit, voice & loyalty*) esgotam as possibilidades de existência social (e institucional) dos indivíduos, tornando a participação uma condição intrínseca à qualidade de actor/agente social, participação essa que a teoria direcciona essencialmente para os domínios económico e político. Como sugeriu o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, o indivíduo, segundo a lógica de Albert Hirschman, mesmo que nada faça, a sua acção acaba sempre por ter um significado passível de ser interpretado numa lógica racional de participação social e, ainda que reconhecendo validade à teoria de Albert Hirschman, considerou-a problemática porque, por um lado, o social está longe de se esgotar no racional; por outro lado, e no limite, a tese não admite a existência do indivíduo isolado, mas apenas do actor social¹¹⁹.

Todavia, centrando-se a nossa pesquisa nas representações sociais, por natureza resultantes da acção colectiva (nunca um produto individual), a proposta de Albert Hirschman revela-se pertinente e coerente com toda a estrutura conceptual da investigação. De resto, o que poderia ser problemático é o facto da teorização em causa ter sido elaborada essencialmente na perspectiva do estudo das práticas sociais (que têm um papel secundário ou marginal na presente investigação) e nós recorrermos a ela para analisar o pensamento social. É por isso que o modelo do *exit, voice & loyalty*, ainda que se tenha revelado de extrema importância ao longo da pesquisa, surge como meramente subsidiário do conceito central de representações sociais. Mas ao permitir colocar o estado ao nível de outras instituições no que tem a ver com a regulação de comportamentos sociais (famílias, igrejas, organizações comunitárias, etc.), a teoria de Albert Hirschman constitui também um suporte para que não se tome a acção do estado como radicalmente descontínua na transição do colonial para o pós-colonial.

Acrescentemos que o estado deve ser ainda considerado como referente essencial na socialização política dos indivíduos quanto ao seu sentido de pertença a uma formação

¹¹⁹ Comentário de Elísio Macamo durante um debate sobre a teorização de Albert Hirschman (ISCTE, Lisboa, 27.05.2003). Cf. Macamo 1998, pp.42-46.

3. Perspectiva teórica e instrumentos de análise

territorial nacional. É evidente que a relação indivíduo/sociedade é de uma enorme complexidade, muito além do que aqui está exposto¹²⁰, isto é, a acção socializadora sobre o político está longe de se resumir à esfera do estado. Ela não se esgota na presença ou na ausência do estado (ou de um poder centralizado), como tem demonstrado a antropologia política. A nossa opção é, por isso, intencional dado que nos permite delimitar o objecto de estudo, opção corroborada pelos dados empíricos. Ou seja, a partir de um contexto social micro ou circunscrito a um espaço limitado (a cidade de Tete) pretendemos analisar o pensamento social naquilo em que ele remete para o macropolítico, através do estudo das representações sociais. O macropolítico é aqui entendido como o que se relaciona com a formação territorial nacional e que, no nosso estudo de caso, tem a ver, de forma directa, com o estado.

No caso de Moçambique (o mesmo será válido para outros contextos), se o percurso histórico do estado (que corresponde ao percurso histórico do país no último século) é o fio condutor das representações sociais em análise, uma nota importante a realçar é a necessidade de uma distinção epistemológica entre, por um lado, a história (enquanto área do conhecimento que versa sobre o que “de facto” aconteceu) e, por outro lado, as representações sociais (como é que em função de determinadas inserções sociais, os actores sociais convocam, na actualidade, o passado próximo ou distante). Ainda que uma parte significativa o conteúdo das representações em causa remeta para o passado, não é tanto o passado em si que está em causa, mas a sua reelaboração no presente.

É importante clarificar esse ponto de partida para sublinhar que, no domínio politicamente sensível em que esta investigação se insere, quaisquer revisionismos da história são secundários¹²¹. A essência do estudo tem a ver com captar as representações sociais hoje existentes sobre a evolução do estado ao longo do tempo (do passado remoto ao passado recente)¹²². Desse modo, a história enquanto reconstrução do factual – como as ideologias, as personagens ou acontecimentos – não é mais do que uma das matérias-primas que permite aos actores sociais (re)elaborarem as suas representações do político, isto é, as suas representações das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique.

¹²⁰ Moscovici 2000 [1972], pp.112 e segs.

¹²¹ Embora, sem dúvida, no caso de Moçambique, o revisionismo da história esteja em curso. Veja-se, a título de exemplo, Cabrita 2000; Manghezi 2001; ou Ncomo 2003.

¹²² Debate equívoco é sustentado por Teixeira 2003, p.111, nota 87.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

A investigação visa estudar a dimensão política do pensamento social de uma realidade africana (cidade de Tete/Moçambique) na perspectiva da teoria das representações sociais¹²³ articulada com o conceito de cultura política¹²⁴. Embora sejam inúmeras as publicações que podem suportar esse tipo de estudos, para a África Subsaariana não existe um campo de investigação assente numa perspectiva de análise suficientemente sistematizada no qual se possa inserir a nossa pesquisa. Optámos, por isso, por seleccionar um conjunto de estudos que tornam viável o estabelecimento de uma interacção crítica com o que foi ou está a ser produzido associado ao domínio da dimensão política do pensamento social em África e, especificamente, em Moçambique.

Tendo em conta a diversidade de perspectivas do vasto panorama de publicações em causa, não interessa tanto inventariar de modo descritivo e exaustivo o que existe (propósito objectivamente inviável), mas sobretudo revela-se de particular utilidade para o enquadramento teórico e metodológico da nossa análise partir de exemplos significativos para ilustrar determinados tipos de perspectiva de análise que identificámos nos estudos que têm sido produzidos. Enquanto que para as sociedades africanas em geral (excluindo Moçambique) recorreremos a exemplos muito circunscritos, no caso dos estudos sobre Moçambique faremos uma análise sistematizada de um leque alargado de textos disponíveis, uma vez que no último caso, para além das questões teóricas e metodológicas, também nos interessavam contributos de outra natureza para um melhor conhecimento das especificidades daquela realidade social.

4.1. Uma perspectiva sobre África

Visando ilustrar as tendências nos estudos do pensamento social sobre o político na África Subsaariana, optámos por seleccionar dois casos – a *World Values Survey* (2003) e o painel sobre o pensamento social em África da Primeira Conferência Europeia de Estudos Africanos (Londres, 2005)¹²⁵ – dado partilharem duas características. A primeira, por se

¹²³ Moscovici 1984; Moscovici & Vignaux 1994.

¹²⁴ Almond & Verba 1989 [1963].

¹²⁵ Designação original em inglês: *First European Conference on African Studies*. Outros dois exemplos poderiam ser tidos em conta. Em primeiro lugar, a obra de Denis-Constant Martin (1988) na qual se analisa a temática da cultura política na Tanzânia desde a independência. Porém, o autor teoriza de forma muito sumária e deficiente o conceito de cultura política (Martin 1988, pp.280-281), tornando a sua abordagem

tratar de projectos relevantes nos quais interagiam diversos investigadores que direccionam as suas pesquisas para as sociedades africanas. A segunda, tem a ver com o facto de, em ambos os casos, ser possível, no plano epistemológico, isolar o estudo do pensamento social do estudo das práticas sociais.

A World Values Survey

A *World Values Survey* (2003) sustenta-se numa metodologia de trabalho que versa especificamente o pensamento social sobre o político. Trata-se de uma ampla pesquisa comparativa que se pode apresentar como uma importante base de trabalho e que inclui alguns países da África Subsaariana. Mas apresenta características que levaram a que nos distanciássemos progressivamente dessa proposta à medida que a nossa própria pesquisa avançava. Isso porque a *World Values Survey* se centra num aspecto específico do pensamento social – os valores sociais –, o que implicaria que deixássemos de parte componentes importantes do nosso trabalho, relacionados com a teoria das representações sociais, obrigando-nos a optar por um quadro teórico mais desfavorável do que aquele fomos consolidando. Por outro lado, a natureza da proposta exige investimentos consideráveis em termos humanos e materiais que não estão ao nosso alcance, nem era essa via que garantiria resultados mais promissores.

A *World Values Survey* apresenta uma proposta teórica sedutora, centrada numa abordagem dos valores de natureza social com influência nos sistemas económicos e políticos¹²⁶: quais são, como se definem, como alcançá-los. Ela é apresentada como válida para diversos contextos sociais, o que faz com que a pesquisa assuma características eminentemente comparativas. Todavia, trata-se de um modelo de matriz ocidental, isto é, a sua elaboração inicial não contempla realidades sociais não-ocidentais. Para sociedades

essencialmente heurística e muito colada à realidade histórica da Tanzânia. Desse modo, o texto acaba por se revelar pouco útil para o estudo de outras realidades empíricas para além daquela que o autor analisa. Essa ausência de uma teorização consequente leva também a que o autor não isole o pensamento social das práticas sociais, ao mesmo tempo que a sua análise é marcada por uma confusão epistemológica entre o indivíduo e o colectivo. É isso que faz com que a perspectiva de Denis-Constant Martin surja muito colada à acção política de Julius Nyerere. Em segundo lugar, outro exemplo bem mais recente é a colectânea *Political culture in the new South Africa* (2006). Trata-se de uma abordagem sobre a cultura política em África, mas numa perspectiva diferente da nossa. Os diversos investigadores, implícita ou explicitamente, seguem a proposta de Almond & Verba 1989 [1963] (pp.iii-iv), mas não estabelecem qualquer distanciamento crítico em relação a ela. O tipo de abordagem dos diferentes investigadores tem em comum o facto de se tender a conferir à ciência política (ou à ciência social em geral) a função instrumental em prol de uma causa: a da construção da democracia e a necessidade de consolidação do sistema partidário na África do Sul pós-apartheid.

¹²⁶ Cf. Díez-Nicolás in: Inglehart 2003, pp.236 e segs.

como as africanas, sem estudos empíricos continuados e consolidados que as caracterizem tendo em conta o que se entenda por valores sociais, uma pesquisa dessa natureza pode traduzir-se mais numa camisa-de-forças do que num auxiliar explicativo com sustentabilidade empírica. Todavia, é importante sublinhar que os estudos de caso que sucessivamente vão sendo contemplados na *World Values Survey* têm introduzido ajustes ao modelo inicial. Porém, tais correcções não anulam uma opção teórica e metodológica de partida demasiado condicionada pelas sociedades de tipo ocidental.

A *World Values Survey* tem desenvolvido estudos sistemáticos (ao longo do tempo e dispersos no espaço) sobre a alteração de valores sociais relacionados com o político em países de diferentes continentes¹²⁷ dispondo, na actualidade, de uma importante base estatística. Essas pesquisas tiveram início em 1981 abarcando dez países da Europa Ocidental. As sucessivas vagas de pesquisas de 1995-1996 e de 1999-2001 passaram a incluir cerca de oitenta países¹²⁸. Entre os da África Subsaariana contam-se a Nigéria, o Ghana e a África do Sul.

Como corolário desse trabalho foi publicada uma obra de referência¹²⁹. Em termos de produto final proporcionado pela *World Values Survey* dispomos, por um lado, do estudo sistemático de determinados temas que permitem algumas inferências comparativas para sociedades não incluídas na pesquisa, como é o caso da sociedade moçambicana:

- igualdade entre os géneros e democracia¹³⁰;
- análise da satisfação com os governos e com a democracia¹³¹;
- orientações dos actores sociais face às Nações Unidas¹³²;
- hipóteses contraditórias sobre a globalização¹³³;
- e relação entre a corrupção e a democracia¹³⁴.

¹²⁷ Díez-Nicolás in: Inglehart 2003, pp.235-263. Neste artigo a tónica incide na comparação entre os sistemas económico, político e cultural em 78 países (correspondentes a cerca de 80% da população mundial) agrupados em 9 regiões, incluindo a África Subsaariana, e dele retiram-se duas ideias centrais: por um lado, as diferenças entre atitudes expressas pelos cidadãos que podem ou não favorecer a democracia, tenderão a ser mais acentuadas dentro de cada região do que de uma região para a outra (anglo-saxónica, ocidental europeia católica, ocidental europeia protestante, leste europeia cristã, europeia ortodoxa, latina-americana, islâmica, sino-confuciana, e africana subsaariana); por outro lado, e confirmando a hipótese anterior, os factores sócio-económicos são mais determinantes nas atitudes face à democracia do que os factores culturais, particularmente os relacionados com a religião.

¹²⁸ <http://wvs.isr.umich.edu/>; <http://www.worldvaluessurvey.com>; <http://evs.kub.nl>

¹²⁹ Inglehart 2003.

¹³⁰ Inglehart 2003, pp.91-115.

¹³¹ Nevitte & Kanji in: Inglehart 2003, pp.157-182.

¹³² Pettersson in: Inglehart 2003, pp.209-233.

¹³³ Díez-Nicolás in: Inglehart 2003, pp.235-263.

¹³⁴ Moreno in: Inglehart 2003, pp.265-277.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

Apresentam-se ainda estudos relacionados com comunidades, regiões ou países específicos (a cultura islâmica e a democracia; a civilização islâmica; a mundividência dos cidadãos islâmicos do Egipto, do Irão e da Jordânia; os valores prioritários da sociedade israelita; as relações sociais e o capital social no Vietname; e os valores prioritários na sociedade sul-africana entre 1990 e 2001¹³⁵).

A persistência, neste estudo, de um sentido pré-determinado para os sistemas políticos tendo claramente subjacente um ideal democrático pretensamente universal, aproxima a *World Values Survey*, em grande medida, muito mais do quadro teórico de Gabriel Almond e Sidney Verba (aliás, um dos autores dos estudos publicados cita-os sem estabelecer qualquer distanciamento crítico¹³⁶) do que de Serge Moscovici (pura e simplesmente ausente do estudo).

De qualquer modo, seria injusto para os investigadores da *World Values Survey* limitarmos a esses simplismos. Chama-se, por isso, a atenção para o artigo de Hennie Kotzé e Karin Lombard¹³⁷. Não só por versar sobre um país vizinho de Moçambique, a África do Sul a partir da qual é sempre possível levantar hipóteses para Moçambique, como também porque os autores optam por reflexões teóricas que têm algum significado no âmbito dos desafios com que se deparam os estudos africanos no domínio do pensamento social.

O estudo de Hennie Kotzé e Karin Lombard toma por base pesquisas efectuadas em 1991, 1995 e 2001 sobre valores prioritários para os cidadãos sul-africanos, no âmbito da *World Values Survey*. É apenas de destacar o facto de, à semelhança do que se passa na generalidade dos países da região, a África do Sul vive, particularmente desde inícios dos anos noventa, um processo de recomposição política e social, com forte impacto ao nível do pensamento social¹³⁸. O que, no fundo, os autores fazem é tentar captar a evolução dessas transformações através de um aspecto específico, o que tomam por evolução dos

¹³⁵ Cf. Inglehart 2003.

¹³⁶ Cf. Esmer in: Inglehart 2003, p.41.

¹³⁷ Kotzé & Lombard in: Inglehart 2003, pp.183-207.

¹³⁸ Apesar de se tratar de países inseridos no mesmo contexto regional, dado o seu carácter meramente especulativo no presente contexto, não iremos explorar as coincidências e especificidades entre as transições políticas sul-africana (do apartheid para o multipartidarismo) e moçambicana (da guerra e do monopartidarismo para a paz e o multipartidarismo), sendo que ambas ocorreram em inícios dos anos 90.

valores sociais. Apesar das críticas que fizemos ao quadro teórico de fundo, só isso seria o bastante para conferir importância ao estudo.

Mas não só. Hennie Kotzé e Karin Lombard elaboram uma argumentação consistente sobre as dimensões pré-materialista, materialista e pós-materialista dos valores sociais, uma taxonomia tomada do modelo analítico da *World Values Survey*, desenvolvido pelo coordenador do projecto, Ronald Inglehart¹³⁹. Todavia, os autores acima consideram esse modelo explicativo desajustado quando aplicado fora do mundo industrializado, precisamente por comportar apenas as dimensões materialista e pós-materialista.

Porém, o que a seguir Hennie Kotzé e Karin Lombard apresentam não são críticas de fundo, mas meros complementos que confirmam uma espécie de estágio evolutivo anterior das sociedades africanas em relação às sociedades ocidentais, mais uma vez na linha de Gabriel Almond e Sidney Verba, ainda que a opção teórica da *World Values Survey* sustente a problemática dos valores sociais em amplas recolhas empíricas. Mas elas, no modo como se apresentam, isto é, centradas na dimensão material da existência social (numa perspectiva unidireccional na qual as superestruturas dependem das infra-estruturas, para recorrer à terminologia marxista), fazem depender em excesso o pensamento social (o subjectivo) das condições de vida materiais (o objectivo), o que, na prática, acaba por conduzir a um problema semelhante ao detectado em Gabriel Almond e Sidney Verba: subvalorização das condicionantes religiosas (tradicionalistas, monoteístas ou sincréticas) e de outras condicionantes culturais (sobretudo os relacionados com as ideologias tradicionais) na produção de valores pelas sociedades africanas.

Dito por outras palavras, os autores não conseguem anular uma perspectiva de análise que implica a transposição de valores de umas sociedades para as outras, um dos riscos em que incorre determinado tipo de estudos comparativos, o que, no limite, pode significar que, estando aparentemente em causa os mesmos valores, consoante as sociedades, os indivíduos atribuem-lhes significados distintos. Risco tanto maior quanto mais vasta for a ambição das pesquisas, como é o caso da *World Values Survey*. Todavia, não pretendemos estabelecer qualquer associação linear, generalista ou de princípio entre, por um lado, a natureza comparativa de uma pesquisa e, por outro lado, a rigidez do modelo de análise

¹³⁹ Inglehart 1977, p.40.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

adoptado. Ou, em sentido contrário, não associamos necessariamente a especificidade de estudos de caso (não-comparativos) a modelos de análise flexíveis. O que consideramos é que no confronto entre o nosso estudo de caso e a *World Values Survey* ressaltam as tendências referidas.

A perspectiva que seguimos é a de os valores que se constituem como orientadores da acção social só serem analiticamente capturáveis enquanto tal se se analisarem previamente as dinâmicas internas de onde emergem, o que implica ter em conta as perspectivas dos próprios actores sociais, buscando aquilo que na terminologia das representações sociais ou da sociologia do conhecimento se designa por produção de sentido. É a esse nível que a *World Values Survey* apresenta sérias limitações.

Sublinhe-se que para ajustar a uma sociedade africana o modelo original, Hennie Kotzé e Karin Lombard defendem que antes das dimensões materialista (combater o crime; manter a lei e a ordem; combater o aumento dos preços; manter uma elevada taxa de crescimento económico; manter um exército forte; garantir emprego para todos) e pós-materialista (maior participação nas decisões do governo; maior participação na vida laboral e comunitária; uma sociedade mais humana e menos impessoal; uma sociedade onde as ideias contem mais; protecção ao direito à livre expressão; manter o país belo), deve ser acrescentada a dimensão pré-materialista (acesso de todas as pessoas à habitação; à terra; à água potável; ao vestuário adequado; à alimentação suficiente; ao ensino)¹⁴⁰. Assim, o que poderemos considerar o ideal-tipo proposto para o estudo da evolução ou da transição de valores em sociedades de países em vias de desenvolvimento abarca as três dimensões referidas: pré-materialista, materialista e pós-materialista¹⁴¹.

Perante a rigidez do modelo inicial, Hennie Kotzé e Karin Lombard propõem outro ajuste. Ao analisarem as transformações na sociedade sul-africana chamam a atenção para o facto de a mudança de incidência da dimensão pré-materialista para a materialista poder não ser linear, isto é, não significar que as necessidades básicas estejam satisfatoriamente adquiridas, mas antes uma possível inversão de prioridades¹⁴². Ou seja, o facto de se registar uma maior relevância atribuída em 2000 pelos sul-africanos a questões como a

¹⁴⁰ Kotzé & Lombard in: Inglehart 2003, pp. 186-187 e segs.

¹⁴¹ Cf. Kotzé & Lombard in: Inglehart 2003, pp. 202-203 e 186.

¹⁴² Kotzé & Lombard in: Inglehart 2003, p.195.

criação de empregos ou o reforço de políticas de prevenção da criminalidade, comparando com o que se verificara na pesquisa de 1994¹⁴³ (indicadores inerentes à dimensão materialista), pode não significar necessariamente que o nível de vida básico das populações atingiu patamares tidos por satisfatórios. Sem ter satisfeito a dimensão pré-materialista como condição básica para uma maior incidência em valores materialistas, no plano dos valores sociais as pessoas passaram a inverter a ordem de prioridades, considerando que o emprego e o controlo da criminalidade são pré-requisitos essenciais na satisfação das necessidades básicas¹⁴⁴.

Os autores sublinham ainda que se nas sociedades industrializadas a transição de valores sociais se joga entre as dimensões materialista e pós-materialista, uma vez que as necessidades básicas das populações estão amplamente satisfeitas, em sociedades como a sul-africana e outras semelhantes, a maior incidência reside na relação entre a dimensão pré-materialista e a materialista, pois o nível de vida das populações, na maior parte das situações, mantém-se no limiar da sobrevivência.

Poder-se-ia prosseguir com a análise. Mas o ponto a que chegámos permite constatar de modo evidente o que vimos defendendo: a necessidade de teorias e modelos suficientemente flexíveis como o das representações sociais que evitem camisas-de-força, e que permitam aos analistas sobretudo perceber o que as sociedades são e não tanto porque é que os modelos falham em determinadas sociedades; o risco dos estudos comparativos sem que antes se tenham consolidado trabalhos exploratórios que permitam clarificar primeiro como é que as próprias sociedades se autodefinem e definem os seus valores sociais (em sentido mais geral, como se caracteriza o pensamento social); e a encruzilhada em que se encontra o estudo do pensamento social nas sociedades da África Subsaariana – ou a ausência de referentes teóricos; ou o recurso a propostas excessivamente rígidas; ou ainda e sobretudo a inexistência de um debate teórico interno na busca de um caminho.

Por tudo isso, a *World Values Survey*, sendo uma referência de consulta recomendável no campo das pesquisas que envolvem África, não satisfazia o nosso objectivo de

¹⁴³ Estes foram os anos das recolhas empíricas e os resultados foram divulgados, respectivamente, em 1995 e 2001.

¹⁴⁴ Kotzé & Lombard in: Inglehart 2003, pp.191, 193 e segs.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

compreender o pensamento social sobre o político em Moçambique a partir da perspectiva dos próprios actores sociais.

Painel do pensamento social sobre o político (2005)

O painel do pensamento social sobre o político da Primeira Conferência Europeia de Estudos Africanos (Londres, 2005)¹⁴⁵ constituiu uma tentativa pioneira de convergência entre investigadores interessados no estudo das realidades da África Subsaariana, iniciativa que se deveu a Franz-Wilhelm Heimer. Neste caso, a maior precisão na delimitação territorial estabelece, à partida, uma diferença em relação à maior abrangência geográfica da *World Values Survey*. Participaram, como oradores, investigadores que desenvolvem pesquisas sobre a África Ocidental Francófona, República Democrática do Congo, Camarões, África do Sul, Burkina Faso, Nigéria, Burundi, Angola e Moçambique¹⁴⁶.

Várias ilações podem ser tiradas do que resultou desse debate entre académicos em que participámos, reflexão que foi possível complementar pela análise dos textos-suporte (não editados) das diversas intervenções¹⁴⁷.

Sistematizemos as ideias-chave.

As investigações do pensamento social sobre o político em África estão a avançar um pouco por todo o continente, indiciando despertar vivo interesse no seio da comunidade académica. Ocorrência, em grande parte, relacionada com as recomposições políticas que têm afectado a generalidade dos países do continente, sendo que as abordagens tendem a focalizar-se, directa ou indirectamente, no estado. Ou seja, apesar das investigações visarem segmentos sociais ou espaços territoriais específicos, os temas em estudo estão, no geral, associados às dinâmicas das formações territoriais nacionais, com recurso frequente a termos como «cidadãos», «congoleses» ou «sul-africanos».

¹⁴⁵ Decorreu de 29 de Junho a 2 de Julho, organizada pela AEGIS.

¹⁴⁶ Participantes/oradores no painel organizado por Franz-Wilhelm Heimer: Tony Chafer (África Francófona); Caroline Dossogne (Burkina Faso); Dieter Neubert (Pensamento político em África); Émilie Raquin Ngasho (RD Congo); Carine Nsoudou (Camarões); Knut Nustad (África do Sul); Gabriel Mithá Ribeiro (Moçambique); Elisete Marques da Silva (Angola); Robert Thornton (África do Sul); Corrado Tornimbeni (Moçambique); Simon Turner (Burundi).

¹⁴⁷ Heimer 2005a [a referência indica os textos-suporte das intervenções não publicados].

Nas investigações em curso, no geral, por opção analítica o factor étnico é relativamente secundarizado como critério de delimitação dos universos a investigar, valorizando-se referentes como as pertenças territoriais (os habitantes de tal ou tal lugar), com predominância do interesse pelos espaços urbanos, embora não excluindo os contextos rurais. Congruente com essa perspectiva é o facto de os grupos identitários de referência remeterem para uma flexibilidade quase ilimitada, sendo que o critério étnico-linguístico tende a ser secundarizado em relação a outros mais universais como a actividade específica, a profissão, a condição de determinado segmento social (os habitantes de uma cidade, líderes religiosos, músicos, homens de sucesso, professores, estudantes, crianças, por exemplo). Dito de outro modo, tende a verificar-se uma descentração das análises dos que estão associados ao mágico-religioso tradicional enquanto elementos-chave na produção de sentido, em favor dos que aparecem como novos actores sociais de referência. Entre eles destacam-se os líderes das comunidades religiosas (das religiões monoteístas reveladas aos cultos sincréticos), os músicos ou as pessoas de sucesso (onde, obviamente, se incluem empresários e políticos com popularidade).

Predomina, nas investigações, o interesse pelos espaços públicos (por exemplo, as ruas, os mercados ou os locais de convívio), bem como as perspectivas de análise tendem a reconhecer nas pessoas comuns um papel central na produção e renovação do sentido do social pelas e para as comunidades. Isso significa que está a dominar uma tendência para a marginalização das elites enquanto objectos de estudo, muito em particular das elites estatais que polarizam as ideologias formalmente instituídas. É como se estivesse em causa, ressalvadas as devidas distâncias, a apologia, por parte dos investigadores, de um novo tipo de contracultura, a do senso comum que se afasta do discurso oficial dos poderes instituídos.

No sentido referido, não desperta tanto interesse agora nos investigadores um investimento no estudo dos discursos dos líderes africanos, mas nos discursos do senso comum ou, com mais rigor, a tendência das análises é a de procurar perceber como o discurso da rua reelabora ou interage com o discurso do poder. Desse modo, as análises versando o domínio do pensamento social em África acabam por traduzir o fraccionamento dos tecidos sociais, uma vez que as perspectivas têm invariavelmente subjacente o reconhecimento de uma subliminar autonomia ou mesmo de um distanciamento das

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

sociedades em relação aos poderes (políticos e económicos) que as tutelam. Essencialmente espelha-se, através das tendências dominantes nos estudos, as diferenças entre ricos e pobres que, na actualidade, os analistas explicita ou implicitamente consideram factores explicativos essenciais das dinâmicas das sociedades africanas.

No estudo do pensamento social sobre o político enquadrado por essas realidades, em geral os investigadores procuram representações sociais construídas de baixo para cima, do povo para as elites, como se a era das independências (e das revoluções) lideradas pelas elites nacionalistas estivesse nos antípodas do que agora acontece ou, em rigor, das que agora são as maiores preocupações dos analistas.

Por último, nas investigações a que tivemos acesso nota-se uma ausência de diferenciação explícita e/ou consciente entre, por um lado, a história e, por outro lado, as representações sociais que, na actualidade, reelaboram o passado, sendo que a referência à dimensão tempo está no geral presente nas investigações.

Para além das questões referidas, o painel do pensamento social sobre o político da Primeira Conferência Europeia de Estudos Africanos revelou também as dificuldades de sistematização teórica e metodológica que constituem dos maiores desafios com que os investigadores se deparam. Se as pesquisas em curso tendem a distinguir-se da abordagem do simbólico feita, no geral, de modo consistente pela antropologia, falta-lhes claramente um corpo teórico de referência (ou as referências que existem são demasiado aleatórias) que permita definir linhas de orientação para que o trabalho sobre a dimensão subjectiva do social em África (o pensamento social) seja profícuo e consequente. A resposta a tal demanda passará pela consolidação de referências teóricas e metodológicas discutidas e partilhadas por conjuntos amplos de investigadores como acontece, por exemplo, com as propostas da psicologia social, área que permite congrega e conferir consistência a saberes interdisciplinares, domínio do saber em relação ao qual os estudos africanos se mantêm relativamente distantes.

O painel a que nos referimos embora não permita que nos reportemos a produtos finais de diferentes pesquisas, seguramente que indicia a existência, no âmbito dos estudos africanos, de conjuntos de investigações que estão a avançar, essencialmente, com um forte

peso da exploração empírica, o que sendo positivo, por si só não permite constituir um campo de pesquisas sustentável¹⁴⁸. Existe, portanto, nos países africanos e na Europa (pelo menos), uma forte apetência para o estudo do pensamento social em África, cuja porta de entrada está a ser predominantemente o domínio do político. Simplesmente, a par de um inegável potencial, esse campo deixa muito mais interrogações do que certezas quanto ao que poderá vir a acontecer.

4.2. Os estudos sobre Moçambique: hipótese de sistematização

A qualidade das muitas obras sobre Moçambique que versam sobre os fenómenos políticos¹⁴⁹, bem como a necessidade sistematizar esses estudos, levou a que os organizássemos em conjuntos de investigações. Para isso identificámos três tipos de análise que marcam a bibliografia: um primeiro dominado pela perspectiva da sociologia e da ciência política; um segundo dominado pela perspectiva da antropologia; e um terceiro dominado pela perspectiva da história e das relações internacionais.

Os critérios nos quais se sustenta a categorização referida foram, em primeiro lugar e sobretudo, as características teóricas e metodológicas das investigações e, em segundo lugar, as áreas académicas de formação dos investigadores. Porém, a análise das sociedades, bem como a formação académica e interesses dos investigadores remetem, em geral, para o domínio da interdisciplinaridade, cruzando-se saberes de diversas disciplinas (sociologia, ciência política, antropologia, história ou relações internacionais). Qualquer das áreas académicas referidas implica, de uma maneira ou de outra, as demais. Por isso reportamo-nos apenas a tendências predominantes nas pesquisas disponíveis sobre Moçambique.

Uma primeira tendência na bibliografia é essencialmente conotada com os domínios da sociologia e da ciência política, como se referiu. Nela incluem-se investigadores como Mark Chingono (1996), Carlos Serra (1998a; 1999; 2000a; 2000b; 2003a; 2003b), Elísio Macamo (Cardoso *et alii* 2002; 1998; 2002a; 2002b; 2002c; 2003; 2003b; 2003/2004; 2004a; 2004b; 2005a; 2005b; Macamo & Neubert 2003), Anne Pitcher (2002) ou Carrie

¹⁴⁸ Um esforço nesse sentido pode ser o de Kelsall 2003/2004.

¹⁴⁹ Cf. Bibliografia, em especial Gerdes 2007.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

Manning (2002). As suas investigações distinguem-se, no geral, pela explicitação consistente dos aspectos teóricos e metodológicos que as sustentam¹⁵⁰; pelo papel central conferido às recolhas no terreno (entrevistas, questionários, inquéritos e demais registos) dado que se pretende (mas nem sempre se consegue¹⁵¹) que as análises sejam elaboradas tendo em conta o sentido que os actores sociais conferem às realidades em que se inserem; pela relevância conferida aos fenómenos sociais da actualidade¹⁵²; ou o interesse pelo estudo das dinâmicas sociais pós-tradicionais, assumindo algum destaque as que se manifestam nos espaços urbanos. Predomina o estudo dos processos de transformação social relacionados com o funcionamento do estado¹⁵³, manifestando-se interesse por temas como o significado das eleições, a acção dos partidos políticos, o impacto social das guerras¹⁵⁴ ou o papel das igrejas monoteístas reveladas enquanto condicionantes dos processos sociais e políticos em Moçambique.

O que distingue a nossa investigação desse conjunto de propostas (o mesmo é válido para o conjunto de investigadores que se segue) situa-se sobretudo ao nível dos conceitos e correspondentes perspectivas analíticas a partir dos quais se capta a dimensão política do pensamento social, enquanto que a nível metodológico os pressupostos são semelhantes.

Um segundo conjunto de investigações que marca a bibliografia existente sobre Moçambique é o que se organiza com base na tradição da antropologia. Nele incluem-se autores como Christian Geffray (1991 [1990]), Adolfo Yañez Casal (1996), José Fialho Feliciano (1998), Fernando Florêncio (2003), Alcinda Honwana (2003), Stephen Lubkemann (2004) ou Harry West (2005). O tipo de análise em causa, na essência, versa sobre o mundo rural, destacando-se a relevância conferida ao estudo da dimensão simbólica do social, mas remetendo, ao mesmo tempo, para o domínio político¹⁵⁵.

¹⁵⁰ Macamo destaca-se enquanto investigador que reflecte sobre questões de natureza teórica e metodológica. Para além da bibliografia referida, o seu blogue, «ideias críticas» [<http://www.ideiascriticas.blogspot.com/>] constitui uma importante base de trabalho.

¹⁵¹ É o caso do texto de Manning 2002.

¹⁵² Carlos Serra destaca-se enquanto investigador por dirigir diversas pesquisas sobre o político com essas características.

¹⁵³ Nessa âmbito merece destaque pela positiva o livro de Pitcher 2002.

¹⁵⁴ A investigação de Chingono 1996 desenvolve precisamente essa perspectiva.

¹⁵⁵ Excepção no conjunto referido é o caso de Feliciano 1998 dado que associa o simbólico à esfera económica da comunidade Thonga do sul de Moçambique que estuda.

O que distingue a nossa investigação das análises propostas por esses autores tem a ver, essencialmente, com dois pressupostos. Em primeiro lugar, o facto de nos trabalhos referidos as práticas sociais e o pensamento social não serem analiticamente separados, enquanto nós autonomizamos e privilegamos o pensamento, secundarizando intencionalmente as práticas. Em segundo lugar, o facto desses autores tenderem a centrar a análise das sociedades africanas nas suas lógicas tradicionais, escapando-lhes uma perspectiva do estudo do pensamento social que remeta para as lógicas pós-tradicionais. Tendo em conta a perspectiva da nossa investigação, consideramos ambíguas as propostas dos autores referidos porque se, por um lado, manifestam uma focagem na dimensão da vida das comunidades que tem a ver com a esfera tradicional, por outro lado, esse tipo de análise quando remete para o domínio político tende a correr o risco de tomar a parte (o tradicional) pelo todo (o tradicional e o que está para além do tradicional e que consideramos cada vez mais relevante em Moçambique). Nas pesquisas dos autores referidos, quando está em causa a caracterização dos processos políticos, fica de algum modo por clarificar a dimensão da vida local que pode assumir relevância na regulação da vida das comunidades precisamente porque se afasta dos poderes, ideologias e mecanismos de reprodução social e económica tradicionais.

Por considerarmos extraordinariamente difícil isolar as diferentes dimensões da vida social, devemos acrescentar que nos afastamos da tendência das abordagens (não só as referidas, mas também muitas outras) em centrar a noção de tradicional e/ou de moderno (ou pós-tradicional) no(s) sujeito(s). Na nossa perspectiva (que encontra suporte nas teses de Serge Moscovici¹⁵⁶) os pressupostos para esse tipo de diferenciação, quando é possível e necessário estabelecer, dependem sobretudo do(s) objecto(s) que orienta(m) o pensamento e/ou a acção do(s) sujeito(s) e não tanto das características do(s) sujeito(s) em si. Explicitado noutros termos, é muito difícil determinar a essência de uma formação social da actualidade no sentido de considerá-la tradicional ou moderna, uma vez que se estiver em causa, por exemplo, a análise de dinâmicas do domínio mágico-religioso dessa formação social está a delimitar-se uma dimensão, mas se estiver em causa, por exemplo, a análise de dinâmicas políticas dessa mesma comunidade associadas ao estado está a delimitar-se uma outra dimensão. A verdade é que, (quase) sem excepção, nas formações sociais em Moçambique (país que a esse nível estará muito mais próximo de se apresentar

¹⁵⁶ Moscovici 2000 [1984], pp. 24 e segs.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

como regra do que como excepção) invariavelmente esses diferentes tipos de dimensão da vida social cruzam-se, coexistem, interagem e, no geral, são permanentes nos mesmos indivíduos e comunidades (das locais à nacional). A ausência de diferenciação analítica entre sujeito e objecto a este nível trata-se de uma ambiguidade epistemológica que, na medida do possível, pode e deve ser ultrapassada para que exista maior consistência no estudo das sociedades em geral e, muito em particular, no estudo das sociedades africanas.

Em terceiro e último lugar, está disponível um manancial de textos sobre a evolução política de Moçambique conotado com o domínio da história e das relações internacionais. É dessa tendência que a nossa investigação mais se distancia a nível teórico e metodológico, embora seja paradoxalmente a tendência que de modo mais sistemático estuda os processos políticos do estado.

No primeiro caso – o teórico – porque, no geral, a componente analítica dos textos se sustenta mais no que resulta do tratamento das fontes do que numa teorização consistente, manifestando as obras uma tendência explícita de abordar os objectos de estudo enquanto realidades irrepetíveis e únicas. Essa perspectiva apresenta-se como a menos ambígua quanto ao significado relevante atribuído a determinadas individualidades (a acção do grande líder político, por exemplo) e a de determinados factos (acontecimentos considerados importantes, como a morte de um dirigente ou um congresso de um partido político) enquanto objectos de estudo (particulares) que surgem como indistintos do estudo dos fenómenos sociais (globais) propriamente ditos, podendo resultar daí uma menor eficácia na interpretação das continuidades e das rupturas. Mas na verdade são dimensões distintas e, na nossa perspectiva, as personagens e os acontecimentos constituem apenas uma parte da matéria-prima que alimenta os fenómenos sociais, sendo que últimos apenas o são na medida em que resultem da acção colectiva. É também por isso que o tipo de análise do domínio da história ou das relações internacionais surge muito mais identificado com o discurso oficial das elites (situação e oposição) do que com a interpretação que os actores sociais (no sentido de se tratar de pessoas comuns) elaboram das realidades em que se inserem, embora ambas as dimensões possam estar presentes.

Como consequência, no segundo domínio – o metodológico –, a área da história e das relações internacionais tende a relevar as fontes documentais de arquivo, em especial os

textos escritos, ou, no caso de se recorrer a testemunhos orais/vivenciais, o tipo de tratamento dessas recolhas empíricas não altera as características das investigações. Trata-se, no geral, de estudos muito mais estruturadas em torno de referentes cronológicos (a sequência dos acontecimentos ao longo do tempo) do que em função de uma exploração de temas a partir de uma conceptualização e problematização para além do caso concreto que se pretende investigar e, muitas vezes, não se tem em conta a necessidade de fazer ancorar os estudos na diversidade do social, sobretudo quando existem posicionamentos contraditórios ou de conflito face a determinado objecto ou tema.

Esta tendência analítica que designamos do domínio das relações internacionais, mas sobretudo da história, comporta, por um lado, abordagens de cariz generalista que versam sobre a evolução de Moçambique ao longo dos séculos, como é o caso dos textos de Gervase Clarence-Smith (1985), René Pélissier (1987-1988), Malin Newitt (1997 [1995]) ou Isaacman & Isaacman (2006 [2004]); por outro lado, contempla investigações cujo enfoque é circunscrito no espaço e/ou no tempo, como são os casos dos textos de João Paulo Borges Coelho (1993¹⁵⁷), Dalila Cabrita Mateus (1999; 2004; 2006), João M. Cabrita (2000¹⁵⁸), Chris Alden (2001), Pedro Ramos Brandão (2004), Michel Cahen (2005), Cláudia Castelo (2007) ou Amélia Neves de Souto (2007), entre outros. Este segundo conjunto de textos evidencia uma particular apetência pelo estudo do último meio século da história de Moçambique, destacando-se três temas: a constituição da Frelimo e a luta de libertação nacional (1962/4-1974); a primeira década e meia de independência e a guerra entre a Frelimo e a Renamo (1975/6/7-1992); a transição para a paz e a evolução do país desde a implantação do multipartidarismo (1992/4-actualidade)¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Texto que seguiremos de modo consistente por se tratar de um estudo de caso sobre a província de Tete.

¹⁵⁸ A obra de Cabrita 2000 trata-se de um texto de referência por ser suportado por um raro sentido crítico em investigações historiográficas que versam sobre o passado recente de Moçambique (da luta de libertação nacional à actualidade), situando-se nos antípodas do que se pode considerar uma historiografia comprometida (com a situação ou com a oposição). A obra não se confunde com textos que versam matérias semelhantes, mas muito menos consistentes e até panfletários (Manghezi 2001 ou Ncomo 2003). Cabrita reflecte a partir de factos apresentados com pormenor, rigor e de modo sistematizado, mesmo que o sentido de algumas das suas análises seja discutível, conforme indicaremos ao longo do texto.

¹⁵⁹ Brazão Mazula coordenou a publicação de uma colectânea (Mazula 1995) que simbolizou de alguma forma a abertura, em Moçambique, de um amplo espaço de reflexão académica sobre o sistema político. A publicação surgiu na sequência do processo de paz (1992) e da realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias (1994). Nessa conjuntura o interesse pela política significava o interesse pelo funcionamento das instituições de um regime que se pretendia democrático e remetia sobretudo para a análise do processo eleitoral e para as práticas a ele associadas. Trata-se, portanto, de uma colectânea que assinala o despoletar de um conjunto de dinâmicas académicas que têm contribuído para a sustentabilidade do sistema político em Moçambique, nomeadamente o facto do discurso universitário se ter (também) apropriado do debate sobre as características e formas de legitimação do poder político.

4. O estudo do pensamento social em África e em Moçambique

Registe-se, contudo, que se nos distanciamos do último conjunto bibliográfico referido a nível teórico e metodológico, a verdade é que ele se revela indispensável para o conhecimento da realidade moçambicana.

No texto que se segue, sempre que for pertinente, faremos comentários ou chamadas de atenção para cada uma das obras sobre Moçambique que foram referidas.

Em suma, existe neste momento uma bibliografia relativamente extensa sobre Moçambique¹⁶⁰ que permite constituir três tipos de análise identificados pelas características predominantes em determinadas áreas do saber: sociologia e ciência política; antropologia; história e relações internacionais. Qualquer deles é importante para suportar investigações sobre a dimensão política do pensamento social em Moçambique (e certamente em muitas outras sociedades africanas) e aos quais acrescentamos, com a nossa investigação, um contributo teórico em grande parte proveniente da psicologia social, concretamente a teoria da representações sociais na perspectiva de Serge Moscovici.

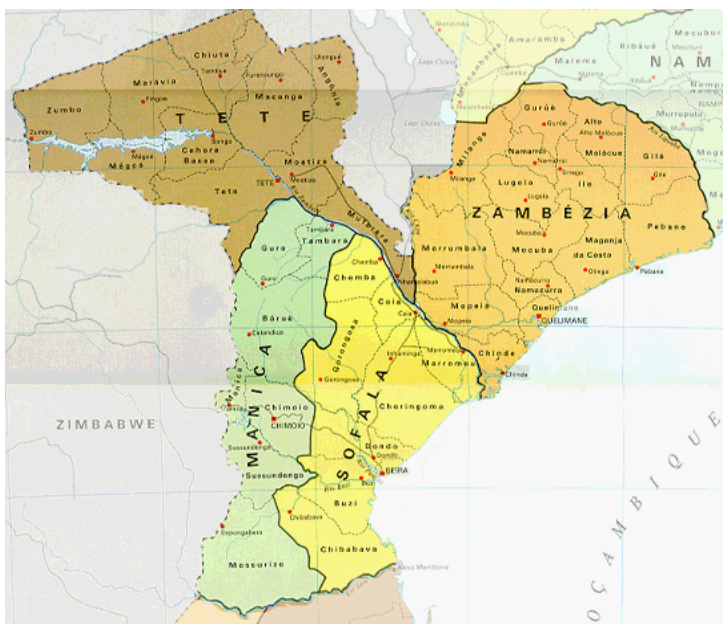
Seria útil que se avançasse de forma recorrente e consistente para reflexões e debates académicos sobre as diferentes opções teóricas e metodológicas no âmbito dos estudos sobre Moçambique e sobre as sociedades da África Subsaariana. Consolidar esse caminho possibilitaria uma mais profícua interacção entre diferentes perspectivas de análise. Não se trata se propor a padronização da interdisciplinaridade, em si uma impossibilidade. Mas antes de se tomar consciência da diversidade de opções e de perceber as razões que as sustentam.

¹⁶⁰ Cf. Bibliografia; Gerdes 2007.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

«(...) nothing could be more pregnant with ideas than a city» (Serge Moscovici 2000 [1984], p. 69).

A cidade de Tete é a capital de uma província com o mesmo nome, das mais periféricas de Moçambique, situada no centro-interior (noroeste) do país, uma espécie de enclave



peninsular rodeado por países anglófonos (Malawi, Zâmbia e Zimbabwe) cortado a meio pelo rio Zambeze¹⁶¹. As projecções para 2005 (com base no censo populacional de 1997), de uma população total do país de 19.420.036 habitantes, cerca de 1.511.832 residiam nos treze distritos em que se divide administrativamente a província de Tete (Mutarara, Moatize,

Tete, Changara, Cahora-Bassa, Mágoè, Tsangano, Angónia, Macanga, Chiúta, Chifunde, Marávia e Zumbo) e desses 10%, isto é, cerca de 150.000 pessoas habitavam na cidade capital da província¹⁶².

5.1. A região de Tete

A região de Tete é um espaço onde, particularmente desde a segunda metade dos anos 50 do século XX, começaram a aparecer focos habitacionais e económicos, ainda que bastante

¹⁶¹ A província de Tete tem uma superfície de 97.285 km², num país com 799.390 km². Ocupando cerca de 12,2% do território nacional, Tete está longe de ser um espaço territorial insignificante, num país com dez províncias em que apenas duas delas (Niassa e Zambézia) suplantam Tete em termos de área geográfica, sendo que a província do Niassa é tida como das mais marginalizadas do país. A fraca densidade populacional (10,7 segundo o último censo de 1997) é um dos factores que atesta as características da província de Tete. A população total da província representa cerca de 8% da população moçambicana (Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Moçambique: <http://www.ine.gov.mz/>).

¹⁶² Sobre a população da cidade de Tete propriamente dita, quer as informações recolhidas no Instituto Nacional de Estatística – Delegação Provincial de Tete (projecção para 2003), quer as que constam no site do INE: <http://www.ine.gov.mz/> (censo de 1997) apontam para que a população da cidade corresponda a cerca de 10% dos habitantes da província.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

localizados, que concentraram (e concentram) a acção do estado na província¹⁶³. É por isso que se trata, mais do que de uma região periférica, de uma zona de contrastes¹⁶⁴.

Registe-se como característica da região o predomínio de um sector agrícola de subsistência com condições precárias, apenas mitigado por algum dinamismo da criação de gado (bovino e sobretudo caprino) nas áreas não afectadas pela mosca tsé-tsé (em particular na zona da Angónia/Tsangano e noutras a sul do Zambeze)¹⁶⁵. Destaque-se também no plano económico, para a época colonial, o trabalho migratório:

«(...) Tete was shaped as an immense labour reserve. Its peasants left the villages for seasonal and periodical work, particularly in Southern Rhodesia but also in South Africa and Zambézia, enduring a process of rapid semi-proletarianisation. This process was furthered by Salazar's "New State", from the 1930's, which represented a shift toward a colonial policy mainly based on the attempt to make the colonies pay for the rapid accumulation of the metropolitan territory. This policy, accompanied by the attempt to maintain the colony as labour supplier, created in Tete a contradiction between the definition of its profile as a labour reserve and some attempts, albeit modest, to develop colonial agriculture in its lands.»¹⁶⁶

Para além das condições ecológicas que constituem obstáculo ao desenvolvimento agrícola da região, as opções do estado acabaram por agravar essa situação. Numa primeira fase exportando trabalho migratório¹⁶⁷. Numa segunda fase marcada pelo eclodir das guerras na província (a luta de libertação nacional¹⁶⁸ e, posteriormente, a guerra civil), fase balizada entre finais dos anos sessenta e inícios dos anos noventa, para além dos efeitos directos da

¹⁶³ O distanciamento geográfico da capital, Maputo, num país centralizado, atesta também o carácter periférico da província no contexto nacional. Ainda assim, Tete apresenta traços económicos mais vantajosos do que a maior parte das províncias do país, contando com grandes empreendimentos. Mas esses servem sobretudo o poder central e sectores da população local bastante residuais (dir-se-ia até insignificantes), mesmo contabilizando apenas os contextos urbanos. A esmagadora maioria da população vive sobretudo de actividades de subsistência do sector primário (agricultura e criação de gado) ou de pequenos negócios informais nas zonas urbanas, muitas vezes articulados com actividades de subsistência nas periferias da cidade ou mesmo nos espaços rurais, em especial nas zonas de onde as famílias são originárias.

¹⁶⁴ No final do período colonial, situação que no geral se mantém na actualidade, o contraste ao nível do desenvolvimento na província de Tete apresentava a seguinte distribuição: as zonas com maior índice de desenvolvimento eram Tete (cidade), Songo, Moatize, Mutarara e Angónia; as zonas mais periféricas eram os distritos de Marara, Marávia e Zumbo. Cf. Coelho 1993, pp.148 e segs. Sobre as características relativamente periféricas da província de Tete ao nível dos indicadores macroeconómicos cf. Mimbire 2005, pp. 5-6.

¹⁶⁵ Cf. Coelho 1993, p.142.

¹⁶⁶ Coelho 1993, p.20.

¹⁶⁷ A falta de condições na região também provocava outro tipo de fluxos transfronteiriços. Num relatório das autoridades locais de Mutarara de 1942 referia-se: «“What the Asian does with the products of native harvest is not trade; what he does is impudent robbery, but also legal robbery since he is backed by the law.”» Num outro relatório das autoridades da Marávia em 1947 refere-se: «“(…) natives prefer rather to walk a couple of hundred kilometres in order to trade with British shops, and that is why trade done in shops of this District is so poor”» (junto a Coelho 1993, p.146).

¹⁶⁸ A abertura pela Frelimo da frente de Tete na luta armada de libertação nacional deu-se após a realização do II Congresso do movimento no Niassa (1968). Cf. Coelho 2003, p. 183.

situação bélica, as políticas do estado de concentração das populações em aldeamentos na época colonial e, após a independência, em aldeias comunais, acabaram por agravar a rápida erosão dos solos, num tipo de economia de subsistência quase exclusivamente dependente do sector agrícola.

Entre as características da província de Tete têm sido referidas, desde inícios do século XX, as dificuldades de comunicação, factor de isolamento das populações, particularmente entre as sedes dos distritos e os territórios adjacentes. A capital da província, a cidade de Tete, não escapa a essa situação. O rio Zambeze que a atravessa é de difícil navegabilidade, com um caudal variável que aumenta entre o mês de Dezembro, época de início das chuvas, e os meses de Fevereiro e Março com as chuvas intensas. Com a construção da barragem hidroeléctrica no Songo, em finais dos anos sessenta, o rio perdeu essa função que, aliás, só teve algum significado em inícios do século XX com os barcos a vapor, que mesmo assim tinham de navegar apenas durante o dia para evitar a colisão com os bancos de areia¹⁶⁹.

Desse modo, só a partir dos anos cinquenta a região teve algum desenvolvimento económico para além das actividades de subsistência, mesmo que muito localizado («(...) *very localised modern sector surrounded by a vast sector usually designated as traditional*»¹⁷⁰), mercê do início de funcionamento da linha de caminhos-de-ferro de Moatize/Mutarara/Dondo¹⁷¹, cuja construção iniciada em 1936 só foi concluída em 1949, e do melhoramento ou construção da rede de estradas, concluída nos seus traçados essenciais também nos anos cinquenta e que terá sucessivos melhoramentos até meados dos anos setenta.

A actividade económica no final da colonização (1974/1975) organizava-se em torno de três núcleos estratégicos e uma zona agrícola com algum significado comercial. Um primeiro núcleo constituído pelas zonas carboníferas do distrito de Moatize (a cerca de 20 quilómetros da capital de província) e do distrito de Mutarara (a sede administrativa, a vila

¹⁶⁹ Coelho 1993, pp.88 e segs.

¹⁷⁰ Cf. Coelho 1993, pp.151-152.

¹⁷¹ Percurso da linha-férrea: Moatize/Kambulatsitsi/Doa/Mutarara (província de Tete) e Caia/Muanza/Dondo (província de Sofala), com ligação ao porto da Beira. Desde 2004 a reactivação da exploração das minas de carvão metalúrgico de Moatize está a cargo do consórcio brasileiro Companhia do Vale do Rio Doce, bem como decorrem obras de reabilitação da linha de caminhos-de-ferro Moatize/Dondo.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

de Nhamayabué, fica a 330 quilómetros da cidade de Tete), cuja exploração só foi possível após a conclusão da linha de caminhos-de-ferro. Um segundo núcleo económico de referência é constituído pelo eixo rodoviário internacional que cruza a cidade de Tete, dado que a província tem uma relevante posição estratégica por fazer fronteira com três países da região sem acesso directo ao mar: Malawi, Zâmbia e Zimbabwe. A ele está ligada a comercialização de produtos agrícolas dos distritos contíguos de Tsanganano e Angónia (na fronteira com o Malawi). Mercê de melhores condições climatéricas e da qualidade do solo arável, a zona conseguiu alguma integração na economia colonial mesmo ao nível da exportação após o aparecimento dos caminhos-de-ferro (1949) e da construção, nos anos cinquenta, da estrada Tete/Moatize/Zóbuè (cerca de 120 quilómetros) e Zóbuè/Ulónguè¹⁷² (cerca de 120 quilómetros), embora noutras zonas da província as fomes fossem e continuem a ser recorrentes¹⁷³. O terceiro e mais importante núcleo económico estratégico é o da barragem hidroeléctrica de Cahora-Bassa, cujo funcionamento data de inícios dos anos setenta¹⁷⁴, situada na vila do Songo a cerca de 150 quilómetros a oeste da cidade de Tete (a montante do rio Zambeze)¹⁷⁵.

Em qualquer dos casos (trabalho migratório, produção agrícola destinada ao mercado, exploração mineira ou produção de energia eléctrica), o desenvolvimento económico da região (tal como nos séculos anteriores com o comércio do marfim e de escravos) tem sido

¹⁷² Ulónguè, sede do distrito da Angónia, a cerca de 250 quilómetros por estrada da cidade de Tete, antes da independência (1975) era Vila Coutinho. Cf. Coelho 1993, pp.16 e 21 e 136 e segs.

¹⁷³ «Besides some small Europeans undertakings in Angónia, and even smaller ones in Macanga, agriculture was thus, in Tete District, entirely run by the peasant sector. (...) The absence of “modern” agricultural sector for export and the generalization of labour export in Tete during the 1940s and 1950s, could appear then as contradictory with Tete’s profile as a food supplier for the northern and central parts of Mozambique, and even for the south in some cases. Evidence shows, however, that such a profile was built at the expense of what was called the traditional agricultural sector and often occurred in parallel with famines inside the District, particularly to the south of the Zambezi» (Coelho 1993, p.140). Cf. Coelho 1993, pp.147-148. Portanto, dadas as diferenças ecológicas na província de Tete, com implicações no tipo de economia, enquanto as populações da Angónia (fronteira com o Malawi/Zóbuè), como refere Coelho, beneficiam de condições favoráveis para a agricultura e conseguiram alguma integração na economia colonial, preferindo comercializar os seus excedentes agrícolas nos mercados do outro lado da fronteira, tanto em tempo de guerra, como em tempo de paz em Moçambique. Um mais fácil escoamento dos produtos dada a existência de melhores vias de comunicação, a proximidade dos mercados com preços vantajosos e que permitem também ter acesso a produtos diversificados, constituem factores condicionantes. Essa região agrícola, na actualidade, vem retomando algum dinamismo agrícola. Por seu lado, e em sentido contrário, as populações da zona ocidental da província de Tete dos distritos da Marávia e do Zumbo (fronteira com a Zâmbia e com o Zimbabwe) têm vivido num ambiente de grande vulnerabilidade, uma vez que a pobreza dos solos e as secas cíclicas mantêm endémicas as situações de carência alimentar (cf. Coelho 1993, pp. 15-16 e 30 e segs.).

¹⁷⁴ Em 1969 (16 de Setembro é a data formal) iniciaram-se as obras de construção da barragem hidroeléctrica de Cahora-Bassa e da cidade do Songo. Logo em inícios dos anos 70 o empreendimento começou a laborar. A conclusão plena das obras data de 1974.

¹⁷⁵ Isaacman & Sneddon 2003. Cf. Newitt 1997 [1995], p. 455.

determinado pela procura externa¹⁷⁶. Foi essencialmente esse o processo de inserção das regiões periféricas (ou ultraperiféricas) nas economias de maior escala e, nessas dinâmicas, como demonstra o caso da província de Tete no século XX, o estado tem sido o mais importante agente impulsionador contando-se, nessa perspectiva e para as populações locais, entre os agentes exógenos, tanto mais presente na região quanto mais visa responder à procura externa.

Com o alastrar da guerra na província a partir de finais dos anos sessenta e, sobretudo na fase pós-colonial, com especial incidência a partir dos anos oitenta, à excepção da circulação no eixo rodoviário de cerca de 20 quilómetros entre a cidade de Tete e a vila de Moatize (mas sem a rentabilidade da exploração carbonífera, pela paralisia dos caminhos-de-ferro) e do funcionamento do complexo hidroeléctrico de Cahora-Bassa no Songo, os restantes circuitos económicos ficaram paralisados, pois até a circulação nas estradas internacionais estava bastante condicionada e exigia protecção militar. Apesar de tudo, o estado conseguiu manter uma presença forte e continuada nos espaços que controlava, presença essa alimentada precisamente pela situação bélica¹⁷⁷. Desse modo, a investigação, ao focalizar-se na cidade de Tete, centra-se em territórios de forte e continuada presença do estado.

As penetrações do poder central no interior da província foram desde sempre pouco intensas e, a partir de finais dos anos sessenta, com a guerra, quase se podem resumir a objectivos circunstanciais e/ou muito localizados: afirmar soberania; garantir as linhas de abastecimento de energia eléctrica; assegurar a circulação ferroviária e rodoviária; levar a cabo operações militares. De resto, com a agudizar das guerras, o isolamento das sedes dos distritos transformava esses espaços populacionais em núcleos residuais da presença do estado, com as populações invariavelmente no limiar da sobrevivência, num contexto crescente de alastramento da insegurança que se manteve até inícios dos anos noventa. Se se quisesse simplificar, mesmo para a pós-guerra, dir-se-ia que se trata de uma província

¹⁷⁶ Cf. Coelho 1993, pp. 128 e segs.

¹⁷⁷ Para o período da guerra colonial um autor descreve, por exemplo, os aldeamentos controlados pelo estado como «*tiny islands in the stormy guerrilla sea*» (Coelho 1993, p.275).

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

onde existem alguns núcleos populacionais fortemente controlados pelo poder central e quanto mais nos afastamos deles, mais se cai em territórios dominados pela oposição¹⁷⁸.

Da presença dispersa e descontínua do estado na região, com uma década particularmente crítica iniciada por volta de 1982-1983, resultaram algumas das características mais salientes daqueles territórios, características que vêm sendo progressivamente ultrapassadas com o fim (até agora definitivo) das guerras em 1992. Na década referida, quando era possível manter uma guarnição militar que servia de suporte à existência de aglomerados populacionais com condições de vida muito precárias fez-se sentir a prepotência do poder central¹⁷⁹.

As dinâmicas políticas que durante muito tempo pautaram a região agravaram as condições de sobrevivência até inícios dos anos noventa. Fosse com os aldeamentos coloniais¹⁸⁰,

¹⁷⁸ Isso é, de algum modo, visível pelos resultados eleitorais (1994, 1999 e 2004), embora a estabilidade política, entre outros factores como um mais eficaz controlo do processo eleitoral pelo Estado-Frelimo, possa estar a modificar essa situação. Nas eleições de 1994, na província de Tete, a Renamo obteve 9 dos 15 assentos parlamentares da província (a Frelimo obteve 5 e a União Democrática 1, de um total de 250 lugares no parlamento nacional). Em 1999 a Renamo voltou a vencer a Frelimo conquistando 10 dos 18 assentos parlamentares da província de Tete (os outros 8 foram para a Frelimo). Em 2004 foi a vez da Frelimo obter uma vitória esmagadora: conquistou 14 dos 18 lugares de Tete no parlamento. De qualquer modo, a cidade de Tete, capital da província, tem sido sempre fortemente controlada pela Frelimo. A oscilação do sentido do voto acontece nas zonas periféricas da província, não controladas pelo estado. É aí que a Frelimo tem recuperado espaço de implantação.

¹⁷⁹ Para além da migração rumo à cidade capital de província (cidade de Tete), semelhante aconteceu com as sedes administrativas: Mutarara, Moatize, Ulongué, Funancungo, Chifunde, Songo, Fingoè, Zumbo e Magoè. O mesmo com outras povoações mais importantes. Um caso que constatamos empiricamente foi o da povoação de Boroma (distrito de Changara, a 25 quilómetros da cidade de Tete). Em entrevista a 24.07.2003 o Sr. Eduardo Lourenço, auto-apresentado como presidente da circunscrição de 9 povoados, referiu tratar-se de uma povoação recente, surgida por volta de 1973 para albergar populações deslocadas durante a guerra colonial (luta de libertação nacional). Devido à guerra civil, uma nova vaga migratória fez crescer a povoação desde os anos 80. Após o estabelecimento da paz em 1992, algumas pessoas regressaram às terras de origem. No entanto, embora a um ritmo mais lento, Boroma continua a crescer, enquadrada pelo dinamismo da missão católica aí existente. Essa instituição, a par das estruturas administrativas do estado (que garantiam protecção militar durante as guerras), confere, na actualidade, um carácter de urbanismo rural ao local. A povoação tem uma rede de escolas, assistência médica, comércio elementar, diversas igrejas (para além da católica). Foi-nos dito, inclusivamente, que ali havia problemas de falta de segurança durante a guerra (a povoação chegou a ser atacada), mas que na actualidade os problemas de criminalidade eram na cidade de Tete e não ali. Naquele ano de 2003 a população passava por uma situação de carência alimentar. Assistimos à distribuição de ajuda alimentar dos Estados Unidos da América (sacos de farinha de 25 quilogramas), algo que também favorece a fixação de pessoas. Além disso, a povoação situa-se próxima do rio Zambeze e, para além da agricultura rudimentar, a criação de gado constitui uma actividade de subsistência com algum destaque (em especial a criação de cabritos, como em muitas zonas de Tete).

¹⁸⁰ Em 1998 houve a oportunidade de visitar Wiriamu (distrito de Changara, província de Tete) local onde, entre 16 e 18 de Dezembro de 1972, em várias aldeias da região, a população foi massacrada pela tropa colonial portuguesa, sob a acusação de apoiar os *turras* (como então se designavam os nacionalistas da Frelimo). Terão morrido, ao que se sabe, entre homens, mulheres e crianças, dezenas de pessoas. Por opção administrativa, a população sobrevivente foi deslocada e concentrada noutro espaço, M'Padué, mais próximo da cidade de Tete, na zona periurbana, mais facilmente controlável pelas autoridades. Wiriamu é, na

processo iniciado na província, a norte do rio Zambeze, entre 1968 e 1970¹⁸¹; fosse com as aldeias comunais pós-coloniais¹⁸²; ou fosse por iniciativa das próprias populações – em qualquer dos casos, por implicarem a concentração de populações, as estratégias de segurança, no geral por iniciativa e controlo militar do estado, originavam a rápida erosão dos solos¹⁸³, dificuldades de acesso à água e dificuldades de comunicação, numa zona onde as condições ecológicas, dada a escassez de chuva e uma diversidade de pequenos rios normalmente sem água na época seca, obrigam a um povoamento tradicionalmente disperso e à elevada rotatividade dos solos¹⁸⁴. Assim, os aglomerados populacionais rurais agudizaram as dificuldades de subsistência¹⁸⁵, mesmo quando eles surgiram para resolver o grave problema das cheias (aproveitando o governo essa oportunidade para implementar os seus programas de ruralização), como aconteceu em 1978 em que parte das pessoas resistiu ao governo da Frelimo migrando para o Malawi ou evitando as autoridades, enquanto outra parte foi deslocada para aldeias comunais¹⁸⁶. Acrescente-se que em metade dos casos, por pressão da guerra ou dos constrangimentos geográficos, as aldeias comunais pós-coloniais fixaram-se nos mesmos locais onde antes existiam os aldeamentos coloniais, o que colocava, à partida, problemas sérios de degradação dos solos¹⁸⁷.

O abandono (ou mesmo a fuga) desses locais de uma parte das pessoas nos períodos mais dramáticos de falta de alimentos, fenómeno recorrente na década de oitenta, mantinha-as numa situação de risco. Os que tiveram essa possibilidade refugiaram-se nos países vizinhos (Malawi, Zâmbia e Zimbabwe), outros dirigiram-se aos aglomerados próximos

actualidade, uma zona rural de povoamento disperso, enquanto M'Paduè continua a ser um bairro com características marcadamente rurais, assentes na agricultura e, sobretudo, na criação de gado. Cf. Vieira 1988, pp.7-26; Newitt 1997 [1995], p.459; Cabrita 2000, p.78; Ferreira 2007, p.379.

¹⁸¹ É de sublinhar que 58% da população rural de Tete na transição para a independência provir de *aldeamentos*, correspondendo a 44% do total da população da província; a restante das *zonas libertadas* controladas pela Frelimo antes da independência e refugiados dos países vizinhos; se incluirmos as cidades e vilas, chega-se ao número impressionante de 70% da população da província viver praticamente confinada em determinados espaços em 1973/74. Cf. Coelho 1993, pp.23; 205 e segs; e pp. 231 e segs.

¹⁸² Cf. Coelho 1993, pp.323 e segs.

¹⁸³ Cf. Florêncio 2003, p. 132.

¹⁸⁴ Cf. Coelho 1993, pp.160 e segs; e pp.387 e segs.

¹⁸⁵ «No total, segundo Human Rights Watch, a insuficiência das rações globalmente disponíveis durante o período 1975-1985 esteve na origem de uma quantidade de mortos superior à causada pela violência armada. A avaliação é confirmada pela UNICEF, que estima em seiscentos mil o número de vítimas da fome no decurso da década em causa e não hesita em esboçar uma comparação com a Etiópia. (...) Em Janeiro de 1987, o embaixador dos Estados Unidos em Maputo enviou ao Departamento de Estado um relatório que quantificava em três milhões e meio o número de moçambicanos ameaçados pela fome, desencadeando um auxílio imediato de Washington e de várias organizações internacionais» (Santamaria 1999, p. 798).

¹⁸⁶ Cf. Coelho 1993, pp.379 e segs.

¹⁸⁷ Cf. Coelho 1993, pp. 24 e 374 e segs. Para a província de Nampula, cf. Geffray 1991 [1990], pp.17 e 299 e segs.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

mais seguros, nos quais se inclui a capital da província, a cidade de Tete. Os espaços rurais e urbanos onde as populações se concentravam, por essa razão, e à medida que a guerra pós-colonial se prolongava, viram as suas condições de vida cada vez mais precárias, mesmo aqueles que não foram directamente atingidos pela guerra. Mas não menos dramática foi a situação das inúmeras populações onde a falta de suporte militar abriu espaço a acções armadas daqueles que combatiam o estado, em particular no período da guerra entre a Frelimo e a Renamo.

Num contexto regional onde, por um lado, se haviam tornado independentes a Tanzânia (1961), no norte de Moçambique, e o Malawi [Niassalândia] (1964) e a Zâmbia [Rodésia do Norte] (1964), na fronteira noroeste de Moçambique onde se localiza a província de Tete; e, por outro lado, existiam afinidades seculares entre os povos dos dois lados da fronteira¹⁸⁸, de algum modo mantidas pelo trabalho migratório moçambicano, particularmente na Tanzânia e na Rodésia do Sul (o último país só se tornaria independente em 1980, rebaptizado de Zimbabwe) – dificilmente a província de Tete escaparia a um contexto de guerrilha uma vez iniciado o conflito¹⁸⁹, tal como aconteceu no norte desde o início da guerra, em 1964, com as províncias de Cabo Delgado e do Niassa¹⁹⁰. A guerra acabaria por atingir a região de Tete desde finais dos anos sessenta¹⁹¹. Nessa província, as autoridades coloniais conseguiram conter, de algum modo, os fluxos populacionais transfronteiriços (como estratégia de fuga à guerra ou na busca de trabalho migratório), bem como circunscrever a violência da guerra e os efeitos da fome pela política de aldeamentos¹⁹², até porque a guerrilha da Frelimo não era dirigida contra as populações (ou

¹⁸⁸ São os casos dos macondes nos dois lados do rio Rovuma nas províncias de Cabo Delgado e Niassa com o sul da Tanzânia; dos yao da província do Niassa com o nordeste do Malawi e o sul da Tanzânia; e dos maraves e nguni com a Zâmbia e o Malawi e os shona-tawara com o Zimbabwe, na província de Tete.

¹⁸⁹ O que torna a província de Tete particularmente sensível em caso de conflito armado é a extensa área fronteiriça, como é o caso dos distritos da Marávia (na fronteira com a Zâmbia) e do Zumbo (na fronteira com a Zâmbia e com o Zimbabwe).

¹⁹⁰ Reportando-se à fase inicial da luta armada de libertação nacional, por volta de 1965, Malyn Newitt refere: «A Frelimo manteve-se nas pequenas zonas do território dos macondes e em parte do interior do distrito de Niassa. Apesar de a população destas regiões ser bastante reduzida, no máximo 200.000, foi suficiente para a Frelimo enveredar por um programa de reconstrução económica ou social (...)» (Newitt 1997 [1995], p.454). Segundo o censo populacional de 1960 o total da população da província do Niassa era de 281.083 habitantes e da província de Cabo Delgado era de 548.597 habitantes. O autor refere-se apenas aos espaços controlados pela Frelimo nessas províncias. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.gov.mz/populacao>).

¹⁹¹ Cf. Coelho 1993, pp.169 e segs.

¹⁹² É certo que as populações poderiam gozar de maior liberdade junto da guerrilha do que junto das autoridades coloniais, precisamente porque poderiam continuar a emigrar e a negociar algodão com os países vizinhos, nomeadamente o Malawi, embora correndo os riscos de uma situação de conflito. Mas isso nas zonas fronteiriças. Nas restantes zonas, não é de excluir a hipótese das populações verem os *aldeamentos*

pelo menos em Tete os seus ataques contra os aldeamentos não foram tão eficazes quanto os ataques às pessoas que circulavam fora do perímetro das concentrações populacionais, o que motivou o aparecimento crescente de mutilados nesses espaços)¹⁹³, a não ser em casos pontuais, mas a guerra era dirigida contra as autoridades coloniais (ou as autoridades tradicionais que as suportavam) e as infra-estruturas económicas¹⁹⁴. A lógica do conflito permitiu à guerrilha nacionalista organizar de modo relativamente sustentado espaços populacionais à margem do estado (as zonas libertadas) onde, apesar de tudo, os mecanismos de regulação e reprodução social funcionavam e, com a independência, foram explorados pelo discurso de legitimação da Frelimo enquanto modelos de gestão dos espaços rurais a seguir.

Todavia, a entrada quase imediata numa nova guerra tornou o período pós-colonial particularmente difícil para a vida das populações rurais, sobretudo a partir dos anos 80, dada a maior agressividade do novo conflito entre a Frelimo e a Renamo. Para além do agravamento acentuado da componente bélica, deterioraram-se ainda mais, em alguns casos dramaticamente, as condições de subsistência¹⁹⁵. Pode-se considerar, em jeito de hipótese, que nesta fase (agudizada a partir de 1982-1983 e que perdurará até 1992) a maior parte dos espaços da província de Tete não controlados pelo estado ficou entregue à anarquia da guerra. Não quer dizer que a guerrilha da Renamo nos anos oitenta não tenha recuperado e/ou impulsionado, na região de Tete, lógicas de regulação social de base tradicional até aí marginalizadas pelas políticas de ruralização da Frelimo iniciadas em meados da década de setenta, como referiu Christian Geffray para o distrito de Eráti na província de Nampula¹⁹⁶. Segundo o autor, as lógicas de desfiliação do poder central nesse caso contribuíram, por um lado, para recomposições sociais alternativas ao Estado-Frelimo e, por outro lado,

coloniais como locais relativamente seguros no contexto de guerra, apesar da precariedade das condições de vida.

¹⁹³ Coelho 1993, pp. 271 e segs; pp.285 e segs.; e pp.321-322.

¹⁹⁴ Cf. Coelho 1993, p.298.

¹⁹⁵ Christian Geffray contesta, em parte, esta perspectiva ao afirmar, ainda durante a guerra, que «Os combatentes da Renamo são (...) alimentados essencialmente a partir do produto dum imposto cobrado pelos *mambos* [o termo *mambo* designa, talvez em todo o território moçambicano, os chefes que entraram em dissidência e exercem a sua autoridade sob a protecção das armas da Renamo e o termo provém das regiões centrais, de origem ndau, e propagou-se com a guerra (p.83)]. Todos os testemunhos coincidem neste aspecto sem ambiguidade e levam a refutar a opinião corrente nas cidades segundo a qual os “bandidos” atacam e roubam para comer» (Geffray 1991 [1990], p.93).

¹⁹⁶ Para o caso das transformações impulsionadas pela guerra na província de Manica, cf. Chingono 1996.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

serviram para sustentar e «(...) alargar progressivamente o estado de guerra à totalidade do território rural moçambicano (é essa a situação em 1986)»¹⁹⁷.

Porém, não dispomos de nenhuma investigação que nos elucide sobre esse tipo de situações na província de Tete. Registe-se ainda o facto de estarmos condicionados (desde as primeiras recolhas empíricas em 1997 que, nessa altura, incluíram espaços rurais¹⁹⁸) por testemunhos recolhidos em povoações que sempre estiveram controladas pelas forças do governo¹⁹⁹, como é o caso da cidade capital de província. É plausível que dinâmicas equivalentes às verificadas no distrito de Eráti (Nampula) tenham ocorrido em alguns dos espaços rurais da província de Tete controlados pela Renamo durante a guerra civil. Sublinhe-se que, estabelecida a paz, nas duas primeiras eleições gerais (1994 e 1999) a Renamo foi o partido mais votado nas zonas rurais de Tete. A derrota eleitoral significativa da Renamo na província de Tete nas eleições de 2004²⁰⁰ explica-se, entre outros factores, pela reorganização das estruturas administrativas do Estado-Frelimo no sentido da aproximação às autoridades tradicionais, mas também indicia a progressiva incapacidade da Renamo em se reconverter de movimento de guerrilha em partido político, num país onde a disponibilidade de meios eficazes para transformações dessa natureza depende em grande parte do acesso a recursos controlados pelo estado, algo que a Renamo nunca conseguiu.

No período pós-colonial, em 1982, a seca atingiu duramente a região de Tete. Foi com o mundo rural à beira do colapso (seca, falhanço do programa de ruralização assente nas aldeias comunais, cooperativas de produção e de consumo e lojas do povo)²⁰¹ que se registaram os primeiros ataques da Renamo na província. A zona sul, nomeadamente o distrito de Changara, foi a mais atingida, uma vez que a guerrilha provinha da província contígua a sul, Manica, zona originária do grupo étnico vaNdau, o núcleo fundador da

¹⁹⁷ Geffray 1991 [1990], pp.13 e segs.

¹⁹⁸ Cf. Ribeiro 2000.

¹⁹⁹ Cf. Coelho 1993, pp.160 e segs.

²⁰⁰ Cf. Capítulo 30. *Representações sociais da participação eleitoral*.

²⁰¹ «From the early 1980s, hunger began to be commonplace in the Province, hitting first the areas more vulnerable to drought and floods such as Mágoè, Cahora Bassa, and Changara, in the south, and Mutarara in the east. Routes heading to Angónia began to emerge, where groups of peasants would go to buy foodstuffs whenever they could afford it. By 1982, the rural world was, in Tete, on the verge of collapse. (...) The villagers, based on their family *machambas*, reacted probably by looking at the communal villages as a failed experience, not holding any more the prospects of a future life of abundance which had been advertised in the propaganda of the early days. (...) Renamo's penetration into eastern Tete became possible both from Manica in the south, and from Malawi in the north» (Coelho 1993, pp.415-416 e 418).

Renamo. A Renamo, com o apoio do Malawi, depressa começou a fazer incursões também pela zona norte da província. A instabilidade na região agravou-se progressivamente até ao final da guerra em 1992. No início do conflito havia 1.360 aldeias comunais que albergavam cerca de 1.808.693 pessoas, correspondendo a 19,8% da população rural total, que se tornaram alvos principais dos ataques da Renamo²⁰².

O radicalismo da última guerra acabou por provocar uma verdadeira revolução migratória na província de Tete, com distritos como Mágoè, Mutarara e Angónia a ficarem praticamente despovoados por volta de 1990²⁰³. Se se quisesse analisar o processo na longa duração, bastaria recuar ao período entre os séculos XVIII e final do XIX para se perceber como as guerras entre os senhores dos prazos, o tráfico de escravos e o próprio sistema de prazos em funcionamento até inícios do século XX, provocaram uma quase permanente movimentação de populações (e mesmo fugas massivas), quer porque pessoas e comunidades fugiam para territórios contíguos de Moçambique não dominados pela Companhia da Zambézia, quer porque se refugiavam nos países vizinhos. A situação de guerra entre finais dos anos sessenta e inícios dos anos noventa, com um interregno na segunda metade dos anos setenta, acabaria por ter consequências demográficas equivalentes²⁰⁴.

²⁰² J. P. Borges Coelho, apoiado nas teses de Robert Gersony [1988, *Summary of Mozambican refugee accounts of principally conflict-related experience in Mozambique*, Washington DC, Department of State/Bureau for Refugee Programs, pp.10-20], escreve: «(...) Gersony distinguished within the general areas under Renamo influence the following: *tax areas*, “in which the population resides in extremely dispersed patterns” and is obliged to make regular or irregular contributions of food, clothes and other possessions, as well as to porter work, and where Renamo guerrilhas abducted women for sex and men to be integrated into their ranks; *control areas* more strictly and permanently controlled, where both people from the area or brought from other areas lived, a subdivision being suggested within these areas as *combatant bases* (for resident guerrilhas), *field areas* (with Renamo *machambas* cultivated by captives), and *dependent areas* (peopled by “the elderly, who cannot serve in other more taxing functions, and young children”); and finally, *destruction areas* which included villages and areas generally under Government control, targeted for destruction» (Coelho 1993, p.424). Cf. Coelho 1993, pp. 363 e segs e pp. 416 e segs.

²⁰³ «(...) villagisation cannot be considered as a cause of the war. However, from this cannot be inferred the mere denial of any relationship between villagisation and this war (...). On the contrary, not just broad problems affecting the entire rural people, as the lack of marketing and supplying systems, but also villagisation were connected with the war in the sense that the war caught a rural people weakened by several factors, one of which was certainly this process (...). On the other hand, popular reservations towards Renamo are clearly shown by the fact that Mutarara, for instance, was in 1992 reduced to less than 4 percent of its population in 1975.» Algo semelhante é referido para o distrito de Moatize no período colonial: «(...) massive populations flights to neighbouring Malawi, in the frontier areas of which 15,000 Mozambicans were reported as living as early as September 1971» (Coelho 1993, pp.431, 264 e 438). Cf. Coelho 1993, pp.288 e 310 e segs. Para o caso da província de Manica, cf. Chingono 1996, p.86.

²⁰⁴ Para inícios do século XX, Borges Coelho apoiando-se em Carl Wise [(1907) “Zambézia, A ‘Labour Question’ em Nossa Casa, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25 (7): 241-247], refere quatro razões para que as populações da província de Tete se refugassem nos vizinhos territórios britânicos: «(...) the different taxes people were obliged to pay on both sides of the frontiers, not only in terms of value but

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

Chegada a paz em 1992, o reassentamento dos deslocados não foi, como não poderia ser, um processo rápido. O que se seguiu não pode ser considerado um mero regresso de populações que dispersavam dos aglomerados em que se haviam concentrado durante a(s) guerra(s) ou que regressavam dos campos de refugiados dos países vizinhos, retornando aos habitat dispersos das suas zonas de origem e que reactivavam as suas lógicas ancestrais. Tratando-se de uma população na qual predominam as crianças e os jovens, nos anos da guerra, a socialização dos mais novos acabou por ser feita num contexto (cultural e territorial) diferente em relação ao do seu grupo étnico originário.

Tendo em conta as respostas das populações e das autoridades estatais, as consequências das guerras foram prolongadas no tempo (entre os finais dos anos 60 e inícios dos anos 90), afectaram praticamente toda a província, com impacto profundo nos mecanismos de reprodução social, económica e ideológica das sociedades tradicionais. Sublinhe-se que a concentração de populações rurais imposta pelo estado desde a época colonial implicou a coexistência, num mesmo espaço físico, de mais do que um grupo étnico, com sobreposição de poderes (no caso da subsistência das lideranças linhageiras) e de hábitos tradicionais diversificados, alterando as lógicas habituais de autonomia das comunidades ou de relações inter-étnicas. Esse longo período de guerras (1964-1992) teve consequências, não só na (re)organização das estruturas de dominação tradicionais, como também nas representações sociais que as comunidades elaboram do político nas quais o estado não só se tornou um referente objectivo, como assumiu um papel tendencialmente hegemónico²⁰⁵. Acrescente-se que terá sido em contextos rurais dessa natureza que a ideologia anti-tradicional da Frelimo de Samora Machel teve maior impacto. Assim sendo, na região de Tete, pelas circunstâncias das guerras que forçaram migrações constantes das populações, as políticas rurais impostas a seguir à independência, mais do que marcarem rupturas, acentuaram as tendências herdadas da fase final da colonização.

also in terms of method, the *mussoco* or head tax appearing as much more hard to support than the British hut tax; the system of forced labour which prevailed as a menace even after the fulfilment of the *mussoco* obligation – through which concessionaries imposed any sort of hard work against derisory wages; the free labour prescribed by the *Praço* Regulation, normally involving arbitrary labour requisitions for cleaning roads, river channels, telegraphic lines and so forth; and finally, the conscription for military services which, although not massive, was made in a way which affected the entire population – through recruiting raids which caused panic in villages» (Coelho 1993, p. 103).

²⁰⁵ Coelho 1993, p.286 e segs.; West 2005, pp.166 e segs.

A pós-guerra iniciada na década de noventa, desse modo, muito mais do que o retorno a uma ordem ancestral, apresenta-se na região de Tete como um processo permanente de reelaboração, de renovação e de reinvenção do social.

Assim sendo, Tete tem sido das regiões de Moçambique marcadas por uma forte densidade política referenciada ao poder central nas últimas quatro décadas, quer porque as populações têm vivido sob tutela directa do estado, quer porque, em alternativa, acabam por ter as suas lógicas de reprodução e de regulação social condicionadas ou por movimentos armados que combatem o estado ou pelas autoridades estatais dos países vizinhos que controlavam os campos de refugiados.

Mas isso não significa que o tradicional foi simplesmente absorvido pelas lógicas do estado ou que se tornou pouco significativo, até porque a relevância do estado não anula (nem poderia anular) a diversidade cultural (em particular a diversidade étnico-linguística) dos povos da região. O que acontece é que o que se considera tradicional seguramente que se transformou e que essas transformações, directa ou indirectamente, tiveram e têm em grande parte a ver com processos políticos associados ao estado²⁰⁶.

Em traços gerais, o rio Zambeze marca a divisão mais significativa entre os povos da região: os matrilineares maraves a norte (com três povos principais: nyanja, chewa e nsenga) e os patrilineares shona-tawara a sul. Entre eles existem muitos outros povos que partilham ambas características (matrilineares do norte e patrilineares do sul) e que se estabeleceram no vale do Zambeze, como os chikunda (descendentes da guarda pretoriana dos primeiros colonizadores, resultantes da agregação de pessoas de diferentes origens que consolidaram um grupo de pertença a partir da sua actividade específica: a guerra²⁰⁷) dispersos entre os vales dos rios Aruangua, Zambeze e Shire; os nhunguè originários do território onde se edificou a cidade de Tete; os sena situados no distrito de Mutarara; os dema e tande a sudoeste junto ao Zumbo; os gova na área de Chicoa; e os pimbe na margem esquerda do Zambeze, entre os rios Capoché e Mucanha.

²⁰⁶ Na fase exploratória desta investigação (2003) e em pesquisas de campo anteriores (1997 e 1998), realizou-se trabalho de campo em espaços rurais da província de Tete: Boroma; Chiringa-Déguè; Catipo; M'Buedzi-Tendera. Cf. Ribeiro 2000.

²⁰⁷ Isaacman & Isaacman 2004.

5.2. A cidade de Tete

Embora disponha de espaços excepcionais favoráveis à agricultura (pelo clima mais húmido e pela qualidade dos solos), como os distritos de Tsangano e da Angónia na fronteira com o Malawi, a província de Tete é, no geral, marcada por um clima quente e seco (as temperaturas atingem os índices mais elevados do território nacional, ultrapassando com regularidade os 40° à sombra²⁰⁸), com condições agrícolas bastante precárias. A cidade de Tete propriamente dita fica numa zona com essas características, apenas mitigada pelo volumoso caudal do rio Zambeze que garante o abastecimento das populações, mas não resolve os problemas agrícolas relacionados com a pobreza dos solos.

Ainda assim a população urbana tem crescido de modo contínuo nas últimas décadas, sobretudo devido a três ordens de factores: as guerras que têm atingido o interior da província; as secas cíclicas que assolam a região, responsáveis pela fome endémica ainda persistente²⁰⁹; e a acção de agentes modernizadores (estado, empresas, igrejas²¹⁰, negociantes particulares).

A maioria dos habitantes da cidade é constituída por pessoas oriundas dos distritos da província e/ou seus descendentes e, numa parcela menor, por naturais da cidade propriamente dita²¹¹, em qualquer dos casos com experiências de vida muito mais marcadas pelo controlo das autoridades estatais (coloniais e pós-coloniais) do que pelos sistemas de dominação tradicional. A esse nível, a governação de Samora Machel foi mais radical do que a sua antecedente colonial: não só deslocava e concentrava populações, como também a Frelimo da época combateu os próprios fundamentos ideológicos das sociedades tradicionais. Mesmo a manutenção e reconversão das antigas autoridades tradicionais em secretários de povoação e adjuntos com a independência, significou que esse poderes passaram a legitimar-se pela Frelimo que, de uma maneira ou de outra, passou a condicionar a sua existência e actuação. Dado o significado com efeitos a longo prazo do modo como se procedeu a transição para a independência, na actualidade Tete apresenta-se

²⁰⁸ Cf. Ferreira 2007, p.18.

²⁰⁹ A entrevista 42/2004 contém referências a situações de emergência alimentar no Zumbo (fronteira com a Zâmbia). Situação também referida por um padre católico da cidade de Tete em entrevista a 30.07.2003. Verificámos *in loco*, em 2003, situações de carência alimentar na povoação de Boroma, distrito de Changara (a 25 quilómetros da cidade de Tete).

²¹⁰ Cf. Brandão 2004.

²¹¹ Cf. 6.2. *A categoria social em estudo; Anexo (I parte) – Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004).*

como uma cidade fortemente controlada pelo Estado-Frelimo. Aí a influência dos poderes e pertenças tradicionais praticamente não se faz sentir, pois nesse caso não se tratou da reconversão de estruturas de poder anteriormente existentes (como aconteceu em algumas das povoações rurais da província), mas de criação de uma nova estrutura administrativa pós-colonial.

A parte minoritária dos habitantes da cidade é constituída por pessoas (ou os seus ascendentes) provenientes de outras zonas do país, que não a província de Tete, pelas mais diversificadas razões: funcionários ou ex-funcionários do sector administrativo ou do sector formal em geral; militares e ex-militares; naturais da província que saíram e depois regressaram casados com pessoas de outras províncias; negociantes do mercado formal; operários ou ex-operários com alguma qualificação ligados a empresas de âmbito regional ou nacional; líderes religiosos; entre outras situações. Este segmento tem muito a ver com indivíduos ligados (agora ou no passado) ao sector da economia formal, sector esse naturalmente importante na dinâmica económica da região, mas com significado muito limitado no que diz respeito à integração da população activa. Ou seja, parte significativa da população adulta que habita a cidade está remetida ao sector informal, a actividades de subsistência ou ao desemprego²¹².

É preciso sublinhar que o atributo «origem exógena» não permite que se constitua com essa base uma categoria social²¹³, dada a heterogeneidade dos indivíduos nessa situação.

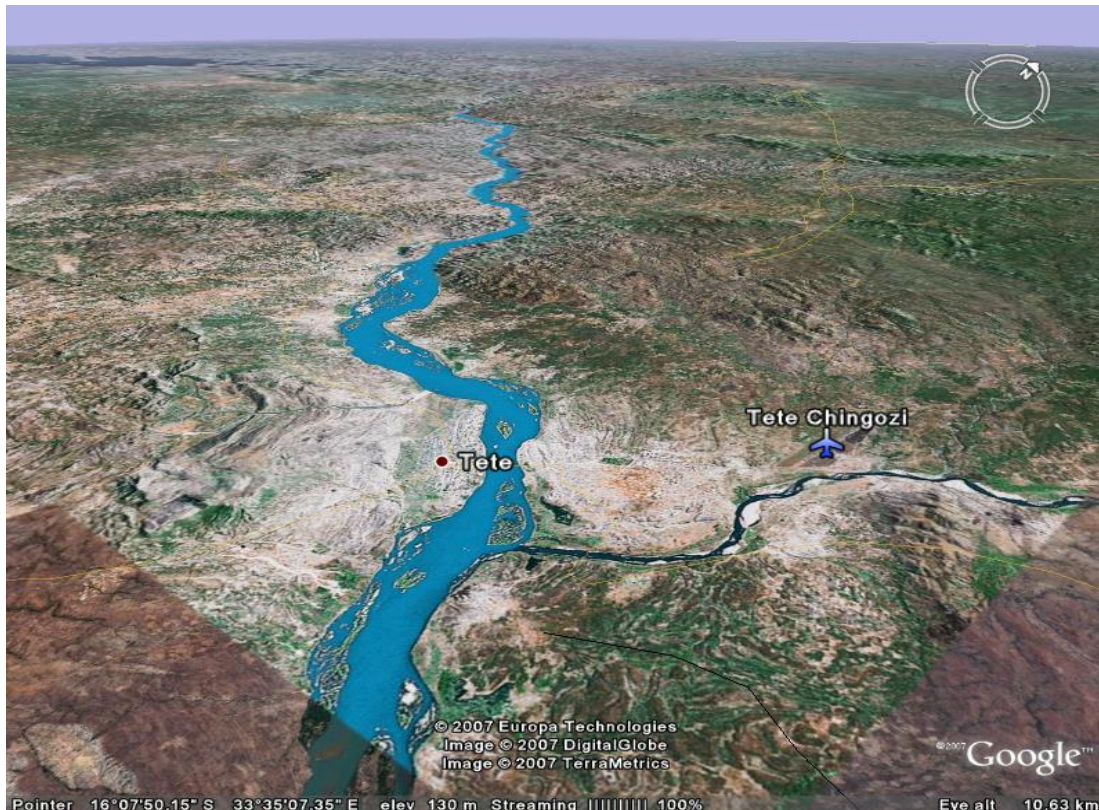
²¹² Neste contexto, a noção de desemprego é muito discutível, dado que ela, enquanto ideal-tipo, é qualificável a partir do que acontece no sector formal e, dentro dele, tem muito a ver com actividades dos sectores secundário e terciário. Quando predomina uma conjugação entre o sector informal, um nível de vida determinado pela sobrevivência assente em estratégias familiares que implicam normalmente uma ligação ao sector primário (na periferia da cidade ou estabelecendo contactos sazonais com as zonas da província de onde a pessoa ou seus parentes próximos são originários), a noção de desemprego torna-se, ela própria, uma questão importante. Não iremos desenvolver o assunto, apenas sublinhar que o desemprego, enquanto preocupação social, é das questões mais ouvidas na cidade de Tete. Isso significa uma expectativa dominante no senso comum de romper para melhor para um tipo vida que corresponda às ambições de comunidades há décadas conhecedoras de ideologias da modernidade: primeiro a colonial, depois a socialista e ultimamente a democrática. Desse modo, a questão do desemprego tem de ser pensada, não necessariamente em função da regressão de um determinado nível de empregabilidade existente no passado, mas enquadrada no processo de transformação de uma economia de tipo tradicional-rural-de-subsistência, numa economia progressivamente de tipo urbano na qual a produção para o mercado, a circulação de bens, a prestação de serviços e a monetarização vão ganhando relevância. É de sublinhar que na actualidade, mesmo nos espaços rurais, as referências ao desemprego nos discursos do senso comum são muitíssimo recorrentes.

²¹³ Definida na sua acepção mais genérica, «(...) uma categoria social corresponde apenas a uma simples colecção de indivíduos que partilham, pelo menos, um atributo comum» (Vala 1997, p. 382), e podemos «(...) considerar todo o tipo de categorias que os indivíduos considerem relevantes para a sua autodefinição social. Referimo-nos, nomeadamente, a categorias que são elas próprias recortadas na ordem do simbólico, do

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

Parte deles, conforme se constatou ao longo do trabalho de campo, está perfeitamente integrada na vida dos bairros da cidade (sobretudo nos bairros periféricos). Uma outra parte constituiu o embrião das elites locais.

Localização da cidade de Tete tendo em conta o rio Zambeze (*google earth*)



Ao nível das elites, com um peso demográfico ínfimo, é possível identificar duas grandes componentes, uma de origem burocrática e outra comercial. A primeira, a elite de tipo burocrático, comporta indivíduos originários do sul do país, tem a ver, sobretudo, com os agentes qualificados do estado; com quadros técnicos do restante sector formal (do sector mineiro, do comércio de combustíveis ou dos bancos); ou com os líderes religiosos. Esse conjunto de pessoas também participa no mundo dos negócios à dimensão local (como a criação e venda de gado; associação a empresas de prestação de serviços do terciário com

cultural ou do religioso (...))» (Vala 1997, p. 381). Os atributos comuns a partir dos quais se definem as categorias sociais designam-se por critérios classificatórios. «“Quando dois grupos se distinguem segundo um critério, é raro que ele não esteja ligado, pelo menos subjectivamente, a outros critérios”» (Doise 1972, p.106 citado por Amâncio 1997, p.300).

destaque para a área dos transportes de pessoas e mercadorias, entre outros), actividades onde também se integram alguns notáveis locais, sobretudo aqueles que assumiram posições de destaque na Frelimo. A segunda, a elite de cariz comercial, está sobretudo ligada a grupos minoritários, notoriamente segregados em torno de pessoas originárias da península do Indústão e seus descendentes. Neste caso porque os indivíduos partilham a consciência de uma pertença mútua, tendem a interagir em conjunto. Trata-se talvez do segmento social mais estruturado, organizado e coeso da cidade, e forma, por isso, claramente um grupo social (no sentido de grupo de interesses)²¹⁴. Os seus membros constituem o núcleo duro da minúscula comunidade muçulmana que, pelo menos desde o século XIX, tem marcada presença na cidade, mas que nunca ganhou forte expressão demográfica²¹⁵. Na actualidade os muçulmanos estão cindidos entre uma tendência xiita (mais elitista) e outra sunita (mais popular), traduzidas nas duas mesquitas que existem na cidade²¹⁶. É o poder económico que faz com que este grupo não seja representado (pelos próprios e pelos outros) como minoritário (radicalmente minoritário em termos demográficos), mas antes enquanto comunidade influente.

A actividade assalariada entre os habitantes da cidade é pouco significativa, mesmo que incluamos o trabalho informal. No geral, dominam os pequenos negócios por conta própria ou biscatos de sobrevivência, articulados com a produção agrícola para consumo próprio nas pequenas *machambas*²¹⁷ que muitos possuem na zona periurbana ou nos distritos da província. Para os que conseguem aceder a um nível de vida um pouco mais vantajoso, destaca-se o negócio do gado: criação e sobretudo venda de bovinos e caprinos trazidos do *hinterland*, num negócio que pode chegar a outras cidades do país, como a cidade da Beira, e que remonta ao período colonial. O comércio de gado teve uma fase crítica com a transição para a independência, dadas as políticas colectivistas e a guerra que se seguiu, mas encontra-se em franca recuperação desde meados da década de noventa.

²¹⁴ Mcgrath 1984, pp. 6-7.

²¹⁵ Para dar uma ideia do carácter minoritário e do fraco crescimento da comunidade islâmica na cidade de Tete, enquanto uma multiplicidade de igrejas cristãs ou sincréticas cresce a olhos vistos, em entrevista a 20.07.2003, o Maulana Ussumane (líder da comunidade muçulmana de tendência sunita), em Tete desde 1999, referiu que havia feito cerca de 15 novas conversões nos últimos três anos.

²¹⁶ A duas mesquitas da cidade de Tete funcionam de forma autónoma. Uma, maioritária, de tendência sunita inclui algumas pessoas da região ou provenientes de outros espaços de Moçambique de religião islâmica (particularmente Nampula e Zambézia). É a mesquita dos humildes. A outra mesquita, de tendência xiita, é mais elitista e onde se agregam muitos dos paquistaneses ou seus descendentes, de pele mais clara. (Informações foram recolhidas na entrevista referida na nota anterior).

²¹⁷ Hortas; terrenos agrícolas.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

Verifica-se, portanto, uma divisão perceptível no tecido social da cidade de Tete entre, por um lado, segmentos sociais desfavorecidos, esmagadoramente majoritários e marcados pela homogeneidade a nível cultural²¹⁸ e económico²¹⁹, e, por outro lado, uma ínfima elite, grande parte dela de origem exógena, onde pontificam os «sulistas» (ou «mashanganas»²²⁰), conotados com o poder da Frelimo, e os «indianos»²²¹.

O elemento transversal ao tecido social urbano é a forte presença do estado, quer controlando as elites de forma directa ou por influência indirecta nas suas fontes de rendimento, quer controlando a restante população por via das estruturas administrativas que gerem a vida comunitária dos bairros da cidade (com excepção da minúscula cidade de cimento), estruturas administrativas essas que, na prática, são uma remanescência²²² do período revolucionário socialista.

Segundo dados do censo populacional de 1997, os 101.984 habitantes da cidade estão distribuídos por oito bairros (os números referidos em baixo são os habitantes de facto por bairros em 1997 e não projecções para 2005 que referem cerca de 150.000 habitantes, isso porque os serviços do INE de Tete não disponibilizaram esses dados distribuídos por bairros²²³):

²¹⁸ Mesmo o grupo minoritário de pessoas provenientes de outras províncias está perfeitamente integrado na comunidade *nhunguè* da cidade.

²¹⁹ Caracterizada, no geral, pela pobreza, extrema em muitos casos.

²²⁰ Cf. Florêncio 2003, p. 299.

²²¹ Os *indianos* da cidade de Tete, na sua esmagadora maioria, são os que em Moçambique comumente se designam por *monhés*. O quadro a seguir traçado para o sul do país corresponde ao que se passa em Tete: «Os *monhés* em Maputo são (...) de fé maometana e associados a uma origem indiana ou paquistanesa. (...) [Estão] (...) inseridos num universo transnacional traduzido em relações de parentesco e em trocas materiais e simbólicas (...). [Os outros *indianos*] Trata-se de indivíduos chamados pela sociedade envolvente pejorativamente de *baneanés*, com uma presença histórica na região [Inhambane] (e no país); ao contrário dos *monhés*, não são de fé maometana, mas hindus, e assim diferenciam-se também daqueles originários de Goa, às vezes chamados de *canecos* e que são, geralmente, de fé católica. Diferentemente dos *canecos*, os indianos de Inhambane são originários de Diu, também colónia portuguesa no passado, mas não possuem a língua portuguesa como principal veículo de comunicação, embora se orgulhem de conhecê-la: o seu idioma principal é o *gujarati*, aquele usado com os membros da comunidade, em família ou no templo hindu» (Thomaz 2004, pp. 275-277).

²²² A palavra *remanescência* é aqui usada no sentido preciso da «(...) persistência de um fenómeno após o desaparecimento das suas causas» in: AAVV (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, vol.II, p.3178.

²²³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Delegação Provincial de Tete. Resultados Definitivos do II RGPG/97 – Censo 97. Estes dados foram recolhidos na própria cidade de Tete. Mas na essência não alteram as informações projectadas para 2005 que constam no site do INE. A cidade de Tete representa cerca de 10% da população total da província. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Moçambique): (<http://www.ine.gov.mz/>).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

- Mateus Sansão Muthemba: 24.420 habitantes (24,9%);
- Francisco Manyanga: 18.560 habitantes (18,2%);
- Chingodzi: 15.470 habitantes (15,2%);
- Filipe Samuel Magaia: 10.961 habitantes (10,7%);
- Josina Machel: 10.485 habitantes (10,3%);
- Déguè: 08.579 habitantes (8,4%);
- Matundo: 08.099 habitantes (7,9);
- M'Paduè: 05.410 habitantes (5,3%)²²⁴.

Se os dados estatísticos indicam que cerca de 40% da população vive na zona central da cidade (bairros Francisco Manyanga; Filipe Samuel Magaia; e Josina Machel) e 60% na periferia (os restantes 5 bairros), esses dados oficiais, na forma como se apresentam, distorcem as características do tecido social²²⁵. O real evidencia uma situação sócio-económica onde a esmagadora maioria da população vive no limiar da pobreza ou mesmo na pobreza absoluta²²⁶.

Sobre as características da malha urbana²²⁷, Carlos Serra, num estudo publicado em 2003²²⁸, traça uma genealogia das cidades moçambicanas. Com todos os reparos que possam ser dirigidos a um tipo de esboço passível de ser visto como redutor, a tentativa de sistematização de Carlos Serra revela-se útil dado permitir enquadrar a cidade de Tete num contexto mais amplo (no tempo e no espaço). Considera o autor a existência de três fases. A da cidade colonial (1890/1974) marcada pelo contraste entre o centro de cimento habitado pelos colonos e assimilados e a periferia de construções precárias para os nativos, periferia essa inequivocamente controlada pelo centro. A da cidade da primeira fase da independência (1975/1986) marcada pela mentalidade igualitária do período revolucionário em que o centro se abriu à periferia, mantendo-se, no entanto, toda a cidade como um espaço estável e socialmente regulado pela *vigilância revolucionária*, ainda que em

²²⁴ Foram indicados como bairros da zona central (“cimento”) Francisco Manyanga, Josina Machel e Filipe Samuel Magaia. Como bairros da periferia Mateus Sansão Muthemba, Chingodzi e Matundo. Os dois referidos a seguir, incluídos pelos serviços de estatística da cidade de Tete na periferia, um é claramente peri-urbano e outro rural (nem sequer se situa num espaço contíguo à cidade), respectivamente, M'Paduè e Déguè. Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Delegação Provincial de Tete.

²²⁵ Dados fornecidos em Julho de 2003 pelo Instituto Nacional de Estatística – Delegação Provincial de Tete com base nos resultados definitivos do II RGPG/97 – Censo/97. O documento refere que a população da cidade de Tete era, nessa altura, de 101.984 habitantes, com uma projecção para 2003 de 148.537 habitantes.

²²⁶ Sobre a organização da malha urbana em Moçambique, ainda que num estudo sobre a cidade de Maputo, cf. Araújo 1999, pp.175-190.

²²⁷ Cf. Araújo, pp.175-190; Serra 2003, pp.21-23.

²²⁸ Serra 2003, pp.21-23.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

acentuada degradação material e de acesso a bens. Por último, a fase da cidade actual (o Programa de Reajustamento Estrutural iniciado em 1987 é apresentado como o ponto de viragem) em que, segundo Carlos Serra, o neoliberalismo provocou alterações substantivas com reflexos na desorganização do tecido social e da malha urbana (com os sintomáticos *dumba nengues*²²⁹, *chapas*²³⁰, *tchovas*, vendedores de rua e de esquina, mendigos, criminalidade galopante, dificuldades de gestão da higiene e segurança públicas), cidade essa que tende a fraccionar-se entre um centro cada vez mais luxuoso e protegido por seguranças privados e por outros mecanismos de defesa e periferias miseráveis entregues à sua sorte. «Agora, é o salve-se quem puder, a corrupção campeia», conclui o autor²³¹.

Como se constata, está subjacente na abordagem referida (não conhecemos outras para Moçambique) uma tipologia das cidades com um claro sentido político que marginaliza outro tipo de elementos, como seriam os demográficos, os relacionados com o tecido económico, a distribuição da população activa entre os sectores formal e informal ou a distribuição de diferentes serviços (escolas, hospitais, postos de polícia, água canalizada, electricidade, telefone, actividades do terciário, igrejas, rede de estradas, etc.). Mas isso, dadas as características da investigação, teria um significado muito relativo para a caracterização da malha urbana, até porque não se dispõem de estudos prévios sobre a matéria para Tete e limitamo-nos, por isso, à nossa sensibilidade empírica. O que nos preocupa não é tanto a cidade em si, mas representações da cidade em Moçambique.

É preciso ainda ter em atenção que o modelo proposto por Carlos Serra tem subjacente a evolução das grandes cidades. Em primeiro lugar Maputo, depois Beira e Nampula. É importante que se proceda a uma maior relativização à medida que nos afastamos dessas grandes cidades. No caso da periférica cidade de Tete, a última fase, iniciada com o Programa de Reajustamento Estrutural (1987), parece ter tido um impacto muito menor do que o que tem sido referenciado para as grandes cidades. Além disso, na sequência das eleições municipais de Novembro de 2003²³² (com efeitos que se notaram logo em 2004,

²²⁹ *Dumba nengues* = mercados informais um pouco dispersos pelas cidades, como o de Belenenses-Naloco (Nampula), o do Goto (Beira) e o do Xiquelene (Maputo), grandes *supermercados* que Serra e a sua equipa tomaram como pontos de referência de uma parte das suas pesquisa empíricas em 2003.

²³⁰ Transportes colectivos de passageiros geridos por privados.

²³¹ Serra 2003a, p. 3.

²³² As primeiras eleições municipais em Moçambique realizaram-se em 1998, mas sem a participação da Renamo.

particularmente na cidade de cimento), as autoridades municipais de Tete (da Frelimo) corrigiram alguma anarquia que havia nos mercados e no seu espaço envolvente, bem como o centro da cidade passou a apresentar condições de limpeza e higiene significativamente melhores (ao nível da recolha do lixo e limpeza das ruas, por exemplo), alguns arranjos estéticos (como a pintura do traçado das ruas assinalando os traços contínuos, tracejados e passadeiras, por exemplo) ou melhoria do aspecto exterior de alguns edifícios²³³, como, aliás, também acontece noutras cidades do país.

O nosso trabalho de campo permitiu constatar ainda algumas diferenças entre os bairros situados no lado da cidade de Tete propriamente dita, correspondente à margem direita do rio Zambeze (os bairros Francisco Manyanga, Filipe Samuel Magaia, Josina Machel e Mateus Sansão Muthemba), e os bairros situados na outra banda, a margem esquerda do rio (os bairros do Matundo e Chingodzi). Nos últimos, em geral, a densidade populacional é menor (as casas têm quintais e espaços entre elas maiores e mais asseados), bem como a vida social é aparentemente mais tranquila. Não nos deparamos, no meio das zonas habitacionais dessa parte da cidade, com casas de venda de bebidas alcoólicas tradicionais (as casas de «pombe») que aglutinam alguma agitação social, bem como os mercados são raros e de dimensões relativamente pequenas. O inverso acontece nos bairros da margem direita do rio que, também por isso, evidenciam uma maior vitalidade.

É de se notar que as pessoas dos bairros periféricos de uma e outra margem, o que se considera a cidade de pau-a-pique (no sul de Moçambique designa-se por caniço), quando vão à cidade de cimento (a minúscula zona central) recorrem à expressão «Vou na cidade» ou, quando se procura por um habitante desses bairros que está ausente, a resposta comum é «Foi na cidade». Se, em princípio, toda a área em causa é urbana, a verdade é que os discursos do senso comum elaboram esse tipo de simbologia que significa que os actores sociais evidenciam noções relativamente claras da descontinuidade do espaço urbano. Estão desse modo em causa representações sociais que têm subjacente o reconhecimento de diferenças ao nível dos rendimentos, dos hábitos de vida ou, numa expressão, ao nível do estatuto social entre a minoria que habita no cimento e a esmagadora maioria que reside no pau-a-pique. Embora a situação esteja a mudar e a transição entre esses dois tipos de

²³³ As constatações referidas foram feitas na cidade de Tete entre Junho e Agosto de 2004 e o termo de comparação foi a estadia anterior (Julho-Agosto de 2003).

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

espaço habitacional não seja nem abrupta nem taxativa (também característica de outras cidades moçambicanas), o que é facto é que muitas das zonas habitacionais dos espaços periféricos da cidade de Tete não evidenciam sinais de urbanismo: nem ruas alcatroadas, nem água canalizada ou esgotos, nem rede de distribuição electricidade ou de telefone, bem como as casas de alvenaria não abundam, nem existem lojas de comércio formal e muito menos prédios. Daí que as percepções sociais dessas diferenças se traduzam em expressões correntes nos discursos do senso comum como as que referimos²³⁴.

Para administrar a cidade de Tete em 1974-1975 a Frelimo (partido que se mantém no poder desde a independência) edificou uma estrutura administrativa que, apesar das transformações políticas a nível nacional entretanto ocorridas, ainda hoje permanece funcional na sua essência²³⁵. Cada um dos oito bairros da cidade tem à frente um secretário, responsáveis esses que trabalham na dependência directa do presidente do conselho executivo do município, com o qual se reúnem ordinariamente de quinze em quinze dias.

Os bairros são divididos em unidades (não mais de quatro por bairro, e o bairro claramente peri-urbano de M'Paduè, bem como o bairro com fortes traços de ruralidade de Déguè, são geridos directamente apenas pelo secretário e coadjuvantes), e cada unidade tem à frente um chefe de unidade (também designado por secretário de unidade²³⁶). As unidades dividem-se em quarteirões, com chefes de quarteirão, e estes em grupos de cerca de dez casas com os seus chefes de dez casas. Trata-se de uma hierarquia que cresce naturalmente em número de elementos à medida que nos aproximamos da base da pirâmide. É isso que permite uma presença permanente do estado e do partido no poder junto das populações até porque, desse modo, as estruturas administrativas da cidade estão fortemente embrenhadas nas dinâmicas sociais quotidianas²³⁷.

Se a isso juntarmos a pouca densidade populacional e a tendencial homogeneidade cultural da cidade, percebem-se outras características de Tete, como o baixo índice de

²³⁴ Observação baseada numa nota do terreno de 03.08.2004.

²³⁵ Cf. West 2005, pp.175 e segs.

²³⁶ Embora na terminologia oficial só exista um secretário: o secretário de bairro.

²³⁷ Tete pode ser um interessante *case study* sobre as dificuldades da Renamo, inicialmente um movimento de guerrilha rural, em se implantar nos meios urbanos. Cf. Florêncio 2003; Manning 2002, pp.112-113 e segs.

criminalidade, quando se compara com cidades como Maputo, Beira ou Nampula, algo verificável por quem faça um périplo por esses diferentes espaços de Moçambique²³⁸. Acrescente-se o factor histórico relacionado com a situação continuada de guerra na região durante mais de duas décadas, conferiu às autoridades uma postura tradicionalmente agressiva que vai subsistindo, em parte, no multipartidarismo surgido nos anos noventa²³⁹.

Na sequência da reorganização administrativa iniciada em Moçambique em 2000 (Decreto nº15/2000) uma parte do aparelho administrativo do país, até aí informal²⁴⁰ (tanto nas zonas urbanas quanto rurais; tanto de matriz tradicional quanto resultado das estruturas e cargos de gestão da vida comunitária criados pela Frelimo desde o processo de transição para a independência), foi progressiva e formalmente integrada na administração estatal²⁴¹. Perante isso, tendo em conta o caso específico da cidade de Tete, o importante a equacionar é se, por um lado, os oito secretários de bairro da cidade foram integrados no aparelho administrativo formal trabalhando na dependência directa do presidente do município, por outro lado, isso implicou que permanecessem à margem da administração

²³⁸ Ao contrário de outras cidades onde o crime, particularmente os assaltos, atingem o centro, a zona habitacional rica e as ruas nobres, em Tete o que se nota no centro é uma certa anarquia ou desorganização, muito em torno dos mercados. De crimes pouco se ouve falar, a não ser em situações muito pontuais. A situação é diferente nos bairros da periferia onde se ouvem muitas vezes referências a pequenos furtos. Todavia, não há sentimento de insegurança que impeça a circulação com relativo à vontade em qualquer dos bairros da cidade.

²³⁹ A 05.07.2004 (Entrevista 11/2004) o chefe de unidade (ou secretário de unidade como também se designam) de um dos bairros disse que os secretários, chefes de unidade e chefes de quarteirão são «eleitos pelo povo», sem explicar como, e que os chefes de dez casas é que são escolhidos pelos chefes de quarteirão. Acrescentou «Mas todos têm de ter cartão do Partido. Não queremos agitadores aqui. (...) Esses da Renamo, se começarem a agitar, têm de responder logo ali». Eu estava a entrevistar uma pessoa e este chefe de unidade aproximou-se para me informar que eu tinha de ser autorizado por ele para poder andar na zona habitacional «Para poder ser bem recebido e ter alguém sempre para acompanhar. Assim as pessoas hão-de confiar». Em tempos, uma intervenção destas atemorizava. Mas aquilo teve tanto de patético que quando ele se foi embora, um senhor mais velho que se tinha aproximado disse: «Esse é novo, esse. Tem um ano mais ou menos [em funções]. Está a começar. E para começar tem de começar assim, com força. Mas, ah!... [não ligue!....]». Foi próximo desse local (Entrevista 4/2004, a 30.06.2004) que falei com outro senhor que disse que havia pressões no bairro por parte das autoridades contra quem era da Renamo. Estes dados ajudam a elucidar a complexidade da máquina administrativa do estado; até onde vai o controlo da Frelimo; os limites da liberdade de expressão; e por que razões, apesar de tudo, o controlo das autoridades deve ser relativizado, pelos menos em zonas onde existem aglomerados populacionais significativos. Estava-se no bairro mais populoso da cidade de Tete. É toda essa complexidade que permite a quem realize trabalho empírico escapar a esse tipo de controlos, embora dessa vez eu tenha sido «apanhado». Cf. Jossias 2004.

²⁴⁰ A administração colonial também assentava, em grande parte, na informalidade. A questão é que no período colonial a delimitação entre o formal (moderno) e o informal (tradicional) era mais saliente, bem como, tendo em conta os modelos administrativos, havia uma distinção mais nítida entre os espaços urbanos e os espaços rurais. O alargamento do estado com a Frelimo significou, na essência, uma menor diferenciação entre o formal e o informal (embora um informal distinto do colonial, porque assente na fidelidade partidária e não na legitimidade tradicional), que passou a ter grande peso na máquina administrativa tanto urbana quanto rural.

²⁴¹ Cf. Florêncio 2003, pp.162 e segs; pp.388 e segs; e pp.412 e segs.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

pública formal todos os restantes membros do quadro administrativo de facto ainda em funcionamento: chefes de unidade (ou secretários de unidade), chefes de quarteirão e chefes de dez casas.

Se noutros espaços do país a integração na máquina administrativa do estado dos secretários e régulos e de outros poderes locais fáticos (agora designados por líderes comunitários do primeiro e do segundo escalão) poderá aparentemente estar a significar a aproximação do poder central a diversas comunidades pela cooptação dos seus representantes endógenos ou, em sentido inverso, através do envio para as povoações de representantes das estruturas administrativas a nível distrital ou provincial (chefes de localidade), no caso da cidade de Tete a escolha desses representantes tem sido de tal modo condicionada pelo estado (mais precisamente pela Frelimo) a todos os níveis (do secretário de bairro ao chefe de dez casas) desde a independência que cooptar, na actualidade, apenas o topo da pirâmide (os secretários de bairro) pode ter o efeito contrário de a prazo descaracterizar uma estrutura administrativa até aqui funcional porque era homogénea e socialmente enraizada nas dinâmicas quotidianas²⁴².

Mas desenvolver essa análise é entrar por determinado tipo de conjecturas face às quais a resposta mais eficaz será compreender no futuro se se trata ou não de mudanças substantivas e com que impactos na vida as comunidades. Deixamos, por isso, a questão em aberto.

É preciso apenas ressaltar que os membros do *corpus* administrativo da cidade de Tete (ou os seus familiares próximos), com destaque para os chefes de unidade (uma vez que os secretários de bairro detêm um estatuto superior que leva a que sejam tratados a um outro nível), mesmo não auferindo, até agora (2008), de qualquer compensação monetária directa em função dos cargos que desempenham, usufruem de benefícios materiais e simbólicos

²⁴² A 22.08.2008 entrevistei um dos secretários de bairro da cidade de Tete que referiu: «Eu agora recebo [ordenado] como membro do governo autárquico. (...) Os outros [chefes de dez casas, chefes de quarteirão e chefes de unidade] não recebem. (...) Há divisão aqui porque os outros não recebem. Eles não falam abertamente [dessa situação], mas a gente sabe que murmuram. Quando ouvimos isso tentamos resolver a situação dizendo-lhes para aguardarem decisões políticas. (...) Mas as minhas relações com eles são boas. Eles vêm sempre às reuniões e cumprem os trabalhos que lhes pedimos. É preciso manter o contacto com eles para sentirem que temos consideração pelo trabalho deles. Eu tento sempre estar com eles, tento animar, dar-lhes moral. Às vezes ajudo-os com o meu próprio dinheiro. (...) Essa ajuda não funciona só para eles, mas também para as pessoas dos bairros».

em relação aos restantes membros das comunidades. Referimo-nos, por exemplo, a um mais fácil acesso ao restrito mercado de trabalho, ao posto de saúde ou à escola para os seus filhos; mais facilidades no acesso à água (cuja distribuição controlam); vantagens na obtenção de apoios na abertura e/ou localização (vantajosa) de pequenos negócios; entre outros. Constatações verificadas *in loco*. Detecta-se, inclusivamente, que na cidade de Tete existem cargos administrativos que estão a passar de pais para filhos²⁴³ ou para parentes próximos que residem numa mesma zona da cidade.

A obrigatoriedade imposta em 2004 no sentido de todos os membros das estruturas administrativas da cidade de Tete passarem a estar formalmente inscritos na Frelimo²⁴⁴, bem como o poder efectivo destes elementos na regulação da vida das comunidades urbanas, deixa transparecer um dos efeitos do multipartidarismo instituído em Moçambique em inícios dos anos noventa no funcionamento das estruturas administrativas: quanto mais as comunidades tendem a autonomizar-se do estado, mais a Frelimo tende a restringir o acesso aos recursos. Ou seja, o controlo da Frelimo sobre as sociedades (ou sobre as pessoas em geral) tende a transferir-se, com o multipartidarismo, para um controlo mais apertado do aparelho administrativo do estado (ou sobre os funcionários públicos), do mundo dos negócios e do mercado de trabalho. Está em causa uma estratégia essencial de quem controla o poder num país de recursos escassos.

A gestão política da cidade de Tete pela Frelimo assenta, portanto, em dois pilares: numa malha administrativa relativamente apertada e (ainda) funcional, com especial incidência nos bairros periféricos de pau-a-pique; no controlo dos recursos relacionados com a distribuição e a acumulação de riqueza, com especial incidência na regulação das elites, mas que se está a estender ao mercado formal de emprego.

Embora não se possa generalizar a toda a cidade – dado o surgimento de novas zonas habitacionais na pós-guerra e a minúscula zona de cimento onde residem as elites que

²⁴³ Cf. Entrevista 36/2004.

²⁴⁴ Se no que concerne aos oito secretários de bairro e, de algum modo, aos chefes de unidade a questão do activismo e fidelidade política à Frelimo não se coloca, o mesmo não se diz da base da pirâmide onde se encontram alguns chefes de quarteirão e, sobretudo, chefes de dez casas. Parte dos últimos mostra-se distante do activismo partidário, situação que a Frelimo pretendia corrigir. Porque esses elementos são decisivos para a mobilização do voto durante os processos eleitorais, nos tempos que correm as autoridades atribuem maior relevância a uma ligação mais explícita de todos esses elementos à Frelimo.

5. Tete: província e cidade (Moçambique)

escapam às modalidades habituais de presença persistente, autoritária e tutelar do estado – se por cada dez casas existir um agente administrativo formalmente ligado à Frelimo, parte da população tem um parente, vizinho ou alguém próximo que pertence às estruturas administrativas. É por isso que o Partido acaba, por essa via e de algum modo, por se confundir com a vida quotidiana das comunidades.

A concluir, também não é menos verdadeiro que a estrutura administrativa da cidade de Tete ao envolver um número elevado de pessoas acaba por suavizar os mecanismos de repressão formal por parte do estado. Os laços de proximidade garantem alguma flexibilidade à máquina partidária que se vai ajustando ao tecido social, ou melhor, é parte integrante desse mesmo tecido. Considerar, neste contexto, uma pura e simples repressão autoritária do estado ou da Frelimo sobre os indivíduos, ainda que ela possa existir, deve ser devidamente contextualizada. Além disso, extrapolar a partir desta situação concreta para outras zonas de Moçambique é algo que não se deve arriscar.

6. O trabalho de campo

«[Social representations] It is clearly a case of phenomena (...) whose elaboration we can perceive through their circulation in discourse, which constitutes their principal vector.» (Serge Moscovici & Georges Vignaux 2000 [1994], p.156)

O trabalho de campo em Moçambique constituiu a componente fundamental da investigação. Foi o culminar de um percurso iniciado em 1997 na fase exploratória das pesquisas para a tese de mestrado (províncias de Maputo, Nampula e Tete, em espaços urbanos e rurais); continuado em 1998 em moldes semelhantes; retomado em 2003 na fase exploratória para esta investigação (cidades de Maputo, Nampula, Lichinga e Tete); em 2004, quando se focalizou o trabalho de campo apenas na cidade de Tete, foram realizadas as recolhas empíricas essenciais com a particularidade de se tratar de uma conjuntura pré-eleitoral (as eleições presidenciais e legislativas tiveram lugar a 1 e 2 de Dezembro e o trabalho de campo decorreu entre Junho e Agosto); e em 2008 foram realizadas pesquisas empíricas complementares.

Estando em causa a análise sistematizada das entrevistas realizadas em 2004, a verdade é que o trabalho assenta num suporte empírico muito mais vasto e consistente – estendido no tempo ao longo de cerca de uma década (1997-2008) e no espaço em diversas zonas de Moçambique (Maputo, Nampula, Lichinga, Tete, em espaços rurais e urbanos, embora com um claro predomínio dos últimos) – que, em números redondos, ultrapassa a centena e meia de entrevistas formais:

- i) entre Julho e Agosto de 1997 foram realizadas, ao todo, 30 entrevistas distribuídas em partes iguais pelas províncias de Maputo, Nampula e Tete, em espaços rurais e urbanos;
- ii) no trabalho de campo de Julho/Agosto de 1998 foram analisadas 24 entrevistas distribuídas em moldes semelhantes às anteriores;
- iii) entre Junho e Agosto de 2003 foram realizadas 36 entrevistas: 3 na cidade de Maputo; 13 na cidade de Nampula; 2 na cidade de Lichinga; 17 na cidade de Tete e 1 na localidade rural de Boroma (distrito de Changara, província de Tete);
- iv) entre Junho e Agosto de 2004 foram realizadas 61 entrevistas (correspondendo a 68 entrevistados): 59 na cidade de Tete e 2 na vila contígua de Moatize;
- v) e entre Julho e Agosto de 2008 foram realizadas 26 entrevistas complementares (correspondendo a 29 entrevistados), não só na cidade, mas também em vários

6. O trabalho de campo

distritos da província de Tete (Mutarara, Moatize, Changara, Cahora-Bassa, Angónia e Chiúta²⁴⁵).

É importante explicitar as razões que fizeram optar por entrevistas semi-estruturadas como metodologia essencial para as recolhas empíricas²⁴⁶. Tratando-se de uma investigação sobre a dimensão política do pensamento social, focalizada nas representações sociais do estado em Moçambique, haveria que ter em conta os discursos do senso comum²⁴⁷. É através deles que se expressam as representações, como é também através deles que é possível captar o que está na cabeça das pessoas comuns sobre política.

Todavia, para além das entrevistas, também fizemos recolhas empíricas em 2004 com base em inquéritos, dos quais resultou uma análise comparativa sobre representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e em Moçambique²⁴⁸.

²⁴⁵ Para além da cidade de Tete, as 26 entrevistas de 2008 decorreram nas seguintes povoações: Doa (distrito de Mutarara); Catipo (distrito de Moatize); Mufa (distrito de Changara); Chitima e Songo (distrito de Cahora-Bassa); Ulónguè (distrito da Angónia) e Manje (distrito de Chiúta).

²⁴⁶ As obras de carácter metodológico a que se recorreu de modo sistematizado foram: Quivy & Campenhoudt 1992 [1988]; Foddy 1996 [1993]; Campenhoudt 2003 [2001].

²⁴⁷ «(...) every science has an 'object', a 'phenomenon', a 'stuff' that is proper to it and that it studies throughout its history. What about social psychology? I thought that common sense was the 'phenomenon' or 'stuff' of social psychology, just as myth is that of anthropology, dreams that of psychoanalysis, or the market the stuff of economics. (...) They [folk sciences, folk psychology, folk physics, folk medicine, folk magic and so on] could be of interest for other human sciences too, such as sociology, economics or history» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 237). Cf. Moscovici 2000 [1984], pp.62-65.

²⁴⁸ O trabalho de campo foi realizado em 2004 e, para além da cidade de Tete (espaço em que fomos responsáveis directos pela realização dos inquéritos), incluiu as cidades de Maputo e Nampula, em Moçambique; e Luanda, Lubango e Sumbe, em Angola (Heimer *et alii* 2005b).

6.1. A escolha dos entrevistados em 2004

«For me, studies inside or outside laboratory have the same value. Only heuristic considerations decide which kind is appropriate for which phenomena. The creation of new ideas and new phenomena is what we are looking for and even get paid for. Methods are only means toward an end. If they become an end or a criterion of the selection of topics and ideas, then they are just another form of professional censorship» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 268).

A escolha dos entrevistados durante o trabalho de campo levado a cabo na cidade de Tete em 2004 procurou intencionalmente captar a maior diversidade possível do tecido social. A estratégia consistiu em realizar entrevistas em todos os bairros da cidade fazendo corresponder, na medida do possível, a distribuição do número total de entrevistas ao peso demográfico proporcional da população de cada bairro em relação ao número total de habitantes da cidade de Tete. A especificidade na constituição da base empírica em 2004 justificou-se por se tratar das recolhas essenciais. O trabalho de campo exploratório de 2003 (fase preparatória antecedente) e a pesquisa complementar de 2008 serviram sobretudo de mecanismos de controlo para garantir uma maior fiabilidade quer dos elementos recolhidos em 2004, quer das nossas interpretações sobre o material recolhido.

Todavia, dos oito bairros da cidade de Tete, em 2004 foram realizadas entrevistas apenas em seis (Mateus Sansão Muthemba; Francisco Manyanga; Josina Machel; Matundo; Chingodzi; e Filipe Samuel Magaia) e em dois deles (M'Paduè e Déguè) não foi realizada qualquer entrevista. Ou seja, 13,7% dos habitantes da cidade não foram incluídos no estudo (valor correspondente ao peso da população desses dois bairros no total da cidade). As razões são, essencialmente, duas: trata-se de bairros peri-urbanos com características marcadamente rurais que não são contíguos à malha urbana propriamente dita; experiências anteriores demonstraram que, dado o isolamento territorial desses bairros, verificava-se uma presença constante das autoridades locais a acompanharem directamente ou por interposta pessoa o entrevistador/investigador, o que punha em causa a liberdade opinativa dos entrevistados. De qualquer modo, a dificuldade referida não anula a diversidade social incluída no estudo, nem significa a marginalização liminar desses

6. O trabalho de campo

espaços. Houve trabalho de campo nesses locais em anos anteriores. Simplesmente o que acontece é que eles não foram incluídos nas pesquisas de 2004.

Nas 61 entrevistas foram incluídas duas realizadas na vila contígua de Moatize por haver uma continuidade a todos os níveis entre a cidade de Tete e a vila de Moatize (dista cerca de 20 quilómetros da cidade de Tete em estrada alcatroada com boas condições de circulação). A oportunidade de realizar as duas entrevistas e a qualidade do material recolhido justificavam a sua inclusão.

De um total de 68 entrevistados, o facto de terem sido entrevistadas apenas sete mulheres (10,3%) resultou das condições concretas no terreno. Tratando-se de entrevistas, no geral, realizadas em casa dos entrevistados, por condicionamentos culturais, por um lado, é muito difícil que as mulheres recebam um homem desconhecido em sua casa para conversar e, por outro lado, havendo uma presença masculina adulta em casa cabe-lhe receber a visita. Em caso da mulher estar sozinha, muitas vezes o que acontece é que ela sugere que regressemos num outro dia ou hora quando o marido estiver presente. De qualquer modo, fica a nota no sentido de, apesar do material empírico recolhido sobre o assunto estar longe de ser o desejável, tendo também em conta experiências anteriores, não é provável que existam diferenças significativas nos discursos sobre o estado em função do género. Mas, obviamente, essa é uma questão que pode ser verificada em estudos mais sistematizados. Não é o caso deste.

Das escolhas aleatórias em função dos critérios referidos, as idades dos entrevistados oscilaram entre os 20 e os 80 anos. O grupo daqueles que praticamente viveram apenas na fase pós-colonial (em 2004 entre os 20 e os 35 anos) correspondeu a 26,7% dos entrevistados, sendo que a esmagadora maioria com idade igual ou superior a 36 anos (cerca de 73,2%) viveu na época colonial e desses pode considerar-se que os que têm mais de 51 anos de idade (28,4%) assistiram inclusivamente às alterações ocorridas no sistema colonial a partir dos anos sessenta do século passado. É evidente que o rigor numérico aqui é bastante relativo. Ter 35 ou 36 anos; ou ter 50 ou 51 anos não é significativo. O que importa é deixar a ideia da diversidade de um tecido social que possui tanto memórias vividas, quanto memórias transmitidas da acção do estado na longa duração.

Tentou-se, portanto, intencionalmente captar a maior diversidade possível do tecido social.

6.2. A categoria social em estudo

«No one ever suggested that scientific knowledge should be studied by choosing a sample of Nobel laureates and asking them to solve a few problems involving syllogisms or statistical inferences, but this is what psychologists do when study common-sense thinking and common knowledge. Instead, psychologists should study common sense knowledge from its products embodied in texts, language, folklore or even literature» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], pp. 246-247).

Os critérios geográfico e etário definiram a categoria social²⁴⁹ que serviria de ancoragem ao estudo: os habitantes adultos da cidade de Tete/Moçambique²⁵⁰. Pela análise dos dados sociográficos do universo de 68 entrevistados de 2004 (género, idade, local de residência, naturalidade, escolaridade, profissão, religião e filiação política²⁵¹), foi possível esboçar um panorama do tecido (ou, mais propriamente, da categoria) social em estudo. É esse enquadramento que permite validar, com alguma segurança, a ancoragem empírica da investigação.

Os 68 entrevistados têm uma naturalidade diversificada. A maior parte deles (44,1%) é natural da província de Tete e uma percentagem menor (27,9%) nasceu na cidade onde reside. A conjugação desses dados revela, de algum modo, uma característica essencial da cidade: a interação permanente entre a comunidade urbana e o espaço rural circundante. Como se constata no terreno, mesmo os naturais da cidade é frequente manterem laços familiares para além dela. De outras províncias de Moçambique são naturais 17,6% dos entrevistados residentes em Tete (Maputo, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia e Cabo Delgado). Um número pouco significativo de entrevistados nasceu no estrangeiro (2,9% –

²⁴⁹ Vala 1997, p. 382. Cf. Ribeiro 2000, pp. 51-52.

²⁵⁰ Embora partilhem esse atributo comum, os indivíduos não estão em nenhuma relação específica e permanente uns com os outros e é, precisamente, essa característica que distingue a categoria social do grupo social, pois o último é mais estruturado e organizado, no qual os indivíduos, além de partilharem a consciência de uma pertença mútua, interagem em conjunto (Mcgrath 1984, pp. 6-7 [cf. Florêncio 2003, p. 102]).

²⁵¹ Cf. Anexo (I parte) – *Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)*.

Portugal e Zâmbia). Não se conseguiu apurar a naturalidade de 7,4% das pessoas com quem se falou.

A enorme diferença percentual entre os entrevistados escolarizados (91,7%) e os não escolarizados (8,3%) merece destaque dado não corresponder às características do tecido social propriamente dito (para 2002/2003 o ministério da Educação de Moçambique indicava uma taxa total de analfabetismo de 56,64%²⁵²). As razões desta discrepância entre as características dos entrevistados e a realidade social do país ao nível da escolarização são várias. Uma, por Tete se tratar de um espaço urbano, sendo que a taxa de analfabetismo é superior nos espaços rurais (respectivamente, 33,0% para 72,2%²⁵³). Outra, dada a percentagem muito reduzida de mulheres entrevistadas (10,3%), segmento onde se registam as maiores taxas de analfabetismo (74,1% para as mulheres contra 44,6% para os homens), sendo que é nas cidades onde existem maiores discrepâncias entre géneros, posto que a escolarização masculina é aí muito mais acentuada do que nos espaços rurais²⁵⁴. Uma última razão, por se verificar uma maior propensão dos escolarizados em dialogar sobre temas propostos pelo entrevistador, temas em relação aos quais poderia haver alguma intuição por parte dos entrevistados quanto à necessidade de se saberem «teorias» e/ou da necessidade de se possuir um discurso estruturado.

De qualquer modo, o leque de níveis de escolaridade dos entrevistados é bastante vasto. Oscila entre pessoas que afirmaram saber ler e escrever e que chegaram a frequentar a escola e pessoas com estudos superiores.

Sem que se obtivessem dados sobre o rendimento dos entrevistados, a diversidade de profissões de 67 entrevistados (num dos casos não foi possível essa identificação) permitiu

²⁵² Instituto Nacional de Estatística – Moçambique (http://www.ine.gov.mz/populacao_genero/educacao).

²⁵³ Instituto Nacional de Estatística – Moçambique (http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/eud/view?searchterm=Analfabetismo).

²⁵⁴ «Os dados revelam que 60.5% da população do País não sabe ler nem escrever. Pode também constatar-se que a taxa de analfabetismo varia com a idade: quanto mais avançada for a idade, mais elevada é a taxa (apesar de ter algumas flutuações no caso dos homens) (...) existe uma variação da taxa segundo sexo: os níveis de analfabetismo no sexo feminino são bastante superiores aos dos homens: 74.1% contra 44.6%, respectivamente (...) há também uma substancial variação das taxas de analfabetismo de acordo com a área de residência: a taxa nas áreas rurais é de 72.2% e nas urbanas é de 33.0%. (...) No sector rural a percentagem de analfabetos mulheres é 1.5 vezes superior à de homens; no sector urbano é 2.4 vezes superior. (...) Cabe assinalar a elevada proporção de mulheres analfabetas nas áreas rurais: entre as mulheres de 40 anos e mais a percentagem supera 90%.» Fonte: Instituto Nacional de Estatística (referência – censo populacional de 1997): http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/eud/view?searchterm=Analfabetismo.

também captar a diversidade do tecido social. Em traços gerais, 48,5% dos entrevistados trabalha no sector formal; 35,3% trabalha no sector informal; 10,3% referencia-se como desempregados; e 4,4% como domésticas. Se o universo em análise contemplasse mais mulheres e menos pessoas escolarizadas, provavelmente o peso percentual da população activa ligada ao sector formal diminuiria. O que significa que nas cidades (existirão situações, em especial nas zonas rurais, em que o problema não se coloca) a relação entre os sectores formal e informal (este com maior peso) do mercado laboral, ao traduzir uma clivagem importante no tecido produtivo e nas condições de subsistência, ajuda a explicar a heterogeneidade do tecido social da cidade de Tete e, certamente, de Moçambique.

A distribuição das pertenças religiosas/confessionais dos entrevistados permitiu chegar ao que pode ser o panorama religioso da cidade de Tete, marcado também pela diversidade. Não se apuraram dados de 10,3% dos entrevistados e 13,2% considera-se explicitamente «sem religião». Quanto aos restantes, a maioria referiu ser católica²⁵⁵ (23,5% praticantes e 13,2% não praticantes, acrescentando-se um grupo de 7,4% que referiu ser apenas «cristão não praticante»); o outro grupo com algum destaque é constituído pelos membros de diversas igrejas cristãs africanas (17,6%); nos grupos minoritários identificámos praticantes de religiões tradicionais africanas (5,9%), muçulmanos (2,9%), testemunhas de Jeová (2,9%), um presbiteriano (1,5%) e um membro da igreja universal do reino de Deus (1,5%).

Um último dado que permite enquadrar as representações sociais sobre o político relaciona-se com a identificação partidária explícita dos entrevistados. Esse tipo de informação é dos mais difíceis de obter e depende muito da relação de confiança que se estabelece com o entrevistado, bem como da sua intenção em manifestar as suas simpatias partidárias. Para além dos casos óbvios em que o cargo ocupado pelo entrevistado confere, de imediato, uma determinada filiação política (por exemplo, se se tratar de um secretário de bairro ou de um delegado provincial de determinado partido político), os indicadores fidedignos que nos permitiram apurar esses dados prendem-se com o facto de, ao longo da conversa, se perceber por diversas vias e pelo sentido do discurso do entrevistado se ele é

²⁵⁵ Em 1975 a relação entre o número total de população e de católicos coloca na diocese de Tete 17,87% de católicos. Cf. Brandão 2004, pp.110-111.

6. O trabalho de campo

membro, simpatizante ou votante explícito de um determinado partido político, algo que se confirma sobretudo pelo modo como organiza o seu discurso.

Reflexo, por um lado, dos condicionalismos sociais que se manifestam ao nível da expressão política em Moçambique e, por outro lado, porque se trata de uma característica verificável em qualquer sociedade («moderna»), na esmagadora maioria dos casos as simpatias ou filiações partidárias dos entrevistados não foram reveladas (51,5% dos casos). Mais ainda se a isso juntarmos aqueles que explicitamente afirmaram ser distantes de qualquer dos partidos políticos existentes (5,9%). No universo restante, claramente próxima da Frelimo e identificados com o seu projecto está a maioria (27,9% dos entrevistados) e cerca de metade dessa percentagem em relação à Renamo (14,7%), numa cidade bi-partidária, dado que não demos pela existência de qualquer outra força partidária com expressão efectiva.

Tendo em conta a natureza das recolhas empíricas, um aspecto apresenta-se fidedigno: a cidade é claramente controlada pela Frelimo, quer ao nível das estruturas formais de poder, quer ao nível das atitudes informais.

O universo de entrevistados de 2004 (descontada a desproporção na relação entre géneros) pode traduzir com alguma verosimilhança a diversidade do tecido social da cidade de Tete, apontando para a heterogeneidade e para a fragilidade da sua sedimentação (como é, em geral, o caso de Moçambique). Entre outras razões, tal perspectiva fundamenta-se no facto de ter existido uma transição política há pouco mais de uma década da guerra para a paz e do monopartidarismo para o multipartidarismo, com os consequentes processos migratórios e de recomposição social durante a guerra e que se estendem na pós-guerra²⁵⁶. Também por se tratar de um país com uma pirâmide etária jovem, factor de renovação social que condiciona o tipo de sedimentações do tecido social. Por outro lado, mesmo em cidades relativamente secundárias no panorama nacional como Tete, os habitantes não são, na sua esmagadora maioria, naturais da cidade, mas sim das regiões circundantes, mas também das várias províncias do país, o que atesta uma certa tendência migratória que, por si só, não permitiria fundamentar a perspectiva aqui defendida se não aparecesse associada a factores de outra natureza.

²⁵⁶ Cf. Chingono 1996.

Acrescente-se uma visível hierarquização da estrutura social evidenciada, por exemplo, nas discrepâncias quanto aos níveis de escolarização dos entrevistados ou a constatação empírica da existência de uma mão-de-obra fragmentada entre os sectores formal e informal com predomínio do último. A tese da heterogeneidade e fragilidade de sedimentação do tecido social em análise sustenta-se também na diversidade religiosa. A esse nível, para além dos processos recentes de conversão (no geral ocorridas desde os anos noventa com o fim da guerra e com a abertura política), a religião maioritária (a católica) apenas é professada por cerca de um terço dos entrevistados, havendo depois uma multiplicidade de indivíduos ligados a pequenas comunidades (religião tradicional africana, igrejas cristãs africanas, cristãos protestantes, testemunhas de Jeová, membros da igreja universal do reino de Deus ou muçulmanos), para além dos entrevistados que afirmam que «não têm religião».

A ancoragem empírica da investigação fez-se nesse universo de entrevistados que não espelha necessariamente o tecido social da cidade de Tete (muito menos de Moçambique), apenas algumas das suas características.

6.3. O registo e tratamento de dados

O guião de entrevista ao longo dos anos (1997-2008) tem-se mantido semi-estruturado, dir-se-ia até tendencialmente aberto²⁵⁷. Transmite-se de início ao(s) entrevistado(s) a ideia de que o relevante para o investigador não é o que os outros diziam sobre os assuntos, nem o que está nos livros. O decisivo é a opinião de cada pessoa sobre assuntos que ela própria considera relevantes para quem vive em Moçambique. De início é também sublinhada a ideia de que não existem opiniões certas ou erradas. O que conta é o modo como elas são apresentadas, explicadas e/ou fundamentadas pelo(s) interlocutor(es). A estratégia das entrevistas assenta numa intenção central: que em cada conversa os discursos se desenvolvam focalizados em três períodos da evolução política de Moçambique: o período colonial (até 1974-1975); o período pós-colonial da primeira república/socialista (1974/75-1992/94); e a actualidade ou a segunda república/multipartidária (desde inícios dos anos 90).

²⁵⁷ Cf. Anexo (I parte) – *Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)*.

6. O trabalho de campo

Dada a elevada sensibilidade em abordar directamente questões de natureza política e havendo a consciência dos bloqueios que o tema provoca numa sociedade em que as memórias da violência política estão vigorosamente presentes, e por experiência acumulada do investigador, descontando os casos em que a identidade do entrevistado apontava claramente para o domínio político, o início da conversa é direccionado para histórias de vida ou problemas pessoais ou sociais que o entrevistado considera que mais afectavam a sua vida e a vida das pessoas em geral não só de Tete, como do próprio país. Depois tenta-se progressivamente relacionar isso com a acção do estado no passado e no presente.

Dependendo da sensibilidade do interlocutor, a estratégia que se tem revelado mais eficaz é a de sugerir aos entrevistados o estabelecimento de comparações entre diferentes momentos da história de Moçambique, tendo por base os assuntos a que eles próprios conferem relevância, tentando-se aproximações sucessivas a temas políticos propriamente ditos. O período colonial, porque a sua abordagem suscita menos constrangimentos, constituiu um núcleo de temas que pode facilitar o desenrolar das entrevistas.

A estratégia referida não impede, no entanto e pontualmente, determinados bloqueios em algumas entrevistas e, noutras, o rumo da conversa pode desequilibrar a análise do entrevistado, no sentido do discurso incidir demasiado, por exemplo, na primeira república (1974/75-1992/94), e falando-se muito esporadicamente da segunda república (desde inícios dos anos 90) ou da época colonial (até 1974/75), ou até pura e simplesmente ignorando uma dessas fases da evolução do estado em Moçambique. Uma vez que se pretende captar representações do político socialmente geradas e partilhadas, o importante tem sido ter em conta o sentido geral dos atributos conferidos ao estado que circulam no espaço público. Para isso não importa apenas o trabalho de campo de 2004, mas também todo o trabalho antecedente (a fase exploratória de 2003 e as experiências acumuladas das idas ao terreno em 1997 e 1998), bem como o trabalho de campo complementar de 2008. Desse modo, as entrevistas de 2004 (o núcleo essencial do material empírico) fazem melhor sentido se enquadradas nesse conjunto de pesquisas de campo.

As sessenta e uma entrevistas realizadas (2004) tiveram a duração média de uma a três horas. Tendo em conta a sensibilidade dos temas tratados, temos optado desde 2003 por não gravar as conversas. Recorremos, no entanto, a técnicas que permitiram um registo fidedigno dos depoimentos.

Dependendo da sensibilidade dos entrevistados, faz-se um registo escrito da conversa com maior ou menor pormenor, tendo também em conta as circunstâncias de cada entrevista. Desse modo, não se pode estabelecer uma relação directa entre o tamanho do registo escrito (medido em número de páginas) e a duração da conversa. Assim, uma parte das recolhas corresponde ao que foi rigorosamente dito pelos entrevistados (é o que consta nos anexos referentes às recolhas de 2004); outra parte tem a ver com o registo na terceira pessoa, não das palavras do entrevistado, mas das ideias que exprimiu; outra parte ainda tem a ver com anotações e comentários do terreno que servem de suporte às análises. Tem existido o cuidado em estabelecer a distinção entre o discurso directo e os outros registos (discurso diferido; comentários; anotações). Note-se que algumas conversas (ou partes de conversas) derivam para aspectos laterais, podem fazer prolongar o diálogo, mas das quais não se tira grande proveito para a investigação.

Imediatamente após a realização de cada entrevista procede-se ao seu registo pormenorizado recorrendo à memória imediata da conversa, enquadrando as diversas anotações recolhidas *in loco* e respeitando a sequência do discurso dos entrevistados. No sentido de conferir maior eficácia a esse procedimento, estabeleceu-se a regra de nunca se realizar uma nova entrevista sem proceder ao registo completo da anterior, opção particularmente viável quando se trabalha numa cidade pequena como Tete.

A metodologia adoptada para as recolhas empíricas aponta, na essência, para que, da maneira mais pragmática possível, se evitem factores inibidores de uma interacção entrevistador/entrevistado(s), num país onde a abordagem do político é condicionada por diversos obstáculos, entre eles, na cidade de Tete, o facto do poder das estruturas políticas da Frelimo ser efectivo. Por experiência da pesquisa para o mestrado, ficou claro que algumas pessoas aceitavam falar desde que a sua identidade fosse protegida. Desse modo, para que se recorresse a um critério geral para a recolha e tratamento do material empírico, logo no início da entrevista tem sido garantido o anonimato aos entrevistados aquando da

6. O trabalho de campo

divulgação dos registos do terreno. Mas essa foi uma opção generalizada às recolhas de 2004 e de 2008 e não para os anos anteriores. As estratégias de garantia do anonimato (adoptada desde 2004) e de não gravação das entrevistas (adoptada desde 2003) confirmaram a hipótese da qualidade dos testemunhos ser substancialmente melhor em relação a experiências anteriores em que se procedeu de modo inverso (1997 e 1998).

O tratamento do material recolhido tem sido qualitativo²⁵⁸ e tem obedecido a três processos. Em primeiro lugar, sucessivas (re)leituras dos registos do terreno de modo a isolar temas dos discursos do senso comum que sustentam representações sociais do estado em Moçambique. Depois, o agrupamento dos temas através de excertos dos discursos dos entrevistados tendo em conta o seu enquadramento de acordo com as épocas a que se reportam (período colonial; período pós-colonial da primeira república; período pós-colonial da segunda república). Por último, a organização da análise não isola (como não pode isolar) os dados de forma estanque, uma vez que a dinâmica das representações sociais sobrepõe temas e épocas, bem como temos tido em igual conta quer o discurso directo dos entrevistados tal qual foi registado, quer as outras recolhas do terreno (registo de ideias dos entrevistados, anotações ou comentários).

Dada a subjectividade que um trabalho desta natureza envolve, as opções metodológicas tentaram evitar caminhos puramente aleatórios e pretendem garantir uma sólida sustentabilidade empírica ao estudo.

A análise das entrevistas não se tem limitado ao verbalmente explícito. Inclui interpretações sobre os silêncios, as escusas ou os temas tendencialmente reprimidos (no sentido daquilo que é retirado da consciência, mas que se torna evidente precisamente por não ser abordado ou por ser muitas vezes evitado). Tal significa que a metodologia de recolhas empíricas assente na interacção entrevistador/entrevistado(s) envolve questões de natureza diversa que a tornam complexa, sendo difícil encontrar formas mais eficazes de se chegar ao pensamento social sobre o político em Moçambique.

²⁵⁸ Sobre as limitações associadas a metodologias quantitativas num trabalho de campo em Moçambique cf. Serra 1999, pp. 196 e segs.

ENTRE TEORIA E EMPIRIA

*«Only within the context of historical and cultural reality can the relations of reason and unreason be fully assessed and understood»
(Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 245).*

7. Notas historiográficas: uma introdução

7. Notas historiográficas: uma introdução

Iremos apresentar nesta parte – *entre a teoria e a empiria* –, de modo tão sucinto quanto possível, a evolução histórica do estado, dado que esse enquadramento surge como indispensável, uma vez que a dimensão tempo constitui um pressuposto essencial ao estudo das representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique. Todavia, é importante que distingamos o essencial do acessório: a investigação visa o lado subjectivo da política referenciada ao estado e não uma abordagem historiográfica (objectiva) da evolução do último propriamente dita.

É por isso que esta parte do texto se torna atípica, mas indispensável. Atípica em relação à componente teórica (centrada na teoria das representações sociais); atípica tendo em conta que se pretende captar uma realidade empírica da actualidade recorrendo ao modo como os actores sociais convocam o passado remoto ou recente do seu país.

Como já se apresentou a região e a cidade de Tete (capítulo 5), o que se irá fazer a seguir (capítulo 8) é disponibilizar um enquadramento mais amplo no tempo e no espaço que permita compreender melhor a natureza do estado em Moçambique.

8. O estado em Moçambique na longa duração

«É impossível uma compreensão adequada de uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida» (Berger e Luckmann 1999 [1966], p. 66).

Moçambique estende-se longitudinalmente por uma vasta área geográfica na costa sudeste do continente africano²⁵⁹ e, neste momento, a sua população rodará os dezanove milhões de habitantes. Ontem como hoje, um dos traços marcantes do país, apesar da consolidação do estado, é a sua forte heterogeneidade.

Ela é suportada, em primeiro lugar, na diversidade étnico-linguística, não só entre os diversos povos da região, mas também envolvendo comunidades de origem exógena nas quais, para além dos colonos portugueses, há que ter em conta segmentos originários do Índico com uma presença multissecular no território, em particular no litoral-norte. Entre eles encontramos muçulmanos, hindus e católicos originários de Goa. Moçambique, sendo resultado de encontros multisseculares entre diferentes povos, caracteriza-se pela diversidade religiosa, não só entre as crenças mágico-religiosas tradicionais e as monoteístas reveladas, como também dentro das últimas: diversas tendências cristãs e cristãs-sincréticas e parcelas significativas de populações islamizadas.

Em segundo lugar, como na generalidade dos processos de ocupação colonial europeia em África, a presença portuguesa em Moçambique acabou por ter impactos bastante diferenciados ao longo do território. Nessa multiplicidade de processos, há ainda que ter em conta a diversidade de contextos regionais, quer internos quer transfronteiriços.

Em terceiro e último lugar, na actualidade detecta-se (pelas características sociais, económicas e de hábitos culturais de determinados segmentos da população) um Moçambique do primeiro-mundo, um Moçambique do segundo-mundo, um Moçambique do terceiro-mundo ou um Moçambique ancestral. Essas características têm a ver com

²⁵⁹ Moçambique tem uma superfície de 799.390 quilómetros quadrados e a costa no Índico estende-se por cerca de 2000 quilómetros.

outra: a sobreposição de diferentes tipos de formação social²⁶⁰, com actores sociais capazes de circular e de fazer parte, em simultâneo, desses diferentes universos de sentido.

Não pretendemos com o que foi referido esgotar o assunto da forte heterogeneidade social de Moçambique, mas apenas sustentar a tese em alguns argumentos, para sublinhar que neste capítulo transparecerá da história de Moçambique sobretudo aquilo que permitiu e permite a existência da formação territorial nacional, constituída e mantida em torno do estado. Apesar das diversidades.

8.1. A constituição do estado no século XIX

A presença colonial portuguesa em Moçambique remonta a finais do século XV²⁶¹. Até ao século XIX pode considerar-se a fase pré-estatal da evolução do território, certamente merecedora de abordagens historiográficas aprofundadas²⁶², mas que não se justificam no presente contexto. Importa apenas referir que esse período pré-estatal foi marcado por uma elevada fragilidade das autoridades coloniais em contraste com a grande autonomia das organizações políticas autóctones, tanto as de matriz tradicional, que dominaram em particular o centro-sul e o sul do país (as que viriam a ser as províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Gaza), quanto as resultantes de contratos firmados com a Coroa Portuguesa. Os últimos tiveram particular incidência no vale do Zambeze (territórios mais tarde correspondentes à província de Tete, no centro-interior, e à província da Zambézia, no centro-litoral). Esse sistema administrativo remonta ao século XVI, adquiriu a designação específica de sistema de prazos²⁶³ no século XVIII, e vigorará até inícios do século XX.

²⁶⁰ «(...) quando se utilizam os conceitos de sociedade tradicional e moderna, seria mais correcto entender-se por sociedades em que a ordem social vigente se legitima predominantemente pela invocação da tradição, sendo esta real ou inventada e, para as segundas, sociedades em que a ordem social vigente se legitima predominantemente pela invocação de factos sociais inovadores» (Florêncio 2003, p. 63).

²⁶¹ Foi em 1498 que a primeira armada da Índia, capitaneada por Vasco da Gama, aportou pela primeira vez em terras que mais tarde constituirão o território de Moçambique. Apesar da fundação da feitoria de Sofala no século XVI, e mesmo nesse caso, tendo em conta as dinâmicas sociais, políticas e económicas das diferentes regiões do que virá a ser Moçambique, o impacto da presença colonial europeia foi pouco significativo até ao século XIX.

²⁶² Cf. Coelho 1993; Newitt 1997 [1995].

²⁶³ «Para os Portugueses, tratavam-se de terras cedidas mediante a assinatura de contratos de arrendamento elaborados de acordo com as regras do direito romano, mas, para os africanos, eram basicamente chefias, logo, funcionavam como parte de um complexo sistema de relações económicas e sociais destinadas a aproximar os povos da região» (Newitt 1997 [1995], p.203). Cf. Newitt 1997 [1995], pp.55 e segs.; Ferreira 2007, pp.317-320; Isaacman & Isaacman 2004.

Com o avançar do século XIX, em especial no último quartel, aumentaram as pressões que levariam à constituição do estado territorial em Moçambique, instituição que se impôs às organizações políticas tradicionais anteriormente existentes. Um tipo de soberania de base étnica dispersa pelo território em que o poder era exercido sobre determinadas formações sociais tradicionais, cedeu à concentração da soberania num único poder central que visava e visa exercer a autoridade sobre todo o território nacional, território que passou a estar delimitado por tratados internacionais. Esse processo de constituição do estado territorial foi marcado por disputas entre a administração colonial portuguesa e alguns dos poderosos senhores locais (transformados, nessa época, em senhores das guerras)²⁶⁴. Estava em causa o controlo efectivo das terras, das populações e das rotas comerciais, sendo que as disputas se centravam na questão do tráfico de escravos (oficialmente abolido nos territórios portugueses desde 1836)²⁶⁵, mas que se prolongou até finais do século, actividade que a administração colonial tentava travar²⁶⁶. E fazia-o não só por razões legais e de necessidade de legitimação internacional, mas também porque o tráfico de escravos constituía um sério obstáculo à estabilização da região do Zambeze, numa altura em que o domínio efectivo dos territórios africanos pelas respectivas potências tutelares era decisivo na disputa europeia por África. A pressão suscitada pelos avanços da industrialização (relacionada com a procura de mercados, de matérias-primas e de zonas de influência) e as independências na América Latina em inícios do século XIX constituíram impulsos essenciais para que da disputa então em curso se desenhasse a génese dos estados territoriais na África Subsaariana. Foi nesse contexto que decorreu o início da ocupação colonial efectiva no último quartel do século²⁶⁷.

No que diz respeito ao território de Moçambique – descontados o extremo norte secularmente marginal²⁶⁸ e de pacificação tardia (nas vésperas da primeira grande guerra a Companhia do Niassa ainda não controlava o planalto Maconde²⁶⁹) e o extremo sul abaixo do rio Limpopo (zona controlada pelo poder colonial sem grandes entraves) – o final do século foi marcado por campanhas militares (ditas de pacificação) nas zonas de mais difícil

²⁶⁴ Na primeira metade do século XIX Portugal viveu um período de forte instabilidade governativa, obstáculo a uma gestão política consequente dos territórios coloniais.

²⁶⁵ Cf. Coelho 1993, pp.62-64 e 67-68.

²⁶⁶ Cf. Coelho 1993, pp.82-86 e 91-92.

²⁶⁷ Cf. Péliissier 1987-1988; Florêncio 2003, pp.230 e segs.

²⁶⁸ Situação que ainda hoje caracteriza a província litoral de Cabo Delgado e, mais ainda, a província interior do Niassa.

²⁶⁹ Newitt 1997 [1995], pp.352 e segs.; West 2005, pp.81 e segs.

implantação do poder colonial português: o centro-sul, entre os rios Limpopo e Save, devido à acção do reino de Gaza liderado por Gungunhana; o centro-norte, na zona envolvente do rio Zambeze, dada a atomização de poderes pela acção dos senhores das guerras que dominavam os prazos. Por sinal zonas estratégicas para a afirmação de Portugal no contexto regional, particularmente junto da velha aliada Grã-Bretanha.

Entretanto, o avanço colonial britânico na região ia transformando Moçambique num enclave lusófono de uma vasta área continental anglófona, se descontarmos a presença alemã no Thanganica (norte de Moçambique/sul da Tanzânia, entre a segunda metade do século XIX e o final da primeira guerra mundial). A maior potência industrial da época, dominando territórios extensos do interior do continente e ricos em matérias-primas, estava interessada em aceder ao mar. Cabia a Portugal legitimar-se, na medida do possível, através do controlo efectivo dos territórios do litoral, de modo a mitigar o poderio da Grã-Bretanha. Como país poderoso, a última poderia invocar, conforme as conveniências, quer os direitos históricos, quer os direitos de posse efectiva nas disputas territoriais africanas com Portugal.

Depois da Conferência de Berlim (1884-1885) que marcou o início de um processo no sentido de se imporem os direitos de posse efectiva nas disputas por África em desfavor dos direitos históricos; da crise do *mapa cor-de-rosa* (1887) através do qual Portugal pretendia exercer soberania de costa a costa, ocupando uma extensa faixa territorial contínua entre Angola e Moçambique, pretensão que esbarrou com a oposição inglesa no interior do continente; e do *Memorandum* (ou *Ultimatum*) inglês a Portugal (1890) para que os militares portugueses abandonassem as Terras Altas do Shire (hoje território do Malawi) – as fronteiras de Moçambique foram acordadas através de negociações com a Inglaterra, concluídas em 1891²⁷⁰. O controlo efectivo do território por via militar, a sul, passou pela conquista do reino de Gaza (1895). No centro-norte, na região da Zambézia, foram ocorrendo campanhas e alianças sucessivas com os chefes locais e, na transição do século XIX para o XX, as forças coloniais tinham ocupado quase toda a região (1902), embora se mantivessem alguns focos de instabilidade.

²⁷⁰ Newitt 1997 [1995], pp. 308-318.

Iniciado em finais do século XIX, o processo de constituição do estado em Moçambique seria longo dada a escassez de recursos humanos e materiais por parte da potência colonizadora. Foram lançadas, a partir dessa época, as bases para o reconhecimento e delimitação geográfica da população e do território pela administração colonial. Em 1891 estabeleceram-se as fronteiras de Moçambique²⁷¹; em 1901 surgiu a lei que regulamentava a posse da terra e declarava que toda a terra não ocupada pertenceria ao estado; mas só em 1930 foi tentado o primeiro recenseamento completo da população²⁷². A administração efectiva desses territórios passou a ser exercida por via directa ou cedendo direitos limitados por contrato a companhias concessionárias, sendo que em 1907 surgiu a lei que criou uma hierarquia da administração civil e o país ficou dividido em cinco distritos ou províncias, cada um com um governador: Lourenço Marques; Inhambane; Quelimane, Tete e Moçambique.

Outra prerrogativa do poder colonial instituída nessa época foi a regulamentação e exploração da mão-de-obra indígena sob tutela do estado²⁷³, um dos recursos mais rentáveis e mais facilmente exploráveis²⁷⁴. As colónias passaram a constituir parte

²⁷¹ Administração directa pelo Governo: parte da zona norte correspondente, em geral, à província de Nampula; parte da zona centro-norte em torno da sede administrativa (Tete), a sul do rio Zambeze; e toda a extensa região a sul do rio Save, englobando as províncias de Gaza, Inhambane e Maputo (então Lourenço Marques); concessão da Companhia de Moçambique (1891-1941): a zona centro-sul, o imenso território entre o Save e o Zambeze, correspondente às províncias de Manica e Sofala, o espaço onde a concessão foi mais duradoura e onde a influência britânica foi mais marcante em Moçambique, dado que o porto da Beira servia o dinamismo económico dos países do interior, em especial da Rodésia do Sul (hoje Zimbabué); manutenção do sistema de prazos com direitos concessionados à Companhia da Zambézia: restante área do delta e vale do Zambeze, nas províncias da Zambézia e Tete, sendo que a Companhia da Zambézia, em 1907, dominava 111 dos 120 prazos registados em Tete e os restantes 9 eram de particulares ou de missões católicas (Cf. Coelho 1993, pp.91-92); concessão da Sena Sugar: em 1914 uma parte dos territórios no delta do rio Zambeze foi entregue a essa companhia concessionária; concessão da Companhia do Niassa (1894-1929): extremo norte do país, englobando as províncias de Cabo Delgado e do Niassa [«Sob a República [1910-1926], a Companhia do Niassa tornou-se sinónimo de tudo o que havia de negativo no domínio colonial. (...) não conseguia estabelecer o controlo do seu território. (...) A mão-de-obra compelida era algo praticado em todo o território da Companhia, e a principal variante nesta prática, comum ao resto de Moçambique, era os funcionários da Companhia possuírem, por norma, plantações e usarem mão-de-obra *chibalo* quer directamente nas plantações, quer na construção dos acessos a elas. Mesmo para o fim [1929], a Companhia continuava a extorquir à população que lhe estava sujeita os impostos que podia e a vender trabalhadores mediante contrato a vários clientes» (Newitt 1997, pp.357-358). Cf. Newitt, pp.324 e segs. Cf. Coelho 1993, pp.87 e segs.

²⁷² Newitt 1997 [1995], pp.377 e segs.

²⁷³ Para o caso da província de Tete, sobre a cobrança de impostos (*mussoco* em dinheiro, produtos agrícolas ou prestação de serviços) e sobre a afirmação militar do estado em inícios do século XX, Cf. Coelho 1993, pp.93 e segs.; Feliciano 1998 pp.135 e segs.

²⁷⁴ Nos anos 30 e 40 com a introdução das culturas obrigatórias, respectivamente do algodão e do arroz, e mais tarde com o alastramento da guerra colonial (ou luta de libertação nacional – 1964/1974), a afirmação do estado nos espaços rurais assentou na gestão dos habitats com a política dos aldeamentos, continuada na

8. O estado em Moçambique na longa duração

integrante da metrópole, mas os seus habitantes classificados em indígenas e não indígenas. Os primeiros, considerados não-civilizados, estavam sujeitos à lei tribal e os regulamentos laborais de 1899 impunham a obrigação a todas as pessoas com o estatuto de indígenas de trabalhar²⁷⁵. Relacionada com essa imposição, a cobrança de impostos, para além de ser um dos fundamentos que instituía o poder do estado, assentava em grande parte no imposto de palhota. A tributação era a forma directa de explorar a população indígena e foi a mais importante e às vezes a única função do governo colonial na época, constituindo a forma mais eficaz de integrar as populações no mercado de trabalho e na economia monetária²⁷⁶.

Dessa época em diante ir-se-ia também intensificar a construção de infra-estruturas (cidades, portos, estradas, caminhos-de-ferro).

Entre finais do século XIX e inícios do século XX registaram-se, portanto, avanços efectivos na constituição do estado em Moçambique²⁷⁷. Passou a existir uma organização territorial e política estável, com fronteiras delimitadas por tratados internacionais (por oposição às organizações políticas tradicionais), dirigida por um corpo administrativo e legislativo autónomo que passou a tutelar as diversas estruturas tradicionais²⁷⁸. Foi o período da afirmação de um poder central com capacidade efectiva para monopolizar o exercício da violência física legítima. Foi também simultânea a progressiva constituição de uma sociedade colonial (a sociedade central) por contraponto às sociedades tradicionais africanas (sociedades periféricas).

Esse conjunto de processos, ao assentar numa ambiguidade estruturante relacionada, ao mesmo tempo, com a afirmação hegemónica do poder do estado e com a fragilidade ao nível de recursos humanos e materiais por parte da potência colonizadora, levou a que no

fase pós-colonial com as aldeias comunais, em ambos os casos com impacto na província de Tete. Cf. Coelho 1993, pp.16 e segs.

²⁷⁵ Newitt 1997 [1995], pp.345 e 358 e segs. Cf. Feliciano 1998, pp.96 e segs.

²⁷⁶ A agressividade na disputa da mão-de-obra pelas diversas entidades (governo, privados e estrangeiros), particularmente nas zonas controladas pelo governo, conduziu a tremendos abusos e à fuga de populações de muitas zonas, motivando protestos de alguns interessados no uso local desses recursos. Por exemplo, no início do século a Sena Sugar para evitar que os camponeses desertassem das suas terras limitou as obrigações laborais e triplicou os salários em relação aos pagos na Niassalândia, zona atractiva para os trabalhadores migrantes, conseguindo atrair muita mão-de-obra (Newitt 1997 [1995], pp.358 e segs). Cf. Feliciano 1998, pp.115 e segs.

²⁷⁷ Cf. Strayer s.d..

²⁷⁸ Feliciano 1998, pp.93 e segs.

período em causa a administração de Moçambique evoluísse para uma situação em que cerca de um terço do território era directamente gerido pelas autoridades coloniais e o restante foi entregue a grandes companhias concessionárias. Foi a fórmula encontrada pela monarquia constitucional portuguesa para lidar com a situação, agravada nos anos seguintes pela instabilidade política da primeira república portuguesa (1910-1926)²⁷⁹. A situação das colónias portuguesas em África não se iria alterar, portanto, nas cerca de três primeiras décadas do século XX. Até porque, de permeio, decorreu a primeira grande guerra (1914-1918) e Portugal acabou por se envolver no conflito a partir de 1916, precisamente e sobretudo para garantir a posse das colónias, como veio a acontecer.

Todavia, não terá sido tanto a participação portuguesa na guerra que garantiu essa posse, mas sobretudo o facto da Inglaterra e da Alemanha estarem em lados opostos de um conflito devastador, sobretudo para a Europa, que inviabilizou a partilha de territórios ultramarinos portugueses entre elas. Essa asserção é também justificada pela crescente participação de capitais britânicos no controlo das companhias concessionárias que administravam parcelas importantes do território de Moçambique, o que conferia aos britânicos um ascendente importante sobre a administração colonial portuguesa, tornando desnecessária uma eventual anexação territorial formal pelo Reino Unido²⁸⁰.

Elísio Macamo, retomando a tese proposta por Martin Schaedel²⁸¹, defende que o estado em Moçambique se constituiu, na sua essência, em torno da regulação da mão-de-obra indígena²⁸². A articulação entre a administração colonial e as chefias tradicionais (que passaram a legitimar-se também e sobretudo por via do estado, isto é, fora das suas comunidades) em torno do trabalho obrigatório, na opinião de Fernando Florêncio, «(...) constituiu um dos principais factores de ruptura entre as populações e as autoridades

²⁷⁹ A intenção republicana de conceder maior autonomia administrativa às colónias praticamente não passou do papel. Cf. Newitt 1997 [1995], p.347.

²⁸⁰ «Em 1913, a Grã-Bretanha e a Alemanha ratificaram o tratado de 1898 que designara zonas das colónias portuguesas como esferas de interesse britânico ou alemão (...). Se os Portugueses esperavam vir a ser compensados na conferência de Paz de Versalhes com migalhas das antigas colónias alemãs, não tardaram a ficar decepcionados, e o seu único ganho em termos territoriais foi um novo traçado da fronteira setentrional de Moçambique para incluir o triângulo de Quionga. (...) O que terá salvo Moçambique foi o facto de tanto a Companhia do Niassa como a de Moçambique estarem, desta vez, nas mãos de capital britânico e de certa forma se terem tornado instrumentos do domínio colonial britânico» (Newitt 1997 [1995], pp.357 e 369).

²⁸¹ Schaedel 1984 (texto apenas disponível em língua alemã).

²⁸² Cf. Macamo 2002b. Sobre a questão laboral, nomeadamente o trabalho migratório e a sua relação com o trabalho forçado no processo de colonização, cf. Lubkemann 2004.

tradicionais, durante o período colonial»²⁸³. Independentemente da ambiguidade do argumento citado – tanto podem ter sido processos de adaptação resultantes da aproximação das chefias tradicionais à lógica do estado contra a pressão para a manutenção das lógicas ancestrais por parte das comunidades sob seu domínio, como o inverso, isto é, a pressão para as transformações ter a ver com sectores das sociedades tradicionais que procuravam romper com os sistemas de dominação tradicional na busca da sua própria modernidade – a verdade é que a interacção entre o poder central e as organizações tradicionais tem sido estrutural em Moçambique desde a ocupação colonial efectiva, característica que se prolongou após a independência em 1975, comportando tanto mecanismos de articulação quanto de confronto. Nas últimas três décadas essa relação foi marcada, numa primeira fase balizada entre meados da década de setenta e inícios da década de noventa do século XX, pela tentativa de ruptura do estado com as autoridades tradicionais, seguida de uma nova fase (que se prolonga na actualidade) em que a Frelimo, a única força política que governou o país no período pós-colonial, procura reabilitar e aproximar-se das autoridades tradicionais.

Em síntese, se o estado em Moçambique se constituiu essencialmente em torno da regulação da mão-de-obra indígena, o fundamental da produção do político desde finais do século XIX em Moçambique passou pela interacção entre o poder central e os poderes tradicionais.

8.2. A política colonial do Estado Novo

Após o golpe militar de 28 de Maio de 1926 em Portugal que pôs termo à experiência republicana (1910-1926), a ditadura de António de Oliveira Salazar, paulatinamente edificada a partir de 1928, seguiu o conservadorismo político: um sistema autoritário de partido único; reforço das instituições tradicionais portuguesas, em particular da igreja católica e do exército; autarcia económica, em parte como resposta à grave crise económica que abalou o sistema internacional nos anos trinta e que o eclodir da segunda guerra mundial (1939-1945) reforçará; valorização das tradições e do mundo rural portugueses, incluindo a agricultura; crescente centralismo do estado. Embora distanciando-se do liberalismo e do capitalismo no plano ideológico, o estado corporativo

²⁸³ Florêncio 2003, p. 265.

dirigido por Oliveira Salazar apoiou desde início e controlou políticas de modernização económica, em particular no campo industrial e ao nível da construção de infra-estruturas, uma espécie de keynesianismo adaptado à realidade portuguesa e que contribuiu para a consolidação do regime. Essas características do novo regime tiveram impacto nas colónias logo a partir dos anos trinta²⁸⁴.

A experiência política que se designará por Estado Novo (designação cuja origem remonta à aprovação de uma nova constituição da República Portuguesa em 1933) durará para além de Salazar (afastado do poder por razões de saúde em 1968 e substituído por Marcello Caetano) e terminará em 1974, em grande parte, por causa da incapacidade do regime em resolver a questão colonial.

No caso de Moçambique, essa experiência de 48 anos traduzir-se-á em mutações profundas. De uma colónia que era pouco mais do que uma reserva de mão-de-obra até aos anos trinta, embora já tivessem despontado algumas iniciativas incipientes de consolidação do estado e da estrutura económica, no final da colonização, em 1975, Moçambique passou a ser um país com infra-estruturas modernas (cidades, estradas, portos, caminhos-de-ferro, barragens, rede de estabelecimentos comerciais), uma economia assente numa indústria e agricultura diversificadas e um corpo administrativo funcional, conjunto de factores que conferia ao país uma organização sólida no contexto regional e africano em geral²⁸⁵.

Para o reforço e centralização do estado, na colónia, e visando a estabilidade administrativa que se consolidará progressivamente até ao final do período colonial (1974-1975), logo no início da ditadura salazarista terminaram as concessões que haviam transformado imensos territórios de Moçambique em espaços enfeudados a capitais estrangeiros, espaços esses que praticamente excluía o estado. Foram os casos da Companhia do Niassa (cuja rescisão do contrato ocorreu entre 1926 e 1929); das concessões à Companhia da Zambézia que dominava o sistema de prazos nas províncias da Zambézia e de Tete (as rescisões ocorreram entre 1917 e 1932²⁸⁶), e, conseqüentemente, o estado estendeu a sua autoridade

²⁸⁴ Cf. Alexandre 1993.

²⁸⁵ Newitt 1997 [1995], pp.390 e segs. Cf. Coelho 1993, pp.112 e segs.

²⁸⁶ Para o caso da província de Tete: «Although some *prazos* had their concessions renewed until 1932, the majority of leases was supposed to end by 1917, their territory being progressively integrated under state control» (Coelho 1993, p.102).

8. O estado em Moçambique na longa duração

a todo o território²⁸⁷. As concessões e companhias com capitais estrangeiros que permaneceram até aos anos 40, como a Companhia de Moçambique (cujo contrato terminou em 1941 e a administração directa pelo estado teve início em 1942), foram as que se considerava que faziam investimentos e que se dedicavam a actividades produtivas.

Se bem que formalmente a nova legislação²⁸⁸, nomeadamente o novo código laboral de 1928²⁸⁹, tornasse o sistema menos opressivo para os camponeses africanos, a prática foi outra. A manutenção do recrutamento forçado de mão-de-obra ganhou uma nova dimensão de opressão com a introdução do cultivo obrigatório do algodão nos anos 30 e, nos anos 40, também do arroz. O primeiro caso é um exemplo claro da autarcia que a política económica de António de Oliveira Salazar conferiu ao império colonial português, com os territórios ultramarinos em África a garantirem matérias-primas a preços acessíveis para a indústria da metrópole e esta, por sua vez, a ter mercado garantido nas colónias para os seus produtos²⁹⁰. Todavia, se isso inseriu progressivamente as colónias num mercado de maior escala, desinseriu-as dos mercados internacionais e da modernização concomitante. Daí que o final da colonização acabará por revelar quer uma indústria metropolitana desajustada, quer um sistema produtivo das colónias demasiado rígido face às características dos mercados internacionais em meados da década de setenta do século XX²⁹¹.

Dos anos trinta em diante o Estado Novo conseguiu penetrar progressivamente na esfera produtiva do campesinato africano em Moçambique, em grande parte devido ao desenvolvimento da rede administrativa, recorrendo a processos relativamente eficazes²⁹².

²⁸⁷ «(...) Salazar's main guidelines concerned the setting up of an effective administrative network capable of assuring the state presence down to the local level, collecting taxes and mobilizing labour for its agricultural undertakings, designed to produce raw materials for supplying metropolitan industries. Stability and austerity in public expenditure in order to keep balanced budgets, were the key words of Salazar's strategy» (Coelho 1993, p.133).

²⁸⁸ *Acto Colonial* (1930); *Carta Orgânica* (1933) e *Reforma Administrativa do Ultramar* (1933). Cf. Florêncio 2003, pp. 241 e segs.

²⁸⁹ Newitt 1997 [1995], pp.408 e segs.

²⁹⁰ José Fialho Feliciano sintetiza de modo particularmente eficaz a progressiva monetarização da economia e as consequências sociais e culturais da integração dos espaços rurais de Moçambique numa economia colonial de maior escala, se bem que defenda «(...) a tese que as mudanças operadas, mesmo as profundas, não substituíram o modelo económico tradicional que, pelo menos no interior, permaneceu vivo, como o atesta a vitalidade das instituições sociais e culturais a ele ligadas» (Feliciano 1998, p.291), instituições essas que sofrerão um maior impacto desestruturante apenas no período pós-colonial (cf. Feliciano 1998, pp.283 e segs.).

²⁹¹ Fortuna 1993.

²⁹² Coelho 1993, p.125 e segs.

Fornecer matérias-primas, produtos alimentícios e garantir a entrada de divisas (fosse pela exportação de produtos agrícolas diversificados, com destaque para o algodão, o açúcar e o caju; fosse pelo envio de trabalhadores migrantes para os países vizinhos, nomeadamente a África do Sul e a Rodésia do Sul); desenvolver indústrias diversificadas que garantissem a autarcia da colónia e da metrópole (indústria mineira, de cimento, bebidas, massa, óleo vegetal, velas, sabão, sal, cerâmica, etc.)²⁹³ – foi nisso que assentou, com algum sucesso, o desenvolvimento económico de Moçambique.

Ao nível do fornecimento de algodão Moçambique tornou-se o principal abastecedor da indústria têxtil portuguesa²⁹⁴. Na província de Tete a Companhia da Zambézia, uma vez extinto o sistema de prazos (1932), passou a ser a maior concessionária da exploração do algodão. Em 1940 o *staff* do distrito de Mutarara recebeu ordens para distribuir sementes por todas as famílias africanas, assegurando que cada pessoa tivesse um hectare preparado para a sementeira em Dezembro, antes do cultivo dos restantes produtos para a subsistência, e a respectiva punição de quem não o fizesse. A produção de algodão na província de Tete cresceu lentamente e atingiu o recorde em 1959, com 9.015 toneladas colocadas no mercado, dois anos antes da abolição das culturas obrigatórias em Moçambique²⁹⁵.

As transformações estruturais nas relações estado/sociedade(s) intensificar-se-iam a partir dos anos sessenta:

*«In the early 1960s Portugal tried to develop a new strategy for its colonial territories, on the one hand conditioned by international criticism about the living conditions of the African peoples subjected to its rule, and by a generalised nationalist context throughout the African continent, and on the other hand aiming at creating a basis to perpetuate Portuguese sovereignty in Africa.»*²⁹⁶

Essas transformações remontam à conjuntura que se foi afirmando na pós-guerra (1939-1945), quando começaram a despontar os movimentos independentistas, primeiro na Ásia, mas que rapidamente chegaram a África. Nessa altura já o sistema colonial português apresentava uma estrutura administrativa relativamente consolidada e, por seu lado, ao nível do discurso oficial de legitimação da colonização, nos anos cinquenta e sessenta a

²⁹³ Newitt 1997 [1995], pp.406 e segs.

²⁹⁴ Fortuna 1993.

²⁹⁵ Coelho 1993, pp.143-144.

²⁹⁶ Coelho 1993, p.157.

retórica colonial portuguesa passou da missão civilizadora cristã da cultura portuguesa, para se focalizar na ciência, na tecnologia e no crescimento económico²⁹⁷. Apesar disso revelar um sintoma de alguma renovação que, de facto, se verificará a partir dos anos sessenta no sistema colonial português, a verdade é que a conjuntura da pós-guerra marcou a génese de um país, de um sistema político e de um modelo de dominação colonial que, nas três décadas seguintes, viverá em contraciclo face às tendências do sistema internacional.

Para além das características próprias do regime político português; do contexto internacional rapidamente bipolarizado e dominado pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); do peso estratégico dos Açores para o controlo do espaço europeu pelos Estados Unidos da América (o que dava alguma margem a Portugal para manter a sua política) – a situação administrativa das colónias terá contribuído para que o regime autoritário e colonial recusasse obstinadamente uma negociação política que preparasse a descolonização. O regime português seguiu um rumo político anacrónico que irá agravando irreversivelmente o seu isolamento internacional, em particular a partir de inícios da década de sessenta.

A entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas em 1955 acabou por ser paradoxal: visava quebrar o isolamento político do regime salazarista mas, por causa da questão colonial e com a adesão progressiva dos novos países independentes da Ásia, primeiro, e de África, pouco depois, como parceiros de pleno direito do sistema internacional, a ONU acabaria por ser uma das principais sedes do isolamento de Portugal, situação que se agravou até ao colapso do Estado Novo em 1974²⁹⁸.

8.3. O epílogo colonial e a luta pela independência

Os anos sessenta e a primeira metade da década seguinte foram marcados pela intensificação da presença colonial portuguesa em África, em especial em Angola e em

²⁹⁷ Mahoney 2003, pp. 174 e segs.

²⁹⁸ Martins 1996.

Moçambique, traduzida numa alteração das funções do estado e na renovação do papel social das igrejas cristãs no contexto da política colonial²⁹⁹.

No caso de Moçambique, se entre 1930 e 1960 a população africana duplicou (passou de 3.960.261 para 6.430.530) e manteve o crescimento na década seguinte (1970 – 8.234.000; 1980 – 12.130.000), o impacto da última década e meia colonial atesta-se pelo significativo aumento da população europeia. De cerca de 100.000 no início da década de sessenta, em 1974-1975 a população europeia ascendia a cerca de 200.000 habitantes³⁰⁰. Foi essa década e meia final que acabou por conferiu um carácter abrupto ao desfecho do ciclo colonial português em Moçambique em 1974-1975 (como também nas outras colónias portuguesas em África), coincidente com o fim da ditadura do Estado Novo (1933-1974) e com o advento da democratização em Portugal.

De uma administração que se preocupava, acima de tudo, com a exploração dos recursos humanos e materiais da colónia, assistiu-se, a partir dos anos sessenta, a um surto de modernização económica e social e o estado deixou de ser essencialmente «(...) o governo de uma classe dominante depredatória»³⁰¹. A estratégia passou a assentar na fixação de colonos brancos como meio essencial de impulsionar o desenvolvimento económico e social do território. Em 1961 foi abolido, em Moçambique, o regime do *chibalo* (trabalho forçado) e das culturas obrigatórias (algodão e arroz)³⁰², e os habitantes passaram a ter plenos direitos de cidadania, crescendo também o número de africanos com acesso a profissões especializadas com alguma dignidade na função pública (funcionários administrativos, na saúde, no ensino ou no exército). Houve um esforço efectivo, por parte do estado, na introdução de políticas e práticas que combatessem a crescente campanha internacional contra um sistema colonial português, através do alargamento de direitos cívicos e de um acesso crescente das populações africanas a serviços públicos: ensino, saúde, policiamento, acesso a água potável, estradas, mercados³⁰³.

²⁹⁹ Cf. Brandão 2004.

³⁰⁰ Newitt 1997 [1995], pp.411 e segs; cf. Clarence-Smith 1985, pp.192 e segs; Coelho 1993, pp.149 e segs.

³⁰¹ Newitt 1997 [1995], p.396.

³⁰² Cf. Feliciano 1998, pp.104 e segs.

³⁰³ A perspectiva de Dalila Cabrita Mateus aponta em sentido contrário, referindo-se ao «(...) carácter particularmente bárbaro e primitivo do colonialismo português (...). Ora esta violência irá crescer, de forma acentuada, com o desencadear da Guerra Colonial. Natural é, pois, que a repressão policial se tenha ampliado e intensificado, adquirindo uma natureza de massas, ideologicamente justificada com o facto de os agentes

Todavia, num país heterogéneo e extenso como Moçambique, tendo em conta os recursos limitados do colonizador, nada do que aqui se refere pode ser generalizável a todo o território. Havia, da parte do regime colonial e ditatorial, a ilusão de que o impulso de modernização nas colónias seria capaz de mudar o rumo da história, mesmo tratando-se de uma potência europeia periférica. Quanto mais Portugal passava ao lado dos ventos de modernização política e económica da pós-guerra, mais se comprometia na aventura colonial africana, agravando-se, no contexto internacional, o anacronismo do seu regime político.

Nesses mesmos anos sessenta, a resistência nacionalista ganhava forma e rapidamente se consolidaria, aproveitando as transformações políticas que iam ocorrendo um pouco por toda a África, quando as independências se sucediam. Se as autoridades coloniais portuguesas beneficiaram do sistema de relações internacionais bipolar, neutralizando uma mais vigorosa contestação da superpotência americana ao seu modelo colonial e imperial, sendo que os próprios Estados Unidos da América estavam a braços com a guerra do Vietname que coincidiu com o final do ciclo colonial português; esse mesmo sistema internacional bipolar foi também crescentemente favorável à constituição, desenvolvimento e consolidação dos movimentos nacionalistas nas então colónias portuguesas em África³⁰⁴. Depois de iniciativas dispersas, o *Massacre de Mueda* (16 de Junho de 1960)³⁰⁵ mostrou aos nacionalistas moçambicanos a inviabilidade da via negocial e que a guerra seria a via para derrotar os portugueses ou fazê-los mudar de opinião.

[da PIDE/DGS] estarem a combater feras e a salvar vidas humanas. Prende-se, não porque existam provas, mas apenas pela cor da pele. Africanos negros ou mestiços são potenciais inimigos» (Mateus 2004, p.416). A autora sustenta as suas teses num quadro particularmente depressivo das condições de vida das populações colonizadas (em domínios como o acesso aos mercados, a assistência médica, o ensino ou a persistência do trabalho forçado), agravadas pela guerra nos anos sessenta e setenta. A verdade é que as nossas análises remetem, no geral, esse quadro colonial precisamente para o período anterior aos anos sessenta. Os testemunhos do senso comum que recolhemos ao longo dos anos de pesquisas no terreno em Moçambique (1997, 1998, 2003, 2004 e 2008) permitem concluir praticamente o inverso quanto ao impacto da última década e meia colonial, correspondente ao período da guerra, algo que tentaremos demonstrar ao longo do texto.

³⁰⁴ Cf. Gaddis 2007 [2005].

³⁰⁵ Na província de Cabo Delgado no extremo norte de Moçambique, influenciados pelos ventos de mudança que vinham do outro lado da fronteira, da Tanzânia, centenas de camponeses foram massacrados em frente do edifício da Administração de Mueda por protestarem em prol da independência (Newitt 1997 [1995], p.450). Cf. Coelho 1993, p.171.

Em 1962 os três movimentos nacionalistas até aí existentes – Udenamo (União Democrática Nacional de Moçambique), Manu (Mozambican African National Union)³⁰⁶ e Unami (União Africana de Moçambique Independente) – unificaram-se e fundaram a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). O I congresso do movimento decorreu entre 23 e 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-Salam (Tanzânia), no qual Eduardo Chivambo Mondlane foi eleito presidente³⁰⁷.

Michel Cahen propõe uma tese plausível, a de se considerar que a Frelimo era uma organização que, de algum modo, rompia com as organizações anti-coloniais antecedentes, saída da pressão e da rivalidade entre a Tanzânia de Julius Nyerere e o Gana de Kwame N’Krumah:

«É frequente ler, apesar dos progressos da pesquisa histórica, que a Frelimo foi fundada no dia 25 de Junho de 1962 pela unificação de três movimentos “regionais”, a Manu, maconde, a Udenamo tida como do sul, e a Unami, tida como do centro (da Zambézia). Esta história, que é a versão oficial, é muito funcional e “etapista”: movimentos sobretudo regionais, até étnicos, unificam-se “nacionalmente”, fechando assim a “etapa precedente” proto-nacionalista e abrindo a via à nova nação. Na realidade, apenas a Manu entrou na Frelimo, por decisão pessoal do seu presidente (mesmo se este e a maioria dos dirigentes tivessem saído rapidamente), a Udenamo dividiu-se em dois blocos desde antes do Congresso, e a Unami nunca aceitou o selo da Frelimo e conservou sempre independente a sua estrutura. A Udenamo não era de todo um grupo do “sul”, mas já uma organização plenamente multi-étnica com efectivamente muitos militantes do sul mas também muitos macondes vindos de outra organização a *Mozambique African Association* (MAA) formada entre trabalhadores emigrados das plantações de sisal do Tanganyika e do Quénia»³⁰⁸.

De qualquer modo, o que é facto é que o aparecimento da Frelimo em 1962 marcou uma viragem importante na luta anti-colonial. A Tanzânia, independente desde 1961, tornou-se o território vizinho do norte onde o movimento preparará a organização política e logística³⁰⁹ para, a partir de 1964, sustentar uma década de luta armada de libertação nacional em Moçambique (ou guerra colonial na versão portuguesa)³¹⁰.

³⁰⁶ A MANU foi o único movimento que tentou actuar dentro do território moçambicano e foi uma multidão de apoiantes seus que se manifestou em Mueda em Junho de 1960 (Newitt 1997 [1995], p.450).

³⁰⁷ Cf. Cabrita 2000, pp.14-20 e pp.24 e segs.

³⁰⁸ Cahen 2005, p.56. Cf. Ferreira 2007, pp.174-184.

³⁰⁹ Na fase inicial da organização do movimento nacionalista o Gana de Kwame Nkrumah teve papel importante, em conjunto com a Tanzânia de Julius Kyerere. Simplesmente por razões estratégicas, dado que fazia fronteira com Moçambique, a Tanzânia acabou por se tornar o mais importante aliado dos nacionalistas moçambicanos.

³¹⁰ A luta armada de libertação nacional (na versão nacionalista) ou guerra colonial (na versão portuguesa) pode ser dividida em três períodos: (i) 1964-1968: caracterizada pela definição da conquista da independência como objectivo essencial, procurando apoio junto das populações rurais que garantisse o suporte para uma guerra prolongada, e em que o movimento evoluiu para um modelo de guerrilha

Tal como o estado centralizado e autoritário edificado pela potência colonial, os nacionalistas da Frelimo, apesar de sucessivas crises internas, sobretudo nos anos seguintes ao início da guerra de libertação, manterão uma única frente unida. Será essa génese centralizadora do movimento nacionalista que explicará, em parte, a persistência de um modelo de estado autoritário e centralizado na transição da época colonial para a pós-colonial.

O processo conturbado que envolveu o assassinato do primeiro presidente da Frelimo a 3 de Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane, e a sua sucessão por Samora Machel ratificada entre 9 e 14 de Maio de 1970 – após um triunvirato que incluía na liderança, além de Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango, o Comité Central da Frelimo expulsou Uria Simango, elegendo Samora Machel como presidente e Marcelino dos Santos como vice-presidente³¹¹ – significou também uma inflexão marxista-leninista na linha política do movimento, já anunciada no II Congresso da Frelimo em 1968 ainda com Eduardo Mondlane, mas claramente assumida pela nova liderança de Samora Machel. Daí em diante o movimento posicionar-se-á de modo menos ambíguo no contexto da guerra-fria, aproximando-se do bloco socialista, em particular da União Soviética e da China maoísta, embora a influência desses regimes estivesse presente desde início³¹².

Com o apoio da Tanzânia, a guerrilha teve início na frente norte com ataque ao posto administrativo de Chai (Cabo Delgado) a 25 de Setembro de 1964, data simbólica do início da guerra anti-colonial³¹³. Em finais dos anos sessenta, beneficiando da extensa zona fronteiriça da província de Tete, contando em especial com o apoio da Zâmbia e, embora menos explícito, do Malawi, a guerrilha expandiu-se para essa região do centro-interior (noroeste) de Moçambique, para mais tarde avançar para sul, entrando na província de Manica. Daí em diante a região de Tete assumirá papel de relevo no desenrolar da guerra,

revolucionária; (ii) 1968-1970: em que a guerrilha se estendeu para além da zona norte, concretamente para a província de Tete, mas também a fase em que a Frelimo sofreu o mais séria contra-ofensiva colonial com a operação *Nó Górdio* (1970); (iii) 1970-1974: embora essa tivesse sido uma característica também das fases anteriores, nesta fase a guerrilha manteve uma iniciativa permanente. É de se sublinhar que nas duas transições (1968 e 1970) a província de Tete desempenhou papel central na estratégia da Frelimo (Coelho 1993, p.173).

³¹¹ Cf. Ferreira 2007, pp.183-184; Ncomo 2003; Mateus 2004, pp.171-173.

³¹² Cf. Coelho 1993, pp.160 e segs.; Cabrita 2000, pp.63 e segs.

³¹³ Cf. Ferreira 2007, pp.236-237.

em conjunto com as províncias de Cabo Delgado e Niassa, as últimas na fronteira norte com a Tanzânia.

As fronteiras terrestres das províncias a sul de Tete (Manica, Gaza e Maputo, então Lourenço Marques) praticamente inviabilizavam o avanço da Frelimo nessas áreas, dada a existência, do outro lado da fronteira terrestre, de regimes políticos dominados por minorias brancas favoráveis às autoridades coloniais portuguesas. Eram os casos da Rodésia do Sul (Zimbabwe a partir de 1980) e África do Sul (cujo processo de liberalização política com o fim do apartheid só acontecerá em inícios dos anos noventa, na pós guerra-fria).

Para a intensificação da frente armada na província de Tete não foi alheio, por um lado, o início da construção, em 1969, da barragem hidroelétrica de Cahora-Bassa, no Songo, o maior empreendimento do género na região³¹⁴; e, por outro lado, a operação militar do exército português, nó górdio, iniciada em Maio de 1970³¹⁵. Estratégia que o General português Kaulza de Arriaga delineou e liderou e que consistia numa forte ofensiva militar nas zonas de maior consolidação da guerrilha, as províncias de Cabo Delgado e Niassa³¹⁶.

Outra consequência relevante da operação nó górdio para o rumo do conflito e para a reorganização da Frelimo foi o facto da guerrilha, mais do que combater, ter deslocado uma parte importante dos seus operacionais das províncias do Niassa e de Cabo Delgado para a província de Tete, via Malawi, com a conivência de Hastings Banda numa das suas viragens de rumo político. No entanto, frustradas as tentativas de ataque à barragem hidroelétrica de Cahora-Bassa dada a estratégia militar portuguesa (reforço do contingente militar e deslocamento e concentração de populações em aldeamentos na área do

³¹⁴ Ferreira 2007, pp.107-108.

³¹⁵ Coelho 1993, pp.182 e segs.

³¹⁶ Do balanço da operação «nó górdio» contabilizam-se, do lado da guerrilha: 61 bases ocupadas e 165 esconderijos (de guerrilheiros e de armas) destruídos, 651 guerrilheiros mortos, 1.804 capturados e 6.854 camponeses recuperados (isto é, colocados sob alçada da administração colonial); do lado do exército colonial as baixas também foram significativas: 132 mortos e mais do dobro de feridos. Apesar das perdas territoriais estratégicas e das baixas pesadas dos nacionalistas da Frelimo, ainda assim existem dados que apontam para mais de 1.000 guerrilheiros terem conseguido manter a operacionalidade em Cabo Delgado. Cf. Coelho 1993, p.182; West 2005, p.146.

empreendimento), em vez de retirar, a guerrilha da Frelimo passou a actuar a sul do rio Zambeze em 1971 e em 1972 também na província de Manica, a sul de Tete³¹⁷.

A resposta do governo colonial, na província de Tete, a pretexto da construção da barragem e da guerra, foi a junção compulsiva de populações tradicionalmente dispersas em aldeamentos, sobretudo nas zonas militarmente mais sensíveis. Essas práticas vinham dos anos cinquenta³¹⁸, muito referenciadas no norte do país (províncias de Cabo Delgado e Moçambique/Nampula)³¹⁹. Foram alargadas com o início da guerra, em 1964, e tiveram particular incidência na província de Tete quando a guerra alastrou a essa região. A estratégia colonial era evitar contactos entre as populações e uma Frelimo cada vez mais presente³²⁰.

O ecossistema, nomeadamente a escassez de água, o desgaste e a pobreza dos solos (problemas não tão agudos em situações de povoamento disperso de maior disponibilidade e rotatividade das áreas cultivadas); a crescente actividade da guerrilha, cada vez mais sedutora para as populações locais, dada a atitude do estado; a falta de recursos e deficiente planificação dos aldeamentos coloniais; uma política de reordenamento dos espaços rurais, no geral, mais reactiva do que pró-activa (isto é, em resposta a um início efectivo das actividades da guerrilha); as dificuldades de controlo efectivo da circulação de pessoas; a falta de alimentos e de habitações condignas que deslegitimavam, aos olhos das populações locais, as políticas coloniais de ruralização; a resistência e fuga para o lado da guerrilha e para os países vizinhos de alguns chefes locais e respectivas populações – a conjugação dessas circunstâncias tornou a política colonial na província de Tete

³¹⁷ Cf. Newitt 1997 [1995], pp.457 e segs; Coelho 1993, pp.248 e segs.

³¹⁸ Embora as autoridades coloniais estivessem conscientes quanto à probabilidade da concentração de populações rurais poder agravar as condições de subsistência (nomeadamente pelo desgaste rápido dos solos nas zonas circundantes aos aldeamentos) e tivesse corrido um debate a alertar para essa eventualidade nos anos 40 do século XX, a verdade é que a medida avançou, primeiro associada às culturas obrigatórias (algodão e arroz) e mais tarde registar-se-á um impulso maior como resposta à guerrilha da Frelimo (Coelho 1993, pp.120 e segs.).

³¹⁹ Segundo Malyn Newitt «Eram muito variados os objectivos destas “concentrações rurais”. Uma população concentrada podia ser tributada, administrada e recrutada muito mais facilmente. Poderia também ser dotada de instalações para a saúde e a educação e comodidades e serviços. Todavia, a política do *aldeamento* foi adoptada nos distritos setentrionais, principalmente para ajudar a supervisionar as campanhas de cultivo. Tratou-se de uma política a que os camponeses ofereceram considerável resistência (...). A política do *aldeamento* intensificou-se durante a guerra da independência, altura em que foi considerada a melhor forma de isolar a população da propaganda da Frelimo. Após a independência, o governo da Frelimo adoptou a ideia e transformou-a na solução da sua política de desenvolvimento rural» (Newitt 1997 [1995], pp.409-410).

³²⁰ Cf. Coelho 1993; Geffray 1991 [1990], pp.31 e segs.

extremamente difícil de gerir na primeira metade dos anos setenta³²¹, até porque ela implicava a fragilização dos mecanismos de reprodução social tradicionais³²².

Por seu lado, nesse mesmo período, a Frelimo, com maiores ou menores dificuldades, conseguiu manter uma actividade continuada na província. No final da guerra (1974) a guerrilha estava claramente disseminada e activa na região³²³.

Os treze anos de guerra (se contarmos com o início da guerra em Angola em 1961); a pressão política e bélica dos movimentos nacionalistas africanos; o impasse militar em que a guerra caíra nas suas três frentes: Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964) (a da Guiné-Bissau quase perdida); o impacto negativo crescente das baixas militares na opinião pública e, sobretudo, a insatisfação dos oficiais de baixa patente (capitães); a perda de apoio e de prestígio internacionais (pela manutenção anacrónica de um império colonial em África; pelos escândalos dos massacres sobre populações, como em 1972 em Wiriamu, na província de Tete, em Moçambique³²⁴); a crise petrolífera de 1973-1974 que agravou as dificuldades orçamentais provocadas pelos gastos com a guerra e pelos investimentos em infra-estruturas nas colónias; a erosão do regime ditatorial de Marcello Caetano (sucessor de António Salazar como presidente do conselho de ministros em 1968); e uma conjuntura internacional, em geral, cada vez mais desfavorável ao regime – esse conjunto de factores conduziu ao golpe militar que em 25 de Abril de 1974 pôs fim, em Portugal, ao Estado Novo e precipitou a descolonização.

³²¹ Cf. Brandão 2004.

³²² José Fialho Feliciano caracteriza o modelo tradicional como um sistema que permitia articular «(...) a dispersão dos grupos domésticos com a integração da gestão tribal e inter-regional de aliados, no sentido da ocupação, gestão da terra e suas potencialidades; como é grande a sua adaptação ao meio físico, cheio de descontinuidades (...). Daqui resultam três das mais fundamentais características do seu modelo: diversidade dos ramos de produção; proximidade máxima em relação ao conjunto das fontes e recursos que se encontram dispersos, facilmente esgotáveis quando explorados por grupos numerosos ou concentrados; diversidade de instituições que asseguram a circulação de pessoas e alimentos entre regiões diferentemente produtoras segundo a irregularidade das chuvas» (Feliciano 1998, p.151). Cf. Feliciano 1998, pp.249 e segs.

³²³ Sobre o apoio de muitos chefes tradicionais à Frelimo na província de Tete, cf. Coelho 1993, pp.245 e segs.

³²⁴ Wiriamu é uma povoação rural do distrito de Changara, província de Tete, na qual ocorreu um dos mais sangrentos massacres perpetrados pelas tropas portuguesas durante a guerra, ocorrido em Dezembro de 1972, no qual as vítimas se contaram às dezenas. O massacre tornou-se internacionalmente conhecido através do jornal *The Times* (Londres) em edição de Julho de 1973. O autor do texto, P.^o Adrian Hastings, soube pormenores do acontecimento através de membros da congregação espanhola Padres Burgos que trabalhavam em Moçambique e, em Espanha, relataram esse e outros massacres e maus-tratos à população por parte das tropas portuguesas. Os escândalos provocados por essas situações, em especial a de Wiriamu, causaram sérios embaraços ao governo de Lisboa, abalando a sua (já débil) credibilidade junto dos outros países e governos do ocidente. Cf. Vieira 1988, pp.7-26; Newitt 1997 [1995], p.459; Cabrita 2000, p.78; Ferreira 2007, p.379.

8.4. A primeira república pós-colonial (1975-1992/4)

Depois de negociada a paz e o fim do domínio colonial em 1974 com os acordos de Lusaka (a 7 de Setembro)³²⁵, a transição para o período pós-colonial foi relativamente rápida, com milhares de colonos portugueses brancos e parte da elite mestiça a abandonarem o país entre finais de 1974 e a independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975³²⁶. Para além do plano político, o tecido social e a estrutura económica sofreram transformações profundas. O impacto foi dramático a todos os níveis, mesmo no sector rural até aí dominado pelos colonos ou dependente dos circuitos económicos geridos pela administração colonial³²⁷. O processo de transição revolucionária constituiu, ao mesmo tempo, causa e resposta a essa situação. O regime fortemente personalizado, liderado por Samora Machel (1975-1986)³²⁸, optou pela via socialista revolucionária desde início, ratificada e intensificada pelo III Congresso da Frelimo ocorrido em 1977. Essa foi uma das marcas fortes da governação monopartidária da Frelimo, caracterizada pelo papel hegemónico do estado (na economia ou na regulação da vida social) e pela mobilização política massificada, num país com cerca de dez milhões de habitantes.

Nesse processo de transição para o período pós-colonial, se a matriz de actuação era intelectual e urbana, ou melhor, pós-tradicional (característica da elite dirigente da Frelimo), as questões cruciais travaram-se nos espaços rurais onde residia a esmagadora maioria da população moçambicana³²⁹. Uma vez mais, tal como acontecera no período colonial, as dinâmicas decisivas para a evolução do país independente jogaram-se nas periferias do sistema governativo e administrativo do estado (ou nas margens do sistema

³²⁵ Ferreira 2007, pp.122-125; 192-193; e 231-234; Cabrita 2000, pp.71 e segs.

³²⁶ «(...) massive exodus of white Portuguese out of the colony. Although accurate numbers are hard to define, it is estimated that by 1975 some 80,000 of the 120,000 white Portuguese had already left, and that by mid-July only 10,000 had remained» (Coelho 1993, pp.326-327).

³²⁷ Cf. Manning 2002, pp.55 e segs.

³²⁸ João M. Cabrita defende a tese de se ter instaurado um estado totalitário em Moçambique, sustentando-a nos antecedentes da luta armada de libertação nacional e devido às circunstâncias em que decorreu a transição de poderes no final do regime colonial em que a Frelimo foi reconhecida como o único movimento nacionalista legítimo. Acrescenta a conviência, nessa altura, dos países vizinhos. Uns vendo nessa opção vantagens económicas (Malawi e Zâmbia); outro dada a aliança histórica com a Frelimo (Tanzânia); outros ainda para que a instabilidade em Moçambique não alastrasse aos seus territórios (os regimes brancos da África do Sul e da Rodésia). Esse conjunto de circunstâncias isolou a oposição, quer a que vinha da luta de libertação nacional (como a Coremo), quer os novos dissidentes resultantes do processo de descolonização (ex-colonos, com destaque para Jorge Jardim, e o grupo de onde surgiria a Renamo) (Cabrita 2000, pp.80 e segs.). A instauração da polícia política pela Frelimo – o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) –, «*A juridical monstrosity*» (Cabrita 2000, pp.90 e segs.) ou dos campos de reeducação (Cabrita 2000, pp.95 e segs.) constituem outros dos argumentos nos quais João M. Cabrita sustenta a tese de ter existido um estado totalitário em Moçambique na época de Samora Machel.

³²⁹ Cabrita 2000, pp.116-119.

político referenciado ao estado, se não mesmo para lá delas), num modelo de evolução política em que a estabilidade do centro ou é a última a ser atingida ou não é mesmo atingida. Como se, descontando o clímax revolucionário (que se situa essencialmente nos anos de transição de 1974-1975), no centro não se passasse nada de relevante e era nas margens do sistema que o mais importante acontecia e onde se definiam os conflitos ou recomposições políticas de longa duração³³⁰.

Se as áreas urbanas constituem, por excelência, os espaços de afirmação do estado, a nível rural nunca o poder central em Moçambique havia tentado uma aproximação tão radical às populações como pretendeu o regime de Samora Machel³³¹. Na relação entre o estado e as sociedades rurais um dos traços sintomáticos desse período foi o de romper com as estruturas linhageiras que geriam a generalidade das comunidades, atingindo a essência dos mecanismos tradicionais de reprodução social, nomeadamente ao nível das economias de subsistência e ideológico³³². Foi imposto um discurso político de legitimação pela Frelimo que considerava as estruturas de poder e dinâmicas das sociedades tradicionais obstáculos à modernização socialista (visível, por exemplo, no combate ao obscurantismo que incluía uma grande parte de rituais tradicionais, a poligamia ou o lobolo³³³) e que, ao mesmo tempo, generalizava a acusação de conivência dos poderes tradicionais linhageiros com as autoridades coloniais, deslegitimando a inserção dessas estruturas de regulação social no novo aparelho administrativo do Estado-Frelimo³³⁴.

A ruptura revolucionária atingiu também os referentes da ideologia colonial: a religião em geral, sendo que o alvo essencial era a igreja católica, identificada com o processo de dominação colonial, com um novo poder que se assumia como anti-religioso (na linha de se conceber a religião como ópio do povo, o que atingia tanto as religiões monoteístas reveladas, quanto os cultos tradicionais ou sincréticos); e a cultura dita burguesa, defendendo-se um novo projecto de organização política e social que visava impor uma moçambicanidade e africanidade genuínas que rompessem, ao mesmo tempo, com as

³³⁰ A obra de Geffray (1991 [1990]) é um exemplo elucidativo.

³³¹ Cf. Coelho 1993, pp. 323 e segs e p. 363.

³³² Cf. Casal 1996.

³³³ Cf. Granjo 2005.

³³⁴ Florêncio 2003, p. 118 e segs; e pp. 128 e segs.

práticas tradicionais e com os que se consideravam vícios burgueses da herança colonial³³⁵. Tudo de acordo com a ortodoxia marxista-leninista que buscava a edificação de um país, de uma sociedade e de um homem novos.

Percebe-se, por esse prisma, o profundo sentido revolucionário da descolonização em Moçambique. O discurso de legitimação do novo poder suportou práticas políticas efectivas que tiveram impacto social profundo. Nessa utopia de reinvenção do país reside, em grande parte, a génese dos graves problemas que afectariam Moçambique na década e meia seguintes, em espacial nos domínios político (com destaque para a nova guerra que assolou o território desde 1976, progressivamente generalizada e intensificada a partir de 1982-1983, e que durará até 1992) e económico (com destaque para as carências generalizadas e surtos de fome que afectaram de forma particularmente aguda a população moçambicana na década de 80).

Com a independência o estado procurou marcar presença em praticamente todo o território nacional (o que, de certo modo, terá conseguido, pelo menos na segunda metade da década de setenta antes da intensificação da guerra), através de uma rede de grupos dinamizadores ou de chefes locais (os secretários do partido que, em especial nos espaços rurais, substituíram as autoridades tradicionais). O modo avassalador como o processo de afirmação política do novo poder pós-colonial foi conduzido, levou a que se diluíssem as fronteiras entre o partido, o estado e a sociedade; ou, se nos cingirmos à máquina administrativa do estado, os limites entre o formal e o informal foram também diluídos sendo que era isso que permitia uma maior controlo das populações.

O novo Estado-Frelimo enveredou, na fase inicial, por políticas tão radicais quanto emblemáticas: a nacionalização da propriedade imobiliária, as aldeias comunais³³⁶, as

³³⁵ De certa forma, pode fazer-se um paralelo com a Tanzânia de Julius Nyerere, isto é, com a «(...) clássica formulação nyerereana, de um socialismo genuinamente harmónico» porque «especificamente» africano (Serra 1997b, pp.19 e segs.).

³³⁶ No caso da província de Tete, a Frelimo que lançou esse projecto pós-colonial de concentração das populações rurais, era a mesma que um par de anos antes, até 1974, perante política idêntica do sistema colonial «(...) did its best to render the development of the *aldeamentos* unviable by several means, ranging from military operations to infiltration and pressure upon its inhabitants» (Coelho 1993, p.268). Cf. Casal 1996; Manning 2002, pp.59-66.

cooperativas de consumo, as lojas do povo ou as machambas colectivas³³⁷. Foi neste contexto revolucionário que, logo em 1976/1977, se iniciou uma nova guerra cuja categorização é algo fluida, oscilando entre uma guerra de agressão externa e uma guerra civil. Isso, por si só, atesta as tensões regionais e internas que condicionaram o rumo político do país recém-independente.

Ao longo destes anos de trabalho de campo verificámos ser usual as pessoas designarem a guerra que decorreu em Moçambique entre 1976-1977 e 1992 como *a guerra da Renamo*. Trata-se de uma designação eficaz dado que o conflito envolveu uma componente inicial de agressão militar externa a partir da então Rodésia (hoje Zimbabwe) e da África do Sul, para nos anos 80 ganhar características de guerra civil, na qual os factores internos passaram a determinar as lógicas do conflito. De qualquer modo, e em qualquer dessas fases, as acções armadas em território moçambicano foram lideradas pela guerrilha da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana).

Por seu lado, a duração dos confrontos armados é algo imprecisa. Se, de facto, eles terminaram com os Acordos de Roma assinados a 4 de Outubro de 1992, é praticamente impossível datar com rigor o seu início. Na perspectiva mais lata pode-se, inclusivamente, falar na *guerra dos dezasseis anos*, como também as pessoas a designam. O primeiro ataque de envergadura da Renamo contra o campo de reeducação de Sacuze data de 1977³³⁸.

Na origem do descontentamento que conduziu ao conflito estavam os mais directamente atingidos pela forma como decorreu a transição para a independência. Eram os casos do influente empresário colonial Jorge Jardim³³⁹; dos antigos militares ou paramilitares ligados ao exército ou aos poderes coloniais; dos antigos militares africanos pertencentes

³³⁷ Os programas de ruralização em Moçambique, particularmente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete, tiveram uma tripla génese: (i) a experiência dos aldeamentos coloniais (anos 60/70); (ii) a experiência trazida das zonas libertadas, organização dos espaços rurais moldada pela guerrilha durante a luta armada de libertação nacional (1964-1974); e (iii) a importação do modelo de ruralização *ujamaa* da vizinha Tanzânia em curso desde 1967, consolidado pela *Operação Rufii* que a partir de 1969 massificou o programa de reassentamento de populações em vilas planificadas e, quando Moçambique avançou para o seu programa em 1976, na Tanzânia cerca de 13 milhões de pessoas viviam em 7.684 aldeias, embora este último programa visasse não a mera garantia da subsistência, mas de desenvolvimento agrícola, dadas as melhores características ecológicas da ex-colónia britânica, independente desde 1961 (Coelho 1993, pp.329 e segs.). Cf. Feliciano 1998.

³³⁸ Cf. Serra 1997b, p.51; Santamaria 1999, p.797; Cabrita 2000, pp.144-148.

³³⁹ Ferreira 2007, pp.207-208; e 234-236.

ao exército colonial, em particular aos corpos especiais como os *flechas*³⁴⁰; ou de alguns ex-guerrilheiros da Frelimo que, entretanto, com a independência se afastaram do regime, como foi o caso de André Matsangaíce³⁴¹. O apoio inicial veio dos serviços secretos do país vizinho, o então regime branco da Rodésia do Sul, a braços com a guerrilha da ZANU (*Zimbabwe African National Union*) de Robert Mugabe e da ZAPU (*Zimbabwe African People's Union*) de Joshua Nkomo que lutavam pela independência, com apoio do regime de Samora Machel. Por seu lado, o movimento de guerrilha anti-Frelimo ligado a uma emissora de rádio instalada na Rodésia do Sul, a *África Livre*, em plena guerra abandonará a designação inicial de MNR (Mozambique National Resistance) para reforçar o cunho simbólico interno através da designação de Renamo (Resistência Nacional Moçambicana³⁴²), cujo primeiro líder, André Matsangaíce, foi morto em combate em 1979³⁴³, sendo substituído por Afonso Dhlakama, desde então líder da Renamo³⁴⁴.

Com uma estrutura económica herdada da época colonial quase bloqueada; num contexto de grave carência de técnicos qualificados; uma conjuntura internacional marcada pelas crises petrolíferas acompanhadas pela quebra dos preços das matérias-primas nos mercados

³⁴⁰ «(...) as modernas teorias da contra-insurreição (...) apontavam as vantagens do recrutamento local. A utilização de Africanos como forças de combate de primeira linha justificava-se – impunha-se mesmo – por uma série de razões, desde logo porque se inseria na procura de fontes alternativas e «inesgotáveis» de recrutamento, tornado mais barato ao libertar os onerosos custos do transporte intercontinental aéreo ou marítimo. Além disso, o soldado africano também era mais barato porque se adaptava melhor ao terreno, porque inserido nas culturas locais avaliava melhor o «estado de espírito das populações» e era mais produtivo na procura de informações, porque resistia melhor às doenças tropicais, e porque a sua morte ou ferimento exercia menos impacto na opinião pública metropolitana; enfim, tinha até a vantagem de ser da mesma raça que os guerrilheiros nacionalistas. (...) Em Moçambique, apesar das resistências, a guerra transformava-se com a introdução, lenta mas consistente, de unidades africanas fortemente enraizadas ao nível local. (...) Quando o golpe de estado de 25 de Abril de 1974 teve lugar (...) [é] preciso não esquecer que grande parte dos indivíduos desta extracção havia servido em unidades altamente especializadas, nomeadamente as unidades de comandos, que nos últimos anos da guerra se haviam progressiva mas consistentemente africanizado. (...) A partir desta altura, portanto, as forças africanas comprometidas com o regime colonial passaram a ser tratadas como fazendo parte do «inimigo interno», e como tal seriam punidas (...): o internamento em campos de reeducação, localizados no centro e norte do país, onde entrando como inimigos do povo deveriam sair, após um processo de limpeza, como exemplo do «homem novo» revolucionário, identificado com o povo; e um processo de «purificação» que passava pela afixação em locais públicos (de trabalho ou residência), por parte destes comprometidos, das suas biografias pessoais, ficando assim demonstrado o seu arrependimento, e libertando-se os arrependidos das chantagens que pudessem ser feitas por terceiros com base no seu passado incómodo. (...) processo de entropia que terá produzido um número indeterminado – mas seguramente grande – de antigos combatentes em fuga à nova ordem, evitando entregar-se às novas autoridades ou fugindo dos próprios campos de reeducação para atravessar as fronteiras e integrarem as forças que dentro em pouco desafiariam as novas autoridades moçambicanas a partir da África do Sul e, sobretudo, da Rodésia» (Coelho 2003, pp. 182, 188 e 190-191).

³⁴¹ Ncomo s.d. [2005?].

³⁴² Uma autora refere que a alteração do acrónimo de MNR para Renamo aconteceu depois da assinatura dos Acordo de Inkomáti entre Moçambique e a África do Sul em 1984 (Pitcher 2002, p.118).

³⁴³ Cabrita 2000, pp.160-163.

³⁴⁴ Cabrita 2000, pp.144 e segs.

internacionais, com graves prejuízos para os países da periferia do sistema-mundo; a par de uma guerra interna que despontava³⁴⁵ – o regime da Frelimo, mesmo nessa conjuntura, conseguiu estender os benefícios na saúde, nomeadamente recorrendo a campanhas de vacinação massificadas, e, sobretudo, lançou mão a amplas campanhas de escolarização, mais tarde interrompidas pelo alastrar da guerra, o que explica, na actualidade, a manutenção de elevadas taxas de analfabetismo (cerca de 60,5% da população do país não sabe ler nem escrever)³⁴⁶.

Ainda assim, e precisamente por isso, a actuação do regime de Samora Machel no sector do ensino constitui, talvez, a sua herança mais valorizada na actualidade pelos próprios moçambicanos, e traduzia um certo pragmatismo político associado, por um lado, a limitações evidentes em termos de quadros técnicos e administrativos, e, por outro lado, rentabilizava as alianças internacionais do regime em benefício das populações. Foram enviadas pessoas para o estrangeiro, nomeadamente provenientes de segmentos sociais desfavorecidos, para fazerem formação técnica e/ou académica na Europa de Leste e sobretudo em Cuba. Isso e a valorização profissional daqueles que possuíam alguma formação obtida na época colonial (escolar e/ou técnica) permitiram que a Frelimo respondesse, na medida do possível e em função das circunstâncias, aos desafios que o novo país enfrentava.

O resultado prático, traduzido em dividendos políticos de longo prazo para a Frelimo (ainda hoje bastante salientes nos discursos do senso comum), foi uma promoção social sem precedentes daqueles a quem o regime colonial nunca havia conferido estatuto social semelhante. Mesmo que a vida material na época colonial pudesse ser representada como satisfatória, ao nível da dignidade pessoal, profissional e social, a independência, com todas as vicissitudes, proporcionou vantagens inequívocas aos moçambicanos comuns. O balanço entre os que foram prejudicados e os que se sentiram beneficiados (e o termo “sentiram” é aqui usado de modo intencional, no sentido de se tratar de um comportamento representacional), pende claramente a favor dos últimos, sobretudo se tivermos em conta os efeitos sociais das representações sobre o novo estatuto do moçambicano resultantes da conquista da independência.

³⁴⁵ Chingono 1996, pp.71 e segs.

³⁴⁶ Instituto Nacional de Estatística (referência – censo populacional de 1997): (http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/eud/view?searchterm=Analfabetismo).

Do grupo dinamizador aos secretários das povoações; passando pelas empresas (entretanto nacionalizadas a 24 de Julho de 1975); pelo exército ou pela administração estatal; bem como a nacionalização e acesso a um parque imobiliário até aí apenas acessível aos colonos, mestiços e assimilados (medida da Frelimo que combatia de modo evidente a segregação de cariz racial e económico que até aí existia) – fizeram os moçambicanos entrar na lógica do poder, do estado, dos benefícios económicos e da dignidade social como nunca antes havia acontecido. Mais do que as vantagens individuais que cada um pôde obter, o que estava em causa eram representações socialmente partilhadas e generalizadas que conferiam um novo sentido ao social, ao político e ao económico. Tudo isso sustentava o prestígio do novo regime da Frelimo, apesar dos sinais de fragmentação e insatisfação que se faziam sentir e que se agravariam na década de oitenta.

Os anos oitenta foram marcados pela intensificação da guerra interna³⁴⁷, pelas dificuldades económicas, pela seca e pela fome³⁴⁸. Entretanto, com a independência do Zimbabwe em 1980 (ex-Rodésia) e a aproximação entre o novo regime de Robert Mugabe e o de Samora Machel, a guerrilha da Renamo passou a contar com o apoio dos serviços secretos da África do Sul, ainda em pleno regime de apartheid. O último país estava interessado na desestabilização de Moçambique para evitar o suporte do regime da Frelimo ao *African National Congress* (ANC), o movimento de oposição ao regime de Pretória. Samora Machel flexibilizou progressivamente a postura externa do seu regime no contexto regional, numa tentativa de controlar a situação interna que apresentava dificuldades crescentes, provocando a erosão do prestígio da Frelimo em Moçambique, em particular nos espaços rurais. Era aí precisamente onde a guerrilha anti-estatal encontrava território favorável. Em 1984 – ano do IV Congresso da Frelimo que ratificou a tendência crítica ao modelo económico estatizante mas visando salvar o modelo e a ideologia socialistas – foram assinados os Acordos de Incomáti que estabeleceram a paz entre Moçambique e a

³⁴⁷ Geffray 1991 [1990]. Para a região vaNdau, no centro de Moçambique, Florêncio sublinha: «A guerra civil provocou uma ruptura profunda no processo de formação do Estado-Frelimo. Com o início das hostilidades deu-se um movimento de retracção do Estado que, do ponto de vista geopolítico, ficou confinado a pequenas bolsas territoriais, em geral em torno das sedes de distrito e das localidades» (Florêncio 2003, p. 328).

³⁴⁸ Pitcher 2002, pp.102 e segs.

África do Sul, a última visando minimizar os efeitos do seu isolamento, num contexto internacional cada vez menos condescendente face ao apartheid³⁴⁹.

Todavia, ao contrário das expectativas de Maputo, os Acordos de Incomáti não alteram substantivamente a situação política interna dado que a guerrilha da Renamo já havia ganho autonomia em relação ao regime de Pretória e conseguira captar ou, pelos menos, incentivara a desfiliação do Estado-Frelimo de parcelas populacionais do centro e norte do país rural³⁵⁰. Por seu lado, a Frelimo cada vez mais se revelava incapaz de responder às necessidades das populações e de enfrentar a guerrilha, num território extenso e progressivamente espartilhado pela conjuntura bélica. Tudo se ia conjugando para que a guerra se alastrasse e ganhasse, em meados dos anos oitenta, contornos evidentes de guerra civil. A alimentar o conflito estava a insatisfação das populações rurais motivada, ao mesmo tempo, pelo radicalismo das políticas rurais da Frelimo (marginalização das estruturais tradicionais de poder e políticas de concentração compulsiva de populações em aldeias comunais) e pela fragilidade económica e administrativa de um estado incapaz de responder às necessidades mais básicas das populações e às expectativas que ele próprio criou, num país onde a insegurança, as carências alimentares ou a brutalidade das autoridades eram endémicas e remontavam ao período colonial.

Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique, acabaria por falecer num acidente de aviação a 19 de Outubro de 1986, acidente em relação ao qual são possíveis as mais variadas especulações³⁵¹, numa altura em que a guerra afectava praticamente todos os espaços rurais do país. No interior do regime o desaparecimento de Samora Machel foi aproveitado para que se avançasse no sentido de redefinir a orientação política da Frelimo, algo que a rigidez carismática de Samora Machel dificilmente facilitaria. Escolheu-se um novo líder entre a elite dirigente da Frelimo, como Samora Machel originário do sul de Moçambique e que vinha da luta armada de libertação nacional, mas cuja personalidade, muito mais apaziguadora e introvertida do que a do seu antecessor, iria conduzir e

³⁴⁹ Cabrita 2000, pp.179 e segs.

³⁵⁰ «(...) a estratégia da Renamo mudou substancialmente a partir de 1984, e que a partir dessa data a região litoral a sul do rio Save foi bastante mais sacrificada do que o resto do país. Na zona centro, a partir de 1984, praticamente não existem registos de massacres envolvendo mais do que 10 vítimas civis e na província de Nampula as maiores atrocidades foram cometidas a partir de 1988 (...). (...) era nas províncias de Manica e Zambézia que os soldados deste movimento [Renamo] tinham melhores relações com as populações (...)» (Florêncio 2003, p.149). Cf. Manning 2002, pp.75 e segs.

³⁵¹ Cf. Cabrita 2005.

confirmar as transformações que o primeiro presidente tinha tentando lançar, no sentido da paz e da reconversão económica do país.

O novo líder, Joaquim Chissano (1986-2004), teve a vantagem de enquadrar a sua estratégia de governação na abertura política associada à rápida desestruturação do Bloco de Leste a partir da segunda metade dos anos oitenta que iria culminar com o fim da guerra-fria. Sem omitir o golpe militar em Portugal de 25 de Abril de 1974 que pôs fim à ditadura e deu início a um processo de transição democrática que se arrastará até 1975, a independência de Moçambique havia coincidido com a conjuntura internacional iniciada na sequência da derrota americana no Vietname (1973) e a crise petrolífera de 1973 (seguida, em 1979, de uma nova crise), em grande parte devido ao crescimento económico e a industrialização acelerada dos países ocidentais na pós-guerra (particularmente a Europa Ocidental e o Japão) e dos países de Leste que aumentaram a pressão da procura de petróleo. Esse conjunto de factores conduziu a uma inversão do sistema bipolar da guerra-fria, motivado pelo retraimento dos Estados Unidos da América ao nível da política e intervenção externas, a que correspondeu uma presença crescente do bloco comunista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na cena internacional (apoiente da Frelimo, em Moçambique; do MPLA, em Angola; e do PAIGC, na Guiné-Bissau).

Em Moçambique, uma vez mais, a transição para a paz e para o multipartidarismo encetada por Joaquim Chissano a partir de finais dos anos oitenta coincidiu com as transformações estruturais no sistema internacional³⁵². Desta feita com o fim da guerra-fria, simbolizada na queda do muro de Berlim (1989)³⁵³, sintoma do sistema bipolar que rapidamente se desmoronava, seguida da reunificação alemã (1990) e da dissolução da URSS de Mikhail Gorbachev (1991). Nos modelos de governação com legitimidade face ao sistema internacional, na fase pós guerra-fria passou-se, a nível económico, à hegemonia do mercado em desfavor da economia estatizada, planificada e centralizada e, a nível político, os sistemas democráticos ou multipartidários assentes na legitimidade eleitoral também se tornaram hegemónicos.

³⁵² Cf. Huntzinger 1991 [1987]; Gaddis 2007 [2005].

³⁵³ O muro de Berlim foi construído em 1961.

Essas transformações foram particularmente sensíveis nos países da periferia do sistema internacional, como é o caso dos países africanos. Com dificuldades económicas agravadas sucessivamente desde a década de setenta, os países da periferia viram as suas políticas governativas fortemente condicionadas por organismos internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Portanto, no passado e no presente, a evolução nas formas de regulação do sistema internacional tem tido impacto significativo na evolução da política interna em Moçambique. As reformas encetadas por Joaquim Chissano desde a segunda metade da década de oitenta inserem-se na nova conjuntura internacional.

A nível económico, Samora Machel, já na primeira metade da década de oitenta, havia afastado progressivamente o regime moçambicano das alianças socialistas (URSS, República Democrática Alemã, Hungria, Bulgária) para se aproximar do ocidente, do qual Moçambique se havia distanciado na sequência do processo revolucionário de inspiração marxista-leninista iniciado em 1974-1975.

8.5. A segunda república pós-colonial (desde inícios dos anos 90)

A partir de 1986 Joaquim Chissano imprimiu mudanças efectivas em cerca de meia década: a economia estatizada foi cedendo lugar à economia de mercado (em 1987 foi implementado o Programa de Reajustamento Estrutural); iniciaram-se as negociações com a Renamo com vista à paz (1990); aprovou-se uma nova constituição em que a República Popular de Moçambique deixava de ser «Popular», documento que ratificava a abertura à economia de mercado e ao multipartidarismo (1990)³⁵⁴. O culminar do processo foi, para além da liberalização económica, o estabelecimento efectivo da paz entre a Frelimo e a Renamo (1992) e a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais livres (1994, com novos escrutínios em 1999 e 2004). Nesse prisma, os anos noventa foram, sem dúvida, anos de mudança, com um impacto na vida das populações tão significativo quanto a transição para o período pós-colonial em 1974-1975. Mesmo que essa perspectiva seja discutível, o regime de Joaquim Chissano, a seu modo, transformou o país tanto quanto o havia feito regime liderado por Samora Machel.

³⁵⁴ Cabrita 2000, pp.243 e segs.

8. O estado em Moçambique na longa duração

Se no início do mandato de Joaquim Chissano (1986) assistiu-se à intensificação da guerra e a um avanço significativo da Renamo nos espaços rurais, o regime da Frelimo foi capaz de preparar atempadamente a transição, de modo a tirar razão de ser às principais reivindicações da oposição quando chegasse a paz, em particular com a aprovação da nova constituição em 1990³⁵⁵.

A Renamo, por seu lado, ao longo do seu percurso político, iniciado em 1976-1977, consistiu num movimento de guerrilha que se definia essencialmente por se opor à Frelimo, capitalizando aqueles que tinham sido os erros relevantes das políticas de Samora Machel, nomeadamente o ataque às estruturas de poder e ideológicas das sociedades tradicionais em Moçambique. O estado ao desestruturar o mundo rural herdado do período colonial sem ter capacidade efectiva de encetar uma resposta alternativa, enfraqueceu a sua própria posição e deixou campo aberto para aqueles que o combatiam. Ainda assim, apenas na fase final da guerra a Renamo foi capaz de organizar um discurso ideológico coerente. Mas tal discurso teve uma consolidação bastante insuficiente, dificilmente penetrou nos espaços urbanos – onde a Renamo, também por escassez de recursos e dada a implantação relativamente sólida da Frelimo nesses espaços, tem revelado, no geral, pouca capacidade para fazer funcionar as suas estruturas partidárias – e revelou-se pouco eficaz face à flexibilidade ideológica da Frelimo.

Desse modo, o maior partido da oposição em Moçambique integrou o multipartidarismo com uma génese que explica as suas fragilidades. A Renamo revelou (e de algum modo continua a revelar) algum défice de agilidade em se readaptar de movimento de guerrilha em partido político, dado que a falta de militantes qualificados abriu portas a indivíduos com alguma formação (técnica, académica, intelectual) que, no geral, não haviam feito a guerra ou entraram para o movimento apenas na fase final do conflito, criando cisões internas que dificultam a consolidação do partido.

³⁵⁵ «O final da guerra e a assinatura do Acordo de Paz, em Outubro de 1992, marca o início de um novo regime político em Moçambique. Este processo no entanto já vinha em marcha, pelo menos informalmente, desde 1985 com a adesão ao FMI e a adopção de estratégias de desenvolvimento baseadas nas políticas liberais de ajustamento estrutural. Nesse contexto, a Frelimo vinha mantendo uma duplicidade política bastante contraditória: um discurso político ainda muito influenciado pelo “socialismo científico” e uma prática económica de cariz liberal. Mas no final da década de 1980 o discurso foi-se progressivamente diluindo nas práticas e o Estado moçambicano, à semelhança de outros estados africanos, viu-se na contingência de aliar as práticas económicas com as políticas e colocar um ponto final no regime de partido único» (Florêncio 2003, p. 154).

Por outro lado, essa força política sempre teve maiores dificuldades do que a Frelimo em se libertar do estigma da violência da guerra, o que reduz a sua eficácia no combate político num tecido social martirizado pela guerra. Até porque o estilo de actuação de Afonso Dhlakama aproxima-o, ao nível das representações sociais da liderança política, do falecido presidente de Samora Machel, o que deu margem a que o seu opositor directo nas duas primeiras disputas eleitorais (1994 e 1999) – Joaquim Chissano – capitalizasse de modo mais eficaz em seu favor o valor simbólico da paz³⁵⁶.

Acrescente-se a constatação de Moçambique ser um país onde, aos olhos do senso comum, a legitimidade política ainda se fundar, essencialmente, na luta armada anti-colonial. Essa fonte de legitimidade para o exercício do poder acaba por conferir vantagens mais sólidas à Frelimo em relação aos outros partidos concorrentes no multipartidarismo, algo que o discurso da Renamo tentou e tenta mitigar invocando o facto dos seus líderes terem participado na luta contra a dominação colonial portuguesa ou colando o seu discurso de legitimação anti-marxista-leninista ao discurso do fundador da Frelimo, Eduardo Mondlane³⁵⁷. Todavia, trata-se de estratégias da Renamo com eficácia limitada.

Porém, o maior obstáculo da Renamo é, sem dúvida, a Frelimo. A última, para além de nunca ter perdido o controlo do sul do país (as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane) e do extremo norte (Cabo Delgado), das zonas urbanas e, de modo mais disperso, de parcelas do território um pouco por todo o país, manteve sempre o controlo directo e exclusivo do aparelho administrativo do estado. Desse modo, a Frelimo tem afastado a Renamo do

³⁵⁶ Na sequência da crise política iniciada após o anúncio dos resultados eleitorais de 1999 para a presidenciais e legislativas, vigorosamente contestados pela Renamo, o Conselho Nacional extraordinário do partido realizado em Setembro de 2000 decidiu expulsar o seu membro sénior e deputado, Raul Domingos (que tinha dirigido as negociações que levaram à assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 por parte da então guerrilha), acusando-o de colaborar com a Frelimo e de alegadamente ter envolvido assuntos pessoais no diálogo que manteve com Governo, no princípio do ano, sobre o dossier eleitoral. Tal situação, além de passar para o exterior a falta de coesão interna do núcleo duro da Renamo, capitalizava a favor de Raul Manuel Domingos a imagem da tranquilidade e da paz, prejudicando a afirmação do líder, Afonso Dhlakama. Após a expulsão, Raul Domingos fundou o Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), com Congresso Constitutivo realizado em Dezembro de 2003, factor que contribuiu para alguma erosão da Renamo que se reflectiu nas eleições de 2004.

³⁵⁷ «(...) em Moçambique, embora a unidade tivesse sido proclamada desde que a chamada linha revolucionária controlou o movimento nacionalista [Frelimo], a partir de 1968, o conflito intra-nacionalista veio mais tarde a reassomar, servindo pelo menos para que a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) reivindicasse como percurso histórico justificador da sua existência uma dissidência de origens antigas, nesse velho conflito de meados da década de 1960» (Coelho 2003, pp. 176).

acesso a recursos estratégicos, num país de bens escassos onde esse controlo é decisivo para a implantação e afirmação de qualquer força política. Isso permite a utilização da máquina administrativa do estado apenas e de modo sistemático e continuado no tempo pela Frelimo, garantido uma implantação relativamente consistente em todo o território nacional, condição crucial para a gestão dos processos eleitorais do multipartidarismo (quer na fase do recenseamento; quer no momento da ida às urnas, com efeitos sobre uma menor abstenção em círculos eleitorais favoráveis, muito mais do que numa orientação do sentido do voto; quer no controlo do apuramento de resultados, processo repetidamente envolvido em suspeitas de irregularidades³⁵⁸). Nesse domínio, embora alegando fraude eleitoral por parte da Frelimo, sobretudo em 1999, o facto da Renamo e o seu candidato presidencial, Afonso Dhlakama, terem perdido todas as eleições (1994; 1999 e 2004), por um lado, tem potenciado o enfraquecimento da oposição e, por outro lado, permitiu que a reconversão e renovação interna da Frelimo fosse feita mantendo o controlo do poder, processo que passou também pela reaproximação aos poderes tradicionais desde os anos noventa, revitalizando a influência da Frelimo em alguns espaços rurais que no decurso da guerra tinham ficado fora do seu controlo.

De qualquer modo, apesar de crises políticas pontuais³⁵⁹, Moçambique vive desde 1992 em paz e em estabilidade política, condições para o crescimento económico que se vem verificando. Se o desenvolvimento económico foi notável na fase final da colonização, ele foi pautado por um contexto de guerra (1964-1974). Verifica-se, portanto, desde inícios dos anos noventa uma conjuntura política, social e económica que apresenta traços positivos inéditos na história recente do país.

A Frelimo mantém-se no poder desde 1974-1975. Todavia, tal não significa necessariamente que não tenha existido renovação política interna no partido com reflexos nos modelos de governação do país. Ela já havia acontecido durante a luta de libertação nacional com a morte do primeiro presidente do movimento, Eduardo Mondlane (1969), um académico moderado, seguida da inflexão marxista-leninista com Samora Machel. A transição do último para Joaquim Chissano (1986) também produziu alterações estruturais, como foi referido. Em 2004, Joaquim Chissano, voluntariamente, cedeu o poder a um novo

³⁵⁸ Cf. Hanlon 2003.

³⁵⁹ Uma das crises políticas mais prolongadas e ameaçadoras da estabilidade foi a que ocorreu na sequência das eleições de 1999. Cf. Capítulo 32. *Representações da participação eleitoral*.

presidente, Armando Guebuza, homem da Frelimo desde a primeira hora como os seus antecessores.

Sublinhe-se que as mudanças na liderança política da Frelimo têm sido invariavelmente marcadas por processos de renovação política mais amplos (nos planos político e ideológico, naturalmente com consequências na gestão do estado no período pós-colonial), renovações que, de algum modo, explicam a vitalidade e longevidade política da Frelimo. Mesmo que pairam dúvidas sobre alguns processos eleitorais; mesmo que sobre muitas interrogações sobre o controlo político do estado pelo partido, mais não seja pela manutenção da mesma força e dos mesmos actores políticos em lugares-chave no período pós-colonial – a verdade é que o sistema político em Moçambique, na actualidade, não indicia sinais de fragmentação.

As últimas eleições, em 2004, confirmaram a tipologia renovadora do regime. Como havia acontecido com Samora Machel (1986), a fase final da liderança de Joaquim Chissano (2004) foi marcada por um evidente desgaste e insatisfação (no interior do partido e no país), particularmente face a problemas como o crescimento da criminalidade e da corrupção, ou face ao problema da pobreza endémica que afecta parte significativa da população e, em geral, pelo que se considerava um défice de autoridade e de eficácia do estado para enfrentar essas questões. Perante isso, a Frelimo encetou mais uma renovação interna, contornando eventuais pressões externas ao partido (vindas essencialmente da sociedade e dos críticos) como ocorreria se, por hipótese, a Frelimo tivesse sofrido uma derrota eleitoral³⁶⁰.

Ainda que tenham ocorrido disputas no núcleo duro do poder entre as facções controladas por Joaquim Chissano, o presidente cessante, e por Armando Guebuza, o líder sucessor, o

³⁶⁰ Nas eleições legislativas e presidenciais de 1 e 2 de Dezembro de 2004 a Frelimo obteve 1.889.054 votos (62,03%) e o seu candidato presidencial, Armando Guebuza, 2.004.226 votos (63,74%). A Renamo-União Eleitoral e o seu candidato presidencial, Afonso Dhlakama, obtiveram, respectivamente, 905.289 votos (29,73%) e 998.059 votos (31,74%). De um total de 250 lugares disponíveis no parlamento, a Frelimo obteve 160 e a Renamo 90 (14 contra 4 na província de Tete). Com essa diferença acentuada, não havia grande margem de contestação de resultados eleitorais pela Renamo-União Eleitoral como acontecera nas eleições de 3 a 5 de Dezembro de 1999. Em 1999 Joaquim Chissano obteve 52,29% dos votos contra 47,71 de Afonso Dhlakama e a Frelimo e a Renamo obtiveram, respectivamente, 133 e 117 assentos parlamentares (8 contra 10 na província de Tete). Nas primeiras eleições, realizadas a 27 e 28 de Outubro de 1994, Joaquim Chissano e a Frelimo obtiveram, respectivamente, 53,3% e 44,3% dos votos e Afonso Dhlakama e a Renamo obtiveram, respectivamente, 37,7% e 33,7% dos votos. Em 1994 a Frelimo obteve 129 assentos parlamentares; a Renamo 112; e a União Democrática 9.

8. O estado em Moçambique na longa duração

partido tem sido capaz de transmitir para o exterior uma imagem de coesão interna. Foi isso que transpareceu na última transição da presidência do partido e da república em 2004-2005. Caso raro em África que merece ser sublinhado. Armando Guebuza é um homem do regime, muito conotado com a governação de Samora Machel, e associado a medidas emblemáticas como o 24/20 em 1975 (em que se intimava por decreto os colonos a abandonarem o país em 24 horas podendo levar apenas 20 quilogramas de bagagem, o limite permitido nas viagens aéreas) ou a *operação produção* em 1983 (em plena crise económica e agravamento da guerra interna, foi decidido o envio compulsivo de pessoas consideradas improdutivas e/ou marginais, particularmente das áreas urbanas, para as zonas rurais, em especial da província do Niassa, onde muitas delas acabariam por morrer pelas mais variadas razões e outras fugiram para a guerrilha da Renamo).

Entretanto, o actual presidente Armando Guebuza vem edificando uma imagem de democrata empenhado e interessado na solução dos problemas mais graves que afectam o país, com destaque para o combate à pobreza absoluta, à corrupção e à criminalidade. É discutível em que medida tais intenções se traduzem em práticas efectivas ou, pelo menos, as pesquisas de terreno complementares de 2008 revelam a progressiva constituição de representações sociais que diferenciam o mandato de Armando Guebuza, iniciado em 2005, do mandato antecedente de Joaquim Chissano.

Todavia, enquanto que Samora Machel esteve no poder cerca de uma década marcada por uma forte intensidade política (1975-1986) e Joaquim Chissano governou quase duas décadas (1986-2005), podendo ambos construir de modo sustentado o «seu tempo», os pouco mais de três anos de governação de Armando Guebuza não permitem mais do que uma leitura provisória, sobretudo, como é o caso, se se pretende inserir as análises na longa duração. De qualquer modo, as tendências indiciam que o actual presidente está a encetar políticas que reaproximam o estado dos espaços rurais, sobretudo através de incentivos financeiros canalizados pelo poder central para todos os distritos e de visitas frequentes do chefe de estado a diversos locais do país, em especial fora dos grandes centros urbanos. É comum considerar-se que, de algum modo, Armando Guebuza a esse nível está a retomar intencionalmente alguns aspectos do tipo de gestão política de Samora Machel. Porém, no que tem a ver com o combate à criminalidade e à corrupção, se bem que o actual presidente seja considerado pela generalidade dos seus concidadãos como alguém um pouco mais

eficaz nesse domínio do que o seu antecessor, Joaquim Chissano, os resultados estão longe de ser convincentes, mesmo e sobretudo nas interpretações do senso comum, conforme constatamos no trabalho de campo realizado em 2008. Se, tal como o seu antecessor, o actual presidente está a capitalizar a seu favor o crescimento económico do país (embora o problema do desemprego se mantenha estrutural), existem também indícios de estar a ocorrer um maior controlo do aparelho administrativo do estado, do mundo dos negócios e do mercado de trabalho formal pela Frelimo liderada por Armando Guebuza, controlo traduzido num tendencial enfraquecimento de algum pluralismo político que constitui, apesar de tudo, uma das maiores heranças do mandato de Joaquim Chissano.

Ainda assim, em grande parte por pressão do sistema internacional e dada a propensão para o sucesso nos negócios da elite ligada à Frelimo (presidente Armando Guebuza incluído), em Moçambique o clima de estabilidade política mantém-se; a imprensa continua a dispor de uma considerável autonomia e atitude crítica; o país continua apetecível para os investidores externos; os sinais de crescimento macroeconómico ou de expansão da rede de ensino são evidentes; e a oposição, nomeadamente a Renamo, a correr o risco de erosão pelas dificuldades em aceder ao poder e aos recursos e de se renovar, num país onde separação entre o estado e a Frelimo se assemelha cada vez menos provável.

A concluir o capítulo, uma perspectiva de longa duração sobre a evolução política constitui um ponto de partida essencial para o estudo das representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique.

8. O estado em Moçambique na longa duração

9. Nota de abertura à análise empírica (II a V partes)

De agora em diante o texto reportar-se-á directamente à análise do material recolhido durante o trabalho de campo realizado em 2004 (na cidade de Tete), sem omitir o papel das recolhas exploratórias de 2003 (nas cidades de Maputo, Nampula, Lichinga e Tete), bem como a pesquisa complementar de 2008 (na cidade e em vários distritos da província da província de Tete). Também a anterior pesquisa de campo levada a cabo em 1997 e 1998 (em espaços rurais e urbanos das províncias de Maputo, Nampula e Tete) não deixará de ser tida em conta.

Para maior clareza da exposição, o texto estruturar-se-á em conjuntos de temas resultantes do tratamento do material empírico e organizados a partir de referentes cronológicos:

- *themata* das representações sociais do período colonial (II parte);
- *themata* das representações sociais do processo de transição para a independência (1974-1975) (III parte);
- *themata* das representações sociais das continuidades entre o colonial e o pós-colonial (IV parte);
- *themata* das representações sociais do período pós-colonial (V parte).

Todavia, passado e o presente estarão em constante interacção, dado ser essa uma característica das representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique.

É necessário ainda ter presente que a inserção dos actores sociais com os quais se trabalhou era num espaço específico de um país marcado pela heterogeneidade: a cidade de Tete. A esses entrevistados era solicitado que reflectissem sobre problemáticas associadas ao estado em Moçambique, o que apontava para a formação territorial nacional. Desse modo, se, por um lado, não é legítimo considerar que a investigação procurou perceber como os moçambicanos pensam a política, mas antes, como aqueles moçambicanos entrevistados, inseridos num determinado contexto social, pensam a política no e do seu país; por outro lado, a natureza do objecto em estudo (o estado), ao focalizar o pensamento social na formação territorial nacional, permite que se considerem determinadas representações sociais que, mais do que explicarem a cidade de Tete, permitem esboçar análises sobre o próprio país.

9. Nota de abertura à análise empírica (II a V partes)

II PARTE

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ÉPOCA COLONIAL

Há um provérbio nosso que diz: 'A colonização foi um mal necessário'. Esse provérbio quer dizer que uma coisa não sendo boa, é um mal necessário. [A colonização] Teve aspectos positivos como a civilização. Passámos a identificarmo-nos com o ocidente. O negativo era a submissão e a desvalorização da identidade africana. (...) Na balança pesam mais as coisas negativas. (...) Mas a administração colonial era, de longe, melhor. O estado dirigia com clareza. Decidia que 'Vamos fazer isto' e faziam mesmo. Não é como agora. O problema era a desumanidade do estado. (Entrevista 5/2004).

10. Notas preliminares: atributos salientes da colonização

10. Notas preliminares: atributos salientes da colonização

«(...) even bold one [ideas], you have to be careful. They cannot be easily and readily submitted to a rigorous experimental test; it would kill them. When molecular biology was "in statu nascendi", one of its pioneers, Delbruck, recommended the rule of limited sloppiness in appreciating the results. I think this is a wise rule» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 268).

Três décadas passadas desde a proclamação da independência de Moçambique em 1975, o objectivo da II parte do texto é analisar o modo como os entrevistados tendem a representar as relações entre o estado e as sociedades na época colonial (até 1974-1975). Solicitava-se aos entrevistados que opinassem livremente sobre a época colonial. No geral o que lhes era pedido era que fizessem um balanço sobre a acção do estado nos seus aspectos negativos e positivos, no sentido de avaliarem o legado colonial. Nos discursos recolhidos na cidade de Tete em 2004 (cujos dados foram validados e complementados em 2008), destacaram-se como temas particularmente salientes das representações sociais da colonização portuguesa em Moçambique:

- i) o contraste entre a violência e acção civilizadora do sistema colonial;
- ii) o desenvolvimento material enquanto atributo da colonização;
- iii) a distinção entre a acção do estado e a das igrejas no processo colonial;
- iv) a diferença entre a colonização portuguesa e a colonização inglesa;
- v) a importância das questões associadas à estrutura social;
- vi) a herança colonial como fonte de deslegitimação política no período pós-colonial.

Os atributos conferidos ao sistema colonial tendem a estruturar-se num contínuo que oscila entre duas expressões: trabalho forçado (*chibalo*) e acção civilizadora, os extremos negativo e positivo³⁶¹. Essa estrutura dialéctica das representações³⁶² do período colonial é provavelmente a linha de interpretação mais sólida que pode ser estabelecida.

É sobre a complexidade dos significados da herança colonial portuguesa em Moçambique que trata a II parte (capítulos 10 a 16).

³⁶¹ Chaiken & Eagly 1993.

³⁶² Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p. 169.

10. Notas preliminares: atributos salientes da colonização

11. Apropriação da herança civilizacional europeia

Três dos atributos conferidos em Moçambique ao sistema colonial português – violência, transformação nos comportamentos e desenvolvimento material – implicam uma reflexão prévia. Fazemos essa opção porque os temas referidos, de forma explícita ou implícita, surgem associados à noção de processo civilizacional. A nossa metodologia consistirá em analisar a questão a partir das representações sociais elaboradas pelos ex-colonizados.

Antes de avançar para os dados empíricos, deixemos claro que utilizaremos o termo processo civilizacional recorrendo a Norbert Elias³⁶³ e, de modo complementar, a Fernand Braudel³⁶⁴. Nessa perspectiva, civilizar tem a ver com a extensão às sociedades africanas de um processo multissecular de afirmação cultural de tipo ocidental. Está em causa a progressiva aquisição, pelos indivíduos, tanto por imposição quanto por adesão voluntária, de determinadas competências ao nível dos comportamentos e das crenças que passam pelo tipo de linguagem, de vestuário, de saudação, de hábitos de vida, de opções religiosas, de formação escolar, de profissão, etc. Competências que oscilam das manifestações mais elementares da vida social às normas de etiqueta mais sofisticadas no convívio com os outros³⁶⁵.

O processo civilizacional comporta ainda um conjunto de realizações materiais que sustentam o tipo de comportamentos e crenças referidos. Essa componente tem a ver com um determinado modelo de vida económica, assente na monetarização, nos mercados, no trabalho assalariado e, a um nível mais central, na existência de formas sofisticadas de circulação e acumulação de bens simbolizada no sistema bancário e nas bolsas de valores. Implica ainda a existência e progressivo desenvolvimento de actividades dos sectores secundário e terciário, associadas à indispensável edificação de cidades como centros de referência, com construções de tipo ocidental. Essa é, na essência, uma tese suportada na proposta de Fernand Braudel quando o autor analisa a *Dinâmica do capitalismo* (título da sua obra) enquanto processo económico da contemporaneidade, cujas origens remontam à Europa do final da idade média³⁶⁶. Por ser um aspecto a que se deve conferir particular

³⁶³ Elias 2006 [1939].

³⁶⁴ Braudel 1986. Cf. Braudel 1989.

³⁶⁵ Cf. Elias 2006 [1939].

³⁶⁶ Cf. Braudel 1986. A idade média europeia situa-se entre o fim do Império Romano do Ocidente (séc.V) e a expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica com a conquista de Granada (1492) e, nesse mesmo ano, a chegada de Cristóvão Colombo à América simboliza também o fim de uma época e o início de outra. Esse

11. Apropriação da herança civilizacional europeia

significado no caso africano pela sua visibilidade e impacto socioeconómico, acrescente-se que a componente das realizações materiais do processo civilizacional expressa-se também através da extensão da rede de água canalizada, de electricidade, de telefone ou de esgotos ou pela expansão de infra-estruturas, em particular as que têm a ver com os transportes mecanizados rodoviários, ferroviários, marítimos ou aéreos³⁶⁷.

Tendo em conta as duas dimensões referidas – aquisição de determinadas competências pelos indivíduos e realizações materiais – pode-se considerar que o processo civilizacional tem a ver com o que tende a aproximar as sociedades de manifestações culturais e formas de vida próximas de padrões universais. Quanto mais as sociedades se afastam deles, tanto mais se identificam com manifestações culturais e formas de vida com forte predomínio do paroquial. Não contrapomos, portanto, o civilizado ao não-civilizado (conotação com forte carga ideológica), mas antes contrapomos o processo civilizacional às lógicas paroquiais³⁶⁸. É a forma mais objectiva que encontrámos para utilizar um termo que, desse modo, mantém a utilidade para a análise tanto do período colonial, quanto do período pós-colonial. Ou seja, verifica-se nas sociedades africanas uma tendência estrutural iniciada no período colonial que tende a afastá-las do paroquial para progressivamente as integrar em dinâmicas civilizacionais de maior amplitude (económica, política, cultural, geográfica).

Aquilo que na Europa foi um processo histórico que se desenvolveu ao longo de cerca de um milénio (cerca de dois milénios se recuássemos à herança da civilização greco-romana), em África apresenta-se como um fenómeno relativamente recente. Na melhor das hipóteses terá cerca de um século e implicou a sobreposição de tradições exógenas à tradição civilizacional africana, também ela multissecular, mas de uma natureza significativamente distinta. A diferença entre esses dois modelos civilizacionais organiza-se em torno da constituição e afirmação do estado territorial de tipo ocidental, que na Europa remonta à baixa idade média³⁶⁹ e em África a finais do século XIX. Partilhamos, por isso, a tese de Norbert Elias que associa directamente o que entende por processo civilizacional à constituição e afirmação do estado, sendo que a imposição da autoridade precede a modelação de normas de conduta e demais hábitos de vida, bem como precede as

período de cerca de dez séculos é subdividido em alta idade média (sécs. V a XI) e baixa idade média (sécs. XI a XV). As origens do estado na Europa remontam à baixa idade média. Cf. Strayer s.d..

³⁶⁷ Cf. Braudel 1986; Braudel 1989.

³⁶⁸ Cf. Almond & Verba 1989 [1963], pp.16-17; Florêncio 2003, p.58.

³⁶⁹ Strayer s.d.

realizações materiais. Nessa evolução o monopólio do poder pelo estado originou uma violência mais estável e a subida do nível de vida e de segurança das populações. Para sustentar as suas teses Norbert Elias recorre a termos implicados no processo civilizacional europeu que caracterizam o tipo de controlo da sociedade pelo estado: monopólio [do poder] central, estado poderoso, hegemonia, supremacia³⁷⁰.

A afirmação do estado implicou ainda a crescente divisão de funções nas sociedades e é através dela que se controlam e modelam comportamentos, isto é, que se regulam as relações entre as pessoas. Segundo Norbert Elias, tal fez-se inicialmente na Europa de cima para baixo através da aristocracia, mas essa imposição implicou igualmente uma resposta de baixo para cima, caracterizada pelo posterior aparecimento e afirmação da burguesia. A última levou a que a aristocracia perdesse força vinculativa. O autor confere ao fenómeno histórico em causa tanto uma dimensão política, quanto económica. Ambas «(...) em conjunto formam a cadeia através da qual os homens se ligam uns aos outros»³⁷¹.

A perspectiva referida permite sustentar a hipótese de, nas sociedades africanas e à medida que se afirmou o estado territorial, a diferenciação no interior das formações sociais africanas e na relação entre colonos e colonizados assentou em processos estruturalmente semelhantes. No caso do sistema colonial português (como noutros), ele foi modelando os comportamentos dos povos colonizados de cima para baixo, mas as próprias sociedades africanas responderam de baixo para cima através da constituição das suas elites. Uma parte delas integrou o sistema de dominação colonial (em Moçambique o essencial dessa componente das elites locais afirmou-se nos espaços rurais), outra parte passou a dirigir os movimentos nacionalistas (em Moçambique a componente mais influente dessa elite é de origem urbana)³⁷². A última, com os processos de transição e com as independências, acabaria por assumir um poder de domínio sobre o restante tecido social fortemente vinculativo, (re)iniciando um processo de modelação social de cima para baixo sendo que as guerras internas pós-coloniais constituem, de alguma forma, uma nova resposta de baixo para cima³⁷³.

³⁷⁰ Elias 2006 [1939].

³⁷¹ Elias 2006 [1939], p.179.

³⁷² Cf. Mateus 1999, pp.176 e segs.

³⁷³ Ribeiro 2002.

11. *Apropriação da herança civilizacional europeia*

Uma outra tese de Norbert Elias é a necessidade de se ter em conta não só os argumentos racionais a partir dos quais se explica a regulação de comportamentos que as sociedades prescrevem aos seus membros, mas também «(...) é preciso recuar até à causa dos medos que levam os membros dessa sociedade e sobretudo os próprios zeladores a regulamentar o seu comportamento dessa maneira»³⁷⁴. Para esse autor as relações sociais assumem um carácter «mais civilizado»³⁷⁵ quando as oscilações do medo no contacto com os outros são mais pequenas³⁷⁶, isto é, mais previsíveis. E o medo não assume uma natureza redutora. Tem a ver com a vergonha, o medo da guerra, o temor a deus, os sentimentos de culpa, o receio de castigo ou da perda de prestígio social, o medo que o homem tem de si próprio ou de ser dominado pelas suas pulsões³⁷⁷.

Se o que o autor refere para o processo civilizacional europeu já fazia parte, na essência, dos sistemas de regulação social africanos tradicionais, eles ganharam significados profundamente distintos quando esse conjunto de medos passou a remeter, em última instância, para a nova e mais poderosa entidade de regulação social: o estado territorial imposto pelos europeus, cujas características essenciais se mantiveram desde as independências até à actualidade, como demonstra o caso de Moçambique.

Sobre o tema, as nossas recolhas empíricas revelaram avaliações que consideram que, na actualidade, as pessoas em Moçambique perderam o medo. Um determinado medo. O medo ao qual se atribuem funções de regulação social porque associadas aos símbolos de autoridade (o pai; os governantes; os polícias; os juízes; os familiares mais velhos; os adultos; ou, no geral, as pessoas com estatuto hierárquico habitualmente superior). O tipo de medo que aqui se refere é aquele que, nos discursos do senso comum, surge muitas vezes relacionado com uma outra ideia verbalizada através da expressão «agora já não há segredo».

A erosão que os nossos entrevistados consideraram existir nas funções sociais do medo e do segredo apresentam-se como partes de um mesmo fenómeno. No geral, o sentido é o de que, nas relações do dia-a-dia, as pessoas tendem a ultrapassar abusivamente os limites do

³⁷⁴ Elias 2006 [1939], pp.726-727.

³⁷⁵ Aspas do autor.

³⁷⁶ Elias 2006 [1939], p.727.

³⁷⁷ Elias 2006 [1939], p.728.

medo e do segredo ou subvertem aquela que deveria ser a sua função. Trata-se de uma construção argumentativa relativamente frequente a partir da qual as pessoas explicam o facto da qualidade da vida social em Moçambique, no que tem a ver com comportamentos cívicos, tender a ser representada como negativa, precisamente porque os actores sociais comparam, explicita ou implicitamente, o que existe na actualidade com o que consideram que acontecia no passado.

Tratando-se de dois mecanismos de regulação dos comportamentos (tanto os comportamentos dos indivíduos, quanto os comportamentos colectivos), identificados como tal pelos entrevistados, enquanto que ao medo se conferem conteúdos que apontam, na essência, no sentido de uma imposição da sociedade sobre os indivíduos, muito condicionada pelo tipo de acção governativa; por seu lado, as representações que se organizam em torno da palavra segredo são caracterizadas no sentido da auto-regulação dos comportamentos pelos próprios sujeitos. Se no primeiro caso as explicações dos entrevistados têm muito a ver com expectativas de reforço do poder das autoridades de regulação social, dado que se considera que com as transformações sociais ocorridas elas foram perdendo legitimidade e/ou de capacidade de afirmação, no último caso salienta-se a valorização de uma competência social que pode ser descodificada através de atributos como o recato ou o comedimento ao nível das relações sociais. Sublinhe-se, no entanto, que os entrevistados nunca recorrem a esses dois termos (recato ou comedimento), limitando-se a exprimir a ideia e, por vezes, sintetizando-a através da palavra segredo.

Pela saliência e pelo sentido que a questão dos comportamentos sociais adquire nos discursos do senso comum da actualidade, significa que o pensamento social, nesse domínio, organiza um sentimento de perda, isto é, elaboram-se representações sociais da erosão de bens simbólicos que no passado supostamente fariam parte corrente das relações sociais em Moçambique e que, sobretudo desde a instituição do multipartidarismo nos anos noventa, se tornaram bens escassos, em prejuízo da qualidade da vida colectiva.

As hipóteses a partir das quais explicamos o sentido das representações sociais dos comportamentos sociais em Moçambique, no geral tidos como negativos, remetem para dois níveis que funcionam como pré-representações. Um tem a ver com a herança cultural africana multissecular (o que remete para o período pré-colonial); outro tem a ver com a

11. Apropriação da herança civilizacional europeia

herança de um passado recente marcado pela afirmação do estado (o que remete para os períodos colonial e para a primeira década de independência). Essas pré-representações podem sobrepor-se. Mas, ainda assim, é possível distingui-las.

No primeiro nível, o da valorização do que algumas pessoas na cidade de Tete designam hoje por segredo, manifesta-se, de algum modo, a função que o interdito assumia nas sociedades tradicionais africanas, aspecto fulcral da gestão do simbólico nesse tipo de sociedades. É muito evidente, neste caso, que se está, na actualidade, perante (re)interpretações de pré-representações sobre a gestão da vida nas sociedades tradicionais. Os argumentos que recolhemos no terreno que justificam essa hipótese apontam claramente nesse sentido: as pessoas referem que agora os líderes políticos falam desabridamente uns dos outros, muitas vezes sem respeito; os filhos falam de modo agressivo com os pais, não têm calma para se sentar e ouvir; as meninas usam roupas demasiado ousadas e têm comportamentos impróprios, nomeadamente um relacionamento com os homens sem o controlo da família; os mais novos não ouvem nem respeitam os mais velhos³⁷⁸; os maus comportamentos são recorrentes e visíveis no espaço público (como a prostituição, o alcoolismo ou os roubos). O senso comum sustenta essas teses considerando que as formas de censura dos tipos de comportamentos referidos não funcionam, mesmo quando as instituições que as tentam impor são organismos do estado, como são os casos da polícia ou dos tribunais. Entre outros.

Nesse conjunto de argumentos que circula na cidade de Tete estão em causa símbolos de autoridade e de diferenciação social assentes em atributos como a idade, o género ou a função social (ou todos em conjunto), muito mais do que em outros atributos como o nível de rendimentos, a profissão ou a formação escolar/académica. Daí considerarmos haver referências que podem ser associadas aos modelos ancestrais de regulação social. Todavia, do nosso trabalho de campo não surgiram discursos que reivindicassem a recuperação do poder das instituições tradicionais em si. Estão em causa apenas princípios estruturantes que regulavam as relações nas sociedades tradicionais e que, enquanto princípios cívicos desejáveis, vão perdurando no subconsciente colectivo.

³⁷⁸ Ver nota 1 do anexo (II parte).

No segundo nível, a argumentação que recolhemos, ao mesmo tempo que acaba por ter implícita a ancestralidade africana, sobrepõe de forma particularmente saliente a valorização positiva do papel do estado, enquanto instituição pós-tradicional de regulação dos comportamentos sociais. Não está necessariamente em causa o estado tal como existe e funciona na actualidade. Mas um outro estado que no passado já teve algumas características positivas desejáveis, características essas cuja origem as pessoas remetem explicitamente para o período colonial, no sentido proposto por Norbert Elias quando reflecte sobre o processo civilizacional. Os entrevistados, quando relevam o que consideram negativo na relação entre as pessoas na actualidade em Moçambique, concluem com muita frequência que «no tempo do colono» ou «no tempo de Samora [ou de Machel]» «não era assim», «não acontecia», «havia respeito». «Agora já não. Anda tudo assim, como quer, de qualquer maneira». É precisamente essa convocação do poder central enquanto instância por excelência com legitimidade para regular a vida social, mesmo que se considere que actualmente não o faz da melhor maneira, que leva a que ao estado seja reconhecida legitimidade como instituição tutelar da vida social.

Haverá, sem dúvida, alguma hipersensibilidade social face a determinados comportamentos, isto é, o senso comum tende a sobrevalorizar aquilo que considera negativo nesse domínio, precisamente porque a sociedade dispõe de representações sociais alternativas que partem da reelaboração do passado. Porém, o que está também em causa é a procura de uma resposta simbólica tão eficaz quanto possível que permita conferir um sentido a uma sociedade em profunda transformação no presente e que, desse modo, necessita de convocar referentes de estabilidade: a época colonial e a época de Samora Machel.

Dado que retomaremos o assunto, para já sublinhamos que, por muitas e muitas explicações que se tentem, sobretudo quando estão em causa análises sobre as sociedades africanas, abordar a temática do processo civilizacional associado à colonização europeia é sempre difícil tendo em conta a forte sensibilidade que o tema pode suscitar. Recorremos a Norbert Elias porque a perspectiva em que o autor aborda a questão, embora remetendo para o caso europeu, enquadra-se naquilo que o nosso trabalho de campo revelou. Refira-se, no entanto, que não é nosso intuito estudar o processo civilizacional em si enquanto realidade multissecular, captando as suas principais tendências (na perspectiva de Norbert

11. *Apropriação da herança civilizacional europeia*

Elias ou de Fernand Braudel), mas antes compreender as representações sociais hoje existentes em Moçambique do que aqui se entende por processo civilizacional e que se sintetizam numa expressão que circula na cidade de Tete: «Eles [os colonos] civilizaram-nos».

Desse modo, as representações de senso comum sobre a dominação colonial em Moçambique não podem ser reduzidas ao ajuizar valorativo (condenatório ou laudatório) da realidade histórica da colonização³⁷⁹. A recorrência do termo civilizar associado à colonização, quando interpretada de modo parcial, pode implicar tendências no sentido de em torno do vocábulo se produzirem simplificações que tomam a parte pelo todo. Constatação particularmente verificável nos discursos oficiais de legitimação do poder, tanto o colonial quanto o anti-colonial, ainda que em sentidos opostos. O primeiro desvalorizando (ou omitindo) a dimensão violenta da dominação europeia em África para se focalizar no que toma por progressos culturais e materiais proporcionados pela colonização. O segundo reduzindo à violência um processo histórico complexo, limitando-o a realidades traumáticas: escravatura, violência, imposições de valores religiosos e de hábitos culturais com desrespeito pelas identidades africanas, racismo, atribuição aos africanos de estereótipos depreciativos: primitivos, atrasados, canibais, sem civilização, inferiores, etc³⁸⁰.

Se nos apoiássemos, uma vez mais, nas teses de Norbert Elias, concluiríamos que se trata de duas dimensões indissociáveis de um mesmo fenómeno: o da constituição e afirmação do estado territorial em Moçambique. E o que é facto é que os discursos do senso comum da actualidade se caracterizam essencialmente pela capacidade de articular essas duas dimensões. Pela sua complexidade, as representações sociais existentes em Moçambique sobre a época colonial comportam também tanto o sentido de algo que foi imposto às populações colonizadas, quanto a apropriação e valorização pelas últimas de um conjunto de transformações sociais organizadas em torno do estado desde essa época até à actualidade.

³⁷⁹ Cf. Weber [1904], «A “objectividade” do conhecimento nas ciências sociais e em política social» in: Cruz 2004, pp.603-661.

³⁸⁰ Cf. Mateus 2004.

Começaremos por abordar as representações sociais da violência relacionadas com a dominação colonial, depois analisaremos as representações sociais das transformações nos comportamentos individuais e colectivos impulsionadas pela colonização e, por último, trataremos das questões relacionadas com o impacto do desenvolvimento material proporcionado pela colonização que estabeleceu rupturas com a tradição civilizacional africana.

11.1. O mal necessário

Em Moçambique as interações entre o estado e as sociedades, ao longo do tempo, têm sido marcadas por duas características essenciais. A primeira característica tem a ver com o encontro entre diferentes (estado e sociedades). Nesse processo o poder central desempenha o papel de agente exógeno dado que, desde a ocupação colonial efectiva, foi-se tornando progressivamente determinante a referência ao estado enquanto instância última de onde emana a legitimidade para gerir (isto é, manter ou alterar) o *statu quo* comunitário ao nível das relações de poder que, depois, condiciona tudo o resto. A segunda característica prende-se com o recurso à violência física e simbólica pelo estado enquanto estratégia essencial de regulação da heterogeneidade social que caracteriza o país. Daí que, nas representações sociais, a violência surja como um dos atributos essenciais do estado.

Tendo em conta o material recolhido ao longo de anos de pesquisas no terreno (1997, 1998, 2003, 2004 e 2008), o tema da violência associada à acção do estado em Moçambique constitui um assunto que comporta diversas possibilidades que inviabilizam conclusões taxativas. Torna-se, por isso, problemático partir-se de pressupostos analíticos que coloquem o sistema colonial (por hipótese assumindo a carga negativa) em contraponto ao regime pós-colonial (por hipótese assumindo a carga positiva) nessa matéria. E mesmo que fosse o inverso a substância da questão não se alteraria.

A dominação colonial significou a afirmação progressiva de um conjunto de mecanismos que acabou por convergir, directa ou indirectamente, enquanto processos que foram conferindo sentido à existência da formação territorial nacional. Entre eles destacamos, em primeiro lugar, a acção do estado, numa primeira fase essencialmente voltada para exploração dos recursos das populações e do território, sobretudo através do trabalho

11. *Apropriação da herança civilizacional europeia*

forçado, da cobrança coerciva de impostos ou das culturas obrigatórias do algodão e do arroz, mas a partir dos anos sessenta alargando às populações locais direitos e serviços sociais (por via, por exemplo, do acesso aos cuidados médicos primários e à escolarização, o acesso aos mercados ou à rede de estradas) que conferiam, em conjunto, papel relevante ao poder central. Em segundo lugar, destacamos a acção das igrejas cristãs cujo impacto social foi tanto mais significativo quanto mais foram além da dimensão religiosa, proporcionando às populações (sobretudo às populações rurais por via das missões, como é o caso da província de Tete) formação escolar ou profissional, prestando cuidados de saúde primários ou modelando comportamentos que explicitamente visavam modificar hábitos (dos mais simples – ao nível da higiene ou do vestuário, por exemplo – aos mais complexos – relacionados, por exemplo, com o combate à poligamia ou aos rituais mágico-religiosos³⁸¹).

Trata-se, em qualquer dos casos, de fenómenos atravessados, em maior ou menor grau, pela violência física e/ou simbólica³⁸². Essa é, portanto, a matriz constitutiva de Moçambique, segundo aquilo que podemos retirar do material empírico que recolhemos.

Dado que as formações sociais estão em permanente reelaboração, isto é, nunca são definitivas nem estáticas, e dado que o país foi refundado simbolicamente na transição para a independência em 1974-1975, ainda que com contornos diferentes em relação à época colonial, no período pós-colonial a violência voltou a reafirmar-se como matriz (re)constitutiva de Moçambique. Uma vez mais, quer com uma dimensão física (associada, em parte, à guerra civil), quer com uma forte dimensão simbólica (relacionada com a interpretação da ideologia marxista-leninista imposta pela governação liderada por Samora Machel).

Todavia, descontada a vertente bélica, as avaliações que recolhemos sobre a acção reguladora do estado, se incidem sobre a violência, não a caracterizam enquanto estratégia generalizada e indiscriminada que pudesse ter posto em causa a sustentabilidade do estado ou das comunidades (ou especificamente algumas delas). Tende a considerar-se até, nas entrevistas, que o estado funcionou de modo eficaz precisamente nas épocas em que,

³⁸¹ Cf. West 2005.

³⁸² Ver nota 2 do anexo (II parte).

assumindo explicitamente o papel de agente modernizador, recorreu à violência ou, eufemisticamente, ao poder coercivo legítimo. Verifica-se inclusivamente a tendência em diversos discursos no sentido da necessidade de se recuperarem certas modalidades coercivas de regulação social utilizadas pelas autoridades no período anterior ao multipartidarismo dos anos noventa (o que inclui tanto a época colonial quanto a pós-colonial socialista) para combater, por exemplo, o crime, a corrupção ou os maus comportamentos do quotidiano (alcoolismo, prostituição, delinquência infantil ou juvenil). Noutro sentido, mas consequente com o anterior, detecta-se alguma relação nos discursos do senso comum entre, por um lado, a capacidade das autoridades em resolver problemas que afectavam as populações e apoiar a esmagadora maioria dos carenciados e, por outro lado, a postura autoritária do estado.

Não detectamos em Moçambique a existência de representações sociais de alguma vez ter existido um estado com tendências totalitárias³⁸³, assente na violência sistemática no sentido atribuído por Hannah Arendt, ou seja, uma política que visasse qualquer sentido de genocídio orientado para um inimigo objectivo³⁸⁴, cujo balanço final, feito por exemplo por via das representações sociais, fosse a admissão da existência de um regime político meramente destrutivo no plano social, cultural ou moral³⁸⁵. Tende a considera-se que o que se procurava por via da violência, em traços gerais, era a submissão produtiva (época colonial) ou ideológica (época socialista) dos diferentes tecidos sociais, de cujo balanço resultou algo de construtivo para a formação nacional, apesar de se reconhecerem os

³⁸³ Opinião contrária é a de Cabrita 2000, pp.85 e segs.

³⁸⁴ Arendt 2006 [1951], pp.559 e segs. Se o estado em Moçambique teve uma longa fase de afirmação autoritária (desde a ocupação colonial efectiva até ao fim do regime monopartidário nos anos noventa), ela não parece que alguma vez tenha assumido traços de totalitarismo, admitindo que esse conceito possa ser transposto para um país com a evolução histórica de Moçambique. Mesmo a política pós-colonial que visou, por exemplo, as testemunhas de Jeová, tratando-se de uma actuação violenta, foi pontual no sentido de não ter sido nem sistemática, nem continuada no tempo, nem ainda ter ido até ao fim. A esse propósito foi particularmente elucidativa a entrevista com um dos líderes da comunidade Jeová, membro dessa comunidade desde 1975 (nota 3 do anexo da II parte). Sobre o cruzamento entre a ideologia e as representações sociais nos regimes totalitários é pertinente a análise: «(...) social thought makes extensive use of suspicions which set us on the track of causality. I could give any number of examples. The most notable are those trials where the accused are presented as culprits, wrongdoers and criminals, and the proceedings only serve to confirm a pre-established verdict. The German or Russian citizens who saw their Jewish or subversive compatriots sent to concentration camps or shipped to the Gulag islands certainly didn't think they were innocent. They had to be guilty since they were imprisoned. Good reasons for putting them in prison were attributed (the word is apt) to them because it was impossible to believe that they were accused, ill-treated and tortured for no reason at all. (...) Tyrants are usually masters of psychology and know that people will automatically proceed from the punishment to the criminal and the crime so as to make these strange and horrible occurrences tally with their idea of trial and justice» (Moscovici 2000 [1984], pp.55-56).

³⁸⁵ Cf. Arendt 2006 [1951], pp. 515 e segs.

sacrifícios exigidos às populações. Daí a avaliação da colonização portuguesa em Moçambique como o *mal necessário*, expressão que surge nos discursos da actualidade e que é utilizada, precisamente, para contextualizar a violência das autoridades.

Os tipos de violência claramente recusados nas entrevistas são, por um lado, a violência arbitrária das autoridades (tanto na época colonial como desde a independência) e, por outro lado, a violência associada à guerra³⁸⁶. Se a primeira significa uma crítica concisa à acção do estado, outros argumentos tendem a relativizar essa crítica. Isso porque, nos discursos do senso comum, a violência política das autoridades surge inserida em contextos históricos assentes em variáveis diversificadas, complexas e até contraditórias. O estado no período colonial foi violento³⁸⁷, mas tende a considerar-se também que regulou com eficácia a vida social³⁸⁸, proporcionou desenvolvimento material e progressos nos domínios do conhecimento e da formação profissional³⁸⁹. Para essa época não há a tendência de associar a violência das autoridades à guerra, mas sim à sua acção administrativa. O estado no período pós-colonial socialista foi violento³⁹⁰, mas garantiu a independência, também regulou com eficácia a vida social, expandiu o sistema de ensino e, sobretudo, teve de enfrentar uma guerra. O estado na actualidade, isto é, no período pós-colonial multipartidário surgido nos anos noventa, não sendo saliente nesse caso o atributo da violência, também não ganha o atributo de regulador eficaz da vida das comunidades (que acabam prejudicadas, por exemplo, pelo crime e pela corrupção que antes não atingiam níveis preocupantes), nem se considera que tenha preocupações socioeconómicas relevantes para com a esmagadora maioria da população que vive na pobreza ou mesmo na pobreza extrema.

³⁸⁶ Ver nota 4 do anexo (II parte).

³⁸⁷ É interessante verificar que parte das pessoas em Tete, devido às condições específicas da província (zona de povoamento disperso intensamente flagelada pela guerra ao longo do tempo), tende a conotar o deslocamento e a fixação forçada das populações não só com a violência do estado, mas também com a preocupação das autoridades em protegê-las das guerras, condicionante que reduz, enquanto representação, a natureza ideológica de tais medidas, até porque a violência bélica limitava fortemente as alternativas das populações.

³⁸⁸ Dois exemplos a que os entrevistados recorrem são a proibição do fabrico e consumo de bebidas alcoólicas (estado colonial) ou as campanhas de vacinação (estado pós-colonial), casos em que se tende a valorar positivamente a atitude coerciva das autoridades. Cf. IV parte do texto.

³⁸⁹ A condenação dos pais ao trabalho forçado (*thangata*) por não mandarem os filhos à escola ou a obrigatoriedade das pessoas usarem sapatos são exemplos de atitudes coercivas por parte das autoridades coloniais aceites. Ver nota 5 do anexo (II parte).

³⁹⁰ Cf. IV parte do texto.

Se isso é, no geral, válido para a governação de Joaquim Chissano (até 2005), o actual mandato do presidente Armando Guebuza indicia a (re)elaboração de representações sociais da relação entre o estado e as sociedades que podem significar a inversão da tendência referida no que tem a ver com a adopção de políticas de apoio aos mais desfavorecidos. Foi o que revelaram os dados do trabalho de campo complementar de 2008. Todavia, pesquisas futuras poderão clarificar com mais segurança as transformações em curso.

Por esse conjunto de factores, limitar o debate sobre o processo colonial à questão da violência é tão insatisfatório e parcial quanto reduzir a essa dimensão a complexidade histórica das cerca de duas primeiras décadas após a independência em 1975. É, por isso, necessário relativizar a ilegitimidade da colonização enquanto processo de dominação porque centrado no recurso à violência³⁹¹, dado que isso pode implicar a tese da ilegitimidade do próprio estado em Moçambique, mesmo no período pós-colonial. O que fica implícito (às vezes explícito) nos discursos do senso comum em análise é que a colonização, enquanto representação social, não é um sistema político aceitável sobretudo porque significa a submissão de uma comunidade no seu espaço face à dominação exógena. Com ou sem violência; com ou sem desenvolvimento económico; com ou sem vantagens civilizacionais. É, desse modo, no sentido da dignidade das comunidades que reside o enfoque da atribuição de ilegitimidade à dominação colonial portuguesa em Moçambique.

É de se sublinhar que o estado em Moçambique na época colonial, para além da violência, ganha atributos como os de realizador (aquele que faz; aquele que constrói), eficaz, competente, disciplinador ou organizador. Essas características assumem particular importância, sobretudo se confrontadas com as representações depreciativas do *portuga* no Brasil, figura do imaginário colectivo brasileiro socialmente desconsiderada, algo que pura e simplesmente não se verificou nas pesquisas levadas a cabo em Moçambique³⁹². É por isso que a violência das autoridades coloniais, no geral, não passou para o pensamento social como algo que tinha na arbitrariedade a sua essência, mas enquadrada num sistema com regras claras (mesmo que pudessem ser tidas como injustas) que, por essa via,

³⁹¹ Tese de tendência contrária é a de Mateus 2004.

³⁹² Cf. Castelo 2007.

regulavam com eficácia a vida social³⁹³ e proporcionavam o desenvolvimento material do país.

Estas tendências das representações sociais sobre a violência do estado existentes na actualidade são condicionadas por aquilo que se considera que é hoje o estado e como foi evoluindo nas diferentes fases, entre o período colonial e o multipartidarismo.

11.2. *Eles civilizaram-nos*

A utilização do termo civilizar enquanto atributo da colonização portuguesa faz parte dos discursos dos entrevistados: «eles civilizaram-nos». Mais de três décadas depois da descolonização, o termo civilizar persiste no vocabulário a que parte dos ex-colonizados recorre para avaliar algumas das características do sistema colonial, mesmo entre aqueles actores sociais para quem a valorização da independência é um dogma. Desde as primeiras pesquisas no terreno em 1997 que fomos constatando que nenhum dos entrevistados pôs em causa o direito, a justiça e a dignidade proporcionados pela independência. E, como se verifica, não é isso que impede juízos contraditórios (às vezes radicalmente contraditórios) que as pessoas fazem da colonização portuguesa, bem como não é isso que impede juízos críticos sobre o modo como actuou a força política que conquistou a independência. Admitindo ser dominante hoje em Moçambique o sentimento de pertença à formação territorial nacional, ele tem no simbolismo da independência um dos seus referentes positivos consensuais.

As referências, pelos entrevistados, ao resultado civilizador da colonização portuguesa em Moçambique não se resumem aos aspectos materiais (infra-estruturas, edifícios, estradas, cidades, caminhos-de-ferro, tecnologia, mercados, etc.), mas também aos culturais. Os últimos reportam-se ao acesso a conhecimentos técnicos e científicos (transmitidos por via do sistema de ensino ou da formação profissional), ao sentido de comunidade (muito associado à evangelização cristã³⁹⁴) ou a hábitos e comportamentos em geral (dos mais simples aos mais sofisticados)³⁹⁵.

³⁹³ Ver nota 6 do anexo (II parte).

³⁹⁴ Cf. Brandão 2004, pp.66 e segs.

³⁹⁵ Bayart aponta três domínios relevantes em que a colonização ocidental teve impacto nas sociedades africanas: (i) ao nível dos sistemas de ensino «(...) l'école, dispensatrice du savoir européen (...)» (p.52) ; (ii)

A valoração positiva das transformações sociais, culturais e económicas iniciadas na época colonial (mas que se prolongaram e prolongam no período pós-colonial) revela-se de igual modo quando os entrevistados criticam o desrespeito do sistema colonial pelos usos e costumes tradicionais africanos³⁹⁶. Seguindo o seu raciocínio, a tendência que se verifica no pensamento social é a de isso não ter tanto a ver com reivindicações que visassem (ou visem) preservar as sociedades, modos de vida e valores tradicionais africanos propriamente ditos em contraposição aos que na origem eram os do colono (ou, em bom rigor, em oposição aos das sociedades pós-tradicionais), mas ter a ver sobretudo com exigências no sentido das comunidades locais serem tratadas ao nível desse outro dito civilizado (o colono), recusando-se qualquer dominação representada como opressiva nesse mundo moderno do qual os moçambicanos passaram a fazer parte³⁹⁷.

Nesse sentido, a idealização, pelos entrevistados, de modelos de regulação social tende a ser remetida para o passado referenciado ao estado (concretamente o passado colonial e o passado pós-colonial socialista) e não para um hipotético passado ancestral africano anterior à construção do estado territorial que, na actualidade, se perpetuaria na valorização das autoridades tradicionais. Isso é muito saliente quando está em causa a referência a comportamentos considerados disruptivos. Em face deles, na cidade de Tete, não se verifica a tendência de se invocar a importância das autoridades tradicionais (na actualidade ou no passado), nem o reforço dos seus poderes, mas as expectativas focalizam-se sobretudo no reforço da autoridade do estado, autoridade que, na perspectiva

do vestuário «(...) par laquelle on affirmait son rang tant sur la scène sociale domestique (...) que par rapport au maître étranger» (p.52) ; (iii) e da religião «(...) le christianisme importé par le Blancs a pénétré les coeurs, si bien que l'on a vu en lui un ferment particulièrement pernicieux de la colonisation» (Bayart 1989, p.53). Cf. Macamo 1998, pp.53 e segs.

³⁹⁶ «Grave erreur, donc, celle qui emprisonne l'Afrique dans un tête-à-tête avec une tradition mythique. Aussi loin que l'on puisse remonter, le continent s'est montré désireux d'accéder à l'universel des richesses et des valeurs. L'idée de progrès ne lui était pas indifférent, et des idéologues autochtones du développement (...) vantaient les mérites du changement social, du bien-être et de l'enrichissement» (Bayart 1989, p. 51).

³⁹⁷ Pela análise do material empírico percebe-se que os problemas sociais referidos pelos entrevistados incidem em domínios conotados com a intervenção directa ou indirecta do estado (emprego, segurança, ensino, saúde, acesso à água, electricidade, mercados, etc.). As sociedades e ideologias tradicionais como resposta a essas questões não foram apresentadas como modelos alternativos. Portanto, ao considerarem que as condições de vida e de subsistência são precárias (quando, por exemplo, as pessoas comparam com o que consideram que havia na época colonial e, de algum modo, na época de Samora Machel), as expectativas dos actores sociais dirigem-se para o sector moderno e não para qualquer conservação ou retoma dos mecanismos de produção e reprodução tradicionais. Os poderes tradicionais e a sua ideologia, mesmo no núcleo essencial da sua legitimidade (o simbólico associado ao mágico-religioso), acabam também, na actualidade, por ter a concorrência das igrejas cristãs ou sincréticas. Todavia, note-se, o material recolhido reporta-se a um espaço urbano. Cf. Florêncio 2003.

dominante nos discursos do senso comum, deveria referenciar a sua acção à moral socialmente aceite.

É de salientar que esse tipo de avaliações são elaboradas pelos próprios tecidos sociais africanos, o que torna plausível a hipótese de as sociedades pré-estatais terem desempenhado papel activo na reinvenção permanente da sua condição (ou na construção do seu próprio processo civilizacional³⁹⁸) em interacção com referentes exógenos a elas próprias, em particular o estado, sendo que essa é uma característica estrutural da construção do social em Moçambique, tanto no período colonial quanto no pós-colonial.

Assinale-se, contudo, que as recolhas empíricas essenciais que sustentam as nossas análises reportam-se a uma zona urbana com características específicas, em especial relacionadas com a permanência continuada das autoridades estatais desde a primeira metade do século XX. Acrescente-se que na cidade de Tete, por via dos laços familiares e de estratégias de sobrevivência, a penetração entre o rural e o urbano é intensa (hoje como no passado). Talvez por isso seja mais fácil os actores sociais urbanos idealizarem alguns aspectos da distante sociedade colonial ou da época socialista, do que idealizarem a vida do dia-a-dia ou das sociedades tradicionais. As últimas constituem realidades vivenciais vigorosamente presentes e, por isso, dificilmente idealizáveis como mundos tendencialmente perfeitos³⁹⁹. É por isso que, nas representações em análise, pesa muito mais uma nostalgia⁴⁰⁰ da modernidade do que uma nostalgia da tradição africana⁴⁰¹.

³⁹⁸ Elísio Macamo recorre ao termo modernidade (Macamo 1998, p.41).

³⁹⁹ Elisete Marques da Silva na pesquisa que está a desenvolver sobre as representações do político dos estudantes universitários de Luanda concluiu que o forte distanciamento (físico) em relação aos espaços rurais por parte dos jovens de alguns segmentos sociais urbanos (já nascidos em Luanda e com o português como língua materna), leva a que tendam a idealizar os valores das sociedades tradicionais como forma de criticar as elites e o poder instalado (reunião do Grupo de Estudos Sobre Política dinamizada pelo Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa, a 14.06.2005). Não é a tendência que se verifica na cidade de Tete onde o distanciamento entre o rural e o urbano não é significativo.

⁴⁰⁰ A nostalgia é aqui vista no sentido etimológico do termo de origem grega [nost(o) (elemento de formação de palavras que exprime a ideia de *regresso, volta*) + algia (elemento de formação de palavras que exprime a ideia de *dor*)]. Cf. Macamo 1998, pp.58-60.

⁴⁰¹ No sentido romântico do movimento da negritude cujo expoente foi Leopold Senghor. Cf. Macamo 1998, pp.38 e segs.; West 2005, pp.151 e segs. A adesão crescente de indivíduos a comunidades religiosas cristãs ou sincréticas em Moçambique desde os anos noventa, explicável de muitas maneiras, relaciona-se, sem dúvida, com a falência dos referentes tradicionais. Isso associa-se, na essência: (i) às consequências a longo prazo da política anti-tradicional da Frelimo logo a seguir à independência; (ii) ao significativo impacto dos fluxos migratórios provocados pela guerra que forçaram pessoas e comunidades a abandonar os seus locais ancestrais (1976/7-1992); (iii) às representações sociais da falência moral do estado pós Samora Machel (1975-1986).

Torna-se saliente que domina uma propensão social para a crítica a determinado modelo de sociedade pós-tradicional (o do multipartidarismo surgido na década de noventa, que tende a fraccionar a sociedade entre a elite rica e a esmagadora maioria pobre, bem como tende para uma regulação menos eficaz da vida social) e para isso valora-se positivamente um outro modelo de sociedade pós-tradicional (o colonial e o socialista, em particular reportando-se ao período que medeia entre inícios da década de sessenta e os anos oitenta, em que a vida social, nos domínios referidos, tende a assumir atributos inversos aos que têm caracterizado a última década e meia). Conforme revelou o trabalho de campo complementar (2008), a acção do estado com o presidente da república em exercício desde 2005, Armando Guebuza, é valorizada precisamente nos domínios em que os actores sociais consideram que se está a retomar, ainda que de forma mitigada, as características positivas desse «antigamente».

Assim sendo, o jogo representativo em causa significa que, ao nível do pensamento social, nunca se está face a representações de ruptura com o pós-tradicional. Se tal acontecesse isso traduzir-se-ia em representações de ruptura com a colonização naquilo que tem a ver com o despoletar do processo civilizacional associado ao estado no sentido proposto por Norbert Elias⁴⁰². Daí a relevância que a herança colonial continua a ter para que as sociedades em Moçambique organizem o seu sentido de continuidade histórica.

11.3. Vida material e reelaborações da colonização

A vida material constitui outro *thema* da colonização portuguesa em Moçambique saliente no pensamento social. Em relação às recolhas empíricas de 1997-1998⁴⁰³, verificámos que, uma década depois, entre 2003 e 2004, com confirmação em 2008, quando estão em causa atributos considerados positivos do sistema colonial, a tónica das avaliações já não incide sobretudo na valoração positiva das realizações materiais proporcionadas pelo sistema colonial (casas, prédios, pontes, estradas, mercados, cidades, estruturas ferroviárias, complexos industriais, rede telefónica e eléctrica, etc.), mas também naquilo que tem a ver com uma lógica relativamente clara e eficaz do funcionamento da administração colonial (planificação e implementação efectiva de obras públicas e de serviços para benefício das

⁴⁰² Elias 2006 [1939].

⁴⁰³ Ribeiro 2000, pp.87-111.

11. Apropriação da herança civilizacional europeia

populações; utilização racional dos recursos; regulação eficaz da vida nos espaços públicos, como o combate ao crime; acesso mais facilitado ao mercado de trabalho; formação escolar e profissional tida como mais qualificada)⁴⁰⁴.

A hipótese pode não ser apenas uma especificidade da cidade de Tete; pode também ter a ver com sensibilidades diferentes nas interações entre entrevistador e entrevistados na nova fase de pesquisas, isto é, a qualidade do material recolhido ser, em si, diferente entre as pesquisas de 1997-1998 e as de 2003-2004-2008. Ainda assim, na última década algo de substantivo vai mudando nas representações da colonização portuguesa em Moçambique. Até porque se as representações sociais implicam uma reelaboração permanente, neste caso do passado colonial, o facto de se detectarem diferenças no intervalo de uma década (tempo curto quando está em causa a avaliação de objectos como o estado), constitui, ao mesmo tempo, um sintoma de uma sociedade em rápida transformação.

«In its first decade after the peace accords were signed [1992] and democracy formally established as the basis of post-war politics [1994], Mozambique has enjoyed a period of peace and macroeconomic prosperity unparalleled in the country's history»⁴⁰⁵.

A frase citada é, em geral, validada pelos testemunhos que recolhemos. Ao nível das realizações materiais, na entrada para o século XXI, em pleno período pós-colonial, registam-se melhorias significativas visíveis na cidade de Tete (e, sem dúvida, um pouco por todo o país): o crescimento e/ou reabilitação da rede de estradas e estruturas rodoviárias; a disponibilidade de transportes e o aumento do tráfego rodoviário; a recuperação de edifícios⁴⁰⁶ e a construção de outros; o crescimento do comércio (formal e

⁴⁰⁴ Cf. Nota 16 do anexo (III parte).

⁴⁰⁵ Manning 2002, p.205. É preciso, no entanto, relativizar o que Manning refere, precisamente porque o seu estudo não abrange o período colonial. Outro autor sublinha: «Entre 1971 e 1973, a colónia [Moçambique] registou uma taxa de crescimento económico caracterizada por um aumento anual de 10% do PIB (...). Em 1975, Moçambique classificava-se como o oitavo país mais industrializado da África, com 80% da sua produção industrial orientada para o mercado de colonos interno (...)» (Lubkemann 2004, p.278). Cf. Alden 2001, pp.81-97 e 117 e segs.

⁴⁰⁶ É de se sublinhar o uso frequente, em Moçambique, da palavra «reabilitar»: «A estrada foi reabilitada...», «O prédio foi reabilitado...», «Aluguei uma casa e vou reabilitá-la...», «As minas de carvão e os caminhos-de-ferro estão a ser reabilitados...», etc. O recurso saliente à reabilitação pode significar precisamente uma necessidade mais vasta no domínio do simbólico em repor parte dos aspectos positivos que aquelas sociedades conheceram no passado, recorrendo à metáfora da recuperação das estruturas materiais, essencialmente herdadas do tempo colonial. Se esse pode ser o ponto de partida para a construção do futuro, o afastamento simbólico do passado ganhará mais peso quanto mais se impuser o sentido de novo: «construir», «fazer», «abrir uma estrada...», «montar uma empresa...», etc..

informal) com uma maior disponibilidade de bens; o processo em curso de substituição das casas de pau-a-pique (com cobertura de palha) por casas de alvenaria⁴⁰⁷; o melhor acesso à água potável, à electricidade, ao telefone (fixo e móvel) e a outros bens e serviços públicos; a recuperação da linha de caminhos-de-ferro Moatize/Dondo (ligando as províncias de Tete e de Sofala, respectivamente).

A representação social desses progressos materiais – além de significar transformações efectivas na qualidade de vida das pessoas, ainda que essas mesmas pessoas os possam considerar insuficientes ou com uma distribuição muito desigual⁴⁰⁸ – acaba por comportar uma dimensão política evidente. Isso porque tais melhorias surgem associadas, nos discursos do senso comum, à acção governativa⁴⁰⁹: foi a acção política que permitiu a paz; é em grande parte à paz que se devem as melhorias verificadas. As memórias da destruição, da guerra, das carências ou da degradação física dos espaços urbanos, por serem recentes (o último conflito terminou em 1992), tornaram recorrentes as comparações que estabelecem uma diferenciação profunda ao nível das realizações materiais entre o presente multipartidário e o passado pós-colonial do regime de partido único (1974-1975 a inícios dos anos noventa).

Os progressos recentes, impensáveis há cerca de década e meia (escrevemos em 2008), significam que, mesmo que se continue a valorizar a herança material da colonização portuguesa em Moçambique, o progresso a esse nível do país independente é cada vez mais representado como possível. Ainda que esse desenvolvimento seja associado a apoios externos, não é isso que anula ou diminui o carácter endógeno (no sentido de genuinamente pós-colonial) das melhorias que se têm verificado. Desse modo, elas tendem

⁴⁰⁷ A substituição crescente na cidade de Tete de casas de *pau-a-pique* ou de palha por casas de alvenaria (de tijolo e com cobertura em chapas de lusalite) é um sinal de modernização a que as pessoas não são indiferentes. Percebem que se tal acontece significa a melhoria do nível de vida e do acesso a bens. Explicaram-me também que a prazo as casas em palha implicam outro tipo de custos, dado que as coberturas têm de ser renovadas frequentemente e são menos confortáveis.

⁴⁰⁸ Na fase exploratória das pesquisas no terreno, dois habitantes adultos da cidade de Tete (entrevista 8/2003) sublinharam que os jovens têm sido os principais beneficiários do crescimento económico e que essa euforia material, sem dúvida positiva, produz uma crise de educação ou crise de valores penalizando a tradição e os mais velhos. Um outro entrevistado da mesma cidade (entrevista 9/2003) defendeu um circuito social de corrupção de baixa intensidade como aceitável recorrendo ao exemplo de se se der «qualquer coisa» aos enfermeiros nos hospitais eles vão ter motivação para trabalhar mais e para tratar melhor as pessoas, até porque esses profissionais ganham mal.

⁴⁰⁹ Nos discursos que recolhemos a ideia de sector privado, se considerado como impulsionador do progresso económico e material país, é difícil de precisar. Os grandes empreendimentos surgem associados ao poder e, de uma maneira ou de outra, o poder tende a ser o estado.

11. Apropriação da herança civilizacional europeia

a conferir traços de maior relatividade, nas representações sociais, aos progressos materiais quando comparados com outros atributos considerados positivos da colonização portuguesa em Moçambique. Nesse sentido, dado que o funcionamento, na actualidade, da máquina administrativa do estado tende a ser valorado negativamente, é sustentável estabelecer uma relação entre o facto de as pessoas fazerem essa constatação e a tendência do pensamento social em conferir maior atenção ao funcionamento do sistema colonial nesse domínio.

Portanto, as alterações identificadas nas representações sociais no espaço de uma década, por muito que se trate apenas de indícios, estão longe de se traduzir num apagamento do período colonial enquanto referente que permite aos actores sociais organizarem, por e para si próprios, o real de modo significativa⁴¹⁰. Simplesmente registam-se, em função das transformações do presente, mudanças de enfoque na ponderação dos diferentes atributos (positivos e negativos) da herança colonial.

Se as reelaborações representativas do passado visam explicar o que aconteceu, servem sobretudo para conferir um sentido ao presente. Tanto em períodos representados como momentos de crise, como em períodos representados como de desenvolvimento, ou ambos em simultâneo dependendo do temas, as representações sociais podem identificar no outro e/ou no outro tempo aquilo em que ele mais se diferencia de nós e/ou do tempo actual. É por isso que nesta investigação se procura distinguir com clareza, por um lado, o rigor da construção histórica (que visa reconstruir o passado tal como existiu), por outro lado, a compreensão (não menos rigorosa) do fenómeno das representações sociais cuja natureza é distinta. No último caso o passado é reelaborado permanentemente de forma instrumental, ou seja, o passado constitui apenas uma das matérias-primas que serve para que as sociedades domesticuem simbolicamente o presente, conferindo-lhe um sentido. É a diferença entre a compreensão dos factos (estudo da história) e a compreensão do sentido conferido pelas pessoas comuns aos factos (estudo das representações sociais do passado).

⁴¹⁰ Vala 1997, pp. 364 e segs. Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183; Berger & Luckmann 1999 [1966].

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

Em síntese, o processo civilizacional, e dentro dele a civilização material, tal como Norbert Elias e Fernand Braudel os entendem, apresentam-se em Moçambique como representações sociais sustentadas num conjunto de temas que remetem para a origem colonial: a violência exercida pelo estado (física e simbólica); a aprendizagem pelos indivíduos de determinadas competências ao nível dos comportamentos e das crenças (tipo de linguagem, de vestuário, de saudação, de hábitos de vida, de opções religiosas, de formação escolar, de profissão, etc.); ou a alteração das formas de vida relacionadas com determinadas realizações materiais (nomeadamente construções de tipo urbano e outras infra-estruturas). Assim se explica o facto da época colonial ser significativa, na actualidade, enquanto momento originário de um conjunto de fenómenos a que os actores sociais conferem relevância. Mas se os africanos expressam um olhar selectivo sobre o que designamos por processo civilizacional, reelaborando-o na sua complexidade e de acordo com as suas estratégias, significa que transformaram algo cuja origem reconhecem ser exógena em realidades hoje tão endógenas como muitas outras.

11. Apropriação da herança civilizacional europeia

12. Estado versus igrejas

Com as alterações no sistema colonial ocorridas desde inícios dos anos sessenta, fica clara a percepção pelos entrevistados de uma sociedade que se transformou para melhor nessa época, mas sempre dominada pelos colonos brancos e que manteve atitudes discriminatórias essencialmente assentes num atributo tão visível quanto a cor da pele. Se parte significativa dos actores sociais, na época, poderia não conferir um sentido explícito de reivindicação política às relações sociais no contexto dessa associação de dominação⁴¹¹ (reivindicando na altura alterações na natureza das relações colonos/colonizados dentro do próprio sistema colonial ou, no limite, contestando esse modelo de dominação política), as profundas transformações proporcionadas pelo acesso à independência (com o ponto de viragem na conjuntura balizada entre 1974 e 1975) terão germinado categorias de análise ao nível do pensamento social que, desde então, permitem à generalidade das pessoas pensar retroactivamente as questões coloniais, conferindo-lhe um inequívoco conteúdo político.

É nesse contexto que se enquadra a maneira como os indivíduos tendem a avaliar a acção das igrejas cristãs, outro *thema* saliente nos discursos do senso comum sobre a colonização portuguesa em Moçambique. A relevância que se atribui à dimensão coerciva do estado (tese) corresponde à valoração positiva do papel social das igrejas cristãs na época colonial⁴¹² (antítese⁴¹³). Constata-se, portanto, uma percepção dialéctica do sistema colonial, ele próprio representado nas suas incongruências e contradições. Dado que o trabalho empírico foi realizado na cidade de Tete onde a comunidade muçulmana é muito minoritária, verifica-se a focalização dos discursos na acção das igrejas cristãs, em especial na católica⁴¹⁴.

Sem esquecer o papel da igreja na denúncia dos massacres perpetrados pelas tropas portuguesas durante a guerra contra as populações rurais de Mucumbura (1971) e de Wiriamu (1972)⁴¹⁵ cujas vítimas se contaram às centenas, em Tete é sobretudo no plano da

⁴¹¹ Cf. Weber 1978 [1922], vol. 1 («Part one and part two, chapters I to VII»), p. 53.

⁴¹² Ver nota 9 do anexo (II parte). Cf. Feliciano 1998, pp.113 e segs.; Brandão 2004; West 2005, pp.109 e segs.

⁴¹³ A percepção dialéctica dos *themata* a partir dos quais se estruturam as representações sociais constitui um elemento-chave da teoria. Daí a nossa referência aos termos hegelianos de tese e antítese. Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183.

⁴¹⁴ Cf. Macamo 1998; Brandão 2004.

⁴¹⁵ Newitt 1997 [1995], p.459; Brandão 2004, pp.175 e segs. Cf. Cabrita 2000, p.78; Ferreira 2007, p.379.

acção social, mais do que ao nível do activismo político⁴¹⁶, que se reconhece mérito às instituições religiosas durante a época colonial, particularmente ao nível do ensino e da formação profissional, para além da educação moral e religiosa. Desse modo, as críticas hoje dirigidas ao sistema colonial (ou, mais precisamente, às autoridades coloniais) tendem a não atingir as igrejas cristãs enquanto instituições, nem os seus membros. Essa constitui uma via que permite (re)avaliar na actualidade o sentido atribuído à herança colonial portuguesa em Moçambique.

Mas se os indivíduos discriminam o estado das igrejas pela diferenciação de atributos conferidos a um e a outras (o mesmo é válido para o período pós-colonial), tal enquadra-se numa característica que os estudiosos identificam que é, precisamente, o papel das igrejas cristãs no condicionamento dos processos políticos em Moçambique. Para além da relação entre a igreja católica e o estado na época colonial, foi importante o papel das igrejas protestantes na estruturação do discurso nacionalista (nomeadamente a igreja presbiteriana e não é por acaso que ainda hoje se continua a considerar que a igreja presbiteriana em Moçambique é da Frelimo ou a Frelimo⁴¹⁷). Para o período pós-colonial, foi importante a acção de uma parte da igreja católica na estruturação do discurso político da Renamo⁴¹⁸, mas sobretudo, tendo em conta o material recolhido, destaca-se o papel das igrejas (uma vez mais com preponderância da católica) no estabelecimento da paz em 1992⁴¹⁹ e enquanto garante (ainda que não exclusivo) da sustentabilidade do regime multipartidário instituído pelas eleições de 1994⁴²⁰.

É possível inferir, sem grande margem de erro, que a relação entre o estado e as igrejas ou entre a política e a religião (monoteístas e tradicionais) aparece como um elemento estruturante nas representações sociais do político. Nesse âmbito, a governação de Samora

⁴¹⁶ Cf. Silva 2001; Silva 2004a, pp.223-235; Macamo 1998.

⁴¹⁷ Eduardo Siteo, intervenção a 22.09.2005, sessão de apresentação do projecto *Recomposições contemporâneas dos espaços políticos na África Lusófona*, Maputo, 20 a 22 de Setembro de 2005. Cf. Macamo 1998.

⁴¹⁸ Cf. Chingono 1996, pp.190 e segs.; Cabrita 2000, pp.167-170 e 185-188.

⁴¹⁹ Em entrevista a 04.08.2003 o pastor Orlando Govene, líder da comunidade presbiteriana da província de Tete, referiu que todas as igrejas cristãs têm tido um papel político activo na obtenção e manutenção da paz, quer na estabilização do regime. Considerou que, inclusivamente, a igreja presbiteriana foi pioneira nesse processo. Simplesmente por estar muito próxima da Frelimo e porque a igreja católica tem uma estrutura institucionalizada muito forte e o apoio do estado do Vaticano que lhe confere maior peso político, esta última tem-se destacado.

⁴²⁰ Isso foi explicitamente referido por um responsável da igreja católica em entrevista realizada na cidade de Tete a 26.06.2004. Cf. Manning 2002, pp.75 e segs.

Machel (1975-1986) destaca-se das outras, a que lhe antecedeu (colonial) e as que lhe sucederam (Joaquim Chissano e, mais recentemente, Armando Guebuza). É representada como o único momento em que o poder político em Moçambique optou por uma dupla diferenciação. Por um lado, distanciou-se das religiões monoteístas reveladas (cristã e muçulmana) e, por outro lado, combateu explicitamente os referentes mágico-religiosos das sociedades tradicionais⁴²¹. Tendo em conta o ideal ateu que a governação de Samora Machel tentou impor sobre a vida social, e o modo considerado agressivo como o fez, nessa postura do estado converge a avaliação consensualmente mais negativa conferida pelos entrevistados a essa época do passado recente do país, só equiparável à crítica à colectivização da produção também durante a governação de Samora Machel.

Nenhum entrevistado considerou legítima a postura anti-tradicional e, no geral, anti-religiosa das autoridades. É claro que estamos a lidar com reelaborações retroactivas (recolhidas entre 1997 e 2008⁴²²) de algo que no passado, em especial na conjuntura que se seguiu aos anos de 1974-1975, provavelmente seria representado de maneira diferente. O mais provável nos primeiros momentos da independência seria a tendência generalizada de se representar o sistema colonial como uma entidade indiscriminada e rejeitada como um todo: estado, entidades civis ou particulares, igrejas e demais instituições conotadas directa ou indirectamente com a dominação colonial. Mas o percurso histórico do país nos anos que se seguiram terá alterado de forma substantiva as representações sociais dominantes sobre a relação entre o estado e as igrejas em Moçambique ao longo do tempo.

Acrescente-se que os dados empíricos evidenciam ser do senso comum reconhecer que as igrejas cristãs, além de serem autónomas em relação às autoridades coloniais, foram capazes de resistir com maior ou menor capacidade à pressão do regime socialista pós-colonial, com destaque para a igreja católica e, de modo muito específico, houve referências nas entrevistas, para a cidade de Tete, à situação das Testemunhas de Jeová⁴²³.

⁴²¹ Cabrita 2000, pp.116-123.

⁴²² Num trabalho de campo anterior, um entrevistado, residente na povoação rural de Chiringa-Dégue (distrito de Changara), próximo da missão católica de Boroma (a cerca de 25 quilómetros da cidade de Tete), referiu: «Na altura [da independência], sim, tínhamos que deixar [a religião] porque mesmo a igreja onde nós rezávamos já era uma casa de cultura. A igreja de Boroma como é grande, já ninguém já fazia essa coisa de missa. (...) Nós, os pequenos, tínhamos medo. Ninguém podia reclamar na altura. (...) Sim, [agora] está aberta até estamos lá ainda a rezar. Só que data [em que reabriu] não me lembro. Só vi que abriu e estamos a continuar naquela igreja que era [casa] de cultura. Até hoje estamos a ir rezar lá» (Entrevista a 08.08.1998).

⁴²³ Cf. Entrevista 59/2004.

12. Estado "versus" igrejas

Resumindo, o papel atribuído nos discursos do senso comum às igrejas acaba por ser relevante para que se percebam as representações sociais da colonização portuguesa em Moçambique, sendo que tais representações permitem também a análise de algumas características do período pós-colonial.

13. Nós e os outros: o papel simbólico das fronteiras

Apesar de ser possível estabelecer diferentes tipos de administração colonial para a África Subsaariana (britânica, francesa, portuguesa, alemã ou belga⁴²⁴), as mesmas potências coloniais em diferentes contextos, como sugere Jean-François Bayart, serviram-se de variadas formas de administração, umas vezes próximas da administração directa, outras articulando-se com entidades locais⁴²⁵. É preciso ter ainda em conta a heterogeneidade das sociedades africanas inseridas, muitas vezes, em vastas áreas territoriais com povoamento descontínuo⁴²⁶, como é o caso de Moçambique, características que condicionam a natureza dos sistemas administrativos impostos pelo poder central.

A administração colonial portuguesa em África evidencia, precisamente, diferenças consoante os territórios de ocupação contínua (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe). Mas no geral ela pode ser tida como um meio-termo entre os modelos inglês (*indirect rule*) e francês (administração territorial directa), com uma tendência de evoluir do primeiro para o segundo à medida que a dominação colonial portuguesa avançava. Um primeiro momento em que se manifestou essa tendência iniciou-se com a afirmação colonial da ditadura do Estado Novo nos anos trinta do século XX, intensificada com o início das lutas armadas de libertação nacional nos anos sessenta⁴²⁷.

Todavia, tais generalizações, além de insatisfatórias, partem de pressupostos assentes em visões elaboradas a partir do interior dos aparelhos administrativos coloniais e não das representações dos próprios africanos. É por isso que estudar a questão a partir dos discursos dos próprios africanos sobre os diferentes modelos de colonização europeia é

⁴²⁴ Cf. Arendt 2006 [1951], pp.161 e segs.

⁴²⁵ Bayart 1989, pp. 33-34 e segs. Cf. Florêncio 2003, pp. 110 e segs.

⁴²⁶ Bayart 1989, pp.60-61.

⁴²⁷ Florêncio, por exemplo, quando aborda as reformas introduzidas durante a ditadura salazarista, refere que «A colonização portuguesa adopta (...) uma espécie de sistema de *indirect rule* no qual as sociedades africanas ficam encarceradas, do ponto de vista político e jurídico, no que se entendia como o seu modelo tradicional de vida, encarceramento esse que era mascarado, pelo menos no texto do Estatuto [Político, Civil e Criminal dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique (1929)], pelo respeito dos modelos costumeiros (...). Neste modelo é claramente assumida a duplicidade política e jurídica da sociedade colonial, sendo vedada a uma parte significativa dessa mesma sociedade, às populações “indígenas”, a integração plena, devendo estas continuar a reproduzirem-se segundo os seus modelos tradicionais de organização social» (Florêncio 2003, pp. 242-243). Mais adiante o autor acrescenta que a «(...) RAU [Reforma Administrativa Ultramarina contemplada pelo decreto lei nº 23:229, de 15 de Novembro de 1933] acaba por instituir um tipo de administração colonial piramidal, por *indirect rule*, com as estruturas políticas locais encrostadas entre a Administração colonial portuguesa, no topo, e as populações na base» (Florêncio 2003, p. 262). Cf. Florêncio 2003, pp.262 e segs.

13. "Nós" e os "outros": o papel simbólico das fronteiras

uma proposta de investigação útil. Tratando-se de um domínio demasiado vasto, analisaremos apenas o que foi saliente no material empírico recolhido.

Ainda antes de entrar na análise do material empírico propriamente dito, refira-se que centrar um estudo sobre representações das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique a partir de um trabalho de campo levado a cabo na cidade de Tete traduz algumas particularidades. Moçambique é uma espécie de ilha lusófona isolada de um lado pelo mar e do outro por países anglófonos: Tanzânia (onde a presença dos alemães no Thanganica entre finais do século XIX e a primeira guerra mundial não foi relevante para o que está em causa), Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Swazilândia e África do Sul. Este último país, por se tratar da mais forte potência regional, tem-se mantido ao longo do último século como o émulo civilizacional para os países vizinhos, com uma influência significativa em Moçambique desde a época colonial.

A província de Tete reflecte a inserção regional do país com particular acuidade por se assemelhar (com uma clareza evidente ao nível do recorte geográfico) a uma península do território de Moçambique rodeada por países anglófonos: Malawi, Zâmbia e Zimbabwe. Por fazer fronteira com esses três estados, a intensidade dos fluxos fronteiriços (migratórios⁴²⁸ e comerciais) faz com que, ao nível do pensamento social, as comparações com o outro lado da fronteira sejam frequentes⁴²⁹.

⁴²⁸ «A emigração em semelhante escala teria sido impossível sem camiões, caminhos-de-ferro e navios e sem o elemento de segurança proporcionado pelo estado colonial. (...) Se a emigração começou como uma procura de oportunidade económica e como um meio de escapar à pressão colonial, não tardou que se tornasse um aspecto essencial do padrão de vida das pessoas, à medida que a economia social das diferentes regiões se tornou, de uma maneira ou de outra, dependente da emigração. Esta podia ser temporária ou definitiva e uma podia levar à outra. (...) As migrações definitivas mais importantes envolveram o movimento de povos de língua chona na Rodésia do Sul vindos de Tete e Manica e Sofala, de Macondes através do Rovuma para o Tanganica, e de Macuas para a Niassalândia» (Newitt 1997 [1995], p.364).

⁴²⁹ Os Camarões constituem um caso interessante em África a esse propósito. O território foi sujeito à dominação alemã formalmente iniciada por alturas da Conferência de Berlim (1884-1885), até 1916. A derrota da Alemanha na I guerra mundial (1914-1918) e a conseqüente perda das colónias, conduziram à assinatura, a 20 de Julho de 1922, do Acordo de Londres em que os franceses ficaram com cerca de 80% do território e o restante foi entregue à administração britânica, processo supervisionado pela Sociedade das Nações (SDN – 1919 a 1946) e pela sua sucessora, a Organização das Nações Unidas (ONU, fundada em 1945). A independência dos Camarões foi obtida em 1960 e a reunificação em 1961, na sequência de um plebiscito em que a parte anglófona optou pela integração na parte francófona, recusando a integração na Nigéria, que até aí tinha grande influência nessa região camaronesa mercê da comum administração colonial britânica. Quer as representações sociais sobre a colonização alemã, quer sobre a francesa e inglesa, tiveram e têm na actualidade significado nas dinâmicas políticas em curso. Cf. Nsoudou in: Heimer 2005a.

Na herança histórica sustenta-se o facto de, na actualidade, haver nas representações sociais da colonização portuguesa em Tete três tendências dominantes. Uma primeira, a forte associação entre a componente repressiva do sistema colonial e o *chibalo* (trabalho forçado ou contratado). A segunda relacionada com o facto de serem salientes as avaliações que relevam os anos sessenta por considerarem que marcaram uma alteração substantiva no modo de actuação das autoridades coloniais, sobretudo devido à abolição do trabalho forçado nessa época. E uma terceira tendência das representações sociais da época colonial tem a ver com o facto de ser frequente nos discursos dos entrevistados a comparação entre a colonização portuguesa e a colonização inglesa dos países vizinhos⁴³⁰.

Desse modo, a inserção de Moçambique num contexto regional anglófono condiciona, sem dúvida, o significado que os actores sociais entrevistados na cidade de Tete atribuem às fronteiras («nós que estávamos e estamos do lado de cá...»). Elas apresentam-se como referentes da partilha de um sentido de pertença a uma determinada formação territorial⁴³¹. Não andaremos longe da verdade se considerarmos que essa representação tem ganho relevância contínua desde a independência (1975), em parte condicionada por novas tipologias de fluxos migratórios para e dos países vizinhos.

Uma primeira vaga de emigração pós-colonial foi a motivada pela guerra em Moçambique (1976/7-1992) em que os moçambicanos passaram a auto-representar-se como indesejados nos países dos outros, até porque já não se tratava de mão-de-obra de que os países vizinhos necessitavam⁴³², mas antes de populações em situação de grande precariedade com todas as consequências que isso acarreta para os próprios e para os países acolhedores.

⁴³⁰ Cf. Capítulo 14. “Colonialistas” portuguesas e inglesas: a saliência do racismo.

⁴³¹ Cf. Berger & Luckmann 1999 [1966], pp.179-185.

⁴³² Entre inícios do século XX e os anos sessenta, durante a dominação colonial, a província de Tete constituiu uma importante reserva de trabalho migratório para a África do Sul e, sobretudo, para a Rodésia do Sul (Zimbabwe). Em 1956 havia cerca de 117.000 trabalhadores migrantes moçambicanos na Rodésia do Sul à procura de melhores contratos (menos violência por parte das autoridades e dos empregadores; melhores salários; melhor acesso a bens de consumo) (cf. Coelho 1993, pp.128 e segs.). As autoridades coloniais portuguesas, até inícios dos anos sessenta, carentes de mão-de-obra, responderam a tal fluxo migratório agravando dos aspectos repressivos do recrutamento para o trabalho contratado, que nas zonas de maior migração praticamente não deixava ninguém de fora. A brigada para a construção dos caminhos-de-ferro de Moatize/Doa/Kambulatsitsi/Mutarara (província de Tete) e Caia/Muanza/Dondo (província de Sofala), cujas obras decorreram entre 1936 e 1949; e a brigada de construção de estradas, que executou obras de melhoramento na estrada Tete/Moatize/Zóbuè (fronteira com a Niassalândia/Malawi) e construiu a estrada Zóbuè/ULónguè (Vila Coutinho antes da independência, sede administrativa do distrito da Angónia, zona de exportação agrícola em conjunto com o distrito vizinho de Tsangano) entre finais dos anos 40 e durante a década de 50 – foram os dois maiores projectos a absorver mão-de-obra contratada (Coelho 1993, pp. 136 e segs.). Cf. Castelo 2007, pp.295-296.

A segunda e mais recente vaga migratória pós-colonial comporta duas componentes. Uma inicial marcada pelo regresso a Moçambique dos refugiados após o estabelecimento da paz em 1992. A última, que se destaca no pensamento social por ser mais recente, rompe com o sentido dos fluxos migratórios iniciados na época colonial, sendo caracterizada pela imigração. Essa inversão na actualidade tem a ver com o facto de enquanto Moçambique vive um período de estabilidade política e de crescimento económico, os países vizinhos, em particular o Zimbabwe, atravessam momentos de instabilidade política e de crise económica que impulsionam a entrada de pessoas dos países vizinhos na província e cidade de Tete⁴³³. Face a essa nova situação, as avaliações tendem a estabelecer barreiras identitárias entre «nós» (moçambicanos) e «eles» (africanos de outros países). O tipo de discurso que se vai detectando na actualidade aponta para valorações negativas que recaem sobre os últimos (os visados são muitas vezes «esses zimbabweanos» ou «esses nigerianos que vêm para cá») e que, por isso, é um discurso que funciona como reforço identitário dos nacionais⁴³⁴.

Ainda que possa permanecer remanescente a consciência de uma ascendência étnica partilhada entre as comunidades dos dois lados da fronteira, mesmo que remota, para o pensamento de senso comum do outro lado estavam e estão esses «outros», sistematicamente associados aos ingleses sobretudo quando o tema é a colonização, enquanto que «do lado de cá», para o bem e para o mal, a presença portuguesa marcou a diferença.

Olhando para a inserção regional em África dos diferentes estados que foram colónias portuguesas, é como se o poder colonial português tivesse recusado a constituição de

⁴³³ Tete foi uma das regiões onde a última guerra (1976/7-1992) levou a que muitos refugiados fossem acolhidos nos países vizinhos. Desde finais da década de noventa a situação inverteu-se e, na actualidade, o fluxo de imigrantes dos países vizinhos (sobretudo do Zimbabwe) e mesmo oriundos de países mais distantes (como a Nigéria) tem vindo a produzir representações tendencialmente depreciativas dessas comunidades imigrantes africanas, muitas vezes associadas a actividades ilícitas (com destaque para o comércio e a delinquência). Isso é algo que vai sendo aflorado nos discursos do senso comum na cidade de Tete (mas também em Lichinga ou Nampula onde fizemos pesquisas em 2003).

⁴³⁴ Ver nota 10 do anexo (II parte). Na fronteira sul de Moçambique a situação deva ser inversa dado que a África do Sul continua a ser, como sempre foi, um país atractivo para a emigração moçambicana e, além disso, a componente ilegal dessa emigração e a sua associação à criminalidade deve manter a representação dos moçambicanos naquele país tendencialmente como visitantes incómodos. De qualquer modo, num caso (Tete) ou noutro (Maputo), a referência ao outro lado da fronteira significa a saliência de sentidos de pertença à formação territorial nacional.

estados autónomos em territórios contíguos sob sua administração (opção inglesa e francesa), preferindo edificar um só estado em cada uma das parcelas do continente africano que dominava. Tratou-se de uma manifestação voluntarista (certamente inconsciente) do centralismo administrativo do estado português projectado para as então colónias, suportada por um genuíno desconhecimento das diversidades identitárias dos diferentes tecidos sociais africanos⁴³⁵, situação comentada por Michel Cahen deste modo:

«Não se deve esquecer o factor “ignorância”: ainda em 1940, depois de “450 anos” de colonização, a administração dos recenseamentos era, em Moçambique, incapaz de inventariar os grupos étnicos do país, só o conseguindo fazer, com muito esforço, em 1950, e de forma mais ou menos correcta apenas em 1960! Como “dividir”, se se ignorava até as possíveis linhas divisórias?»⁴³⁶

O resultado foi a agregação, em territórios administrativamente unificados, de formações sociais tradicionais diversificadas, sendo que esses territórios coloniais (mais tarde espaços nacionais) passaram a comportar (e comportam ainda) no seu interior fortes heterogeneidades sociais. Todavia, tais diversidades anteriores e persistentes à colonização foram-se transformando, condicionadas pela constituição e afirmação dos estados territoriais, tanto no período colonial, quanto no pós-colonial, e hoje não são seguramente as mesmas de há várias décadas.

Pelo menos no caso de Moçambique, não é errado considerar que os processos históricos do último século fizeram com que os espaços recônditos radicalmente à margem da acção do estado, na actualidade, sejam a excepção, se é que ainda existem. Referimo-nos não tanto à presença física de agentes ou instituições formais do estado ou a ele associados directamente; nem tanto aos benefícios materiais ou económicos proporcionados pelo desenvolvimento de tipo ocidental; mas referimo-nos sobretudo ao plano das representações sociais do político onde o referente estado (concebido genericamente como poder central) está, sem dúvida, omnipresente.

⁴³⁵ A questão das identidades sociais é marginal nesta investigação. Todavia, por pontualmente recorrermos ao conceito de identidade social, fica uma nota sucinta sobre o significado que lhe atribuiremos: «(...) aquela *parcela* [itálico original] do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença» (Tajfel 1983, p. 290). Cf. Bloom 1990; Amâncio 1997.

⁴³⁶ Cahen 2005, p.52.

Em Moçambique o papel hegemónico da Frelimo durante a luta de libertação nacional e sobretudo desde a independência reforçou as tendências anteriores, dando continuidade política e administrativa ao centralismo do período colonial, característica estrutural do país desde a ocupação colonial efectiva. Houve até um reforço do projecto centralizador e unificador durante a governação liderada por Samora Machel (1975-1986), assente numa opção ideológica anti-étnica, anti-regionalista, anti-racista, anti-mulipartidária, mono-ideológica. A primeira década pós-colonial terá até constituído o zénite de uma gestão política de tendência fortemente centralizadora, com consequências contraditórias. Uma no sentido da generalização de representações sociais de pertença à formação territorial (como o forte impacto do significado da independência no pensamento de senso comum); outras que foram tornando radicalmente salientes as diversidades sociais no espaço territorial nacional (espelhadas, por exemplo, em década e meia de guerra interna entre a Frelimo e a Renamo). Se essa foi, de facto, uma época singular da história de Moçambique, as duas tendências referidas – a generalização de determinadas representações *versus* a saliência de heterogeneidades sociais na relação com o poder central – não se anulam uma a outra, mas permitem-nos captar a génese da complexidade do sistema político existente em Moçambique.

Michel Cahen acrescenta outros factores que explicam o centralismo dos movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas (MPLA, PAIGC e FRELIMO). Por um lado, destaca o «centralismo democrático» por pressão soviética no contexto dos alinhamentos ideológicos dos movimentos de guerrilha durante a guerra-fria e, por outro lado, os condicionamentos impostos pelos organismos internacionais, nomeadamente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela então Organização da Unidade Africana (OUA)⁴³⁷, que apoiavam a implantação dos partidos únicos nos estados independentes, com implicações nas lutas de libertação⁴³⁸.

De qualquer modo, quer no período colonial, quer no pós-colonial, a evolução do sistema político em Moçambique acabou invariavelmente por contribuir para que o estado assumisse um papel hegemónico enquanto regulador da vida social durante praticamente

⁴³⁷ A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada a 25 de Maio de 1963 e substituída pela União Africana (UA) a 9 de Julho de 2002.

⁴³⁸ Cahen 2005, pp.48-49.

todo o século XX. O estado responde, desse modo e ao nível do pensamento social, a uma tripla necessidade de indivíduos e comunidades em Moçambique:

«(...) on the one hand to construct systems of thought and understanding, and on the other to adopt consensual visions of action which allow them to maintain a social bond (...). Representations therefore always play a triple role of illumination (giving sense to realities), integration (incorporating new ideas or facts into familiar frameworks) and partition (ensuring the common sense through which a given collectivity is recognized). Systems for the interpretation of the world and of events, they are in this way the essential vectors of opinions, judgements and beliefs, directed at ensuring the relevance and regularity of our bonds and of our conduct as a community»⁴³⁹.

Clarificando as teses de Serge Moscovici e Georges Vignaux, importa sublinhar que em Moçambique o sentido de pertença à formação territorial nacional, embora elaborado de cima para baixo – isto é, ao ser imposto pelas elites ao restante tecido social desde a época colonial num processo intensificado após a independência –, as dinâmicas que o alimentaram acabaram por conferir durabilidade ao poder do estado sobre as sociedades.

No que diz respeito à delimitação dos espaços em África e respectivas tutelas coloniais europeias, o que se constata é que em relação ao eventual elevado grau de artificialidade do ponto de partida territorial resultante da Conferência de Berlim (1884-1885), mais de um século passado, o significativo (as fronteiras territoriais) manteve-se, mas não o significado aos olhos dos africanos ou, pelo menos, de uma parte deles. É precisamente no significado que reside o sentido do social.

Pelo estudo de caso de Tete, é possível sustentar a hipótese de o significado das fronteiras para os actores sociais do século XXI pouco ou nada ter a ver com o idealizado pelas potências coloniais, mas foi-se tornando num símbolo apropriado pelas próprias comunidades locais. Por aí passa o sentido de pertença à formação territorial nacional, sendo que o carácter simbólico atribuído às fronteiras só faz sentido quando remete para demarcações identitárias. É precisamente isso que verificamos nos discursos recolhidos na cidade de Tete em 2004, dados confirmados pelo trabalho de campo de 2008. São os próprios actores sociais que assumem esse referente que lhes permite distinguirem-se dos outros do outro lado da fronteira. Mesmo que as representações desses outros sirvam

⁴³⁹ Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p.157.

13. "Nós" e os "outros": o papel simbólico das fronteiras

sobretudo para invocar o que está ausente, mas a quem se reconhece a existência num outro território que não é o nosso.

«To represent means at one and same time both to make absent things present and to present things in such a way as to satisfy the conditions for argumentative coherence, rationality and the normative integrity of the group. That this is communicative and diffusive is all the more important, since there are no other means except discourse and the meanings it carries through which individuals and groups are able to orient and adapt themselves to it.»⁴⁴⁰

A dinâmica, a flexibilidade e a criatividade das representações associadas às fronteiras (ou à noção de estrangeiro) tornam evidente a saliência, no pensamento social da actualidade, de um sentido de pertença à formação territorial nacional, sendo que isso não pode ser visto como contraponto a representações que remetam para pertenças étnicas. As últimas têm na dimensão cultural a sua essência, isto é, não podem ser directamente associadas à dimensão do político que se referencia ao estado. São planos distintos. A verdade é que se assemelha cada vez menos provável que as pertenças étnicas possam conduzir a organizações de natureza política, sobretudo se estiver em causa um tipo de projecto de organização política que, num país extenso como Moçambique, pretenda diferenciar-se ou mesmo romper com o sistema político estruturado em torno do estado territorial tal como ele é hoje concebido. Isso não parece existir em Moçambique, mas antes o predomínio, na dimensão política do pensamento social, do nacional sobre o paroquial ou, dito por outras palavras, o predomínio do pós-tradicional sobre o tradicional.

As teses por nós defendidas são substantivamente diferentes das teses que consideram a suposta existência (efectiva ou desejada) em Moçambique de um «estado-nação»; de um «estado-território»; de um desejável «estado democrático» assente numa «pan-identidade»; de um «estado pan-étnico»; ou de um estado que só existe quando umbilicalmente embrenhado numa nação, por muita flexibilidade que se confira ao termo nação⁴⁴¹. Ainda que concordando com alguns aspectos pontuais da análise proposta por Michel Cahen, distanciamo-nos inequivocamente do modo como coloca o assunto. Aborda-o partindo de um mimetismo conceptual assente numa visão que busca determinar as razões da crise ou do falhanço do estado em África, reflexão do autor que tem Moçambique como pano de fundo:

⁴⁴⁰ Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p. 157.

⁴⁴¹ Cahen 2005, pp.39-67.

«Todas as fronteiras são artificiais, mas estas [em África] são artificiais, decididas num espaço de tempo extremamente curto [principalmente de 1884-1891] e por actores exteriores na sua maioria ignorantes do terreno. O Estado pós-colonial africano encontra-se, portanto, confrontado com uma tarefa praticamente impossível: operar a legitimação moderna do seu território pela construção rápida de uma nação que não corresponde em nada à realidade dos povos e identidades presentes no seu território. (...) Existe, evidentemente, um projecto de Estado-nação, mas isto não é suficiente para qualificar este Estado de Estado-nação. Ora, é precisamente isso que se faz. Não se trata, claro, de negar que a fronteira, por muito artificial e ilegítima que seja, é ela mesma criadora de identidade: em Moçambique, os Macondes, os Chonas e os Changanas são diferentes de, respectivamente, os Makondes da Tanzânia, os Shonas do Zimbabué ou os Shangaans da África do Sul. (...) Não é, portanto, porque a etnia é forte em África que a nação não existe: mas esta “nação” não pode ser simplesmente assimilada à esfera estadual. (...) A crise do Estado em África, em geral, não é uma crise do Estado-nação, é, pelo contrário, a crise da ausência dos Estados-nação, a crise dos Estados-território com falta de legitimação moderna. (...) [Mas] não podemos deduzir (...) que o modelo do Estado-nação é inadequado para África. Bem pelo contrário, esta forma de organização política (ou as suas premissas) foi inicialmente destruída pela conquista colonial. (...) A crise é originária, mas foi agravada pela imposição do universalismo abstracto da ideologia “estado-nacionalista” [pós-colonial] em espaços que, salvo rara excepção, não são nacionais»⁴⁴².

Distanciamo-nos de Michel Cahen porque recusamos conferir ao estado qualquer qualificação («estado-nação», «estado-território», «estado-nacionalista») ou adjectivação («em crise»; «inadequado»), bem como recusamos conferir um sentido desejável à sua acção («construção rápida de uma nação»). Em vez disso, partimos de uma hipótese mais flexível. Ela relaciona-se com o modo como o estado condiciona fortemente o pensamento social em Moçambique. Ao estado se deve a generalização de um sentido de partilha de um território e de um passado comuns. Acrescente-se a isso a facilidade com que as pessoas, um pouco por todo o país, identificam instituições de âmbito nacional ou figuras de referência também elas de projecção nacional. Constatações por demais evidentes ao longo dos anos de pesquisa (1997-2008) em diversos locais do país.

É, portanto, inegável a existência na cabeça das pessoas comuns de uma construção simbólica designada por Moçambique⁴⁴³. Importa, por isso, compreender a relevância e os significados que lhe são atribuídos pelos próprios actores sociais. Não nos interessa o plano do desejável, isto é, o que ela deveria ser ou ter sido⁴⁴⁴.

É com esse enquadramento que, a partir do estudo de caso da cidade de Tete, faz sentido analisar a questão das fronteiras enquanto símbolo que permite demarcar o «nosso»

⁴⁴² Cahen 2005, pp.42-43 e 45.

⁴⁴³ Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183.

⁴⁴⁴ Cf. Weber [1904], «A “objectividade” do conhecimento nas ciências sociais e em política social» in: Cruz 2004, pp.603-661.

13. "Nós" e os "outros": o papel simbólico das fronteiras

território do território «dos outros». Tal argumento desemboca num outro – nesse ponto estamos de acordo com Michel Cahen – que é o de se considerar pouco sustentável nos dias de hoje a tese de a ascendência étnica partilhada entre comunidades dos dois lados da fronteira poder potenciar o surgimento de organizações que os agreguem na base de objectivos políticos comuns. Sobretudo se essas eventuais organizações políticas se sustentarem em projectos que visem a desfiliação dessas comunidades (ou parte delas) dos estados territoriais a que actualmente pertencem. Isso não acontece seguramente nas zonas fronteiriças de Tete (algo que confirmámos de modo específico no trabalho de campo realizado em 2008 na vila de Ulónguè⁴⁴⁵, sede administrativa do distrito da Angónia que faz fronteira com o Malawi) e provavelmente não acontecerá nas demais fronteiras terrestres do país.

É de se concluir que ao longo do tempo, geração após geração, modificou-se de modo substantivo a natureza das afinidades étnicas precisamente onde elas podem ter sido mais artificialmente fragmentadas na sequência da ocupação colonial efectiva. A partilha de sentidos de pertença étnica comuns que existiam antes do estabelecimento das fronteiras que segmentaram essas comunidades tornaram, com o tempo, os dois lados da fronteira distantes entre si. Em sentido inverso, foram-se diluindo os antagonismos ou as alianças estratégicas que existiriam há um século entre diferentes linhagens que passaram a integrar territórios onde se estabeleceu um único estado territorial, isto é, as relações inter-étnicas foram perdendo significado. Tendo em conta a gestão do poder, o referente das comunidades passou a ser predominantemente o poder central ou as organizações políticas que, assumindo dimensão nacional, a ele se opunham (a Frelimo no período colonial e a Renamo no período pós-colonial).

Não se trata de negar relevância às identidades étnicas. Pelos elementos empíricos que fomos recolhendo em Moçambique, a verdade é que se se detecta uma dimensão da vida das comunidades – a cultural – que se pode manter em maior ou menor grau associada aos referentes étnico-linguísticos tradicionais, é também saliente uma outra dimensão da vida das comunidades – a política – que surge, na actualidade, fortemente referenciada às estruturas políticas⁴⁴⁶ de âmbito nacional, essencialmente ao governo e aos dois maiores

⁴⁴⁵ Vila Coutinho antes da independência.

⁴⁴⁶ Cf. Almond & Verba 1989 [1963], pp. 20 e segs.

partidos políticos (Frelimo e Renamo). É nessa ambiguidade de difícil simplificação que se situa o que entendemos por um sistema político assente em dinâmicas sociais pós-tradicionais. As últimas têm sido paulatinamente constituídas desde a ocupação colonial efectiva⁴⁴⁷.

Sublinhe-se ainda que o facto de se tratar de um país onde a população é predominantemente jovem, com uma esperança média de vida baixa e em que se assiste a movimentos migratórios internos – factores que aceleram a renovação do pensamento social – faz com que exista um terreno social apelativo para a afirmação do estado. Acrescente-se que em Moçambique o forte impacto do sentido de pertença à formação territorial nacional na sequência da transição para a independência foi concomitante às profundas transformações na organização das sociedades tradicionais, processos que se conjugaram no reforço do poder do estado. Essa é uma marca de longa duração. Nesse contexto, a questão da representação social das fronteiras funciona precisamente como caso sintomático.

Num outro plano, é importante sublinhar que a ideia do «outro» enquanto objecto de atitude que permite a organização significativa do real pelos indivíduos não se resume, naturalmente, ao outro lado da fronteira. Deve ter-se em conta uma concepção mais ampla em que se destacam, no plano histórico, os ex-colonos. Ou seja, as representações sociais associadas à formação territorial nacional, naquilo que há nelas de saliente, no caso de Moçambique, implicam uma contextualização no presente (a demarcação dos outros africanos e dos outros em geral), mas também uma perspectiva diacrónica (a demarcação do ex-colono)⁴⁴⁸.

Em síntese, a partir do estudo de caso da cidade de Tete, torna-se claro que a construção de Moçambique enquanto representação social, isto é, pelos e para os próprios habitantes do território, é um processo que remonta à época colonial, mas cujas dinâmicas se acentuaram no período pós-colonial. Nesse contexto, é saliente no pensamento social a necessidade de convocar simbolicamente o «outro» ou o «diferente» e de projectá-lo para lá das fronteiras do país ou da história nacional.

⁴⁴⁷ Cf. West 2005.

⁴⁴⁸ Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183.

13. "Nós" e os "outros": o papel simbólico das fronteiras

14. «Colonialistas» portugueses e ingleses: a saliência do racismo

O retardamento da descolonização no que foi o espaço ultramarino português, no geral mais de uma década em relação às demais potências coloniais europeias (essencialmente a Inglaterra e a França), coincidente com a fase em que mais se intensificou a presença de Portugal em África, não é seguro que essa situação condicione as representações sociais hoje existentes sobre a colonização portuguesa em Moçambique quando comparada com a colonização inglesa dos países vizinhos.

Para tal é preciso ter em conta a manutenção de regimes brancos na então Rodésia (Zimbábue) e na África do Sul que, no plano das representações sociais, pelos menos de uma parte dos entrevistados da cidade de Tete, funcionam como sistemas coloniais equivalentes ao que existiu em Moçambique até ao momento em que o último terminou. Ou seja, existe a tendência de se comparar o sistema colonial português com o sistema colonial inglês enquanto fenómenos concomitantes até 1975. Mas essa não era a realidade da região na época, dado que nos casos referidos – Rodésia e África do Sul – tratava-se de estados formalmente desligados da metrópole. Isso distingue-os, ao nível do rigor histórico, da situação vivida em Moçambique na última década colonial. Mas o poder branco que subsistiu na África Austral até aos anos noventa permite que os actores sociais avaliem esse conjunto diversificado de tipos de dominação política com base num único modelo: sistemas coloniais europeus *tout court*.

Por aqui se nota o carácter instrumental das representações enquanto fenómenos sociais, capazes de (re)elaborar simbolicamente o real vivido, produzindo teorias sociais práticas. Nesse processo, as construções representativas podem não ser (nem têm de ser) necessariamente coincidentes com a factualidade histórica, sendo que o que importa, na perspectiva da nossa análise, é, acima de tudo, o sentido que os próprios actores conferem ao que tomam por real.

Assim como as definições ideológicas Leste-Oeste na Europa durante a guerra-fria⁴⁴⁹ substituíram as geográficas – por exemplo, Praga, localizada a oeste de Viena, era (e ainda

⁴⁴⁹ A guerra-fria é balizada entre o fim da II guerra mundial e inícios dos anos noventa, isto é, entre a separação e reunificação da Alemanha (1945-1990). Cf. Gaddis 2007 [2005].

é) tida como uma cidade de Leste e Viena do Ocidente⁴⁵⁰ –, o poder branco tende a condicionar, ao nível do pensamento social, o carácter colonial dos regimes políticos na África Austral, mesmo que se tratasse de países sem tutelas metropolitanas ultramarinas. Acrescente-se que esse tipo de representações sociais ganha relativa autonomia em relação ao contexto originário em que foram elaboradas e podem prolongar-se para além das transformações históricas que entretanto ocorrem. Praga da pós guerra-fria tende a continuar a leste de Viena, tal como a colonização na África Austral se estendeu até aos anos oitenta (Zimbabwe) ou noventa (África do Sul e Namíbia), para lá da retirada de Portugal em 1974-1975, formalmente a última potência colonial europeia em África.

Essa é uma característica peculiar daquela região do continente quanto ao processo de descolonização. A durabilidade da dominação colonial portuguesa em África não teve só a ver com a cristalização política do regime ditatorial português e o seu isolamento no sistema internacional, mas também com o contexto político da África Austral onde, na perspectiva assente no estudo das representações sociais, os portugueses foram os primeiros a ceder, quando comparados com o domínio «inglês» da Rodésia, da África do Sul e da sua colónia, a Namíbia⁴⁵¹. É nessa região que se situam as ex-colónias estrategicamente relevantes – Angola e Moçambique – que permitiram a Portugal manter a Guiné-Bissau, para além das especificidades insulares de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe. Portanto, é sustentável a hipótese dos contextos regionais africanos, hoje como no passado, serem mais determinantes para os destinos políticos dos países do que aquilo que possa ser congeminado a longa distância.

A dominação colonial apenas de territórios costeiros em África por Portugal tinha a vantagem de ver protegida uma parte importante das fronteiras das influências dos nacionalismos africanos. Apesar de se tratar de países continentais extensos, as fronteiras marítimas também o são (Angola, Moçambique e, embora não sendo um país extenso, a Guiné-Bissau, para além dos casos insulares de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe). Tão

⁴⁵⁰ Duveen 2000, pp.1-2.

⁴⁵¹ Ainda que não fazendo fronteira com Moçambique, os casos da Namíbia (tornada independente do domínio sul-africano em 1990) e, obviamente, de Angola (independente em 1975), enquanto processos de descolonização retardados, cabem neste contexto. Diferentes são, neste âmbito, os casos da Tanzânia (independente desde 1961, mas distante de Tete), da Zâmbia (independente desde 1964) e do Malawi (independente desde 1964, embora o regime de Hastings Banda tenha mantido vínculos económicos privilegiados com os governos brancos da então Rodésia e da África do Sul).

ou mais importante do que os condicionalismos geográficos, dificilmente o regime português da época (Estado Novo) teria persistido como persistiu na aventura colonial até 1974-1975 se o contexto regional da África Austral não fosse favorável. No caso de Moçambique, descontando a extensa fronteira marítima, na outra parte da fronteira, a terrestre, a parte significativa e mais dinâmica da colónia (o sul e o centro do país) continuou protegida até ao fim da colonização pela vizinhança de regimes dominados por minorias brancas.

Dado o contexto territorial onde decorreram as recolhas empíricas – a cidade de Tete, capital de uma província fronteiriça – a comparação entre a colonização portuguesa e a colonização inglesa é um dos temas recorrentes nos discursos do senso comum sobre a acção do(s) estado(s) no período colonial. Como é intrínseco à organização do pensamento social, as comparações entre fenómenos sociais e históricos são facilmente mobilizadas e estabelecidas a partir de determinadas atributos tidos como particularmente salientes que permitem diferenciar os objectos de atitude que os actores sociais avaliam, sendo que a comparação é um método eficaz de avaliação.

Na essência, nas representações sociais da actualidade portuguesas e inglesas distinguem-se por aquilo que se considera que fizeram e deixaram como herança naquela região da África Austral⁴⁵². Refere-se o desenvolvimento material (económico, industrial, tecnológico ou de infra-estruturas urbanas, rodoviárias ou ferroviárias), a formação dos colonizados (especialmente escolar, religiosa, técnica ou profissional) ou os modelos de regulação social (com destaque para as interações entre colonizadores e colonizados, estruturadas sobretudo em torno das questões raciais)⁴⁵³.

A tendencial omissão, nos discursos do senso comum em análise, de outras colonizações europeias, sobretudo da francesa, é uma das características das representações. É a especificidade das inserções sociais que condiciona a descodificação e simplificação dos processos sociais e históricos, reduzindo, no caso de Tete (e, talvez, de Moçambique), a avaliação comparativa das colonizações ao contraponto entre portuguesas e inglesas, como se os franceses não tivessem existido enquanto colonizadores em África:

⁴⁵² Cf. Depoimento do padre Alfonso Valverde in Brandão 2004, p.238.

⁴⁵³ Ver nota 11 do anexo (II parte).

14. «Colonialistas» portugueses e ingleses: a saliência do racismo

«(...) knowledge is always produced through interaction and communication, and its expression is always linked to the human interests which are engaged. (...) A social psychology of knowledge is concerned with the processes through which knowledge is generated, transformed and projected into the social world»⁴⁵⁴.

O dualismo portugueses/ingleses, no que concerne às suas acções enquanto colonizadores, não se resume a traços sumários, no sentido do positivo *versus* negativo ou do modelo bom *versus* modelo mau. Lógica que pode ser estendida, como já foi referido, ao processo colonial em si, longe de assumir, nas representações sociais da actualidade, contornos lineares num ou noutro sentido.

Da colonização inglesa, quando comparada com a portuguesa, sobressaem, como atributos positivos, uma maior abertura do sistema de ensino aos colonizados para além da formação elementar, uma maior difusão das tecnologias e das indústrias, num modelo de desenvolvimento considerado mais rápido. Como atributo negativo a segregação social a partir da cor da pele (ou o «racismo dos ingleses») sem que isso significasse necessariamente a criação de obstáculos ou barreiras à valorização social dos colonizados no âmbito das suas comunidades⁴⁵⁵. Na verdade, uma vez que estas representações são elaboradas por moçambicanos, eles, desse modo, não só convocam o ausente (o colonialismo inglês) conferindo-lhe determinados atributos, como também, em termos práticos, mais do que representações do sistema colonial inglês, o que está subjacente aos discursos em análise são processos de avaliação da colonização portuguesa a partir do que os actores sociais tomam por alter-ego colonial.

Assim sendo, quando comparado com o inglês, o domínio colonial português apresenta como atributos positivos o facto de tender a ser considerado como não-racista ou menos racista do que o inglês⁴⁵⁶ e o de desenvolver as infra-estruturas urbanas e de circulação viária e ferroviária (a herança do betão, apesar de tudo valorizada). As valorações negativas remetem para o elitismo do sistema escolar português⁴⁵⁷ e para um funcionalismo público (e, em geral, para o mercado formal de emprego) que se considera que vedava a progressão social aos colonizados «a partir de um certo limite» enquanto «os

⁴⁵⁴ Duveen 2000, p. 2.

⁴⁵⁵ Cf. Arendt 2006 [1951], pp. 207 e segs.

⁴⁵⁶ Cf. Mahoney 2003, pp. 171 e segs.

⁴⁵⁷ Cf. Mahoney 2003, pp. 182-183.

ingleses não punham limite aos estudos». Ainda que os próprios entrevistados tendam a não recorrer ao conceito de racismo para caracterizar a situação colonial em Moçambique, no fundo o que está presente é uma outra concepção de racismo que não tem tanto a ver com a segregação racial formalmente instituída, mas sobretudo com um sistema de selecção no acesso a determinados benefícios proporcionados pelo sistema colonial português, em função da cor da pele⁴⁵⁸.

O balanço geral, em termos de desenvolvimento, é favorável aos ingleses, embora com a ressalva (nossa e não dos entrevistados) dessa colonização inglesa a que os actores sociais se reportam ter sobretudo a ver com regimes brancos autónomos que se mantiveram após a descolonização inglesa propriamente dita e que também sobreviveram ao fim da dominação colonial portuguesa em África em 1975⁴⁵⁹.

O racismo enquanto atributo dos colonizadores no contexto da África Austral é, sem dúvida, um dos temas das representações sociais da colonização a destacar, sobretudo quando está em causa a comparação entre portugueses e ingleses⁴⁶⁰. Com esse enquadramento, o assunto constitui um dado recorrente nos discursos do senso comum, como se estivéssemos perante uma categoria essencial, imediatamente disponível ou espontânea no pensamento social. O maior radicalismo na gestão de diferenças raciais atribuído aos colonizadores ingleses tem também a ver com a evolução política de Moçambique na primeira fase pós-colonial que terá reforçado avaliações do senso comum preexistentes.

Foi o próprio regime da Frelimo instaurado em 1974-1975 quem se encarregou, involuntariamente, de suavizar a dimensão racial da dominação portuguesa⁴⁶¹, mas ao mesmo tempo, em benefício da sua legitimidade, tal permitiu ao estado no período pós-colonial capitalizar de modo convincente a representação de um poder político nacional

⁴⁵⁸ Cf. Wieviorka 2002 [1998].

⁴⁵⁹ Não se equacionou, neste ponto, o que distinguia os colonos ingleses dos portugueses ao nível da violência das autoridades porque o discurso dos entrevistados se centrou nas questões do desenvolvimento. Todavia, recorrendo à perspectiva de Michael Mahoney, a temática da violência associada à dominação colonial em África acaba por estar no centro de um debate ideológico entre analistas. Na essência, o que Michael Mahoney aponta tem a ver com o facto de ingleses e franceses tentarem impor a violência como traço distintivo do sistema colonial português quando comparado com os seus, perspectiva que o autor questiona (Mahoney 2003, pp. 168-169). Cf. Pitcher 2002, p.9.

⁴⁶⁰ Cf. Arendt 2006 [1951], pp.161 e segs.

⁴⁶¹ Cf. Brandão 2004, pp.72 e segs.

não etnicamente sectário. Essa marca de legitimidade do Estado-Frelimo foi eficaz precisamente porque, por um lado, não colocava em causa, a esse nível, os fundamentos do estado herdados do período colonial, em especial da última década anterior à independência em que o aparelho administrativo passou a integrar os naturais da colónia em número crescente, e, por outro lado, porque assentou na reelaboração do potencial simbólico de um oficial não-racismo pré-existente (o colonial) que ganhou a nova roupagem do oficial não-eticismo do regime pós-colonial. Reportamos aos discursos oficiais (os do poder) que podem não traduzir necessariamente as práticas ou traduzi-las apenas em graus variáveis. Mas são os discursos que nos interessam porque é por eles, pela forma como circulam e como se consolidam nos espaços públicos, que se produzem e reelaboram as representações sociais.

No contexto interno de Moçambique, quando comparada com a cidade da Beira (dada a forte influência da comunidade branca da Rodésia) ou mesmo com a então Lourenço Marques (marcada, ainda que de modo menos radical, pela influência do apartheid sul-africano), a cidade de Tete comporta peculiaridades de inserção regional que tornam menos salientes as questões raciais nas representações da relação colonizadores/colonizados, até porque esse tipo de situações durante a colonização portuguesa marcou muito mais as zonas com maiores índices de desenvolvimento económico no território de Moçambique do que zonas periféricas como a de Tete. Para além da região fazer fronteira com a então Rodésia (Zimbabwe) dominada por um regime branco, mantiveram-se também permanentes fluxos fronteiriços com a Zâmbia e o Malawi. Nestes dois últimos países, apesar de terem sido também ex-colónias inglesas, as questões associadas à segregação racial são menos salientes por se tratar de territórios onde ocorreram independências da primeira vaga africana (1964).

É importante sublinhar que as características do clima e de salubridade precária (a zona mais quente e seca de Moçambique) tenderam a afastar os colonos brancos da região de Tete, o que, por si só, constitui sintoma da marginalidade da província ao longo do tempo. Acrescenta-se o modo como o estado se afirmou, em particular a partir dos anos sessenta – em zonas pontuais de investimento concentrado como as minas de Moatize ou a barragem

hidroeléctrica de Cahora-Bassa na vila do Songo⁴⁶² –, centralizando aí uma minúscula elite colonial, nomeadamente de cariz técnico ou administrativo (numa espécie de condomínio fechado) e não tanto ligada à agricultura e/ou ao comércio (se exceptuarmos os distritos de Angónia e Tsangano), criou condições para que a conflitualidade racial entre os colonos brancos e as populações locais fosse relativamente diluída na região de Tete, até porque esse não é um problema que afecte as missões religiosas cristãs que se foram implantando na província.

Sendo que as tensões raciais estiveram presentes desde sempre no processo de afirmação e modernização impulsionado pelo estado, na cidade de Tete assumiram e assumem contornos específicos. Consubstanciaram-se tendencialmente em torno das pessoas oriundas da Índia e do Paquistão e seus descendentes, aqueles que controlavam e controlam o comércio e que, no fundo, cristalizavam (e cristalizam) à sua volta parte das tensões de cariz racial. Não quer dizer que mulatos/mistos e brancos não apareçam referidos nos discursos do senso comum quando estão em causa questões raciais⁴⁶³, mas as tensões mais salientes e recorrentes detectadas na cidade de Tete são focalizadas nos *monhés*⁴⁶⁴.

Esses segmentos sociais – cujos atributos distintivos são a cor de pele e restante aspecto físico não africano, a prática da religião muçulmana (uma comunidade minoritária na cidade, mas com duas mesquitas localizadas na zona nobre) e o controlo do comércio formal, características que os diferenciam da esmagadora maioria da população – originam valorações negativas em que se associam componentes de discriminação racial, exploração económica⁴⁶⁵ e/ou desconsideração dos naturais da região. Note-se, contudo, que nos estamos a cingir apenas aos discursos dos últimos, omitindo as representações dos visados.

⁴⁶² A propósito do empreendimento um autor refere: «O facto de ser um dos maiores projectos de engenharia civil realizado durante os últimos dias do colonialismo, numa das regiões mais remotas e atrasadas de África, é um dos aspectos surpreendentes da história de Moçambique, na verdade, da história africana» (Newitt 1997 [1995], p.455).

⁴⁶³ A 22.08.2008 entrevistei um dos secretários de bairro da cidade de Tete que, ao referir-se ao presidente do município, disse de César Carvalho (eleito pela Frelimo em 2003) que «Ele é também sentimental e humano. Ele nem parece misto. Parece um negro como nós». Frase sintomática. Pedi ao entrevistado que desenvolvesse o raciocínio, mas ele escusou-se dizendo que o que existia de tensões raciais na cidade era «o normal».

⁴⁶⁴ Ver nota 12 do anexo (II parte).

⁴⁶⁵ Em entrevista realizada em Nampula a 30.06.2003, durante a fase exploratória, o entrevistado disse taxativamente que «os indianos têm a riqueza dos brancos, mas comportam-se como gente da nossa cor [negros]», isto é, não constroem nada para benefício dos outros. Enquanto os brancos faziam construções

É importante sublinhar ainda que fazer associações directas, por um lado, entre a violência do estado durante a época colonial e o racismo e, por outro lado, desligar o colonial do pós-colonial nessa matéria, como se um fosse o reverso do outro, pode não traduzir com clareza os contornos que essas questões adquirem na actualidade no pensamento do social.

Nesse sentido, as avaliações negativas não visam apenas as minorias tidas como elitistas (*monhés*, brancos ou mulatos/mistos), mas também detectámos, nas conversas informais e nas entrevistas realizadas na cidade de Tete entre 2003 e 2008, discursos que sublinhavam a actuação discriminatória por parte dos poderes pós-coloniais⁴⁶⁶, actuação essa fundada não só em pertenças religiosas, regionais ou políticas, como também assumindo conteúdos raciais, as duas últimas tidas como em crescendo no regime multipartidário iniciado nos anos noventa. Essa constatação é relativamente saliente nos discursos dos que colocaram a tónica, pelo menos numa parte da entrevista, na sua identidade racial mista ou mulata.

No tempo de Samora racismo existia muito. Nós [mulatos] passávamos mal. Diziam que não têm bandeira. Diziam para irmos junto dos nossos pais, os portugueses. E nós dizíamos 'Mas se formos lá vão-nos dizer para vir para aqui'. Os mulatos foram um pouco vingados. (...) O meu marido é também mulato e o pai dele foi mandado para Portugal em 24 horas, foi o 24/20⁴⁶⁷. (...) Ele só voltou mais tarde e até veio a falecer aqui, depois de regressar lá de Portugal. (...) Também os negros foram vítimas. Foi muito difícil ultrapassar aquela fase. (Entrevista 13/2004).

A questão racial é em toda a África. O mulato não tem bandeira⁴⁶⁸. Bandeira é para os negros. África para os africanos. Eles não querem [mulatos]. É por isso que não foi dado um lugar-chave. (...) O presidente Machel, quanto ao racismo, ele não tinha por onde escolher na altura. Ele até se apoiou em muitos brancos. (...) Mas a Frelimo tirou, hoje afastou isso. Com Machel não havia isso [afastar quem não é negro]. Ele queria o homem e a sua personalidade. (...) Nasci e cresci no tempo colonial. Fiz o 3º ano liceal concluído em 57. (...) Eu posso dizer que vivi no tempo colonial e nunca assisti a um racismo. Nunca vi. Fala-se que eles preferiam um cão a um negro ou mulato. Mas estamos a ver mais racismo agora com os negros. Aquilo que dizem do racismo [no tempo colonial], não posso dizer que é falso, mas eu não vi. Não estou a

para o bem do país (estradas, prédios, casas), os indianos não fazem nada disso. Acrescentou: «Qual é o prédio aqui de Nampula que foi feito por um indiano?! Nenhum!» Concluiu dizendo que havia em Nampula hoje (2003) negros que são muito ricos, mas que não fazem nada [de socialmente útil]. Nas 13 entrevistas exploratórias realizadas em Nampula em 2003, com a duração média de 1 a 3 horas, confirmou-se o que havíamos concluído em 1997-1998, ou seja, em relação aos outros espaços (essencialmente, Maputo/sul e Tete/centro), a cidade de Nampula (norte) revelou uma maior valorização quer da colonização portuguesa, quer a existência na actualidade de expectativas mais elevadas quanto à presença de estrangeiros (brancos) tidos como importantes para o desenvolvimento económico daquela região e do país. Cf. Ribeiro 2002, p.83.

⁴⁶⁶ Cf. Serra 2003a, pp.46 e segs.

⁴⁶⁷ O actual presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, é tido como o responsável pelo Decreto 24/20 de Janeiro de 1975, segundo o qual os portugueses tinham 24 horas para abandonar o país levando consigo, cada um, 20 quilos de bagagem, o limite máximo permitido nas viagens aéreas. Essa foi uma medida radical e emblemática da transição política em Moçambique. Cf. Ferreira 2007, pp.195-197.

⁴⁶⁸ Em 2008 voltei a ouvir a expressão «mulato não tem bandeira».

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

dizer que não havia, estou a dizer que eu não vi. (...) O meu pai é um indiano e a minha mãe mulata. (...) Dizem que em mil novecentos e vinte e tal ou trinta e tal o preto não podia passar no passeio. (...) Palmatória, isso eu vi. Quando as pessoas iam apresentar queixa, isso eu vi. (...) Mas eu assim [misto], estive na tropa em 62 e fui inaugurar uma especialidade em Tete, a cavalaria. (Entrevista 39/2004).

Há, inclusivamente, nas representações associadas a questões raciais da actualidade alguma continuidade que convoca (e tende a sobrepor) representações da época colonial. Numa sociedade onde o discurso do senso comum tende a colocar a tónica das questões sociais nas diferenças entre ricos e pobres⁴⁶⁹, uma parte desse tipo de avaliação acaba por associar o poder económico das elites a determinadas pertenças étnicas. Na cidade de Tete, para além da ideia de elite aparecer muito conotada com os «do sul», especialmente os shanganas, a questão ganha também contornos raciais.

Mesmo que uma elite negra acumule riqueza em Moçambique, sobra sempre uma esmagadora maioria negra excluída, situação que torna as minorias étnicas definidas pelo atributo da cor da pele (*monhés*, mulatos e brancos, os últimos conotados com a ideia utilitária de estrangeiro-empresário⁴⁷⁰) objectos particularmente apelativos para congregar tensões sociais, precisamente porque tais segmentos não necessitam de acumular fortunas para acederem a um nível de vida superior ao da esmagadora maioria da população.

A concluir, quer as representações do outro (do que está para além da fronteira ou do que, fazendo parte da nossa história, foi excluído simbolicamente dela), quer as representações associadas à diferenciação social sustentadas no atributo da cor da pele, constituem *themata* salientes na dimensão política do pensamento social em Moçambique

⁴⁶⁹ Cf. Ribeiro 2002, pp.82-83.

⁴⁷⁰ Ver nota 13 do anexo (II parte).

14. «Colonialistas» portugueses e ingleses: a saliência do racismo

15. As características da sociedade

Articulação entre o tipo de estruturas políticas (colonial autoritária; pós-colonial autoritária; e pós-colonial multipartidária) e as características da formação social constitui outro *thema* das representações sociais em estudo. O impacto das alterações verificadas a esse nível com o acesso à independência justifica a relevância atribuída ao assunto nos discursos do senso comum. O que iremos fazer é focalizar a atenção no período colonial, enquanto momento original da constituição do estado territorial, processo que implicou necessariamente transformações sociais.

Referir que existiu em Moçambique, antes da independência, uma sociedade regulada e dominada pelos colonos brancos é um truísmo. Todavia, faz sentido analisar a questão porque as representações sociais em causa não se resumem a isso. Em primeiro lugar, esse tipo de constatações sobre as características da sociedade não significa directa e automaticamente que o sistema de dominação colonial tenda a ser considerado como socialmente disruptivo, mas antes avaliado num contínuo entre a opressão (o negativo) e a estabilidade e previsibilidade das relações sociais (o positivo). Em segundo lugar, o tipo de formação social que se considera ter existido na época colonial tende, na actualidade, a ser simultaneamente avaliado como estável, dinâmico e complexo e, mesmo como dominados, os africanos reconheciam as lógicas de inserção e de promoção social, ainda que as últimas fossem limitadas.

No material empírico de que dispomos se, por um lado, é muito saliente a recusa da dominação política de tipo colonial, por outro lado, está geralmente presente o reconhecimento da legitimidade do estado enquanto regulador do social, tanto na época colonial, quanto na pós-colonial. Estão em causa, portanto, duas dimensões que surgem diferenciadas do pensamento social, uma que remete para a natureza política do regime e outra que remete para a capacidade da administração estatal desse regime em regular a vida quotidiana.

Sobre a matéria é importante que clarifiquemos duas tendências que se complementam. A primeira tendência permite referir que é precisamente na época colonial que os actores sociais tendem a reconhecer ter existido uma acção administrativa do estado competente. Ela ganha o atributo de eficaz naquilo que tem a ver com o controlo de comportamentos

15. As características da sociedade

sociais moralmente inaceitáveis (roubos, violações, alcoolismo, prostituição, etc.), com a planificação e construção de infra-estruturas (cidades, estradas, pontes, etc.) ou com a prestação de serviços sociais (ensino, policiamento, saúde, acesso à água, etc.)⁴⁷¹. A segunda tendência é que essas características atribuídas à administração colonial surgem associadas à valoração positiva do que poderemos considerar por processo civilizacional⁴⁷², no sentido do senso comum desvalorizar implicitamente a vida (material e cultural) das sociedades tradicionais (ligada, por exemplo, ao tipo de habitação e formas de subsistência precárias, ao tipo de relações de poder no interior das comunidades), sem que isso seja avaliado enquanto perda traumática.

O que podemos inferir enquanto analistas é que essas características do pensamento social herdadas do período colonial funcionaram como pré-representações (ou representações primárias) que terão permitido à Frelimo impor, desde a transição para a independência (1974-1975), um projecto modernizador radical dirigido pelo estado. O último dispunha, no final da colonização, de um crédito social muito forte para encetar essas transformações, até porque a última década colonial tinha trazido vantagens que, no geral, tiveram um impacto positivo na vida das populações. Em vários domínios – reforço do papel modernizador e centralizador da administração; melhoria do nível de vida das populações; recusa da segregação étnica ou racial enquanto princípio da acção governativa; importância da manutenção da ordem pública e das políticas de ruralização – a forte legitimidade inicial do projecto da Frelimo teve a ver, em maior ou menor grau, com o facto do regime pós-colonial se ter apropriado da essência daquelas que eram as linhas de força da acção do estado na fase final do sistema colonial.

Destaque-se que a estabilidade e previsibilidade das relações sociais surge, na actualidade, como atributo positivo da época colonial que tende a ser valorizado em si mesmo⁴⁷³. As hipóteses que nos permitem explicar essa constatação sustentam-se na congruência de dois tipos de argumentos que circulam nos discursos dos entrevistados. Por um lado, tender a considerar-se que na época colonial os indivíduos eram posicionados a partir de atributos claros, por muito que eles fossem injustos, mas que permitiam que o social se regulasse por lógicas que as pessoas entendiam (cor da pele; actividade profissional; hierarquias de poder

⁴⁷¹ Cf. Nota 16 do anexo (III parte).

⁴⁷² Elias 2006 [1939]. Cf. Capítulo 11. *Apropriação da herança civilizacional europeia*.

⁴⁷³ Cf. Serra 2003a, pp. 45 e segs.

incluindo as tradicionais). Por outro lado, os recursos que se consideram ter estado disponíveis na época colonial, por serem suficientes para garantir a subsistência das pessoas e famílias (empregos e/ou rendimentos compatíveis com as necessidades; preços estáveis e acessíveis; fácil acesso aos produtos e aos mercados), constitui também um argumento que condiciona as avaliações no sentido da valorização da estabilidade e previsibilidade do social nessa época.

Dado que estão em causa discursos da actualidade filtrados pelo tempo, os atributos positivos conferidos ao sistema colonial nos domínios referidos têm subjacente, explícita ou implicitamente, o contraponto da instabilidade pós-colonial: falta de regras claras à regulação do social e elevadas dificuldades ou alguma imprevisibilidade no acesso a meios que garantam a subsistência. Daí que o tempo tenha transformado a época colonial numa realidade representada como diferente da de «agora» porque, na dimensão da vida social a que nos reportamos, agora a vida é tida como «muito difícil» ou «muito dura», sendo que a referência à falta de empregos assume particular saliência (tanto nos espaços urbanos, quanto nos espaços rurais).

É também esse enquadramento que permite entender a valorização, na actualidade, da condição social de que desfrutaram alguns segmentos profissionais na época colonial, mesmo que o seu estatuto estivesse associado a actividades informais (sobretudo urbanas) próprias de pessoas pertencentes a estratos desfavorecidos: mainatos, alfaiates, sapateiros, jardineiros, cozinheiros, carpinteiros, pedreiros, padeiros, barbeiros, empregados domésticos, entre outros. É interessante constatar, por exemplo, nos discursos daqueles indivíduos que mantiveram algum tipo de profissão desde a época colonial até à actualidade (ou até ao passado recente), o modo como avaliam a articulação entre o tipo de estrutura política (colonial ou pós-colonial) e o prestígio social de determinadas actividades profissionais, não só as referidas acima (alfaiates, padeiros, etc.), como também outras de maior prestígio (enfermeiros, quadros administrativos, etc.). Por esses testemunhos percebe-se a erosão que os entrevistados consideram que as transformações (políticas, sociais, económicas) das últimas três décadas provocaram na sua condição social tida como muito dependente do seu estatuto profissional. Não quer dizer que a dinâmica das sociedades contemporâneas, em si, não gere esse tipo de transformações, mas o que é facto é que, neste caso concreto, verifica-se a tendência dos actores sociais em

Moçambique em construírem uma lógica de causa/efeito, isto é, considerarem essas transformações como consequência do fim da época colonial.

Desse modo, o passado colonial mantém-se como um referente do pensamento social em Moçambique precisamente porque permite ao colectivo convocar argumentos para, a partir deles, se construírem teorias sociais que permitem um olhar crítico sobre a realidade social hoje existente. Por partirem de algo que se considera ter existido no passado, essas teorias sociais são também significativas para os actores sociais porque assentam no sentido de continuidade histórica da comunidade⁴⁷⁴.

Outro dado já enunciado deve ser melhor explicitado. A sociedade colonial, para além da estabilidade e da previsibilidade, ganha também o atributo de dinâmica (ou seja, enquanto sociedade que mudou para melhor, que evoluiu). Os entrevistados tendem a não confundir, por um lado, a existência de uma promoção social com limites para os indígenas com, por outro lado, a inexistência pura e simples de valorização social dos autóctones⁴⁷⁵. É a primeira que é esmagadoramente dominante nos discursos, ainda que isso não minimize a natureza tida como injusta e até opressiva da dominação colonial. Todavia, como essas avaliações são produzidas na actualidade, elas tanto têm a ver com a época colonial, quanto com uma crítica implícita à sociedade do presente representada como controlada por segmentos restritos que acumulam riqueza enquanto que a esmagadora maioria se mantém no limiar da pobreza, sem grandes possibilidades de melhorar as suas condições de vida.

Refira-se que o modo como se processava, no sistema colonial, a ascensão social foi interrompido de forma abrupta pela recomposição social ocorrida durante a fase inicial da descolonização. Entre aqueles que se haviam destacado pelos benefícios que usufruíram do sistema colonial, quanto mais o seu estatuto dependia directamente do comprometimento com esse mesmo sistema de dominação, isto é, quanto mais politicamente sensível se revelou a sua posição face aos novos poderes nacionais surgidos com a independência, tantos maiores as dificuldades em manter o estatuto social no período pós-colonial. Era

⁴⁷⁴ Cf. Serra 2003a, pp.7 e segs.

⁴⁷⁵ É relativamente frequente ouvir a ideia de um negro no tempo colonial poder chegar a técnico qualificado numa das grandes empresas privadas ou públicas em Moçambique, mas recebia um salário muito inferior em relação a «um branco quase analfabeto que tinha vindo de Portugal».

precisamente nesses segmentos que se encontrava a componente mais consistente das elites autóctones da época colonial.

É importante ter em conta que as profundas transformações sociais iniciadas em Moçambique em 1974-1975 têm em grande parte a ver com a saída maciça dos colonos brancos e de parte da elite mestiça (entre 200 a 250 mil indivíduos numa população na altura com cerca de 10 milhões de habitantes), mas não é de somenos sublinhar que, por opções políticas da Frelimo, essas transformações tiveram também um forte impacto dada a descontinuidade na constituição e consolidação das elites autóctones, processo que o sistema colonial tinha impulsionado, quer reconhecendo e promovendo as chefias tradicionais, quer integrando no aparelho de estado ou, em geral, conferindo algum prestígio social a alguns autóctones.

A verdade é que a conquista do poder pela Frelimo desencadeou novas lógicas de promoção social⁴⁷⁶. Entre aqueles moçambicanos que haviam sido valorizados, de uma maneira ou de outra, pelo sistema colonial, o período pós-colonial inverteu os termos: beneficiou os segmentos dispersos intermédios, muitos deles com dificuldades de afirmação antes da independência e que, precisamente por isso, mais facilmente aderiram ao projecto da Frelimo; e penalizou os segmentos mais directamente comprometidos com os símbolos da dominação colonial que compunham o segmento autóctone socialmente mais valorizado até aí. Os casos mais notórios dessa penalização foram os indivíduos conotados com as autoridades tradicionais porque comprometidas com a administração colonial, ou indivíduos ligados ao aparelho administrativo estatal, ao exército colonial ou à igreja católica. Foram eles que viram a sua lógica de acumulação de capital (material e simbólico) e, portanto, a sua lógica de ascensão social interrompida com o acesso à independência.

Tendo em conta o material empírico recolhido na cidade de Tete (mas também de um modo geral em Moçambique entre 1997 e 2008), dele fazem parte alguns relatos próximos do que se podem considerar histórias de vida. Neles encontram-se avaliações que permitem tecer considerações sobre as mudanças sociais ocorridas na transição para o período pós-

⁴⁷⁶ Cf. West 2005, pp.181 e segs.

colonial⁴⁷⁷. Mesmo que tais testemunhos sejam pontuais no contexto global das sociedades em estudo, é importante que não se marginalize das análises as avaliações daqueles a quem o sistema colonial tornou «brancos nos papéis». Trata-se de indivíduos que, pelos seus testemunhos, consideram nunca ter deixado de pertencer à sua terra (ou, com mais rigor, ao seu território identitário de referência) por não terem aderido à Frelimo no período anterior à transição para a independência, ou por não terem aderido de modo incondicional aos ideais revolucionários da Frelimo a partir de 1974-1975 (o que implicava na fase inicial, por exemplo para os católicos, alguma pressão para a renegação das suas crenças religiosas)⁴⁷⁸.

A hipótese de que as relações dos indivíduos com administração-empregadora (isto é, com o patrão-estado) se centravam essencialmente na dignidade de uma relação entre o assalariado e o seu empregador é plausível. É nesse sentido que apontam os testemunhos referidos. A defesa, por alguns actores sociais, da representação da dignidade da relação entre empregador e empregado que os aproximou da administração colonial, é tão válida para essa época quanto para o período pós-colonial. A institucionalização do estado territorial implica isso mesmo e, no geral, estamos a referir-nos a pessoas que serviam o estado. A questão é que fizeram-no, ao mesmo tempo, na época colonial e em lugares que, posteriormente, vieram a revelar-se sensíveis. Nessa época colonial, para grande parte dos autóctones que vivia sob controlo do estado, a necessidade de demarcação do outro (do colono) por razões de natureza política ou ideológica não era a medida de todas as coisas. O que é facto é que a partir do período de transição para a independência essa demarcação assumiu forte relevância.

Pelos discursos de indivíduos pertencentes a segmentos da elite autóctone da época colonial percebe-se que eles tendem a auto-representar-se como vítimas, no imediato período pós-colonial, por não terem equacionado a existência de uma outra realidade (a da independência) que, na época colonial, desconheciam ou, pelos menos, os seus contornos

⁴⁷⁷ Entrevistas 3/2004, em especial 51/2004 e 58/2004.

⁴⁷⁸ Michel Cahen, numa perspectiva diferente da nossa, fracciona a elite que considera moderna (constituída pelo sistema colonial português ao longo do século XX) de modo linear, partindo de um critério político pouco convincente, até pela sua natureza estática: pró-Frelimo; politicamente neutra; e pró-colono. Michel Cahen acaba, no entanto, por apontar para o essencial: a complexidade do papel das elites em Moçambique, quer no suporte ao movimento nacionalista, quer na consolidação do sistema colonial (Cahen 2005, p. 50).

não eram claros ou suficientemente credíveis para eles praticamente até à fase final do domínio colonial português em Moçambique. Trata-se de indivíduos que perderam os privilégios associados ao seu estatuto social com a transição para a independência numa espécie de tribunal da história. Eles, na actualidade, procuram justificar a sua condição vantajosa na sociedade colonial pelo seu próprio mérito, nomeadamente associado ao seu trabalho, ao seu sentido de dever, ao seu sucesso escolar ou à sua competência, e não a qualquer traição ao mundo a que pertenciam. Há até a tendência de considerarem que a sua condição social era motivo de orgulho pessoal e das suas famílias e valorizava-os nas suas comunidades de origem onde, em geral, permaneciam os seus pais. Portanto, as elites autóctones do período colonial eram socialmente legítimas até 1974-1975 aos olhos das próprias comunidades locais.

Esta é, sem dúvida, uma das dimensões do processo de transição de Moçambique para a independência que lhe confere complexidade. Ela demonstra como a análise das transformações sociais tem estado muito colada ao estudo das lutas políticas mais imediatas que estavam em jogo. Ou seja, analisar a independência como uma mera luta entre colonos e colonizados é empobrecer o debate. Houve dinâmicas internas às próprias sociedades moçambicanas que são passíveis de análise.

Naturalmente que o tipo de testemunhos referido pode ser pontual. Mas a verdade é que ele existe. A sua omissão nas análises pode derivar também da imposição hegemónica do discurso nacionalista dos vencedores que impulsionou a elaboração de estereótipos negativos desse tipo de actores sociais. Todavia, passadas mais de três décadas após a descolonização há condições para que o assunto possa e deva ser reanalisado. Não se pode omitir que o discurso anti-colonial vencedor se impôs a partir de 1974-1975 não apenas sobre o discurso do colono, mas também e sobretudo sobre o discurso de determinados segmentos da sociedade autóctone propriamente dita, quer da sua componente tradicional, quer da sua componente pós-tradicional. O próprio discurso das ciências sociais foi durante muito tempo pouco eficaz na clarificação analítica desses processos, no geral colando-se ao discurso dos vencedores.

Sublinhe-se que as representações a partir das quais os indivíduos conferem sentido ao real são elaboradas com base em informações colectivamente geradas e partilhadas que

permitem, pela coerência que lhes é dada através das interações quotidianas, constituir universos de sentido dominantes e/ou alternativos no interior de um tecido social. Os poderes políticos (colonial e pós-colonial monopartidário) ao condicionarem fortemente os intercâmbios comunicativos, através dos quais circula a matéria-prima para a constituição de representações sociais alternativas ao que existe, praticamente impediram que elas se estruturassem no interior dos espaços dominados pelo estado. Primeiro a Frelimo enquanto representação alternativa ao sistema colonial, depois a Renamo em relação ao Estado-Frelimo, ambas fizeram assentar grande parte da sua legitimidade para além do espaço controlado pelo estado, como que em sociedades paralelas (sem estado ou, melhor, contra o estado). Ainda que a dimensão em que isso aconteceu seja discutível. E ainda que se possa diferenciar o período da luta de libertação nacional (1964-1974) do período de guerra interna entre a Frelimo e a Renamo (1976/7-1992), dado que no último caso, com o avançar da guerra, em especial a partir da segunda metade da década de oitenta e por ela ter atingido cada vez mais parcelas do território nacional, a situação possa ter sido muito mais ambígua.

A renovação profunda nas representações do político ocorrida no período de transição para a independência (1974-1975) é que impôs o colapso do sistema colonial, depois sujeito, no período pós-colonial, a reelaborações retroactivas ao nível do pensamento social. O conteúdo das entrevistas aponta, no geral, para se considerar a transição para a independência como um processo relativamente abrupto, de modo algum congruente com a maturação de representações sociais consolidadas (no sentido de se tornarem senso comum) ao longo dos dez anos de luta armada anti-colonial (1964-1974).

Refira-se, a terminar, que o regime ditatorial português que liderou o processo colonial desde os anos trinta até ao desmoronar do sistema em 1974, era profundamente distinto das democracias inglesa e francesa, dado que nas últimas a abertura política permitiu a constituição paulatina, sobretudo após a segunda guerra mundial, de representações sociais alternativas à dominação colonial tanto nas populações europeias das metrópoles e das colónias, quanto e sobretudo nas próprias populações africanas. Nada disso aconteceu no sistema metropolitano e colonial do Estado Novo português.

16. «Colonialismo» sem herdeiros políticos

Tendo em conta a matéria de fundo das interações entrevistador/entrevistado(s) – a política –, assunto que torna muitos temas difíceis de abordar por estar em causa uma sociedade não totalmente liberta dos traumas causados pela guerra e pela violência política, factores potencialmente inibidores de diálogos de rua sobre o poder do estado, no geral os entrevistados falaram sem constrangimentos da época colonial enquanto história, ou melhor, do «nosso passado com eles [portugueses]». Quando, nas entrevistas, o diálogo seguia da fase colonial para a pós-colonial, uma parte dos entrevistados sentia algum incómodo. Houve quem, depois de falar da colonização portuguesa, quando solicitado a fazer avançar no tempo o seu discurso para o período pós-colonial, dissesse «Ah! Isso já é política!», isto é, já não é «história de Moçambique». Torna-se, por isso, uma época difícil de abordar⁴⁷⁹. Trata-se, portanto, de uma sociedade que conseguiu, com alguma solidez, fazer o luto da colonização, ao contrário dos interditos que ainda subsistem na abordagem, pelas pessoas comuns, da evolução do país desde a independência⁴⁸⁰.

A partir da análise do extenso material empírico recolhido não é possível encontrar qualquer categoria, segmento, grupo ou instituição (incluindo, por exemplo, a igreja católica) que se auto-considere e que seja, ao mesmo tempo, reconhecido pelos outros como depositário particular da herança colonial portuguesa em Moçambique. Por aí se infere que o processo descolonização significou uma ruptura simbólica efectiva com os fundamentos de legitimidade (política, económica, social, cultural) da época colonial. A transição para o período pós-colonial terá implicado, por isso, uma desfiliação efectiva, no plano simbólico, em relação ao passado imediato.

Alguns entrevistados procuram mesmo instrumentalizar essa ruptura através de referências que associam a Renamo, sobretudo na fase inicial da sua existência (1976-1977), ao regime colonial português. Isso funciona como anátema lançado aos que combatiam o Estado-Frelimo. Todavia, entre esses que se opunham à governação pós-colonial, ou sobretudo entre as pessoas que hoje manifestam um qualquer tipo de valoração positiva das razões da luta armada da Renamo (1976/7-1992), recusam liminarmente insinuações dessa natureza. Os mais próximos da Renamo invocam até o inverso: que os líderes da Renamo

⁴⁷⁹ Cf. West 2005, p.87.

⁴⁸⁰ Sobre a questão dos interditos, cf. capítulo 27. *Sintoma da guerra*.

foram e são da mesma «panela» daqueles que combateram o regime colonial⁴⁸¹, simplesmente voltaram para o mato logo a seguir à independência por discordarem das políticas governativas da Frelimo de Samora Machel inspiradas pelo marxismo-leninismo⁴⁸².

Desse modo, as referências ao período colonial só funcionam pela negação (ou pela recusa), sendo que a invocação de uma qualquer ligação ao passado colonial funciona, em Moçambique, como fonte de deslegitimação política.

Não foi possível estabelecer tendências ou padrões de avaliação da época colonial a partir dos atributos sociográficos dos entrevistados como a idade, escolaridade, profissão, género, pertenças étnicas, raciais, religiosas ou partidárias, local de nascimento ou, eventualmente, outros⁴⁸³. Até porque, na sequência do que já foi referido, nem sequer a proximidade assumida por alguns entrevistados em relação à Frelimo ou à Renamo permite estabelecer padrões diferenciados nas representações sociais do sistema colonial.

Um segmento social que, eventualmente, poderia elaborar respostas diferenciadas sobre a colonização seria constituído por aqueles que nasceram na fase final da colonização ou já depois da independência, pessoas cujas idades rondam entre os 20 e os 30/35 anos. Estavam em causa discursos de indivíduos possuidores de um conhecimento indirecto da época colonial (tanto na pesquisa sistemática de 2004, quanto na pesquisa complementar de 2008). Porém, as análises de conteúdo das entrevistas de que dispomos não permitem estabelecer qualquer tipo de diferenciação substantiva a partir desse critério.

Eu sou da década de 70. Não sei bem, bem como o governo colonial trabalhava. (...) Segundo o que leio nos livros, a história, não sei quê, quê, posso dizer que trabalhavam mal porque naquele tempo havia trabalho forçado, palmatória e, depois, cobravam impostos mesmo a desempregados. Eu hoje estou desempregado e não pago impostos. Na altura não era assim. Tinha que fugir, estar no mato. Aquela coisa de machila e não machila, aquela coisa de carregar as pessoas nas costas, levar as pessoas nos ombros como daqui [Chingodzi] até Moatize [cerca de 20 quilómetros]. Escravos. Aqui as pessoas iam para São Tomé, trabalhar, sem trazer nada, só cicatrizes. (...) Os que falam bem daquele tempo eram os assimilados que eram

⁴⁸¹ Cf. Coelho 2003, pp. 176.

⁴⁸² Cf. Ncomo s.d. [2005?].

⁴⁸³ Constatação corroborada por um outro estudo para a época pós-colonial sobre valores políticos em espaços urbanos de Angola (Luanda, Lubango e Sumbe) e de Moçambique (Maputo, Nampula e Tete) (Heimer *et alii* 2005b, p.33).

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

segundos brancos, tinham voz. Esses assimilados até maltratavam o preto, igual a ele, moçambicano. [34 anos, concluiu a 8ª classe em 1998]. (Entrevista 37/2004)

A colonização portuguesa teve partes positivas e negativas. Aprendemos muito. Eles fizeram tudo isso aí [estradas, prédios, fábricas, etc.]. Se não fossem os portugueses não estaríamos como estamos. Estávamos como nos tempos antigos. [20 anos, estudante da 12ª classe] (Entrevista 12/2004)⁴⁸⁴

Para além da diversidade de avaliações elaboradas pelo segmento jovens, os dados disponíveis também não permitem assegurar que os escolarizados tendem a avaliar a colonização de uma determinada maneira (ou a partir de determinados atributos) e os não escolarizados de outra maneira (ou a partir de outros atributos). De qualquer modo, devemos reconhecer que as nossas interpretações dependem da perspectiva de análise por que optámos. A nossa intenção foi a de captar a maior diversidade possível a partir de um critério geográfico: entrevistar a população adulta da cidade de Tete.

A concluir, nas representações analisadas não emerge apenas o modo como se avalia a acção do estado na época colonial, mas elas, ao serem (re)elaboradas no presente, significam também uma avaliação, pelos actores sociais, do funcionamento do estado na actualidade, bem como da sua evolução pós-colonial. A colonização funciona como uma representação alternativa, colectivamente gerada e partilhada, de que as sociedades em Moçambique dispõem para se auto-avaliar. O sentido será o de as valorações negativas e positivas funcionarem por contraposição. Concretizando, não é de todo errado inferir que os atributos positivos conferidos pelos actores sociais ao sistema colonial correspondem aos atributos negativos do actual sistema governativo e vice-versa. Todavia, a complexidade do social impede a aplicabilidade generalizada desse tipo de hipóteses. É importante contextualizar as análises caso a caso.

⁴⁸⁴ No mesmo sentido foi, por exemplo, uma entrevista colectiva realizada na fase exploratória (a 12.08.2003, dirigida em conjunto com o investigador moçambicano João Carlos Colaço). Os nossos interlocutores eram 4 jovens (entre os 23 e os 35 anos) residentes no Bairro da Liberdade (município da Matola na província de Maputo), dois deles estudantes universitários da área da engenharia, um trabalhador da construção civil e um pequeno negociante informal. Depois de valorizarem a presença dos estrangeiros como impulsionadores do desenvolvimento económico, um deles afirmou: «É uma honra ter um branco aqui». O seu discurso sobre a colonização portuguesa foi, no geral, muito próximo do discurso dos mais velhos quando valoram positivamente a herança colonial, tendo um deles referido que «Nada foi construído por nós no pós-independência. Sem colonização não teríamos muita coisa. Estamos a gerir mal aquilo que herdámos. O erro da colonização foi não tratar as pessoas com mais respeito, foi desumanizar as pessoas. De resto, nós ganhámos com a colonização». Toda a lógica do discurso dos quatro jovens frustra eventuais catalogações que se pretendam fazer tomando a idade e a escolaridade como critérios de segmentação do conhecimento do senso comum sobre a colonização portuguesa em Moçambique.

16. «Colonialismo» sem herdeiros políticos

III PARTE

REVOLUÇÃO E PENSAMENTO SOCIAL (1974-1975)

«Moçambique independente transmitia um sentimento de unidade entusiástica, rara e fascinante» (Christian Geffray 1991 [1990], p.14).

«(...) the problem for me became the following one: how is scientific knowledge transformed into common or spontaneous knowledge? (...) I saw the transforming of scientific knowledge into common knowledge as a possible and exciting area of study» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 228).

17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975)

17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975)

São três os objectivos da III parte do texto⁴⁸⁵:

- i) caracterizar as representações sociais do político germinadas durante o processo de transição para a independência em Moçambique;
- ii) recorrer a processos específicos da teoria das representações sociais (ancoragem e objectivação) para compreender o significado, para o pensamento social sobre o político, da conjuntura histórica balizada entre 1974 e 1975;
- iii) assinalar em que medida as representações sociais constituídas nessa altura se mantêm salientes na actualidade.

A Frelimo, o único movimento que fez a guerra anti-colonial e a única força política que tem governado Moçambique no período pós-colonial, apresenta-se enquanto objecto de atitude em torno do qual se (re)organizou o pensamento social sobre o político referenciado ao estado. Os momentos-chave desse processo ocorreram numa conjuntura relativamente precisa, balizada entre o final da dominação colonial e os primeiros momentos da independência (1974-1975).

Tendo em conta que o essencial do trabalho de campo foi realizado num espaço urbano (cidade de Tete), sublinhe-se que em Moçambique as cidades têm sido, por excelência, locais de implantação e permanência continuada do estado, tanto na época colonial, quanto na pós-colonial. É importante ter isso presente, dado que não se desenvolveu trabalho de campo em áreas rurais controladas pela guerrilha durante a luta anti-colonial (1964-1974) e onde o movimento nacionalista terá conseguido dinamizar alguma mobilização popular. Desse modo, fica subjacente à análise que se segue a perspectiva da Frelimo enquanto entidade revelada precisamente porque foi de forma quase repentina, durante a conjuntura referida (1974-1975), que ela surgiu enquanto objecto com atributos relativamente precisos para a esmagadora maioria das pessoas que vivia sob tutela do estado na época colonial⁴⁸⁶.

Apesar da acção armada da Frelimo ter marcado presença em quatro das dez províncias de Moçambique durante a guerra de libertação nacional (Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica)⁴⁸⁷, é preciso ter em atenção que os espaços referidos, além da pouca densidade

⁴⁸⁵ A III parte do texto corresponde aos capítulos 17 a 20.

⁴⁸⁶ Ver nota 15 do anexo (III parte).

⁴⁸⁷ As quatro províncias, no seu todo, correspondem a cerca de 374.016 km², isto é, quase metade do território nacional (46.79%), cuja superfície total é de 799.390 km². Fonte: Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.gov.mz/populacao>).

17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975)

populacional⁴⁸⁸, comportaram situações diversas dentro deles nas relações entre a guerrilha e as populações⁴⁸⁹, sem contar com as zonas controladas pelo estado nessas mesmas províncias, concretamente as cidades e sedes administrativas, mas também parte dos espaços rurais⁴⁹⁰. Para além das razões referidas, sobrava grande parte de um imenso país para o qual os contornos da guerra se mantiveram algo difusos praticamente até ao seu fim (1974)⁴⁹¹.

Neste contexto, o modelo tripartido através do qual Albert Hirschman enquadra a acção social (*exit, voice, and loyalty*)⁴⁹² faz todo o sentido, sendo que o *exit* não significa necessariamente o abandono físico, mas atitudes de distanciamento ou de neutralidade face a determinadas entidades. A tricotomia tanto vale para explicar as relações entre as populações e o poder colonial que as tutelava, quanto as relações entre as estruturas da Frelimo e as populações das áreas onde a guerrilha se implantou. Lógica que pode ser estendida ao período pós-colonial para caracterizar a presença da Renamo nos espaços rurais na guerra que travou contra o Estado-Frelimo.

Desse modo, também por aquilo que fomos apurando ao longo de sucessivas etapas de trabalho de campo em Moçambique (1997, 1998, 2003, 2004 e 2008), não se pode conferir validade histórica ao pretensão envolvimento massivo das populações na resistência e luta contra o sistema colonial enquanto ele existiu, posto que foi precisamente durante a guerra (1964-1974) que o estado, não só não atravessou nenhuma situação de paralisia ou colapso, como esse período correspondeu ao momento de maior dinamismo do estado em toda a sua evolução colonial⁴⁹³. Será pouco plausível considerar que as populações (ou, pelo menos,

⁴⁸⁸ No censo populacional de 1970, enquanto as províncias de Nampula e da Zambézia tinham a densidade populacional de, respectivamente, 20.5 e 16.6 habitantes por km², na província do Niassa esse valor era de 2.2, em Tete de 4.9, em Cabo Delgado de 6.6, e em Manica e Sofala 8.3 (as duas províncias só aparecem separadas a partir do censo de 1980). Fonte: Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.gov.mz/populacao>).

⁴⁸⁹ Cf. Coelho 1993, p.178; Florêncio 2003.

⁴⁹⁰ «(...) when the [colonial] war came to its end [1974], report a total of some 953 *aldeamentos* established, comprising 969,396 Mozambicans and being equivalent to 67.7%, 63.3%, and 44% of the total population of Niassa, Cabo Delgado and Tete, respectively» (Coelho 1993, p.207). Cf. Coelho 1993, pp.23; 205 e segs; e pp. 231 e segs.

⁴⁹¹ As parcelas do território nacional onde a guerrilha da Frelimo não teve actuação armada comportavam as zonas mais densamente povoadas ou de extensão significativa. No primeiro caso estão as províncias de Nampula e da Zambézia e, nos restantes, a província de Sofala, bem como um imenso território a sul do rio Save onde se situam as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo (a então Lourenço Marques).

⁴⁹² Hirschman 1970.

⁴⁹³ «(...) em 1967, entre 350 000 e 400 000 pessoas viviam nas zonas libertadas de Moçambique, isto é, tinham escapado, completamente e de forma duradoura, ao controle das autoridades portuguesas. Isto pode

parte delas) não sentiram as melhorias então verificadas e não contribuíram para elas. Se os entrevistados alguma vez reconhecem ao estado o atributo de administrativamente eficaz é quando o avaliam no período colonial, algo que seria impossível se a maior parte das populações apenas resistisse ou lutasse contra ele ou se, tomando como referência a totalidade do território nacional, para a esmagadora maioria das pessoas e comunidades, a guerra tivesse tido efeitos fortemente disruptivos, o que esteve longe de acontecer⁴⁹⁴. Insistimos no papel activo dos actores sociais na construção do estado, tanto no período colonial, quanto no pós-colonial.

A esse propósito, é útil, no plano analítico, inverter os termos das proposições comumente equacionadas. Tendo em conta o papel central das representações nos processos de transformação social, o mais provável é que até cerca de 1974 o que era dominante em Moçambique era a representação da dominação colonial como normal. No conhecimento do senso comum fora das zonas controladas pela Frelimo dominava a ideia do país ser assim porque era assim, isto é, no geral não se equacionavam outras possibilidades de organização social, política ou económica para além da que existia. Mesmo que se reivindicassem melhorias graduais, elas, na essência, enquadrar-se-iam no sistema vigente. Os dados empíricos que fomos recolhendo entre 1997 e 2008 apontam consistentemente nesse sentido. O que tornou a conjuntura de 1974-1975 um momento de profunda transformação social foi o forte impacto de algo que surgiu como inovador. A Frelimo provocou esse efeito precisamente porque o impulso revolucionário veio de uma minoria que se revelou à esmagadora maioria:

«Minorities are not the sole innovators, yet throughout history they have often been shown to be the main agents of innovation in art, science, politics, and so on»⁴⁹⁵.

parecer pouco, comparativamente à população de cerca de 7,5 milhões de habitantes. Todavia, em condições de guerrilha, isto era considerável e não reflectia a influência mais global da Frelimo, que os serviços de informações militares estimavam em cerca de 1,5 milhões de pessoas. Demograficamente, as zonas libertadas abrangiam, contudo, apenas uma pequena minoria, mesmo se, a partir de 1970, elas se tivessem estendido em direcção ao sudoeste do país. (...) [O] grupo maconde foi “subvertido” a 95% e representa sozinho 58% da população total das zonas libertadas, enquanto que no país ele representa apenas 2,5% da população “indígena” total de Moçambique» (Cahen 2005, p.61). Cf. Clarence-Smith 1985, pp.192 e segs.; Coelho 2003, p. 180; Cahen 2005, pp.58-59.

⁴⁹⁴ Ver nota 16 do anexo (III parte). Cf. Mateus 2004.

⁴⁹⁵ Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 257. Moscovici cita como exemplo o papel das minorias cristãs na história do império romano.

17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975)

Quando tomamos as representações do político próprias da elite dirigente da Frelimo enquanto minoritárias (sendo que minoria é um conceito relacional que implica necessariamente a referência a uma maioria), tratava-se de representações minoritárias não apenas por estarem no geral limitadas a uma elite (conceito que em si encerra a noção de minoria), nem apenas em relação às representações sobre o processo colonial da outra elite (a dos colonos), mas tratava-se de representações minoritárias sobretudo em relação às representações sobre o político da esmagadora maioria das populações que se estava a tornar, em 1974, compatriota da elite dirigente da Frelimo, num país na altura com cerca de dez milhões de habitantes⁴⁹⁶.

Sublinhe-se, contudo, que as minorias não se definem apenas pelo seu sentido puramente numérico, mas também pelo significado das suas mensagens face a situações históricas ou a contextos culturais⁴⁹⁷. A questão é que a elite dirigente da Frelimo teve forte impacto porque, beneficiando de um terreno de afirmação social que de repente se tornou fortemente apelativo para a sua mensagem, conseguiu capitalizar em seu proveito o facto de se tratar de uma minoria polifacetada: numérica, histórica e cultural. Quer em relação aos segmentos autóctones melhor identificados com o sistema colonial, em particular os que residiam nas zonas urbanas e suas periferias, quer em relação às sociedades tradicionais que dominavam os espaços rurais em Moçambique⁴⁹⁸. Para esse conjunto que constituía a esmagadora maioria da população (o que, na prática, apenas exclui a minoria que aderiu à Frelimo ainda durante a guerra de libertação nacional) a mensagem da Frelimo era (radicalmente) inovadora em 1974, tanto mais se se contextualizar essa

⁴⁹⁶ O Instituto Nacional de Estatística (Moçambique) indica uma população de 9,407,70 mil habitantes para 1970 e 12,130,00 para 1980 (<http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/indicadores>).

⁴⁹⁷ Veja-se, por exemplo, o caso das representações sociais das mulheres. Cf. Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 262.

⁴⁹⁸ «FRELIMO's shift from cultural nationalism to antitraditionalism reflected the party's decisive turn in the direction of Marxism from about 1969, which in turn resulted from the victory of a quasi-Marxist faction in a internal power struggle that began in 1968. There were three axes of conflict in FRELIMO during the 1960s: between northerners and southerners, between those who favored and those who opposed white participation in the struggle, and between Marxists and African cultural nationalists» (Mahoney 2003, pp. 182-183; cf. pp. segs.). A facção sulista de inspiração marxista liderada por Samora Machel (muito menos moderado do que o seu antecessor, Eduardo Mondlane que, inclusivamente, não rejeitava a cultura ocidental) e que defendia, de acordo com essa ideologia, um movimento assente num forte carácter centralista, unitário e defensor das teorias da modernização acelerada (sem distinções de raça, étnicas, regionais ou outras), acabaria por sair vencedora conduzindo, com essa perspectiva, a transição para a independência (1974-1975), bem como, em traços gerais, a primeira década pós-colonial. Cf. Cabrita 2000, pp.108 e segs.; Florêncio 2003, pp. 129, 130, 300 e segs.

mensagem numa região do continente africano onde ainda dominavam os regimes brancos da África do Sul e da Rodésia.

Se se quisesse um termo de comparação, a Renamo na guerra pós-colonial (1976/7-1992) conseguiu envolver um número incomparavelmente maior de populações e de parcelas do território moçambicano na luta contra o estado, sem que isso significasse, necessariamente e uma vez mais, que a esmagadora maioria das pessoas nos espaços sob influência da Renamo (incluindo os guerrilheiros) tivesse representações que as impulsionassem a um papel voluntário e activo (no sentido da *loyalty* e da *voice* de Albert Hirschman) que conferisse um sentido político estruturado à sua participação nessa guerra. A diferença entre as duas guerras (1964-1974 *versus* 1976/7-1992) está no modo como as representações sociais reelaboraram os conflitos após o seu fim. A esse nível a revolução da Frelimo de 1974-1975 foi avassaladora, permitindo tornar congruentes as representações articuladas pela nova elite dirigente com as da esmagadora maioria da população.

Para que fique claro, a tese proposta não questiona o papel central do movimento nacionalista, desde a sua constituição em 1962, nos processos políticos em Moçambique. O trabalho de campo ao longo de anos comprovou isso mesmo: nenhum entrevistado questionou quer o direito histórico de Moçambique à independência, quer sobretudo a legitimidade (só) da Frelimo em toda a luta anti-colonial. O que sublinhamos, tendo em conta o que foi possível captar, é que houve uma projecção retroactiva para o período colonial daquilo que o pensamento social apenas elaborou de modo estruturado a partir do processo de transição para a independência.

O que se pretende com a análise é enquadrar o discurso de legitimação política da Frelimo no contexto histórico em que se transformou, em Moçambique, em fenómeno do senso comum (isto é, generalizado). É o que permite clarificar a origem das representações sociais em estudo⁴⁹⁹. Dito por outras palavras, a abordagem da conjuntura de 1974-1975 é essencial para a compreensão do pensamento social sobre o político em Moçambique.

⁴⁹⁹ «In the case of the discourse of ordinary knowledge, as with scientific knowledge, it is a question of asking what plays the role of the *primary idea* [itálico original] in the formation of families of representations in the given domain which give a 'typical' form to the objects and situations related to this idea within these domains. It is understood each time they repress the discursive deployments with the aim of illustrating them

17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975)

«Culture – though not science – incites us nowadays to make reality of generally significant ideas. There are obvious reasons for this, of which the most obvious, from society's point of view, is to appropriate and make common property of what originally pertained to a specific field or sphere. (...) Without representations, without the metamorphosis of words into objects, there can clearly be no transfer at all.»⁵⁰⁰

Foi, portanto, a partir do processo de transição para a independência (1974-1975), muito mais do que pela luta de libertação nacional (1964-1974), que se germinou, ao nível do pensamento social, uma (nova) constelação de objectos políticos que até aí era minoritária⁵⁰¹. Dito de modo coloquial, a política em Moçambique deslocou-se, num curto espaço de tempo, de tema residual ou periférico, para ocupar o centro da cabeça das pessoas.

Em Moçambique somos todos minipolíticos e todos sabem onde está o bem e onde está o mal. (Entrevista 39/2004).

Do período referido em diante tornaram-se comuns conjuntos de temas, traduzidos em expressões, palavras ou imagens, às quais se conferiam, acima de tudo, significados políticos. Alguns exemplos: país do Rovuma ao Maputo; colonizador (português) *versus* colonizado (moçambicano); explorador *versus* explorado; opressor *versus* oprimido. Esse sistema de oposições⁵⁰² está no âmago da constituição e funcionamento das representações sociais⁵⁰³ e teve um suporte essencial que lhe deu eficácia: a clareza ideológica dos fragmentos do marxismo-leninismo assimilados pela Frelimo e por ela divulgados, fragmentos de ideologia que funcionavam também em moldes maniqueístas.

É por isso que, se o marxismo-leninismo se caracteriza, enquanto ideologia e como todas as ideologias, por reificar objectos sociais a partir de uma perspectiva analítica teoricamente sistematizada, para a revolução moçambicana o marxismo-leninismo foi mais do que isso⁵⁰⁴. Ao incorporar e ser incorporado nas dinâmicas do conhecimento do senso

and of recalling them, and above all of reorganizing them as a function of a group, a history, a project for action» (Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p.166). Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.242 e segs.

⁵⁰⁰ Moscovici 2000 [1984], p.52.

⁵⁰¹ Sobre os critérios que nos permitem falar em representações sociais – critério quantitativo, critério genético e critério da funcionalidade – é preciso notar que o quantitativo, por si só, tal como os outros, não é suficiente para captar o fenómeno das representações sociais. Cf. Vala 1997, pp. 357-358.

⁵⁰² Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183, em especial pp.179 e segs.

⁵⁰³ Cf. Ponto 3.1. *O conceito de representações sociais.*

⁵⁰⁴ Cf. Cabrita 2000, pp.108 e segs.; Pitcher 2002, pp.10 e segs.

comum que estavam em jogo, ganhou, ele próprio, características de uma representação social. A questão é que uma representação social, para o ser, não pode surgir desligada das especificidades do contexto social em que se manifesta, sendo que é isso que lhe confere um intrínseco carácter dinâmico. Estamos a reportar-nos a transformações de fragmentos de uma abstracção ideológica (o marxismo-leninismo) numa representação social (quando eles se transformam pela acção do colectivo que, desse modo, se apropria do que inicialmente podem ter sido meras abstracções ideológicas). Sem se ter em conta que uma parte das representações sociais do político elaboradas na transição para a independência comporta algo derivado do marxismo-leninismo, dificilmente se percebe o pensamento social sobre o político em Moçambique.

O marxismo-leninismo surge, desse modo, directa ou indirectamente, associado a duas dimensões importantes da evolução política de Moçambique na primeira década pós-colonial, facilmente identificáveis nos discursos do senso comum da actualidade que se reportam a essa época: a ruptura simbólica com o passado colonial; e enquanto um dos instrumentos de mobilização de massas pela Frelimo⁵⁰⁵. Nesse sentido, para a sociedade moçambicana vale tanto quanto para qualquer sociedade aquilo que Serge Moscovici designa por «(...) *modern common sense, that is to say, (...) the transformation of scientific knowledge into common-sense knowledge*»⁵⁰⁶. É evidente que se tem de relativizar o sentido da expressão porque concebemos o marxismo-leninismo não como *scientific knowledge*, mas antes enquanto um conjunto de pensamentos estruturados, com uma componente de teorização e de debate académico.

O tipo de discurso dos líderes nacionalistas após a conquista do poder (ou o discurso oficial do estado na época) ajuda a consolidar a argumentação. Para a elite dirigente da Frelimo era importante, por exemplo, passar da micro-cultura tradicional ou da anti-cultura colonial para a nova cultura operário-camponesa que conduziria à modernização acelerada

⁵⁰⁵ «Perhaps most important, “practical” Marxist theory of Lenin, Mao, and other revolutionary leaders showed the masses could be mobilized in support of the party. If FRELIMO modeled itself on numerous other Marxist and non-Marxist revolutionary movements, then it is not surprising that – like those other movements – FRELIMO became radicalized over the course of its own “revolution”. (...) Besides, Africa had to “catch up” with the rest of the world, and it was difficult to find in African culture a blueprint for doing so. Marxism rejected both “colonialism” and “tradition”. Even though it was in many ways a product of the west, just like colonialism, Marxism was supposedly scientific, and therefore universal. Marxism was premised on the notion of a dictatorship of the proletariat; it was not a tradition inherited from the past, but rather a future to be worked toward, through struggle and mangle of “practice”» (Mahoney 2003, p. 187).

⁵⁰⁶ Moscovici & Marková 2000 [1998], pp.249.

do país. Daí que se compreenda que um analista conclua: «(...) *Frelimo's "New Man" was above all scientific*»⁵⁰⁷.

Se as representações sociais têm origens diversificadas, podendo surgir, quer de acontecimentos quotidianos, quer a partir de teorias elaboradas (como as representações surgidas no ocidente associadas às teorias da psicanálise⁵⁰⁸), apesar e precisamente porque se trata de uma sociedade africana, considera-se, nesta investigação, demasiado redutor (e até preconceituoso), por um lado, não considerar a importância que teve uma teoria (ou ideologia) suficientemente estruturada e de origem ocidental na génese do pensamento social sobre o político em Moçambique no período de transição para a independência; e, por outro lado e em sentido contrário, é também redutor optar por interpretações que atestam o falhanço puro e simples do marxismo-leninismo em Moçambique ou tentam reduzir um fenómeno simbólico complexo a uma simples ideologia de carácter político-partidário-filosófico. Na mais condescendente das hipóteses, o que eventualmente pode ter falhado foi uma parte da orientação política que se legitimou através da apropriação de fragmentos do marxismo-leninismo. Ainda assim, apontar para sucessos ou fracassos dos regimes significaria assumir uma postura valorativa e teleológica na análise dos processos sociais e políticos que não perfilhamos.

Deve também ter-se sempre em conta o papel activo dos actores sociais na construção do seu próprio conhecimento; que esse conhecimento é elaborado no decurso da comunicação e da cooperação, particularmente quando surgem mensagens com forte impacto social pelo seu carácter inovador; que, em Moçambique, a mensagem da elite nacionalista teve um papel central em todo o processo político de transição para a independência, modelando o pensamento e comportamentos sociais; e que essas mensagens dos dirigentes da Frelimo derivavam de teorias políticas elaboradas⁵⁰⁹. Poderia o pensamento do senso comum ficar imune a essa conjugação de factores?

Ainda que se trate de uma hipótese, era praticamente impossível detectar no pensamento social em Moçambique, antes de 1974-1975, um interesse relevante e generalizado por

⁵⁰⁷ Mahoney 2003, p. 188. Anne Pitcher desenvolve o assunto (Pitcher 2002, pp.54 e segs.). Cf. Baczko 1985b; Macamo 1998, p.37; Mahoney 2003, pp. 185 e segs; West 2005, pp.151 e segs.

⁵⁰⁸ Cf. Moscovici 2005 [1989].

⁵⁰⁹ Cf. Ribeiro 2000, pp. 148 e segs.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

determinado tipo de *themata* políticos associados ao estado (o líder, o partido político, a luta, a independência, o poder, etc.), temas que se tornaram moeda corrente desde essa época. Nesse processo a ideologia marxista-leninista constitui parte da matéria-prima que impulsionou a transformação de Moçambique no período pós-colonial.

Face a tudo o que referimos, não compete aos analistas do social estabelecer valorações positivas ou negativas (como ver na opção marxista-leninista da Frelimo um erro ou uma virtude), mas apenas compreender o que acontece e porque acontece ou aconteceu⁵¹⁰.

⁵¹⁰ Cf. Saul 2005, pp.32 e segs.

17. As representações sociais geradas na transição política (1974-1975)

18. Aplicação empírica de uma teoria

«O "especificamente moçambicano", porém, não deve ser visto como uma essência, mas sim como uma perspectiva que nos permite vislumbrar, nem que seja por alguns momentos furtivos, uma identidade nacional em estado permanente de transformação» (Elísio Macamo 1998, p.39).

Tal como sustenta a teoria, o fenómeno das representações sociais está ligado à percepção, pelos actores sociais, de diferenças e/ou de transformações sociais⁵¹¹, realidades que se cruzaram de forma intensa no período de transição para a independência de Moçambique (1974-1975), momento em que a novidade e a mudança andaram a par. Ao longo da sua história recente o país nunca viveu uma situação com tão forte impacto social a todos os níveis (pensamento e práticas). Ela foi melhor aferida pelos próprios envolvidos quando reconhecem, na actualidade, que esses foram tempos intensos muito marcados pelo peso das emoções relacionadas com fenómenos políticos.

Tendo isso em conta, e considerando ainda que o trabalho de campo decorreu em comunidades que viveram permanentemente sob controlo do estado, a referência a eventuais erros políticos cometidos durante a transição para o período pós-colonial envolve algum grau de desfasamento, dado que tal reconhecimento, enquanto fenómeno do pensamento social, é, também ele, uma reacção retroactiva que consiste em projectar no passado algo que só se tornou do senso comum num momento posterior. Essa interpretação é feita pelos próprios actores sociais que viveram essa época. Trata-se de um tipo de avaliação (ou, em bom rigor, de autoavaliação) que começou a ser exteriorizada no espaço público com maior intensidade após a morte do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, em 1986.

Era essa altura em que havia julgamentos públicos. (...) Eu tenho muitas formas de avaliar o tempo [de Samora Machel]. Nessa altura havia muito má interpretação na base do que vinha do topo. Era uma altura em que havia muitas emoções. Má interpretação porque, nesta altura, ninguém tem saudades do tempo dos campos de reeducação. Qualquer um condena. Mas naquela altura aquela forma de governo era necessária. Quando era para mandar as pessoas, quando fosse para fazer a triagem aqui na base de quem devia ir e de quem não devia, as pessoas que andavam a fazer isso recolhiam qualquer um. O mesmo nas aldeias comunais.

⁵¹¹ Duveen 2000, pp.7 e segs.

18. Aplicação empírica de uma teoria

Havia problemas que se queriam resolver. Queria-se melhorar a vida das populações. Ele [Samora Machel] queria fazer chegar àquela gente escola, hospital, água. Mas se hoje isso não continua é porque não estava bem, porque aquilo não tinha inserção na nossa sociedade. (...) Qualquer moçambicano vê em Samora o pai da independência. Agora é que procuramos saber porquê isto, porquê aquilo [naquela altura]. (...). Mas é daí que quando [hoje] queremos explicar [a reeducação, as aldeias comunais, a actuação compulsiva das autoridades], começamos a gaguejar. (...) O que nos levou a aguentar com tudo eram as emoções da independência. Há coisas que sentíamos que não estavam bem, mas aceitávamos. Ficaram as marcas daquilo que as pessoas pudessem ter sentido. Foram anos muito intensos de liberdades, logo a seguir vieram as nacionalizações⁵¹². Quando foi os prédios, foi bom. As pessoas aplaudiram. Mas quando chegou a vez das barracas as pessoas começaram a sentir. (Entrevista 45/2004).

O excerto de entrevista contém o que pode ser uma das formas de tipificar uma revolução: acção política radical muito condicionada pelas emoções que influenciam de modo significativo as dinâmicas em curso, face às quais há uma forte empatia do colectivo. A questão é que conferir natureza excepcional (ou revolucionária) a determinado processo faz sobretudo sentido se, por um lado, os próprios actores sociais o reconhecerem enquanto tal num momento posterior através de reelaborações ao nível do pensamento social desse período e, por outro lado, se esse momento for também interpretado pelos próprios actores sociais como tendo efeitos de longa duração na vida colectiva. É esse conjunto de constatações que se detectam em Moçambique.

Um outro entrevistado exprimiu o que está em causa de modo sintomático numa frase:

Viver mal não significa não saber o que é o país! (Entrevista 60/2004)

Ao nível do pensamento social, em 1974-1975, estava-se não apenas perante um processo de revelação de uma nova entidade, mas de criação colectiva⁵¹³. Significa isso que não foi

⁵¹² A 24 de Julho de 1975 o governo da Frelimo procedeu a nacionalizações que praticamente extinguiram o sector privado. Mas a medida de maior impacto, a nacionalização do parque habitacional, data de 3 de Fevereiro de 1976: «Menos de um mês depois da independência, Samora anunciou a nacionalização da saúde, educação e justiça; passado um ano, a nacionalização das casas de rendimento, criando a APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado), que alugava as casas com rendas que estavam de acordo com o rendimento do agregado familiar (...)» in: «Samora Machel», Wikipédia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Samora_Machel.

⁵¹³ «(...) this concept [representations] allows us access to those total social phenomena (...) in which the practices of knowledge and of practical knowledge play an essential role, since this knowledge is inscribed in the experiences or events sustained by individuals and shared in society. Practical knowledge again because it always constitutes in some way a popular understanding (*folk knowledge, folk psychology*) which constantly reformulates the discourse of the elite, of the experts, of those in possession of a knowledge described as wisdom or science (...). (...) every social representation is constituted as a process in which one can locate an origin, but one which is always unfinished to the extent that other facts or discourses will come to nourish

só o que existia (*pre-existing representations*) que foi alterado em função do novo ou revelado (*things about to be represented*), mas foi também esse novo (a Frelimo) que ganhou novos significados dado que, na elaboração do conhecimento colectivo, sujeito e objecto são interdependentes⁵¹⁴. Com o processo de transição, a Frelimo, enquanto objecto apropriado pelo pensamento de senso comum, tornou-se substantivamente diferente daquilo que até aí era, isto é, perdeu a associação à palavra «turras»⁵¹⁵. De então em diante pode-se falar apropriadamente do objecto Frelimo enquanto representação social, no sentido de algo gerado, partilhado e em permanente reelaboração por um colectivo que passou a estar de modo mais explícito referenciado à formação territorial nacional⁵¹⁶. Como se parte significativa das pessoas se sentisse «mergulhada na panela» (usando uma expressão local) e, precisamente por isso, os indivíduos não se conseguem auto-representar como seres passivos face a um processo político que se desenrolava meramente conduzido pelos líderes da Frelimo. É isso que distingue de modo substantivo as representações sociais hoje existentes do período de transição⁵¹⁷ das representações sociais do período colonial. No último caso existe uma tendência bastante mais acentuada de se projectar no outro a condução dos processos políticos: «Eles [os portugueses] oprimiam-nos, exploravam-nos». Com a Frelimo, e de modo muito particular quando os temas remetem para o período de 1974-1975, passou a existir «o nosso governo».

Os entrevistados⁵¹⁸ que viveram esse período de transição tendem a admitir que, em algum momento, com maior ou menor intensidade, eles próprios fizeram parte da Frelimo e, do mesmo modo, a Frelimo fez parte deles⁵¹⁹. Assim sendo, mesmo que por breves momentos, a Frelimo significou muito mais do que uma força política de carácter

or corrupt it» (Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p.158). «A política era muito relevante na altura.» (Entrevista 43/2004).

⁵¹⁴ «(...) pre-existing representations are somewhat modified and those things about to be represented [Frelimo] are modified even more, so that they acquire a new existence» (Moscovici 2000 [1984], p.49). Cf. Arendt 2006 [1951], pp.520 e segs.

⁵¹⁵ Cf. Moscovici 2000 [1998a], pp.133-134 e 154; Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p.260.

⁵¹⁶ «(...) as representações são factores produtores de realidade, com repercussões na forma como interpretamos o que nos acontece e acontece à nossa volta, bem como sobre as respostas que encontramos para fazer face ao que julgamos ter acontecido» (Vala 1997, p. 356).

⁵¹⁷ O período revolucionário, nesta perspectiva, poder-se-iam estender de 1974 até inícios dos anos 80, sendo que o último ímpeto revolucionário, como recolhemos nas conversas com alguns responsáveis dos bairros da cidade de Tete, pode ter sido o da mobilização das «estruturas» para a «operação produção» de 1983. Ver nota 17 do anexo (III parte).

⁵¹⁸ Reportamo-nos tanto às entrevistas de 2003 e 2004, quanto às de 1997 e 1998 em que o assunto foi abordado.

⁵¹⁹ Ver nota 18 do anexo (III parte).

partidário (sectária como qualquer outra), aglutinando dinâmicas sociais, difíceis de precisar, mas que apontavam para um sentido de pertença nacional, transversal aos diversos sentidos de pertença social anteriormente existentes, algo que em Moçambique nunca tinha sido tão saliente⁵²⁰. Perceber essa característica das representações sociais ajuda a entender a origem de uma das questões que tem marcado o sistema político em Moçambique desde a independência: a (con)fusão entre o partido (Frelimo) e o estado⁵²¹.

Processos de recomposição social e política relevantes, como aconteceu em Moçambique entre 1974-1975, podem constituir momentos na vida das sociedades em que os fenómenos colectivos assumem traços de radicalidade, criando a representação comumente partilhada da existência de um novo mundo⁵²². Quando começa a emergir uma fronteira entre a hiper-representação do político (a expressão é nossa) e a representação seguinte de uma vida quotidiana que (re)toma um curso que aponta para o fim do que, afinal, era uma época de excepção, significa que o processo de transição estabilizou. Porém, dependendo das sociedades, as representações sociais germinadas nessas conjunturas históricas excepcionais têm maior ou menor durabilidade.

A saída de um regime para outro, as pessoas notaram as diferenças. As pessoas procuram aderir a tudo o que é novo porque ainda não sabem as consequências. Vamos sentir dores depois. (...) No tempo de Machel houve melhoramentos na educação. Por exemplo, passamos a ter doutores, técnicos para a agricultura, etc. Muitos foram para vários continentes e de lá já são doutores. Também na veterinária, saúde, etc. (...) Quando os donos da terra vence o colonizador o povo sentiu-se liberto. Tudo ia mudar para um futuro melhor. Mas o povo não entendeu o fundo da governação. Mas a política é um acto de mentira. (Entrevista 9/2004).

As representações sociais a que nos referimos poderão ter contornos diferentes para as gerações nascidas depois de 1975, particularmente aquelas que não experimentaram o carisma do falecido presidente Samora Machel⁵²³. Ainda assim isso não significa que a transição para a independência, enquanto *thema* essencial na organização do pensamento

⁵²⁰ Cf. Baczko 1985a, p. 303.

⁵²¹ Para o período da primeira república em Moçambique (1975-1992/94) é relativamente consensual designar-se o estado como Estado-Frelimo. As transformações ocorridas no multipartidarismo (desde 1994) resolveram parte do problema, mas deixaram muitas questões em aberto. Cf. Manning 2002.

⁵²² Um entrevistado de Fernando Florêncio referiu: «as pessoas ficaram satisfeitas, mesmo aquelas que estavam a trabalhar no tempo colonial recebiam pouco dinheiro, então ficaram satisfeitas com a saída dos portugueses» (Florêncio 2003, p. 291).

⁵²³ Vítima mortal de acidente de aviação ocorrido a 19 de Outubro de 1986.

social sobre o político em Moçambique, se tenha eclipsado. Não só a elite anti-colonial que tomou o poder na época mantém, na actualidade, a influência – por exemplo, para moldar a reprodução das representações por via do sistema de ensino –, como também a esmagadora maioria daqueles que, de algum modo, se destacam na sociedade moçambicana (das altas hierarquias do estado, passando pelas elites económicas e culturais, para chegar aos chefes locais), podendo até considerar-se a generalidade dos adultos, são eles próprios (re)produtores de representações sociais relacionadas com a conquista do poder pela Frelimo em 1974-1975.

É também a transformação repentina nas representações sociais que explica os extremismos dos processos políticos a elas associados, marcados tanto pela ruptura com determinadas dimensões do passado, como pela continuidade em relação a outras dimensões desse mesmo passado, sendo que ambas tendências podem indiciar, em alguns domínios, contornos radicais⁵²⁴. Por isso, fundar a ideia de revolução apenas na diferenciação em relação ao passado explica apenas parte da realidade. No caso de Moçambique, se a tendencial ruptura pôde (e pode) ser visível na forma como socialmente se passou a pensar a política, a continuidade manifesta-se na aceitação do modelo de actuação do estado pautado pela postura autoritária face aos tecidos sociais que tutelava (e tutela)⁵²⁵.

Nessa perspectiva, não foi só a Frelimo que, no plano da actuação pragmática, continuou algum tipo de práticas coloniais. Foi também a pressão social que condicionou a acção política nesse sentido. Continuou a dominar, apesar da transição, um forte peso de uma relação tendencialmente passiva e submissa das populações face aos poderes instituídos identificados com o estado, postura herdada do regime colonial. Na essência, está em causa aquilo que Gabriel Almond e Sidney Verba designam por cultura política de súbdito, ainda

⁵²⁴ É importante sublinhar que não foi só a Frelimo que consolidou representações de pertença a uma formação territorial nacional. O sistema colonial já o havia feito. O que aconteceu com a revolução foi a massificação e, desse modo, a transformação desse sentimento de pertença como nunca antes havia acontecido em Moçambique. Michel Cahen escreve: «Poderíamos afirmar, e com razão, que a guerra de libertação, apesar da intensidade da sua duração, teve efeitos de unificação: a mistura de guerrilheiros de origens diferentes, as deslocamentos das populações, etc., teve necessariamente efeitos identitários. Isto é certamente correcto, mas relativo. Em primeiro lugar, o recrutamento no exército colonial pode ter tido os mesmos efeitos, em favor da portugalização; em segundo lugar, o processo guerrilheiro e das zonas libertadas só abrangeu uma minoria de pessoas, e foi, sobretudo, muito curto em relação ao que foram os processos históricos de cristalizações identitárias que deram lugar às nações, isto é, a *sociedades* inteiras» (Cahen 2005, p. 60).

⁵²⁵ O assunto será retomado na IV parte.

18. Aplicação empírica de uma teoria

que o conteúdo preciso dessa formulação seja dificilmente aplicável a Moçambique⁵²⁶. Mas foi essa predisposição das populações que, em parte, ajuda a compreender a eficácia do discurso da Frelimo nos primeiros anos do regime pós-colonial com consequências eficazes ao nível da mobilização das populações.

⁵²⁶ Almond & Verba 1989 [1963].

19. Ancoragem e objectivação do novo

«(...) a social representation is not a quiet thing consisting of an object and a science and the transformation of that object. Usually, there is a kind of ideological battle, a battle of ideas, and such battles are important even in science. As Einstein said, the only difference between a science and a war is that in science you do not kill people; people do not die in the scientific battle of ideas» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 275).

O capítulo focalizar-se-á nos dois processos que geram as representações sociais, tal como Serge Moscovici os equaciona: ancoragem e objectivação⁵²⁷. Essa é, sem dúvida, a via mais adequada para captar o que é relevante no conhecimento social das transformações ocorridas em Moçambique em 1974-1975.

19.1. Ancoragem da nova família de representações sociais

A ancoragem significa, na essência, transformar algo de estranho, desconhecido ou perturbador em familiar, no sentido da apropriação ou domesticação do não-familiar⁵²⁸.

«As duas fases deste processo [ancoragem] são a *classificação* e a *denominação*. Ao classificar e dar nomes às pessoas ou aos objectos do meio, lhes conferimos alguns atributos ou características com relação aos quais nos comportamos de determinada maneira»⁵²⁹.

Na generalidade dos testemunhos recolhidos ao longo das sucessivas pesquisas de campo (1997, 1998, 2003, 2004 e 2008) o que verifica é o reconhecimento retroactivo da luta de libertação nacional, pois a esmagadora maioria dos entrevistados admite que só por volta

⁵²⁷ Moscovici 2000 [1984], pp. 360-363. «Enquanto as rotinas da vida quotidiana continuarem sem solução de continuidade são apreendidas como não problemáticas. Mas mesmo o sector não problemático da realidade quotidiana só o é assim até nova situação, ou seja, até que a continuidade seja interrompida pelo aparecimento de um problema. Quando isso acontece, a realidade da vida quotidiana procura integrar o sector problemático dentro daquilo que já não é problemático» (Berger & Luckmann 1999 [1966], p.36). A questão é que, no passo seguinte, recorrendo a uma conceptualização ambígua porque se reporta a hábitos sociais, o que tanto vale para as práticas, quanto para o pensamento social, esses autores designam por institucionalização (Berger & Luckmann 1999 [1966], pp.64-78) aquilo que Serge Moscovici designa, de modo bem mais preciso, por ancoragem e objectivação.

⁵²⁸ Moscovici 2000 [1984], pp.41 e segs.

⁵²⁹ Álvaro & Garrido 2007 [2003], p.288.

de 1974 (ou pouco antes) soube o que significava, na verdade, a Frelimo ou, dito por outras palavras, só por essa altura a Frelimo ganhou atributos consequentes⁵³⁰. Até aí ouvia-se falar no zunzum da guerra e nos turras⁵³¹. O fim da colonização significou transformações, nas cabeças das pessoas, verdadeiramente significativas a partir de 1974, de rótulos difusos em objectos representados com características relativamente precisas. O zunzum da guerra passou a ser a luta armada de libertação nacional e os turras passaram a ser a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)⁵³². É desse modo que é possível caracterizar, em síntese, a ancoragem da Frelimo em Moçambique enquanto representação social generalizada. É ainda hoje sintomático o recurso frequente pelas pessoas à expressão «quando a Frelimo entrou em 1974...» ao pretenderem referir-se ao início do período de transição. O que se segue nos discursos do senso comum é a classificação e a denominação, quer das novas entidades reveladas (essencialmente constituídas em torno da Frelimo e dos seus líderes), quer da própria situação que se vivia. É a partir dessa base que é possível caracterizar a reelaboração profunda do pensamento social iniciada nessa altura⁵³³.

De acordo com os dados recolhidos praticamente apenas aqueles que fizeram parte da guerrilha consideraram possuir ideias claras sobre o que era a Frelimo antes de 1974 e as razões da sua luta. Mas esse grupo em termos de representatividade é pouco significativo⁵³⁴, apesar da Frelimo, desde finais dos anos sessenta, ter integrado algumas pessoas da região de Tete na guerrilha, hoje residentes na cidade, local onde decorreu o essencial do trabalho de campo. Ainda assim não é fácil identificá-las, pelo menos com base no critério de escolha aleatória dos entrevistados a partir da zona de residência⁵³⁵.

⁵³⁰ Ver nota 15 do anexo (III parte).

⁵³¹ Cf. Ribeiro 2000, pp.87-111.

⁵³² Recordo uma expressão de uma conversa tida em 1997 com um senhor em Angoche (provincia de Nampula) que me afirmou algo semelhante ao seguinte: «Nós líamos a placa “Companhia Colonial” e nunca pensámos no que é isso de “colonial”».

⁵³³ «The unfamiliar attracts and intrigues individuals and communities while, at the same time, it alarms them, compels them to make explicit the implicit assumptions that are basic to consensus. This ‘not quiet rightness’ worries and threatens (...). The fear of what is strange (and of strangers) is deep-rooted» (Moscovici 2000 [1984], p.38).

⁵³⁴ «Quem estivesse, por exemplo, numa capital europeia ou na América do Norte, talvez compreendesse melhor a realidade política de Moçambique no contexto internacional dos anos sessenta e setenta do que a multidão de almas sobre as quais se discutia o seu futuro. O sistema internacional, à época condicionado pela guerra-fria, num mundo isolado em blocos, terá favorecido os regimes autoritários e o “controlo das consciências” até meados dos anos oitenta. Se a colonização jogou nesse tabuleiro, mais tarde a própria Frelimo tirará partido desse sistema fechado» (Ribeiro 2000, pp. 109-110).

⁵³⁵ A esse nível o caso da cidade de Nampula é diferente. Aí existe uma zona habitacional delimitada em torno do quartel da cidade onde se concentram ex-guerrilheiros da Frelimo, muitos deles de etnia maconde.

É sintomático que em mais de centena e meia de entrevistas (individuais e colectivas), realizadas ao longo deste percurso de investigação em Moçambique, muitos dos que referiram ter tido problemas com a polícia na época colonial por diversas razões, entre as quais porque as autoridades associavam-nos a actividades políticas ilícitas durante a guerra, afirmam que na altura não mantinham quaisquer relações materializadas com a Frelimo, mesmo entre os que consideraram ter manifestado atitudes críticas face ao sistema e à sociedade (colonial) a que pertenciam⁵³⁶. Ser conotado com os turras causava, sem dúvida, constrangimentos e, em sua defesa, naturalmente as pessoas procuravam distanciar-se desse tipo de associação. Isso não nos impede de supor que com o advento da conquista do poder pela Frelimo as pessoas pudessem reelaborar *a posteriori*, também em sua defesa, uma relação mais próxima com o movimento de guerrilha durante a guerra. Na verdade, as revoluções, muitas vezes, transformam desideratos em factos, projectando-os retroactivamente⁵³⁷.

O lugar simbólico do colono

Entre aqueles que pertenciam às estruturas de dominação do sistema colonial, parte significativa dos que, durante a guerra, perseguiram e combatiam os turras ou seus simpatizantes, ao actuarem de modo prepotente sobre potenciais inocentes (ou, pelo menos, era extremamente difícil tornar evidente a ligação das pessoas perseguidas à causa nacionalista da Frelimo), reforçavam a intimidação como suposta garantia de eficácia⁵³⁸. Todavia, a outra face da moeda foi o crescimento dos rumores que difundiam a percepção, junto das populações locais (urbanas e rurais), em particular a esmagadora maioria que não teve contacto directo com a guerra, de que algo estava a acontecer com implicações mais

Mas essa é uma situação excepcional criada na pós-guerra. Mesmo a população de Nampula, em geral, responde de modo semelhante à de Tete, conforme se verificou em pesquisas anteriores (1997, 1998 e 2003).

⁵³⁶ Conforme fica claro em alguns relatos sobre acontecimentos pessoais vividos no período colonial e que tinham a ver com a relação com as autoridades da época, resistir, contestar, criticar, emitir opiniões sobre problemas sociais, não tem necessariamente uma dimensão de luta anti-colonial, se descontarmos os segmentos que estavam directamente envolvidos na luta de libertação nacional. Ou seja, todas as sociedades comportam tensões internas e era a esse nível, no geral, que os conflitos pessoais e sociais tendiam a ser representados. A questão é que quando ocorre uma revolução tudo isso ganha uma dimensão política intensa que tende a ser aplicada retroactivamente. Cf. Entrevistas 17/2004; 39/2004; 51/2004; e 59/2004.

⁵³⁷ Baczko 1985a, p.310.

⁵³⁸ Cf. Newitt 1997 [1995], p.459; Mateus 2004; Ferreira 2007, p.379.

ou menos directas nas suas vidas. A questão central reside, portanto, na imprecisão com que o pensamento social categorizava esse «algo» até ao período de transição.

Desse modo, as representações do político na fase final da colonização, à medida que a guerra avançava, acabaram por ser dominadas por aquilo que hoje poderemos interpretar como um jogo de equívocos que se foi arrastando num crescendo para se ancorar de modo abrupto no pensamento de senso comum com atributos precisos em 1974-1975. Até para os próprios colonos. Foi toda uma sociedade que foi apanhada de surpresa, uma sociedade que, apesar da guerra, vivia numa espécie de fantasia e que esbarrou, de um momento para outro, com uma nova realidade. Entre os que chegaram (a Frelimo), os que estavam (a esmagadora maioria das populações) e os que partiram (os colonos), enquanto os dois primeiros confrontaram e convergiram representações, os últimos, ao retirarem-se (alguns voluntariamente, a maior parte porque as circunstâncias os forçaram a isso), foram excluídos ou auto-excluíram-se dessa convergência simbólica, de início tendencialmente consensual entre os que ficaram. Quanto aos ex-colonos, partiram com determinadas representações da sua África, prolongando um sonho que durante vários anos (ou mesmo mais de uma década) alguns deles continuaram a alimentar na metrópole.

Nesse sentido, a exclusão (física e simbólica, em qualquer caso abrupta) do colono foi determinante para a elaboração de novas representações sociais em Moçambique que, desse modo, se poderiam consolidar pela convergência de dois referentes complementares, por isso mesmo eficazes: a Frelimo que chegou representava a convergência construtiva ou de atitude positiva, numa situação favorecida pela existência de um único e coeso movimento de luta anti-colonial; o colono, que saiu, representava a convergência da recusa ou de atitude negativa, até porque com esse gesto assumiu a sua não-moçambicanidade e assim facilitou o surgimento de representações largamente consensuais. A morte simbólica do poder que existia quando associada ao confronto com o desaparecimento (físico) do que se tinha como referente de poder (o colono) facilitou o luto e as reelaborações identitárias⁵³⁹.

Para uma parte dos colonos, o próprio significado do termo colono estaria longe de ser um dado linear no caso de Moçambique. É preciso ter em conta que a elite colonial que

⁵³⁹ Cf. Chaiken & Eagly 1993, pp.1-3.

dominava a administração estatal, o mundo dos negócios e a sociedade de uma maneira geral era, ela própria, culturalmente miscigenada, comportando, para além dos naturais de Portugal ou seus ascendentes (estavam também em causa gerações diferentes), um segmento de oriundos da ex-Índia Portuguesa, particularmente de Goa (de onde os portugueses foram forçados a sair em 1961), bem como existia uma forte influência da elite branca anglófona de origem sul-africana ou rodesiana (com destaque para as duas cidades mais importantes do país na época, a então Lourenço Marques, actual Maputo, e a Beira).

Esse *melting pot*, em grande parte resultante de processos de socialização recente, estava em fase de afirmação num território cujo dinamismo (económico, social, cultural), particularmente desde inícios dos anos sessenta, havia impulsionado a ideia de um país novo. Nesse contexto, para os colonos (como para as sociedades em geral que viviam sob domínio do estado), representações de um território decadente ou em crise, ou qualquer utopia de transformação política repentina, dificilmente terá sido relevante até praticamente ao fim da dominação colonial em Moçambique. No caso do sistema metropolitano e colonial português é importante, por isso, distinguir, na conjuntura da primeira metade dos anos setenta, o que se passava na metrópole (onde provavelmente dominariam, em particular entre as elites, representações sociais de um regime decadente e de uma sociedade algo cristalizada ou onde era sensível o agravamento da insatisfação em alguns segmentos sociais, como os militares), do que se passava nas colónias, particularmente em Angola e em Moçambique. Aí, pelo contrário, estava em germinação ou em consolidação uma constelação de circunstâncias (sociais, económicas, culturais ou mesmo políticas) que alimentava a ideia do novo e que potenciava muito mais lógicas de continuidade do que de transformação radical repentina.

É de colocar a hipótese de mesmo elementos pertencentes às elites de origem portuguesa, com representações que hoje poderemos considerar mais congruentes com as tendências políticas do sistema internacional que se vinham definindo para África desde finais dos anos cinquenta, pelo facto de viverem numa metrópole também ela isolada no contexto internacional, ao desembarcarem no ultramar português também eles não deixassem de colocar a hipótese de uma África portuguesa diferente, precisamente pelo dinamismo económico e aparente estabilidade social que Moçambique, tal como Angola, evidenciava.

E mesmo que assim não fosse, até ao golpe militar que ocorreu a 25 de Abril de 1974 em Portugal e que derrubou a ditadura do Estado Novo, era praticamente imprevisível o rumo da transição política em Portugal e nas então colónias africanas. Parece-nos sustentável que, ao nível do conhecimento senso comum, mesmo para a população residente em Portugal propriamente dito, a transição para a democracia a partir de 1974 significou interpretações retroactivas sobre o significado das ex-colónias.

Nesta perspectiva analítica o objecto colono não pode ser abordado como uma mera categoria social existente em Moçambique, resumida à partilha, entre determinado conjunto de indivíduos, de atributos como a origem ou ascendência metropolitana, determinada pertença étnica ou por um estatuto socioeconómico favorável no contexto da sociedade colonial. Para além disso, o colono é uma representação social elaborada pelos próprios, o que implica uma dimensão histórica e cultural, isto é, implica ter em conta que também eles tinham os seus universos de sentido que só podem ser captados nas suas especificidades⁵⁴⁰.

Dito por outras palavras, os colonos não seriam apenas aquilo que o discurso nacionalista africano considerava (e considera) que eles eram, isto é, ocupantes ilegítimos de uma terra que não lhes pertencia. São sem dúvida isso. Mas são também de ter em conta as representações dos próprios sobre a sua condição, a última umbilicalmente associada à crença na ideia de um território novo que estavam a construir e ao qual se filiavam e que perfilhavam. Porém, o último aspecto tem sido marginalizado pela análise social, muito colada à historiografia dos vencedores⁵⁴¹, omitindo que a transição para o período pós-colonial em Moçambique significou transformações profundas nas representações sociais tanto dos colonizados, quanto dos colonos. Só é possível pensar uns em função dos outros. Mas é isso que nos permite compreender a concomitante dimensão eufórica (ex-colonizados) e ao mesmo tempo traumática (ex-colonos) que caracterizou o processo de descolonização.

Na condição de se ser colono em Moçambique nos anos sessenta e setenta do século XX, havia vínculos que se rompiam e outros que se estabeleciam com a terra de origem e com a

⁵⁴⁰ Berger & Luckmann 1999 [1966], pp.154-168, em especial pp.164 e segs.

⁵⁴¹ Castelo 2007 contraria essa tendência.

terra de chegada no ritual de passagem de uma sociedade a outra; havia gerações que se iam renovando em Moçambique e que serviam de referente aos colonos recém-chegados; havia as relações e identidades mistas que estavam longe de se limitar à questão da cor da pele (envolvendo não apenas europeus e africanos, mas também diversos grupos étnicos originários do Índico e, não menos importantes, as transições de nativo a assimilado ou a miscigenação étnica entre os povos ancestrais do território); havia ainda, no contexto regional, os casos das independências com regimes brancos na África do Sul e na Rodésia. Tudo isso confere um elevado grau de complexidade à sociedade colonial em Moçambique (e também em Angola) que as análises dominantes até aqui tendem a simplificar.

A complementar as teses defendidas, dois argumentos complementares. Por um lado, as dificuldades de (re)integração dos retornados do ultramar, chegados a Portugal em especial nos anos de 1974 e 1975, movimento migratório carregado de simbolismos que o diferenciam do simples regresso à terra de origem de comunidades emigrantes (que raramente ou nunca são elites nos países para os quais emigram, como era, por exemplo, o caso, nessa altura, dos portugueses em França, na Alemanha ou nos Estados Unidos da América). Por outro lado, o simplismo ideológico do discurso da Frelimo sobre questões sociais não deve ser apenas relacionado com as sociedades tradicionais africanas, mas também com a própria sociedade colonial em si. A esse nível, da parte dos analistas, têm também existido valorações assentes em omissões selectivas. Se a abordagem simplista da elite da Frelimo sobre as sociedades tradicionais em Moçambique origina debates intensos e profícuos desde os anos oitenta, o mesmo não se passou quanto a idêntico simplismo aplicado pelo discurso da Frelimo à sociedade colonial, sociedade que continua confundida como a sociedade do colono (o que não é a mesma coisa) e, além disso, o discurso dos vencedores foi organizado em torno de uma visão redutora desse mesmo colono.

A verdade é que se na actualidade o tempo da sociedade colonial passou definitivamente, não será menos verdade que o tempo das sociedades tradicionais, tal como existiam no final da colonização portuguesa em Moçambique, também passou definitivamente.

É plausível considerar, portanto, que até ao advento do processo de transição dominariam entre os colonos representações sociais muito mais de continuidade do que de transformações do sistema de dominação colonial então vigente que implicassem rupturas

radicais⁵⁴². A ideologia que sustentava a dominação colonial portuguesa em África remontava a inícios do século XX⁵⁴³, num país isolado por uma ditadura desde 1926 e que não sofreu, a esse nível, nem um impacto significativo da segunda guerra mundial (1939-1945), nem sobretudo as consequências políticas da pós-guerra que atingiram as demais potências coloniais europeias. Desse modo, ainda que ilusória aos olhos dos analistas, no contexto do império português até ao seu colapso, era sustentável a crença na excepção colonial portuguesa em África. Não concebemos, portanto, a evolução histórica, naquilo que há nela de específico, como uma inevitabilidade.

De acordo com a teoria das representações sociais, o real, enquanto dado objectivo ou factual, abarca apenas uma parte daquilo que constitui o universo de sentido para os actores sociais. A outra parte, não menos relevante, tem a ver com o sentido que os indivíduos atribuem ao que é objectivo ou factual em função das suas inserções sociais e dos seus interesses. Esse pressuposto tanto vale para os nacionalistas da Frelimo, quanto para os então colonos portugueses em Moçambique. A não ser que, contra tudo o que há de mais elementar na teorização que sustenta esta investigação, passemos a considerar a existência de universos de sentido de primeira e de segunda. A questão é que, provavelmente, o estudo das representações sociais do processo colonial elaboradas pelos próprios colonos é hoje uma tarefa praticamente impossível, até pelo modo como a história os julgou.

A vitória da Frelimo

Tendo em conta o que aqui se discute, a afirmação da Frelimo assentou no facto de, a partir do discurso da sua elite, o movimento ter sido eficaz na adopção de práticas e na elaboração de ideias ao longo de mais de uma década (a da luta anti-colonial) que, no período de transição, serviram de *input* para a elaboração de representações sociais na população e na reinvenção da própria Frelimo. Esse processo, que teve sempre como referência a formação territorial nacional, permitiu constituir um conjunto de representações sociais que organizava o passado e o presente de modo consequente e, em 1974-1975, permitiu também produzir mensagens que apontavam para um futuro

⁵⁴² Cf Entrevista com o sociólogo Hermínio Martins, «Hermínio Martins. Alguém tem que se sentar a pensar» in: *Pública* (revista semanal do jornal *Público*), nº 560, 11 de Fevereiro de 2007, pp. 40-41.

⁵⁴³ Cf. Castelo 2007.

promissor. Em situação traumática estava a sociedade colonial cujas elites repentinamente tinham de fazer contas com o passado, com urgência em tratar do presente (o decreto 24/20 clarificava eventuais dúvidas⁵⁴⁴) e sem tempo de equacionar o futuro no momento em que as suas referências identitárias ruíam num curto espaço de tempo⁵⁴⁵. Percebem-se por essa via as dificuldades das elites coloniais em organizar de modo consistente alternativas a partir de outras realidades que bem conheciam, concretamente a adaptação a Moçambique de modelos inspirados nos regimes brancos independentes da África do Sul e da Rodésia dado que ambos, em meados da década de setenta e no contexto da guerra-fria, mantinham muito mais perspectivas de continuidade do que se dissolução.

As transformações em Moçambique foram, por isso, surpreendentemente rápidas, tornando extremamente difícil que uns (colonos) e outros (colonizados) elaborassem representações sociais estruturadas que permitissem antecipar o sentido do processo político antes de 1974.

A simplificação ideológica introduzida pela retórica da Frelimo em 1974-1975 sobre questões identitárias e sobre questões sociais em geral constituiu uma necessidade pragmática de afirmação da nova força política, mas tornou-se problemática para a estabilidade dos sistemas social e político porque traduzia uma subvalorização do real. Entre estar em causa um projecto político minimalista do poder central na relação com as sociedades (transformar as estruturas políticas, mas manter as lógicas social, económica, religiosa ou cultural herdadas) e a utopia revolucionária de refazer também as lógicas de organização social, as características da transição em Moçambique fizeram o sistema político resvalar para a última tendência.

⁵⁴⁴ Decreto 24/20 do governo de transição da Frelimo data de Janeiro de 1975. Por esse decreto os colonos portugueses tinham 24 horas para abandonar o país, levando consigo, cada um, o máximo de 20 quilos de bagagem, limite permitido nas viagens aéreas. Cf. Pitcher 2002, p.47.

⁵⁴⁵ O conceito de identidade social aqui adoptado retoma as propostas de Henry Tajfel, se bem que o autor se referisse a grupos dentro de um tecido social e nós a uma comunidade que se autonomiza de determinada tutela e constitui um estado independente: «Um grupo torna-se grupo no sentido em que existe a percepção de que tem características comuns, ou um destino comum, sobretudo porque existem outros grupos no meio. (...) Nas situações descritas (...) como de “mobilidade social” não há grande problema ao contrário das situações de “mudança social”. Se um grupo não oferece condições adequadas para a preservação da identidade social positiva, o indivíduo abandoná-la-á – psicologicamente, objectivamente, ou ambos. A questão complica-se mais nas situações caracterizadas pela estrutura de crenças na “mudança social”. Em certas situações (...) um grupo social só pode preencher esta função de proteger a identidade social dos seus membros, se conseguir manter a sua distinguibilidade positivamente valorizada em relação a outros grupos. Noutras condições, é preciso criar, adquirir, e talvez mesmo lutar por essa distinguibilidade através de várias formas de acção social relevante» (Tajfel 1983, p. 294). Cf. Macamo 1998.

Nessa perspectiva, passou-se rapidamente de uma elaboração ideológica em torno de uma determinada realidade (a da viabilidade da sociedade e do sistema coloniais) a uma outra construção ideológica de natureza diferente, mas que conduziu a resultados, de algum modo, semelhantes (a imposta pela Frelimo através do afunilamento radical da noção de pertença à formação territorial nacional que se estava a criar, afunilamento feito em torno da própria Frelimo e do seu projecto de modernização). Por aí se definem, por um lado, as características iniciais do projecto pós-colonial com uma forte dimensão nacionalista, mas também, por outro lado, a origem de um novo conflito que se iniciaria nos anos imediatos (1976/1977), precisamente porque permaneceu latente a pressão para a heterogeneidade num país constituído por uma pluralidade de identidades, formas de vida e universos de sentido. Apesar dos colonos terem abandonado o país.

O que atesta o facto de, por um lado, a sociedade colonial ter sido muito mais do que a sociedade do colono e, por outro lado, o essencial do processo de transição para a independência não se ter jogado apenas entre colonos e colonizados, mas também entre colonizados (que chegaram) e colonizados (que estavam). É a última perspectiva que tem sido, no geral, secundarizada (ou até marginalizada) nas análises sobre a transição de Moçambique para a independência.

Num outro plano, as novas representações sociais podem colocar a questão da proximidade entre o paradigma e o real. Isso ganha particular acuidade em situações revolucionárias em que, normalmente na fase inicial (a fase da ancoragem), há uma forte correspondência entre o ideário político que sustenta a revolução e o modo como ela decorre. Serge Moscovici sublinha:

«Experiences shows that it is much easier to agree on what constitutes a paradigm than on the degree of an individual's resemblance to it. (...) anchoring too involves the priority of the verdict over the trial and of the predicate over the subject. The prototype is the quintessence of such priority, since it fosters ready-made opinions and usually leads to over-hasty decisions»⁵⁴⁶.

A representação da Frelimo na fase inicial, entre o período de transição e os primeiros momentos da independência, tendo em conta o modo como o seu (re)conhecimento foi socialmente ancorado, tem muito mais a ver com um protótipo (ou ideal-tipo, se se usasse

⁵⁴⁶ Moscovici 2000 [1984], pp.43-44.

uma categoria analítica) de movimento de luta de libertação do que com um fenómeno histórico e social concreto, isto é, avaliado num contínuo entre aspectos positivos e negativos, algo que só mais tarde se tornará saliente. Foi a conjuntura de transição que contribuiu para a criação da auréola heróica dos guerrilheiros que facilitou a afirmação do movimento nacionalista e das suas lideranças, representação com forte impacto nas populações.

Logo à entrada da independência, toda a gente ficou contente. Depois de um ano as pessoas viram que não era aquilo. (...) Eles [portugueses] deixaram muitas coisas em Moçambique. Todos os bens deles deixaram aqui. Os que levaram, foram os que saíram antes [da transição]. Eles saíram mal, pelo mal dos moçambicanos. Arrancaram as coisas. (...) A colonização portuguesa era boa, para a minha parte. (...) Naquele tempo as coisas eram baratas, embora o vencimento fosse baixo. Mas isso era próprio [daquele tempo]. (...) Não vejo nada de mal [na colonização portuguesa]. (...) [Nem o chibalo?] O chibalo podia dizer que é mau, mas davam qualquer coisa. Na reeducação você recebia alguma coisa?! Naquela altura não havia empregos a não ser chibalo. Pelo menos ganhava alguma coisa. (...) [E o racismo?] O racismo tinha, mas não é tanto como a Frelimo fez com os russos. (Entrevista 57/2004).

À medida que a representação do protótipo foi perdendo para a representação da Frelimo enquanto força política terrena e, desse modo, cada vez mais sujeita, enquanto objecto de atitude, a valorações positivas e negativas, foi diminuindo também a forte empatia inicial que existiu entre o novo poder pós-colonial e as sociedades. Daí que se fosse abrindo um espaço, ao nível do pensamento social, para que a contestação da Frelimo pudesse ser concebida, mas sem que o ideal de movimento de libertação fosse necessariamente profanado. Estava-se perante uma situação em que a força do protótipo foi de tal ordem que os discursos do senso comum da actualidade sobre o político o que muitas vezes revelam é que a Frelimo em acção é que estava (e/ou está) a trair o ideal-tipo da Frelimo movimento de libertação⁵⁴⁷. Paradoxalmente é a força do protótipo que tem proporcionado

⁵⁴⁷ «A revolução conta a sua história mítica como narrativa acerca das origens, do acto fundador, do combate do Povo – herói colectivo do mito – contra os seus inimigos reais e imaginários, e da marcha em direcção à conquista da Cidade Nova. De súbito, esta narrativa abre-se às representações de uma cidade outra, tornando-a parte integrante do seu trajecto. Dá-se, porém, um movimento inverso também: a produção e difusão das representações utópicas da Cidade Nova têm lugar através do mito revolucionário. (...) A representação da Revolução como ponto zero da história reclama uma outra, isto é, a do espaço social onde está tudo por inventar e realizar nesse momento único da história em que tudo parece possível. A utopia já não é expressa numa linguagem ficcional; emprega, agora, a linguagem simbólica revolucionária, ao mesmo tempo que põe ao dispor desta última todo o seu armazém de representações. (...) A referência ao futuro em construção intervem como justificação para a opressão e o terror exercidos no momento presente, bem como para os sacrifícios exigidos e impostos, mas que não podiam deixar de ser, na óptica dos amanhãs risonhos, senão passageiros. (...) A utopia comunista, enquanto elemento constitutivo da ideologia dominante, funciona portanto como um factor de opressão real, fazendo parte do vasto dispositivo de violência simbólica, e de violência pura e simples, instalado pelo poder. A particularidade desta ideologia reside,

às sucessivas lideranças da Frelimo ao longo das últimas três décadas margem de manobra para renovações internas no partido.

Aquilo que os analistas poderão considerar como inflexões ideológicas da Frelimo nas suas sucessivas recomposições políticas internas (genericamente a passagem da fase do marxismo-leninismo⁵⁴⁸ para a fase do neoliberalismo, com um ponto de viragem em finais dos anos oitenta, com tudo o que de relativo tais rótulos implicam), nos discursos dos entrevistados não foram salientes, nem mesmo quando estava em causa a crítica ao poder instituído. Dominam essencialmente três tendências no pensamento social sobre o político, qualquer delas passa ao lado da questão enunciada (a ordem é aleatória): a primeira, a que se focaliza no grande líder, explicando por essa via as transformações políticas, constituindo a ideologia uma componente (bastante) lateral, ou seja, a Frelimo mudou porque mudou a liderança (de Samora Machel para Joaquim Chissano em 1986 e, embora ainda em fase inicial da governação, está a mudar desde 2005 com o novo presidente Armando Guebuza); a segunda, dos que vêem no projecto da Frelimo uma opção estruturalmente democrática, mesmo com Samora Machel que a tinha em projecto e que não avançou por causa das circunstâncias que, posteriormente, Joaquim Chissano teve para efectivar um projecto já iniciado, isto é, neste tipo de discursos Samora Machel e Joaquim Chissano partilham uma mesma lógica de gestão do poder que não está a ser alterada por Armando Guebuza; a terceira, daqueles que consideram que a Frelimo, ontem como hoje, não abandonou a via socialista autoritária e as alterações políticas são meramente epidérmicas.

Deve ressaltar-se, no entanto, que se trata de inferências assentes em dados essencialmente recolhidos na região de Tete. A heterogeneidade social de Moçambique poderá comportar, naturalmente, outras hipóteses.

contudo, no facto de a utopia precisamente por ser fortemente estruturada e enunciada numa linguagem “doutrinal”, conservar uma certa autonomia relativamente ao uso que dela faz o poder. Nomeadamente, é possível contestar o poder, que se legitima pela utopia, em nome dessa mesma utopia. (...) Todas as correntes de oposição ao movimento comunista, a começar pela “oposição operária”, procederam a esse confronto entre a realidade vivida e os princípios fundadores do futuro prometido, baseando assim o seu “revisonismo” na seguinte interrogação: “É isto o socialismo?”» (Baczko 1985, pp. 371 e 385).

⁵⁴⁸ Claramente assumido no III Congresso da Frelimo realizado em 1977.

Não é por acaso que nunca se colocou em causa nas entrevistas, mesmo por parte daqueles explicitamente identificados com a Renamo, a parcela da legitimidade da Frelimo que remete para o passado histórico de luta anti-colonial, confirmando-se a esse nível, pelo menos até à actualidade, uma vantagem endémica da Frelimo nas disputas face a quaisquer outros concorrentes políticos. Não é por acaso também que as pessoas quando analisam a última guerra (1976/7-1992), as que tendem a reconhecer legitimidade à Renamo para avançar para o conflito, consideram os seus dirigentes faziam parte da Frelimo durante a luta anti-colonial, argumento bastante conveniente para a legitimidade da Renamo, mas que apenas parece mitigar a primazia representativa da Frelimo nesse domínio essencial para a afirmação política.

É por esse tipo de razões que, em Moçambique, a Frelimo não é igual às demais forças políticas. É a única que detém a legitimidade do passado de luta anti-colonial que permitiu a constituição do país independente e foi também o único movimento em relação ao qual existiu uma verdadeira empatia nacional, por muito conjuntural que ela tenha sido (essencialmente nos anos de 1974-1975). Talvez por isso a aceitação da Renamo enquanto legítima oponente nas disputas políticas em Moçambique tem sido um processo longo e, neste momento, década e meia após a instituição do multipartidarismo, não é possível dizer se algum dia essa aceitação será consumada com o acesso ao poder por via eleitoral.

Nessa perspectiva (apenas nessa perspectiva), a Renamo surge como uma espécie de sub-sistema dentro de um universo político mais amplo cuja paternidade é socialmente reconhecida como sendo da Frelimo. Daí que a margem para a Renamo contestar a Frelimo enquanto entidade histórica ligada à dignidade nacional seja muito estreita, embora seja viável a possibilidade de contestação a «uma certa Frelimo» ou a «esta Frelimo que agora está no poder» ou ainda, em geral, a Frelimo pós-colonial. É por isso verosímil a hipótese de se considerar que o movimento nacionalista que detém o poder em Moçambique desde a independência vive como que num limbo entre ser um partido político como os outros e ser o movimento de libertação que se confunde com a formação territorial nacional no momento em que ela se constituiu.

19.2. A objectivação ou a Frelimo tornada essência

«É na interacção do dia a dia que se constitui Moçambique. (...) Moçambique é um campo estético vasto, dentro do qual abundam símbolos que podem ser colocados ao serviço da promoção individual. A apropriação destes símbolos faz parte do processo de associação, isto é, da criação do espaço social moçambicano» (Elísio Macamo 1998, pp.43 e 57).

A objectivação, o outro processo na germinação de representações sociais – que só existe em função da ancoragem e vice-versa – tem a ver com aquilo que transforma, ao nível do pensamento social, o que era não-familiar em óbvio, no que passa a fazer parte da essência da realidade, que se torna evidente, hegemónico, que passa a estar acessível⁵⁴⁹:

«(...) what is unfamiliar and unperceived in one generation becomes familiar and obvious in the next. This is not simply due to the passage of time or to habit, though both are probably necessary. This domestication is the result of objectification, which is a far more active process than anchoring (...)»⁵⁵⁰.

A revolução moçambicana tornou, daí em diante, a Frelimo, não só uma entidade do senso comum, mas também e sobretudo um referente hegemónico no condicionamento do social. Ao nível do pensamento social, a objectivação tornou a Frelimo naquilo de Serge Moscovici e Georges Vignaux designam por *themata*:

«(...) thematic structuration coincides in some way with a work of objectification. And this is because, in making something thematic, relevant to their consciousness, individuals transform it at the same time into an object for themselves, or more precisely, into an object belonging to a reality chosen among all the possible or earlier realities. (...) But one cannot say that each object which holds our attention or is perceived by us is thereby objectified. Only those which are the 'centre', so to speak, of our field of consciousness become the theme of our representation and are objectified in the strict sense of the term»⁵⁵¹.

Foi o objecto Frelimo que permitiu que se estabelecesse uma espécie de ano zero em Moçambique, isto é, representações sociais de ruptura com o passado que impulsionaram as dinâmicas de (re)elaboração de novos universos de sentido associados ao macro-político. Teve a ver com a conjugação de uma profunda transformação social e política

⁵⁴⁹ Cf. Moscovici 2000 [1984], pp.49 e segs.

⁵⁵⁰ Moscovici 2000 [1984], p.49.

⁵⁵¹ Moscovici & Vignaux 2000 [1994], p.164.

com o processo de descolonização que permitiu a reinvenção dos significados da realidade social no período de transição, na essência balizado entre 1974-1975⁵⁵².

Todavia, a ruptura absoluta com o passado é, ela própria, muito mais um desiderato do que um facto. A própria sociedade colonial havia impulsionado a constituição de segmentos sociais (minoritários, mas em crescimento) com laços cada vez mais ténues com as sociedades tradicionais, mas que, ao mesmo tempo, não encontravam resposta satisfatória na sociedade pós-tradicional para as ambições que essa mesma sociedade colonial alimentava⁵⁵³. O processo de transição para a independência significou a conjugação de uma elite nacionalista que vinha de fora do estado (ou melhor, de fora do espaço controlado pela administração colonial), com outros segmentos que, pertencendo à sociedade colonial, de modo quase abrupto deram sentido político ao seu estatuto marginal em relação às elites coloniais, descobrindo na Frelimo o único suporte que lhes permitia responder positivamente à condição marginal em que se encontravam.

A sociedade colonial, por seu lado, apesar e por causa das melhorias verificadas nos anos sessenta e setenta, acabou por potenciar a explosão revolucionária. Muitas das tensões sociais dessa época, que já não eram as mesmas da primeira metade do século XX (essas muito conotadas com os espaços rurais, relacionadas com o chibalo⁵⁵⁴, o imposto, a palmatória ou as culturas obrigatórias), permaneciam reprimidas, embora as condições sociais que as alimentavam fossem crescendo⁵⁵⁵. Ao não terem expressão pública dentro do sistema colonial, tais tensões acabavam por não dispor de um enquadramento político em torno de instituições, dado que o autoritarismo do regime português não o permitia.

Mas essas novas tensões centradas nos segmentos sociais desfavorecidos da sociedade colonial não podem ser necessária e directamente associadas à causa nacionalista da Frelimo, até porque se tratou também de uma representação retroactiva, isto é, desde o período de transição projectou-se no passado colonial aquilo que nesse mesmo passado, para o senso comum, não era tão óbvio. Estavam em causa, até à revolução de 1974-1975, em grande parte, tensões internas da sociedade colonial. A melhoria das condições de vida,

⁵⁵² Cf. Berger & Luckmann 1999 [1966], pp.169-179.

⁵⁵³ Cf. Macamo 1998, p.56.

⁵⁵⁴ Trabalho forçado.

⁵⁵⁵ Cf. Brandão 2004, pp.72 e segs.

numa estrutura social que continuou profundamente desequilibrada, terá favorecido a germinação de sentimentos de discriminação e segregação racial, salarial, profissional, limitações no acesso a níveis de formação mais elevados, entre outros, sobretudo entre alguns daqueles que aparentemente mais iam beneficiando com a colonização, mas que estavam longe de atingir o estatuto de elite.

Ainda que as transformações tivessem ocorrido por pressão da guerra da Frelimo⁵⁵⁶, as revoluções tanto acontecem porque os sistemas tendem a cristalizar-se, como acontecem precisamente porque eles sofrem alguma renovação, ou mais precisamente, como foi o caso de Moçambique, o potencial revolucionário pode tornar-se elevado quando se conjuga, por um lado, a cristalização das ideologias e estruturas de dominação colonial com, por outro lado, recomposições significativas do tecido social com implicações no modo como os indivíduos interpretam a realidade de que são parte. O que é facto é que a partir dos anos sessenta o sistema colonial se transformou, sendo que isso partiu de propósitos políticos claros: renovar os fundamentos de legitimidade da ocupação colonial portuguesa em África através do alargamento dos direitos cívicos aos autóctones e de melhorias nas condições de vida das populações.

Sublinhe-se que com a transição para a independência em meados dos anos setenta o novo poder da Frelimo impôs sobre a colonização portuguesa em Moçambique um discurso como se de uma realidade estática se tratasse, recorrendo a omissões e a valorações selectivas que faziam tábua rasa das transformações positivas ocorridas desde inícios da década de sessenta. No fundo, esse discurso alimentava representações sociais que passavam ao lado de uma parte do que foi o sistema colonial, tomando apenas o seu lado negativo como pano de fundo⁵⁵⁷. Essa construção representativa permitia conferir maior relevância às razões da luta armada anti-colonial e, ao mesmo tempo, transformou a Frelimo, durante o período de transição para a independência, no referente central do pensamento social dado que o processo em causa decorreu num contexto de fortíssima mobilização popular.

Quando se conquistou a independência (...) Internacionalmente Moçambique passou a ser conhecido em todo o globo. As pessoas podiam apontar no mapa e

⁵⁵⁶ Ver nota 19 do anexo (III parte).

⁵⁵⁷ Cf. Clarence-Smith 1985, pp.192 e segs.; Mateus 2004.

dizer 'Aqui está Moçambique'. Graças a esse trabalho, Moçambique fez parte do mapa. (Entrevista 7/2004).

Porém, se a elite da Frelimo guiava-se pela ideologia (e, ao mesmo tempo, era através dela que instrumentalizava o poder), a(s) sociedade(s) em Moçambique produzia(m) representações sociais do político a partir dessa matéria-prima. Existiram naturalmente pontos de aproximação, porém tais dimensões (ideologia e representações sociais) não se confundem.

A objectivação – «... processo [que] (...) consta de duas fases: a *transformação icónica*, que consiste em estabelecer uma associação entre determinado conceito e uma imagem, e a *naturalização*, mediante a qual as imagens se tornam realidades concretas»⁵⁵⁸ –, é o que podemos associar ao que foi mais dinâmico, ao que teve mais impacto e, por isso, aos aspectos duradouros da nova maneira de pensar a realidade e, dentro dela, o político. Tal tem a ver, como em qualquer processo em que se geram representações sociais, com a forma como os conteúdos do novo conhecimento são descontextualizados, seleccionados, organizados num todo coerente ou, noutros casos, com a forma como o velho conhecimento é reelaborado. É o que confere eficácia às representações sociais enquanto teorias sociais práticas, para usar uma expressão de Jorge Vala⁵⁵⁹.

A eficácia do processo de objectivação na constituição de representações sociais tem a ver com o dinamismo das interacções comunicativas que transportam os novos objectos representados «(...) *there is no communication without persuasive intention* (...)»⁵⁶⁰. Essas interacções comunicativas cujos conteúdos eram novidade foram, em Moçambique, durante o período de transição, intensas, diversificadas, massificadas. Mesmo que se possam estabelecer, nessa fase, diferenças de maior intensidade quanto mais concentradas estivessem as populações, em particular nos espaços urbanos e sedes administrativas. Todavia, a essência do que estava em causa terá sido semelhante um pouco por todo o país.

Os símbolos transportavam mensagens simples e concisas. Era como que uma sociedade de consumo imediato do mercado de ideias revolucionárias. Quanto mais ampla e eficaz

⁵⁵⁸ Álvaro & Garrido 2007 [2003], p.289.

⁵⁵⁹ Vala 1997, pp.358 e 360 e segs.

⁵⁶⁰ Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p.261.

for a circulação de ideias associadas a imagens ou objectos que os actores sociais facilmente identificam, tanto mais relevantes, enraizadas e, por isso, dinâmicas serão as representações sociais a eles associadas⁵⁶¹.

Tudo isso caracterizou a revolução moçambicana (como caracterizaria outras revoluções), com a particularidade de, no caso de Moçambique, os meios de circulação de informação terem sido sobretudo as próprias pessoas, num país onde, na época, não existia televisão e as rádios e jornais tinham uma capacidade de influência muitíssimo limitada. Foram os intercâmbios comunicativos nos espaços públicos, assentes nas interacções directas entre as pessoas, que desempenharam a função primordial na reelaboração do senso comum sobre o político. A esse nível o material empírico recolhido em Moçambique entre 1997 e 2008 é bastante claro, dadas as referências persistentes aos comícios, reuniões ou encontros nos mais diversos locais (como as zonas de residência ou os locais de trabalho), nos quais as pessoas, no geral, se sentiam pressionadas a marcar presença.

É de se considerar a hipótese de existirem diferenças entre, por um lado, um tipo de circulação da informação resultante em grande parte do intermédio dos órgãos de comunicação social como a televisão, a rádio ou os jornais. Nesse caso, o conteúdo da comunicação terá um impacto nas pessoas menos resistente ao tempo, isto é, a natureza do conhecimento social daí resultante torna-se mais vulnerável à renovação. Por outro lado, um outro tipo de circulação da informação é o que depende sobretudo (ou quase em exclusivo) do contacto directo entre os membros de determinada comunidade. Neste último caso, porque o conteúdo da comunicação assenta num comprometimento individual muito maior do mensageiro com a mensagem, o impacto das representações sociais com essa génese, particularmente quando ocorre em conjunturas de grande sensibilidade social, pode tornar-se muito mais perdurável no tempo por se confundir a construção das identidades individuais com a construção das identidades colectivas. O processo de transição política em Moçambique enquadra-se com particular acuidade na última tipologia, como se enquadrariam situações equivalentes ocorridas em países da periferia do sistema-mundo ou em épocas históricas recuadas (podem ser exemplos a revolução francesa iniciada em 1789, a revolução russa iniciada em 1917 ou o período que se seguiu à proclamação da República Popular da China em 1949).

⁵⁶¹ Cf. Baczko 1985a, pp. 298-299.

Em Moçambique, nos anos de 1974-1975, no âmbito da reinvenção do simbólico estava uma Frelimo que arrastava as massas. Os líderes impuseram mimetismos, cumprindo o seu papel de dar amplitude às mensagens nas mais variadas formas – comícios; divulgação imagens em espaços públicos, do hino e da bandeira nacionais; músicas; slogans com palavras de ordem; celebrações nacionais (datas, heróis, momentos); entre outros.

Nos comícios frequentes as massas repetiam as palavras de ordem⁵⁶²: «Abaixo!»: o colonialismo, a opressão, o racismo, o tribalismo, a poligamia, o lobolo, a exploração do homem pelo homem, etc. Recusava-se e reelabora-se ao mesmo tempo, por essa via, o passado colonial e precavia-se o presente e o futuro; «Viva!»: a luta armada de libertação nacional, a Frelimo guia do povo moçambicano, o socialismo, o marxismo-leninismo, o povo moçambicano, os povos irmãos de África, etc. Recriava-se o lado virtuoso de um passado de sofrimento e prometia-se um futuro radioso em que ambos se complementavam: «A luta continua! Independência ou morte?! Venceremos!»; «Unidade, Trabalho e Vigilância», o mote da nova cidadania⁵⁶³.

A forte dinâmica de multiplicação e diversificação de mensagens associadas à conquista da independência levaram a que praticamente ninguém ficasse à margem das transformações que estavam em curso. Desse modo, o período de transição foi um momento único na história de Moçambique, marcado pela constituição de representações sociais do político que se mantêm centrais na actualidade. Tornaram-se como que pré-representações a partir das quais se sustenta o que, a nível político, vem ocorrendo nestas mais de três décadas após a descolonização.

As representações objectivam-se, sem dúvida, pelas palavras e, sobretudo, pelas ideias traduzidas em imagens:

⁵⁶² É interessante verificar-se como palavras introduzidas e popularizadas no léxico comum pelo discurso político revolucionário da Frelimo dos anos setenta – «opressão», «repressão», «ditadura», «sofrimento», «agressividade», «violência», «maus» –, palavras que visavam conferir atributos sumários ao sistema colonial que então terminava, são hoje usadas por algumas pessoas (em alguns casos trata-se das mesmas pessoas), para caracterizar o regime socialista de Samora Machel. Como se o tempo e as dinâmicas sociais se tivessem encarregado de tornar nossos aqueles atributos negativos que inicialmente se haviam projectado no colono.

⁵⁶³ Cf. Matusse 2004, pp.119 e segs.

«(...) objectify is to discover the iconic quality of an imprecise idea or being, to reproduce a concept in an image. (...) Those [words] which, owing to their ability to be represented, have been selected, merge with, or rather are integrated into, what I have called a pattern of “figurative nucleus”, a complex of images that visibly reproduces a complex of ideas. (...) Thus, by a sort of logical imperative, images become elements of reality rather than elements of thought»⁵⁶⁴.

A arte neo-realista⁵⁶⁵ também surgiu nos espaços públicos por via do desenho, com operários, camponeses, homens e mulheres, confirmando o vigor revolucionário através da força das imagens. Alguns rostos passaram a fazer parte da galeria de objectos políticos com valor representativo relevante como nunca antes estratégias de comunicação ou psicológicas do sistema colonial haviam conseguido. Reportamo-nos, por exemplo, a Karl Marx, a Vladimir Lenine ou a Che Guevara, mas sobretudo aos nacionalistas Eduardo Mondlane e Josina Machel. Estes últimos, mortos durante a guerra, passaram rapidamente a símbolos muito salientes no pensamento social directamente associados ao martírio e à glória de um passado de luta anti-colonial que a generalidade das pessoas podia partilhar e que ainda hoje identificam sem hesitar. O pouco que as pessoas comuns sabiam desses heróis era convenientemente eficaz para alimentar as novas representações sociais, pois a simplicidade da informação facilitava a divulgação das mensagens.

A toponímia em Moçambique foi rapidamente limpa de quaisquer associações ao colono, tornando-se intensa e explicitamente politizada. Essa ruptura simbólica dava força aos novos heróis nacionais, mesclados com outros heróis africanos, sendo que o marxismo-leninismo (ou o socialismo) aparecia como o elemento de ligação entre o nacional, o africano e o internacional na nova toponímia. Com tal estratégia era praticamente impossível os indivíduos não participarem no processo de objectivação das novas representações que focalizavam o conhecimento social na dimensão política. Mais não seja quando tivessem de (re)nomear a sua localidade ou bairro de residência; a cidade próxima

⁵⁶⁴ Moscovici 2000 [1984], pp.49-51.

⁵⁶⁵ «Neo-realismo: corrente artística surgida no Ocidente nos anos 30 do século XX, com expressão nas artes plásticas, na literatura e no cinema. O programa neo-realista encontrava-se ligado aos princípios do realismo, sujeitos a uma perspectiva marxista e inspirados no chamado realismo socialista, estética oficial do comunismo. Assim, o neo-realismo encontrou os seus temas principais na dinâmica histórica e social da luta de classes, exigindo à arte e aos artistas um compromisso e uma militância que eram o oposto da teoria da arte pela arte. O artista deveria ser uma força activa, considerando o homem como ser social e afastando-se do subjectivismo. A promoção dos desfavorecidos e humildes, a análise das condições de vida de camponeses e operários, e ainda das condições históricas que as originam, são alguns dos seus motivos mais frequentes.» («Neo-realismo» in: *Enciclopédia Universal Multimédia On-line*, http://www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=6_166).

ou a capital do seu país; a rua ou praça por onde circulavam – as pessoas participavam na reinvenção de universos de sentido.

Numa cidade como a então recém-baptizada Maputo (ex-Lourenço Marques), por exemplo, os transportes públicos, no espaço de dias, mantendo o percurso do tempo colonial, no ponto de partida, nos sítios por onde passavam ou no destino, passaram a circular por novas terras (ou, em bom rigor, pelas novas designações toponímicas dos locais de sempre). Numa cidade como Tete os novos nomes dos bairros (Mateus Sansão Muthemba, Francisco Manyanga, Filipe Samuel Magaia ou Josina Machel), das unidades residenciais (25 de Setembro, Popular, Armando Tivane ou Emília Daússe) ou dos mercados (OUA e 1º de Maio), entre outras alterações toponímicas, não deixavam margens para dúvidas.



Sobre os símbolos revolucionários ancorados e objectivados em torno das figuras de Eduardo Mondlane e de Josina Machel, é sintomático um livro publicado há pouco mais de meia década (isto é, um livro recente tendo em conta o que aqui está em análise)⁵⁶⁶. Nessa obra, se os testemunhos atribuídos a Janet Mondlane humanizam e salvaguardam a imagem de Eduardo Mondlane⁵⁶⁷ visto pela sua viúva cerca de três décadas após a sua morte, a partir deles existem argumentos que permitem questionar o heroísmo de Josina Machel, esposa do primeiro presidente de Moçambique falecida durante a luta armada de libertação nacional. A Janet Mondlane, Nadja Manghezi, a autora do livro, atribui as seguintes afirmações:

«O Samora não estava na cidade [Dar-es-Salam]. Ela [Josina Machel] deu à luz o Samito [Samora Moisés Machel Júnior] naquela manhã. O que me impressionou naquilo foi uma coisa que ela disse. Nunca consegui compreender aquilo. De alguma forma ela estava muito *blasée*⁵⁶⁸, aparentemente, por causa de alguma coisa, mas eu penso que, de facto, era o método dela para esconder o que de facto sentia. Quando lhe perguntámos... como vais chamar ao bebé e ela respondeu: “sei lá”... (...) Não sei qual era o problema que havia. (...) A Josina tratava-o [Samora Machel] muito bem. Quando ele entrava em casa ela ajoelhava-se, tirava-lhe os sapatos e as peúgas e trazia-lhe os chinelos. Todo esse tipo de coisas. Ela era muito servil com o Samora. É claro que



⁵⁶⁶ Manghezi 2001, pp. 301-321.

⁵⁶⁷ Eduardo Chivambo Mondlane nasceu a 20 de Junho de 1920, em Manjacaze (província de Gaza), e faleceu a 3 de Fevereiro de 1969, vítima da explosão de correspondência armadilhada, em Dar-es-Salam (Tanzânia).

⁵⁶⁸ Em itálico no original e a autora traduz: «Indiferente, incapaz de emoções».

isso era ao que ele estava habituado. Foi-se tornando cada vez pior quando ele se tornou comandante do exército e, depois, dirigente da Frelimo. (...) Durante a luta armada ela não fez nada de excepcional porque, basicamente, ela não era – do meu ponto de vista – uma pessoa excepcional, mas tinha aquela ideia profundamente enraizada de que Moçambique tinha que ser independente. Isso era raro numa mulher, tomar esse tipo de decisão. Era nisso que ela era rara. Não foi, do meu ponto de vista, o que ela fez na luta armada. O que ela fez, fê-lo principalmente porque era a esposa do Samora, mas não por ter feito alguma coisa de muito espectacular. (...) [A propósito de uma longa caminhada que um grande grupo de membros da Frelimo fez nas matas do norte de Moçambique em Maio de 1969 em que estavam Janet e Josina] Caminhámos o tempo todo. Andámos, andámos, andámos. E, por sorte, eu tinha aprendido o suficiente sobre o tipo de roupas e de sapatos que deveria levar, portanto não passei mal. A Josina, pobrezinha, tinha acabado de comprar um novo par de botas. Não sei porque fez aquilo. Ela tinha obrigação de saber, mas ficou com bolhas enormes nos calcanhares e, é claro, as bolhas depois rebentaram.»⁵⁶⁹

Nadja Manghezi conclui:

«Algumas das mais famosas fotografias da Josina são dessa viagem. Dá para perceber que é uma mulher da cidade, com longos dedos, bem tratados, com longas e belas unhas que não se usam no mato. E, após o casamento [com Samora Machel], tem também uma aliança»⁵⁷⁰.

Josina Machel viria a falecer de doença a 7 de Abril de 1971⁵⁷¹, de «(...) cancro do pâncreas ou coisa parecida»⁵⁷², sendo que o regime desde o período de transição (1974-1975) deixou que a vida e morte heróicas de Eduardo Mondlane (assassinado a 3 de Fevereiro de 1969 durante a guerra por razões políticas) se confundissem com os atributos conferidos pelo senso comum a Josina Machel, ambos símbolos da revolução.

A representação da guerrilheira heróica, abnegada e fiel companheira do líder ou a utopia da defesa da igualdade entre o homem e a mulher fica algo abalada pelo testemunho que se atribui a Janet Mondlane. É legítimo considerar que o principal impulsionador do mito político de Josina, Samora Machel, fê-lo muito mais por razões passionais, apesar disso potenciar a dimensão épica da causa nacionalista. Foi o carisma do líder que conferiu eficácia a essa construção simbólica, só questionada publicamente após a morte de Samora Machel em 1986. Mesmo que isso não tenha sido feito pela primeira vez em 2001 no livro

⁵⁶⁹ Janet Mondlane junto a Manghezi 2001, pp.311 e 315-317.

⁵⁷⁰ Manghezi 2001, p.319.

⁵⁷¹ Josina Machel nasceu a 10 de Agosto de 1945 na província de Inhambane com o nome de Josina Abiatar Muthemba. Juntou-se à Frelimo em Julho de 1965. Casou-se com um dos então líderes da organização, Samora Machel, em Maio de 1969, já depois da morte de Eduardo Mondlane em Fevereiro desse ano. Cf. Ferreira 2007, p.239-240.

⁵⁷² Janet Mondlane junto a Manghezi 2001, p.311.

em apreço, a expressão pública da reapreciação do mito de Josina Machel é seguramente posterior à morte de Samora Machel.

Mas mais importante do que isso, associar a revolução a um ícone feminino teve forte impacto social na época precisamente porque os valores tradicionais africanos, profundamente enraizados, eram o oposto do que então se anunciava. A representação generalizada de um modelo feminino emancipado (isto é, liberto da tutela masculina) explica-se pela própria predisposição social em aceitá-lo, sendo que estava em causa, no discurso da Frelimo, um fortíssimo apelo à mudança que ia muito além da relação colono/colonizado. Constituindo o género feminino cerca de metade das sociedades, pela primeira vez em Moçambique surgiu um projecto político que apelava directamente a transformações na condição (social, política, cultural ou económica) desse segmento da população⁵⁷³.

A generalização de representações sociais de Josina Machel se significava, por um lado, a adesão das populações ao discurso inicial da Frelimo que surgia como profundamente inovador, também, por outro lado, revela a diferença entre o pensamento e as práticas sociais. Como se pode inferir a partir do texto, as mesmas sociedades que alimentavam (e alimentam) o símbolo de Josina Machel continuavam (e continuam em grande parte) profundamente dominadas pelo poder masculino. A propósito dessas contradições que o discurso da Frelimo evidenciou desde o início, Anne Pitcher escreveu: «*Socialist man and modern man are rational and scientific (a woman may have rights under socialism and modernization, but she is not referred to as a New Woman or Modern Woman in either theory)*»⁵⁷⁴. Porém, quanto maior for a discrepância entre as práticas e os discursos (ou simplesmente quanto maiores as dificuldades dos últimos em domesticar o real), tanto maiores poderão ser as ambições de transformação social. Daí que se possa concluir que a revolução de 1974-1975 não terá sido apenas uma mera imposição de ideais determinadas minorias sobre a esmagadora maioria, mas também um processo em que a generalidade das pessoas se dispunha a desempenhar um papel de algum modo activo.

⁵⁷³ Cf. Chingono 1996, pp.209 e segs.

⁵⁷⁴ Pitcher 2002, p.56.

Uma vez que se analisa o processo de objectivação (eficaz) que foi feito da Frelimo e da sua revolução enquanto representações sociais, não é por isso de somenos importância assinalar que, até hoje, mais de meia década após a publicação dos testemunhos de Janet Mondlane (2001), o simbolismo nacional que se edificou em torno Josina Machel mantém-se relativamente intacto ou, se teve algum desgaste, não terá sido inferior ao de outras figuras simbolicamente relevantes da luta de libertação nacional.

Após ter lido o livro e falar ocasionalmente sobre o assunto em Moçambique, nas entrevistas ou informalmente, uma das reacções foi «Afinal Josina não morreu por causa da guerra [isto é, em situação de combate]?!» A representação do protótipo de heroísmo, de tão forte que foi, continua sobreposta a eventuais incongruências disponibilizadas pela factualidade histórica. Como temos insistido, o real, mais do que se resumir ao conhecimento social dos factos, existe em função do sentido que os actores sociais conferem a esses mesmos factos, o que, neste caso, significa também que o tipo de representação em causa germinado durante a revolução mantém grande parte do seu simbolismo na actualidade. Na toponímia do país independente as referências à heroína Josina Machel continuam das mais recorrentes do Rovuma ao Maputo.

É evidente que estamos a fazer inferências a partir de um testemunho pessoal (de Janet Mondlane), ainda por cima registado por interposta pessoa (a autora Nadja Manghezi), com toda a subjectividade que isso comporta, como seria se alargássemos a interpretação à polémica gerada pelo livro de Bernabé Ncomo (2003)⁵⁷⁵ que se centra na acção política do reverendo Uria Simango, figura destacada da luta de libertação nacional, mas expulso da Frelimo em 1970 após a morte de Eduardo Mondlane (1969)⁵⁷⁶. Em Novembro de 1974, já com o processo de transição para a independência em curso, Uria Simango terá viajado da África do Sul para o Kénia (Nairobi), depois para o Malawi (Blantyre), onde, com a conivência das autoridades locais, foi entregue na fronteira de Moçambique às autoridades da Frelimo e preso⁵⁷⁷, posteriormente executado em data imprecisa (provavelmente entre 1977 e 1980, durante a governação de Samora Machel) em conjunto com outras figuras destacadas da luta de libertação nacional que se afastaram ou foram afastadas da direcção das Frelimo: Adelino Gwambe, João Unhai, Paulo José Gumane, Júlio Razão de Nilia, Joana

⁵⁷⁵ Cf. Macamo 2004c.

⁵⁷⁶ Cabrita 2000, pp.63 e segs.

⁵⁷⁷ Ncomo 2003, p. 330.

Simeão, Raul Casal Ribeiro, Faustino Kambeu, Verónica Namiva⁵⁷⁸. Esses eram alguns dos que no período revolucionário foram apresentados como reaccionários, traidores ou tribalistas, o que conferia validade representacional não a uns heróis nacionais abstractos, mas apenas àqueles heróis nacionais que o novo poder da Frelimo legitimava. Bernabé Ncomo pretende com o seu livro (2003) reabilitar um dos renegados: Uria Simango⁵⁷⁹.

As características das representações sociais sobre o político que estão em análise tornam pertinente trazer à colação esse tipo de testemunhos escritos, num país cujas representações da luta anti-colonial foram moldadas *a posteriori* pela interpretação dos vencedores, com tudo o que de legítimo ou não legítimo tal tipo de selectividade na (re)construção do passado implica. Todavia, sublinhe-se que os próprios testemunhos escritos publicados num período largamente posterior aos factos a que se reportam, como os de Nadja Manghezi (2001) e Bernabé Ncomo (2003), também eles reelaboram retroactivamente o passado com intuítos de legitimação (ou deslegitimação) política dos seus autores ou protagonistas. Ainda assim, os livros em causa, apesar e por causa da sua carga de subjectividade, contribuem para uma melhor análise, por um lado, das diferenças entre a história e as representações sociais (neste caso que recorrem ao passado como matéria-prima) e, por outro lado, da política enquanto a arte de condicionar as representações do senso comum.



Regressando à conjuntura política do período de transição e dos primeiros anos de independência, do passado de luta heróica e guiando os destinos no presente estava Samora Machel⁵⁸⁰, ele próprio um objecto político de referência, também com direito a representações icónicas profusamente divulgadas.

Um conjunto de imagens eficazes – pela pouca diversidade, grande divulgação e significado – ornamentavam de simbolismo revolucionário os espaços públicos, os locais de trabalho, as escolas, as sedes de poder formal e informal (das repartições do estado às incontáveis sedes dos grupos dinamizadores, dos bairros urbanos ou das povoações rurais).

⁵⁷⁸ Ncomo 2003, pp. 38-39. Cf. Cabrita 2000, pp.100 e segs.; Ferreira 2007.

⁵⁷⁹ Num outro texto Ncomo s.d. [2005?] faz um exercício semelhante de reabilitação de André Matchangaice, primeiro líder da Renamo morto em combate em 1979.

⁵⁸⁰ Samora Moisés Machel nasceu a 29 de Janeiro de 1933 em Chilembene (província de Gaza) e faleceu a 19 de Outubro de 1986 num acidente de aviação em Mbuzini (África do Sul).

A revolução moçambicana apresenta-se, portanto, como tendo sido uma máquina de incentivo à produção de representações sociais particularmente exímia⁵⁸¹.

No rol de símbolos que objectivavam a revolução contam-se também o hino e a bandeira nacionais da então República Popular de Moçambique⁵⁸². Ambos, por si só, não teriam grande significado. Mas tiveram porque se inseriam num contexto simbólico diversificado, mas coerente, organizado em torno do *thema* Frelimo.

O hino nacional tornou-se uma referência relevante, como que um panfleto de doutrinação política do marxismo-leninismo às pessoas comuns: «Todo o povo unido (...) luta contra o imperialismo; (...) Unido ao mundo inteiro, lutando contra a burguesia, nossa pátria será túmulo do capitalismo e exploração». Nele se proclamava, nos dois primeiros versos, um explícito «Viva, viva a Frelimo! Guia do povo moçambicano!»⁵⁸³. Mesmo que uma parte

⁵⁸¹ Sobre um outro símbolo de sinal contrário, o *xiconhoca*, cf. Ribeiro 1998.

⁵⁸² Nos inícios da segunda vaga de transformações do sistema político em Moçambique aprovou-se, em 1990, a nova constituição (revista em 2004) em que caiu o *Popular* e o país passou a ser apenas República de Moçambique.

⁵⁸³ Letras completas da primeira (1975-2002) e da segunda (Lei 13/2002 de 3 de Maio) versões do hino nacional de Moçambique:

1975-2002

Viva, viva a Frelimo!
Guia do Povo Moçambicano!
Povo heróico que d'arma em punho
O colonialismo derrubou.
Todo o Povo unido
Desde o Rovuma até o Maputo,
Luta contra imperialismo
Continua e sempre vencerá.

CORO

Viva Moçambique!
Viva a Bandeira, símbolo Nacional!
Viva Moçambique!
Que por ti o povo lutará.

Unido ao mundo inteiro,
Lutando contra a burguesia,
Nossa Pátria será túmulo
Do capitalismo e exploração.

O Povo Moçambicano
D'operários e de camponeses,
Engajados no trabalho
A riqueza sempre brotará.

CORO (repete)

[<http://hinossongs.com/lyrics/136753/>]

Desde 2002

Na memória de África e do Mundo
Pátria bela dos que ousam lutar!
Moçambique, o teu nome é liberdade,
O sol de Junho para sempre brilhará!

Moçambique, nossa terra gloriosa!
Pedra a pedra construindo o novo dia!
Milhões de braços: uma só força!
Ó Pátria amada, vamos vencer!

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela Paz!
Cresce o sonho ondulando na Bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã!

Flores brotando do chão do teu suor,
Pelos montes, pelos rios, pelo mar!
Nós juramos por ti, ó Moçambique:
Nenhum tirano nos irá escravizar!

Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo o novo dia
Milhões de braços, uma só força
Ó pátria amada vamos vencer!
[<http://www.bip.gov.mz/hino.htm>]

significativa das populações em Moçambique não falasse português, o idioma oficial adoptado, ainda assim, o hino nacional, nunca traduzido nas línguas nacionais (por contraponto à língua oficial), descodificava uma outra mensagem central da revolução: unidade nacional, aqui representada na língua portuguesa. Além disso, o hino (como outras formas de expressão com conteúdo político) comportava algumas palavras genuinamente nacionais que não necessitavam tradução: Frelimo, Rovuma ou Maputo.

A bandeira nacional, por seu lado, também com forte difusão, não era um mero objecto decorativo, mas referente político, mesmo que a simbologia das cores ou do emblema (o escudo para o colono) não fossem facilmente apreendidas pela generalidade das pessoas. O que era do senso comum é que tinham passado a existir um conjunto de crenças, símbolos, valores que estariam certamente na bandeira que, desse modo, como os demais símbolos da época, comportava uma forte carga afectiva, mesclando a Frelimo com tudo o que estava a ser (re)criado⁵⁸⁴.



1975-1982



Desde 1982

⁵⁸⁴ Para uma explicação icónica da bandeira, a menos relevante no âmbito da investigação, as cores significavam: o verde – a riqueza do solo; o vermelho – luta contra o colonialismo; o preto – o continente africano; e o amarelo – a riqueza do subsolo. Quanto ao emblema: uma roda dentada industrial marcava-lhe os limites, dentro da qual uma estrela vermelha de cinco pontas tinha por baixo um livro aberto sobre o qual repousavam uma enxada cruzada com uma *kalashnikov* (AK-47). A ideologia marxista-leninista era inequívoca: o papel determinante atribuído ao sector industrial e à proletarização como vias de progresso; a estrela vermelha associada à ideologia socialista; a massificação do ensino como via para a libertação do obscurantismo e orgulho do programa revolucionário; o peso reconhecido à agricultura e aos camponeses que era preciso fazer chegar ao ideal industrial da roda dentada; e a determinação na defesa das conquistas nacionais numa luta que continuava. Apesar das alterações da bandeira nacional ocorridas em 1982 – que, aliás, se resumem a uma nova disposição das cores e da estrela, sendo apenas suprimida a roda dentada, passando a ser a estrela (agora amarela) o fundo do emblema – Moçambique é o único país no mundo que mantém, desde 1975, uma arma na sua bandeira [são vários os sítios na internet sobre a bandeira e o emblema de Moçambique. Além do referido na nota anterior, citemos apenas alguns: <http://www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/mocambique.html>; <http://www.tuvalkin.web.pt/terravista/guincho/1421/bandeira/mz.htm#1975>; <http://www.tuvalkin.web.pt/terravista/guincho/1421/bandeira/mz}.htm#flm75>]. Persistente e sintomático símbolo revolucionário que vai resistindo às ideologias pacifistas actualmente em voga, já bem presentes na nova e segunda versão do hino nacional de Moçambique adoptada em 2002, em substituição da que vigorou desde 1975. Cf. Mucavele 2005; Mbanze et alii 2005; «Editorial» do jornal *Savana* de 12.08.2005 (edição electrónica).

A nova família de representações sociais também incluía celebrações ritualizadas, indistintas das celebrações da Frelimo: o dia dos Acordos de Lusaka que abriram caminho à paz e à independência (07.09.1974), o dia da fundação da Frelimo e da independência (25.06.1962 e 25.06.1975, respectivamente), o dia dos heróis moçambicanos (03.02, data do assassinato de Eduardo Mondlane em 1969), o massacre de Mueda (16.06, ocorrido no ano de 1960)⁵⁸⁵, o início da luta armada (25.09, a primeira acção armada da Frelimo foi em 1964), o dia das nacionalizações (celebrado a 24.07, decretado em 1975), o dia da mulher moçambicana (7 de Abril, data da morte de Josina Machel em 1971)⁵⁸⁶, entre outras. O mundo, também ele, ganhava outro sentido com, por exemplo, as celebrações do dia do trabalhador no 1º de Maio, do dia da criança a 1 de Junho ou, na designação local, dos «continuadores da revolução moçambicana» ou a descoberta dos parceiros socialistas de onde se esperavam a cooperação e os cooperantes: Cuba, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), República Democrática Alemã (RDA), Hungria ou República Popular da China.

Os símbolos associados à juventude também assumiram papel proeminente na objectivação da nova era, institucionalizados pelo regime na Organização da Juventude Moçambicana (OJM, criada a 29 de Novembro de 1977), em si muito mais um símbolo do que uma instituição com uma estrutura e organização consolidadas e eficazes. Como noutros casos e noutras épocas, mesmo sem ser em África, tendo em conta tratar-se de uma população composta maioritariamente por crianças e jovens, esses segmentos sociais chamam a atenção do poder político.

As músicas e cânticos revolucionários entoados nas escolas, nos quartéis, nos comícios, nas rádios⁵⁸⁷ ou nas festas populares faziam parte da forte convergência de representações

⁵⁸⁵ Nessa data (16.06.1960), em Mueda, província de Cabo Delgado, terão sido mortos pelas forças coloniais portuguesas um número elevado de camponeses (alegadamente entre 500 a 600 pessoas) que protestavam contra abusos das autoridades coloniais, nomeadamente relacionados com as culturas obrigatórias, os impostos e o trabalho forçado (*chibalo*). A interpretação que o regime da Frelimo deu ao facto foi considerar ter-se tratado de um protesto pacífico de moçambicanos que reivindicavam a independência. O número de vítimas do massacre é discutível. Cf. Newitt 1997 [1995], p.450; Cahen 2005.

⁵⁸⁶ Cf. Chingono 1996, pp.214 e segs.

⁵⁸⁷ A televisão em Moçambique só iniciou as emissões experimentais a partir de finais dos anos setenta e, ainda hoje, pelas características sócio-económicas do país, está muito longe de ser um meio de comunicação de massas, mesmo em contextos urbanos.

sociais em torno da Frelimo, com papel importante nos intercâmbios comunicativos⁵⁸⁸. Esse tipo símbolos estava directamente associado ao político. Recorria-se, portanto, quer a meios de carácter formal (como os comícios, o hino ou a bandeira nacionais), quer de carácter informal (como a música ou a substituição do senhor pelo camarada no tratamento deferente).

Concorreram ainda para a objectivação da revolução imagens, sons, ideias, símbolos que vinham de fora, particularmente das outras ex-colónias portuguesas, com destaque para Angola. A África e o mundo também ganharam outro significado. Portugal e o colono enquanto referências externas hegemónicas até aí (em conjunto com a África do Sul e com a Rodésia), com a revolução perderam também esse estatuto.

A Frelimo, estando no centro do que estava a acontecer no período de transição para a época pós-colonial, pode ser considerada apropriadamente como um movimento de vanguarda: era ela própria e anunciava uma novidade; novidade que antecipava o futuro; futuro que se foi distanciando do seu momento de criação mas que, apesar das recomposições políticas das últimas três décadas, mantém elos de ligação com o momento original. A conquista irreversível da independência foi e é disso o melhor testemunho.

⁵⁸⁸ A propósito da morte do destacado músico e maestro moçambicano Justino Sigaulane Chemane, a 23 de Janeiro de 2004, o então presidente da república, Joaquim Chissano, em nota de condolências enviada à imprensa, atesta precisamente a importância política da música, simbolizada no que considera ter sido a acção do homenageado: «Com a proclamação da independência nacional, Justino Chemane, dedica-se de forma exemplar à promoção da nossa Cultura. O seu primeiro e mais destacado acto de criador e de patriota comprometido com a liberdade do seu povo foi a autoria do primeiro Hino Nacional de Moçambique independente, hino que durante 27 anos simbolizou a vontade de lutar e vencer dos moçambicanos. Justino Chemane destacou-se durante o período de transição para a Independência Nacional, de 1974 a 1975, com as canções “Kindlimuka Moçambique” e “Kutwala Huwa”. Estas canções foram instrumentos importantes na exortação do Povo moçambicano a erguer-se com orgulho para as tarefas que se impunham ao seu desenvolvimento, e para que unido, escutando a voz dos seus heróis, que por si deram as suas vidas, levantar bem alto o seu país, empenhando-se nas tarefas que sublinhavam o facto de os donos de Moçambique serem os próprios Moçambicanos. De facto, as palavras de ordem de então, como Unidade, Trabalho e Vigilância, encontravam eco nas canções do maestro Chemane, tornando-se deste modo, mais mobilizadoras e aglutinadoras dos moçambicanos nas tarefas de reconstrução e desenvolvimento económico e social do nosso país. Nos anos que se seguiram, o maestro Chemane, recorrendo à força da canção, continuou a incutir em milhões de cidadãos o espírito de amor à pátria e de promoção de acções conducentes ao reforço da unidade do Povo Moçambicano e ao desenvolvimento harmonioso do país. Através do canto, e da diversidade da sua temática, essencialmente de intervenção social, Chemane contribuiu para a educação cívica e moral dos cidadãos, mobilizando-os sobre a relevância do trabalho colectivo, um factor decisivo para o progresso de um país. Quer participando em actos de carácter marcadamente sociais e religiosos, quer tomando parte em programas de natureza política, Justino Chemane destacou-se de maneira singular, o que lhe conferiu admiração de muitos dos seus concidadãos, de todas as idades e estratos sociais» (in: <http://www.govmoz.gov.mz/chemane.htm>).

19. Ancoragem e objectivação do novo

20. A nova elite de um povo e de um estado velhos

De acordo com o que resultou da análise das recolhas empíricas e da restante investigação, em Moçambique a esmagadora maioria daqueles que romperam, no plano simbólico, com o passado colonial em 1974-1975, é a mesma que até aí representa o sistema colonial, não como disfuncional ou em disrupção, mas enquanto sistema viável⁵⁸⁹. Nesse sentido, nos processos de transição política o novo poder pôde impor lógicas de continuidade em relação ao passado imediato (ou até reforçá-las), mas que tendem a ser desvalorizadas pelo facto da reelaboração das representações sociais se focalizar radicalmente no que é novo. Haverá, portanto, características do sistema de dominação anterior que permanecem mas que, ao nível do pensamento social, tendem a ser omitidas.

Moçambique constituiu, a esse nível, uma situação paradigmática. Se, por um lado, os atributos conferidos pelo conhecimento social ao novo poder que liderava o país independente eram significativamente diferentes dos do velho poder colonial; por outro lado, em sentido inverso, tendo em conta as práticas, as autoridades pós-coloniais mantiveram e reforçaram o tipo de relacionamento entre o estado e as sociedades herdado do sistema colonial, assente muito mais na imposição do que na negociação.

No processo de recomposição política ocorrido entre 1974-1975 só num plano muito superficial o poder do estado deixou de ser um corpo estranho em relação aos diferentes tecidos sociais. Seria impossível ser de outra maneira num país heterogéneo, dado que o estado desempenha, em formações territoriais com essas características, essencialmente o papel de agente homogeneizador, tanto no período colonial, quanto no pós-colonial. Não sendo a mesma da época que terminava, a nova elite governativa recém-chegada ao poder era, ela própria, uma novidade porque *outsider* em relação às formas de organização social até aí existentes⁵⁹⁰, referenciadas ao poder colonial ou aos poderes tradicionais. Desse modo, com a independência o conhecimento do senso comum deveria tornar familiares os

⁵⁸⁹ Cf. II parte do texto.

⁵⁹⁰ Num outro sentido, é uma hipótese plausível considerar que a falta de sensibilidade que a elite dirigente da Frelimo foi sedimentando ao longo da luta de libertação nacional (1964-1974) face ao que representavam as sociedades tradicionais e que, depois, foi radicalizada desde o período de transição para a independência, teve também a ver com o facto de a elite dirigente da Frelimo, sendo grande parte composta por originários do sul e/ou pelo menos estando a combater longe das suas zonas de origem (essencialmente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete), ao estarem afastados do seu ambiente familiar, isto é, do seu contexto sociocultural originário, deu-lhes margem de manobra para romper de modo mais radical com as heranças tradicionais.

novos detentores do poder. A emotividade (que pode ser intensa⁵⁹¹) que caracteriza as transições políticas acontece precisamente porque as sociedades se deparam com objectos novos, estranhos, desconhecidos ou pouco usuais, independente desses objectos serem conotadas com características positivas ou negativas.

«A micro-elite moçambicana moderna foi (...) produto quase exclusivo das características da colonização portuguesa do século XX. Situados essencialmente em Lourenço Marques, estes pequenos centros de elites eram social, cultural, étnica, e muitas vezes mesmo, religiosamente exteriores à população (cujas regiões mais fortes demograficamente se localizavam no centro e no norte). Sofriam a opressão portuguesa mas não tinham um modelo alternativo disponível uma vez que eram eles próprios um produto desse mesmo Estado português. O marxismo de tipo soviético apareceu como algo que podia contribuir para reverter o domínio português, contudo, o ideal que ele oferecia era, paradoxalmente, muito próximo do modelo social português: nação homogênea, partido único, corporativismo sindical e associativo, língua única, papel central do Estado, etc. (...) Mas isso não significa que a maioria dos *assimilados* e dos mestiços tenham sido, por sua vez, tentados por esse marxismo: pelo contrário, até ao final deste período, estes sectores eram sim conservadores e alguns até fizeram parte dos *retornados* [à metrópole]. (...) Assim, o leitmotiv da Frelimo (...) era a negação da própria existência das identidades realmente vividas no seio da população, às quais se opunha um projecto de uma identidade nova, definida geograficamente (Moçambique) e linguisticamente (o português) mas exterior à vida das pessoas. A Frelimo, como Portugal, teve de utilizar uma identidade exterior às identidades sociais existentes a fim de legitimar a sua acção»⁵⁹².

Ainda que discordemos radicalmente de Michel Cahen, por um lado, quanto ao uso não definido, ambíguo e inconsistente do termo identidade⁵⁹³ e, por outro lado, quanto à concepção essencialista do social, o sentido geral da sua análise tem razão de ser. Em particular no que tem a ver com a percepção de um fraccionamento no tecido social muito saliente entre as elites e o restante tecido social, também quando ao facto de tal fraccionamento comportar um forte significado político e ainda que essas características do social em Moçambique tanto marcaram o sistema colonial, quanto o movimento nacionalista que se lhe opôs nos anos da guerra (1964-1974). Foi nesse conjunto de características que assentou a (re)elaboração da formação territorial nacional desde a independência⁵⁹⁴.

⁵⁹¹ «Em determinadas épocas, as utopias não passam de um fenómeno marginal e isolado. Noutras, porém, a criatividade utópica intensifica-se. (...) Nas utopias, são as aspirações, ideais e sistemas de valores dos grandes movimentos sociais que se exprimem. Trata-se, pois, de visões do mundo globais, coerentes e estruturadas, representando as necessidades profundas de uma época. As ideologias são também sistemas globais de ideias e valores, mas traduzem, contudo, as limitações e deformações da consciência social das classes imobilistas, permanentemente marcadas pela tendência para mistificar a realidade e a história» (Baczko 1985b, pp. 346 e 351).

⁵⁹² Cahen 2005, pp.50 e 59.

⁵⁹³ Não existem, como pressupõe Michel Cahen, identidades que não sejam «realmente vividas no seio da população»; nem identidade social que seja «exterior à vida das pessoas»; nem existe ainda «uma identidade exterior às identidades sociais existentes».

⁵⁹⁴ Cf. Mateus 1999, pp.175 e segs.

Apesar disso, e para além disso, a Frelimo conseguiu, durante a transição, alimentar representações sociais que contrariavam essas percepções, anunciando um novo sistema social e político que conferiria poder às «massas», que se confundiria com elas, isto é, um sistema de dominação que «trataria todos por igual». Essas intenções terão, de algum modo, produzido resultados espelhados nos discursos do senso comum da actualidade que tendem a considerar que desde a década de noventa a evolução social tem sido marcada por uma forte elitização social em benefício de uma reduzida minoria, num país com fortes carências aos mais diversos níveis, algo que se considera que não acontecia durante a governação de Samora Machel (1975-1986).

No plano analítico é sobremaneira importante explicar algumas das razões do comportamento político do segmento social que Michel Cahen designa por «micro-elite moçambicana moderna» que aderiu à causa nacionalista, em particular aquilo que permite compreender o radicalismo das suas opções políticas aquando da tomada do poder em 1974-1975⁵⁹⁵. A tese que defendemos é a de que a raiz da questão está no modo como a elite pós-colonial avaliava o sistema colonial. O radicalismo das políticas da Frelimo na primeira década de independência é dos assuntos mais debatidos nas análises sobre Moçambique, questão também muito saliente no material empírico que recolhemos. Michel Cahen tem o mérito de propor uma lógica argumentativa sobre o assunto, mas limita-a à dimensão ideológica. O que nós pretendemos é reequacionar o assunto partindo da teoria das representações sociais. Para isso estabeleceremos uma relação tão equilibrada quanto possível entre o tipo de inserção social dos indivíduos e o modo como percebem o real. Dito em linguagem coloquial, tentaremos explicar por que razões a elite nacionalista da Frelimo terá sido tão genuína no modo como pensou e actuou, quanto os seus críticos.

Partimos do seguinte pressuposto: entre a formação da Frente de Libertação de Moçambique (1962)⁵⁹⁶, desde os seus antecedentes⁵⁹⁷, e o decurso da guerra (1964-1974,

⁵⁹⁵ Cf. Macamo 1998, p.36-37.

⁵⁹⁶ Cf. Mahoney 2003, pp. 182-183.

⁵⁹⁷ A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foi fundada em 1962 pela fusão da UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (Mozambican African National Union) e UNAMI (União Africana de Moçambique Independente). I Congresso da Frelimo decorreu em Setembro desse ano,

longa tendo em conta a aceleração da história nesse período), a elite política que tomou conta do poder em 1974-1975 esteve fora do país, concebido aqui como espaço dominado pelo estado. E esteve ausente na fase em que o sistema colonial mais investiu, mais se modernizou, procurando legitimar-se junto das populações locais como nunca antes havia feito no passado.

Distantes da sociedade colonial dos anos sessenta e setenta, os líderes do movimento anti-colonial que constituem o núcleo originário da elite nacionalista partiram para a guerra com determinadas representações da realidade colonial, sobretudo conotadas com o período anterior aos anos sessenta. Isolados nas matas ou em territórios dos países vizinhos recém-independentes (particularmente a Tanzânia⁵⁹⁸), reelaboraram as suas representações da sociedade colonial da época no sentido de legitimar a justiça da sua luta, mas dando-lhes sobretudo um carácter conservador. Significa que os temas seleccionados na constituição das suas representações sociais organizavam-se em torno de núcleos que incidiam sobre os traços mais retrógrados da dominação colonial, dado que era essa característica da colonização portuguesa que, de facto, os nacionalistas da Frelimo melhor conheciam⁵⁹⁹. Essa opção era também a que melhor dava resposta aos objectivos da Frelimo que o tempo provou ser eficaz⁶⁰⁰.

Daí que entre os que passaram a controlar o estado em Moçambique na sequência da transição para a independência e o restante tecido social existia (e existe) uma incongruência de base. A nova elite nacionalista que tomou o poder reelaborava as suas representações da luta de libertação nacional a partir da sua experiência vivida e tinha um conhecimento indirecto da última fase da sociedade colonial, precisamente a fase em que ela mais intensa e rapidamente se transformou. Com a generalidade dos restantes tecidos sociais de Moçambique acontecia o inverso: reelaboravam (e reelaboram) as representações sociais do sistema colonial a partir de vivências concretas até ao colapso

tendo sido eleito presidente do partido Eduardo Chivambo Mondlane. Daí em diante a Frelimo transformou-se numa força política hegemónica tanto durante a luta anti-colonial, como desde a independência.

⁵⁹⁸ A forma como nos seus testemunhos Janet Mondlane aborda a colonização portuguesa em Moçambique, ela que não viveu no país durante a época colonial, é sintomática dos estereótipos que dominavam o movimento de libertação durante a guerra (1964-1974). Janet é de origem americana, casada com Eduardo Mondlane, tendo sido alguém que desde o início acompanhou o movimento a partir do exterior e para quem a situação colonial dos inícios dos anos sessenta é «a» situação colonial. Cf. Manghezi 2001.

⁵⁹⁹ Cf. Baczkó 1985a, p. 304.

⁶⁰⁰ Cf. Huntzinger 1991 [1987]; Pitcher 2002, pp.68 e segs.

definitivo do regime colonial português e em relação à luta de libertação nacional domina um conhecimento *a posteriori*. A vitória da Frelimo significou que a elite nacionalista venceu a batalha das representações sociais, isto é, conseguiu transformar em hegemónicas as suas representações da dominação colonial. O pensamento originalmente minoritário conseguiu impor-se à maioria⁶⁰¹.

Esse conjunto de pressupostos permite compreender as razões do radicalismo transformador das novas elites pós-coloniais, precisamente porque existia um hiato no conhecimento do sistema colonial na última década a partir de experiências de vida, agravado pelo antagonismo da guerra⁶⁰². Fernando Florêncio escreve uma frase sintomática a esse propósito: «(...) parece evidente que a Frelimo desconhecia, e desrespeitava, por completo as dinâmicas e os fundamentos dos modelos locais de reprodução social, como agora reconhece (...)»⁶⁰³. O que é preciso acrescentar é que essa tese tanto se aplica às sociedades periféricas (a que têm a ver com os sistemas tradicionais africanos), quanto à sociedade central (a que mais directamente tem a ver com a presença dos colonos, porém a sociedade colonial é muito mais do que a sociedade dos colonos).

Mesmo que as razões da guerra pós-colonial que surgiu a partir de 1976-1977 não radicassem apenas na postura inicial do governo da Frelimo, sendo necessário ter-se em conta outros envolvidos (em particular os regimes brancos da então Rodésia e da África do Sul pelo suporte inicial à guerrilha da Renamo); e mesmo que não possam ser assacadas à acção política imponderáveis como as condições naturais (em particular a seca dos anos oitenta) – ainda assim existem múltiplos argumentos que tornam verosímil a associação entre o radicalismo ideológico da elite dirigente da Frelimo e a conjuntura particularmente

⁶⁰¹ Cf. Macamo 1998, p.37.

⁶⁰² A fase final da luta de libertação nacional também explica o radicalismo político da Frelimo desde o período de transição, nomeadamente uma sensibilidade muito particular no sentido de se pretender depurar o regime e a sociedade moçambicana de inimigos internos. Com efeito, em 1973, com a substituição do general Kaúlza de Arriaga pelo general Tomás Basto Machado no comando das operações militares em Moçambique, a infiltração e espionagem por parte do exército português contra a Frelimo intensificaram-se. Os efeitos de tal estratégia levaram a que a guerrilha radicalizasse os mecanismos de controlo internos, nomeadamente para combater a sabotagem e a espionagem. O atraso na entrega de uma mensagem, danificar-se equipamento militar mesmo o mais elementar como uma bicicleta ou servir chá demasiado quente a um comandante, poderiam ser suficientes para um membro da guerrilha ser acusado e punido pelos seus pares por actos de sabotagem. Era esse o ambiente interno que a guerrilha vivia quando acedeu ao poder. Cf. West 2005, pp.144-149.

⁶⁰³ Florêncio 2003, p. 315. Cf. Pitcher 2002, pp.70 e segs.

difícil que Moçambique viveu entre a segunda metade dos anos setenta e inícios dos anos noventa, marcada pela fome, pela guerra e por todo o tipo de dificuldades e de carências.

Se é legítimo supor que as alterações da fase final da colonização possam ter sustentado alguma legitimidade ao poder colonial aos olhos das populações autóctones tendo em conta as melhorias verificadas na sua qualidade de vida, a verdade é que o processo de transição para a independência, porque transformou profunda e repentinamente as percepções sobre o significado da legitimidade da dominação política, permitiu que a Frelimo capitalizasse em seu benefício a situação em que o país se encontrava. A sustentar essa tese, nos discursos do senso comum que recolhemos sobre a conjuntura balizada entre 1974 e 1975, é muito saliente, entre aqueles que viveram sob domínio colonial até ao seu colapso, o reconhecimento de que, por acção da Frelimo, algo de substantivo mudou na maneira como eles e as outras pessoas comuns pensavam o real.

Importa sublinhar que o mesmo não aconteceu com aqueles que, entretanto, por vontade própria ou por circunstâncias em que não tiveram escolha, foram integrados na Frelimo ao longo dos anos da guerra anti-colonial (1964-1974). São sintomáticos os comentários de um deles:

Eu posso dizer assim: a colonização do governo colonial foi com os nossos antepassados. Ouvimos com a história que o governo colonial tratava mal o povo. Sempre havia reclamação. O povo estava sempre oprimido. Foi isso que fez a guerra [luta armada de libertação nacional]. Enfrentar o governo para que o povo esteja livre. O povo fez aquilo que ele sentia. (...) Eu conhecia a cidade de Tete [antes de ir para a Frelimo em 1967]. Vivi... Essa cidade era muito pequenina. (...) Quando voltei em 74 vi a cidade muito diferente daquilo que havia quando eu fui. Já havia prédios, casas que não estavam naquele tempo. (...) Um guerrilheiro... Havia sempre contactos com as populações. Sempre havia problemas. (...) Vivíamos distantes das populações, a dois, três, quatro, cinco quilómetros. O povo [nas zonas libertadas] vivia uma vida boa... nada! Uma semana, três semanas, um mês e a população aí tinha de mudar. Se abrisse machamba⁶⁰⁴, às vezes para colher não conseguia. Tinha de sair de um lado para o outro. (...) A vida durante a guerra era muito dura em termos de alimentação. Tínhamos de andar de um lado para o outro. Produzíamos pouco. À rasca. Às vezes tínhamos de sair para a fronteira da Zâmbia, Malawi. Às vezes tínhamos de andar, era preciso duas semanas para pedir comida. (...) Havia escola, hospital, tratavam a população [nas zonas libertadas]. Mas quando havia situação⁶⁰⁵ com os militares portugueses... a vida era muito dura. (...) A população que estava na parte do governo [colonial] estava bem controlada. Para chegar a essas populações e contactar, às vezes tínhamos de passar clandestinamente em machambas. (...) Havia aqueles que entendiam o que a Frelimo quer. Davam informações da aldeia para as zonas libertadas. Davam

⁶⁰⁴ Horta; terra cultivada.

⁶⁰⁵ Ataque com armas; troca de tiros.

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

informações entre as famílias. (...) As populações também tinham medo dos guerrilheiros porque... o povo já estava dividido, na medida em que quando houve aquela situação, o povo já não sabia onde poderia ir. Eles encostavam [optavam] onde estavam as pessoas que conheciam. Uns confiavam no governo [colonial] porque a Frelimo era uma coisa nova e a eles não interessava. (...) Os régulos... nem todos estavam do lado da Frelimo. Eles estavam no poder e seguros pelo governo [colonial]. Eles obedeciam àquele seu governo. (...) Quando o guerrilheiro chegava àquela zona, primeiro contactava com o régulo. Havia régulos que mobilizavam a população para nos ajudar. Mas também continuavam com o governo [colonial]. Havia régulos que atendiam os dois lados. Outros pensavam que a Frelimo estava a enganar. (Entrevista 40/2004).

O discurso simboliza a partida para a guerrilha com determinadas representações sobre a sociedade colonial. A vivência durante anos em espaços rurais onde se desenrolava a actividade da Frelimo, com condições de vida extremamente difíceis, próprias de uma situação de conflito em África; uma ecologia de guerra em que, mesmo em zonas onde a guerrilha se movimentava, o apoio das populações aos nacionalistas estava longe de ser explícito ou óbvio, sendo sobretudo ponderado em função das circunstâncias, isto é, tendo em conta as estratégias de sobrevivência de cada comunidade, numa situação em que um desfecho da guerra simples e óbvio era extremamente difícil de antecipar antes de 1974; e, por último, o impacto no regresso na pós-guerra onde os prédios, a iluminação, as estradas, as lojas, o movimento, davam vida a sítios onde antes não havia quase nada ou só havia mato. Esse choque civilizacional (no sentido de civilização material), simbolizado na partida e no regresso do guerrilheiro, traduz, nas representações sociais de quem esteve na guerra do lado da Frelimo, uma espécie de hiato de conhecimento quanto ao que havia mudado, entretanto, na sociedade colonial. O discurso nacionalista vencedor preencheu esse hiato omitindo a parte da realidade colonial que não era a sua.

O processo de transição para a independência, ao nível do pensamento social, significou, portanto, o encontro entre duas mundividências paralelas. Ainda que não fossem antagónicas, elas distinguiam-se com relativa clareza: por um lado, a dos que viveram sob tutela do estado durante a dominação colonial e, por outro lado, a dos que viveram nos espaços controlados pela Frelimo no decurso da guerra de libertação (1964-1974). É isso que fez com que, nesta perspectiva, a transição tenha sido sobretudo uma recomposição social interna (isto é, entre moçambicanos), e não apenas uma cisão dos moçambicanos com a componente externa (os portugueses/colonos). Os dois universos de sentido internos funcionaram de modo relativamente autónomo entre a fundação da Frelimo/início da

guerra (1962/1964) e o reencontro durante a transição para a independência (1974-1975). Nesse intervalo de cerca de uma década auto-excluía-se um em relação ao outro pelas representações do que tomavam como realidade: um referenciava-se a um estado que tendia a omitir a sua natureza colonial e que valorizava os aspectos positivos do sistema de dominação vigente; outro referenciava-se a um movimento de guerrilha que salientava os traços retrógrados e opressores desse mesmo sistema colonial.

Para os que chegaram e tomaram conta do estado a partir de 1974, em especial os que ocupavam cargos dirigentes na Frelimo, aquela (ou aquelas) sociedade(s) não lhes era(m) totalmente familiar(es). Para a esmagadora maioria das populações que estavam, como referimos, esses recém-chegados (ou, em bom rigor, as suas políticas) também não eram familiares. Aqui reside o âmago, ao mesmo tempo, da convergência de interesses, de futuras tensões e do radicalismo da governação da Frelimo na fase inicial. A esse propósito são reveladores alguns comentários de quem viu a Frelimo chegar.

A transição do domínio colonial para a independência foi uma passagem difícil. Foi uma violência. Foram dadas 24 horas para evacuar os colonos. Naquele momento muitos dirigentes eram incapacitados. Não estavam dentro da inteligência. Talvez por isso agiram daquela maneira. Se eles soubessem que a colonização teve pontos positivos, não tinham agido daquela maneira. Se fosse agora não faziam assim. Tinham visto os pontos positivos dos colonos. Mas como eles vinham da luta... (...) Foi também um tempo de grandes conflitos que levaram a um certo tipo de atitudes. Esses primeiros dez anos da independência foram muito diferentes destes dez anos actuais. Primeiro, o próprio presidente Machel foi um que estava mesmo inteirado na guerra. Não se sabe se foi por causa da maneira dele de pensar. Não sei. Foi um tempo difícil. Não havia nada nas lojas. A vida estava difícil. Não foi um bom momento. (Entrevista 48/2004).

A Frelimo quando entrou aqui foram um pouco violentos. Foi um pouco duro. Apesar de eu ser da Frelimo, não devia ser daquela maneira. Mas os donos do país queriam assim. Foi assim. As pessoas com Samora não estavam à vontade. (...) O governo agia assim porque foram pessoas que viveram muito tempo no mato. Vieram com aquele ódio, vingança, com a bruteza do mato. (Entrevista 13/2004).

O recurso na fase inicial da independência por parte da Frelimo a uma postura no relacionamento com as populações mais próxima do tipo de postura das autoridades coloniais antes das transformações dos anos sessenta (esse era o modelo de autoridade do estado que os líderes anti-coloniais melhor conheciam), acabou por ser de algum modo incongruente com as expectativas das populações (ou, pelo menos, de uma parte das populações) que na última década de colonização se iam libertando de certas práticas

violentas por parte do estado. De qualquer modo, a valoração positiva da conquista da independência, muito saliente nos primeiros anos, ter-se-á sobreposto a um eventual sentimento de retrocesso no tipo de relacionamento entre as autoridades e as populações.

Acrescente-se que a Frelimo, sendo a única força armada de oposição ao poder colonial, conseguiu impor um tipo de discurso que alimentava representações sociais homogêneas quer de si própria, quer do (único) inimigo que derrotava. Esse terá sido um dos elementos que facilitou a empatia generalizada em torno das transformações que então ocorriam, contribuindo para a consolidação do sentido de pertença à formação territorial nacional em Moçambique. Todavia, se consideramos que os anos de 1974-1975 constituíram uma conjuntura de curta duração como que de simbiose⁶⁰⁶ social entre os recém-chegados nacionalistas que fizeram a guerra, em especial os seus dirigentes, e o restante tecido social, a verdade é que logo a partir de 1976-1977 a progressiva expansão de uma nova guerra interna com a Renamo significa que à simbiose inicial se foram sobrepondo novas tensões entre o estado e as populações.

Uma das possibilidades de entender as tensões sociais do período pós-colonial (mas não seguramente a única) é ter em conta o modo como os diferentes segmentos sociais, ao nível simbólico, assumiram a independência, uma vez que a conjuntura de transição não anulou o sentido do social pré-existente ao domínio do estado pela Frelimo. Essas tensões são muitas vezes peremptoriamente explicadas através do recurso a chavões como os que apontam a má governação ou os erros de governação. Elísio Macamo retratou esse tipo de abordagens epidérmicas numa expressão feliz: a historicamente descontextualizada «indústria dos erros da Frelimo». A perspectiva das representações sociais serve, precisamente, para compreender a natureza dos processos históricos e sociais e não para emitir juízos valorativos sobre a evolução do real, sobretudo tratando-se de um processo de transição que comprometeu praticamente toda uma sociedade.

⁶⁰⁶ O conceito de simbiose é aqui usado no sentido conferido pelos biólogos: «associação entre dois organismos de espécies diferentes da qual ambos obtêm benefício mútuo.» in. AAVV (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, ACL e FCG, vol. II, p. 3414.

20. A nova elite de um povo e de um estado velhos

IV PARTE
O QUE PERMANECEU

21. Um estado conservador

21. Um estado conservador

Nos capítulos que se seguem iremos desenvolver duas perspectivas analíticas. Uma que manterá a análise no domínio subjectivo do pensamento social, sustentada no estudo das representações sociais. A outra perspectiva incidirá no domínio objectivo que procurará contextualizar, no plano factual, a evolução histórica de Moçambique. De qualquer forma, essas duas perspectivas estão relacionadas por se estabelecer uma sequência entre elas.

O subjectivo

Numa primeira perspectiva partiremos da análise das representações sociais (o que está na cabeça das pessoas) para caracterizar, por um lado, as linhas de continuidade entre o colonial e o pós-colonial e, por outro lado, as linhas de ruptura entre os dois momentos do período pós-colonial: a primeira república socialista e a segunda república multipartidária.

A precaução metodológica que nos permite tal opção foi a de destringir, o mais possível, aquilo que são os dados empíricos (ou seja, o que, de facto, as pessoas disseram nas entrevistas e o sentido em que o disseram) das inferências analíticas do investigador, dado que ambas são legítimas. Se a aproximação que iremos estabelecer entre os períodos colonial (até 1974/1975) e pós-colonial socialista (entre 1974/1975 e inícios dos anos noventa) constituiu uma inferência sustentável a partir dos dados empíricos de que dispomos, em bom rigor ela não partiu explicitamente dos discursos dos entrevistados. Trata-se de uma hipótese formulada *a posteriori* tendo em conta o modo como determinados temas foram abordados. Em sentido contrário, refira-se que o estabelecimento de diferenças para a época pós-colonial entre o período socialista (no geral identificado na governação de Samora Machel) e a actualidade multipartidária (no geral identificada na governação de Joaquim Chissano e de Armando Guebuza) partiu dos próprios actores sociais.

Nesse sentido, a transição dos anos noventa (da guerra e do monopartidarismo para a paz e para o multipartidarismo) é na actualidade representada como tão relevante quanto a transição para a independência (1974-1975). Fica por saber qual das duas representações sociais resistirá melhor à erosão do tempo. De qualquer modo, para se compreender a dimensão política do pensamento social em Moçambique deve ficar claro que a transição do período colonial para o pós-colonial não constitui em si um indicador de mudança. Se

nessa transição encontramos, nos discursos do senso comum, lógicas de transformação, são também salientes lógicas de continuidade. Sendo o mesmo válido para a transição dos anos noventa, o que importa verdadeiramente é ter em conta as especificidades desses processos.

Desse modo, relativizamos a tendência dominante nas abordagens do político em Moçambique (e na África Subsaariana) de se partir do pressuposto que toma como adquirida a descontinuidade entre o colonial e o pós-colonial. Tal perspectiva permite-nos sustentar, a partir do estudo das representações sociais, a tese da unidade ao estado. Isso significa que a passagem do colonial para o pós-colonial não serve, por si só, para qualificar de modo distinto a natureza da dominação política do estado sobre as sociedades. No caso de Moçambique, se os tempos mudaram com o processo de transição para a independência (1974-1975), o estado não mudou necessariamente parte daquilo que o caracterizava⁶⁰⁷.

Em determinados temas identificados nas entrevistas em que se atribui relevância à acção do estado (a administração da violência, com ou sem associações à guerra; o exercício da autoridade; a regulação pela lei ou a manutenção da ordem pública; a relação com as populações desfavorecidas, particularmente das zonas rurais; o acesso aos serviços públicos; a postura face às liberdades individuais) é possível detectar uma muito maior proximidade entre as avaliações que se reportam ao período colonial (até 1975) e as que se reportam ao período pós-colonial socialista (1975/inícios dos anos noventa)⁶⁰⁸, do que entre o último período e o actual correspondente à fase em que tem vigorado em Moçambique o sistema multipartidário (iniciado nos anos noventa).

Também Michel Cahen sustenta a tese da continuidade entre o colonial o pós-colonial em Moçambique⁶⁰⁹:

⁶⁰⁷ Tese desenvolvida por Anne Pitcher, tanto para a transição do período colonial para o pós-colonial, quanto para a transição do período socialista para o multipartidário (Pitcher 2002).

⁶⁰⁸ Ver Nota 20 do anexo (IV parte).

⁶⁰⁹ Essa é também tese defendida por Isaacman & Sneddon 2003 na análise que fazem sobre a questão de Cahora-Bassa (Songo – Tete). Ainda que muito mais críticos das autoridades coloniais do que das pós-coloniais, precisamente por fazer incidir a sua análise sobretudo no processo de construção da barragem hidroeléctrica, marca-se também nesse texto uma linha de continuidade na actuação do estado (nos períodos colonial e pós-colonial e, no último caso, incluindo os períodos socialista e multipartidário), sobretudo tendo em conta a concepção instrumentalista ou meramente economicista (e, portanto, tendencialmente desumana

«A radicalização [da Frelimo], causada pelo facto de se recorrer a conceitos soviéticos ou chineses, veio reforçar (...) o paradigma do “nacionismo” [sic – que para o autor significa uma nação abstracta resultante de um projecto elitista anti-democrático] (...). O resultado para a independência foi (...), sem dúvida, o aparecimento de regimes radicais (...), mas cuja estrutura em nada rompeu com o modelo social português de “uma nação de funcionalismo público”. O facto de se ser anti-português não constituiu uma ruptura com o modelo, o inimigo [das diferentes comunidades moçambicanas] continuou a ser o modelo. O tipo de estado instituído, com o seu partido único, as suas “Organizações democráticas de massa”, a sua cobertura por estruturas de enquadramento (“Grupos dinamizadores”), o seu corporativismo sindical (“Conselhos de produção” em Moçambique), a sua mitologia da nação homogénea, o seu Estado como principal actor da economia, a sua função pública hipertrofiada, levaram a uma relação de paternalismo autoritário com a população. A população deve ser “organizada”, ela só se torna “povo” quando esta tarefa é conseguida; antes, ela era apenas constituída por *elementos da população*, expressão que demonstra bem a negação das formas originais de organização social que já vimos nos slogans “*Moçambique só é Moçambique porque é Portugal*” e “*Do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação*”»⁶¹⁰.

Coincidindo a nossa perspectiva, no essencial, com o sentido da análise proposta, distanciamos-nos, no entanto, da forma como o autor sustenta a sua argumentação⁶¹¹. Por um lado, o tipo de abordagem que propomos assenta em avaliações feitas pelos próprios actores sociais da acção do estado na longa duração em Moçambique (não é o que faz Michel Cahen⁶¹²), pois isso permite sustentar hipóteses sobre as incidências específicas do que se tomam por continuidades no tipo de dominação política na transição do período colonial para o pós-colonial; e, por outro lado, são essas mesmas avaliações do senso comum que levam a que atribuamos especial relevância à recomposição política ocorrida em inícios dos anos noventa que, recorrendo a uma expressão heurística, partiu em dois o período pós-colonial e, sobretudo, a relação do estado com as sociedades na longa duração em Moçambique.

Em primeiro lugar, os anos noventa significaram o fim da guerra que, ainda que com outros protagonistas e características, remontava ao período colonial (1964-1974; 1976/7-1992). Desse modo, só a partir dos anos noventa a guerra e/ou o uso sistemático da violência física pelas autoridades (que remontava ao período colonial) deixaram de ser elementos essenciais na organização do estado e da orientação na sua relação com as sociedades e, portanto, a guerra e a violência física em geral deixaram de ser

na perspectiva dos autores) das comunidades locais. Por seu lado, João M. Cabrita defende tese semelhante, sendo que a sua perspectiva é claramente virada para um maior radicalismo da violência do estado no período pós-colonial, dado que o poder passou a ser exercido como que num *vacuum* legal que lhe conferiu a natureza de organização totalitária (Cabrita 2000, pp.85 e segs).

⁶¹⁰ Cahen 2005, pp.65-66.

⁶¹¹ Cf. Capítulo 4. *O estudo do pensamento social em África e em Moçambique*.

⁶¹² Cahen 2005.

condicionantes-chave dos processos políticos, perdendo essa função para os processos eleitorais⁶¹³. No caso concreto da província de Tete (mas que se pode estender ao país), só a partir dos anos noventa deixou de haver «(...) *clear supremacy of the army over the civil administration*»⁶¹⁴.

Em segundo lugar, os anos noventa significaram também a transição de estruturas políticas autoritárias (que remontavam ao processo de ocupação colonial efectiva num crescendo até finais dos anos 80), para estruturas políticas multipartidárias (as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias livres ocorreram em 1994)⁶¹⁵. Ou seja, os anos noventa marcaram a transição de um modelo de dominação política predominantemente autoritário, para um modelo cuja legitimidade política passou a incluir uma componente de cariz contratual a sustentar a relação do estado com as sociedades, na essência constituída em torno dos processos eleitorais.

De algum modo, os anos noventa reelaboraram, no período pós-colonial, a que tinha sido a preocupação do estado na época colonial a partir dos anos sessenta. Simplesmente nessa época a persistência da dominação colonial, a inexistência de um multipartidarismo institucionalizado, bem como a guerra de libertação em curso e, posteriormente, o processo de transição para a independência pelo seu radicalismo, tornaram muito limitada e acabaram por inviabilizar a consolidação de um modelo contratual na relação do estado com as sociedades. Mas desde os anos noventa, apesar de todas as limitações, verifica-se um conjunto de circunstâncias que marca alterações substantivas no modelo de dominação política como nunca antes acontecera em Moçambique. Essa é, certamente, uma das

⁶¹³ Após os acordos de paz de Outubro de 1992, Joaquim Chissano foi o primeiro presidente de Moçambique a dirigir um regime onde o factor militar e a violência foram deixando de ser determinantes na organização do estado. A «(...) militarização destas sociedades [ex-colónias portuguesas] nos cerca de dez anos em que decorreram as guerras coloniais (...). (...) esse processo contribuiu para o elevado potencial de violência que patenteavam na altura das respectivas independências, em 1975, e nos anos que se seguiram. (...) a violência ordenada (organizada e induzida a partir «de cima», embora com efeitos nem sempre controláveis) depende em grande medida do nível de militarização das sociedades: quanto maior for o grau de militarização, de generalização da presença de armas e do conhecimento do seu manuseamento, de alastramento de uma cultura de utilização de armas e de violência para a resolução de tensões sociais, mais provável é o surgimento e o alastramento de conflitos abertos. Pretendemos assim mostrar que a guerra colonial foi muito mais que um mero conflito de ocupação datado dentro de balizas cronológicas que normalmente lhe são atribuídas, induzindo, pelo contrário, sobretudo na sua fase final após 1968, uma militarização da sociedade que nos dá razões para afirmar que por detrás desse conflito se escondia já o germe de um conflito civil» (Coelho 2003, p. 177). Cf. Chingono 1996, pp.133 e segs.

⁶¹⁴ Coelho 1993, p.251.

⁶¹⁵ Cf. Nota 21 do anexo (IV parte).

heranças mais relevantes da governação liderada por Joaquim Chissano (1986-2005) e que dificilmente o(s) seu(s) sucessor(es) poderá(ão) subverter nos tempos mais próximos.

Todavia, não é seguro rotular de transição democrática o que vem acontecendo na última década e meia, pois essa qualificação confere, desde logo, um conteúdo e um sentido a um conjunto de processos cujas características estão longe de ser inequívocas se encaradas na perspectiva da transição do autoritarismo para a democracia. Há nesse tipo de perspectiva algo de *wishful thinking*, no sentido da democracia ser mais um desiderato do que um facto⁶¹⁶. Na verdade, um sistema político não se resume à sua componente institucional-formal (ou às estruturas de governação tal como existem e funcionam, utilizando a terminologia de Almond & Verba), sendo que no caso de se tratar de uma democracia ela não se limita ao multipartidarismo instituído (esse, de facto, tem funcionado em Moçambique), mas um sistema político tem também a ver (e na perspectiva desta investigação sobretudo) com o sentido que as pessoas conferem aos fenómenos políticos. A esse último nível, se os anos noventa significaram transformações efectivas em Moçambique, como este estudo tenta demonstrar, é importante que se seja prudente na categorização dos processos em curso.

No intuito de consolidar o argumento da proximidade entre a actuação do estado no período colonial (até 1974-1975) e no período pós-colonial da primeira república (de 1974/1975 a inícios dos anos noventa), em contraponto ao período pós-colonial da segunda república (desde inícios dos anos noventa), analisaremos três *themata* salientes no material empírico recolhido. O primeiro, o da relação do estado com o mundo rural com reflexos nos espaços urbanos; o segundo, o da postura do estado face à ordem pública; o terceiro e último, o da postura do estado face às liberdades individuais. A ordem em que esses temas se apresentam é aleatória.

A passagem do subjectivo ao objectivo

Partindo de uma interpretação global das representações sociais estudadas, tendo ainda em conta a literatura disponível, iremos desenvolver no último capítulo desta IV parte do texto

⁶¹⁶ Cf. Weber 1904, «A “objectividade” do conhecimento nas ciências sociais e em política social» in: Cruz 2004, pp.603-661.

(capítulo 25) uma outra perspectiva que faz com que as análises ultrapassem a fronteira do domínio subjectivo (o que está na cabeça das pessoas comuns) e entrem no domínio objectivo (contextualizar no tempo e no espaço a evolução de uma dada realidade factual). De qualquer maneira, o modo como se procederá a essa passagem só foi possível porque esses dois tipos de abordagem são interdependentes. A análise essencialmente historiográfica que iremos propor é suportada em grande parte nas interpretações do real proporcionadas pelo estudo das representações sociais.

A tese que iremos defender é a que considera que a continuidade de Moçambique enquanto país na longa duração, apesar das guerras (1964-1974; 1976/7-1992), explica-se pelo facto de a alteração profunda ao nível das elites que controlavam o estado com a transição para a independência (1974-1975) não ter coincido com mudanças no modelo de relacionamento do estado com as sociedades, mudanças essas que só ocorreram na transição dos anos noventa. Nesse percurso histórico do país a unidade interna da Frelimo acabou por ser um factor decisivo para a sustentabilidade dos processos de transição política referidos, sendo que unidade interna tem sido uma característica do único partido político que tem controlado o poder (e, portanto, o estado) no período pós-colonial em Moçambique.

22. Estado e mundo rural: relação com forte significado

A relação com o mundo rural constitui um dos *themata* dos discursos sobre o estado. A questão assume, inclusivamente, uma forte carga simbólica no pensamento social sobre o político em Moçambique, uma vez que permite aos actores sociais avaliarem a acção global do poder central, o que remete para além dos espaços rurais propriamente ditos. Num certo sentido, os atributos mais salientes do estado manifestam-se no tipo de relação que se considera que estabelece ou estabeleceu com as populações rurais. Por essa razão, essas representações, pela sua relevância, são independentes do facto dos actores sociais estarem ou terem estado inseridos em contextos rurais⁶¹⁷.

Nas representações sociais o regime multipartidário surgido nos anos noventa tende a ser considerado como distante das populações rurais, em especial durante a governação de Joaquim Chissano (é a esse período que se reportam as recolhas sistemáticas de 2004)⁶¹⁸, uma vez que, de algum modo, a governação de Armando Guebuza iniciada em 2005 indicia inverter essa tendência (conforme revelaram as recolhas de 2008, se bem que, nessa matéria, elas assumam uma natureza meramente exploratória)⁶¹⁹. Se as populações não têm sido ainda mais marginalizadas, as explicações remetem sobretudo para a acção de outros organismos que não o estado, particularmente as organizações não governamentais (ong's) e as instituições religiosas. Mas se é do senso comum criticar o abandono pelo estado dos mais carenciados (atitude simbolizada no que se considera a indiferença das autoridades face às dificuldades de subsistência das comunidades camponesas), não parecem existir, na actualidade, representações de violência sobre as populações rurais, pelo menos enquanto prática recorrente dos poderes instituídos. A esse nível não detectámos quaisquer alterações entre as recolhas de 2004 e as de 2008, isto é, o mandato de Joaquim Chissano e de Armando Guebuza não se diferenciam⁶²⁰. É precisamente isso que permite um

⁶¹⁷ Cf. Bowen 2000.

⁶¹⁸ Cf. West 2005, pp.260 e segs.

⁶¹⁹ Em Tete o estado é até muitas vezes acusado de ser excessivamente centralizado em Maputo ou no sul, discriminando negativamente o centro e o norte do país.

⁶²⁰ No multipartidarismo a violência política não é relevante, dado que, em termos comparativos em relação ao passado (período socialista e período colonial), ela surge como pontual e perde saliência em relação à violência associada à criminalidade, que tende a justificar-se precisamente pela inacção ou fraqueza do estado. Sobra, todavia, uma dimensão política da violência. Foram citados, nas entrevistas, exemplos associados às campanhas eleitorais (violência nos comícios; violência visando membros de determinadas forças políticas); à pressão social nos bairros da periferia contra os que não se enquadram nas estruturas administrativas ou contestam o partido no poder; ou ainda à pressão sobre as comunidades visando o seu controlo eleitoral. Cf. Bourdieu 1994 [1989], p. 11.

contraponto vincado em relação às avaliações que se reportam ao período anterior ao multipartidarismo⁶²¹.

Diferentes são, portanto, os atributos conferidos ao estado no período colonial e pós-colonial da primeira república (socialista) na sua relação com as populações rurais⁶²². Nesses casos emergem atributos como a postura interventora, autoritária e, sem dúvida, violenta das autoridades ou de quem as representava. Esse autoritarismo ou essa violência comportam valorações negativas quando, por exemplo, está em causa a violência das autoridades coloniais associada ao trabalho forçado (em Tete esse é um dos temas recorrentes das representações do período colonial)⁶²³ ou a colectivização forçada do mundo rural (as aldeias comunais) no período pós-colonial socialista (tema saliente nas avaliações da governação de Samora Machel: 1975-1986)⁶²⁴. As políticas de ruralização da época colonial (os aldeamentos) têm o mesmo sentido⁶²⁵.

Um analista da região de Tete, a propósito da sequência entre o colonial e o pós-colonial ao nível das políticas de ruralização, escreveu:

«(...) an absence of people's protagonism in the previous "aldeamentos" process, which in spite of the radically different environment experienced after independence might not have altered the general view by the people of the nucleations as basically state undertakings; (...) is that these nucleations [aldeias comunais pós-coloniais], like the previous ones [aldeamentos coloniais], remained opposed to the people's experience and beliefs concerning how to organise their lives.»⁶²⁶

Se se pode considerar que o essencial da postura do estado face às populações rurais se manteve com a transição para a independência, constituindo a província de Tete um caso particularmente elucidativo, terá sido mais radical a atitude do regime recém-independente

⁶²¹ Cf. Serra 2003, pp. 51, 67 e 88; Brandão 2004.

⁶²² Cf. Coelho 1993, pp.160 e segs.

⁶²³ Ver nota 22 do anexo (IV parte). Cf. Feliciano 1998, pp.133 e segs.

⁶²⁴ «Depois do início da guerra civil o Estado-Frelimo foi bastante mais incisivo no processo de acantonamento compulsivo das populações que viviam em habitat disperso, mas tal facto ficou a dever-se a uma lógica essencialmente estratégico-militar, com a criação dos Centros de Refixação de Populações, que as populações (mesmo as "estruturas" da Frelimo) continuaram a designar por aldeias comunais, mas que não consubstanciavam nenhum modelo de colectivização da produção ou de socialização da vida rural» (Florêncio 2003, p. 294). De qualquer forma, a produtividade familiar era afectada. Cf. Casal 1996.

⁶²⁵ A tese central de Borges Coelho acaba por ser a continuidade entre o colonial e pós-colonial na relação do estado com o mundo rural. O estado colonial concentrou as populações de Tete em aldeamentos e o pós-colonial em aldeias comunais: «(...) both processes can be broadly characterised as an attempt by the state, moved by objectives defined by itself, to alter completely the way the rural people occupy the territory – the existing rural settlement pattern.» (Coelho 1993, p.16).

⁶²⁶ Coelho 1993, p. 387.

liderado por Samora Machel⁶²⁷. Consequente com o sentido geral de alguns depoimentos que recolhemos nas entrevistas está a análise de João Paulo Borges Coelho:

«In the short period of fourteen years [1968-1982] Tete rural communities endured two major resettlement programmes. These were undertaken by two distinct states [colonial and post-colonial⁶²⁸], both claiming to be pursuing the general goal of socio-economic development of these communities. (...) important differences are found between the two resettlement schemes in the way approached the issue of the so-called traditional forms of local power. (...) Consequently, social and economic stability depended, to a great extent, upon the preservation of social and cultural values. The decision makers of the aldeamentos scheme seem to have understood it very well. (...) The Mozambican authorities after independence, on the contrary, took their view of the traditional authorities as basically undemocratic structures to its last consequences. Traditional authorities were overtly disbarred, (...) traditional culture was “illegitimised” (...). (...) however, the new Mozambican state’s presence at the local level was much weaker than initially expected by the revolutionary authorities and thus a situation was created of a duality of powers at the local level, between the new revolutionary authorities and shadow traditional ones»⁶²⁹.

Foi em grande parte a radicalização da relação do estado com as comunidades rurais logo após a independência, seguida da guerra, que torna relevante o significado da recomposição política dos anos noventa. A última rompeu, de algum modo, com a herança colonial, mas rompeu também e sobretudo com a herança pós-colonial imediatamente antecedente. Recorrendo a uma metáfora antropomórfica do poder central, é como se as pessoas considerassem que, nos anos noventa, se passou de um estado que abusava delas antes e após a independência, para um estado que as abandona⁶³⁰ com a instituição do multipartidarismo. Mas nada, no domínio das representações sociais, é definitivo como demonstrou a pesquisa complementar de 2008.

Dadas as características da cidade de Tete em que o rural tem um forte ascendente sobre o urbano (característica que, com maior ou menor intensidade, marca a generalidade das cidades em Moçambique, se exceptuarmos a cidade de Maputo, capital do país), quando o tipo de questões referidas é sobreposta a outras de natureza equivalente ocorridas nos espaços urbanos, é interessante verificar a grande semelhança nas descrições que os entrevistados fazem entre, por um lado, do envio compulsivo dos camponeses para o *chibalo* (trabalho forçado) na época colonial⁶³¹ e, por outro lado, a forma como se descreve

⁶²⁷ Cf. Manning 2002, pp.59-66.

⁶²⁸ Limitamo-nos a manter a utilização conceptual que o autor faz do conceito de estado.

⁶²⁹ Coelho 1993, pp.432 e 436.

⁶³⁰ Cf. Coelho 2003, p. 180.

⁶³¹ Em 1946 o Comissário Distrital do concelho de Tete explicava como procedia ao trabalho de recrutamento de trabalhadores em colaboração com os régulos: «“(...) of course, at the time due for the

o recrutamento militar compulsivo de crianças/adolescentes na cidade de Tete durante a guerra civil (1976/7-1992)⁶³².

Em ambas situações as pessoas-alvo da acção coerciva das autoridades: resistiam de forma passiva sem articularem representações sociais que lhes permitissem conferir conteúdo político ao que estava em causa na sua relação (e das suas comunidades) com as autoridades⁶³³; eram apanhadas de surpresa: na época colonial em casa ou nas machambas, isto é, nos espaços rurais e no tempo da guerra da Renamo nas ruas da cidade ou nas escolas (cuja frequência, particularmente de alunos do sexo masculino, tendeu a generalizar-se nas áreas urbanas com o acesso à independência); na altura das campanhas de recrutamento, se fosse possível, escondiam-se, por exemplo, evitando dormir em casa: no tempo colonial iam para o mato e no tempo do presidente Samora Machel para as montanhas próximas da cidade; dependiam, muitas vezes, da postura das autoridades locais que ora colaboravam com os recrutadores, ora protegiam as pessoas-alvo, sobretudo por causa das relações de proximidade ou de parentesco que tinham com as populações dos locais onde viviam e exerciam funções administrativas: atitude de alguns chefes tradicionais na época colonial ou atitude de alguns chefes *quarteirão* ou chefes de dez casas no tempo da guerra pós-colonial (neste último período as hierarquias superiores – os secretários de bairro e de unidade – porque estavam mais próximos da Frelimo, a sua margem de manobra era menor)⁶³⁴; estavam sujeitas a actuações arbitrárias por parte das autoridades, quer quanto aos métodos de recrutamento, quer pela inexistência de prazos ou de compensações efectivas (e não apenas legalmente estabelecidas) e que consideravam justas referentes ao período em que serviam o estado; durante o tempo em que prestavam serviço ou em caso de recaptura após uma eventual fuga, eram sujeitas a violência física.

regedor to present his workers many able escape to Rhodesia or hide themselves in the bush because, being complete idlers, they fear being picked up by the *regedor*. When the time of *crises* is gone they come quietly back, knowing that the *regedor* has already presented the required men. But it also has happened that the *regedor* captured some of these idlers, bringing them to me.”» (junto a Coelho 1993, p.133). Cf. Feliciano 1998, pp.99 e segs.

⁶³² Cf. Pitcher 2002, pp.122 e segs.; Serra 2003b, pp.29-30. Ver nota 23 do anexo (IV parte).

⁶³³ Cf. Feliciano 1998, pp.145-146.

⁶³⁴ A acção dos chefes locais foi-se tornando progressivamente menos eficaz à medida que a guerra se aproximou do fim, já no período de governação de Joaquim Chissano. A Frelimo perdia progressivamente os espaços rurais e as difíceis condições de vida nas cidades dificultavam a acção das estruturas administrativas. As fugas ao serviço militar aumentavam, bem como aumentava o laxismo das autoridades: «In December 1991, Defense Minister Chipande acknowledged publicly that ninety-six percent of those drafted into the government army failed to appear for duty» (Manning 2002, p.40).

Em qualquer dos casos, essas campanhas das autoridades nas épocas colonial e pós-colonial implicavam alterações na vida quotidiana⁶³⁵.

As descrições referenciadas para os dois tipos de situação parecem sobrepor a mesma estrutura de representações sociais que as pessoas adaptam a contextos diferentes no tempo e no espaço: período colonial/trabalho forçado/espacos rurais *versus* período pós-colonial/recrutamento militar/espaco urbano. Esse tipo de representação social simboliza também a persistência de comportamentos de resistência à acção do estado perante situações que se consideram gravosas para a vida das pessoas e das comunidades. Não identificámos, todavia, uma resistência *tout court* à acção do estado, mas antes uma resistência selectiva face a práticas específicas ou a determinadas conjunturas.

Sublinhe-se que foi intencional centrarmo-nos nas semelhanças entre o colonial e o pós-colonial socialista no que tem a ver com modelos de interacção do estado com as sociedades. Haverá certamente diferenças entre esses períodos⁶³⁶, como o facto de nos testemunhos se referir que as vítimas do trabalho forçado foram terceiros – «os meus pais», os «mais velhos» ou «vi isso quando era criança lá onde nasci» – e as vítimas do recrutamento militar compulsivo falarem em discurso directo, acrescentando frases do tipo:

Você passear e ver gente assim, na rua, não via! Andavam escondidos. Só via velhos, só. (...) Eu fugi “maningue”⁶³⁷. Cheguei a estar um mês no mato. (...) Dormiam [os rapazes novos] no mato. Eu, uma vez, fui com a minha mulher a Quelimane. Fiquei uma semana inteira no mato. Iam na minha casa ‘Onde está o teu marido? Foi para onde?’ Vinham de noite. Você saia de casa, andava a passear, era capturado na rua. Já ia. A família ficava a chorar. Você ia. (Entrevista 53/2004)

Nessa sequência, a operação produção de 1983 (um dos anos em que a carência alimentar foi particularmente aguda) também apareceu referida nas entrevistas associada ao que se considera o sentido autoritário e arbitrário da acção das autoridades⁶³⁸. Tratou-se de uma das campanhas encetadas pelo governo do presidente Samora Machel (1975-1986), descrita por Anne Pitcher desta forma:

⁶³⁵ Alguns entrevistados afirmaram ter retomado os estudos em adultos porque na altura da guerra civil tiveram de abandonar a escola para não serem «pegados» para o serviço militar.

⁶³⁶ Ver nota 24 do anexo (IV parte).

⁶³⁷ Muito.

⁶³⁸ Ver nota 25 do anexo (IV Parte).

«After President Machel criticized urban overcrowding and goods shortages in the cities in a 1982 speech, local officials in Nampula city responded by detaining and deporting anyone who could not prove residency or employment in the city. A year later, a much broader national measure, “Operation Production” (Operação Produção), followed. It represented the height of “bureaucratic pathology” where the government was determined to show that it still had a monopoly on power, illustrated through the realization of its stated objectives, which in this case was the rounding up of society’s “undesirables and parasites”. (...) In principle the program was meant to be voluntary, but in practice, government representatives used coercive tactics to corral and resettle suspected loafers and wanderers and those unlucky enough to be without employment»⁶³⁹.

O resultado foi o envio compulsivo de milhares pessoas para as suas zonas de origem ou para as zonas abandonadas do país, particularmente para o Niassa, uma das províncias do norte das mais marginalizadas desde sempre pela acção do estado (os números indicam que cerca de 15000 pessoas foram compulsivamente enviadas de Maputo para o Niassa⁶⁴⁰). O actual presidente da república, Armando Guebuza, figura destacada do regime desde a independência e à época ministro do interior encarregue da gestão dos campos de reeducação, aparece com frequência associado à liderança dessa campanha, que terá deixado marcas traumáticas, precisamente pela violência e arbitrariedade das autoridades⁶⁴¹.

Ainda que no caso da operação produção a actuação compulsiva das autoridades se circunscrevesse a um fenómeno urbano, o modo como se manifesta nos discursos do senso comum da actualidade sugere diferenças, quer em relação ao modo como se avalia o recrutamento para o trabalho forçado na época colonial, quer da avaliação do recrutamento para o serviço militar durante a guerra civil. Se estendêssemos a análise aos espaços rurais, a natureza da operação produção é também distinta, no modo como é representada, dos processos relacionados com as políticas de reordenamento colonial – os aldeamentos – ou a instituição das aldeias comunais após a independência. A diferença é que a operação produção tende a ser representada como pontual, isto é, não se indicia que se tenha prolongado por anos sucessivos, e os grupos-alvo, as razões e objectivos da actuação das autoridades surgem como muito mais ambíguos, daí que não se consolidassem estratégias de resistência das comunidades enquanto tal na sua relação com o estado. Pelo menos não as detectámos durante a realização do trabalho de campo.

⁶³⁹ Pitcher 2002, p.121.

⁶⁴⁰ Cabrita 2000, p.215.

⁶⁴¹ Cf. Cabrita 2000, pp.213 e segs.; Ferreira 2007, pp.195-197.

O ano de 1983 está ainda hoje bem presente nos discursos dos habitantes da cidade de Tete como um dos picos traumáticos do período pós-colonial. Para além da operação produção, foi um dos anos de grande incidência da fome e da seca e em que se começaram a sentir de forma mais intensa os efeitos da guerra⁶⁴², sendo que é nesse contexto que se torna saliente uma associação, nos discursos do senso comum, entre as dificuldades sentidas pelas pessoas e o controlo que existia à circulação de pessoas e bens na zona de Tete. Quanto maiores as dificuldades da população urbana, tanto mais esse controlo se representa como problemático (ou mesmo insuportável), quer pela referência à necessidade das guias de marcha para as pessoas se poderem deslocar (documentos controlados pelos responsáveis locais da Frelimo, as estruturas⁶⁴³), quer por se considerar que os postos de controlo que existiam nas estradas e para se poder entrar e sair da cidade serviam, na essência, para que os militares confiscassem parte dos bens alimentares que, a muito custo e arriscando a vida num contexto de insegurança, as pessoas obtinham nos espaços rurais para eles e seus familiares poderem sobreviver na cidade⁶⁴⁴.

Ainda quanto a representações das relações do estado com as populações, modeladas em particular pelo que se passou no mundo rural, são de ter em conta as culturas obrigatórias do algodão e do arroz na época colonial, praticadas até inícios dos anos sessenta. Embora não tenham surgido relatos explícitos sobre esse tipo de situações nas nossas entrevistas, a questão como está historicamente documentada não contraria as teses aqui defendidas, quer no que diz respeito à actuação violenta recorrente das autoridades, quer quanto às estratégias de resistência das populações⁶⁴⁵.

Tende a ser representada como passível de maior aceitação, ou, pelo menos tida como actuação coerciva nos limites da legitimidade do estado, a violência das autoridades relacionada com a regulação da vida social (aquela dimensão que tem a ver com o combate à prática de crimes, nomeadamente os roubos, os homicídios ou as violações), com as

⁶⁴² Pitcher 2002, pp.102 e segs.

⁶⁴³ «Estrutura» é como ainda hoje se designam pessoas com autoridade ligadas à Frelimo.

⁶⁴⁴ Cf. Entrevista 58/2004.

⁶⁴⁵ Cf. Fortuna 1993; Brandão 2004.

políticas de escolarização forçada do tempo colonial⁶⁴⁶, ou com as campanhas de vacinação ou de escolarização levadas a cabo logo após a independência.

A escolarização das massas durante a governação de Samora Machel (1975-1986) é, aliás, um exemplo único em que se considera que o estado soube aproximar-se das populações rurais sem recorrer à violência física e sem, ao mesmo tempo, se distanciar delas. Na área do ensino detectam-se mesmo avaliações bastante positivas da acção do estado socialista⁶⁴⁷. Esse atributo fortemente positivo conferido ao estado nessa época tende a ser apresentado como contraponto ao elitismo da escolarização da actualidade ou do tempo colonial⁶⁴⁸. Desse modo, apesar de, enquanto analistas, tentarmos encontrar lógicas de continuidade entre o colonial e o pós-colonial, a complexidade do real impede análises lineares. No caso do ensino, como ressalta à vista, há, nas representações sociais, uma maior proximidade entre o tempo colonial e o actual multipartidarismo, sendo que a época de Samora Machel é representada como a excepção meritória.

Em resumo, algo de essencial se vem transformando na última década e meia ao nível da relação do estado com as sociedades, sendo que consideramos que o que se passou (e passa) no mundo rural é sintomático para a caracterização do sistema político em Moçambique de um modo geral.

⁶⁴⁶ O trabalho obrigatório para os pais que não mandavam os filhos à escola – *thangata* – chega a ser interpretado como um justo mal necessário. A *thangata* também designa o trabalho forçado em geral, noutras partes do país designado por *chibalo*. Referindo-se ao distrito de Tete entre 1920-1950, um autor afirma «(...) a população africana era obrigada praticamente à servidão ao abrigo do sistema de trabalho *thangata*; as taxas de tributação eram elevadas e verificava-se o recrutamento forçado de mão-de-obra para a construção de estradas, o serviço de transportes e a polícia» (Newitt 1997 [1995], p.436). Cf. Nota 5 do anexo (II parte).

⁶⁴⁷ Ver nota 26 do anexo (IV parte).

⁶⁴⁸ Alguns entrevistados referem que o problema não é o de hoje não haver escolas para todos, mesmo nos espaços rurais, mas antes o facto de a escolaridade, a partir de um certo nível, ser representada como um feudo reservado às elites, enquanto que no tempo do presidente Samora Machel as bolsas de estudo no exterior estavam ao alcance do «filho do camponês».

23. Representações sociais da ordem pública

A gestão da lei e da ordem pública constitui outro tema saliente nas representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique e que também revela que a grande transformação ocorreu, não tanto na transição do período colonial para a independência (1974-1975), mas após a morte de Samora Machel (1986), situação acentuada com a instituição do multipartidarismo na primeira metade da década de noventa. Enquanto que ao estado na actualidade (partindo do pressuposto que possui características antropomórficas) são conferidos atributos negativos como o de apático, passivo, laxista ou mesmo imoral na relação com a lei e a ordem (é sintomático o uso frequente da expressão «deixa-andar», lugar-comum que associava a governação de Joaquim Chissano [1986-2004/5] aos fenómenos do cabritismo⁶⁴⁹ e da criminalidade), o sistema colonial (até 1974-1975) e a governação de Samora Machel (1975-1986) ganham atributos positivos como o de serem autoritários e capazes de fazer respeitar a lei e a ordem⁶⁵⁰ (sobretudo a administração colonial⁶⁵¹) ou os princípios de governação (sobretudo a governação da Frelimo na época referida), cuja consequência era uma mais eficaz regulação e previsibilidade das relações sociais.

Quer para o período colonial, quer para o período pós-colonial socialista, existe um tipo de violência do estado que remete para a regulação da vida social que tende a ser não só aceite, como valorizado. No fundo essas avaliações espelham uma crítica ao estado na actualidade e reflectem expectativas sobre o seu papel. Sendo que se a actual governação de Armando Guebuza está a responder, de algum modo, a essas preocupações do senso comum, ainda assim, a acção do estado, a esse nível, mantém-se aquém do que se espera, por muito que a tendência nos discursos do senso comum seja a de atribuir as fragilidades na actuação, não tanto ao sucessor de Joaquim Chissano, mas à máquina política e administrativa na qual apoia a sua acção. De qualquer modo, a valoração positiva do poder coercivo do estado sustenta-se no que se considera ter sido a actuação draconiana (dura, exemplar e justa) das autoridades antes dos anos noventa⁶⁵² face a crimes como, por

⁶⁴⁹ Retoma-se uma expressão de senso comum associada ao fenómeno da corrupção em Moçambique: «O cabrito come onde está amarrado».

⁶⁵⁰ Os fenómenos da corrupção e da criminalidade desempenham papel central na estruturação dos discursos sobre o político. Cf. Serra 2003a, em especial pp.30 e 38.

⁶⁵¹ Cf. Florêncio 2003, pp. 378 e segs.

⁶⁵² Ver nota 27 do anexo (IV parte).

exemplo, os homicídios, as violações ou os roubos e as sabotagens. A asserção pode ser sistematizada numa expressão-tipo que circula no espaço público:

No tempo colonial ou no tempo de Samora Machel as pessoas andavam nas ruas à vontade. Hoje você está na rua, está a ser roubado, está a ser batido, o polícia está aí a ver e não faz nada. Você vai queixar onde? O ladrão entra na prisão hoje e amanhã já está aí na rua. Basta dar dinheiro para sair da prisão.

Todavia, tendo em conta o tema da lei e da ordem, mas em contradição com a tese que defendemos da continuidade entre o período colonial e o pós-colonial socialista, surgiram também nas entrevistas referências que apontam para uma diferença essencial entre as representações que se reportam a cada um desses períodos. Sendo que em ambos momentos o estado é tido como autoritário, o regime socialista da Frelimo não é, no geral, considerado socialmente discriminatório⁶⁵³. As guias de marcha⁶⁵⁴, o recrutamento militar compulsivo, as campanhas de ruralização ou de escolarização, a operação produção, entre outras atitudes das autoridades (e também as carências⁶⁵⁵), há a tendência de se considerar que eram para todos⁶⁵⁶.

Por um lado, isso marca uma diferença de fundo em relação ao passado colonial onde dominavam critérios evidentes de discriminação social (estruturados sobretudo em torno de atributos raciais que segregavam colonos e colonizados) e, por outro lado, diferencia também as avaliações da organização social da época socialista (1974/1975 a inícios da década de noventa) das avaliações da sociedade após a instituição do multipartidarismo (desde inícios dos anos noventa). Considera-se que o regime da Frelimo, na actualidade, favorece uma minoria rica e privilegiada. Esse conjunto de factores contribuiu de modo decisivo para que se sublinhe, nos discursos do senso comum, a dimensão popular e

⁶⁵³ A hipótese de uma maior arbitrariedade atribuída ao estado nos discursos do senso comum quando avaliam a governação de Samora Machel em comparação a governação colonial imediatamente antecedente, acontece provavelmente porque o período pós-colonial foi de extremos: oscilou entre a promoção social e a violência das autoridades, ambas com forte impacto social. Acrescente-se quando se massificou a acção social do estado (no ensino, através das campanhas de vacinação associados ou não aos projectos de ruralização), o resultado inverso terá sido também o de essas acções reforçarem o poder coercivo do estado. Nessa época de Samora Machel, por outro lado, também se radicalizou a gestão dos sentimentos colectivos (aquilo que se pode designar por populismo), algo que tende a potenciar a arbitrariedade pela forte carga emotiva da acção política.

⁶⁵⁴ Ver nota 28 do anexo (IV parte).

⁶⁵⁵ Ver nota 29 do anexo (IV parte).

⁶⁵⁶ O que se passou, por exemplo, com as Testemunhas de Jeová merece uma análise específica não contemplada no presente ensaio.

igualitária da governação de Samora Machel: um regime que tende a ser representado como de e para as massas, tanto nos aspectos positivos, quanto nos negativos.

As questões relacionadas com o ensino constituem exemplo particularmente significativo sobre o modo como se avalia globalmente a acção social do estado. Ela oscila entre uma postura que promove a igualdade através do apoio aos desfavorecidos (positivo) e outra que considera que o estado está ao serviço das elites para a sua autopromoção (negativo). Tende a considerar-se que no tempo colonial, apesar de ter sido promovida a escolarização (quer pela acção do estado, quer pela acção das igrejas), sobretudo na fase final, havia limites aos estudos para os indígenas, sendo que a referência era a quarta classe. Desde os anos noventa com o multipartidarismo, e cada vez mais, alguns sublinham que isso está de algum modo a voltar a acontecer, pois a prossecução dos estudos médios e sobretudo superiores tende a ser vista como possível apenas para aqueles que pertencem a famílias da minúscula e rica elite estatal ou para os que têm padrinhos. Conclui-se: «Com Samora Machel não era assim! Ele dava estudos mesmo ao filho do camponês!»

Nesse sentido, se se considerar o estado como o mais importante impulsionador da melhoria do estatuto social dos indivíduos há, sem dúvida, uma maior proximidade entre a actualidade e a época colonial, sendo que o período socialista tende a ser destacado como a excepção positiva. Em vários testemunhos reconhece-se que o regime de Samora Machel valorizou socialmente muitos moçambicanos como nunca aconteceu nem antes nem depois, sobretudo nos primeiros anos da independência. Estava em causa a promoção profissional daqueles que tinham alguns estudos; outros a quem o regime proporcionou estudos médios ou superiores fora do país (nomeadamente em Cuba e na República Democrática Alemã); ou ainda os que ganharam destaque por terem integrado as inúmeras estruturas administrativas que a Frelimo criou, mesmo que informais (por exemplo, os secretários de bairro ou os membros dos grupos dinamizadores).

A valorização social de um leque diversificado de pessoas habitualmente marginalizadas, com um impacto disseminado tanto nos espaços rurais quanto nos urbanos, assentava em critérios perceptíveis para as pessoas comuns. Não é representada, ainda hoje, como algo que resultasse de favoritismos pessoais (até porque Samora Machel goza do atributo de líder próximo do povo), nem se traduzia em acumulação de riqueza individual fácil ou num

qualquer capital social de duvidosa legitimidade. Assentava sobretudo numa ideia de construção colectiva de um país recém independente, construção em benefício desse mesmo colectivo, utopia que, mesmo que fosse encarada por muitos de uma forma instrumental ou que tivesse entrado rapidamente em erosão, impulsionou uma profunda renovação da organização social que se confundia com o projecto da Frelimo.

Em síntese, havendo práticas das autoridades cuja essência se manteve na transição do período colonial para o pós-colonial, isso, se por um lado explica a relevância da recomposição política ocorrida em inícios dos anos noventa, por outro lado e apesar de tudo, tais tendências não anulam o carácter singular conferido ao período que correspondeu à governação de Samora Machel (1975-1986). É ainda necessário ter claro que a acção coerciva do estado na regulação da vida pública, normalmente conotada com a violência, comporta valorações diferenciadas consoante o que estivesse em causa. Se se verifica uma recusa generalizada do tipo de violência das autoridades anterior aos anos sessenta exercida sobre as comunidades (associada ao *chibalo* e às culturas obrigatórias), valoriza-se a violência exercida sobre os indivíduos que permitia controlar comportamentos socialmente censuráveis (roubos, homicídios ou violações). É a última que não permite uma separação convincente, ao nível das representações sociais, entre o colonial e o pós-colonial.

24. Estado, indivíduo e propriedade

Agora estamos a viver porque não há trabalho forçado, não há chibalo. Estamos a viver livres. Agora não há vinganças, perseguições, agressões. Estamos livres. Não nos batem. Agora já não vivemos na aldeia comunal, não há milicianos e podemos andar livres. (Entrevista 31/2004)

Outro tema saliente nos discursos do senso comum sobre as relações entre o estado e as sociedades tem a ver com o modo como se considera que as autoridades em Moçambique, ao longo do tempo, têm regulado as actividades produtivas⁶⁵⁷. Essas representações estruturam-se em torno da regulação da circulação de pessoas e bens e da regulação das actividades que permitem (e permitiam) aos indivíduos acumular riqueza. Na prática o que está em causa é o controlo, pelas autoridades, da posse e usufruto individuais de bens de elevado valor material ou simbólico⁶⁵⁸. Através da análise de situações concretas, o trabalho empírico permitiu tornar substantiva a tese da continuidade entre o colonial e o pós-colonial nessa matéria e os anos noventa como o ponto de viragem.

O passe/caderneta⁶⁵⁹ do tempo colonial ou a guia-de-marcha do tempo do socialismo⁶⁶⁰ desapareceram com o multipartidarismo. O mesmo quanto a avaliações da maneira como o estado concebia, até aos anos noventa, a relação indivíduo/propriedade. Ao longo das entrevistas surgiram frases como: «se você tivesse muito dinheiro» (no tempo colonial) ou

⁶⁵⁷ A tese da continuidade entre o modelo de relação estado/sociedades na transição do período colonial para o pós-colonial foi também defendida por J. Oppenheimer a propósito da forma como o estado regulou o trabalho migrante, primeiro na África do Sul (período colonial) e depois na República Democrática Alemã (período pós-colonial socialista). No seu estudo o autor sistematiza as múltiplas semelhanças entre os dois processos que, na actualidade, desembocaram na contestação social que se arrasta pela última década por parte dos ex-trabalhadores moçambicanos na extinta RDA (os *madjermanes*) (Oppenheimer 2004).

⁶⁵⁸ Ver nota 30 do anexo (IV parte).

⁶⁵⁹ «O sistema de *cadernetas*, ou livres-trânsitos, já em vigor em algumas zonas para tentar controlar a emigração clandestina passou a ser extensivo [1942] a fim de haver um controlo sobre a carteira profissional do camponês. Em 1944, foram introduzidos os controlos sobre a população *indígena* das cidades. Seguindo a prática da África do Sul, os *indígenas* tinham de se registar na administração e obter um *livrete* que lhes permitia ir trabalhar na cidade. As infracções tornavam um *indígena* susceptível de trabalho correcional. Tal como o sistema de livres-trânsitos sul-africano, o *livrete* [itálicos do original] servia uma série de finalidades. Era um método de controlar o afluxo às zonas urbanas e de exercer alguma forma de controlo social sobre a força laboral nas cidades, e ajudou a bloquear outros meios de o camponês poder escapar ao trabalho forçado nas zonas rurais.» (Newitt 1997 [1995], p.409). Esta prática foi extinta em 1961 e, de certo modo, reposta numa nova modalidade, após a independência em 1975, através das guias-de-marcha, com a diferença desta última ser de aplicação generalizada, isto é, não visava um segmento social específico. Mas os propósitos das autoridades tinham semelhanças com o que se passou no regime colonial: fazer assentar um sistema político autoritário e centralizado no controlo da circulação (de pessoas, de mercadorias, de ideias).

⁶⁶⁰ Cabrita 2000, pp.87-88.

«se você tivesse um bom relógio ou uma boa casa» (no tempo do presidente Samora Machel), «iam querer saber ‘onde você apanhou dinheiro?’» ou «‘como você conseguiu isso?’»⁶⁶¹. Ou seja, a acumulação de riqueza por indivíduos pertencentes a segmentos sociais desfavorecidos (na época colonial) ou por qualquer pessoa, independentemente da sua condição social (na época de Samora Machel), implicava um anátema social instigado pelas autoridades. Essas práticas do estado nada têm a ver com as liberdades efectivas que as pessoas consideram existir nesse domínio desde a institucionalização do multipartidarismo nos anos noventa⁶⁶².

Alguns entrevistados, sobretudo os menos escolarizados, acabam mesmo por referir que «agora é que estamos independentes» ou «agora é que estamos livres»⁶⁶³. Quando se solicitava que explicitassem a frase, as respostas remetiam para o que vem acontecendo na última década e meia: «temos paz»; «podemos trabalhar naquilo que quisermos»; «podemos ter as nossas coisas»; «podemos viajar para onde quisermos». Desse modo, a existência de entraves à mobilidade física de pessoas e bens e obstáculos à posse, acumulação e usufruto individual desses mesmos bens acabam por ter uma relação directa com o maior controlo que o estado exerce sobre os indivíduos e comunidades, sendo que a lógica inversa também se aplica.

Registe-se ainda a tendência, nos discursos do senso comum, de se associar a noção de liberdade em abstracto à ideia de liberdade no sentido dos indivíduos se poderem deslocar⁶⁶⁴, realizar actividades produtivas ou possuir bens materiais sem constrangimentos impostos pelas autoridades. Todavia, as concepções de liberdade relacionadas com a liberdade de expressão, de participação cívica, incluindo a participação eleitoral, também existem e, na actualidade, nem sequer se torna evidente qual das duas dimensões é a mais saliente no pensamento social: se a noção de liberdade associada às especificidades do político referidas; se a noção de liberdade associada a questões de natureza económica com

⁶⁶¹ Ver nota 31 do anexo (IV parte).

⁶⁶² Mais do que «a democratização» o que as pessoas dizem é «com o presidente Chissano» ou «neste tempo de Chissano». Dito por outras palavras, «democratização» e «chissanização», para muitas pessoas, são praticamente sinónimos. É interessante verificar que algumas pessoas referem, quer para o tempo colonial, quer para o «tempo de Machel», que as «as coisas eram baratas», sendo que a diferença era que na época colonial os bens estavam disponíveis e o poder de compra permitia que se acesse a eles sem grandes dificuldades, enquanto que «no tempo de Machel não havia coisas, mas eram baratas» e «as pessoas passaram mal».

⁶⁶³ Ver nota 32 do anexo (IV parte).

⁶⁶⁴ Cf. Entrevista 38/2004.

vista à subsistência⁶⁶⁵. Como, na verdade, nos discursos que recolhemos ambas as dimensões existem, não é possível sermos mais precisos. A ideia geral é a da valoração positiva da autonomia dos indivíduos e das comunidades na sua relação com os poderes que as tutelam.

Ainda relacionado com as avaliações do tipo de controlo das actividades produtivas de indivíduos e comunidades que se reportam apenas ao período pós-colonial, se o regime socialista autoritário (1974/5 a inícios dos anos noventa) aparece muito associado ao controlo apertado do estado sobre os indivíduos e comunidades⁶⁶⁶ – com efeitos negativos na produção e circulação de bens (embora muitos expliquem pela guerra esse tipo de atitudes das autoridades) –, o regime multipartidário é fortemente valorizado por ter permitido uma muito maior autonomia a esse nível. Tais avaliações são sustentadas naquilo que são evidências para o senso comum que permitem diferenciar o período de graves carências (socialista) do período em que as condições básicas de subsistência melhoraram significativamente (multipartidarismo). Apesar de subsistirem dificuldades.

Em síntese, é precisamente a existência de representações sociais que apontam para a continuidade entre o colonial e pós-colonial que valoriza a recomposição política iniciada em Moçambique nos anos noventa. No entanto, à última são associados tanto atributos tendencialmente positivos (maior liberdade de indivíduos e comunidades no que tem a ver com a prática de actividades de subsistência ou mesmo o reconhecimento, pelo estado, da legitimidade na acumulação e usufruto individual de bens de elevado valor material ou simbólico), quanto atributos tendencialmente negativos (um controlo menos eficaz das autoridades sobre comportamentos sociais censuráveis).

⁶⁶⁵ Um autor defende ideia semelhante para a Costa do Marfim (Marie 2003, pp.33-105).

⁶⁶⁶ Cf. Capítulo 17. *As representações geradas na transição política (1974-1975)*.

24. Estado, indivíduo e propriedade

25. Moçambique: um caso de continuidade histórica

Pela sua natureza eminentemente historiográfica, este capítulo funciona como complemento das outras partes do texto relacionadas com o estudo das representações sociais propriamente ditas⁶⁶⁷. A tese que iremos sustentar tem a ver com o facto de, ao longo da evolução do país – apesar das guerras que temporariamente fragmentaram partes do território (1964-1974 e 1976/7-1992) e apesar das diversidades étnico-linguísticas ou religiosas –, Moçambique nunca ter-se aproximado de um qualquer colapso enquanto formação territorial nacional o que, a ter acontecido, teria sido motivado essencialmente pela dissolução do estado. O que sempre esteve em causa em situações de crise política cuja gravidade motivou confrontos armados foi o controlo do estado por determinada(s) força(s) política(s), isto é, nunca ganharam relevância projectos que pretendessem a secessão de partes do território nacional.

A evolução de Moçambique, desde a sua delimitação territorial e constituição efectiva do estado em finais do século XIX, tornou o país um caso peculiar de continuidade histórica. Tendo em conta o período a que se reportam os dados empíricos recolhidos, o presente capítulo centrar-se-á nos processos relevantes de recomposição social e política que ocorreram a partir da segunda metade do século XX. Estará em causa, de modo particular, a transição do período colonial para o pós-colonial (1974-1975), a transição do monopartidarismo e da guerra para a paz e para o multipartidarismo (inícios dos anos noventa) e as renovações de liderança e consequentes transformações de orientação ideológica e de relações de poder no interior da Frelimo (1969; 1986; e 2004).

As características de cada um dos processos referidos permitem compreender a continuidade do estado e, portanto, a continuidade histórica de Moçambique.

A primeira recomposição política de grande relevância que terá favorecido a continuidade de Moçambique enquanto país foi a transição da colonização portuguesa para a independência em 1974-1975. Ela significou, de facto, uma recomposição profunda no que concerne à estrutura e articulação do tecido social, particularmente ao nível das elites que

⁶⁶⁷ O presente capítulo complementa a parte empírica do estudo. Não só a II, III e IV partes do texto (já apresentadas), mas também a V parte (que apresentaremos de seguida). Todavia, decidimos colocar o capítulo nesta sequência (e não a fechar a V e última parte) por uma questão de eficácia argumentativa.

controlavam o estado e da ideologia que legitimava esse domínio. Mas tal transformação, motivada pela saída em massa dos colonos brancos e de uma parte da elite mestiça, saída com forte impacto em todo o tecido social, não colocou em causa, pelo menos no imediato, nem a viabilidade do país recém-independente, nem o papel central do estado enquanto instituição que tutela as sociedades. O factor essencial a sustentar a continuidade histórica de Moçambique nesse período terá sido a manutenção do modelo autoritário e centralizador da relação do estado com as sociedades. A verdade é que a Frelimo, a força política que tem conduzido os destinos do país desde essa altura, revelou capacidades suficientes para sustentar tal ambição⁶⁶⁸. Recorrendo à terminologia weberiana, mantiveram-se as características essenciais da associação de dominação⁶⁶⁹ herdada do sistema colonial, havendo apenas diferenças de enfoque ideológico e de intensidade, não tanto de substância.

O processo de transição para a independência, ao ter implicado a saída em massa da elite colonial em 1974-1975 desequilibrou a relação entre o estado e as sociedades que até aí existia, fortalecendo o primeiro, sendo que as segundas viram partir ou ser ostracizados os seus elementos mais dinâmicos na mediação das relações entre as sociedades e os poderes que as tutelavam (as elites coloniais e as elites tradicionais). Foi por aí que se produziu a mais importante alteração nas características do sistema político⁶⁷⁰. É irrelevante defender que foi o estado que se tornou forte demais face às sociedades (sociedades tradicionais e sociedade pós-tradicional) ou que foram as sociedades que enfraqueceram muito mais do que o poder governativo em virtude da decapitação das elites⁶⁷¹. Esse ascendente do estado sobre o social moldado na conjuntura de acesso à independência acabou por se tornar uma característica essencial que ainda hoje marca o sistema político em Moçambique, até porque a produção do político resulta precisamente da relação entre as sociedades e os poderes que as tutelam⁶⁷².

Nos primeiros anos após a independência, a nova elite que entretanto foi surgindo, sem tempo para se sedimentar, não se tornou obstáculo à continuidade de um sistema de dominação política herdado da época colonial, que passou a implicar explicitamente a

⁶⁶⁸ Cf. Franco 2005, p. 15.

⁶⁶⁹ Weber 1978 [1922], vol.1, p. 53.

⁶⁷⁰ Cf. Coelho 1993, p.329 e segs.

⁶⁷¹ Cf. Chingono 1996, pp.6 e segs.; Pitcher 2002, pp.17 e segs.

⁶⁷² Cf. Manning 2002, pp.17-26.

consolidação da formação territorial nacional independente, modelo que conferia um papel cada vez mais hegemónico ao factor-estado. O facto da guerra da Renamo só ter ganho proporções nacionais nos anos oitenta, quase uma década depois da transição de 1974-1975, terá dado margem de manobra suficiente para que o projecto liderado pela Frelimo de Samora Machel, naquilo que tinha a ver com a defesa da integridade do território nacional e a viabilidade (económica, cultural, política) do país, adquirisse difusão social suficientemente generalizada para resistir a períodos de crise, por muito traumáticos que pudessem ser, como foi o caso da guerra que decorreu entre 1976/7-1992. A reconstrução do país na pós-guerra atesta o que referimos.

O segundo grande processo de recomposição política em Moçambique vem ocorrendo desde inícios dos anos noventa, particularmente após a aprovação da nova constituição em 1990 que ratificava a abertura do regime ao multipartidarismo e a liberalização económica, seguida da assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma entre a Frelimo e a Renamo (1992) e da realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias (1994, com novos escrutínios em 1999 e 2004). Das consequências desse conjunto de transformações, o importante a reter é que ele teve forte impacto no modelo de dominação do estado sobre as sociedades, marcando diferenças substantivas em relação à transição para a independência. O processo de recomposição política iniciado na primeira metade da década de noventa significou, na essência, a passagem de um modelo em que o estado se limitava a impor o seu domínio sem sentir necessidade de negociar com as populações a sua legitimidade, para um modelo em que as sociedades ganharam autonomia e capacidade para mitigar essa forma de dominação através da introdução de mecanismos de contratualização nessa relação. Essas transformações implicaram, portanto, redefinições na produção e gestão do político.

Em relação ao que havia ocorrido na transição para a independência, desde inícios dos anos noventa verifica-se de algum modo o inverso: a afirmação das elites de gestação pós-colonial, passada mais de década e meia de sedimentação. Essa evolução foi fortalecendo as sociedades na sua relação com o estado⁶⁷³. Recorrendo, uma vez mais, ao conceito

⁶⁷³ West 2005, pp.181 e segs. descreve o processo de constituição e consolidação da elite pós-colonial a partir do estudo de caso do planalto de Mueda (província de Cabo Delgado).

weberiano, transformou-se a natureza da associação de dominação em Moçambique, algo que não havia acontecido em 1974-1975. A transição dos anos noventa significou que as elites, aos olhos do estado (que já não é apenas aquele que se impõe, mas o parceiro ou o complemento das elites), passaram a ter legitimidade para reforçar explicitamente a acumulação de riqueza enquanto meio de afirmação social⁶⁷⁴. Caricaturando, foram os velhos políticos poderosos e a sua rede de relações que assumiram a condição de novos-ricos⁶⁷⁵.

Ao contrário do que acontecera na primeira transição, nos anos noventa o tecido social manteve uma relativa estabilidade, sendo que os ajustes recentes (que se podem considerar marginais) significaram a cooptação para as elites de alguns segmentos minoritários entre os próximos do poder; entre alguns daqueles que lideraram o combate contra o monopartidarismo⁶⁷⁶; ou outros que aproveitaram a oportunidade resultante da reactivação económica ou do alargamento do ensino universitário na pós-guerra. Por seu lado, a mobilidade social, que teve muito maior expressão na transição para a independência, tornou-se mais regulada (isto é, significativamente menos generalizada) nas duas últimas décadas, dada a progressiva estabilização das elites e, naturalmente, do restante tecido social⁶⁷⁷. Simplificando, nos anos noventa as sociedades em Moçambique vêm ganhando peso na sua relação com o estado por força da afirmação das elites.

Tendo em conta a estrutura social, pode considerar-se que a primeira transição (1974-1975) é representada como a transição socialmente transversal (simbolizada na abertura do

⁶⁷⁴ Cf. Pitcher 2002, pp.238-239. Versando sobre o sistema económico, a autora considera que existe continuidade entre o socialismo e o neoliberalismo (como ela designa) em Moçambique pelas mesmas razões: os actores-chave são praticamente os mesmos.

⁶⁷⁵ «A Frelimo aburguesou-se exponencialmente desde o fim das pretensões socialistas nos meados dos anos 80, e intensificou o seu poder económico logo após o Acordo Geral de Paz [1992], com uma estratégia aquisitiva centrada na privatização das antigas empresas estatais. Alguns dos seus importantes quadros reuniram-se em consórcios empresariais, tomando conta das empresas recém privatizadas. (...) São vários os contornos do relacionamento do partido Frelimo em negócios, contornos que moldam, de uma forma particular, as práticas de financiamento político, as quais se confundem com trocas clientelares recíprocas, naquilo que desagua num complexo e intrincado esquema de manipulação dos processos de aquisição de bens e serviços para as instituições públicas» («Gritos e protestos internacionais», *Savana – Semanário Independente*, Maputo, 15.12.2006 junto a Hanlon 2003, nº 103, 19.12.2006, p.4).

⁶⁷⁶ Num outro artigo um dos aspectos abordados é a relação estrutural entre as elites e o restante tecido social em Moçambique, nomeadamente a cooptação para as elites daqueles que lideraram (e lideram) a oposição ao poder instituído (Ribeiro 2002).

⁶⁷⁷ Um dos entrevistados da cidade de Nampula (2003) referiu que «Você vai a Maputo, à avenida Julyus Nyerere, e nem parece que está aqui em Moçambique». Essa é, por excelência, uma zona nobre da capital de Moçambique, marcada pela forte presença de brancos, com hotéis, restaurantes, bancos, centros comerciais à moda ocidental.

aparelho de estado ao nacionais, sector esse que ganhou enorme dimensão com as nacionalizações iniciadas em 1975), e a segunda transição (dos anos noventa) como a transição sobretudo virada para a legitimação das elites. Não nos reportamos a realidades quantificáveis ou materializáveis, mas a representações sociais que, a esse nível, traduzem o que a generalidade das pessoas tende a considerar que o colectivo ganhou ou perdeu com as recomposições políticas. Na primeira ganhou-se dignidade e atenção do estado, na segunda ganhou-se a paz, a autonomia e melhores condições para garantir a subsistência. Em ambas a marginalização no acesso aos recursos da esmagadora maioria da população pode ter-se mantido. Todavia, no plano das representações sociais, estabelecem-se diferenças significativas entre a valorização da igualdade do tempo de Samora Machel e o reforço do poder das minorias que dominam o aparelho político e o mundo empresarial legitimada pela governação de Joaquim Chissano e que se vai acentuando no período pós-Chissano.

O terceiro grande conjunto de processos de recomposição política tem directamente a ver com a evolução interna da Frelimo, a mais importante força política de Moçambique. Ele não é menos relevante para a viabilidade do país e do estado e, na nossa perspectiva de análise, consideramo-lo autónomo em relação aos outros dois grandes processos de recomposição política anteriormente referidos. O elemento-chave é a unidade interna que a Frelimo tem manifestado, factor que tem contribuído, ao mesmo tempo, para a longevidade do partido e para a sua manutenção no poder. Essa característica deve ser associada à capacidade da Frelimo em renovar as lideranças sem abalar a referida unidade interna, algo que acontece desde a fundação do movimento em 1962⁶⁷⁸.

Em bom rigor, mesmo que as transições na liderança produzam dissensões internas no partido, tais dissensões ou se traduziram no passado em expulsões eficazes (isto é, os renegados com visibilidade social não tiveram possibilidades de organizar movimentos políticos que fracturassem internamente o partido ou que criassem movimentos políticos

⁶⁷⁸ A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foi fundada em 1962 pela fusão da UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (Mozambican African National Union) e UNAMI (União Africana de Moçambique Independente). No I congresso da Frelimo em Setembro desse ano, Eduardo Chivambo Mondlane foi eleito presidente do partido, cargo que ocupou até à sua morte em 1969.

suficientemente relevantes para se oporem à Frelimo, como foi o caso de Uria Simango⁶⁷⁹) ou, na actualidade, os conflitos internos mantêm-se sem que se traduzam em expulsões ou em cisões perceptíveis para o senso comum⁶⁸⁰. Trata-se de uma força política com dois líderes carismáticos vítimas de morte traumática: Eduardo Mondlane assassinado (1969) e Samora Machel por acidente de aviação (1986). Situações que a esmagadora maioria das pessoas conhece. A verdade é que, por aquilo que nos apercebemos nos discursos do senso comum, esses factos (e eventualmente outros) não alimentam especulações consistentes ou convincentes sobre divisões internas na Frelimo.

Para se compreender a evolução política de Moçambique desde o início da luta armada de libertação nacional (1964) até à actualidade, significativo é o facto de, por razões históricas, as renovações de liderança e consequentes transformações ideológicas e de relações de poder no interior da Frelimo (e do estado desde a independência em 1975) nunca coincidiram com mudanças políticas estruturais ao nível do país (ou do sistema político), isto é, na relação do partido com o estado e com as sociedades.

Na sequência do assassinato do primeiro presidente do movimento, Eduardo Mondlane, a 3 de Fevereiro de 1969, o processo de sucessão que conduziu à liderança de Samora Machel não coincidiu com alterações de fundo no conflito anti-colonial que então decorria e que só terminaria formalmente a 7 de Setembro de 1974 com os acordos de Lusaka que estabeleceram o cessar-fogo entre o governo colonial e a Frelimo e marcaram o início da transição de poderes. Mais tarde, a morte de Samora Machel a 19 de Outubro de 1986 e a sua sucessão por Joaquim Chissano, também não coincidiu nem despoletou qualquer alteração imediata quer na guerra civil então em curso, quer no modelo político de gestão do estado, transições que só viriam a ocorrer na primeira metade da década de noventa. A última transição na liderança da Frelimo, na sequência das eleições de Dezembro de 2004, uma vez mais, não coincidiu com qualquer alteração significativa no sistema político, isto

⁶⁷⁹ Cf. Ncomo 2003.

⁶⁸⁰ Joseph Hanlon defende que a unidade interna é uma das características da Frelimo, sugerindo que «Eles preferem matar-se uns aos outros a expulsarem-se». Sublinha o investigador que as disputas pelo controlo dos ministérios do interior e da justiça entre as facções apoiadas, respectivamente, pelo actual presidente, Armando Guebuza, e pelo antecessor, Joaquim Chissano, caracterizam-se por uma enorme violência política, mas que não extravasa para o espaço público (Hanlon, conferência proferida no ISCTE a 01.02.2006, parte do conteúdo da conferência publicada in: Hanlon 2003, Issue 33, «Is a predominant party state 'democratic'», 01.11.2003, pp.1-3].

é, a Frelimo manteve-se no poder e a passagem da liderança de Joaquim Chissano para Armando Guebuza decorreu num momento de relativa estabilidade do multipartidarismo.

Mesmo que se considere que o novo presidente da Frelimo e de Moçambique, Armando Guebuza, foi imposto pelo aparelho por causa do desgaste da liderança do anterior presidente, Joaquim Chissano, e que a campanha eleitoral de 2004 foi sobretudo de Armando Guebuza contra Joaquim Chissano, quase ignorando o candidato principal da oposição, Afonso Dhlakama (Renamo – União Eleitoral), o que passou para o senso comum foi a ideia de uma transição interna pacífica. Joaquim Chissano apoiou publicamente a campanha política do seu sucessor⁶⁸¹ e mantém-se como uma figura de relevo do regime, isto é, conserva o seu espaço simbólico no partido, no estado e no país⁶⁸².

As duas primeiras transições (de Eduardo Mondlane para Samora Machel; e de Samora Machel para Joaquim Chissano) significaram inflexões ideológicas no partido, bem como as diferentes (e fortes) personalidades (dos antecessores e dos sucessores), em qualquer dos casos, implicaram mudanças significativas no estilo de liderança com profundas implicações políticas. Samora Machel radicalizou a opção marxista-leninista do seu antecessor, o moderado Eduardo Mondlane, e Joaquim Chissano, por seu lado, optou por uma linha ideológica de abertura política que progressivamente resvalou para uma tendência comumente rotulada de neoliberal⁶⁸³.

Resumindo, nenhuma das três grandes renovações internas da Frelimo, resultantes de alterações na liderança, foi coincidente com os dois grandes processos de transição política em Moçambique: quer com a transição para a independência (1974-1975), quer com a transição para a paz e para o multipartidarismo (1992-1994), processos esses também eles

⁶⁸¹ Cf. Hanlon 2003, Issue 33, «Is a predominant party state ‘democratic’», 01.11.2003, pp.1-3.

⁶⁸² Cf. Capítulo 29. *Atributos do líder ou do estado?*

⁶⁸³ O uso do termo neoliberal é claramente insatisfatório. No percurso histórico do país e nos discursos do senso comum não detectámos mudanças estruturais nas funções do estado que tornem adequado o uso do termo quando aplicado ao sistema político em Moçambique. É mais uma tendência dos mimetismos ocidentais. Recorremos a ele porque não encontramos melhor e porque não é essencial ao sentido das análises que propomos. Cf. Saul 2005.

25. Moçambique: um caso de continuidade histórica

marcados por características significativamente distintas, como se referiu. Nessas conjunturas as lideranças da Frelimo estavam suficientemente consolidadas.

Daí que a capacidade de auto-reelaboração que o sistema político em Moçambique manifesta signifique que as transformações profundas que se têm verificado nunca estiveram fora de controlo. Não se afigura, por isso, verosímil considerar que Moçambique, ao longo do século XX, tenha vivido algum momento em que esteve próximo da fragmentação territorial relacionada com a fragilidade da função simbólica do estado. Apesar da guerra de libertação (1964-1974) e, sobretudo, apesar da guerra interna pós-colonial (1976/7-1992).

V PARTE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PERÍODO PÓS-COLONIAL

*Essa coisa de política não podemos saber. É lá
entre eles. (Entrevista 17/2004).*

26. O período pós-colonial: nota de abertura

26. O período pós-colonial: nota de abertura

No tratamento do material empírico, ao optarmos pela sua organização cronológica, depressa nos apercebemos da impossibilidade e da inutilidade em seguir uma arrumação rígida (representações do período colonial; representações do período pós-colonial socialista; e representações do período pós-colonial multipartidário). A natureza argumentativa dos discursos que sustentam as representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique implica uma grande flexibilidade na aplicação de critérios cronológicos. Acrescente-se que grande parte da riqueza do conteúdo das entrevistas tem a ver com o facto dos testemunhos não surgirem nem cronológica, nem tematicamente arrumados. E não seria útil desrespeitar essa característica das representações sociais em causa.

Desse modo, na parte do texto que se segue se, por um lado, o objectivo é apenas o de tratar de *themata* que se reportam à realidade pós-colonial, por outro lado, as características do material empírico tornam impossível omitir o período colonial. Ainda assim, fica a nota de que a intenção é marginalizar o mais possível a época colonial nesta última parte.

Do tratamento do material empírico recolhido na cidade de Tete, para o período pós-colonial, revelaram-se salientes os seguintes temas (a ordem é aleatória): os significados da guerra nas representações do político; a representação do estado enquanto fonte de poder; o papel dos grandes líderes na organização do pensamento social sobre o político; e os significados conferidos à participação eleitoral.

Desenvolver-se-á, nos capítulos que se seguem, cada um desses assuntos.

26. O período pós-colonial: nota de abertura

27. Sintoma da guerra

«To penetrate the rationality of people's thinking or of common sense is no easy task» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 246).

Mais de trinta anos passados desde a independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975, o país tem assistido a alterações no regime político. Passou-se de um sistema colonial autoritário para um regime monopartidário socialista e, desde inícios da década de noventa, vive-se no multipartidarismo. O que há de comum, numa primeira análise, é que essas recomposições políticas foram antecedidas e condicionadas por conflitos armados.

As premissas da abordagem que se segue são duas: ao nível do pensamento social qualquer novo regime político assenta numa ruptura com o passado imediato e, conseqüentemente, num conjunto de representações sociais relativamente consensuais que conferem um carácter negativo ao que existia antes; num país marcado por conflitos armados prolongados a guerra em si torna-se um referente essencial, isto é, passa a condicionar, de forma explícita ou implícita, as representações sobre as relações entre as sociedades e o poder que as tutela.

Os últimos quarenta anos da história de Moçambique foram marcados, como se referiu, por duas guerras: a primeira, anti-colonial, foi menos prolongada (1964-1974), menos abrangente em termos humanos e geográficos e menos mortífera⁶⁸⁴. Dela resultou um regime autoritário socialista liderado por Samora Machel (1975-1986), cuja legitimidade remetia em grande parte para a luta armada de libertação nacional. Por esse motivo, a

⁶⁸⁴ Tendo em conta apenas as baixas militares portuguesas nas três frentes da guerra colonial [Angola, 1961; Guiné-Bissau, 1963, a mais mortífera; e Moçambique, 1964] «(...) calcula-se que possam ter morrido em África entre seis a oito mil militares e que o número de feridos com deficiências se cifre entre os vinte e cinco mil e os trinta mil. São dados aparentemente modestos, se comparados com as cinquenta e oito mil perdas humanas sofridas pelos EUA no Vietname (...). Contudo, atendendo à população de cada um dos países [Portugal e EUA], as baixas portuguesas surgem como proporcionalmente mais importantes, dado que os Estados Unidos possuem um número de habitantes vinte e cinco vezes superior.» (Melo 1988, vol.II, p.176). Cf. Melo 1988, vol.I, p.127. Não dispomos do total de vítimas da guerra em Moçambique entre 1964 e 1974, o que implicaria incluir, para além dos militares portugueses, quer as vítimas do lado da guerrilha, quer a população civil. De qualquer modo, o total ficou seguramente muito aquém dos cerca de um milhão de vítimas registado durante o conflito interno entre a Frelimo e a Renamo (1976/7-1992).

guerra anti-colonial foi socialmente exorcizada, glorificada, embora de acordo com o sentido que servia os interesses do novo regime pós-colonial. De qualquer modo, o conflito tornou-se um dos mais relevantes objectos de referência do pensamento social sobre o político.

A segunda guerra foi substancialmente diferente, a começar no facto de nenhum dos opositores (Frelimo e Renamo) poder reivindicar vitória. Relacionado com essa constatação, pela análise das entrevistas, não existe suporte empírico para considerar que existem representações sociais consensuais que glorifiquem ou culpabilizem uma das partes, mesmo que isso fosse feito num momento posterior, como aconteceu com a primeira guerra. O segundo conflito foi também mais prolongado no tempo (1976/1977⁶⁸⁵-1992), mais abrangente a nível geográfico e humano e muito mais destruidor (aldeamentos, habitações, estradas, pontes, vias férreas, campos agrícolas e todo o tipo de infra-estruturas⁶⁸⁶) e mais mortífero (ainda que se devam equacionar os efeitos da seca e da fome, as estimativas apontam para cerca de um milhão de vítimas⁶⁸⁷). Conjunto de características que podem atestar um maior radicalismo do regime nacionalista, bem como a reacção a esse mesmo regime, quando se compara com o que havia ocorrido na fase final da colonização⁶⁸⁸. No rescaldo da guerra surgiu a democracia em que o país vive desde as

⁶⁸⁵ A duração da guerra civil é algo imprecisa. Se, de facto, ela terminou em 1992 com os Acordos de Roma assinados a 4/10/1992, é praticamente impossível datar com rigor o seu início. Na perspectiva mais lata pode-se, inclusivamente, falar em “dezasseis anos de guerra”. O primeiro ataque de envergadura da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) contra o Centro de Reeducação de Sacuze na Gorongosa (província de Sofala) data de 6 de Maio de 1977. Cf. Serra 1997b; Santamaria 1999 [1997], p.797; Ncomo s.d. [2005?].

⁶⁸⁶ Pelo contrário, a luta de libertação nacional (ou guerra colonial) decorreu no momento em que a «civilização material» (para usar a expressão de Fernand Braudel) mais se intensificou em Moçambique.

⁶⁸⁷ «About a million Mozambicans are estimated to have been killed during the war; many more were made homeless» (Manning 2002, p.5). Cf. Manning 2002, p.38. Outra fonte explícita que «No total, segundo Human Rights Watch, a insuficiência das rações globalmente disponíveis durante o período 1975-1985 esteve na origem de uma quantidade de mortos superior à causada pela violência armada. A avaliação é confirmada pela UNICEF, que estima em seiscentos mil o número de vítimas da fome no decurso da década em causa e não hesita em esboçar uma comparação com a Etiópia. (...) Em Janeiro de 1987, o embaixador dos Estados Unidos em Maputo enviou ao Departamento de Estado um relatório que quantificava em três milhões e meio o número de moçambicanos ameaçados pela fome, desencadeando um auxílio imediato de Washington e de várias organizações internacionais» (Santamaria 1999 [1997], p.798). Cf. Serra 2003a, p.9.

⁶⁸⁸ J. P. Borges Coelho argumenta que uma maior radicalização nos conflitos após as independências das ex-colónias portuguesas se sustenta nas características do período colonial. Nessa época, sobretudo com o início das guerras (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), o exército foi progressivamente integrando contingentes africanos, bem como foram envolvidas as populações, com especial incidência nos espaços rurais, sobretudo na fase dos conflitos após 1968. Esse potencial de violência e militarização da sociedade colonial explica a violência armada que surgiu no imediato período pós-colonial, manifestando-se as «(...) novas guerras intestinas porventura mais longas e destrutivas, no caso de Angola e Moçambique, ou uma situação arrastada de tensões e estados de pré-conflito como aconteceu na Guiné-Bissau, todas elas

primeiras eleições presidenciais e legislativas de 1994. As eleições que se sucederam (1999 e 2004) têm confirmado a manutenção da Frelimo no poder. É aqui, precisamente, que as questões se colocam.

Apresentando-se a democracia para a esmagadora maioria dos entrevistados como o sistema político desejável; tendo havido um antecedente globalmente avaliado como não-democrático; mantendo-se na esfera do poder aqueles que anteriormente já lá estavam (situação/Frelimo) aos quais se juntaram novos protagonistas (oposição/Renamo) – esse conjunto de pressupostos remete para um primeiro paradoxo: não existem avaliações consensuais sobre a origem histórica da democracia em Moçambique⁶⁸⁹. Recorrendo a uma expressão utilizada pelo senso comum, não se detectam referências coincidentes sobre quem trouxe a democracia para Moçambique: para uns era um projecto de Samora Machel travado pela guerra da Renamo⁶⁹⁰; para outros foi Joaquim Chissano ou, numa variante, Joaquim Chissano limitou-se a implementar um projecto democrático delineado por Samora Machel⁶⁹¹; para outros ainda foi Afonso Dhlakama e a Renamo que impuseram a democracia à Frelimo⁶⁹².

Por ser difícil determinar qual dessas avaliações é a mais relevante (isto é, socialmente consensual), e também porque a diversidade referida aponta tanto para a situação (Frelimo) quanto para a oposição (Renamo), logo, por não se detectar um *thema* que seja hegemónico ao qual os próprios actores sociais confirmam a paternidade da democracia em Moçambique, está-se perante a pulverização do que poderia ser a acção, o agente ou o momento original. Melhor dito, está-se perante a não evidência de um referente considerado original a partir do qual os actores sociais fizessem derivar o que se associa à democracia. Em vez disso, o que se detecta é a existência de pelo menos três conjuntos dispersos, sendo que um deles perpetua claramente o anterior regime monopartidário (quando uma parte dos entrevistados considera que a democracia é um projecto delineado pelo presidente Samora Machel), enquanto que os outros dois tendem a romper com esse passado de modo um pouco mais evidente (quando uma outra parte dos entrevistados considera que a democracia é um

suficientes para afectar profundamente a estabilidade e o funcionamento daquelas sociedades» (Coelho 2003, p.175).

⁶⁸⁹ Saul 2005, pp.74-79 e 94-106.

⁶⁹⁰ Ver nota 33 do anexo (V parte).

⁶⁹¹ Ver nota 34 do anexo (V parte).

⁶⁹² Ver nota 35 do anexo (V parte).

projecto de Joaquim Chissano ou uma outra parte ainda dos entrevistados atribui a origem da democracia a Afonso Dhlakama).

Se fosse saliente apenas um referente original para a democracia no pensamento social em Moçambique, tal permitiria captar de modo menos ambíguo ou uma continuidade com o passado monopartidário ou, sobretudo, um corte simbólico mais evidente com o regime político anterior à democratização. Mas não é isso que se verifica.

Estabelecendo uma análise comparativa, a transição do regime colonial para o pós-colonial em 1974-1975 teve subjacente um inequívoco conjunto de temas originais que permitiram marcar um corte com as representações sociais do passado sobre o político. Ele estruturou-se em torno da Frelimo, de Samora Machel e da luta armada de libertação nacional. Ao tornarem-se hegemónicos, esses *themata* permitiram consolidar, ao nível do pensamento social, rupturas inequívocas com o regime anterior, o colonial. Para além disso, a gestão do poder do estado passou, de modo efectivo, para o controlo daqueles a quem, até aí, tal possibilidade estava vedada.

Embora tenha ocorrido uma inquestionável recomposição política em Moçambique na sequência da última guerra (terminada em 1992) e da realização das primeiras eleições livres (1994), essa transição do monopartidarismo para o multipartidarismo deixa muito mais dúvidas do que certezas quanto à tipologia a conferir ao sistema político saído dessa conjuntura e que vigora na actualidade. No fundo a questão que sobra é esta: estamos ou não perante uma democracia? Não temos resposta categórica.

Não se detecta, inclusivamente, ao nível das representações sociais, um distanciamento significativo em relação ao passado imediato, passado esse ao qual se continuaram e continuam a conferir atributos positivos ao funcionamento de determinados aspectos importantes da governação (a conquista e manutenção da independência, a forma como se tratava os segmentos sociais desfavorecidos, com destaque para as políticas de escolarização e de saúde, ou como se combatia de modo tido como eficaz comportamentos censuráveis relacionados com a criminalidade ou com a corrupção). Na verdade, a última pós-guerra não alterou uma parte essencial dos fundamentos da legitimidade política em Moçambique, ainda hoje muito conotada com a luta de libertação nacional, à qual se

acrescentou, nos anos noventa, a legitimidade de base eleitoral, mas que na prática não produziu rupturas substantivas com o passado imediato.

Dito por outras palavras, a transição para o multipartidarismo não terá posto em causa a legitimidade do anterior sistema monopartidário, situação impensável nas transições democráticas de tipo ocidental. Até porque, no caso de Moçambique, se tal fosse feito, significaria pôr em causa a própria dignidade da independência, o mais forte referente estruturante do sistema político pós-colonial.

Outro aspecto a ter em conta prende-se com o facto das duas transições políticas (1974-1975 e 1992-1994) terem ocorrido sem que houvesse um intervalo geracional suficientemente espaçado que permitisse a renovação dos agentes de transformação, nem ter havido uma renovação substantiva das elites pós-coloniais próximas da governação. A então jovem geração de políticos que liderou a transição para o regime pós-colonial e que dirigiu o país nas duas primeiras décadas de independência durante o monopartidarismo, foi a mesma que, nos anos noventa, desempenhou papel decisivo na segunda transição.

Uma nova democracia no geral implica um permanente escrutínio público do passado imediato, posto que é isso que produz a ruptura simbólica ou o distanciamento em relação ao regime político antecedente não-democrático. De acordo com o que foi possível recolher nas entrevistas, em Moçambique domina uma espécie de interdito, um tendencial silêncio ou equívocos sobre matérias cruciais do debate público num regime pluralista, sendo que estão em causa assuntos relevantes relacionados com o passado imediato, como sejam a guerra e o monopartidarismo. É precisamente nesses equívocos que parece assentar a democracia moçambicana.

Por um lado, não é fácil que as pessoas comuns falem de política, especificamente no sentido de avaliarem, sem constrangimentos, a governação de Samora Machel (1975-1986)⁶⁹³, e, por outro lado, uma parte significativa das pessoas não é capaz, ou tem dificuldades, ou não quer mesmo explicar as causas da última guerra (1976/7-1992)⁶⁹⁴. E quando o fazem a grande diversidade de opiniões torna evidente a inexistência de um

⁶⁹³ Isso não quer dizer que as referências aos líderes políticos estejam omissas nos discursos do senso comum. Cf. Capítulo 29. *Atributos do líder ou atributos do estado?*

⁶⁹⁴ Cf. Serra 1999, pp. 182 e segs.

debate que envolvesse o senso comum relacionado com a discussão sobre as causas, as características e eventuais responsabilidades daqueles que dirigiram o conflito de ambos os lados⁶⁹⁵.

Embora, sem dúvida, alguns entrevistados expliquem de modo relativamente estruturado o que, na sua opinião, esteve em causa na última guerra⁶⁹⁶, trata-se de análises *a posteriori*⁶⁹⁷, o que também se verificou para a luta anti-colonial. A diferença é que sobre a guerra entre a Frelimo e a Renamo, mais do que incidirem nas explicações sobre o conflito, o mais frequente são respostas evasivas, atravessadas por uma espécie de bloqueio entre não querer saber, não poder saber ou não poder debater publicamente o assunto⁶⁹⁸. A predominância desse tipo de respostas ou, em sentido contrário, a multiplicidade e fluidez das explicações sobre as causas da guerra civil significam também um distanciamento das pessoas em relação a eventuais explicações oficiais ou oficiosas. Sublinhe-se, contudo, que uma coisa é descrever episódios de violência ou de sobrevivência ocorridos durante a guerra (isto é, quando os discursos se mantêm no nível inferior do factual ou do descritivo, situação em que não se detectam bloqueios de maior nas entrevistas), outra completamente diferente é enquadrar a guerra num contexto de luta entre forças políticas antagónicas, emitindo, face aos acontecimentos e protagonistas, opiniões valorativas (esse seria o nível da compreensão, da análise ou da problematização). É sobretudo o último aspecto que interessa por remeter para a dimensão das representações sociais da guerra que se torna relevante precisamente porque tem a ver com o significado político daquilo que é, de algum modo, retirado da consciência no pensamento de senso comum.

Os constrangimentos ou os incómodos detectados nos discursos do senso comum quando se analisa a última guerra (poder-se-ia acrescentar quando se analisa a política pós-colonial

⁶⁹⁵ Cf. Geffray 1991 [1990].

⁶⁹⁶ Ver nota 36 do anexo (V parte). Cf. Florêncio 2003, pp. 134 e segs e 310.

⁶⁹⁷ Cf. Chingono 1996.

⁶⁹⁸ Mark Chingono, com trabalho de campo realizado na cidade de Chimoio (capital da província de Manica) nos últimos meses da guerra, entre Abril e Outubro de 1992, a partir de uma amostra de 102 entrevistados, chega a conclusões semelhantes (Chingono 1996, em especial dados estatísticos p.139). O próprio conflito é de difícil categorização ao nível das representações do senso comum. Ele seguiu-se quase de imediato a um outro conflito onde o inimigo foi claramente identificado: o colono branco. A nova guerra assemelha-se de mais difícil categorização ao nível do pensamento social, até porque era entre «irmãos». É difícil considerar se, por um lado, a predominância de representações difusas sobre o sentido político da guerra pós-colonial tem a ver com a facto de ela ter sido mesmo assim ou se, por outro lado, ao não serem abertamente discutidos os contornos políticos da guerra tornaram-na difusa. Cf. Manning 2002. Ver nota 37 do anexo (V parte).

em geral), cerca de década e meia passada desde a instituição do multipartidarismo, acabam por revelar características importantes para que se perceba o pensamento social sobre o político referenciado ao estado em Moçambique. Defender que o moçambicano comum não se interessa por política, relacionar isso com qualquer qualidade cultural inata dos africanos, sem atender às circunstâncias históricas concretas do país, é não entender que os silêncios, os incómodos ou os interditos podem traduzir importantes significados. Está-se perante representações sociais que se manifestam em grande parte por aquilo que é reprimido, sendo que é precisamente essa característica que as tornam relevantes.

Podem fazer-se associações aos significados dos interditos nas sociedades tradicionais africanas relacionados com o mágico-religioso⁶⁹⁹, que apareceriam na modernidade transfigurados em interditos sobre o político e, especificamente, sobre a guerra. Poder-se-ia ainda considerar que tais interditos contribuem para a manutenção de uma identidade, ou seja, não é o grupo que funda o interdito, mas é o interdito que funda a comunidade⁷⁰⁰. Ela, na pós-guerra, terá assumido uma necessidade instintiva de integrar aqueles que estavam fora do estado (genericamente a Renamo), num país onde a violência tornou a guerra, ainda hoje, socialmente insuportável, daí que alguns rituais tradicionais buscassem exorcizá-la logo a seguir ao estabelecimento da paz⁷⁰¹. Um novo conflito armado, qualquer que seja, não parece que tenha, na actualidade, espaço de afirmação no país. Esta forte ascendência ao nível das representações sociais do político sobre o bélico (ou, por outras palavras, a recusa do recurso à violência armada com fins políticos)⁷⁰² favorece a manutenção do sistema político surgido na pós-guerra ao qual se confere o rótulo de democrático, mesmo que não ocorra alternância política e mesmo que sobrem múltiplas interrogações sobre a natureza do sistema político que vigora em Moçambique. A verdade

⁶⁹⁹ Cf. Feliciano 1998, pp.297 e segs.

⁷⁰⁰ Exemplo que pode ser associado ao do interdito é o facto de a luta de libertação nacional ter assumido uma forte densidade de secretismo que Harry West associa ao mágico-religioso tradicional (também interpretado como o domínio do invisível) das populações macondes do planalto de Mueda (província de Cabo Delgado). Isso porque, em relação ao inimigo e ao sistema colonial visível, os guerrilheiros e a sua base social de apoio eram aqueles que não se viam. As bases militares, os campos das milícias, os aldeamentos controlados pela Frelimo eram secretos, construídos nas florestas. Recorria-se também à embuscada contra a tropa colonial portuguesa, tática dos guerrilhos que os mantinha praticamente invisíveis aos olhos do inimigo. Esses características guerrilha, ao assumirem também uma natureza de luta simbólica, terão contribuído para a consolidação de laços de afinidade/cumplicidade entre os membros da Frelimo durante a guerra de libertação (Cf. West 2005, pp.151 e segs).

⁷⁰¹ Cf. Granjo 2006a, p.1.

⁷⁰² Bertelsen 2003, pp.277-278.

é que, independentemente do modo como ele se caracteriza, existem condições sociais para a sua manutenção.

Dever-se-á equacionar ainda o facto de as duas principais forças políticas das últimas três décadas, a Frelimo e a Renamo, ao estarem comprometidas com a guerra, elas próprias criarem silêncios sobre o último conflito que, depois, se repercutem no conhecimento do senso comum. A Frelimo, com a transição de Samora Machel (1975-1986) para Joaquim Chissano (1986-2004) por morte do primeiro, conseguiu de algum modo libertar-se do estigma da violência da guerra. Maiores dificuldades têm a Renamo e o seu líder, Afonso Dhlakama, sucessor do primeiro líder do movimento rebelde, André Matsangaíce, morto em combate em 1979⁷⁰³.

Desse modo, a guerra mais marcante e recente permanece numa espécie de letargia social, pouco racionalizada e pouco politizada nos discursos do senso comum, mais de uma década após a instituição de um regime formalmente democrático.

É também evidente que nas duas guerras os regimes procuraram esvaziar o seu conteúdo político, estratégia com reflexos profundos no pensamento social da esmagadora maioria das populações que vivia sob controlo do estado. Os símbolos mais relevantes da forma como tal estratégia foi implementada consistiram no modo como se rotularam os que combatiam o estado⁷⁰⁴. O regime colonial fê-lo com o conceito de turras⁷⁰⁵ e, numa espécie de *remake*, o regime pós-colonial socialista fê-lo com o conceito de bandidos armados (ou *matsangas/matsangaíças* – derivação do nome do primeiro líder da Renamo, André Matsangaíce).

Num plano mais estritamente ideológico, ocorrendo ambos conflitos no contexto internacional da guerra-fria (1946-1991), ainda que obedecendo a especificidades, não sendo possível neutralizar por completo o significado de disputa de legitimidade política

⁷⁰³ Ncomo s.d. [2005?].

⁷⁰⁴ Cf. Manning 2002.

⁷⁰⁵ Sobre a guerra psicológica, como a concebia a administração colonial, cf. Coelho 1993, pp.197 e segs. A esse propósito, antes de 1974 e pelo menos na região de Tete nas zonas controladas pelo regime colonial, diz-se ainda hoje que era frequente considerar-se que os turras eram «aqueles que tinham rabo [cauda]», representação depreciativa dos guerrilheiros que precedeu à sua categorização, no pensamento de senso comum, enquanto membros do movimento de libertação de Moçambique.

inerente aos conflitos armados⁷⁰⁶, a estratégia do poder colonial e do pós-colonial foi transformá-los em agressões a *êthos*⁷⁰⁷ nacional. Os turras (Frelimo) eram representados pelo discurso oficial colonial como manietados pelo bloco comunista⁷⁰⁸ e os bandidos armados (Renamo) no discurso oficial da Frelimo eram os fantoches dos regimes racistas e imperialistas vizinhos (a África do Sul e a Rodésia)⁷⁰⁹. Curiosamente, a contra-legitimidade de quem combatia o estado também bebeu nesse *êthos*: a Frelimo representava os colonialistas-imperialistas portugueses como agressores dos moçambicanos na sua terra e a Renamo representava a Frelimo como inimiga manietada pelos marxistas-leninistas da URSS, inimigos das sociedades tradicionais moçambicanas.

A natureza acentuadamente maniqueísta dos modelos ideológicos dominantes durante a guerra-fria favoreceu a afirmação desse tipo de discursos, precisamente porque as representações sociais consolidam-se em torno de objectos que mais facilmente permitam invocar ou ter subjacente o seu oposto. Nesse sentido, as forças em confronto inspiravam-se no que de mais conveniente existia nas ideologias associadas ao sistema internacional bipolar que funcionou até inícios dos anos noventa como meio de condicionar as interpretações das populações sobre a sua natureza e propósitos em contraposição às dos seus inimigos. A persistência nessa oposição entre o positivo (nós) e o negativo (eles) num contexto de guerra, acabou por ser decisiva para a consolidação, em Moçambique, no período pós-colonial de um pensamento social com uma forte densidade política. Não é por acaso que o fim do sistema bipolar heterogéneo da guerra-fria (como designa Jacques Huntzinger⁷¹⁰) acabou por ir diluindo essa característica do pensamento social sobre o político, cuja caracterização, tomando por base ideologias relativamente estruturadas, é na actualidade muito mais complexa, isto é, muito menos precisa e muito menos passível de ser reduzida a rótulos.

⁷⁰⁶ Cf. Gaddis 2007 [2005].

⁷⁰⁷ Do grego: costumes.

⁷⁰⁸ Um autor refere um «(...) quadro dicotómico normalmente veiculado, de oposição entre uma visão colonial dos nacionalistas como terroristas bárbaros e sanguinários, e uma visão nacionalista das forças coloniais como fonte de todo o mal – devendo os camponeses concentrados escolher um dos dois campos» (Coelho 2003, p. 180).

⁷⁰⁹ Ver nota 38 do anexo (V parte).

⁷¹⁰ Huntzinger 1991 [1987].

27. Sintoma da guerra

A entrada na pós guerra-fria, momento a partir do qual o sistema internacional se passou a caracterizar como tendencialmente homogêneo⁷¹¹ (no qual a legitimidade política passou a fundar-se quase unicamente na democracia, no respeito pelos direitos humanos e na primazia da economia de mercado), dificilmente, na actualidade, as elites moçambicanas encontram margem para cisões internas sustentáveis fora do multipartidarismo. Esse tipo de condicionamento do sistema internacional é tanto mais decisivo quando se conjugam duas características, como é o caso de Moçambique: uma, tratar-se de um sistema político fortemente referenciado ao estado; outra, tratar-se de um país muito dependente da ajuda externa, particularmente a nível financeiro. Esse tipo de pressão exercida sobre as elites acaba por condicionar largamente as avaliações de senso comum sobre o político, conduzindo ao que, na ausência de melhor expressão, se pode considerar uma ampla convergência social em torno do sistema político vigente em Moçambique na pós-guerra.

Tais hipóteses, válidas para Moçambique, podem não ser extensíveis ou assumirem um grau de validade menos decisivo noutros contextos africanos onde, por exemplo, o estado não consegue sustentar uma supremacia política sobre outras formas de organização política com capacidade de mobilização (de base étnica, regional ou simplesmente “rebeldes”); e/ou situações onde a existência de recursos ou a capacidade de prescindir deles permite aos regimes uma maior autonomia face aos condicionamentos externos.

A esmagadora maioria dos entrevistados dos espaços onde realizámos as pesquisas no terreno entre 1997 e 2008⁷¹², refere que só em 1974 ficou a saber, de facto, quem eram os turras e a razão da sua luta, mesmo que desde cedo se apercebessem do zunzum da guerra⁷¹³. Significa isso que, em Moçambique, na primeira pós-guerra (colonial) a politização retroactiva do conflito foi intensa. A esse nível, a segunda pós-guerra (civil) foi substancialmente diferente. No último caso, o que foi fortemente politizado não foi a guerra, mas a paz. Os próprios ex-rebeldes (a Renamo) não viram nem vêem vantagens em remeter para o passado imediato. A sua maior necessidade é a de limpar aquilo que os possa associar à violência, pois será por aí que consolidarão a sua afirmação política no multipartidarismo. Como qualquer comunidade (nas suas diferentes dimensões: política, cultural, económica, territorial) só existe em função de uma continuidade histórica,

⁷¹¹ Cf. Huntzinger 1991 [1987].

⁷¹² Cf. Capítulo 6. *O trabalho de campo*.

⁷¹³ Ver nota 39 do anexo (V parte).

mantida viva na memória colectiva por via das representações sociais, aqui reside uma das explicações para a vantagem da Frelimo, única responsável pelo virtuoso passado de luta e conquista da independência e da dignidade nacionais. Invocar esse passado é muito mais eficaz para sustentar a acção política do presente do que invocar o passado da guerra da Renamo.

Na primeira pós-guerra a Frelimo conseguiu tornar claras para o senso comum, como referimos, as razões da guerra anti-colonial e do seu papel nesse conflito através de uma campanha política intensa organizada precisamente em torno da luta armada de libertação nacional. Na segunda pós-guerra, porque a Frelimo e a Renamo procuram legitimar-se como garantes da paz (ou da não-violência), o tema da guerra torna-se incómodo. A mais prejudicada acaba por ser a Renamo dado que dificilmente consegue remeter para o passado imediato de modo a valorizar a sua origem e papel histórico. Se a Renamo recorrer, para sua legitimação, ao esclarecimento das razões da sua luta contra a Frelimo, isso de imediato convoca representações das violências perpetradas sobre as populações que a prejudicam muito mais do que à Frelimo.

Um partido político como a Renamo que resulta da transformação de um movimento de guerrilha e que não se sente à vontade com a sua origem, acaba por ter grandes dificuldades em se consolidar como força política na pós-guerra. Para além disso, sobra um outro conjunto de factores: as dificuldades do partido em constituir uma elite intelectual; o contexto da pós guerra-fria que esbateu as cisões ideológicas; as dificuldades da sua máquina partidária em aceder a recursos num país extenso e segmentado no plano etno-linguístico onde o estado e, portanto, quem o controla, detém o acesso hegemónico aos recursos escassos.

Devemos insistir também no facto do trabalho de campo se ter centrado na cidade de Tete (a pesquisa essencial data de 2004), um espaço ininterruptamente controlado pela Frelimo desde a independência. A análise é, portanto, válida para esse contexto e, provavelmente, para outros contextos com enquadramento equivalente. Daí que não se possa generalizar ao território nacional.

27. Sintoma da guerra

Num outro plano, assemelha-se como bastante insatisfatório explicar grande parte da realidade africana da actualidade a partir da sua inserção em contextos tradicionais linhageiros, cujas explicações, na essência, apontam para necessidades de harmonização social por razões de natureza cultural ou tradicional. Tendo em conta o que está em causa, isso pode remeter para a interpretação, ao nível da análise social, de uma vontade explícita que parte dos próprios actores sociais no sentido de silenciar a última guerra ocorrida em Moçambique, transformando-a numa espécie de intervalo na harmonia ancestral, cuja resposta é a necessidade de se reatarem os laços com os espíritos dos antepassados abandonados durante a vigência socialista e a guerra civil⁷¹⁴. Se isso pode explicar uma das vias de lidar com as heranças traumáticas da guerra, todavia a questão do reprimido sobre a guerra, tal como o abordámos, parece-nos mais relevante. Até porque a forma tradicional de lidar com a herança da guerra não é reivindicada para a primeira guerra (anti-colonial), tratada no plano cognitivo e emotivo da modernidade (no sentido do pós-tradicional). Com esse tipo de abordagens de cariz sócio-étnico (que podem eventualmente ser relevantes no caso dos espaços rurais onde é mais saliente a persistência das ideologias e práticas tradicionais⁷¹⁵), quando está em causa o estudo do sistema político referenciado ao estado, poderemos correr o risco de com elas negar a contemporaneidade aos africanos, enclausurando-os numa espécie de mitologia tradicional condicionada pelo discurso académico.

Isso pode significar, de igual modo, negar a uma guerra com um impacto tão profundo em toda a sociedade (pela longa duração, pela elevada destruição humana e material, pelo deslocamento e reassentamento de milhares e milhares de pessoas em todo o território nacional, pelas transformações que implicou a nível político, social, económico ou cultural) o seu carácter regenerador ou fundador de um outro sentido do social e do político

⁷¹⁴ Embora Fernando Florêncio não aborde a questão da pós-guerra, mas antes da desestruturação do modelo de reprodução social tradicional e da sua ideologia (nomeadamente a ruptura no sistema de comunicação entre os espíritos e os vivos que gerou insatisfação social, bem como teve o efeito de incrementar a feitiçaria pela ausência de mecanismos de controlo social das actividades dos personagens mágico-religiosos e das autoridades tradicionais) antes e durante a guerra (Florêncio 2003, pp. 300 e segs). Cf. Chingono 1996.

⁷¹⁵ Geffray 1991; Chingono 1996, pp.172 e segs.; Honwana 2003; Temudo 2004/2005; West 2005, pp.201 e segs.; Granjo 2006a ; Granjo 2006b.

colectivamente gerado e partilhado⁷¹⁶. Mesmo que esse outro seja qualquer coisa de difuso a que, comodamente, chamamos de democracia.

A própria luta de libertação nacional enquanto decorreu, ainda que com características completamente diferentes, também impulsionou transformações sociais significativas no sistema colonial. A modernização do país levada a cabo pelo estado nos anos sessenta e setenta foi, sem dúvida, condicionada pela pressão do conflito nacionalista. Nesse caso poderemos até considerar os efeitos regenerativos da guerra enquanto decorreu suplantaram os disruptivos, pelo menos quando comparamos a guerra da Frelimo (1964-1974) com a guerra da Renamo (1976/7-1992), como muitas vezes o senso comum as designa.

É importante que nos interroguemos sobre que parte da realidade terá maior significado para os próprios moçambicanos: a que tem valorizado até agora a necessidade consciente ou subconsciente de silenciar a última guerra ou a que valoriza a necessidade de a clarificar (e, por arrastamento, de clarificar o sistema político) e tem optado pelo silêncio ou pelo evasivo pois o contrário significaria ir contra o poder instituído (situação e oposição)⁷¹⁷.

Não é de somenos importância terminar o capítulo referindo que os interditos associados à guerra e, em geral, ao político podem não resultar apenas da pressão das elites, mas também de estratégias dos próprios actores sociais que, desse modo, procuram viabilizar a coabitação numa sociedade marcada pela diversidade e traumatizada pela guerra. Talvez por isso o senso comum recorra instintivamente ao valor simbólico dos interditos.

⁷¹⁶ Essa é a tese central do livro de Chingono 1996. Para a mesma região em que trabalhou Chingono, Bertelsen 2003 apresenta um estudo de caso sobre as profundas alterações ocorridas num espaço rural (Honde, próximo da capital da província de Manica, a cidade de Chimoio) durante e na pós-guerra, quer ao nível do sentido cosmológico atribuído aos rituais e práticas tradicionais (por exemplo, associadas a animais ou locais sagrados física ou simbolicamente destruídos ou profanados pela violência da guerra), quer pela instrumentalização dos poderes tradicionais pelas principais forças políticas (Frelimo e Renamo).

⁷¹⁷ Cf. Chingono 1996, pp.138 e segs.

27. Sintoma da guerra

28. Estado: a representação social de uma palavra

A abordagem que se segue implica que se clarifiquem dois aspectos preliminares. O primeiro para recordar que operamos com um conceito de estado elaborado a partir das propostas de Max Weber e Jean-François Bayart⁷¹⁸. Neste capítulo tentar-se-á relativizar tanto quanto possível essa categoria analítica em prol da caracterização do estado enquanto representação social, isto é, que atributos o senso comum confere a essa palavra. Na essência, o exercício é tentar elaborar uma caracterização do que se entende por estado em Moçambique enquanto entidade abstracta partindo dos discursos dos actores sociais. Todavia, o que estará em análise não resultou de perguntas directas – o que é o estado; defina estado; o que entende por poder político; o que é para si o poder central; caracterize a relação entre o estado e as sociedades; como avalia a máquina administrativa do estado; distinga a actividade governativa da actividade administrativa no exercício do poder; etc. – mas antes de conferir sentido ao que, num contexto de liberdade opinativa, directa ou indirectamente, foi surgindo nos discursos dos entrevistados sobre o tema.

O segundo aspecto preliminar é o seguinte: mesmo que o entrevistador não tomasse a iniciativa de usar a palavra estado, uma parte dos entrevistados fazia-o. E se a iniciativa partisse do entrevistador, a palavra faz parte do vocabulário familiar. Todavia, não é possível estabelecer, a partir do material empírico, uma distinção consistente entre os objectos governo e estado. O termo estado com que o senso comum opera comporta fórmulas difusas que, na essência, apontam para o poder que regula e, sobretudo, dirige a vida dos indivíduos e das comunidades em todo o país. Essa força de domínio, nas representações sociais, manifesta-se enquanto fonte do poder por excelência e remete para duas dimensões distintas: uma identificada nos governantes nacionais e outra identificada nos poderes locais próximos⁷¹⁹.

28.1. Relação de alteridade entre o poder e o povo

O objecto ao qual os actores sociais conferem a designação de estado tende a ser referenciado como «eles lá, os que mandam». Verifica-se, desse modo, uma forte

⁷¹⁸ Cf. Ponto 3.5. *O estado*.

⁷¹⁹ Cf. Pitcher 2002, pp.17 e segs.

alteridade quando se representa o poder do estado⁷²⁰, algo já constatado numa outra pesquisa empírica:

«Os detentores do poder político aparecem, praticamente sem excepção, em termos de uma alteridade bastante radical, excluídos das identidades sociais onde os entrevistados se consideram enquadrados⁷²¹. O conteúdo deste tipo de representações sociais varia consideravelmente. Enquanto não raramente se recorre à imagem redutora e personalizada do “chefe”, encontra-se com frequência sensivelmente igual a representação de um “eles” colectivo e difuso.»⁷²²

O modo como os actores sociais tendem a elaborar a separação entre os universos de sentido, por um lado, dos que governam e, por outro lado, dos que são governados, constitui um dado significativo das representações sociais da relação entre o estado e as sociedades em Moçambique. Em primeiro lugar, porque um sistema de representações é tanto mais eficaz quanto mais fácil é a elaboração, pelo senso comum, de um conjunto de interpretações dialécticas do real a partir da identificação relativamente precisa de elementos que permitem tornar significantes as oposições, como é o caso da relação governantes *versus* governados. Em segundo lugar, a saliência da alteridade nas avaliações das relações de dominação em que se explicitamente se considera existir uma tutela exterior (o poder são «eles») contribui para tornar problemática a eventual categorização do sistema político em Moçambique como participativo. Isso porque a alteridade nas representações dos detentores do poder, na perspectiva em que aqui se apresenta, pode estar nos antípodas de um pensamento social sobre o político no qual seja valorizada a participação dos indivíduos nos processos políticos.

Se os governantes tendem a ser referenciados como «eles», os governados aparecem muitas vezes designados como «povo». É possível isolar algumas características que definem o último. O povo congrega aqueles que partilham o atributo de ser governados⁷²³. Esse povo é sistematicamente representado (ou, com mais precisão, auto-representa-se) como sujeito passivo da história, história essa vista como liderada,

⁷²⁰ Ver nota 40 do anexo (V parte).

⁷²¹ «Esta cognição é na maioria dos casos acompanhada pela crença de que os detentores do poder desconhecem a realidade da restante população, e não a querem conhecer ou não a conseguem compreender [nota de rodapé do original]» (Heimer *et alii* 2005b, p.23).

⁷²² Heimer *et alii* 2005b, pp.23-24. Cf. Chingono 1996, pp.156-157; Serra 1999, pp. 179 e segs.; Serra 2003b, p.67.

⁷²³ Ver nota 41 do anexo (V parte).

condicionada e/ou manipulada pelas elites governativas: antes os portugueses, agora esses da Frelimo⁷²⁴.

O paradoxal que ressalta dos dados empíricos é que existe uma diferença substantiva entre, por um lado, ser-se manipulado sem se manifestar consciência disso e, por outro lado, ser recorrente a consideração de que quem governa em Moçambique manipula o povo, como se se tratasse de um fatalismo face a um poder inelutável.

Frelimo e Renamo é como o volante. No carro, ele segue e nós vamos atrás. É a mesma coisa. (Entrevista 23/2004).

Samora tinha o seu andamento. Para o povo sempre tudo o que aparece é bom. Samora dizia que estava tudo bem. Agora Chissano diz que está tudo bem. Eles falam que está tudo bom. Mas o povo é que não tem o bem. (...) Não havia ladrões [com Machel]. Agora está cheio de bandidos. (...) A gente já não sabe porque existem essas coisas. Cabe a eles. O povo não sabe nada. O que pode fazer? (...) A população é como criança. O povo não custa ser comprado. É fácil. (...) Se vier Dhlakama, der sapatos, capulana, milho. Você há-de ver todo o povo em cima dele. Se vier Chissano é a mesma coisa. O povo quer viver bem. (...) Eles [Guebuza ou Dhlakama] podem ganhar [as eleições de 2004] e o povo fica parado. (Entrevista 53/2004).

O que pode estar em causa é uma estratégia auto-reactiva de uma sociedade que, para o bem e para o mal, manifesta uma consciência muito saliente de não se confundir com as suas elites governativas e que confere a si própria o atributo de instrumentalizada.

Todavia, reduzir o povo a uma entidade ao qual os actores sociais conferem um papel passivo e submisso constitui apenas parte da questão. Há momentos em que, nas entrevistas, é mitigada a representação da submissão do povo às elites políticas, ou seja, às populações também se atribui a capacidade de influenciarem ou condicionarem os processos políticos⁷²⁵. Tendo em conta os dados de que dispomos, o processo político onde é mais frequente atribuir-se papel activo ao povo, curiosa e significativamente, não é quando se avalia a luta de libertação nacional (1964-1974) – aí o papel activo é sobretudo um atributo da Frelimo e não tanto do povo –, mas quando se valoriza a pressão que se considera que as populações, cansadas e martirizadas pela guerra entre a Frelimo e a Renamo (1976/7-1992), exerceram para que se chegasse aos acordos de paz

⁷²⁴ Ver nota 42 do anexo (V parte).

⁷²⁵ Ver nota 43 do anexo (V parte).

de Roma (1992). Mesmo nesse contexto reconhece-se explicitamente a liderança das igrejas, com destaque para a católica, e também a postura conciliatória do então presidente da república, Joaquim Chissano⁷²⁶.

Uma das inferências a que se pode chegar é que o senso comum tende a remeter as causas da instabilidade para as elites políticas (situação e oposição)⁷²⁷ e, a esse nível, só excepcionalmente as populações conseguem exercer alguma influência. Na actualidade a influência do povo nos processos políticos tende a ser vista como conseguida, de alguma forma, através da participação eleitoral e, sobretudo, por intermédio de organismos exteriores às estruturas políticas instituídas, como as igrejas.

A avaliação recorrente do povo enquanto manipulado pelas elites – ou simplesmente dirigido, dado que os líderes políticos são muitas vezes designados como os nossos dirigentes –, tende a atingir as estruturas políticas associadas ao exercício do poder a nível nacional como um todo (situação/Frelimo e oposição/Renamo). Esse distanciamento em relação às elites políticas por parte do restante tecido social não parece favorecer a aproximação dos descontentes à oposição: «eles, os políticos, estão a viver bem, estão a comer bem, estão juntos, e nós temos de nos desenrascar»⁷²⁸.

Mudar [da Frelimo para a Renamo], podem mudar. Mas sempre vai manter-se na mesma. Se não mudar é pior. Enquanto eles já são ricos, estamos a arranjar emprego para eles. (...) Eu digo que [mesmo mudando] vai manter-se na mesma. As mesmas pessoas vão sair da Frelimo e entrar na Renamo, outras da Renamo vão na Frelimo. Se eles são sempre os mesmos. Se eles são irmãos. (Entrevista 54/2004).

Se exceptuarmos grupos muito minoritários, na cidade de Tete não é relevante a expectativa de que a aproximação a qualquer força política alternativa à Frelimo (sobretudo a Renamo⁷²⁹) possa ajudar a resolver as dificuldades concretas que afectam as populações⁷³⁰. Precisamente por isso, reduzir as questões da alternância política em Moçambique na última década (ou melhor, da sua inexistência) a bloqueios ou manipulações por quem está no poder, podendo ser uma parte da questão, não a esgota.

⁷²⁶ Ver nota 44 do anexo (V parte).

⁷²⁷ Cf. Ribeiro 2002.

⁷²⁸ Cf. Testemunhos no mesmo sentido foram recolhidos há mais de uma década, em 1992, nos últimos meses da guerra na cidade de Chimoio (província de Manica) por Chingono 1992, pp.140 e segs.

⁷²⁹ Cf. Manning 2002.

⁷³⁰ Ver nota 45 do anexo (V parte).

O essencial reside no modo como os indivíduos se posicionam face às estruturas políticas que os governam. A esse nível, pelo menos no caso da cidade de Tete, é muito mais relevante um potencial distanciamento (ou o *exit*, para usar um conceito de Albert Hirschman) em relação à Frelimo do que uma aproximação aos seus concorrentes, em especial a Renamo.

28.2. Onde começa e onde acaba o estado?

No que diz respeito à dimensão do estado identificada pelo conhecimento social nos poderes administrativos a nível local, as pessoas manifestam uma noção clara das hierarquias administrativas da cidade de Tete, dado corroborado por Carlos Serra nas investigações que levou a cabo entre 1997 e 1998 nos municípios urbanos de Chimoio e Manica (província de Manica); Beira e Dondo (província de Sofala); e Angoche e Nampula (província de Nampula)⁷³¹. Praticamente todos os nossos os entrevistados da cidade de Tete, com poucas exceções, dizem que quando têm problemas se dirigem ao chefe de dez casas. Se este não os resolver, encaminha-os sucessivamente para as hierarquias superiores: chefe de quarteirão, chefe de unidade e, em última instância, para o secretário do bairro⁷³². O último, se for o caso, remete-os para a polícia ou para os tribunais (comunitário ou distrital/provincial)⁷³³. Existe, portanto, uma estrutura administrativa que surge de modo relativamente claro na cabeça das pessoas comuns, o que significa que os mecanismos de regulação administrativa de proximidade funcionam, de facto, na cidade de Tete.

Isso leva-nos a colocar a questão de saber o que é o estado em Moçambique dado que a máquina administrativa em causa mistura o formal⁷³⁴ e o informal⁷³⁵. Porém, essas não

⁷³¹ Serra 1999, pp. 194 e segs. Serra 2003a, pp.58 e segs.; Jossias 2004.

⁷³² Sobre as hierarquias administrativas ver 5.2. *A cidade de Tete*.

⁷³³ Constata-se, nesse âmbito, uma nuance. Em muitos discursos, ainda que não usando propriamente esses conceitos, distinguem-se os problemas do foro civil dos problemas do foro criminal. Se for civil, explicam que seguirá os trâmites descritos, mas se for criminal (no geral relacionado com o crime violento) dizem que se resolve na polícia ou no tribunal, mesmo que seja o secretário a encaminhar a ocorrência. Cf. Florêncio, pp. 378 e segs.

⁷³⁴ A primeira percepção que se tem do estado quando se inicia uma pesquisa de campo na cidade de Tete pode ser a de compará-lo a um embondeiro, a árvore por excelência da região. Tal qual a árvore, o estado é grande, oco por dentro e as raízes alastram na superfície, sem penetrar em profundidade no solo. Uma vez por outra, dada a ameaça ser constante, um tronco dessa árvore colossal por fora e frágil no seu interior desaba. Essa ideia romântica foi progressivamente afastada à medida que a pesquisa avançou. Na cidade de Tete o que se constata é que a parte formal do estado é a que menos pesa, enquanto que o

são categorias que existam no pensamento social. Nada nos discursos recolhidos aponta para a diferenciação entre o formal e o informal. Se tentássemos, por isso, definir o estado a partir do material empírico em análise, o enfoque não seria colocado nessa diferenciação, mas no facto de existir uma estrutura administrativa local associada ao poder central com presença e capacidade de actuação permanente junto das populações.

O estado, desse modo, não será necessariamente representado como uma estrutura administrativa burocrática racional-legal, organizada em torno de princípios abstractos válidos para todo o território nacional (no sentido weberiano), mas em Moçambique tem sobretudo a ver com mecanismos de regulação social que emergem das próprias comunidades e que são, ao mesmo tempo, fortemente enquadrados por uma força partidária (a Frelimo) organizada de modo hierarquizado e centralizado, da porta das habitações, passando pelo presidente do município, para chegar ao governo «lá em Maputo». Esse conjunto de poderes, que se caracterizam por funcionar em interdependência entre si – uns que partem do interior das próprias comunidades e outros que derivam do distante poder central –, leva a que tais estruturas de regulação social tenham legitimidade para actuar de modo coercivo. É precisamente isso que define a essência do poder do estado.

Estamos perante um sistema *sui generis* cuja origem está no modo como o sistema administrativo do estado (ou a eles associados) se organizou durante a transição para a independência. Conjugaram-se nessa época, por um lado, as pretensões de um novo poder fortemente centralizador com, por outro lado, uma realidade social em busca de uma estrutura administrativa que substituísse a do sistema colonial, num contexto em que, ao mesmo tempo, se deslegitimavam as lideranças tradicionais. Daí resultou um sistema administrativo de regulação social hierarquizado de acordo com a estrutura partidária da Frelimo e assente em lógicas de actuação comunitárias que poderão ter a ver com a reelaboração de formas tradicionais de organização linhageira, mas às quais se conferiu um outro tipo de legitimação das lideranças (dependente da Frelimo) e de ideologia (assente em fragmentos do marxismo-leninismo). Como demonstra o caso da cidade de Tete, se esse sistema administrativo pós-colonial foi capaz de penetrar de

corpo administrativo (composto por elementos que não integram formalmente o estado) que, de facto, gere a vida das comunidades caracteriza-se por uma inequívoca inserção social.

⁷³⁵ Cf. Florêncio 2003, pp. 66 e segs.

modo sustentado nas dinâmicas das comunidades urbanas, e por isso perdura por mais de três décadas, é porque se enquadró nas lógicas sociais pré-existentes. Assim se explica alguma solidez e eficácia das estruturas administrativas. Não é errado considerar que esse modelo administrativo criado pela Frelimo em 1974-1975, até pela forma relativamente clara como as pessoas na actualidade se referem a ele, faça parte do que se pode considerar a identidade da cidade de Tete, dado que a população está fortemente organizada em torno dos seus poderes administrativos (do secretário do bairro ao chefe de dez casas).

Trata-se de um caso cuja originalidade assenta tanto de gestão política centralizada pelo governo da Frelimo, quanto de autonomia das comunidades urbanas na gestão dos seus espaços⁷³⁶, numa província distante da capital. Isso caracteriza a natureza da máquina administrativa do estado em Moçambique numa das suas variantes.

Não se detectaram, nas sucessivas etapas de trabalho de campo ao longo dos anos (1997; 1998; 2003; 2004; e 2008), reivindicações nos discursos das pessoas comuns que apontassem para a necessidade de uma maior autonomia administrativa das comunidades urbanas da cidade de Tete na sua relação com o poder central. Um debate sobre o reforço dos poderes das comunidades locais contra a administração centralizada em Maputo, neste caso, a existir será equívoco, dir-se-ia até sem sustentação empírica⁷³⁷. Porém, isso não significa que não se reivindique com frequência uma melhor partilha de recursos em favor do centro e do norte do país, questão que, no entanto, não se deve confundir com as formas de gestão administrativa dos espaços urbanos ou rurais.

Detecta-se, em tudo o que referimos, um paradoxo: aquele mesmo poder político ao qual se confere, ao nível da governação nacional, uma existência distante, possui estruturas administrativas que actuam permanentemente à porta de casa através dos poderes locais. Para desfazer tal paradoxo encontramos uma possível explicação que

⁷³⁶ Para citar um exemplo, a justiça nos diferentes bairros funciona com regularidade. As sessões dos tribunais comunitários são particularmente visíveis para quem circula na cidade aos fins-de-semana, onde as pessoas se reúnem debaixo de uma grande sombra.

⁷³⁷ Um estudo sobre a cultura política local aponta para uma muito maior heterogeneidade administrativa e ideológica na África do Sul, dir-se-ia o oposto do que se verifica na cidade de Tete (Thornton in Heimer 2005a).

faz com que o pensamento social seja, nessa matéria, congruente na sua própria lógica. A explicação tem a ver com o facto de não existir uma associação directa entre os governantes nacionais e os elementos pertencentes às estruturas administrativas locais. A diferença é que «os de cá» são «elementos do povo» (isto é, com os quais as pessoas partilham vários atributos, com destaque para a pobreza, mas também tendo em conta as mesmas pertenças étnicas, familiares ou o espaço de residência) e os «de lá» (ou alguns dos «de cá», mas menos visíveis nas relações do dia-a-dia) são representados como ricos e poderosos e, desse modo, são «eles».

São os dois últimos atributos (ricos e poderosos) que sustentam as representações de alteridade na relação entre governantes e governados em Moçambique, embora não seja de descurar, no caso da cidade de Tete, a tendência de se conferir uma natureza étnica aos detentores do poder (os «do sul», os «mashanganas»⁷³⁸ e, com frequência, afirma-se que «os de Maputo são sempre os mais beneficiados»). Mas é sobretudo a diferenciação social assente na distribuição da riqueza associada ao exercício do poder que pesa no estabelecimento, ao nível das representações sociais, de uma segmentação muito marcada entre governantes e governados.

Em qualquer caso (formal ou informal; próximo ou distante; local ou nacional), o senso comum confere existência objectiva ao estado. Como em qualquer outro contexto (africano ou não-africano), a instituição estado existe, primeiro e sobretudo, porque as pessoas acreditam que ela existe. Nessa perspectiva o estado é, antes de tudo o resto e para lá de tudo o mais, uma representação social.

Porém, o que vale para a cidade de Tete não será necessariamente generalizável ao país. São as particularidades regionais ou locais como as referidas que tornam o estado em Moçambique ao mesmo tempo heterogéneo e centralizado. Procurar a existência do estado em Moçambique como se se tratasse de uma entidade única é tão utópico quanto negar a sua capacidade efectiva de regulação social.

⁷³⁸ Florêncio, embora não explicando as razões, considera as: «(...) etnias do sul, vulgarmente e erroneamente designadas por Shanganas» (Florêncio 2003, p. 299). Na cidade de Tete o vocábulo «mashanganas» serve, muitas vezes, para ratificar as razões da marginalidade da província e, em sentido geral, do centro e do norte do país.

28.3. Separar o Partido do estado sem discriminar o público do privado

Outra característica identificável nos discursos do senso comum sobre o funcionamento do estado na actualidade é o facto de, quer na cabeça dos membros da Frelimo – referimo-nos a militantes locais da cidade de Tete –, quer na cabeça das pessoas em geral, haver uma percepção generalizada de que a Frelimo e o estado são instituições diferenciadas e como tal devem ser tidas em conta.

Hoje a Frelimo é um grupo. Não é governo, nem estado. Como a Frelimo foi mãe, há uma mistura na cabeça das pessoas. A Frelimo é só um partido. Não tem nada a ver com o resto. (Entrevista 43/2004).

A tendência de se seleccionar e de se tornar saliente, entre várias possibilidades, o tema da promiscuidade entre a Frelimo e o estado, é um assunto tratado pelos actores sociais numa perspectiva que visa criticar a acção dos detentores do poder. Essa atitude é não só detectável nos discursos dos entrevistados ligados à Renamo, mas também de muitos outros, com ou sem ligações à Frelimo. Nesse sentido, um dos argumentos de alguns dos partidários da Renamo é o de que seria importante que o partido de Afonso Dhlakama ganhasse as eleições (as recolhas sistemáticas foram realizadas meses antes das eleições de 2004, no entanto registamos a repetição do argumento em 2008) pois, mesmo que governasse mal, a Renamo ao menos iria separar o partido do estado, isto é, iria despolitizar a máquina administrativa do estado. Esse tipo de testemunhos tende a considerar que só outro partido no governo que não a Frelimo pode dar resposta a essa necessidade do sistema político⁷³⁹.

Por aquilo que verificámos, são de recusar liminarmente interpretações no sentido de uma aceitação passiva, por parte dos actores sociais, da promiscuidade entre a Frelimo e o estado em Moçambique. É aprioristicamente mais fácil sustentar a ideia contrária. Mas uma coisa é o pensamento outra são as práticas. Ainda que pelas últimas seja difícil estabelecer a separação entre a Frelimo e o estado/governo, no domínio do pensamento social sobre o político é feita uma discriminação com relativa clareza entre diferentes objectos: estado, sociedades (ou *povo*), partido(s), igrejas, empresas, ong's, etc. Nesse contexto, a separação entre a Frelimo e o estado, no plano do desejável, é um

⁷³⁹ O argumento deve ser utilizado enquanto retórica ideológica. Não se sabe no que resultaria uma hipotética gestão do estado em Moçambique pela Renamo. O que importa é enquadrar o argumento tendo em conta a intenção com que surge nos discursos do senso comum.

argumento recorrente nos discursos do senso comum, em particular quando se aproximam os processos eleitorais. Detectam-se ainda, se bem que de forma mais pontual, avaliações que apontam para a importância da diferenciação entre a acção política/governativa e a acção técnica/administrativa do estado.

A sustentar as teses aqui defendidas, os diferentes chefes locais da cidade de Tete, sendo todos membros da Frelimo, têm no geral o cuidado de referir, nas entrevistas, que nas suas comunidades tratam de modo igual as pessoas de todos os partidos políticos. Afirmam que o partido é uma coisa, os cargos administrativos que desempenham e, portanto, o estado é outra. Estamos perante uma prática discursiva que pode não traduzir necessariamente o pensamento (e a actuação) dos chefes locais, mas o politicamente correcto ao nível do discurso oficial terá algum significado

Coincidentes com o momento em que se realizou a parte essencial do trabalho de campo (2003 e, sobretudo, 2004), circulavam no espaço público comentários sobre a acção dos tribunais a propósito do julgamento do assassinato do jornalista Carlos Cardoso, perpetrado a 22 de Novembro de 2000, e a polémica em torno do eventual envolvimento de Nyimpine Chissano⁷⁴⁰, filho do então presidente da república, Joaquim Chissano⁷⁴¹. A tendência desses comentários apontava para a validação no espaço público da autonomia da justiça face ao poder político. O mesmo se diz de comentários pontuais que detectámos sobre o papel dos militares, que surgiram representados como autónomos em relação ao poder político. Sobre esse caso foi sintomática a frase:

Mesmo que esses políticos quisessem fazer de novo a guerra, mesmo que eles quisessem usar a violência, os militares não iam querer! (Entrevista 7/2004).

Ambos os exemplos – exercício da justiça e actuação dos militares – elucidam tendências do pensamento social em Moçambique que seguramente seriam pouco prováveis se se recuasse ao período anterior ao multipartidarismo. Com a recomposição do sistema político desde inícios dos anos noventa, passaram a circular no espaço público de forma cada vez mais explícita referentes consensuais a partir dos quais se

⁷⁴⁰ Entretanto falecido em 2007.

⁷⁴¹ Cf. Fauvet & Moss 2004.

produzem avaliações (ou veredictos) da acção governativa, quer para a elogiar, quer para a reprovar. A necessidade da separação entre o estado e o(s) partido(s) político(s) é um desses referentes consensuais.

Isto está montado de tal maneira que as células do partido da Frelimo, que existem nas instituições, funcionam, mais agora na época das eleições. Eu para ter um cargo de direcção tenho de ser membro daquele partido. E se exercer um cargo de direcção é uma alternativa para viver bem, as pessoas optam pela militância. (...) Fica-se com a ideia que muitos quadros são da Frelimo, que têm afinidades, mas a gente não sabe qual o posicionamento das pessoas que estão amarradas ao sistema se a situação mudar. A questão dos quadros não é verdade. (...) Não sei qual é o problema de mudar de um para o outro se o país é governado a partir do exterior e se a realização de projectos depende do exterior, de instituições como o FMI ou o Banco Mundial e outras instituições. Isso não depende do governo do momento e a economia não se vai afundar. (Entrevista 5/2004).

Com a passagem do monopartidarismo para o multipartidarismo, será uma hipótese plausível considerar que se reelaboraram as representações do tipo de afinidades que os indivíduos estabelecem com as instituições a que pertencem. Referimo-nos às que, de uma maneira ou de outra, dependem do poder político. Tais afinidades são cada vez menos associadas a um projecto político-ideológico (em especial o orientado por interpretações do socialismo) e cada vez mais directamente focalizadas no acesso e/ou manutenção de recursos simbólicos, sem dúvida, mas também e sobretudo materiais, num país de bens escassos. Essa foi uma tendência que o trabalho de campo revelou ter-se acentuado entre 2004 e 2008. Dito por outras palavras, se o poder da Frelimo se mantém porque controla o estado, a dimensão ideológica em que esse poder se sustenta transformou-se substancialmente na última década e meia. Não está apenas em causa o controlo do aparelho administrativo do estado, mas também o acesso ao mundo dos negócios e ao mercado de trabalho formal em geral⁷⁴².

⁷⁴²Em entrevista realizada na vila do Songo a 24.08.2008 foi-me dito que mesmo aqueles pequenos empresários que se queiram manter politicamente neutros se, por exemplo, prestarem serviços à Renamo durante a campanha eleitoral, como alugar viaturas ou fazer fretes pagos, a seguir à campanha eleitoral acabam prejudicados. Aumentam as multas de todo o género, perdem clientes e negócios, por exemplo relacionados com o transporte de mercadorias mesmo que seja para as organizações internacionais, são marginalizados, ficam «marcados». Não compensado esse prejuízo afastando-se da Renamo e aproximando-se mais explicitamente da Frelimo porque «a família tem de comer». Concluiu o entrevistado: «Estamos a voltar aos poucos ao monopartidarismo». Foi-me dito também em duas conversas em Agosto de 2008 na cidade de Tete que só a Frelimo consegue cobrar quotas aos seus militantes por via das empresas. Se, numa empresa, alguém optar por pagar quotas a outro partido que não à Frelimo, pode ser prejudicado e não garantir o seu posto de trabalho, mesmo que se trate de uma empresa privada. Numa outra conversa informal em Agosto de 2008, um jovem estudante da 12ª classe à procura de emprego disse que se filiou propositadamente na Frelimo por essa razão. Assim mais

Na discriminação que se detecta, no conhecimento do senso comum, entre diferentes objectos associados à regulação social, encontram-se exemplos no modo como se representam na actualidade os diversos períodos da história de Moçambique. É sustentável considerar que até ao passado recente a colonização portuguesa tenderia a ser representada como um todo onde o estado e a igreja católica (bem como as igrejas cristãs em geral) apareceriam como tendencialmente indistintos. Mas na actualidade essa discriminação é recorrente. Para o período pós-colonial monopartidário evoluíram no mesmo sentido as representações sociais da relação entre a esfera civil e a esfera militar da acção do estado, sendo que os entrevistados tendem a fazer tal distinção na actualidade, alguns considerando ser essa uma característica que permite diferenciar a governação de Samora Machel (1975-1986) da de Joaquim Chissano (1986-2004), isso porque se tende a considerar que a formação política do primeiro presidente de Moçambique não facilitava a autonomia das diferentes instituições (estado, partido, governo)⁷⁴³. Nas representações sobre a actualidade o enfoque situa-se, como se referiu, na discussão acerca da promiscuidade entre o partido Frelimo e o estado e na necessidade de haver uma separação a esse nível.

Para qualquer das entidades referidas (estado, igrejas, partidos políticos) o pensamento social vai estabelecendo categorias que permitem discriminá-las (cada uma com os seus atributos próprios, quer quanto ao enquadramento no tempo, quer quanto ao papel social e/ou político desempenhado), como se o conhecimento social tivesse partido, no período pós-colonial, de uma maior generalização nas representações de objectos relacionados com as estruturas políticas (por exemplo, é tudo colonialismo ou é tudo Frelimo) e caminhasse para uma progressiva discriminação (as autoridades da época colonial hoje tendem a não ser confundidas com as igrejas nessa época; a Frelimo não é considerada o mesmo que estado ou que Moçambique).

Recorrendo a um outro exemplo circunscrito, mas significativo, é importante explicitar o modo como evoluíram as avaliações sobre a acção da igreja católica em

facilmente conseguiria aceder ao mercado de trabalho, até porque só teria de pagar as quotas mensais por ser militante do partido mais tarde, quando começasse a trabalhar, e poderia, nessa altura, saldar de modo faseado os montantes em atraso.

⁷⁴³ Alguns argumentam que isso é próprio de alguém muito marcado pela gestão do poder numa situação de guerrilha e que não se consegue adaptar convenientemente à gestão do estado na pós-guerra.

Moçambique. O raciocínio dos entrevistados poderia ser tipificado na seguinte sequência: as pessoas valoram positivamente a igreja enquanto instituição credível. Explicam, entre outras razões, que isso tem a ver com o papel desempenhado pela igreja católica no processo de estabelecimento da paz em Moçambique (1992)⁷⁴⁴ e enquanto garante dos equilíbrios democráticos e dos direitos humanos no multipartidarismo (avaliação que não exclui outras igrejas cristãs). Depois, quando os actores sociais desenvolvem a sua argumentação, percebemos a tendência de, ao analisarem o tempo colonial a partir do presente, distinguem o papel (autoritário) do estado do papel (de acção social) da igreja católica nessa época, a última tida como formadora no plano moral, escolar ou profissional, não sendo alheio o facto de na região de Tete existirem várias missões⁷⁴⁵. A sequência dos discursos aponta, depois, para o seguinte: nestas últimas três décadas ficou a prova – o colono foi embora e a igreja ficou. Ficou e continua a trabalhar, é cada vez mais importante, pois até a Frelimo passou a respeitá-la. Assim sendo, a igreja católica beneficia por tender a ser representada como uma instituição importante e autónoma do estado.

Uma tese proposta por Mark Chingono permite considerar que na origem dessas representações sociais estaria a ambiguidade ideológica através da qual o sistema de dominação colonial procurou legitimar-se:

«(...) colonial rule in Mozambique was based on two irreconcilable ideologies. On the one hand it depended on Christianity which saw its mission as freeing Africans from the bonds of superstition and mysticism, and on the other on traditional religion which gave authority to the chiefs in the system of rule. The ideology of the colonial state was therefore profoundly ambiguous: simultaneously encouraging the locals to perform their traditional rituals and also supporting the Christianity which sought to suppress these religions»⁷⁴⁶.

Apesar desse ponto de partida, a actualidade evidencia que as representações sociais do papel das igrejas cristãs em Moçambique tendem a clarificar as ambiguidades referidas por Mark Chingono. Por um lado, a acção das igrejas (tendencialmente positiva) autonomiza-se da acção das autoridades (tendencialmente negativa), embora ambas

⁷⁴⁴ Na generalidade dos discursos em análise não nos parece desadequado concluir que existe alguma correlação entre a paz e a religião precisamente porque o período mais violento da acção do estado pós-colonial (associado à guerra) coincidiu com o período de maior debilidade das igrejas (monoteístas, sincréticas ou tradicionais).

⁷⁴⁵ Cf. Brandão 2004.

⁷⁴⁶ Chingono 1996, p.167.

sejam representadas como componentes essenciais do processo de dominação colonial, como referimos; por outro lado, no pensamento social as igrejas cristãs não surgem associadas ao desrespeito pelas religiões e tradições africanas. Ao longo destes anos de trabalho de campo em Moçambique (1997-2008) nunca detectámos indiferença e muito menos avaliações negativas da acção das igrejas, tanto no passado, como no presente. Até porque a carga negativa na relação do estado com as religiões (tradicionalistas, sincréticas ou monoteístas) em Moçambique recai sobre o regime de Samora Machel, avaliação do senso comum que acaba por favorecer, de algum modo as avaliações do regime colonial, e sobretudo as avaliações do papel das igrejas cristãs instaladas no território desde o período colonial.

Outro aspecto saliente no pensamento social é também a tendência de se considerar as igrejas cristãs, em particular a católica, como a instituição que melhor pode garantir a paz, o respeito pelos direitos humanos ou os equilíbrios importantes para o funcionamento do multipartidarismo. Logo, uma das instituições tida como garante da estabilidade política alcançada – a igreja – está fora das estruturas políticas propriamente ditas. Se a regulação das sociedades, em qualquer sistema, não se esgota no estrito domínio das estruturas políticas, percebemos as razões das igrejas cristãs desempenharem papel relevante no sistema político tal como funciona em Moçambique na actualidade.

Em resumo, o tipo de cognição social que discrimina diversos objectos, por um lado, tem efeitos retroactivos (renovando, por exemplo, as representações sobre a colonização) e, por outro lado, tem implicações nas representações sobre o enquadramento do estado num conjunto de instituições que compõem o puzzle sócio-político-religioso da actualidade: cada uma tem o seu papel⁷⁴⁷.

Mas se se ressalva a diferenciação entre os objectos referida, verifica-se uma excepção nessa tendência. Detectámos serem praticamente inexistentes testemunhos que conferissem saliência à necessidade da separação entre o património público e o

⁷⁴⁷ Percebe-se que os que entraram em conflito com a ideologia do estado, como os jeovás, pelo menos na análise que hoje fazem, nunca confundiram as suas pertenças religiosas com a pertença à formação territorial nacional. Ou seja, nunca se assumiram como herdeiros do que quer que fosse do sistema colonial. No geral, é essa a interpretação que fazem aqueles que assumem ter estado ligados a práticas religiosas desde a época colonial.

património privado quando estão em causa representações sociais sobre as relações entre o estado e as sociedades em Moçambique.

Se essa característica do conhecimento social pode reflectir um sentido comunitário das sociedades tradicionais africanas (no sentido de se tratar de uma herança pré-colonial) no qual a diferença entre o património colectivo e o património individual não existia ou não era relevante⁷⁴⁸, o que pode ter acontecido foi a projecção, desde a independência, dessa característica na gestão do estado. Se é cómodo explicar a opção pela colectivização levada a cabo pela Frelimo em torno de uma utopia de matriz ocidental – simbolizada na nacionalização radical da propriedade imobiliária formalmente instituída em Moçambique a 24 de Julho de 1975 inspirada pela matriz colectivista do marxismo-leninismo –, o terreno social onde esse tipo de processos políticos ocorre é que os torna específicos. Foi como se o combate radical da Frelimo logo após a independência aos sistemas tradicionais em prol de um projecto que visava uma modernização acelerada do país tivesse provocado o efeito inverso de trazer, para a esfera do estado, algumas das dimensões do pensamento e das práticas tradicionais que se pretendiam aniquilar. O resultado, ainda hoje constatável, reflecte-se nas ambiguidades que subsistem nas representações sociais sobre o património e, no geral, nas representações sobre a acumulação de riqueza individual.

Com o acesso à independência a transição e gestão do património imobiliário sofreu alterações significativas, uma vez que os anteriores proprietários (privados) deixaram de existir, isto é, a retirada dos colonos (precisamente por serem colonos) esbateu noções de usurpação, pelo estado, do património imobiliário que anteriormente poderia ter sido privado (e individual). Acrescente-se que o novo regime socialista de Samora Machel recusou o atributo de privado a esses bens, conferindo-lhes um sentido de pertença colectiva. Mas a um colectivo referenciado ao estado, o que o tornava substantivamente diferente do sentido conferido ao colectivo nas sociedades tradicionais linhageiras. Havendo pontos de convergência, nas últimas não estava apenas em causa o património imobiliário, mas a própria noção de família, de relacionamento social e demais dimensões da vida comunitária tradicional, enquanto

⁷⁴⁸ «Um dos principais fundamentos desta forma de autoridade [tradicional] é a ausência de distinção entre a esfera do que é privado e do que é público, ou como sublinha o autor [Max Weber], entre património público e privado (...)» (Florêncio 2003, p.58).

que a acção do Estado-Frelimo na fase inicial incidiu de modo muito particular na nacionalização da propriedade imobiliária e na condenação da acumulação e usufruto de riqueza individual. Desse modo, o país independente nasceu associado a representações de propriedade e de riqueza como algo concebido apenas como legítimo se dissesse respeito ao colectivo vasto designado por povo moçambicano, sendo que essa nova representação social do colectivo não se confundia com os particularismos das inúmeras comunidades tradicionais.

A transição para a independência, tal como se processou, contribuiu, através da via referida, para que Moçambique (enquanto totalidade) se transformasse numa representação social (generalizada) que os actores sociais passaram a incluir no seu património identitário. As expressões, ainda hoje associadas a esse período, como «conquistámos o nosso país», «ganhámos o nosso país» ou «Moçambique passou a ser nosso», variantes de uma mesma ideia elaborada nessa conjuntura, sustentam-se, desse modo, em conteúdos materiais, visíveis, palpáveis. Ou seja, com a independência o país em si e as suas riquezas tornaram-se formalmente propriedade colectiva dos moçambicanos. Se isso não se traduziu em benefícios materiais efectivos para a esmagadora maioria dos indivíduos, constituiu ainda assim um pressuposto importante para alimentar as representações sociais sobre o estado e sobre o país que, desde essa época, têm marcado o período pós-colonial.

Porque a conjugação dos processos em causa foi fortemente congruente na fase inicial da governação de Samora Machel – uma herança ancestral de gestão comunitária dos bens patrimoniais associada a um projecto de modernização colectivista inspirado no marxismo-leninismo –, no pensamento social em Moçambique ainda hoje não é saliente a preocupação em distinguir o colectivo do individual quando está em causa a actuação do estado. Essa preocupação, quando se manifesta nos discursos do senso comum, focaliza-se muito em particular na pequena posse que serve para garantir a subsistência ou pouco mais. É a esse nível que a colectivização imposta pelo socialismo é inequivocamente recusada. Para além disso, o estado é (ainda) tido como o único legítimo grande proprietário e a quem (ainda) se confere legitimidade para gerir o enriquecimento individual.

O que está em causa enviesa as análises que pretendam abordar o sistema político em Moçambique a partir de perspectivas de estado de tipo ocidental. As últimas assentam, entre outros aspectos, na clareza da distinção entre o património público e o património privado, tornada recorrente para as populações por assentar numa evolução histórica sem grandes ambiguidades a esse nível. Todavia, as dinâmicas em curso em Moçambique desde inícios dos anos noventa, progressivamente intensificadas, vão abrindo a porta para transformações nas representações sociais da relação entre o estado, a propriedade e o indivíduo. Mas trata-se de um processo cujas tendências num ou noutro sentido não são (ainda) suficientemente claras no que tem a ver com a grande propriedade ou com o enriquecimento individual.

Isso porque, se a acumulação de riqueza individual é, na actualidade, formalmente legitimada pelo estado, subsistem ambiguidades na sua interpretação pelo senso comum. Essas ambiguidades tornam-se particularmente contrastantes se se estabelecerem comparações entre o que acontece em formações sociais próximas de lógicas pós-tradicionais (em especial os grandes centros urbanos onde a riqueza individual é cada vez mais representada como legítima) e o que acontece em formações sociais próximas de lógicas ancestrais (em especial nas comunidades rurais onde predominem ideologias tradicionais que podem anatematizar a acumulação de riqueza individual, desincentivando práticas nesse sentido, como demonstra o estudo do antropólogo Harry West para a região do planalto de Mueda, na província de Cabo Delgado⁷⁴⁹). O caso da cidade de Tete, onde muitas vezes se manifesta uma sobreposição entre o urbano e o rural, apresenta a vantagem de permitir detectar as ambiguidades referidas.

Não é possível afirmar se no que está em causa reside uma das explicações para o contraste ao nível do desenvolvimento entre diferentes espaços do país. O que não suscita dúvidas é que a maneira como o senso comum tende a representar a acumulação de riqueza e o modo como os indivíduos interagem com a propriedade são condicionados pelas heranças culturais. É a esse nível que deve ficar claro que os condicionamentos culturais mais significativos em Moçambique não são apenas produto da herança tradicional africana (como sugere o estudo de Harry West), mas são

⁷⁴⁹ West 2005, pp.180-189 e sobretudo pp.239-245.

28. Estado: a representação social de uma palavra

também, na actualidade, herança da forma como o estado geriu a propriedade e como condicionou as representações sociais sobre a riqueza e a pobreza (colectiva e individual) durante o momento-chave que foi o processo de transição para a independência em 1974-1975. O que se passou nessa conjuntura está a ter efeitos de longa duração ao nível do pensamento social.

O que podemos concluir deste capítulo é que é precisamente a existência de diversas ambiguidades que conferem, ao mesmo tempo, complexidade e sentido às representações sociais do que se entende por estado em Moçambique.

29. Atributos do líder ou atributos do estado?

«(...) despite the tendency to rationalize and secularize, modern society is, like every society, a machine for making gods (...).» (Serge Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], p. 253).

Nas representações sociais do estado em Moçambique é muito relevante o significado atribuído ao grande líder político conforme revelou o material empírico recolhido entre 1997 e 2008. Esse constitui um *thema*⁷⁵⁰ particularmente importante a partir do qual se organiza o pensamento social sobre o político quando está em causa o período pós-colonial. Enquanto a convocação, na actualidade, do período colonial aponta para um poder despersonalizado («o tempo dos portugueses»; «o tempo dos brancos»; «o tempo do colono»), para o período pós-colonial regista-se a saliência radical do grande líder: «o tempo de Samora [o tempo de Machel]» ou «o tempo de [Joaquim] Chissano». O actual presidente, Armando Guebuza, cujo mandato se iniciou em 2005, ainda não sedimentou «o seu tempo». Comparativamente, Samora Machel teve cerca de uma década de liderança de forte intensidade política (1975-1986) e Joaquim Chissano construiu o «seu tempo» ao longo de quase duas décadas de governação (1986-2005). Desse modo, os pouco mais de três anos após o início do novo mandato presidencial não permitem fazer comparações consistentes entre os três chefes de estado. De qualquer modo, não existirá, seguramente, rigor analítico quando se infere, a partir dessas constatações, quaisquer características inatas ou essencialismos culturais dos africanos, ou quando os pressupostos em causa sustentam teses que atribuem uma natureza pessoal ou patrimonial ao estado em Moçambique⁷⁵¹.

O que explica essa característica do pensamento social é, acima de tudo, o processo histórico relacionado com a institucionalização do sentido de pertença à formação territorial independente, constituída em torno do estado⁷⁵². O facto de tal sentido de pertença se ter tornado do senso comum em Moçambique durante a transição para a independência, num processo marcado por transformações profundas numa conjuntura

⁷⁵⁰ Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183.

⁷⁵¹ Cf. Chabal & Daloz 1999.

⁷⁵² Cf. Berger & Luckmann (1999) [1966], pp.89-100.

muito curta no tempo (1974-1975), por sua vez antecedido por uma guerra (1964-1974), criou condições para que existisse um terreno social favorável à afirmação de lideranças nacionais com forte tendência carismática⁷⁵³.

A objectivação⁷⁵⁴ das representações sociais do grande líder – muito mais do que as representações sociais do estado propriamente dito – beneficia também por estar associada a uma imagem, condição que permite mais facilmente seleccionar, discriminar, descodificar, simplificar, isto é, tornar claramente perceptível a mensagem a partir do que é visualizado. Nada mais eficaz para a apropriação e categorização de um objecto no pensamento social, sobretudo quando se trata de um domínio relevante como estar em causa a relação entre as sociedades e o poder que as tutela. Não é por acaso que a Frelimo passou de uma representação social elaborada e apropriada por uma minoria (a que efectivamente combateu a colonização) a uma representação social generalizada em Moçambique (apropriada pelo conjunto das sociedades) no momento em que, na fase final da colonização, passou também a ser explicitamente associada, não só à luta de libertação nacional, mas também porque esse seu atributo foi identificado pelas pessoas comuns através de rostos: Samora Machel, Eduardo Mondlane, Josina Machel ou, por exemplo, Marcelino dos Santos.

A característica referida, como todas as características do pensamento social, não é estática. Cerca de três décadas após a independência e à medida que o regime pós-colonial se consolida, a saliência do líder enquanto atributo do estado vai sofrendo alguma erosão. Mas é apenas algo que consideramos como uma tendência de longa duração, dado que, na actualidade, o grande líder político continua a ser o referente que permite aos actores sociais identificarem, a partir dele, o que consideram ser os atributos essenciais do sistema político e do estado em Moçambique. Entre os factores que explicam a tendência referida é de destacar o contexto internacional da pós guerra-fria que vai modelando a generalidade dos sistemas políticos a fórmulas participativas ou, pelo menos, formalmente contratuais (através do voto) enquanto meio essencial de legitimação política, processo que relativiza o impacto dos grandes líderes. Os últimos tendem a ter nos regimes de partido único um espaço de afirmação mais favorável.

⁷⁵³ Cf. Weber [1922], «Tipos de dominação» in: Cruz 2004, pp.681 e segs.

⁷⁵⁴ Moscovici 2000 [1984], pp. 360-363. Cf. Ponto 19.2. *A objectivação ou a Frelimo tornada essência.*

Este capítulo focalizará a análise em quatro objectos de atitude⁷⁵⁵ a partir dos quais se organizam conjuntos de representações sociais do político: Samora Machel, Joaquim Chissano, Afonso Dhlakama e Armando Guebuza. São esses os grandes líderes que surgem de modo persistente nos discursos do senso comum sobre as relações entre o estado e as sociedades em Moçambique no período pós-colonial.

Pela análise do material empírico (em especial o recolhido até 2004), fica claro que o estado em Moçambique desde a independência tende a ser representado como se se tratasse da emanção do que se consideram ser as características pessoais dos líderes. A tendência para a personificação da natureza política do estado é muito mais decisiva do que a referência a ideologias habitualmente consagradas na literatura (marxismo-leninismo, capitalismo, democracia, liberalismo⁷⁵⁶, etc.). Se bem que as últimas, em especial o marxismo-leninismo, devam ser tidas em conta enquanto matéria-prima para a elaboração de representações sociais do político em Moçambique, a verdade é que as características pessoais e o consequente modo de actuação atribuídos a Samora Machel ou a Joaquim Chissano (sobretudo eles) é que surgem como factores determinantes nas avaliações do tipo de interacção que em diferentes momentos se considera ter sido estabelecido entre o estado e as sociedades em Moçambique.

Mais do que representações sobre um sistema político de matriz socialista (1975-inícios dos anos noventa) ou um sistema político de tipo democrático (desde inícios dos anos noventa), o que as representações sociais manifestam é um modelo político Machel ao qual se sucedeu um modelo político Chissano. Pelas razões referidas, para os anos mais recentes fica em aberto a questão da existência do eventual modelo político Guebuza.

No sentido de explicitar melhor o que se pretende evidenciar – a representação da sequência das lideranças em Moçambique desde a independência –, é útil recorrer à conceptualização de Max Weber sobre os três tipos puros do poder legítimo: poder legal; poder tradicional; e poder carismático⁷⁵⁷.

⁷⁵⁵ Chaiken & Eagly 1993. *Cf.* Ponto 3.4. *As atitudes*.

⁷⁵⁶ *Cf.* Heywood 2003 [1992/1998]. Com a nota de o liberalismo não ter sido referido nas entrevistas.

⁷⁵⁷ Weber 2005 [1917-1922], pp. 21-32. *Cf.* Berger e Luckmann (1999) [1966], pp.101-135.

«Em princípio (...) há três tipos de justificações internas, portanto, de fundamentos da *legitimidade* de um poder. Em primeiro lugar, a autoridade do “eterno ontem”, do *costume* consagrado pela sua imemorial validade e pela orientação consuetudinária dos homens para o seu respeito e observância. É o poder “tradicional”, como o exerciam o patriarca e o príncipe patrimonial de cunho antigo. Em segundo lugar, a autoridade do *dom da graça* (carisma) pessoal e extraordinária, na capacidade para as revelações, o heroísmo ou outras qualidades de chefe próprias de um indivíduo: eis o poder “carismático”, tal como o exerce o profeta ou – no campo do político – o chefe guerreiro eleito, o governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político. Finalmente, o poder em virtude da “legalidade”, da crença na validade do *estatuto* legal e da “competência” objectiva baseada em normas racionalmente criadas, isto é, da disposição para a obediência às obrigações legalmente estabelecidas; um governo, como o que exercem o moderno “servidor do Estado” e todos os titulares do poder que a ele se assemelham»⁷⁵⁸.

Sublinhe-se, por um lado, a importância de nos focalizarmos na concepção weberiana de legitimidade carismática para este ponto da investigação⁷⁵⁹ e, por outro lado, a tese de que os «tipos puros raramente se encontram na realidade»⁷⁶⁰. Tendo em vista a análise da evolução das lideranças políticas na Frelimo e no estado em Moçambique, é ainda pertinente ressaltar outra tese de Max Weber:

«Muito mais difícil é a ascensão dos líderes onde (...) além dos funcionários, existem “notáveis” com influência sobre o partido. (...) A sua acção [dos notáveis] é determinada pelo ressentimento contra o demagogo como *homo novus*, pela convicção da superioridade da “experiência partidária” (...)»⁷⁶¹.

À medida que as transições na liderança do partido e do estado se vão sucedendo (Eduardo Mondlane: 1962-1969; Samora Machel: 1970-1986; Joaquim Chissano: 1986-2005; e Armando Guebuza: desde 2005), se capacidade renovadora é decisiva para a longevidade da Frelimo e para a estabilidade do estado em Moçambique, a acumulação de figuras tutelares do regime tende a reduzir o impacto das novas lideranças nas representações sociais do político. Desse modo, a tendência para a personificação das instituições (em particular do estado na pessoa do chefe de estado, mas também da Frelimo ou da Renamo

⁷⁵⁸ Weber 2005 [1917-1922], p. 65.

⁷⁵⁹ «(...) as relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e de poderio. Os três tipos de dominação enunciados por Weber, a saber, a dominação tradicional, a carismática e a burocrática, exercem-se através de diferentes sistemas de representações colectivas nos quais se fundamenta a legitimidade dos respectivos poderes. Do mesmo modo, estes sistemas regulam e orientam eficazmente as atitudes e comportamentos de obediência, ao mesmo tempo que motivam os dominados no sentido de obedecerem ao poder. O peso das representações e dos símbolos varia de um tipo de poder para outro. Por exemplo, esse peso é particularmente importante no exercício do poder carismático» (Baczko 1985, p. 307). Cf. Weber [1922], «Tipos de dominação» in: Cruz 2004, pp. 681 e segs.

⁷⁶⁰ Weber 2005 [1917-1922], p. 65.

⁷⁶¹ Weber 2005 [1917-1922], p. 90.

na pessoa dos líderes) pode estar a tornar-se, também por essa razão, menos saliente à medida que se consolida o regime pós-colonial.

Nesse sentido, a tese de Max Weber é a de considerar que a legitimidade inicialmente carismática (assente numa forte personalização do poder) quando os regimes passam de um tendencial estado revolucionário para a rotinização, tende a aproximar-se de formas tanto de legitimidade tradicional, como de legitimidade legal, dado que as duas últimas divergem da primeira precisamente por assentarem naquilo que é quotidiano e estável: num caso a tradição e no outro a racionalidade burocrática⁷⁶². O que se está aqui a propor para o caso do sistema político em Moçambique é que a rotinização do regime pós-colonial, ao implicar alterações num determinado tipo de legitimidade política, implica também alguma erosão na dimensão carismática da liderança do estado.

O que se pode afirmar com segurança é que o objecto Samora Machel e a sua época constituem o núcleo mais importante na organização do pensamento social sobre o político em Moçambique. Ele marca um antes e um depois. É por isso que o actual presidente da república, Armando Guebuza, ao contrário de Samora Machel, surge representado mais como um ponto de chegada de um regime político em consolidação do que como um ponto de partida de um novo regime que se institui.

O primeiro presidente: Samora Machel (1975-1986)

Samora Machel foi o primeiro presidente de Moçambique independente, o que lhe garantiu, por si só, um forte carisma tendo em conta o processo político associado à conquista da independência em que existiu inegavelmente um cunho de heroísmo, em grande parte resultante de um contexto antecedente de guerra⁷⁶³. Isso, na actualidade, mantém-se muito saliente nas avaliações sobre Samora Machel: o guerrilheiro-líder que «lutou», que «veio do mato», que «venceu os portugueses», que «deu a independência»⁷⁶⁴,

⁷⁶² Cf. Weber [1922], «Tipos de dominação» in: Cruz 2004, pp.706 e segs.

⁷⁶³ Ver nota 46 do anexo (V parte).

⁷⁶⁴ O nome bíblico de Moisés, o profeta que libertou e conduziu os hebreus da escravatura no Egipto para a terra prometida, acaba por ser significativo em alguém que se chamava Samora Moisés Machel e que é conotado com um forte ideal messiânico entre os moçambicanos. Todavia, curiosamente, ele não é reconhecido entre os seus concidadãos por Moisés, sintoma também do distanciamento que esse político estabeleceu em relação à religião. Acrescente-se que, com a expansão de diversas igrejas cristãs em Moçambique desde os anos noventa, circula no espaço público uma associação entre o nome de Samora Moisés Machel e uma outra referência bíblica, o número da besta, dado que os seus três nomes são

o líder «vivo», isto é, extrovertido e dinâmico. Traços de heroísmo decisivos para a legitimidade carismática, como sublinha Max Weber.

O forte carisma de Samora Machel, que vai resistindo no tempo ao seu desaparecimento físico em 1986 – sendo que a sua morte traumática contribuiu para reforçar o atributo heróico do líder⁷⁶⁵ – tem muito a ver com o facto de se associar a Samora Machel o preenchimento de um vazio da legitimidade política nacionalista em relação ao qual não existia consciência social generalizada antes dele, consciência que o próprio líder impulsionou, com especial incidência no período de transição em 1974-1975 e nos primeiros anos de independência. Os discursos do senso comum tendem a atribuir a Samora Machel a criação de um sentido original de legitimidade política em Moçambique, como se a ele se devesse o ter aberto os olhos e as cabeças dos moçambicanos para aquilo que era a sua dignidade enquanto comunidade com direito a viver independente. A esse propósito o material recolhido ao longo dos anos de pesquisa no terreno é bastante revelador.

A legitimidade de Samora Machel não se fundou, portanto, enquanto pai da Frelimo, mas enquanto pai da independência. O papel de fundador da Frelimo cabe ao seu antecessor, Eduardo Mondlane, figura que os entrevistados referenciam e a quem conferem esse atributo com relativa facilidade, embora não o tenham conhecido em vida, dado que faleceu em 1969 e a sua figura só se tornou comumente conhecida em Moçambique a partir de 1974⁷⁶⁶. Dito de modo coloquial, não é errado conceber Samora Machel representado como o pai do «verdadeiro» Moçambique. É por isso que sustentamos a hipótese de, nas cabeças das pessoas, existir uma discriminação relativamente clara quanto à evolução da Frelimo. Nos seus discursos não se confunde a Frelimo da origem (a da luta armada de libertação nacional), com a Frelimo da independência (a revolucionária e socialista), nem com a Frelimo de hoje (a multipartidária e virada para a gestão dos recursos por e para uma elite, embora, em relação a 2004, o trabalho de campo complementar de 2008 indicie algumas alterações a esse nível, mas que é necessário

compostos cada um por seis letras, correspondendo ao 666. De qualquer modo, trata-se de elementos a que o senso comum confere pouca relevância, sendo por isso marginais no estudo das representações sociais que aqui se analisam.

⁷⁶⁵ Samora Machel faleceu a 19 de Outubro de 1986 num acidente de aviação quando estava no pleno exercício das suas funções e, na altura, tinha 53 anos de idade.

⁷⁶⁶ Cf. Cabrita 2000, pp.14-20 e pp.24 e segs.

validar no futuro). A maturação no tempo de um determinado objecto ao nível das representações sociais (neste caso a Frelimo) é a prova da sua relevância. Ou seja, um objecto é tanto mais importante para o pensamento social quanto mais se mantém e se renova no tempo.

Sublinhe-se que o separar de águas, ao nível das representações sociais, entre os nacionalistas fundadores, mas heróis mortos antes da conquista da independência (como Eduardo Mondlane ou Josina Machel), e os nacionalistas que atingiram o objectivo heróico da independência, contribuiu para que o carisma de Samora Machel não só não fosse diminuído pela figura simbólica tutelar do falecido Eduardo Mondlane (líder entre 1962 e 1969), como permitiu a Samora Machel reforçar a sua legitimidade alimentando o ideal da continuidade histórica através do mito do seu antecessor. A capacidade de se ser convincente na dinamização de símbolos que sustentem representações sociais de continuidade histórica constitui factor decisivo para que o sentido de pertença a determinada comunidade ganhe sentido.

O segundo presidente: Joaquim Chissano (1986-2004/5)

Se a legitimidade de Samora Machel pode, em parte, ser enquadrada naquilo que Max Weber considera como carisma hereditário – ideal tipo que significa que se ultrapassou o estado puro da legitimidade carismática genuinamente heróica ou extra-ordinária dado que Samora Machel sucedeu a Eduardo Mondlane, mas com a ressalva de o acto heróico mais importante, a independência, «ser dele», Samora Machel, e não de Eduardo Mondlane –, o terceiro presidente da Frelimo e segundo de Moçambique, Joaquim Chissano, bem como os seus sucessores que saírem do seio da Frelimo, enquadra-se plenamente no carisma hereditário. Joaquim Chissano não é o fundador, mas membro do núcleo originário liderado pelo fundador, Samora Machel, de quem herda a legitimidade por escolha restrita entre pares⁷⁶⁷.

A segunda liderança da Frelimo e do estado no período pós-colonial legitimou-se de modo mais prolongado no tempo, ao longo de quase duas décadas, num regime e num país que já tinham como referentes carismáticos os dois antecessores (Eduardo Mondlane e sobretudo Samora Machel), sendo que a afirmação de Joaquim Chissano foi feita num contexto mais

⁷⁶⁷ Cf. Weber [1922], «Tipos de dominação» in: Cruz 2004, pp.711 e segs.

plural (de início a pluralidade no interior da Frelimo e, posteriormente, na ecologia multipartidária do país), o que reduzia o seu espaço hegemónico⁷⁶⁸. Não por acaso, nas entrevistas, é saliente a ideia de Joaquim Chissano fundar muito do seu carisma na capacidade de negociar.

A conjuntura da segunda metade dos anos oitenta implicava, portanto, alguma fragilidade inicial do novo líder face àqueles que até aí eram seus pares desde a luta de libertação nacional, relação continuada durante a governação de Samora Machel e que, após a morte do último, se mantiveram como figuras tutelares do regime até porque, desmarcando-se da postura frontal e violenta do seu antecessor, Joaquim Chissano não procedeu a qualquer «limpeza física» daqueles que eventualmente poderiam ser obstáculos a uma liderança fortemente personalizada⁷⁶⁹.

De qualquer modo: em função das circunstâncias descritas; tendo em conta as características do antecessor com o qual nunca se estabeleceram rupturas intencionais evidentes, mas sobretudo assumiu-se a continuidade; face a uma cúpula partidária que se consolidou e que se legitimou desde a independência no partido e no país (muitos deles reconhecidos como heróis da luta anti-colonial) – a capacidade de afirmação de Joaquim Chissano a partir de 1986 aos olhos das pessoas comuns não é de subestimar. Bem pelo contrário. Não remetendo tanto para o papel heróico na luta armada anti-colonial como o seu antecessor, no segundo presidente de Moçambique convergem representações sociais que valorizam a sua acção para a viabilidade de um país que os entrevistados, quase invariavelmente, reconhecem que só foi possível pela negociação, pela pacificação através da aceitação dos outros (especificamente da Renamo), atributos que os actores sociais não conferem a Samora Machel, mas exclusivamente a Joaquim Chissano⁷⁷⁰.

Porém, fica uma vez mais a ressalva: esse tipo de interpretação está muito dependente do facto de o essencial do trabalho de campo ter sido realizado na cidade de Tete, hoje como no passado pós-colonial, espaço de forte implantação da Frelimo. Para outras zonas de

⁷⁶⁸ Cf. Weber 2005 [1917-1922], p. 90.

⁷⁶⁹ Ver nota 47 do anexo (V parte).

⁷⁷⁰ Como se pode verificar no Quadro A que a seguir se apresenta, alguns entrevistados consideraram que, com Samora Machel, «se ele estivesse vivo isto teria ardido»; «ia arder o nosso país» por se tender a atribuir-lhe uma propensão bélica, incapacidade de negociar ou de encontrar consensos.

Moçambique, em especial para as de maior implantação da Renamo, a situação será provavelmente diferente.

O terceiro presidente: Armando Guebuza (desde 2004/5)

Seguindo a tipologia de Max Weber, o actual chefe de Estado de Moçambique, Armando Guebuza, dispõe de um espaço de afirmação muito mais ambíguo do que os seus antecessores. A rotinização do regime pós-colonial tornou o processo de legitimação do líder, ao mesmo tempo, numa parte, referenciado ao carisma hereditário que, em si, já se afasta cada vez mais de um ideal tipo de legitimidade carismática pura que marcou a fase da luta armada de libertação nacional; noutra parte, e precisamente por isso, torna-se cada vez mais saliente um tipo de legitimidade tradicional porque associada ao carácter hereditário a partir do núcleo duro da Frelimo, dado que o último tem mantido o monopólio da escolha e da outorga da legitimidade aos novos líderes; numa terceira e última parte, a legitimação do novo líder, desde a instituição do multipartidarismo nos anos noventa, passou a implicar igualmente uma dimensão de cariz racional, legal e/ou burocrática, assente na sujeição do líder ao voto popular. A simultaneidade desse conjunto de processos de legitimação política implica que as instituições (a Frelimo ou o estado) limitem, na actualidade, muito mais a personalização do poder no líder.

Acrescente-se que Armando Guebuza não beneficiou do atributo da novidade ou da revelação, decisivo para as legitimidades carismáticas. Trata-se de uma figura nacional facilmente referenciada pela generalidade dos actores sociais antes de ascender ao cargo de presidente da república em 2005. Também porque no processo de transição da liderança de Joaquim Chissano para Armando Guebuza não ocorreram, pelo menos até ao momento, transformações relevantes no sistema político que sejam directamente associadas ao novo presidente, tal como aconteceu com os seus antecessores: Samora Machel da colonização para a independência e Joaquim Chissano do monopartidarismo e da guerra para a paz e para o multipartidarismo.

O modelo de conquista da liderança em Moçambique em 2004/2005 foi também significativamente distinto do que até aí havia acontecido. Dentro da Frelimo o processo foi relativamente previsível e atempadamente negociado, com o antecessor, Joaquim Chissano, legitimando, caucionando e suportando a transição. Fora da Frelimo, ao nível da

chefia do estado, como se referiu, as eleições de 2004 garantiam uma nova forma de legitimidade política do chefe de estado cuja génese, ao menos no plano simbólico, assenta numa modalidade limitada no tempo (o mandato), algo que não aconteceu aquando do processo inicial de legitimação política de Samora Machel (cuja legitimidade inicial resultante da luta armada de libertação nacional ficara associada à indissolúvel independência) e ao qual Joaquim Chissano se sujeitou apenas depois de cerca de oito anos de liderança, isto é, assumiu o poder em 1986 e só em 1994 ganhou (ou melhor, renovou a) legitimidade por via das urnas, com uma segunda renovação de mandato por via do voto em 1999. Factos históricos relevantes para que se perceba o modo como os actores sociais elaboram, se apropriam e reelaboram continuamente a figura do líder enquanto elemento central de regulação de relações entre o estado e as sociedades em Moçambique.

Armando Guebuza destaca-se também não só porque surge associado, nos discursos do senso comum, ao geral da governação pós-colonial, como ainda é tido como responsável por duas acções simbólicas que marcaram a primeira fase da governação de Samora Machel: o 24/20 (1975)⁷⁷¹ e a operação produção (1983)⁷⁷². Além de suceder às figuras tutelares carismáticas referidas (Eduardo Mondlane, Samora Machel e Joaquim Chissano), pela primeira vez na Frelimo e em Moçambique o anterior presidente da república e do partido está vivo e mantém-se politicamente activo⁷⁷³.

A terminar, Armando Guebuza é o primeiro líder que se vai afirmando enquanto tal apenas na fase multipartidária o que é significativo por si só. Mas é também de sublinhar que o processo, ao remeter mais para uma lógica de evolução do que de ruptura em relação aos seus antecessores, permite equacionar a tese da existência de uma associação entre a unidade interna da Frelimo e a evolução paulatina das suas lideranças.

⁷⁷¹ Decreto do Governo de Transição da Frelimo de Janeiro de 1975, sendo que Armando Guebuza é tido como o seu mentor. Por esse decreto os colonos portugueses tinham 24 horas para abandonar o país, levando consigo, cada um, um limite máximo de 20 quilos de bagagem, o limite permitido nas viagens aéreas. Entre 200 a 250 mil colonos brancos e parte da elite mestiça abandonaram o país nesse ano, em particular antes da proclamação da independência a 25 de Junho de 1975. Cf. Pitcher 2002, p.47.

⁷⁷² «Operação Produção» (1983): envio forçado de pessoas consideradas «improdutivas» e/ou «marginais», particularmente das áreas urbanas de todo país, para as zonas rurais, em especial da província do Niassa. Cf. Pitcher 2002, pp.121 e segs.

⁷⁷³ Ver nota 48 do anexo (V parte).

29.1. Machel, Chissano, Guebuza e Dhlakama

«The whole socio-cognitive play of representation comes to rest then on the types of these properties attributed each time to the objects of a domain with the aim of exemplifying them. (...) These functions applied to objects (qualities, specifications and determinations of existence assigned to elements of a domain) are, one could say, "topocognitive functions": they aim to specify the exemplary character of objects by completely positioning them in relation to other objects, and thereby establishing the legitimation of the domains of contexts supporting each representation (...)» (Serge Moscovici & Georges Vignaux 2000 [1994], p. 178).

As representações sociais em análise permitem que se percebam as características políticas que os entrevistados conferem ao estado em diferentes momentos do período pós-colonial em Moçambique através de adjetivos e expressões usados nos discursos do quotidiano que qualificam a personalidade e as acções atribuídas a cada um dos grandes líderes. Essas avaliações, também por serem das mais recorrentes, permitem tipificar modelos de relacionamento entre o estado e as sociedades em função das lideranças, bem como é em grande parte em função das lideranças que os indivíduos se auto-posicionam face às estruturas políticas que os dominam.

Para a análise que se segue uma das teses de Max Weber é bastante pertinente:

«É uma verdade plena e um facto básico de toda a história (...) que com frequência ou, melhor, em geral o resultado final da acção política se encontra numa relação absolutamente inadequada e, muitas vezes, até paradoxal com o seu sentido originário»⁷⁷⁴.

A tese de Max Weber permite-nos sustentar o princípio segundo o qual as acções políticas podem (e devem) ser analisadas, não pelas intenções daqueles que as planificaram, executaram e/ou lideraram, mas através daquilo que ficou nas cabeças das pessoas comuns dessas mesmas acções. Esse pode ser, sem dúvida, um dos maiores ganhos de quem recorre à teoria das representações sociais no estudo dos processos políticos.

⁷⁷⁴ Weber 2005 [1917-1922], p. 103.

O tratamento do material empírico recolhido em 2004 (a pesquisa complementar de 2008 serviu apenas para confirmar, corrigir e complementar os dados anteriormente recolhidos) permitiu que se elaborasse uma grelha em que se sistematizam as avaliações cujos objectos eram explicitamente Samora Machel, Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Afonso Dhlakama. Apesar dos entrevistados, por vezes, não desenvolverem os raciocínios dado que se estava perante temas sensíveis que poderiam bloquear as conversas⁷⁷⁵, desse modo parte-se do que foi objectivamente possível seleccionar no material disponível. Acrescenta-se que os diálogos eram relativamente livres, sendo que os elementos recolhidos resultaram dos momentos em que, nas entrevistas, tanto por iniciativa do entrevistador, como por iniciativa do(s) entrevistado(s), a avaliação das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique ao longo do tempo foi direccionada para os objectos referidos.

Porém, por um lado, nem todos entrevistados se referiram aos quatro grandes líderes políticos considerados e, por outro lado, as dimensões a partir das quais se aferia a actuação de cada um deles (personalidade/capacidades; exercício de autoridade; preocupações sociais) dependiam exclusivamente da iniciativa do(s) entrevistado(s). Se no discurso de alguns entrevistados a perspectiva comparativa entre os diferentes líderes era explícita, no geral essa perspectiva estava apenas subentendida. Desse modo, recomenda o rigor metodológico que explicitemos que a opção por uma abordagem de tipo comparativo foi assumida por nós após as recolhas empíricas. Não é seguramente o ideal, mas o caminho possível para viabilizar as análises que apresentaremos.

Em relação às primeiras pesquisas de campo para o mestrado (1997 e 1998), e tendo em conta as especificidades do contexto moçambicano, a avaliação dos grandes líderes políticos constituiu uma das matérias que tornou evidente a adequação da opção metodológica de garantir o anonimato aos entrevistados e de não gravar as conversas. Sem tal estratégia a análise que se segue seria provavelmente menos conseguida ou até inviável, sobretudo quando estão em causa conversas com pessoas da rua.

O quadro-tipo que se elaborou a partir do material recolhido na cidade de Tete em 2004, numa conjuntura pré-eleitoral particularmente favorável para esse tipo de recolhas empíricas, assenta em três categorias:

⁷⁷⁵ Cf. West 2005, p.87.

1. Personalidade/capacidades: tem a ver com os atributos pessoais conferidos aos grandes líderes que condicionaram (ou condicionam) a sua acção política, tal como apareceram nos discursos recolhidos.

2. Exercício de autoridade: prende-se as expressões a que os actores sociais recorreram para avaliar o modo como se considera que o chefe de estado ou de partido político interage (ou interagiu) com as sociedades, tomando como referência uma dialéctica que oscila entre a aproximação a um modelo mais autoritário ou a aproximação a um modelo mais contratual.

3. Preocupações sociais: resulta das avaliações do senso comum que permitem verificar em que medida se considera que o exercício do poder por determinado líder beneficiou ou prejudicou ou pode vir a beneficiar ou pode vir a prejudicar a vida das populações, particularmente a vida das comunidades mais vulneráveis.

A complexidade do que está em causa recomenda que se seja modesto quanto ao que eventualmente se possa inferir a partir do estudo de caso da cidade de Tete para a sociedade moçambicana em geral. O que se pode afirmar com segurança é que se tentou uma aproximação fidedigna à realidade empírica. Trata-se, portanto, de um exercício heurístico assente naquilo que era saliente no material empírico de 2004 e que a pesquisa complementar de 2008 validou.

Os quadros que se seguem (A, B, C e D), por suscitarem inúmeras reflexões, levam a que não tenhamos a pretensão de esgotar os assuntos. O que iremos propor são algumas hipóteses de interpretação. Fica o desafio para que o leitor construa as suas análises a partir da matéria-prima disponibilizada.

Samora Machel (1974/5-1986)

A presença persistente de Samora Machel nos discursos sociais sobre o político em Moçambique, sendo explicável de muitas maneiras, tais explicações são atravessadas por uma crença: na sua figura cristalizou-se o que pode ser o mais importante referente fundador da formação territorial nacional enquanto comunidade independente. Isso conferiu a Samora Machel uma legitimidade política praticamente inquestionável para ocupar o cargo de chefe de estado, mesmo para aqueles que criticam o modo como consideram que exerceu o poder.

O objecto Samora Machel foi qualificado de acordo com o indicado no quadro A.

QUADRO A – SAMORA MACHEL⁷⁷⁶

(Recolhas datadas entre Junho e Agosto de 2004 na cidade de Tete - Moçambique)

1. Personalidade/capacidades: «as suas capacidades transcendiam»; «justo»; «trabalhador»; «era do povo»; «pai»; «bom»; «sabia tudo o que se passava em todos os sectores e em todo o país»; «bom presidente em quase todas as áreas»; «aprofundava as questões»; «mesmo bom»; «boa figura»; «tinha postura de governação»; «enfermeirozinho»; «não tinha estudos»; «decidido»; «vivo»; «muito activo»; «muito dinâmico»; «muito homem»; «não tinha medo de ninguém»; «tinha aquela força»; «muito exigente»; «vigor do presidente»; «muito rigoroso»; «pessoa violenta»; «mau»; «implacável»; «duro»; «agressivo»; «ditadura/ditador»; «era logo machado na mão»; «muito bravo»; «a decisão dele era severa»; «não deixava passar»; «não dava chance a ninguém»; «não tinha brincadeira»; «osso duro de roer»; «teimoso»; «teimosia»; «não tinha paciência»; «não ter a paciência de Chissano».

2. Exercício de autoridade: «mandamento duro»; «as ordens dele eram para cumprir bem ou mal»; «não negociar»; «as pessoas não tinham voz para falar»; «não se sentava para ouvir, para conversar»; «não ouvia»; «não queria ouvir»; «não ouvia a razão do outro»; «não queria ouvir a opinião do outro»; «ninguém podia ter opinião contra»; «era um pouco difícil convencer Machel»; «ser ele sozinho a decidir»; «a ordem era só dele»; «ouvira as estruturas»; «directo»; «as coisas eram resolvidas logo ali»; «actuava directamente»; «apontava logo»; «o que ele pensou, fazia»; «fazia as coisas abertamente, talvez por ser analfabeto»; «tinham medo»; «reprimiu o mal e outros viam aquilo e ficavam com medo»; «todo o povo, tinham muito medo»; «muitas pessoas ficavam com medo»; «as pessoas estavam intimidadas»; «aquilo era opressivo»; «governo ditador caracterizado por uma série de repressões»; «as pessoas eram controladas passo a passo»; «vinha com posições militares»; «insensibilidade de um militar»; «estava mesmo inteirado da guerra»; «se ele estivesse vivo isto teria ardido»; «já arder o nosso país»; «quis fazer mais que Deus no mundo»; «quis a guerra»; «concentrava todos [os ministérios]»; «nunca deixou o país ser governado por estrangeiros»; «resolver os problemas para outros [líderes] virem gozar»; «fortificou a nacionalidade».

3. Preocupações sociais: «queria mesmo a igualdade»; «nunca ficou distanciado do seu povo»; «amigo do povo, principalmente da camada pobre»; «subi no avião, graças a Machel»; «educação e saúde o povo tinha altos benefícios»; «tirava os filhos do mato e até mandava estudar para a universidade»; «levava as pessoas do campo para estudarem no exterior do país»; «beneficiou muitos que hoje são formados»; «sistema de educação aberto»; «os estudos caminhavam facilmente»; «deu muita atenção aos estudos»; «queria defender o direito do povo»; «abrangente tanto no campo como na cidade»; «tinha bons projectos para a população»; «ladrão não havia»; «não havia ladrões»; «banditagem com Machel não havia»; «tinha eliminado a criminalidade»; «não havia corrupção no tempo de Samora»; «não havia corrupção»; «estancou o sistema de corrupção»; «impôs disciplina nas pessoas»; «disciplinava o povo»; «o povo tinha disciplina»; «não teve a preocupação com a paz»; «expulsou pessoas qualificadas capazes de desenvolver o país»; «havia desconfiança entre as pessoas»; «mal foi a parte militar»; «o tempo dele foi um pouco duro»; «não tem diferença com Chissano».

Constata-se nos discursos uma sobreposição entre aquilo que se representa como atributos da personalidade de Samora Machel e as características do estado na sua época. Essa sobreposição faz-se sobretudo em torno de uma personalidade de tendência extrovertida e emotiva, cujo carisma assentava no contacto directo (com os assuntos e com as populações); numa autoridade impositiva (legitimada de cima para baixo; do estado para a sociedade; do líder sobre os outros; sem negociação); numa autoridade com traços draconianos (entre a dureza e a acção justa); ou numa autoridade tida como omnipresente (um estado presente tanto no campo como na cidade, com um presidente inteirado dos problemas).

Uma vez que se trata de avaliações que reelaboram processos históricos em função do presente, isso permite aos actores sociais avaliarem com maior distanciamento os extremos

⁷⁷⁶ Ver nota 50 do anexo (V parte).

positivo e negativo na acção política de Samora Machel, avaliações em que está seguramente subjacente Joaquim Chissano. Esses dois objectos são essenciais na organização das representações sociais do estado desde a independência: por um lado, permitem aos actores sociais seleccionar e isolar determinados atributos do estado e, por outro lado, permitem activar um sistema de oposições que caracteriza a constituição e manutenção de representações sociais.

A Samora Machel são conferidos atributos que não têm paralelo em Moçambique no que tem a ver com o nível dos benefícios que se considera que o estado na sua época proporcionou às populações, em especial as desde sempre mais marginalizadas e carenciadas, como é o caso dos camponeses⁷⁷⁷. Salienta-se o domínio da educação, mas também o da saúde e o do reforço da dignidade das pessoas e comunidades. Em contrapartida, domina a tendência de se atribuir a Samora Machel a ausência de sentido negocial (o ponto forte de Joaquim Chissano), sendo que essa tende a ser, neste contexto, a avaliação negativa mais incisiva que lhe é dirigida. Ela traduz o sentido autoritário, militarizado e bélico com que se representa o estado na sua época.

As representações sociais em análise evidenciam também o que se pode considerar um líder populista fortemente carismático. Regista-se a tendência em se considerar Samora Machel como alguém que actuava só, mas cuja actuação visava o benefício da maioria. Nesse mesmo sentido, são escassas ou mesmo inexistentes referências no sentido do primeiro presidente de Moçambique se apoiar nas elites – sejam elas militares, políticas, económicas, burocráticas, tradicionais ou outras – como estratégia de afirmação política. Nessa perspectiva, o líder tende a ser considerado como aquele que governava pelo povo e para o povo, frontalmente contra os que prejudicavam as massas. Em parte, isso hoje é visto, de algum modo, como um tipo de atitude que impedia o alastrar da corrupção, prática que tende a ser associada à governação pós-Machel.

O forte significado conferido ao actor social colectivo (o povo moçambicano, na retórica política) enquanto objecto primeiro da acção do presidente Samora Machel, da Frelimo e

⁷⁷⁷ Samora Machel ser associado a uma realidade social e economicamente igualitária pode ter a ver com o facto de no seu tempo não haver moçambicanos com um nível de vida médio ou superior cuja situação não tivesse dependido, de uma maneira ou de outra, do sistema colonial. Isso fazia também com que, na razão de estado, a expropriação de bens não fosse obstáculo (ético) à acção política.

do estado na sua época, contribuiu para que se consolidasse, ao nível do pensamento social, desde o período de transição para a independência e durante cerca de uma década, um sentido de pertença colectiva à formação territorial. A retórica política da unidade nacional implementada no período de transição para a independência, com toda a artificialidade que lhe possa ser associada, acabou por ter efeitos a longo prazo e foi, desse modo, um pouco mais do que mera retórica. Constituiu-se também enquanto representação social, isto é, algo colectivamente gerado e partilhado. Esse processo contou com o papel activo dos actores sociais.

Tendo em conta os discursos recolhidos, é saliente a dimensão moral (no sentido da desejável razão universal) e ética (no sentido da razão possível) atribuídas pelos entrevistados à acção política do primeiro presidente de Moçambique. Elas, tal como surgem no pensamento do senso comum, dificilmente encaixam nos padrões de análise que se conhecem⁷⁷⁸. Se o carácter violento, emotivo e laico (o último comporta uma postura anti-religiosa) que se atribui à sua personalidade e acções o colocam nos antípodas de *Mahatma* Ghandi ou de Martin Luther King – líderes políticos apresentados aqui como exemplos de personalidades que lutaram pela dignidade dos seus povos ou comunidades pela via pacífica, respeitando sempre a dignidade dos seus e daqueles que consideravam seus opressores –, nas representações sociais sobre Samora Machel domina a imagem de um chefe de estado impoluto, sem vícios pessoais e sem ambições ilegítimas, marcado por uma obstinação que, em última instância, visava o bem das populações, conduta que transferia da sua pessoa para os demais dirigentes políticos⁷⁷⁹, para os agentes do estado e para o país.

Nas representações sociais em estudo salienta-se, portanto, um contraponto entre a violência (atributo negativo) e a honestidade (atributo positivo)⁷⁸⁰ elaborado pelos próprios entrevistados que tornam difícil caracterizar sumariamente Samora Machel⁷⁸¹. É a complexidade das representações sobre Samora Machel que faz com que a sua herança política seja reivindicada ou criticada tanto por aqueles que nas entrevistas se identificaram

⁷⁷⁸ Cf. Lourenço 2002.

⁷⁷⁹ Ver nota 51 do anexo (V parte).

⁷⁸⁰ É comum ouvir-se «Samora Machel foi o único líder político importante que morreu pobre», comentário que, por vezes, se estende aos seus filhos.

⁷⁸¹ Cabrita 2000, pp.24 e segs. fornece uma proposta útil para se confrontar o perfil político de Samora Machel com o do seu antecessor, Eduardo Mondlane.

explicitamente com a Frelimo de Joaquim Chissano ou de Armando Guebuza, como por aqueles que se identificaram claramente com a Renamo e com o seu líder Afonso Dhlakama.

Inclusivamente ressaltou das entrevistas com partidários da Renamo em 2004 uma tendência interessante. A crítica incidia sobre a acção política do presidente na altura em exercício, Joaquim Chissano, e sobre a acção da Frelimo. Focalizava-se, em particular, na incapacidade governativa, na prática da corrupção (onde se tornavam salientes acusações de fraude eleitoral), na ambição dos actuais líderes da Frelimo pela riqueza em desfavor das populações, num tendencial autismo político em torno de Maputo e dos shanganas. Mas esse raciocínio é coroado, mais do que com elogios a Afonso Dhlakama e à Renamo, com o sublinhar da ideia, só na aparência contraditória, de que com Samora Machel e no seu tempo não era assim. Mesmo que os partidários da Renamo critiquem o comunismo, o socialismo ou a teimosia do primeiro presidente de Moçambique. Desse modo, a figura de Samora Machel funciona, numa das suas dimensões (a positiva, relacionada com o atributo da honestidade), como uma referência positiva transversal aos vários interesses em jogo.

Acrescente-se que no contraponto entre os atributos da violência e da honestidade pode residir parte da legitimidade fortemente carismática de Samora Machel. Embora entre a ficção e a realidade exista uma distância colossal, em termos de ideal tipo de carisma nas sociedades massificadas, não é necessário recorrer a *Hollywood* para entender o potencial sedutor que possui para o senso comum a conjugação desses atributos aparentemente contraditórios (violência/negativo *versus* honestidade/positivo) numa figura social de referência.

É evidente que as representações sociais em causa estão também condicionadas pelo desaparecimento traumatizante de Samora Machel em acidente de aviação em 1986 e pelo modo como se tende a considerar que o seu sucessor, Joaquim Chissano, conduziu o país entre 1986 e 2005. Todavia, nem a morte abrupta de Samora Machel é representada como um mal em si (dominam até tendências contrárias, pois considera-se que isso constituiu uma condição decisiva para a paz), nem Joaquim Chissano é desvalorizado por ter adoptado um modelo de liderança considerado significativamente diferente do do seu antecessor.

Nos domínios em que a acção de Samora Machel é avaliada como tendencialmente positiva (ou mesmo muito positiva), manifestam-se indícios suficientemente sólidos no sentido de existirem expectativas, na actualidade, que reivindicam um modelo de estado mais interventivo; um estado que combata a corrupção, os diversos abusos das elites e a criminalidade; um estado que tenha uma perspectiva integrada do país (tanto a nível regional – sul, centro e norte – quanto ao nível da interacção entre os espaços urbanos e os espaços rurais); e, sobretudo, um estado de pendor igualitário cuja acção social proteja aqueles que mais necessitam, em especial os que vivem nos espaços rurais. Naturalmente que a última perspectiva é saliente na cidade de Tete onde o cruzamento entre o rural e o urbano é forte, dir-se-ia até que o primeiro tende a absorver o último, mesmo dentro da cidade. E foi precisamente nessa cidade e província que a pesquisa complementar de 2008 revelou indícios de o actual presidente, Armando Guebuza, estar, de algum modo, a satisfazer essas expectativas, embora em grau inferior ao desejável.

A concluir, e uma vez que não se está a reconstituir o passado histórico tal como existiu, mas a analisar como esse passado é convocado no presente pelos actores sociais, é preciso voltar a sublinhar que, enquanto fenómeno social, as representações estão em permanente reelaboração, acompanhando o ritmo das transformações sociais. O que se fez neste ponto (e que é a opção teórica e metodológica da investigação) foi tirar a fotografia do momento sobre como o objecto Samora Machel se vai perpetuando e reelaborando no pensamento social em Moçambique. Trata-se de uma sociedade onde os mecanismos formais de fixação da memória colectiva (como a historiografia, o sistema de ensino ou a comunicação social), por terem impacto muito limitado, dão margem a que as interacções quotidianas de natureza informal assumam papel central na produção de sentido. A isso acrescenta-se uma renovação do pensamento social permanente, não só relacionada com as transformações das estruturas políticas, mas também tendo em conta que a população em Moçambique é, na sua maioria, composta por crianças e jovens, factor estrutural a ter em conta.

Joaquim Chissano (1986-2004)

O objecto Joaquim Chissano foi qualificado de acordo com o indicado no quadro B.

QUADRO B – JOAQUIM CHISSANO⁷⁸²

(Recolhas datadas entre Junho e Agosto de 2004 na cidade de Tete - Moçambique)

1. Personalidade/capacidades: «herói»; «bom presidente»; «político⁷⁸³»; «filósofo»; «visão ampla das coisas»; «formação elevada»; «formação em diplomacia»; «diplomático»; «diplomata»; «boas maneiras»; «homem fiel»; «político de mão cheia»; «não actua quando não sabe as coisas»; «está a comandar muito bem»; «trabalhou bem»; «fez um grande trabalho»; «o que fez não é pouco. É muito»; «boa pessoa⁷⁹³»; «indivíduo maduro»; «bom homem»; «benevolente»; «padre»; «tem o padrão de um padre»; «pessoa santa»; «caiu do céu»; «super santo»; «não tem aquela atitude de fazer sofrer alguém»; «aceita a democracia»; «aceita tudo»; «aceita ser insultado»; «ponto positivo o comportamento dele»; «compreensão»; «respeita as pessoas»; «deixa a pessoa à vontade»; «não oprime as pessoas»; «paciência»; «paciente⁷⁹³»; «muito paciente⁷⁹³»; «calmo⁷⁹³»; «muito calmo»; «não é nervoso»; «calado»; «melancólico»; «amigo dos amigos»; «um pouco pacífico»; «pacífico activo»; «um dos únicos chefes de estado pacíficos»; «obreiro da paz⁷⁹³»; «dedicado à paz»; «pacifismo do poder»; «aceitou negociar»; «se pode resolver politicamente um assunto, faz»; «queríamos Chissano, mas ele saiu sozinho»; «não é criador de paz»; «não é um homem de paz»; «a paz não se atribui a Chissano»; «um pouco fingido»; «mau»; «cínico»; «mau e cínico».

2. Exercício de autoridade: «deixa-andar»; «cada director faz o que entende»; «o problema é o respeito»; «não zanga»; «contorna as questões»; «ouve e continua a trabalhar, mesmo quando outros falam mal»; «fica a olhar, não pode fazer acção»; «não tem acção»; «levou o seu tempo a fazer a paz»; «não pode ser muito rigoroso para não perder a própria vida»; «manda bem»; «não tem aquela voz»; «não é ditador, nem precipitado»; «os outros é que estão a curvar os mandamentos»; «faz as coisas calado, o que é mais perigoso»; «é guiado»; «não tem voz activa»; «não divulga as coisas»; «faz manipulação [eleitoral]»; «deixa arrastar as coisas de qualquer maneira e existiu esta corrupção toda»; «quando fala uma coisa, as pessoas não seguem o que ele fala»; «não intervém ou por medo dos outros que estão no topo»; «deixa muita coisa passar»; «não faz as coisas com barulho. (...) Isso é muito bom»; «não agita as pessoas»; «a assembleia da república tem muita força»; «não manda sozinho»; «conhece as ideias das pessoas»; «vê primeiro»; «ouve⁷⁹³»; «primeiro ouve e percebe»; «ouve e mantém a ordem»; «dividiu os ministérios [descentralizou]»; «gosta de ouvir os outros»; «pede opinião».

3. Preocupações sociais: «as coisas mudaram»; «fez muitas mudanças»; «as pessoas libertaram-se»; «as pessoas ficavam oprimidas ou com medo, o país não se desenvolvia, se ele ficasse em cima das pessoas. Iam ficar com medo»; «põe as pessoas livres»; «agora estamos livres»; «abriu, facilitou, trouxe as coisas [mercadorias]»; «já não há fome»; «com Chissano não é dirigir, é fazer negócio»; «o mal é deixar passar o crime»; «falta de vigilância»; «crime organizado é com ele»; «não faz nada»; «não [se] aproxima [das pessoas]»; «teve o gesto de chegar aos acordos para se chegar à paz, depois disso não fez mais nada»; «desde que Chissano entrou que temos paz»; «viu a destruição do país e viu que as pessoas estavam a sofrer»; «ouve as lamentações do povo»; «aceitou conversar»; «quis resolver o problema [da guerra]»; «fez acabar a guerra»; «consegui acabar com a guerra»; «a guerra acabou por causa dele»; «aceitou acabar com a guerra»; «pôs a guerra no fim»; «apenas implantou o que estava negociado [por Machel]»; «continuou coisas já feitas»; «Machel e Chissano, o objectivo é o mesmo»; «é sempre a mesma coisa, Machel ou Chissano»; «a forma de governar é a mesma [de Machel]»; «está a trabalhar bem»; «deveria ajudar a pessoas a serem honestas»; «ausência de sentido social»; «falta igualdade»; «agora os mais baixos são espezinhadados»; «tratamento tem a ver com o grau [estatuto] social da pessoa»; «governo para uma elite»; «bem visto lá fora, mas a podridão está cá dentro».

Como se referiu, quando Joaquim Chissano surge nos discursos do senso comum sobre o político, está subjacente Samora Machel e vice-versa⁷⁸⁴. Ou seja, a avaliação de cada um desses objectos é elaborada em função do outro, sendo que o que é diferente é o que tende a ser realçado e considerado como atributos de cada deles. Precisamente por isso, e como estão em causa personalidades, os dois primeiros presidentes de Moçambique constituem o alter-ego um do outro.

⁷⁸² Ver nota 52 do anexo (V parte).

⁷⁸³ Foi dito duas vezes.

⁷⁸⁴ Cf. Vala 1997, p.363.

Todavia, o surgimento de um terceiro presidente da república em 2005, Armando Guebuza, pode vir a alterar a dicotomia referida, conforme indicou a pesquisa complementar de 2008. O que significa que, no futuro, as análises que elaboramos podem e devem ser reequacionadas.

Como se constata pelo conteúdo do Quadro B, uma primeira nota a reter é a de que as avaliações de Joaquim Chissano apontam no sentido do seu espaço de legitimidade política diferir de modo significativo do de Samora Machel. A inegável importância de Joaquim Chissano enquanto referente orientador e regulador do político em Moçambique significa que, depois do carismático Samora Machel, não veio o vazio ou o caos, mas uma outra forma de fazer política socialmente valorizada.

A legitimidade política de Joaquim Chissano, quando confrontada com a de Samora Machel, sendo ambas carismáticas (embora a de Joaquim Chissano seja, na génese, carismática hereditária, como vimos), é representada como significativamente distinta da do seu antecessor. Isso traduz, por si só, uma evidência: está-se perante uma sociedade que vem sofrendo alterações profundas em toda a fase pós-colonial, espelhadas nas transformações ao nível do pensamento social sobre o político. Os produtores e portadores destas representações sociais são pessoas comuns, aquelas que sociologicamente serão mais representativas em Moçambique. Perante isso, aspecto já focado noutros capítulos, esta investigação distancia-se da tentação de tomar o político por adquirido⁷⁸⁵ ou da tentação de focalizar a análise no individual, mesmo quando a análise incide no grande líder.

Verificaram-se e verificam-se, sem dúvida, transformações na relação entre o estado e as sociedades em Moçambique. Os dados do terreno permitem aferir uma maior percepção de ruptura, ao nível do conhecimento social, na passagem da presidência de Samora Machel para Joaquim Chissano (1986), do que na passagem formal da guerra e do monopartidarismo para a paz e o multipartidarismo (1992-1994). Note-se que, embora a factualidade histórica (o objectivo) evidencie que Joaquim Chissano liderou a guerra

⁷⁸⁵ Cardoso *et alii* 2002.

durante a fase final e mais violenta do conflito (1986-1992)⁷⁸⁶, período que correspondeu à sua fase inicial de afirmação política como líder do partido e chefe de estado, nas representações sociais (o subjectivo, reconstruído pelo senso comum na actualidade) da sua acção política regista-se a tendência de ela ser invariável e (quase) unicamente associada à transição e manutenção da paz. O carácter selectivo da organização do pensamento social leva a que se estabeleçam categorizações em torno do que se considera mais relevante em cada mandato, omitindo alguns aspectos e reforçando outros, dado que as representações são teorias sociais práticas que visam responder a estratégias de regulação da vida das comunidades⁷⁸⁷.

Portanto, Joaquim Chissano, apesar de ter estado objectivamente ligado à violência da guerra dos dezasseis anos (1976/7-1992), esta tende a ficar reservada, nas representações sociais, a Samora Machel e a Afonso Dhlakama. O mais importante nos atributos políticos de Joaquim Chissano está directamente associado aos que se tomam como traços fortes da sua personalidade: ouvir, negociar, ser pacífico⁷⁸⁸. O seu poder carismático (no sentido de detentor de qualidades extra-ordinárias, na terminologia de Max Weber) tem a ver com a capacidade de desbravar caminhos rompendo com o *status quo* herdado em 1986. É essa ruptura que aproxima, em termos de importância social, Joaquim Chissano de Samora Machel.

Um dos ganhos surpreendentes do trabalho de campo foi o de esbater ideias pré-estabelecidas no sentido do carisma de Samora Machel suplantando esmagadoramente o de Joaquim Chissano. Se em 2003-2004 essa constatação foi, para nós, surpreendente, em 2008 confirmámos que não se tratava de um fenómeno meramente conjuntural. Verificasse, de facto, uma maior saliência nas referências a Samora Machel até pela sua dimensão épica, mas que não minimiza as referências a Joaquim Chissano. A acção do último também marcou uma época significativa para os actores sociais: «o tempo de Chissano».

⁷⁸⁶ Samora Machel foi presidente de Moçambique durante cerca de 11 anos (1975-1986) e liderou a guerra interna durante cerca de 10 anos (1976/7-1986); Joaquim Chissano foi presidente de Moçambique durante cerca de 18/19 anos (1986-2004/5) e liderou a guerra interna durante 6 anos (1986-1992).

⁷⁸⁷ Para modelo semelhante sobre representações sociais da loucura, cf. Jodelet 2005 [1989].

⁷⁸⁸ Alguns entrevistados que sabíamos próximos da Frelimo acentuam a repressão política da época de Samora Machel para contrastar com a liberdade que a própria Frelimo introduziu com Joaquim Chissano. Esta elasticidade de um mesmo partido político, aparentemente fácil de entender pelos próprios actores sociais que viveram essas diferenças, pode ser de difícil entendimento para quem use grelhas analíticas de outros contextos sociais ou grelhas demasiado rígidas na análise de sistemas políticos de natureza partidária.

Mesmo que seja importante ressaltar que o essencial do trabalho de campo decorreu num espaço controlado pela Frelimo (a cidade e a província de Tete que, no que tem a ver com as representações sociais em causa, não apresentam descontinuidades). De qualquer modo, ao nível do país, essa deve ser mais a regra do que a exceção. Pelo menos é nesse sentido que apontam as informações gerais de que dispomos.

Na comparação entre os dois grandes líderes, a tendencial ausência de preocupações sociais que visassem os mais necessitados que se atribuem a Joaquim Chissano, apesar da melhoria das condições de subsistência das populações na pós-guerra, tendem a colocá-los nos antípodas de Samora Machel.

A diferença que eu estou a ver é que agora com Chissano [2004], não é dirigir. É fazer negócio. Só quem encontra serviço são pessoas de Maputo. Parece que aqui [cidade de Tete] não tem pessoas. (...) Directores, tudo. Até auxiliar para lavar vem de Maputo. Pessoas do centro e norte parece que são gafanhotos para ele [governo]. Se eu tenho filhos, se dou sapatos a um, dou também aos outros. Não vou beneficiar um só. O pai tem de beneficiar todos por igual. As pessoas vão sentir. (...) Com Machel havia [benefícios para os do sul], mas pelo menos ele aceitava outras coisas. Tirava os filhos do mato e até mandava estudar para a universidade, mesmo para a RDA. (Entrevista 54/2004)

Contudo, registre-se também que, para além da paz e da tranquilidade social, com Joaquim Chissano é comum considerar-se que o poder central conferiu maior autonomia às sociedades em relação a Samora Machel o que, sendo valorizado, acaba por estar negativamente associado a fenómenos tidos como crescentes, como sejam o crime e a corrupção⁷⁸⁹. Numa expressão, é possível inferir que, nas representações sociais em análise, o estado com Samora Machel tende a ser representado como um estado próximo e regulador e o estado com Joaquim Chissano tende a ser representado como um estado distante e laxista, cada modelo com aspectos positivos e negativos⁷⁹⁰, sendo que ambos se apresentam como pontos de partida (ou pré-representações) para que se reelaborem as

⁷⁸⁹ A associação entre a postura de Joaquim Chissano de «deixa-andar» e a corrupção é uma ideia persistente. Na essência a crítica tem como alvo o que se considera ser a fraqueza do estado. Cf. Entrevistas 39/2004; e 50/2004; Gastrow & Mosse 2003.

⁷⁹⁰ Nestes diferentes modelos de representação do estado (próximo e regulador *versus* distante e laxista) a questão central parece relacionar-se com a capacidade do poder central de dispor de estruturas informais com capacidade para liderar e mobilizar as populações. Alguns entrevistados sugerem é que, tal como no tempo de Samora Machel, as populações do mundo rural são facilmente mobilizáveis para a realização de benefícios comuns, contando que as autoridades sejam capazes de as mobilizar.

representações sociais da relação entre o estado e a(s) sociedade(s) com o actual presidente da república, Armando Guebuza.

Uma outra forma de abordar a questão é quando os entrevistados consideram que enquanto Samora Machel centralizava as decisões, Joaquim Chissano dava autonomia aos membros do governo, aos órgãos do estado ou aos membros e órgãos da Frelimo. Todavia, essa postura atribuída a Joaquim Chissano é tanto explicada pela sua grande capacidade de diálogo (atributo positivo), como pela sua fraqueza e incapacidade de afirmação (atributo negativo). Samora Machel é representado como muito menos ambíguo, muito mais «directo», como alguém que «aprofundava as questões», tanto nos aspectos positivos, quanto nos negativos.

Interpretando o funcionamento da administração a partir das representações sociais referidas, a ideia com que se fica é a de que Samora Machel edificou um novo aparelho estatal e, por isso, terá beneficiado da «pureza» inicial relacionada com a transição de um movimento de guerrilha que se tornava na cúpula do aparelho administrativo. Por seu lado, Joaquim Chissano geriu um estado já rotinizado, sendo que o modo como se procedeu a essa sedimentação explica, em parte, a paralisia, a ineficácia, a menor capacidade de mobilização das populações e, mesmo, a corrupção.

Pela análise das representações desses dois grandes líderes políticos (Samora Machel e Joaquim Chissano), apesar do forte carisma de cada um deles ser profundamente distinto do outro, não se detectam representações sobre uma hipotética idade de ouro a que as pessoas aspirassem regressar ou que ambicionassem ver reconstruída (pré-colonial; colonial; ou pós-colonial), nem uma idade das trevas que as pessoas preferissem que não tivesse existido. Predomina na dimensão política do pensamento social um sentido do devir histórico em relação ao qual os actores sociais ponderam os aspectos positivos e negativos de cada época. Nesse contexto, Joaquim Chissano não é representado como um líder menor, mas como um dirigente político que se considera ter desempenhado um papel relevante no passado recente de Moçambique.

O facto da retirada de Joaquim Chissano da política activa em 2004-2005 ter acontecido numa fase de desgaste pessoal, a situação não difere muito da última fase de governação de

Samora Machel, e permite-nos lançar uma hipótese sobre aquilo que é mais saliente nas representações da sua acção política. Concretizando, uma eventual derrota de Joaquim Chissano e da Frelimo nas disputadas eleições presidenciais e legislativas de 1999, cujo resultado foi veementemente contestado por Afonso Dhlakama e pela Renamo, teria seguramente alterado o sentido das representações sociais aqui caracterizadas. Isso para sublinhar que não pretendemos dar a estas análises o sentido de inevitabilidade histórica, mas também notar que a realidade não se faz de «ses». A verdade é que Joaquim Chissano e a Frelimo objectivamente venceram sempre as eleições (1994 e 1999, havendo depois uma nova vitória em 2004 de uma Frelimo legada por ele). Desse modo, Joaquim Chissano acabou por ser um dirigente na linha de Samora Machel (o que dirige), isto é, o líder que nunca foi derrotado pelo povo e abandonou voluntariamente o poder. Isso talvez explique o facto de ele se colocar ao nível de Samora Machel enquanto líder carismático. Não foi com Joaquim Chissano que houve uma ruptura na representação da Frelimo como força política vencedora e que dirige.

Perpetua-se, passadas três décadas após a independência, a essência da matriz política da Frelimo edificada durante o processo de transição (1974-1975) enquanto a única força política que, por um ou outro meio, foi sempre capaz reelaborar a sua legitimidade política no sentido de manter o controlo do estado nos diversos momentos em que tal foi necessário.

Em síntese, tendo em conta não só a pesquisa sistemática de 2004 mas também os dados obtidos no trabalho de campo complementar de 2008, a herança política de Joaquim Chissano oscila entre duas tendências. Por um lado, a consolidação da paz e do pluralismo (positivo), cujos efeitos, passada a fase de incertezas motivadas pelo processo de transição ao nível da chefia do estado de 2004/2005, os discursos do senso comum tendem a considerar estruturais, isto é, foram consolidadas ao longo da governação de Joaquim Chissano determinadas realidades que permitem às sociedades condicionar a acção política, mesmo que o(s) seu(s) sucessor(es) pretendam subverter essa tendência representa-se o sistema herdado como capaz de resistir a eventuais tentações autoritárias. E, por outro lado, a origem e expansão social dos fenómenos da corrupção e da criminalidade (negativo), realidades igualmente estruturais que se tende a considerar que foram legadas pela governação de Joaquim Chissano que, mesmo que o(s) seu(s)

sucessor(es) tenham vontade e tentem inverter as dificuldades de regulação da vida social a esse nível, também «vai ser muito difícil porque o sistema já está montado e uma pessoa sozinha [um novo presidente da república], pode conseguir diminuir um pouco, mas não consegue acabar».

Armando Guebuza e Afonso Dhlakama: expectativas e realizações

De natureza distinta das análises sobre Samora Machel e Joaquim Chissano, tendo em vista um tratamento mais eficaz do material empírico, decidimos agrupar os dados referentes a Armando Guebuza (Quadro C) e a Afonso Dhlakama (Quadro D). Nestes dois casos não se está perante avaliações da acção governativa de um chefe de estado, mas de expectativas do que poderia vir a ser o seu exercício do cargo. Foi nesse sentido que os dois objectos de atitude – Armando Guebuza e Afonso Dhlakama – foram avaliados nas entrevistas que, na essência, se reportam a Junho-Agosto de 2004, sendo que as eleições se realizariam em 1 e 2 de Dezembro desse ano, apresentando-se esses dois líderes, respectivamente, pela Frelimo e pela Renamo-União Eleitoral, como potenciais candidatos à vitória.

Acrescente-se que a pesquisa complementar de 2008 não só permitiu validar os elementos anteriormente recolhidos, como sustentar hipóteses interpretativas que estabelecem uma comparação, no caso de Armando Guebuza, entre o que eram as expectativas sobre a sua eventual liderança do país (recolhas de 2004) e um primeiro balanço do modo como se representa o seu exercício efectivo do poder (recolhas de 2008 ainda antes do fim do mandato).

Os objectivos que orientaram as conversas com os entrevistados em 2004 foram, em primeiro lugar, o de verificar as expectativas sobre as capacidades governativas do candidato do partido no poder (Frelimo) ou do candidato do mais forte partido da oposição (Renamo-União Eleitoral); e em segundo lugar, o de solicitar aos actores sociais que elaborassem cenários sobre as eventuais tendências da governação se Armando Guebuza viesse a assumir a presidência e se a Frelimo continuasse no poder ou, num outro cenário, como evoluiria a governação do país se houvesse alternância para a Renamo-União Eleitoral e para a presidência de Afonso Dhlakama.

29. Atributos do líder ou atributos do estado?

QUADRO C – ARMANDO GUEBUZA⁷⁹¹

(Recolhas datadas entre Junho e Agosto de 2004 na cidade de Tete - Moçambique)

1. Personalidade/capacidades: «grande frelimista»; «mima muito o seu eleitorado»; «mima as pessoas»; «tem muita capacidade para governar o país»; «pelo comportamento dele, há-de conseguir segurar o país»; «cada área vai assumir a função para a qual foi criada»; «em 50%, vai ser herdeiro do sistema de governação de Samora»; «um autêntico Samora Machel»; «vai ser como Machel»; «pode fazer pior que Machel»; «talvez até mudar para pior»; «não é novo»; «dirigido pelo comité central como Machel»; «faz aquilo que o partido programa»; «a máquina da Frelimo, os donos da Frelimo, são esses: Armando Guebuza, Marcelino dos Santos, Mariano Matsinhe»; «mau»; «violento»; «ele e o Sérgio Vieira são agressivos nas palavras»; «muito nervoso»; «não há diferenças entre esses dois [Guebuza e Dhlakama]»; «o comportamento passado dele marca desconfiança»; «pode criar graves problemas»; «já está comprometido»; «está a insistir[-se] em coisas que dizem que ele fez»; «um jornalista, perguntou a Guebuza como é que ele enriqueceu. Ele disse que foi a criar patos. A criar patos, galinhas, alguém enriquece? Alguém pode enriquecer daquela maneira com patos e galinhas? Só se patos somos nós! Só uma criança pode acreditar nisso!».

2. Exercício de autoridade: «[Chissano para Guebuza] não muda nada»; «vai manter a linha de rumo»; «as coisas vão continuar como estão»; «todos esses são machanganas. É sempre a mesma coisa»; «nunca vi a forma como trabalhou»; «vamos ver»; «dele não sei grande coisa»; «não sei como Guebuza trabalha»; «Raul Domingos e Guebuza, deles só vi a negociação da paz»; «não vi o mandato de Guebuza»; «só ouvi uma vez»; «não conheço o trabalho dele»; «quando ele começa a governar é que vamos saber se está a melhorar ou a piorar»; «não sabemos o que ele vai trazer para nós»; «Guebuza, só ouvimos falar»; «quando estiver no poder é que vamos ver»; «talvez ele venha a mudar de comportamento»; «vai provocar conflitos com os dirigentes»; «vai calar os outros partidos»; «pelos antecedentes dele – isso da ‘operação produção’ [1983] e não sei que mais – só os miúdos de dezoito anos não sabem o que ele fez. Muitos moçambicanos fugiram – estão na Zâmbia, no Malawi, África do Sul, Portugal – por causa dele. Fuzilamentos, prisões arbitrárias, muitas coisas»; «fala ‘Vamos mudar’, mas não consegue»; «deu 24/20»; «campo de reeducação»; «mandou muita gente na reeducação»; «ditadura».

3. Preocupações sociais: «Guebuza é só perder tempo»; «não traz nada»; «está a falar assim [com vigor quanto à punição do crime] só para meter medo às pessoas»; «não aceita a igreja»; «[não vai conseguir] acabar com o ‘deixa-andar’».

QUADRO D – AFONSO DHLAKAMA⁷⁹²

(Recolhas datadas entre Junho e Agosto de 2004 na cidade de Tete - Moçambique)

1. Personalidade/capacidades: «confio em Dhlakama»; «bom»; «político»; «tem uma doutrina»; «popular»; «tem carisma»; «ele [Dhlakama] sempre tem falado de Chissano como irmão dele»; «Chissano e Dhlakama são irmãos»; «não voltava à guerra, e cumpriu a sua palavra»; «não dá medo»; «só ouvia dizer que ele é mau, mata as pessoas. Mas eu vi que não»; «não tem aquela violência»; «nervoso»; «muito nervoso⁷⁹³»; «melhorou, mas ele é muito nervoso e está-nos a assustar»; «agressivo»; «cruel»; «violento, mas pode mudar de ideia se for chefe de estado»; «rude nos modos de falar»; «promoveu a guerra»; «tenho pouca confiança nas pessoas que poderão vir [Guebuza e Dhlakama]»; «Guebuza e Dhlakama, não sei quem é melhor»; «não há diferença entre esses dois [Guebuza e Dhlakama]»; «todos eles eram da mesma panela»; «muita gente vê o Afonso Dhlakama como analfabeto»; «não estava muito preparado»; «não tem capacidade para governar o país»; «pouca capacidade de governação»; «se governar pode vir a criar mais problemas no país»; «este país poderá voltar para o pior»; «a actuação que ele tem diminuiu a confiança de alguns»; «não tem dinheiro»; «‘Vocês vão sofrer’»; «Renamo com Dhlakama me parece difícil ascender à governação»; «a Renamo pode governar, mas não com a figura dele [Dhlakama]»; «outro da Renamo no lugar dele, talvez»; «pode ser capaz»; «pode gerir o país»; «se ele geriu o partido dele durante dezasseis anos, é capaz [de governar]»; «tem cabeça para dirigir a família dele»; «com o tempo Dhlakama conseguiu dirigir os seus homens»; «é capaz em algumas áreas»; «presidente é uma coisa que se faz»; «só quando eu trabalhar é que vão ver se eu sei ou não trabalhar»; «não tem postura de chefe de estado? Samora também não tinha e governou!»; «tem condições para ser chefe de estado»; «é bom ele também governar»; «tem pessoas com ele»; «porque não podemos deixar Dhlakama governar?».

2. Exercício de autoridade: «como ele vai comandar o país não sei»; «Dhlakama: não conheço [como governante]»; «no caso do chefe de estado só podemos avaliar a pessoa quando lá estiver, na prática»; «depois dele mandar é que vamos ver»; «ninguém sabe qual é a política dele porque ele ainda não governou»; «se ele governar e virmos que está certo, está bem. Se ele piorar, o povo vai pedir para tirar»; «há muito tempo ele era mau, mas não sabemos se ele pode continuar»; «mudou»; «mudou de atitude»; «se ele entrou com essa violência que dizem, isso agora está a diminuir»; «podia ter mudado muito»; «tem de ser pacífico»; «tem de mudar de postura»; «ditadura»; «ditador demais»; «autoritário»; «autoridade abusiva»; «arrogância»; «igual a Machel»; «ainda não tem espírito democrático»; «não tem aquilo de ouvir e ir estudar para poder implementar»; «não gosta de muitas opiniões»; «actua só»; «eles [Renamo] metem terror nas pessoas»; «não há reunião que ele faz sem espancar ou torturar as pessoas»; «em muitos comícios há problemas de repressão»; «violência [nos comícios]»; «bate nas pessoas. Bater mesmo»; «vai-nos matar»; «às vezes [nos comícios] estão a insultar o Dhlakama na cara. Mas está a dar porrada a quem faz mal, a quem provoca»; «Isso das agressões é mentira. É para desprezar o Dhlakama»; «ouve»; «não sabe resolver as coisas. Não sei se aquilo é vergonha»; «devia ser sério e direito. [Devia ser] Prepotente».

3. Preocupações sociais: «trouxe a democracia»; «foram eles, Dhlakama e Chissano, que fizeram a paz»; «o que fala Dhlakama é o que a população sente»; «falou boas coisas»; «vai acabar com essas coisas de corrupção».

⁷⁹¹ Ver nota 53 do anexo (V parte).

⁷⁹² Ver nota 54 do anexo (V parte).

⁷⁹³ Foi dito duas vezes.

As tendências salientes nas representações relacionadas com as expectativas sobre o novo presidente da república em Moçambique que iniciaria funções em 2005 (detectáveis nos Quadros C e D) podem ser agrupadas em dois conjuntos.

Um primeiro conjunto assenta numa sequência argumentativa cuja análise é tão importante para percebermos como as pessoas comuns reelaboram o passado (que vimos analisando), quanto para lançar linhas de continuidade sobre hipotéticas tendências futuras do pensamento social sobre o político em Moçambique (para isso a pesquisa complementar de 2008 foi de uma extraordinária utilidade). Esperava-se em 2004, no geral, que o sucessor de Joaquim Chissano, independentemente de vir a ser Armando Guebuza ou Afonso Dhlakama, se aproximasse mais da personalidade e do modo de actuação de Samora Machel do que do seu antecessor imediato, Joaquim Chissano. Essa tendência significaria, na altura (Junho/Agosto de 2004), a existência de expectativas de mudanças políticas efectivas com um novo presidente da república, como tinha acontecido na única vez em que tal se verificou no período pós-colonial (1986, a transição de Samora Machel para Joaquim Chissano). Para dar conteúdo a essa expectativa da diferença entre quem iria sair (Joaquim Chissano) e quem iria chegar (Armando Guebuza ou Afonso Dhlakama) o pensamento do senso comum recorria a um referente conhecido: Samora Machel.

Samora Machel funcionava, quer para se estabelecerem avaliações positivas, quer negativas sobre as hipotéticas atitudes governativas do futuro presidente da república. A personalidade e percurso político atribuídos aos prováveis sucessores sustentavam a tese, ou seja, na conjuntura pré-eleitoral de Junho-Agosto de 2004 em que se antecipavam as tendências da transição tendia-se a procurar nos então candidatos características que eles manifestavam de potenciais atitudes de reforço da autoridade do estado (atributo positivo) ou de reintrodução da violência política (atributo negativo). Todavia, surgiram ainda, em alternativa, avaliações que apontavam para a continuidade entre Joaquim Chissano e Armando Guebuza. Mas esses discursos eram menos frequentes e sustentavam-se na continuidade da Frelimo no poder, interpretação que ficava limitada se a hipótese para futuro presidente fosse Afonso Dhlakama.

Registe-se que a associação de determinado líder a atitudes de cariz autoritário, violento ou ditador não se apresentavam em 2004 como atributos exclusivos de Samora Machel. Essa,

inclusivamente, parecia ser a regra, sendo a postura de excepção identificada no presidente Joaquim Chissano. Ele era o único grande líder que, na maior parte dos testemunhos, escapava aos atributos indicados, mas era seguro que abandonaria o poder em 2005.

Desse modo, as expectativas sobre o que iria acontecer na sequência das eleições de 2004 assumem características dificilmente categorizáveis numa única tendência. Por um lado, registamos um sentido pessimista dado na altura estarem subjacentes nos discursos do senso comum receios de um retorno ao autoritarismo e à violência, receios que se revelaram dissipados em 2008. Para compensar os actores sociais valorizavam em 2004, de modo consensual, o multipartidarismo (ou a democracia nas palavras dos próprios entrevistados), embora essa valorização não seja específica da conjuntura pré-elitoral, mas uma representação social sedimentada porque foi saliente em todas as nossas idas ao terreno entre 1997 e 2008. O que foi era específico em Junho-Agosto de 2004 era que as avaliações tendiam a estabelecer uma articulação entre o que se considerava ser a personalidade do futuro líder (sendo saliente a sua suposta vocação para o exercício da autoridade, independentemente de estar em causa Armando Guebuza ou Afonso Dhlakama) e o que se esperava da sua actuação face aos que eram tidos como os pontos fracos da governação cessante de Joaquim Chissano: a incapacidade de redução da pobreza e do desemprego; a fragilidade no combate à criminalidade, à corrupção e/ou ao «deixar-andar».

Todavia, não é possível determinar em que medida o tipo de expectativas existentes estava associado ao processo eleitoral em si como impulsionador de mudanças e de renovação política, ou se estava relacionado sobretudo com a mudança de líder, constituindo o processo eleitoral factor acessório. Embora não se possam separar as duas hipóteses, era a última que acrescentava relevância às eleições de 2004 em relação às eleições anteriores (1994 e 1999). Joaquim Chissano completava, em 2004, cerca de 18 anos de poder ininterrupto, um período longo que na altura terminava, o que iria implicar uma mudança num elemento-chave do sistema político em Moçambique: o chefe de estado. Desse modo, a anunciada e segura renovação da liderança do estado alimentava expectativas de mudanças políticas substantivas que resultariam das eleições de 2004.

O que acontece é que, para domesticar essas expectativas, o pensamento social tende a procurar modelos pré-existentes que permitam antecipar a ancoragem e a objectivação do novo objecto, no caso o futuro chefe de estado. Para isso, o mais forte modelo disponível diferente de Joaquim Chissano era Samora Machel. Daí que o último servisse de referente para sustentar representações sociais dos líderes que se anunciavam em Junho-Agosto de 2004 (Armando Guebuza ou Afonso Dhlakama) e que fosse frequente ouvir em Moçambique, na altura da preparação das eleições, a ideia de que «Samora Machel está outra vez na moda». O que significa que na actualidade, mantendo-se o primeiro presidente como um referente-chave do pensamento social sobre o político em Moçambique (o «pai fundador»), ele pode tender a (re)ganhar saliência quando os indivíduos se depararem com a necessidade de responder, no domínio do simbólico, aos momentos de incerteza política que possam gerar ansiedade. O tempo encarregar-se-á de esclarecer se a saliência desse tipo de representação social foi própria da conjuntura pré-eleitoral de 2004 ou se se trata de uma tendência de longa duração.

Ponderando os elementos disponíveis, é plausível considerar que, no domínio das expectativas existentes poucos meses antes das eleições de 2004, a(s) sociedade(s) em Moçambique se autopreparavam para, após as eleições, domesticar (isto é, aceitar) qualquer que fosse o líder político vencedor. Embora essa tese seja especulativa, poder-se-á considerar válido o argumento segundo o qual se o período pós-eleitoral gerasse instabilidade política, haveria uma esquema potencial de acção (ou pré-representação latente) que seria imediatamente convocado a partir do qual se explicaria a tendência dominante, ao nível do pensamento social, em considerar que tais problemas não teriam origem no povo, mas as causas da instabilidade política seriam automaticamente remetidas para os comportamentos das elites.

Um segundo conjunto de expectativas sobre a governação que viria a ser dirigida por Armando Guebuza ou por Afonso Dhlakama que detectámos antes das eleições, é distinto nas características e tão saliente quanto o primeiro, mas que, no entanto, complementa o anterior. Tem a ver com o facto de haver a tendência, numa parte dos discursos, de se referir na altura que só se pode saber como alguém governa quando esse alguém governar de modo efectivo, isto é, as previsões não faziam sentido. Todavia, esse é um tipo estratégia que pode traduzir uma certa prudência (ou o *exit*) dos actores sociais, aliada a

uma certa desconfiança face à acção governativa (daí se evitar usar a *voice* ou a *loyalty*, completando o modelo de Hirschman⁷⁹⁴): «mais vale não me comprometer muito, pois não sei quem vai governar ao certo amanhã, nem o que me pode vir a acontecer».

Trata-se de uma sociedade em que subsistem alguns bloqueios à manifestação pública de opiniões políticas, em particular quando elas são muito explícitas; uma sociedade marcada, durante décadas, por representações de violência associadas à acção governativa, primeiro pela violência da afirmação colonial e desde os anos sessenta por cerca de três décadas quase ininterruptas de guerras. Se, a esse nível, Joaquim Chissano e a sua época marcaram diferenças em relação ao que acontecera até aí (no período colonial e durante a governação de Samora Machel), essas diferenças não se revelavam para as pessoas comuns inteiramente convincentes na conjuntura pré-leitoral de 2004. Até porque a pós-guerra tem implicado o surgimento de outras modalidades de pressão do estado sobre as populações (o controlo da participação eleitoral dos indivíduos, por exemplo) ou noutro tipo de custos para os indivíduos e comunidades (por exemplo, o desemprego; a perda de apoios dos mais carenciados em áreas como a educação ou a saúde; ou o aumento da criminalidade).

A pesquisa complementar de 2008, embora não possa servir de ponto de comparação dado que nessa altura a questão da liderança política estava resolvida, deixou, apesar de tudo, indícios de haver menos bloqueios nas pessoas comuns em abordar questões relacionadas com as lideranças políticas, algo que se poderia estender à abordagem do político em geral. Todavia, esse é um tipo de representação social com oscilações muito ligeiras no intervalo de cerca de meia década (2004 *versus* 2008), e assentes em percepções do investigador não inteiramente consistentes. Mas que é importante deixar registo para que no futuro fique aberta a possibilidade de captar tendências de longa duração que, no geral, se transformam lentamente e cuja evolução não é linear, uma vez que uma conjuntura eleitoral, dependendo do que estiver em causa, pode eventualmente implicar variações⁷⁹⁵.

Em 2004 sobravam, por isso, expectativas de que o modelo de violência e de guerra anterior aos anos noventa pudesse eventualmente reaparecer na sequência das eleições.

⁷⁹⁴ Hirschman 1970.

⁷⁹⁵ Em 2008, por exemplo, constatámos que era muito mais fácil fazer trabalho de campo mesmo nos espaços rurais sem ter de exibir a credencial passada pelas autoridades provinciais, algo praticamente impossível de ser conseguido aquando das pesquisas empíricas realizadas na província de Tete em 1997-1998.

Mesmo que ao certo não se soubesse na altura se, de facto, seria assim. A esse propósito, havia muitas vezes uma expressão que ia no sentido: «Com [Armando] Guebuza ou com [Afonso] Dhlakama não vai ser a mesma coisa como com Samora Machel. Hoje as coisas já são diferentes».

Analise-se agora as particularidades atribuídas pelos actores sociais a cada um dos líderes: Armando Guebuza e Afonso Dhlakama.

Comece-se por Armando Guebuza. Sobre ele, os dados pré-eleitorais de 2004 conferiam-lhe muitos mais atributos que o aproximam de Samora Machel do que de Joaquim Chissano, como se referiu. Nomeadamente no que tem a ver com uma potencial tentação autoritária na gestão do poder (aspecto que, em geral, é considerado um atributo negativo)⁷⁹⁶. Mas sobressaía uma diferença essencial: Armando Guebuza, para o bem e para o mal, em 2004 era representado como alguém comprometido. Comprometido com acções políticas importantes do passado; comprometido com a gestão interna do poder dentro da Frelimo; comprometido com o mundo dos negócios. É saliente, a esse nível, uma diferença profunda em relação ao ímpoluto, descomprometido (em relação à elites ou aos negócios) e decidido Samora Machel.

Relembremos Max Weber: os resultados das acções políticas têm, em geral, uma relação absolutamente inadequada e, muitas vezes, até paradoxal face às intenções (e, acrescentemos, expectativas) originais⁷⁹⁷. Mas a realidade empírica nem sempre valida de modo absoluto grandes princípios, embora não lhes anule a utilidade. Nesse sentido, a pesquisa complementar realizada em Julho-Agosto de 2008 confirmou, no geral, as expectativas que o senso comum alimentava em Junho-Agosto de 2004 sobre Armando Guebuza, antes das eleições e ainda com Joaquim Chissano em exercício de funções. Na actualidade, as representações sociais tendem, de algum modo, a identificar o tipo de gestão do poder de Armando Guebuza com o de Samora Machel, muito mais do que com o de Joaquim Chissano. Detectámos, portanto, como que uma profecia auto-realizada elaborada por antecipação e confirmada na acção pelos próprios actores sociais. É isso que,

⁷⁹⁶ Cf. Ferreira 2007, pp.195-197.

⁷⁹⁷ Weber 2005 [1917-1922], p. 103.

em grande parte, caracteriza o processo em curso de ancoragem e objectivação⁷⁹⁸ das representações sociais do presidente da república de Moçambique que iniciou funções em 2005.

A complexidade com que nos deparamos quando se comparam as expectativas do futuro exercício do poder (2004) com as avaliações das realizações (2008) recomenda que se tenham considerações um pouco mais substantivas sobre o assunto.

Em primeiro lugar, se no geral se estabeleciam em 2008 aproximações entre acção política de Armando Guebuza e a de Samora Machel, não é menos verdade detectar-se uma necessidade de senso comum em diferenciá-los. Em segundo lugar, nessa diferenciação acabam por ser trazidos à colação alguns atributos de Joaquim Chissano que, se em 2004 não pareciam identificar-se com Armando Guebuza, em 2008 já não era tanto assim. Em terceiro lugar, na prática, Armando Guebuza pode estar no início da construção de um tipo de gestão política original, tal como os seus antecessores, mas nesta fase inicial para dominar o objecto (ou para elaborar o novo tipo de representação social sobre um presidente da república), o pensamento do senso comum recorre ao que conhece, ou seja, uma vez iniciado o mandato, ao tornar-se cada vez mais evidente que Armando Guebuza não é bem, bem, como Samora Machel, logo tende a deduzir-se que tem também «coisas» de Joaquim Chissano, o outro tipo de liderança política que se (re)conhece. Em quarto e último lugar, ponderados os dados disponíveis e a forma algo imprecisa com que se apresentavam em 2008, concluímos ser relativamente cedo para se obter um perfil suficientemente estável das representações sociais de Armando Guebuza, sobretudo se compararmos os atributos que lhe são conferidos enquanto presidente da república com os que obtivemos quer para Samora Machel, quer para Joaquim Chissano.

Acrescente-se que não é apenas a sociedade que condiciona a interpretação das tendências da acção governativa. É também, sem dúvida, a gestão do poder que as alimenta num ou noutro sentido. No caso actual, Armando Guebuza, apesar da sua postura enquanto candidato presidencial e na fase inicial do seu mandato revelar um sentido crítico

⁷⁹⁸ Sobre o significado preciso dos termos ancoragem e objectivação no âmbito da teoria das representações sociais, cf. capítulo 19. *Ancoragem e objectivação do novo*, em especial o início dos subcapítulos 19.1. *Ancoragem da nova família de representações sociais* e 19.2 *A objectivação ou a Frelimo tornada essência*.

subliminar em relação à governação de Joaquim Chissano, nunca rompeu, no plano simbólico, com qualquer dos seus antecessores, manifestando inclusivamente aproximações intencionais a Samora Machel. Conjugando a estratégia do líder com a acção do senso comum, conclui-se que as representações sociais sobre o objecto Armando Guebuza partiram da reelaboração do objecto Samora Machel (previa-se em 2004, de algum modo, o surgimento de um novo Samora Machel em 2004), depois (em 2008) detectámos o aumento de aproximações que marcam uma continuidade em relação ao «tempo de Chissano». A tendência será a de se ir resvalando no sentido de se tornarem salientes os atributos que o senso comum considera específicos de Armando Guebuza, tornando provavelmente menos ambíguas as comparações com os seus antecessores.

De qualquer modo, sublinhemos que Armando Guebuza nunca deixou também de ser representado como ele próprio. O que está em causa é uma questão de intensidade num processo de elaboração, ao nível do pensamento social, de um novo objecto, cuja construção parte do que já se conhece: Samora Machel, Joaquim Chissano, mas também do próprio Armando Guebuza antes de ser presidente da república. Desse modo, a governação iniciada em 2005 é provável que venha a ganhar progressivamente, nos discursos do senso comum, um rótulo equivalente ao dos seus antecessores: «o tempo de [Armando] Guebuza». Porém, os dados empíricos de 2008 demonstram que isso (ainda) não era uma evidência.

Sublinhe-se que este processo de ancoragem e objectivação do novo chefe de estado e líder do partido no poder, tal como se está a processar, ajuda a validar o facto da Frelimo evidenciar, ao longo de todo o período pós-colonial, uma forte unidade interna assente na ideia de continuidade histórica. Ambas relevantes para uma gestão do poder relativamente eficaz. Para além disso, vigorando um sistema governativo que exige relegitimação cíclica por via eleitoral de quem exerce o poder, o que em geral implica a necessidade de renovação, a Frelimo tem conseguido fazê-lo em grande parte através da renovação da liderança. Ressalvadas as devidas distâncias no tempo, no espaço, nos processos e no tipo de sociedade e de regime político, a organização partidária em causa está a ser relativamente bem sucedida na estratégia da renovação na continuidade como condição para a conservação e gestão do poder, algo que em Portugal, há cerca de quatro décadas, o regime de Marcello Caetano tentou sem sucesso.

Concretizando um pouco mais, e embora se trate de interpretações provisórias (o trabalho de campo de 2008 nesta matéria pode ser visto, ao mesmo tempo, como complementar em relação ao de 2004 ou como meramente exploratório em relação a futuras pesquisas), Armando Guebuza tende a ser identificado nos discursos do senso comum como próximo do tipo de gestão do poder de Samora Machel no que tem a ver com a (re)aproximação do estado em relação ao mundo rural e aos mais desfavorecidos. Os argumentos que circulam no espaço público que sustentam essas teses são essencialmente dois: o facto do presidente estar a canalizar fundos financeiros para todos os distritos e as suas deslocações internas frequentes para se inteirar do que vai acontecendo no país, em especial fora dos centros urbanos. Tende a ser representado também como próximo do tipo de postura de Samora Machel quando se refere que o actual presidente consegue ter mais autoridade e ser menos elitista do que o seu antecessor, Joaquim Chissano, ligando-se directamente ao povo e criticando os poderes intermédios que prejudicam a governação.

Enquanto analistas, interpretamos esse tipo de actuação, de algum modo, como um regresso a uma tendência mais populista. A esse propósito, em 2008, ouvia-se nas conversas do quotidiano a frase «hoje as pessoas sentem que podem criticar esses grandes que foram beneficiados por [Joaquim] Chissano», algo que nunca registámos em anos anteriores (1997, 1998, 2003 e 2004). Porém, a frase recorrente que circulava nos espaços públicos em 2008 era: «esses ministros, administradores, directores, quando falham, quando não cumprem o que devem, [Armando] Guebuza tira logo e mete outro».

Os outros atributos positivos do actual chefe de estado identificam-se através de frases como «ele está a tentar melhorar a vida das populações»; «Guebuza fala com autoridade, mas não é como Samora Machel porque quando viaja pelos distritos sabe também ouvir o que o povo sente como [Joaquim] Chissano»; ou ainda «Guebuza não é um homem de gabinete, anda pelo país e como Machel actua, decide, mas não faz isso de hoje para hoje, planifica o que vai fazer».

Todavia, esse tipo de atributos do líder não é, naturalmente, linear. Recorde-se que nos reportamos a recolhas feitas na cidade e em vários distritos da província de Tete em 2008, no geral zonas de forte influência da Frelimo. Ainda assim, e muitas vezes, os mesmos que

valoram positivamente as tendências políticas do estado na actualidade, esses e os mais distantes ou críticos, acrescentam uma série de reticências, dúvidas ou reparos à forma como o estado vai interagindo com a(s) sociedade(s) desde 2005. Ou seja, os «mas...» conferidos aos resultados da actual acção governativa são relativamente frequentes. Entre eles, para além da questão das dificuldades na inversão do problema do desemprego, o mais saliente podemos sintetizá-lo numa expressão-tipo que aponta no sentido de os problemas da corrupção e da criminalidade não terem encontrado ainda um antídoto eficaz por parte do estado, nem se alimentam grandes expectativas de que isso venha a ser resolvido de modo sustentado nos tempos mais próximos: «Armando Guebuza tem autoridade como Samora Machel, as pessoas ouvem o que ele diz, mas vai ser muito difícil porque o sistema já está montado e uma pessoa sozinha [o presidente da república], pode conseguir diminuir um pouco, mas não consegue acabar com a corrupção e a criminalidade»⁷⁹⁹.

Se no caso referido as responsabilidades da a pouca eficácia da acção governativa tendem a ser remetidas mais para o «sistema» do que para o presidente da república em si, não deixámos de identificar em 2008 indícios da existência de outros atributos negativos que visam, de modo um pouco mais incisivo, a gestão do poder pelo presidente Armando Guebuza. Nos distritos da província de Tete, em algumas das povoações mais afastadas das sedes administrativas dos distritos que não estão a ser beneficiadas pelos apoios financeiros do estado ou pessoas de diversas povoações beneficiadas, mas que não estão a receber elas próprias tais apoios, também se ouviu dizer que «no tempo de [Joaquim] Chissano a vida era melhor do que agora com [Armando] Guebuza porque os preços dos alimentos eram

⁷⁹⁹ Numa entrevista realizada a 18.08.2008 em Ulónguè (distrito da Angónia, província de Tete) obtivemos uma síntese relativamente completa dos atributos que mais frequentemente são conferidos a Armando Guebuza: «No tempo do presidente Samora ele nunca ajudava um rico, mas um pobre ele mandava para fora do país estudar. (...) Ele [Armando Guebuza] é um homem forte porque tem paciência de visitar os distritos. Ele está a mostrar a simplicidade do ser humano e visitar as pessoas que necessitam da ajuda do governo. (...) O Guebuza é comparável ao Samora porque sempre onde está o mando [os que mandam e], se ele descobre [aspectos] errado[s], ele logo tira [quem ocupa o cargo e coloca outro no lugar]. (...) O presidente Guebuza está a trabalhar bem. Só que como ele é a única pessoa não está a controlar tudo. Os que colaboram com o presidente não estão a ajudar a corrigir os erros. (...) Guebuza representa o respeito. Ele ouviu a população e a palavra dele tem autoridade. (...) Guebuza entra nas igrejas e Machel não entrava nunca e provocou uma calamidade nas igrejas. (...) No tempo do presidente Samora havia justiça. Ninguém piava ou falava de qualquer maneira. As putas não andavam na rua, em público. Enquanto que com Guebuza isso continua mal. Isso é muito mau. O país assim não se pode desenvolver».

mais baratos»⁸⁰⁰. Considera-se também que existiam antes mais apoios e oportunidades do que desde 2005, nomeadamente através do projecto «comida pelo trabalho».

Sobre o projecto «comida pelo trabalho», detectam-se testemunhos que referem que no passado as populações identificavam as suas necessidades e, quando fossem canalizados os apoios financeiros e apoios ao nível da orientação técnica, as pessoas iam inscrever-se junto dos secretários das povoações e, no geral, eram todos contemplados sendo chamados para trabalhar em benefício da comunidade, mas recebendo um salário que, depois, ajudava-as a garantir o sustento das suas famílias. Por exemplo, arranjavam estradas e caminhos, abriam poços e construía edifícios (sedes administrativas das povoações, escolas, casas de professores, centros de saúde) ou represas para controlo das águas na época das chuvas. Alguns referem mesmo que «isso desapareceu com [Armando] Guebuza e agora com a política dos sete milhões [de meticais] para cada distrito só poucos beneficiam»; ou «aqui as pessoas choram pelo [Joaquim] Chissano»; ou ainda «isso dos sete milhões para os distritos é positivo, só que nós só estamos a ouvir, mas não estamos a receber nada»⁸⁰¹. Ou seja, Armando Guebuza não parece alimentar uma descrença nem na democracia, nem no progresso. O sentido geral que captámos é o de o problema ser que «esse desenvolvimento não é para nós e aqui há fome e desemprego».

Quanto a Afonso Dhlakama, nas recolhas de 2004, em contexto pré-eleitoral, de forma directa ou indirecta, era sobre ele que incidiam com mais frequência os atributos de violência, de agressividade, o que associava a sua imagem à crueldade da última guerra que liderou do lado da Renamo. Estava-se mais de uma década depois do estabelecimento da paz (1992), o que indiciava (e indicia) uma sociedade ainda traumatizada pela violência. Todavia, acrescenta-se uma vez mais, as recolhas de 2004 foram feitas na cidade de Tete

⁸⁰⁰ Sobre a questão dos preços, as pessoas retomam, muitas vezes à letra, uma frase utilizada para avaliar o período colonial e aplicam-na à governação de Joaquim Chissano («naquele tempo as coisas eram baratas») e, por outro lado, não se tende a associar o aumento substancial dos preços dos alimentos em 2008 à conjuntura económica internacional (marcada pelo aumento substancial dos preços do petróleo e pelo encarecimento das matérias-primas e bens alimentares), mas à governação de Armando Guebuza. Sabemos que, por exemplo, no espaço de cerca de um ano na província de Tete, o preço de uma lata de milho com capacidade equivalente a vinte litros subiu de cerca de 35 meticais para oscilar, na actualidade, entre os 160 e os 180 meticais.

⁸⁰¹ Embora se trate de uma abordagem que, a este nível temos de considerar exploratória, as ideias referidas foram recolhidas em Julho-Agosto de 2008 essencialmente nas povoações de Catipo (distrito de Moatize), Mufa (distrito de Changara) e Chitima (distrito de Cahora-Bassa), sendo que a escolha dos entrevistados em cada um desses espaços foi aleatória.

(complementadas em 2008 nessa província), espaços onde a Frelimo tem forte implantação e onde mais facilmente se conservam esse tipo de representações sociais sobre o ex-movimento rebelde e o seu líder⁸⁰².

No caso do objecto Afonso Dhlakama, o extremo das avaliações negativas não parece suficientemente mitigado ou contrabalançado pelo extremo positivo. O último pode ser associado ao que se considera ser a capacidade do líder da Renamo em negociar, estabelecer e conservar a paz, mantendo até à actualidade a sua força política no multipartidarismo «sem regressar ao mato».

Outro atributo presente nas avaliações de Armando Guebuza em 2004, mas mais saliente nessa altura em Afonso Dhlakama, era o da mudança: «ele mudou»; «está a mudar»; ou «pode vir a mudar se for presidente de Moçambique». A mudança significava, na essência, a passagem de um actor violento a um político que se regula pelas regras do multipartidarismo (a expressão usada por vezes é «está a tornar-se um político normal»), isto é, que recusa a opção bélica como instrumento de legitimação. Ainda assim, sobrava um atributo específico para Afonso Dhlakama, cuja tendência se acentuou entre 2004 e 2008 certamente justificada pela consumação de mais uma derrota eleitoral do principal partido da oposição e do seu candidato à presidência da república: as distinções que alguns que o avaliam negativamente estabelecem entre ele e o seu partido. É, no geral, o caso de alguns entrevistados que se autoconsideram democráticos (em geral próximos da Frelimo). Referem que a Renamo seria hipoteticamente diferente para melhor com outro líder, registando-se a tendência de se afirmar ser essa uma pré-condição para a renovação e maior afirmação do maior partido da oposição no futuro. Por vezes ouve-se: «[Afonso] Dhlakama deveria fazer como fez [Joaquim] Chissano, sair sozinho», isto é, abrir voluntariamente a porta para a sua sucessão na liderança do partido.

Acrescente-se que a invocação da fraude eleitoral em benefício da Frelimo como explicação para as sucessivas derrotas eleitorais da Renamo (1994, 1999 e 2004), independentemente dos fundamentos dessas alegações, pode estar a tornar-se num argumento incapaz de compensar as valorações negativas da acção política de Afonso Dhlakama. Se o atributo da violência que lhe é conferido pode ir perdendo relevância à

⁸⁰² Cf. Entrevista 55/2004.

medida que o tempo passa e que a paz se consolida em Moçambique, em compensação ganha também relevância o atributo da incapacidade de vitória eleitoral, também independentemente das razões que estejam por detrás dessa constatação. Como se, no que é mais saliente nas representações sociais do líder da Renamo, o atributo negativo herdado do período da guerra (o da violência) estivesse a ser compensado nos anos mais recentes, não pelo aumento da relevância de um atributo positivo associado à pós-guerra, mas por um outro atributo negativo, agora específico do multipartidarismo (o do líder que não é capaz de vencer eleições).

A distinção entre o partido (positivo) e o líder (negativo) – ou vice-versa – não é saliente nos discursos que recolhemos para o caso da Frelimo e dos seus líderes. Embora não se possam estabelecer interpretações lineares, esse tipo de avaliação pode espelhar, por um lado, a imagem de unidade que a Frelimo consegue transmitir e, por outro lado, o acentuar das dificuldades na transição da Renamo de movimento de guerrilha a partido político. E, como temos referido, uma vez que o líder desempenha papel central na organização das representações do político, com Afonso Dhlakama a Renamo tem maiores dificuldades do que a Frelimo em se libertar do estigma da violência da guerra. A última, no presente, já não é aceitável, ao nível do pensamento social, enquanto processo que sustente a legitimidade da acção política. Essa é, seguramente, outra das mais importantes transformações que vêm ocorrendo em Moçambique na última década e meia.

A concluir o capítulo, as análises elaboradas assentam em recolhas empíricas cujos dados, numa parte, se sustentam em representações relativamente consolidadas e, noutra parte, comportam elementos meramente exploratórios. Num caso ou noutro, a tese central defendida foi a de os discursos do senso comum tenderem a personificar o estado e/ou os partidos políticos na figura dos grandes líderes através da tipificação do modo de actuação que os caracteriza. Se no caso das representações sociais de Samora Machel e de Joaquim Chissano os dados disponíveis estão relativamente sedimentados, o mesmo não acontece no caso de Armando Guebuza e de Afonso Dhlakama. Esse é, sem dúvida, um sinal de que esta investigação não pretende nem pode esgotar a análise de realidades caracterizadas por uma reinvenção permanente. Este é, portanto, um dos domínios desta investigação em que é tão importante analisar o processo de funcionamento do pensamento social sobre o político, quanto o produto desse mesmo pensamento.

30. Representações sociais da participação eleitoral

O objectivo não é o de analisar as práticas sociais ou a natureza institucional dos processos eleitorais em Moçambique, mesmo que isso tivesse apenas a ver com um estudo de caso da cidade de Tete⁸⁰³. O que se pretende neste capítulo é, em primeiro lugar, sublinhar que os processos eleitorais constituem um dos temas relevantes a partir dos quais se constituem as representações sociais do político em Moçambique. Em segundo lugar, aquilo que interessa analisar não são os processos eleitorais em si, mas o significado que os actores sociais lhes conferem tendo em conta o modo como, através deles, se caracterizam as interacções entre as sociedades e o poder que as tutela, cuja legitimidade resulta, em grande parte, do voto⁸⁰⁴.

Refira-se que as elevadas taxas de abstenção nas eleições presidenciais e legislativas de 1 e 2 de Dezembro de 2004 devem ser vistas região a região⁸⁰⁵. As províncias de Tete e de Gaza foram aquelas onde se registaram os maiores índices de participação eleitoral, em ambos os casos espaços de forte implantação da Frelimo⁸⁰⁶, tendo o partido e o seu candidato presidencial obtido vitórias significativas⁸⁰⁷. Em Tete a participação terá rondado os 56,25%, oficialmente o índice nacional mais elevado (e sem precedentes), contrastando com a média nacional de 36,4%⁸⁰⁸.

Não se podendo aferir as taxas de participação eleitoral através de entrevistas qualitativas sem valor de representatividade estatística realizadas na sua componente essencial antes das eleições⁸⁰⁹, o material empírico recolhido permite, no entanto, concluir que a maioria

⁸⁰³ Cf. Pereira & Davids 2002, pp.6-18; Ruigrok 2005; Hanlon & Fox 2006.

⁸⁰⁴ Cf. Serra (org.) 1999.

⁸⁰⁵ Cf. Hirschman 1970, pp.14, 24 e 32.

⁸⁰⁶ Com a diferença de enquanto a província de Gaza, no sul, é mais estável, homogénea e inequívoca no apoio à Frelimo desde as primeiras eleições de 1994 (trata-se da província de onde são naturais os líderes desde a fundação da Frelimo, sendo que, até agora, foi o único partido a obter assentos parlamentares pelo círculo eleitoral de Gaza, tendo conseguido votações superiores a 75%), na província de Tete (no centro-interior/noroeste) existem zonas controladas pela Frelimo e outras pela Renamo. O ano de 2004 foi de viragem eleitoral na província, com a Frelimo a vencer pela primeira vez e de forma esmagadora (conquistando 14 dos 18 lugares da província no parlamento), depois de ter perdido para a Renamo em 1994 e 1999, o que aumenta as suspeitas sobre a lisura do processo eleitoral, tanto na fase do recenseamento, como na ida às urnas e no apuramento de resultados. Cf. Manning 2002, pp.141 e segs.; Hanlon & Fox 2006, pp. 4 e segs.

⁸⁰⁷ Cf. Ruigrok 2005.

⁸⁰⁸ Carter Center (26.01.2005), *Declaração pós-eleitoral sobre as eleições moçambicanas*, p. 7 (<http://www.cartercenter.org/doc1999.htm>).

⁸⁰⁹ Cf. Capítulo 6. *O trabalho de campo*; Anexo (I parte) – *Dados estatísticos das entrevistas*.

30. Representações sociais da participação eleitoral

dos entrevistados valoriza o acto de votar⁸¹⁰. Mesmo aqueles que disseram não ter votado em eleições anteriores (1994 e 1999) ou afirmaram não estar inscritos nos cadernos eleitorais tendo em vista as eleições que se aproximavam em Dezembro de 2004 (ou porque estavam de viagem e não se recensearam a tempo; ou porque não tinham consigo ou perderam os documentos; ou porque se esgotaram os impressos no dia em que se foram recensear; entre outras razões)⁸¹¹; bem como aqueles que desvalorizam os resultados das eleições (seja pela fraude eleitoral⁸¹²; seja pela atitude controladora das autoridades durante os processos eleitorais⁸¹³; seja pelo descrédito das promessas feitas pelos candidatos nas campanhas eleitorais⁸¹⁴; seja pela manipulação de recursos económicos pela Frelimo com fins eleitorais; entre outras razões), em qualquer dos casos os discursos, em geral, sugerem que a participação eleitoral em si é importante. Regista-se, desse modo, alguma congruência entre as conclusões a que se chegou a partir de recolhas qualitativas não representativas levadas a cabo na cidade de Tete e os dados estatísticos das eleições realizadas meses depois. As pesquisas complementares de 2008 acabaram por, nesta matéria, não ser significativas precisamente porque o tema em causa era muito mais relevante para o senso comum na conjuntura pré-eleitoral (2004) do que a pouco mais de meio de uma legislatura (2008).

No tema das eleições são salientes dois níveis: um nível tendencialmente abstracto e consensual no qual a participação eleitoral é valorizada; e um nível tendencialmente concreto relacionado com referências factuais aos actos eleitorais já realizados ou em preparação, cujas avaliações obedecem a um maior grau de complexidade.

É sobre essas avaliações da participação eleitoral que iremos lançar hipóteses empíricas que permitam compreender, a partir delas, a dimensão política do pensamento social em Moçambique.

⁸¹⁰ Chingono, com trabalho de campo realizado na cidade de Chimoio (capital da província de Manica) nos últimos meses da guerra, entre Abril e Outubro de 1992, a partir de uma amostra de 102 entrevistados, chegou a conclusões semelhantes dado que 70% dos entrevistados manifestaram o desejo de votar (Chingono 1996, em especial dados estatísticos p.139). Cf. Serra 1999, em especial pp.69-70; Serra 2003a, p.52.

⁸¹¹ A valorização da participação eleitoral, sendo maioritária, não é absoluta nem consensual. Ver nota 55 do anexo (V parte).

⁸¹² Cf. Entrevista 39/2004. Ver nota 56 do anexo (V parte).

⁸¹³ Cf. Entrevista 38/2004.

⁸¹⁴ Ver nota 57 do anexo (V parte). Cf. Nota 58 do anexo (V parte).

30.1. A bondade das eleições

No primeiro nível, o tendencialmente abstracto, o senso comum valoriza de modo intencional o acto de votar. Sendo essa valoração positiva relativamente consensual, pode ser interpretada como uma forma de os actores sociais legitimarem o sistema político em que vivem. Sublinhe-se que a importância atribuída às eleições não pode ser directamente associada ao facto das pessoas que a perfilham votarem ou não de facto. Nesse tipo de respostas pesa mais um certo voluntarismo auto-justificativo do que a imposição da participação eleitoral por parte das autoridades ou outro tipo de constrangimentos impostos coercivamente aos indivíduos⁸¹⁵. É como que uma avaliação derivada do que podemos considerar a consciência social. É a esse nível que a participação eleitoral aparece representada como uma das garantias do não retorno à guerra e, nesse caso, as taxas de participação/abstenção não são determinantes, pois o importante é a existência de eleições, mesmo que seja para que aqueles que ambicionam o poder «se entendem entre eles». Nessa perspectiva, as eleições multipartidárias constituem, enquanto símbolo, um marco que encerrou um período traumático da história do país, ainda muito presente na memória colectiva.

Tenho ido votar sempre. (...) Não podemos faltar porque é importante. Quando você vai votar é para acabar a guerra. É para resolver e acabar com os problemas. (Entrevista 34/2004).

Uma vez que a importância atribuída à participação eleitoral revela-se saliente mais de uma década após a sua instituição em Moçambique, nada nos garante quanto a tendências futuras. Tanto existem elementos que indiciam a progressiva erosão do papel atribuído às eleições na regulação dos processos políticos à medida que a estabilidade destes se assemelhe cada vez mais garantida para as populações; quanto, em sentido contrário, a participação eleitoral tem-se tornado num *habitus*, isto é, numa prática social que se transforma num elemento central de regulação das relações entre o estado e as sociedades.

Ponderando os dados empíricos disponíveis, é sustentável a hipótese de as estruturas de governação em Moçambique, na actual conjuntura, para se legitimarem, dificilmente poderão dispensar as eleições, apesar das dúvidas que elas possam suscitar quanto aos níveis de credibilidade das diferentes fases do processo eleitoral (recenseamento;

⁸¹⁵ Ver nota 59 do anexo (V parte).

campanha eleitoral; ida às urnas; apuramento dos resultados); ainda que se mantenha a Frelimo no poder, isto é, mesmo que não se venha a verificar alternância no poder; e mesmo que as taxas de participação eleitoral não sejam elevadas.

À legitimidade política fundada na história (concretamente na luta armada de libertação nacional), a última década e meia acrescentou a legitimação pelas urnas. Por isso, ao nível do pensamento social, o processo catalogado como de democratização em Moçambique iniciado na primeira metade da década de noventa não significou, de modo algum, a perpetuação do monopartidarismo, mas também não constituiu necessariamente uma ruptura com esse mesmo monopartidarismo. Analisando a questão a partir dos discursos do senso comum da actualidade, o multipartidarismo em Moçambique assemelha-se sobretudo a uma espécie de *upgrade* de um sistema político já constituído (o do monopartidarismo) que se complexifica pela sobreposição de características do multipartidarismo (integração num sistema pré-existente de partidos da oposição e de eleições, mas mantendo uma parte essencial do que antes existia, concretamente a manutenção da Frelimo no poder).

30.2. Participação eleitoral: contradições e especificidades

No segundo nível, tendencialmente concreto porque relacionado com referências factuais a eleições presidenciais e legislativas realizadas até ao momento das entrevistas (1994 e 1999) ou tendo em conta expectativas sobre as eleições em preparação (2004), as avaliações feitas pelos entrevistados permitem ir ao encontro tanto das representações sociais dos processos eleitorais em si, quanto dos tipos de relacionamento entre o estado e as sociedades que se vão sucedendo desde a independência. Os últimos, na essência, oscilam entre um modelo autoritário e um modelo participativo. É difícil caracterizar o sistema político que actualmente vigora em Moçambique precisamente porque comporta atributos de pendor autoritário em simultâneo com outros de pendor participativo⁸¹⁶.

Sublinhe-se, nesse sentido, que quando se defende que se está perante um tecido social heterogéneo (tendo em conta a cidade de Tete e por maioria de razão Moçambique), não se

⁸¹⁶ O que aqui se designa como ideais tipo de modelo autoritário e modelo participativo sustenta-se na proposta de Almond & Verba 1963. Tem a ver com aquilo que, por um lado, os autores consideram como sistema político autoritário (onde as estruturas políticas autoritárias são congruentes com culturas políticas de súbdito) e, por outro lado, sistemas políticos democráticos (onde as estruturas políticas democráticas são congruentes com culturas políticas participantes).

trata de mera figura de retórica. É algo que se manifesta, neste caso, pela diversidade com que é avaliada a participação eleitoral. Ela ganha atributos díspares que tornam impossível agregá-los numa única categoria.

Um conjunto de avaliações colocava a participação eleitoral numa clara continuidade em relação ao autoritarismo do regime monopartidário socialista que formalmente vigorou em Moçambique entre 1974/1975 e 1990/1994. Outro conjunto apontava para avaliações da participação eleitoral que se podem considerar próprias de um sistema político participativo de tipo ocidental, formalmente institucionalizado em Moçambique entre a aprovação da nova constituição da república em 1990 e a realização das primeiras eleições livres em 1994. E, por último, um terceiro conjunto de avaliações atribuía significados muito específicos às eleições em Moçambique, isto é, eram-lhes conferidos atributos eminentemente conservadores, não apenas do sistema político, mas também e sobretudo do poder que no momento exerce funções, como se a alternância política fosse a maior ameaça dos sistemas eleitorais à estabilidade política de um regime, numa completa inversão das representações de tipo ocidental sobre o papel das eleições numa democracia.

Nos discursos recolhidos na cidade de Tete em 2004, o tema das eleições contemplava e sobrepunha mesmo (por vezes nos mesmos discursos) a diversidade referida, sem que se possa asseverar qual das três tendências é a hegemónica no conjunto de representações sociais da participação eleitoral em Moçambique. Logo, torna-se impossível associar, de modo inequívoco, essas representações sociais da actualidade a um modelo de sistema político preciso. É como se os processos eleitorais remetessem para um arco-íris ao nível da dimensão política do pensamento social que tanto seria congruente em alguns dos seus atributos com um sistema político autoritário, quanto noutros atributos seria congruente com um sistema político genuinamente democrático. É nessa diversidade que o sistema político em Moçambique se vai mantendo funcional desde a primeira metade da década de noventa.

Votar: um ritual obrigatório

Registe-se, num primeiro conjunto de avaliações, o facto de, em vários discursos, à participação eleitoral serem conferidos atributos como se se tratasse de um ritual a que o estado obriga, tal como antes, no período do regime autoritário de partido único, as pessoas

30. Representações sociais da participação eleitoral

eram compelidas à participação cívica. Nessa perspectiva, o acto de votar é comparável, por exemplo, à obrigatoriedade das guias de marcha para as pessoas se poderem deslocar durante o monopartidarismo.

Costumo votar. (...) Desde 94 tenho ido. (...) O voto não ajuda. Para mim tem sido obrigação. Quando se explica que todo o cidadão tem direito de votar, não nos explicam porquê. Se eu, funcionário [público], disser que não [vou votar], fico suspeito de não ser do partido que governa. Mas eu não vejo mudança. (...) Há uma pressão da Frelimo sobre os funcionários de forma indirecta. A pessoa sabe que se não fizer isso, pode acontecer aquilo. Se um dia eu digo que sou assim, dizem 'Você é difícil seguir as nossas normas e temos de colocar no lugar quem nós confiamos.' (Entrevista 56/2004).

Sempre tenho votado. É a minha terra. É o nosso governo. Tenho que votar a ele. O pai pode ser cego, mau, é sempre nosso pai. (...) As pessoas não esperam nada do voto. Como ele é nosso pai, existe uma lei, a gente tem de votar. Nós não podemos dizer que não. Não pode! Tem de votar. Tem de votar mesmo! Tem de votar, bem ou mal, tem de votar. O pai é ele. Ele diz 'Faça isso!', a gente faz. Ele diz 'Vamos à reunião!', a gente vai. Ele é o nosso pai. (Entrevista 53/2004).

É importante, desse modo, não se correr o risco de afunilar na repetição cíclica de eleições a noção de sistema político democrático. Ainda que a perspectiva de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989 [1963]) tenha carácter normativo, sobretudo quando aplicada aos tecidos sociais africanos, relembremos uma das suas teses: pesam tanto, num sistema político, as estruturas políticas (as instituições de governação, tal como existem e funcionam – em particular o estado – formalmente democráticas em Moçambique) quanto as culturas políticas (a maneira como os indivíduos se orientam face às estruturas políticas que os tutelam, sendo tal postura claramente heterogénea em Moçambique por comportar, ao mesmo tempo, características participativas congruentes com estruturas políticas democráticas, quanto características de súbdito, congruentes com estruturas políticas autoritárias).

O tema das eleições em Moçambique exemplifica como ideologias impostas pelas elites (isto é, a importação ou a imposição externa, ou as duas ao mesmo tempo, das eleições e da democracia) são descodificadas e reelaboradas pelas pessoas comuns de acordo com a realidade social (concreta) da qual fazem parte, processos que Serge Moscovici designa por ancoragem e objectivação na constituição de representações sociais⁸¹⁷. Essas dinâmicas sociais são, invariavelmente, em primeiro e em último lugar, dependentes do papel activo

⁸¹⁷ Moscovici 2000 [1984], pp. 360-363. Cf. Capítulo 19. *Ancoragem e objectivação do novo.*

dos actores sociais. Assim, conferir à manipulação factor explicativo central ao sentido que o colectivo confere ao político, especificamente quando está em causa a participação eleitoral, isto é, centrar as análises na hipótese do poder em exercício (neste caso da Frelimo em Moçambique) condicionar de modo inadequado o sentido de voto, para além de desqualificar preconceituosa e normativamente os actores sociais, explica apenas parte da realidade. A nossa base empírica aponta para que essa hipótese seja provavelmente a menos relevante, desde que não estejam em causa situações evidentes de fraude eleitoral. É por isso que, tal como preconiza Max Weber, não cabe ao analista o ajuizar valorativo da realidade, mas deve limitar-se, tanto quanto possível, a compreendê-la⁸¹⁸.

Acrescente-se que as representações sociais não são apenas activadas em momentos de agitação social (ou no dia do voto no caso concreto), mas são permanentes, isto é, funcionam também (ou pelo menos permanecem latentes) em momentos de estabilidade, embora possam tornar-se mais ou menos salientes consoante as conjunturas políticas. Estamos, em rigor, a reportarmo-nos a esquemas potenciais de acção que a todo o momento podem manifestar-se nos discursos (e nas práticas) dos actores sociais. As representações da participação eleitoral, bem como os restantes dados obtidos sobre a tendencial afiliação política dos entrevistados⁸¹⁹, são congruentes, de um modo geral, com os resultados das urnas em 2004.

É necessário ainda manter algum distanciamento crítico face a perspectivas que tendam a sobrevalorizar o cognitivo (ou uma suposta causalidade racional), em desfavor do avaliativo-afectivo quando se analisa o pensamento social. Na perspectiva de Serge Moscovici, elaborada a partir de realidades empíricas ocidentais, os fenómenos simbólicos (como os fenómenos políticos e, dentro deles, o da participação eleitoral), possuem, em simultâneo, tanto de perceptivo (onde se poderia incluir a afectividade, a componente avaliativa e os comportamentos representacionais) quanto de cognitivo (ou lógico-racional)⁸²⁰, devendo ser interpretados enquanto totalidades. Portanto, não é num suposto domínio da racionalidade que se baseiam as especificidades do pensamento social sobre o político nas sociedades de tipo ocidental ou africanas, mas antes o que está invariavelmente

⁸¹⁸ Cf. Weber 1904, «A “objectividade” do conhecimento nas ciências sociais e em política social» in: Cruz 2004, pp.603-661.

⁸¹⁹ Cf. Anexo (I parte).

⁸²⁰ Cf. Moscovici in: Moscovici & Marková 2000 [1998], pp. 240-241.

em causa é a complexidade do social no seu todo. É isso que o torna o social irreproduzível de uns contextos para os outros.

O facto da participação eleitoral em Moçambique ter como um dos atributos tratar-se de uma obrigação imposta pelas autoridades merece também destaque por outras razões. Em alguns dos discursos recolhidos na cidade de Tete ela é associada à manutenção ou ganho (para os cumpridores) e perda (para os incumpridores) do acesso a recursos ou a alguma protecção social (emprego; direito à segurança; acesso à justiça; eventuais apoios humanitários; integração em «projectos»; etc.⁸²¹). É como se os indivíduos interpretassem a participação eleitoral, de algum modo, como um salvo-conduto para a sua integração nas comunidades controladas pelas autoridades da Frelimo. Se esse é um dado revelador do papel central do estado no controlo dos recursos, controlo conseguido através da acção das estruturas administrativas, no caso concreto da cidade e província de Tete, com papel activo não só nos processos eleitorais⁸²², mas também no dia-a-dia; revela ainda o lado contratual das relações entre o estado e as sociedades, que as últimas rentabilizam do modo que consideram mais eficaz.

Neste contexto, não se pode deixar de referir que se situam na província de Tete alguns dos círculos eleitorais sobre os quais recaíam as maiores suspeitas de fraude nas eleições de 2004. Não é mera coincidência. Reflecte o forte poder das estruturas administrativas da Frelimo em grande parte da região. Segundo um observador independente dos processos eleitorais em Moçambique, houve «provas de graves irregularidades»⁸²³ nos distritos de Changara, Chifunde e Tsangano (província de Tete) onde a percentagem elevada de afluência às urnas foi suspeita e até superior a 100% e onde, em relação às duas eleições anteriores (1994 e 1999), nas últimas (2004), para além do aumento das taxas de participação eleitoral, aconteceram duas variações simultâneas que apontam num mesmo sentido: o aumento significativo do número de votos na Frelimo e no seu candidato (Armando Guebuza) e uma baixa significativa de votos na Renamo e no seu candidato (Afonso Dhlakama), sem que tivessem existido, entre uma e outra eleição (1999 e 2004), motivos suficientemente relevantes que justificassem uma tão forte alteração do sentido de

⁸²¹ Ver nota 60 do anexo (V parte).

⁸²² Ver nota 61 do anexo (V parte).

⁸²³ Ver nota 62 do anexo (V parte). Além de controlar o processo de votação, as autoridades locais («estruturas») também controlam os mecanismos de recenseamento. Não é por acaso que o recenseamento eleitoral é muito discutido em Moçambique.

voto (ou seja, a substituição de Joaquim Chissano por Armando Guebuza como candidato da Frelimo em 2004 estará longe de explicar, por si só, a tendência verificada)⁸²⁴.

Partindo dos dados referentes às eleições de 2004, as taxas de participação eleitoral justificam outras considerações. As zonas de menor implantação da Frelimo, por terem sido aquelas em que se registaram as mais elevadas taxas de abstenção eleitoral, permitem sustentar a tese da transferência de votos não ser uma tendência do eleitorado moçambicano, como sustenta o académico moçambicano Eduardo Siteo⁸²⁵. Todavia, como o caso de Tete demonstra, essa tese deve ser relativizada tendo em conta o papel central desempenhado pelas autoridades locais na mobilização das populações durante os processos eleitorais. Nesse sentido, circulavam rumores na cidade de Tete em Junho-Agosto de 2004 segundo os quais o Estado-Frelimo estava a dificultar o recenseamento e demais apoios ao processo eleitoral nas zonas da província controladas pela Renamo. Independentemente do maior ou menor peso relativo desse argumento, o que é facto é que a oposição, ao não dispor de estruturas administrativas solidamente implantadas no terreno, acaba por não conseguir capitalizar em seu proveito, de modo mais eficaz, parte dos eleitores desfiliaados da Frelimo⁸²⁶.

Para além disso, o trabalho de campo na cidade de Tete evidenciou a existência de pressões por parte da Frelimo nas zonas que domina sobre a minoria que explicitamente se manifesta como pertencendo à oposição. Os testemunhos referem que, por exemplo, se as pessoas forem afectas à Renamo, não podem revelar a sua simpatia ou filiação política no local de trabalho; têm receio de se exprimir publicamente sobre assuntos políticos e alguns evitam, por sistema, as entrevistas; eles e respectivas famílias referem sentir-se ostracizados na relação com o estado; alguns dizem que os amigos evitam visitar a sua casa

⁸²⁴ Carter Center (26.01.2005), *Declaração pós-eleitoral sobre as eleições moçambicanas*, p. 7 (<http://www.cartercenter.org/doc1999.htm>). Para além da província de Tete, são ainda apontadas as províncias do Niassa (distritos de Metarica e Marrupa) e Gaza (distrito de Chicualacuala), também com taxas de participação eleitoral de um nível suspeito ou impossível (superiores a 100%) e onde a Frelimo e o seu candidato presidencial, Armando Guebuza, venceram com margem folgada. Cf. Pais 2005. Durante o ano de 2006 as suspeitas de irregularidades no processo eleitoral de 2004, incluindo nas províncias de Tete e Gaza aqui referidas, foram confirmadas: Hanlon 2003, Issue 33 (01.11.2006), pp.17 e segs.; Hanlon & Fox (2006), pp. 4 e segs.

⁸²⁵ Intervenção a 22.09.2005 no âmbito do ciclo de conferências de apresentação do projecto *Recomposições contemporâneas dos espaços políticos na África Lusófona*, Hotel Avenida, Maputo, 20 a 22 de Setembro de 2005, org. *ex aequo* pela Fundação Friedrich Ebert (Maputo), Universidade Eduardo Mondlane (Maputo) e Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Lisboa).

⁸²⁶ Cf. Manning 2002.

para não ficarem «marcados», sobretudo quando esses amigos são funcionários do estado; eles e suas famílias sentem-se preteridos em todo o tipo de benefícios. Esse leque de depoimentos que obtivemos ou de atitudes que registamos no terreno não esgota certamente o assunto, mas serve para elucidar o modo como se organizam as relações de poder estruturadas pelo estado. Se bem que, por um lado, em termos comparativos face à cidade capital de província, a oposição disporá de uma margem de actuação certamente menor nos espaços rurais da província controlados pela Frelimo e, por outro lado, é de se supor que nos espaços rurais controlados pela Renamo o comportamento face a manifestações de pertença política à Frelimo a situação será semelhante.

Participação eleitoral de tipo ocidental

Registe-se, num segundo conjunto de avaliações, que a participação eleitoral é representada como visando o domínio político propriamente dito, no sentido da participação consciente e voluntária dos cidadãos na construção dos processos políticos. Mesmo que tais avaliações remetam quase em exclusivo para a participação eleitoral como única forma de participação política, não deixa de ser importante assinalar que esse tipo de argumentação circula nos espaços públicos. Todavia, a tendência nos discursos do quotidiano no sentido de se omitir a participação cívica continuada com carácter político assente em modalidades diversificadas (instituições e associações, imprensa, actividades culturais, etc.) deve ser assinalada. É sobretudo a última que consideramos relevante para a caracterização de um determinado sistema político como democrático e é também ela que justifica os atributos de livre e participativa que se possam conferir a determinada sociedade. Serve a observação para que registemos, uma vez mais, o erro de perspectiva analítica que é afunilar a noção de democracia nos processos eleitorais.

Ainda assim, quando está em causa o tema das eleições, uma parte das avaliações indicia a existência de um tipo de representações sociais do político em que se sustentam os sistemas participativos. Alguns dos atributos conferidos à participação eleitoral associam o voto a um direito dos cidadãos em Moçambique. No conhecimento das pessoas comuns, de forma explícita ou implícita, constata-se a existência princípios relacionados com a ideia da contratualização do exercício do poder entre governantes e governados. Fica de algum modo claro nessas representações sociais que a legitimidade política dos primeiros tem directamente a ver como o facto de ela necessitar de uma validação cíclica nas urnas por

via de processos eleitorais que permitam a livre concorrência entre diferentes propostas para que os indivíduos, por seu lado, também as escolham em liberdade. É, na essência, esse o conteúdo que aqui se confere à expressão sistema político participativo de tipo ocidental.

As pessoas vão votar porque querem escolher quem lhes possa dirigir. Se eles vão votar é para ver quem é capaz de lhes dirigir, qual é o responsável que tem maturidade para levar o país à frente. As pessoas têm um grande sentido de responsabilidade. Sabem que votar é muito importante. (Entrevista 42/2004).

Eu nunca falhei [a uma votação desde 1994]! (...) [Voto por] Querer escolher sempre aquele que é bom para nós. (Entrevista 55/2004).

Acrescente-se que indivíduos com tipos de inserção social semelhante respondem de maneiras diversas. Ou o contrário: indivíduos com inserções sociais diversificadas respondem de maneira semelhante. Assim sendo, ao nível da dimensão política do pensamento social, o nosso estudo não permite sustentar a hipótese do fraccionamento entre as elites e o restante tecido social. Sendo no plano abstracto defensável um tendencial condicionamento das atitudes face ao político em função do tipo de inserção dos indivíduos na estrutura social, todavia como trabalhámos sobretudo com pessoas comuns não dispomos de argumentos sólidos para avançar nesse domínio.

Considerando que as avaliações sobre a participação eleitoral oscilam entre atributos opostos – obrigação imposta pelas autoridades (negativo) *versus* direito dos cidadãos (positivo) – o que podemos concluir é ser essa a linha de segmentação no pensamento do senso comum que exprime, neste caso, a heterogeneidade do tecido social em estudo. É precisamente a coabitação da diversidade que torna o sistema político em Moçambique ao mesmo tempo funcional e de difícil categorização. Essa talvez seja a conclusão mais segura.

Eleições *versus* alternância: um enigma

Nas avaliações da participação eleitoral dominava ainda outra tendência que associava o voto à mudança, associação que activava processos que alimentavam as representações

sociais⁸²⁷. Nesse caso, os opostos mais salientes eram: ou a situação se mantinha como estava (para uns tendencialmente positiva; para outros nem positiva nem negativa; para outros tendencialmente negativa) porque, apesar das eleições, nada muda, isto é, a Frelimo continuaria no poder; ou as eleições poderiam provocar a passagem do poder da Frelimo para a Renamo e, conseqüentemente, para uns, a maioria, estaria em causa a estabilidade social e política que, apesar de tudo, era (e é) socialmente valorizada, enquanto que, para outros, a minoria, poder-se-ia abrir a possibilidade da acção governativa se renovar para melhor.

*Nós estamos cansados de ver a Frelimo cantar, cantar e ficar tudo na mesma.
(Entrevista 12/2004).*

É de ter em conta que, nos dados recolhidos entre Junho e Agosto de 2004 (fase das recolhas empíricas essenciais), era muito saliente o predomínio de expectativas sobre as transformações políticas que resultariam das eleições presidenciais e legislativas que se realizariam a 1 e 2 de Dezembro desse ano. Essas transformações tanto poderiam significar a passagem do poder da Frelimo para a Renamo, como uma mudança dentro da própria Frelimo uma vez que estava assente que a liderança iria mudar de Joaquim Chissano para Armando Guebuza. Em qualquer caso, portanto, esperava-se que ocorressem alterações na orientação governativa⁸²⁸. Foi a especificidade dessa situação que conferiu às eleições de 2004 em Moçambique um significado peculiar. Daí dominar, nessa conjuntura pré-eleitoral, o atributo da mudança conferido às eleições.

O atributo da mudança comportava duas características que, sem dúvida, ajudam a explicar a vantagem eleitoral endémica da Frelimo (em Tete e, provavelmente, em Moçambique)⁸²⁹. Uma das características tinha a ver com o facto dos entrevistados reconhecerem que vinham (e vêm) ocorrendo melhorias no seu nível de vida e das comunidades em geral desde o fim da guerra em 1992 (constatam-se até alguns discursos laudatórios dos

⁸²⁷ «É certo que se podia pensar que a instalação do espaço democrático anularia a própria necessidade de recorrer à utopia a fim de inventar a transformação social. (...) A invenção do espaço democrático não elimina os sonhos e os imaginários sociais. Pelo contrário, estimula a sua produção, quanto mais não seja devido à representação da sociedade global e das suas instituições como fundadas num projecto colectivo e, portanto, como transformáveis e modificáveis pelo próprio corpo social soberano» (Baczko 1985b, p. 391).

⁸²⁸ Ver nota 63 do anexo (V parte).

⁸²⁹ Outros dois factores que explicam a vantagem eleitoral da Frelimo são: ser a única detentora da legitimidade da luta anti-colonial e que simboliza a ruptura com o sistema colonial; e por ocupar o aparelho de estado, meio inigualável capaz de conferir visibilidade a qualquer força política em Moçambique.

progressos materiais) e isso era coincidente com a governação ininterrupta da Frelimo (tendência registada nas recolhas de 2004, mas mais saliente ainda na pesquisa complementar de 2008). A outra característica tem a ver com o facto de uma eventual mudança nos equilíbrios políticos existentes motivada pelas eleições (isto é, a passagem do poder da Frelimo para a Renamo) tender a remeter, nas representações sociais existentes no período pré-eleitoral de 2004, para esquemas potenciais de interpretação do real (a dimensão conativa do pensamento social) associados a aspectos traumáticas. Eles, na essência, antecipavam cenários de um hipotético regresso de Moçambique a uma época de escassez, de fome, de instabilidade política ou de guerra⁸³⁰.

A Frelimo, controlando o poder, tem interesse e dispõe de maiores possibilidades de rentabilizar essa predisposição do pensamento social para valorizar (ou hipervalorizar) a estabilidade em si (política, social, económica). Esse tipo de representações sociais acaba por constituir aquilo que em linguagem coloquial se pode designar por trunfo eleitoral do partido no poder. Desse modo, os sistemas multipartidários instituídos em sociedades ainda profundamente marcadas por situações traumáticas no passado recente e que experimentaram um período posterior de estabilidade, por muito curto no tempo que seja, possam acabar por ir progressivamente reforçando o apoio à situação e, em sentido inverso, ir enfraquecendo progressivamente o suporte à oposição. É comum explicar essa característica, especialmente quando ocorre nos países africanos, a partir de fenómenos como a fraude eleitoral, a corrupção, a manipulação política, o controlo abusivo dos recursos por determinado partido político, a má gestão política da oposição ou, num nível valorativo menos aceitável, a deficiente formação cívica e política da população. Se uma parte dessas teses pode eventualmente fazer algum sentido, a verdade é que, como demonstra o caso de Moçambique, podem existir outro tipo de condicionantes estruturais a favorecer as tendências dos sistemas políticos muito mais para a manutenção e mesmo o reforço do que existe do que para experimentações de mudança.

Portanto, num país como Moçambique que há década e meia passava por situações de carência e violência com impacto significativo na vida das populações de todo o território nacional, os actores sociais são particularmente incisivos na elaboração de cenários que, na sua perspectiva, melhor preveniriam um não retorno a aspectos traumáticos do passado.

⁸³⁰ Ver nota 65 do anexo (V parte).

Não omitimos enquanto analistas, a esse propósito, os protestos violentos ocorridos em Novembro de 2000 conduzidos pela Renamo em diversas localidades das províncias onde tem maior implantação (Cabo Delgado; Nampula; Sofala e Manica), com intuito de contestar os resultados das eleições legislativas e presenciais de Dezembro de 1999 ganhas oficialmente pela Frelimo⁸³¹. Todavia, por um lado, a região de Tete (como a maior parte do país) não foi atingida por agitações sociais dessa natureza; por outro lado, o carácter pontual ou esporádico desses protestos permite afirmar que não parece existir, mesmo nos espaços controlados pela Renamo, pelo menos para já, uma vaga reivindicativa de fundo que alimente tumultos endémicos ou recorrentes de natureza política visando contestar a legitimidade do poder da Frelimo; e, por outro lado ainda, entre as eleições de 1999, as recolhas empíricas sistemáticas de 2004 e o trabalho de campo complementar de 2008 acumulou-se quase mais uma década de estabilidade e algum desenvolvimento económico, à outra meia década que decorreu entre 1994 e 1999 (anos da primeira e segunda eleições da pós-guerra). Portanto, a valorização social da estabilidade alcançada ou, em sentido inverso, a inexistência de um terreno social favorável a uma agitação social continuada que ponha em causa os equilíbrios políticos parecem relativamente consolidadas e manifestavam-se nas avaliações do senso comum sobre os processos eleitorais.

Nos discursos que circulavam na cidade de Tete meses antes das eleições de 2004, eram particularmente salientes receios relacionados com as consequências negativas de uma eventual saída da Frelimo do poder. A hipotética agitação que daí adviria, como se referiu, considerava-se que originaria prejuízos que recairiam sobre as populações. Essa carga negativa atribuída a eventuais mudanças resultantes de processos políticos é provável que tenha a ver, por um lado, com as representações sociais pré-existentes da alteração do controlo do estado de uma força política para outra, em particular relacionadas com o modo como decorreu a transição de 1974-1975⁸³². Se a conquista da independência é indiscutivelmente valorizada, a passagem do regime colonial para o pós-colonial também se reconhece que foi muito marcada por consequências negativas para a vida quotidiana, como as carências e a guerra. É sobre essas pré-representações que assentam os esquemas

⁸³¹ Por volta do dia 9 de Novembro de 2000 ocorreram protestos populares com ligações à Renamo relacionados com a contestação dos resultados das eleições de 3 a 5 de Dezembro de 1999 que deram a vitória à Frelimo e a presidência a Joaquim Chissano [52,29% dos votos para a Frelimo contra 47,71% para a Renamo].

⁸³² Ver nota 66 do anexo (V parte).

potenciais de antecipação do real da actualidade tendo em conta a matéria em causa. Por outro lado, um argumento muito repetido pelos entrevistados em vésperas das eleições, era que «esses que agora estão no poder já enriqueceram, por isso, já não vão precisar de roubar muito»⁸³³, ao contrário dos novos que viessem a tomar conta do estado. Esses novos iriam querer «encher a barriga». Acrescentava-se que «se aqueles que estão no poder tiverem de sair, não sairão a bem e antes de irem embora vão tirar todo o dinheiro e os apoios externos podem desaparecer». Por isso, a fome e as privações poderiam voltar.

O contra-argumento que aflorava (e aflora) nos discursos a favor da alternância política, embora tendencialmente circunscrito aos que manifestavam algum tipo de afinidade com a Renamo, defendia que enquanto que em 1974-1975 os portugueses foram embora e, por isso, a Frelimo abusou porque ficou sozinha, se agora (ou no futuro) a Frelimo sair do poder, os seus membros não têm para onde ir. Vão permanecer em Moçambique a controlar eventuais abusos dos novos que tomarem o poder, a Renamo⁸³⁴.

Ponderados os dados disponíveis, apesar de dominarem tendências no pensamento social que apontam de forma clara para a manutenção na governação do partido que exerce o poder – e que a pesquisa complementar revelou serem mais salientes em 2008 do que eram em 2004 – não quer dizer que não se reivindicuem mudanças que visam alterar o que se considera negativo na acção governativa. Bem pelo contrário. Porém, o que se verifica é que o jogo das expectativas de mudança, para a maioria das pessoas, acaba por tender a circunscrever-se à esfera da Frelimo. De qualquer modo e no limite, não se pode considerar que existam incongruências, no pensamento social, entre a Frelimo poder ser representada como a coisa e o seu contrário. É precisamente isso que demonstram as representações sociais sobre Samora Machel, Joaquim Chissano e Armando Guebuza⁸³⁵.

As análises que elaborámos sobre a relação entre o voto e a mudança a partir do estudo de caso da cidade de Tete não podem ser transpostas automaticamente para outras zonas de Moçambique, em especial para as zonas controladas pela Renamo. Aí os discursos do senso comum sobre o tema talvez tornassem particularmente salientes questões associadas à fraude eleitoral como explicação para a inexistência de alternância política em

⁸³³ Ver nota 67 do anexo (V parte).

⁸³⁴ Ver nota 68 do anexo (V parte).

⁸³⁵ Cf. Capítulo 29. *Atributos do líder ou atributos do estado?*

Moçambique desde a instituição do multipartidarismo. É o que se verifica nos discursos da minoria de habitantes da cidade de Tete que explicitamente declara pertencer ou ser simpatizante da Renamo⁸³⁶.

30.3. Democracia: uma palavra com valor

Um dado saliente dos discursos do senso comum é o recurso frequente ao vocábulo democracia para categorizar o sistema político que vigora em Moçambique desde a primeira metade da década de noventa⁸³⁷. Acrescente-se a valoração positiva relativamente consensual desse mesmo sistema⁸³⁸. É raro surgir um discurso que conteste a democracia como modelo adequado à governação do país. Tratar-se-ia, portanto, de um erro de análise considerar que aquelas populações rejeitem, são indiferentes ou não entendem o significado da democracia. Os dados empíricos disponíveis indiciam o inverso.

Todavia, uma vez que se estuda a democracia enquanto representação social, evita-se confundir o acessório (o rótulo) com o essencial, sendo que o essencial se centra na análise das funções conferidas, no contexto social em causa, ao objecto democracia. Explicitaremos, por isso, as hipóteses empíricas que sustentem a valoração positiva da democracia em Moçambique.

Uma primeira hipótese empírica é a de se considerar que, na essência, o vocábulo democracia foi ancorado no pensamento social sobre o político em Moçambique como contraponto ao vocábulo precedente de socialismo. Mais do que concepções abstractas (ou teóricas) que tais termos comportam, é sobretudo a factualidade histórica que lhes está subjacente que explica o sentido que lhes é conferido no conhecimento social. Não seria errado considerar, a partir dos discursos do senso comum, os objectos socialismo e democracia como mutuamente exclusivos. Ou seja, há a tendência para a democracia ser representada como o que não é o socialismo (e vice-versa)⁸³⁹.

⁸³⁶ Ver nota 64 do anexo (V parte).

⁸³⁷ Cf. Ribeiro 2000, pp. 148 e segs.; Saul 2005, pp.74-79 e 94-106.

⁸³⁸ Cf. Serra 1999.

⁸³⁹ Cf. McGarty 1999.

A democracia, enquanto sistema político, tal como ancorou no pensamento social em Moçambique desde a primeira metade dos anos noventa, tem subjacente associações positivas que se tendem a estabelecer com: a paz; a estabilidade social e/ou a uma maior tranquilidade das elites; o crescimento económico e a conseqüente melhoria das condições de subsistência; a liberdade de as pessoas possuírem a sua propriedade, terem autonomia para desenvolver actividades de subsistência e poderem deslocar-se sem os constrangimentos do colectivismo socialista ou da guerra; as eleições.

Esses são os atributos que acabam por ser conferidos ao regime que se toma por democrático, precisamente por se tratar de realidades históricas concomitantes, isto é, elas e a democracia surgiram e têm evoluído ao mesmo tempo. Desse modo, torna-se extraordinariamente difícil, no plano analítico, isolar dimensões abstractas ou universais de democracia a partir deste estudo de caso assente em discursos do senso comum. Os últimos nunca se desprendem das especificidades da sua realidade social, sendo que a expectativa dominante, como vimos noutros pontos deste capítulo, é a de que as estruturas políticas garantam a estabilidade e o funcionamento do actual regime democrático.

É também a referência ao conjunto de fenómenos citado que marca a diferença em relação ao que se toma por socialismo ou, em bom rigor, por tempo do socialismo em Moçambique⁸⁴⁰. O último associa-se ao período da guerra; à instabilidade social em geral; ao maior desrespeito pelos indivíduos e pelas comunidades por parte das autoridades; à agitação das elites; a carências diversas, em especial alimentares, que chegaram a atingir níveis traumáticos. Todavia, o atributo mais saliente conferido ao socialismo é o da colectivização da produção e é precisamente esse aspecto que mais confere características predominantemente negativas ao socialismo visto aos olhos de hoje.

Não quer dizer que o socialismo seja representado apenas por esses atributos negativos. As avaliações do objecto Samora Machel, como se viu, em particular no que tem a ver com a acção social do estado – em domínios como o ensino, a saúde ou a ordem pública, por exemplo – consideram também atributos positivos do socialismo⁸⁴¹. Mas a verdade é que esse passado socialista tende a tornar-se negativo quando avaliado em contraponto ao actual sistema democrático. Só é possível, na maior parte dos casos, chegar às

⁸⁴⁰ Cf. Moscovici & Vignaux 2000 [1994], pp.156-183, em especial pp.179 e segs.

⁸⁴¹ Cf. Capítulo 29. *Atributos do líder ou atributos do estado?*

representações sociais por via da interacção contextual entre temas que os próprios actores sociais tomam como contraditórios, de modo explícito ou subentendido. Ponderando o que está em causa, nas avaliações hoje dominantes, o socialismo perde claramente para a democracia. Significa isso que o presente e o futuro, apesar de todas as dificuldades e limitações, surgem, ainda assim, para as pessoas comuns como muito mais prometedores do que foi o passado pós-colonial socialista (mas também, ainda que por outras razões, do que foi o passado colonial). Dito em linguagem metafórica, se o poder mobilizador do socialismo em Moçambique parece esgotado⁸⁴², a utilidade social atribuída ao que se designa por democracia mantém-se plenamente válida.

Uma segunda hipótese para a valoração positiva da democracia no pensamento social em Moçambique tem a ver com o facto de, através de uma palavra ou expressão, ser possível convocar e dar vida social a uma realidade complexa pela sua simplificação. Esse é um dado importante no funcionamento das representações sociais, dado que dependem da comunicação. A última será tanto mais eficaz para a organização significativa do real quanto mais assentar em códigos simples. É a partilha pelos indivíduos de referentes consensuais, facilmente descodificáveis, mesmo e sobretudo quando apenas enunciados, que permite aos membros de determinada comunidade participar activamente na construção da sua própria realidade. O recurso a palavras significativas constitui um processo-chave de apropriação e domesticação do real pelas próprias sociedades. Se, na dimensão política do pensamento social em Moçambique, isso vale para o socialismo (como valeria, por exemplo, para vocábulos como Frelimo ou Renamo), a forte valorização social da democracia sustenta-se no facto da palavra em si convocar automaticamente atributos essencialmente positivos.

Em termos mais pragmáticos, o que referimos significa que a democracia enquanto realidade institucional depende da estabilidade social e a estabilidade do social, por sua vez, depende da valorização da democracia enquanto construção comumente partilhada. Assim sendo, considerar-se a democracia como um sistema governativo imposto de fora a Moçambique e aos moçambicanos, mesmo que essa asserção contenha uma parcela de verdade, limita-se ao lado menor da questão. Os dados empíricos de que dispomos

⁸⁴² Os dados empíricos de que dispomos para Moçambique recolhidos entre 1997 e 2008 contrariam radicalmente as teses defendidas por Saul 2005, concretamente a apologia do retorno do socialismo como ideologia essencial para a gestão política da África pós-colonial.

evidenciam uma tendência em Moçambique no sentido de se interiorizar uma nova representação da relação do estado com as sociedades (isto é, uma nova forma de produção do político), representação que marca uma diferença positiva importante em relação ao que antes existia. Conferiu-se a essa nova realidade um rótulo: democracia. Torna-se por isso irrelevante saber se essa representação obedece ou não ao que se toma como padrão universal (isto é, ocidental) de democracia. Tendo em conta que um sistema político tanto depende do modo como as estruturas de governação existem e funcionam, quando do modo como as pessoas comuns se orientam em relação a elas, o que existe em Moçambique é funcional e mantém-se viável.

Uma terceira hipótese que permite explicar a valoração positiva socialmente consensual da democracia, pelo menos a partir deste estudo de caso, é porque ela não fracciona a avaliações sobre o sistema político, isto é, permite sustentar consensos numa sociedade que antes da democracia, sobretudo ao nível das decisivas elites políticas, estava fraccionada pela guerra. Mesmo quando estão em causa discursos de actores sociais explicitamente conotados com a Frelimo ou com a Renamo (as duas forças políticas oponentes que controlam de modo praticamente hegemónico as estruturas políticas em Moçambique), tais discursos não se diferenciam quanto a avaliações do sistema governativo em si. É muito mais fácil encontrar – no geral em pessoas que evitam «envolver-se na política» – o que se pode designar por distanciamento ou indiferença face ao que existe (aquilo que Albert Hirschman designa por *exit*) e raramente atitudes de recusa do modelo governativo que vigora. Quanto mais nos aproximamos dos discursos dos actores sociais mais explicitamente interessados em questões associadas à governação do seu país (ou, por outras palavras, indivíduos política ou até partidariamente comprometidos), mais consensual é a valoração positiva da democracia. São normalmente esse tipo de actores sociais que podem potenciar a manutenção (neste caso) ou a transformação (noutros casos) dos sistemas governativos.

Se a transição política de meados dos anos setenta marcou um tempo porque a independência é representada como irreversível, a transição da primeira metade dos anos noventa marca também estruturalmente a actualidade porque (pelo menos no plano do desejável e até ao momento) a democracia é também representada como irreversível. Essa é uma diferença sensível entre a relativa apreensão quanto ao futuro que existia na

conjuntura que precedeu as eleições de 2004 e as maiores certezas sobre a estabilidade do sistema político no presente e no futuro próximo detectadas em 2008.

Uma quarta hipótese, diferente das anteriores, mas que contribui também para o consenso social em torno da democracia tem a ver com o facto de a última, tal como tem funcionado em Moçambique, não implicar necessariamente rupturas no modo como os actores sociais representam a sua relação com o poder. Se, como se defendeu, os anos noventa marcaram uma transformação significativa no tipo de relação entre o estado e as sociedades, nomeadamente a passagem de um modelo autoritário e violento para um modelo de cariz mais contratual; também como se defendeu, a relação de alteridade entre governantes e governados que caracteriza o actual multipartidarismo («o poder são ‘eles’») mantém uma coerência de longa duração em Moçambique entre o sistema colonial, o sistema socialista e o sistema democrático: quem detém o poder é representado como excluído das identidades sociais nas quais os governados se consideram enquadradas⁸⁴³.

Quando se tornam salientes nos discursos do senso comum avaliações negativas das estruturas políticas, tal como funcionam desde a transição para o multipartidarismo nos anos noventa, tais críticas têm invariavelmente subjacente considerações que apontam para o «mau uso»; a «má interpretação»; ou a «má implementação» da democracia pelas diferentes forças políticas em Moçambique. Naturalmente que os entrevistados com pertenças partidárias mais explícitas (Frelimo ou Renamo) fazem incidir esse tipo de atitudes negativas nos seus adversários partidários. Porém – era aqui que se pretendia chegar – o que se verifica é a tendência das expectativas de melhoria do sistema político não se focalizarem numa maior participação dos indivíduos e das comunidades nos processos políticos (*input*), mas antes que se transforme o modo como os detentores do poder político exercem o poder (*output*)⁸⁴⁴. Ou seja, «são ‘eles’, os poderosos, que têm de mudar de comportamentos»; «são ‘eles’ que têm de governar de outra maneira». O «nós» coloca o corpo de fora das decisões governativas.

Gabriel Almond e Sidney Verba consideram que as culturas políticas participativas são congruentes com as estruturas políticas democráticas precisamente porque em ambas a

⁸⁴³ Cf. Heimer *et alii* (2005b), pp.23-24.

⁸⁴⁴ Cf. Almond & Verba 1989 [1963].

relação dos indivíduos com o poder que os tutela focaliza-se no *input* (isto é, na vontade dos indivíduos em participar de modo permanente e diversificado nos processos de decisão, sentindo-se parte integrante das dinâmicas políticas). Em sentido diferente, a saliência do *output* (isto é, quando os indivíduos tendem a distanciar-se da participação nos processos de decisão, focalizando as expectativas apenas em serem bem governados) caracteriza uma cultura política de súbdito, por seu lado, congruente com estruturas políticas autoritárias. Ou seja, ao nível das atitudes face à participação cívica com conteúdo político em Moçambique (isto é, atitudes que se referenciam ao estado), o que era aparentemente era próprio do sistema colonial e do socialismo tende a perpetuar-se na democracia.

Daí a dificuldade em se utilizarem rótulos para o sistema político em Moçambique, mesmo que tais rótulos sejam de uso corrente nos discursos dos próprios actores sociais (que neste caso auto-classificam o sistema político do seu país como democrático). Porém, nada do que ficou escrito significa que se recuse a designação de democracia quando aplicada ao sistema político que, na actualidade, vigora em Moçambique. A questão é que, para uma análise mais eficaz do que existe, num panorama muitas vezes dominado por análises epidérmicas, o recurso ao conceito de democracia, sem um necessário distanciamento crítico, pode dificultar mais do que facilitar.

30. Representações sociais da participação eleitoral

CONCLUSÕES

Conclusões

CONCLUSÕES

ESTRUTURA TEÓRICA E METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

Pressupostos teóricos da investigação

«O pensamento social sobre o político em Moçambique – estudo de caso da cidade de Tete» trata-se de uma investigação que partiu de uma posição epistemológica de tendência construtivista (Berger & Luckmann 1999 [1966]). Nela o político é concebido como fenómeno social em (re)constituição permanente e não enquanto essência dada. Quem o analisa nessa perspectiva tem de fazê-lo olhando para e a partir das respectivas sociedades. Na busca de uma resposta teórica tão eficaz quanto possível à preocupação com a maneira como estas pensam o político recorreu-se ao conceito de representações sociais. O último assume papel-chave no estudo (Moscovici 2000 [1984]).

O sentido da abordagem é o de considerar as representações sociais enquanto fenómenos que remetem para o pensamento colectivamente gerado, partilhado e permanentemente reelaborado a partir das interacções em que os indivíduos participam no dia-a-dia. Para a sua existência quer as ideologias, quer a história, quer ainda os acontecimentos quotidianos constituem a matéria-prima a partir da qual se produzem as representações sociais. Elas constituem-se, desse modo, enquanto fenómenos simbólicos com vida própria que permitem aos indivíduos organizarem, por si e para si, o real de modo significativo, sempre a partir de olhares selectivos sobre o mundo que os rodeia, traduzidos em valorações e omissões selectivas das informações que circulam no espaço público. Compreender o pensamento social por via das representações implica, portanto, conferir especial atenção aos discursos que as revelam. Característica intrínseca às representações sociais é o facto dos processos a elas associados implicarem um papel activo dos actores sociais. Assim sendo, a teoria e o conceito de representações sociais são fortemente marcados pela intenção de captar as realidades tal como se manifestam.

Recorremos ainda ao subconceito de *themata* (Moscovici & Vignaux 2000 [1994]), uma vez que ele se revela essencial para a compreensão do conceito de representações sociais. Os indivíduos focalizam a sua atenção em determinados objectos que se tornam princípios organizadores a partir dos quais se constituem ou renovam as representações sociais. O *thema* (singular de *themata*) é o que é escolhido e privilegiado entre as múltiplas

possibilidades existentes no mundo quotidiano e que ganha, desse modo, relevância social através dos discursos que circulam no espaço público. É a selecção desses temas pelos actores sociais que permite conferir conteúdos precisos às representações. O tema é o que caracteriza a relação entre, por um lado, aquilo que é estável e central nas representações (o núcleo) e, por outro lado, o que é periférico e, por isso, menos resistente à pressão da comunicação e da mudança.

A natureza intrinsecamente dinâmica das representações sociais tem a ver com o facto dos *themata* funcionarem como ideias elementares (ou ideias primárias⁸⁴⁵) que assentam em proposições ou conceitos que estabelecem entre eles relações dialécticas explícitas ou subentendidas, num leque infinito de possibilidades, sendo que a sua validade é conferida pela relevância que os actores sociais lhes conferem. Tem a ver com o modo como se manifestam, nos discursos do senso comum, por exemplo, as associações entre colono/colonizado; liberdade/opressão; saúde/doença; loucura/lucidez; rico/pobre; dominante/dominado; guerra/paz; portugueses/Frelimo ou Frelimo/Renamo; elites/povo; etc. Compreender os sistemas de oposições das diferentes representações sociais é captar o processo que as mantém permanentemente vivas enquanto fenómenos sociais.

Um outro conceito, o de cultura política, assume a função de conceito complementar. Trata-se de um instrumento de análise apenas usado na medida em que permite operacionalizar o conceito-chave de representações sociais, por conferir-lhe uma focagem sobre o político, tal como pretendíamos. A opção foi a de trabalhar o conceito a partir da formulação de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989 [1963]). Essa proposta, para além de clarificar as diferentes dimensões em que se organiza o pensamento social sobre o político (dimensão cognitiva, dimensão avaliativa-afectiva e dimensão conativa), propõe uma taxonomia assente em três tipos de cultura política – cultura política paroquial, cultura política de súbdito e cultura política participante – associando-os, respectivamente, a estruturas políticas tradicionais, a estruturas políticas autoritárias e a estruturas políticas democráticas.

⁸⁴⁵ Concebidas também como ideias preexistentes ou objectos primários.

Todavia, estabeleceu-se um distanciamento crítico em relação à proposta referida por comportar uma carga normativa demasiado rígida derivada de dois pressupostos: uma interpretação da evolução histórica das sociedades que é concebida seguindo intensamente o modelo ocidental; e implicar a existência de constelações relativamente sedimentadas (de atitudes, crenças e valores) relacionadas com o político, o que pressupõe tecidos sociais estabilizados. A questão é que nenhum desses pressupostos tem em consideração as realidades específicas da África Subsaariana, pelo que a aplicabilidade do conceito na forma de operacionalização imaginada por Gabriel Almond e Sidney Verba nesse tipo de sociedades fica, à partida, fortemente limitada. Mas não é isso que anula o seu importante valor teórico, sobretudo se usado como conceito complementar de outro ou outros conceitos que aproximem as investigações de modo mais eficaz das realidades empíricas.

Adquire ainda relevância para estudos com as características do nosso a forma como, através do seu conceito de cultura política, os autores definem sistema político. Apresentam-no como algo relativamente abrangente que comporta duas dimensões: as estruturas políticas, que têm a ver com as instituições de governação tal com existem e funcionam, em particular o estado; e as culturas políticas, que têm a ver com a maneira como os indivíduos se orientam face às estruturas políticas que os tutelam.

Não podendo separar ou isolar radicalmente o pensamento social das práticas sociais, a clareza da noção de sistema político referida foi importante para que delimitássemos com maior rigor o domínio de investigação que nos interessava. A intenção foi a de fazer corresponder o estudo das estruturas políticas ao estudo das práticas sociais relacionadas com o político, enquanto a abordagem da cultura política corresponde ao estudo da dimensão política do pensamento social. Ficou então estabelecido que o objecto específico da investigação era o último aspecto ou, dito de outra forma, interessava-nos compreender o modo como os indivíduos se posicionam face a determinados objectos de natureza política. Tal opção legítima que se excluam das nossas análises, tanto quanto possível, as práticas sociais. Portanto, a pesquisa não contempla o modo como a política é exercida, focalizando-se apenas no modo como as pessoas pensam a política.

Salientamos ainda o senso comum enquanto termo usado de modo específico na teoria das representações sociais. Serge Moscovici não confere particular destaque à ruptura

Conclusões

epistemológica com os saberes de senso comum que o analista das questões sociais deve estabelecer como condição para a produção de saberes científicos. Sem negar isso, o autor confere particular relevância à ideia de que o senso comum, nas sociedades contemporâneas, é também produto da própria ciência – dado que resulta não só de saberes de origem popular, mas é também produzido pelas elites de cima para baixo através da divulgação massificada de conhecimentos de origem científica –, acabando por sublinhar que é no decurso da comunicação e da cooperação que se produzem as representações sociais. Daí que a análise do senso comum constitua a essência das investigações sobre representações sociais (Moscovici 2000 [1984; 1994; 1998]). Desse modo, centrámo-nos de modo muito específico no estudo dos discursos do quotidiano sobre o político que circulam no espaço público. Eles apresentam-se como vectores principais através dos quais se produzem, circulam, reelaboram permanentemente e captam as representações sociais.

Um outro instrumento subsidiário dos anteriores foi a noção de objecto de atitude a partir da definição de Shelly Chaiken e Alice Eagly (1993). Não interessava uma abordagem aprofundada do conceito de atitude, mas ir em busca de um instrumento que respondesse a uma ausência de clarificação suscitada por um dos aspectos da teorização de Serge Moscovici, nomeadamente a necessidade de se diferenciar os *themata* (os temas a partir dos quais se organiza o conhecimento social sobre determinado objecto) do objecto de atitude em si (o objecto a que os temas se reportam, no caso da nossa investigação o estado). Dito por outras palavras, o objecto estado em Moçambique mantém-se constante ao longo da investigação e é ele que é avaliado pelos actores sociais. O que muda são os *themata* com base nos quais o estado é avaliado. A partir da definição de objecto de atitude de Shelly Chaiken e Alice Eagly (1993), torna-se explícita a noção de o pensamento social se constituir em torno de objectos cujas características são, por um lado, o facto de estarem delimitados em relação aos demais objectos e, enquanto tal, identificados pelo pensamento social e, por outro lado, serem avaliados pelos indivíduos num contínuo entre o positivo e o negativo.

Foi a articulação entre o conceito de representações sociais e a noção de objecto de atitude que nos permitiu captar de modo mais preciso, na realidade empírica, a dimensão subjectiva do social.

O conceito de estado, no modelo de análise da investigação, foi também decisivo para a operacionalização da abordagem. Uma vez que o referente estado é relevante na orientação do pensamento do senso comum em Moçambique, e dado que o político não se esgota no estado, considerou-se que, para a investigação, a dimensão política do pensamento social se constituía precisamente em torno do estado (Weber 1978 [1922]; Bayart 1989 e 1996). Sempre que o poder central que tutela as sociedades surgia como relevante na orientação dos discursos dos actores sociais – manifestando-se aquilo que Max Weber designa por associação de dominação de natureza política (Weber 1978 [1922], vol.1, p. 53) –, consideramos estar-se na dimensão política do pensamento social. Para além disso, se a abordagem do político comporta uma inevitável carga normativa, com intuito de minimizar os seus efeitos nas nossas análises, procuramos utilizar o conceito de estado da forma mais neutra possível. Evitamos qualificá-lo («estado-nação»; «estado-tradicional»; «estado-socialista»; «estado-democrático»; «estado-patrimonial»; «estado-português»; «estado-moçambicano»; «estado-africano»; «estado-pós-colonial-da-I-república»; «estado-pós-colonial-da-II-república») ou adjectivá-lo («estado-sucedido»; «estado-fracassado»; «estado-forte»; «estado-fraco»; «estado-em-desenvolvimento»; «estado-em-crise»)⁸⁴⁶. Tratando-se de uma das questões problemáticas que se coloca com especial acuidade no estudo dos sistemas políticos africanos, a opção referida permite orientar as análises para domínios mais distanciados de rótulos.

Mesmo o recurso às expressões «estado colonial» e «estado pós-colonial» aplicáveis a Moçambique, embora, nesse caso, se trate de realidades históricas factuais, ainda assim foram evitadas. Quer pela carga ideológica e/ou emotiva que, de uma maneira ou de outra, tais expressões acabam por comportar, quer porque induzem à partida uma noção de descontinuidade histórica na estrutura e funcionamento do estado com a transição para a independência que, no caso de Moçambique, deve ser equacionada com algum distanciamento crítico. Nesse sentido, Jean-François Bayart (Bayart 1989) propôs (quicá conscientemente) uma ferramenta heurística eficaz: *L'état en Afrique*. A expressão contribui, a seu modo, para libertar o estado da sua carga genética (pré-colonial; colonial; ou pós-colonial) que a amarra a determinadas interpretações reificadas, bem como a

⁸⁴⁶ Pitcher 2002, pp.17-19 e segs.

expressão permite mais facilmente considerar o estado uma instituição dinâmica, invariavelmente endógena e idiossincrática.

A opção consistiu, portanto, em libertar o conceito de estado, na medida do possível, de ideias pré-concebidas.

Questões metodológicas: as recolhas empíricas e o seu tratamento

Nas diversas etapas de trabalho de campo em Moçambique recorreremos, de forma sistematizada e ao longo dos anos, à realização de entrevistas semi-directivas a pessoas comuns com o intuito de captar discursos do quotidiano sobre o estado. Depois das pesquisas para o mestrado (1997 e 1998) e da fase preparatória desta investigação (2003) terem envolvido diversos espaços (províncias de Maputo, Tete e Nampula; espaços rurais e urbanos; e ainda uma ida pontual à cidade de Lichinga na província do Niassa)⁸⁴⁷, decidimos, para as recolhas empíricas sistemáticas realizadas em 2004, investir apenas no estudo de caso da cidade de Tete (centro-interior ou noroeste). Trata-se de um espaço no qual havíamos continuamente trabalhado e, sobretudo, porque a cidade de Tete possui características particulares que justificavam a sua escolha enquanto ponto de ancoragem de uma investigação sobre o pensamento social sobre o político referenciado ao estado em Moçambique. Em 2008 realizámos trabalho de campo complementar na cidade de Tete (que corresponde também a um distrito) e em mais sete dos treze distritos da província de Tete (Mutarara, Moatize, Tete, Changara, Cahora-Bassa, Angónia e Chiúta), pesquisa empírica que permitiu validar, corrigir e complementar os dados anteriormente recolhidos.

Tete é uma cidade onde, desde a época colonial, o estado tem mantido uma forte presença, sendo que a articulação entre as permanências e as mudanças ao longo do tempo na relação entre o estado e as sociedades naquele espaço permite compreender as características do actual sistema político em Moçambique. Por seu lado, as estruturas administrativas moldadas pela Frelimo na cidade de Tete nos primeiros anos da independência (1974-1975) mantêm-se relativamente funcionais na actualidade, o que lhes confere uma natureza

⁸⁴⁷ Para elementos mais pormenorizados sobre as pesquisas de terreno em Moçambique desde 1997, cf. capítulo 6. *O trabalho de campo*; Ribeiro 2000.

eminentemente (mono)partidária que se prolonga no multipartidarismo, o último surgido na primeira metade da década de noventa.

O espaço em estudo insere-se num contexto regional de particular sensibilidade estratégica para Moçambique porque, tal como o país, a província de Tete assemelha-se a uma península rodeada por países anglófonos (Malawi, Zâmbia e Zimbabwe). É também na província de Tete que se situam recursos energéticos estratégicos para Moçambique e para os países vizinhos: em primeiro lugar, a barragem hidroeléctrica de Cahora-Bassa, no Songo, cujo funcionamento data de inícios dos anos setenta; em segundo lugar, as reservas minerais do subsolo, com destaque para as reservas carboníferas de Moatize. Precisamente por esse conjunto de características, trata-se de uma província para onde alastraram os dois grandes conflitos armados que marcaram o último meio século da história de Moçambique: primeiro, a luta de libertação nacional (1964-1974) que atingiu a província de Tete desde finais dos anos sessenta; depois, a guerra entre a Frelimo e a Renamo (1976/7-1992) que assolou a província desde inícios dos anos oitenta. A região de Tete é caracterizada por ser de contrastes quanto à presença do estado: por um lado, zonas de forte influência do poder central (política; militar; e/ou económica), como a cidade capital de província e as sedes administrativas dos restantes doze distritos da província, e, por outro lado, territórios periféricos que acabaram por se tornar apelativos para aqueles que combatiam o estado (primeiro a Frelimo em relação ao poder colonial; depois a Renamo em relação à Frelimo).

Tendo em conta as razões da escolha do local referido para a ancoragem do estudo, no plano metodológico é ainda importante deixar clara a relação entre o micro e o macro, sendo que essa é uma característica estruturante da investigação. Se os actores sociais com os quais se trabalhou estavam inseridos num espaço específico de um país marcado pela heterogeneidade: a cidade de Tete; a esses mesmos actores sociais era solicitado que avaliassem objectos associados ao estado em Moçambique ao longo do tempo, o que apontava para a formação territorial nacional. Não é, portanto, legítimo considerar que a investigação procurou compreender como os moçambicanos pensam a política, mas antes, como aqueles moçambicanos entrevistados, inseridos num determinado contexto social, pensam a política do seu país. Todavia, o tipo de objecto de atitude em causa (o estado), ao implicar que o pensamento social sobre o político se focalize na formação territorial nacional, permite que se equacionem determinadas hipóteses empíricas que, mais do que se

Conclusões

limitarem a explicar a cidade de Tete, permitem também compreender o próprio país. Na verdade, uma das características das investigações sobre o social é a de, tendo em conta determinados limites devidamente ponderados, permitir sustentar a compreensão de realidades que estão para além das particularidades dos estudos de caso que as originam.

Nem sequer é legítimo considerar-se, em bom rigor, que se estudou a maneira como os habitantes da cidade de Tete pensam a política. Isso porque era inviável fazer um trabalho desta natureza que fosse, ao mesmo tempo, aprofundado e estatisticamente representativo. Preferimos a primeira opção com as vantagens e desvantagens que ela acarreta. Para tal foram realizadas sessenta e uma entrevistas, cuja duração oscilou entre uma e três horas, com um total de sessenta e oito entrevistados (59 entrevistas realizadas na cidade de Tete e 2 na vila próxima de Moatize, entre Junho e Agosto de 2004).

Todavia, dado que o estudo surge na sequência de pesquisas de campo anteriores em Moçambique sobre o mesmo domínio, recorreremos, sempre que se revelou pertinente, de forma explícita ou implícita, ao material empírico recolhido para o mestrado em 1997 (30 entrevistas) e 1998 (24 entrevistas) e, particularmente, aos dados obtidos quer na fase exploratória da investigação em 2003 (36 entrevistas), quer no trabalho de campo complementar de 2008 (26 entrevistas) após as recolhas sistemáticas (2004). Desse modo, a investigação assenta numa ampla base empírica, construída ao longo de cerca de uma década em diversos locais do país, comportando registos de mais de centena e meia de entrevistas formais, para além de outras anotações do terreno (nomeadamente notas escritas diversas), diálogos informais e da participação num estudo sobre o assunto assente na realização de um inquérito em 2004 (Heimer *et alii* 2005b).

O material empírico recolhido permitiu, primeiro, que se identificassem, através da análise do conteúdo das entrevistas, determinados temas salientes nos discursos do senso comum em que se avaliava as relações entre o estado e as sociedades; depois, que esses temas fossem isolados; por último, que a sua análise permitisse caracterizar as representações sociais que sustentam a dimensão política do pensamento social referenciado ao estado em Moçambique. Face à multiplicidade de temas resultantes do tratamento do material recolhido, a componente do texto que se reporta directamente a essa análise foi organizada em quatro partes, a saber:

- i) temas referentes ao período colonial (II parte – capítulos 10 a 16);
- ii) temas associados ao processo de transição para a independência (III parte – capítulos 17 a 20);
- iii) temas que permitiram estabelecer continuidades entre o período colonial e o período pós-colonial socialista (IV parte – capítulos 21 a 25);
- iv) temas referentes ao período pós-colonial (V parte – capítulos 26 a 30).

Não era possível, nem nunca se pretendeu, produzir análises que compartimentassem de forma rígida as representações do estado em Moçambique a partir de um critério cronológico assente nas habituais periodizações: período colonial (até 1975); período pós-colonial socialista (1975 a inícios dos anos 90); e período pós-colonial multipartidário (desde inícios dos anos 90). Esses referentes serviram apenas para organizar o material empírico, dado que os discursos que suportam as análises, sendo da actualidade, estabelecem paralelos permanentes entre diferentes momentos da história do país.

ANÁLISE DA REALIDADE EMPÍRICA

Características do pensamento social sobre o político em Moçambique

De agora em diante apresentar-se-á uma síntese dos resultados da pesquisa empírica, isto é, como se caracterizam, na essência, as representações sociais das relações entre o estado e as sociedades em Moçambique a partir do estudo de caso da cidade de Tete.

Representações sociais da colonização portuguesa

As representações sociais da colonização portuguesa existentes na cidade de Tete (e provavelmente em Moçambique) tendem a estruturar-se num contínuo que oscila entre duas expressões: trabalho forçado (*chibalo*) e acção civilizadora, os extremos negativo e positivo. Essa estrutura dialéctica das representações da colonização é a linha de interpretação mais sólida que pode ser estabelecida.

Nesse sentido, oscilam também as avaliações entre a acção do estado (tendencialmente negativa) e das igrejas (tendencialmente positiva). O mesmo para as comparações entre a colonização portuguesa e a colonização inglesa dos países vizinhos (Malawi, Zâmbia e, sobretudo, Rodésia/Zimbabwe e África do Sul), sendo que, nessa comparação, à primeira são conferidos os atributos negativos do fraco índice de desenvolvimento e de limites à

Conclusões

formação escolar e técnica dos colonizados e tem como atributo positivo o tendencial não-racismo dos portugueses; a colonização inglesa tende a ter como atributo negativo um racismo mais radical e positivos o desenvolvimento económico mais rápido, associado ao progresso tecnológico e à maior valorização social dos colonizados anglófonos, assente numa formação escolar e técnica tida como mais elevada.

Destacam-se ainda as valorizações da estabilidade e previsibilidade das relações sociais na época colonial, mas também o corte simbólico com esse período enquanto fundamento de legitimidade política no período pós-colonial. Nunca se põem em causa a legitimidade e a justiça da independência nacional, independentemente das valorações positivas ou negativas conferidas ao sistema colonial português em Moçambique.

As representações sociais da época colonial existentes na actualidade reflectem também transformações que foram ocorrendo em Moçambique nas últimas décadas. Não era, seguramente, do mesmo modo que se representava a colonização portuguesa há uma, duas ou três décadas. A esse propósito, em relação às recolhas empíricas de 1997-1998, verificámos que, cerca de uma década depois, quando estão em causa atributos considerados positivos do sistema colonial, a tónica das avaliações já não incidia sobretudo na valoração positiva na vida material proporcionada pelo sistema colonial (casas, prédios, pontes, estradas, cidades, estruturas ferroviárias, complexos industriais, rede telefónica e eléctrica, etc.), mas também numa lógica relativamente clara atribuída ao funcionamento da administração colonial (planificação e implementação efectiva de obras públicas e de serviços para benefício das populações; utilização racional dos recursos; regulação eficaz da vida nos espaços públicos, como o combate ao crime; acesso mais facilitado ao mercado de trabalho; formação escolar e profissional tida como mais qualificada; mas também de algo que poderemos designar por promoção do civismo).

A razão dessas tendências nas representações da colonização detectadas no intervalo de uma década (1997/1998 *versus* 2003/2004/2008) tem a ver com o facto da realidade actual permitir que o progresso material do país independente seja cada vez mais representado como possível, sobretudo quando se compara o que vem acontecendo desde a década de noventa com o período pós-colonial antecedente, marcado pela guerra e por graves carências ao nível alimentar e no acesso aos mais diversos bens de consumo. Ainda que o

desenvolvimento actual seja associado a apoios externos, não é isso que anula ou diminui o carácter endógeno (no sentido de genuinamente pós-colonial) das melhorias que se têm verificado. Porém, quando estão em causa outros atributos considerados positivos do sistema colonial, e dado que o funcionamento, na actualidade, da máquina administrativa do estado tende a ser valorado negativamente, confere-se maior atenção ao funcionamento do sistema colonial nesse domínio. Mas as alterações referidas, por muito que se trate apenas de indícios, estão longe de se traduzir num apagamento do período colonial enquanto referente que permite aos actores sociais organizarem, por e para si próprios, o real de modo significativo. Simplesmente registam-se, em função das transformações do presente, mudanças de enfoque na ponderação dos diferentes atributos (positivos e negativos) da herança colonial.

Em síntese, a colonização portuguesa em Moçambique mantém a função importante de permitir constituir representações sociais alternativas que remetem para um outro tipo de relacionamento entre o estado e as sociedades ao qual o senso comum recorre para autoavaliar o sistema (social, político, económico ou cultural) em que as pessoas vivem na actualidade. Desse modo, as nossas análises permitem sustentar a tese de as valorações negativas e positivas funcionarem por contraposição, não sendo despropositado inferir que os atributos positivos conferidos ao sistema colonial correspondem aos atributos negativos do actual sistema pós-colonial e vice-versa. Mas esse tipo de inferências tem validade interpretativa apenas para situações devidamente contextualizadas.

O significado do período de transição para a independência (1974-1975)

De acordo com a teorização proposta por Serge Moscovici (2000 [1984]), a análise das avaliações hoje existentes da conjuntura que marcou a transição para a independência (1974-1975) foi elaborada tendo em conta os dois processos-chave através dos quais, no plano teórico, se explica a constituição de novas representações sociais. O primeiro, a ancoragem, significa, em traços genéricos, transformar algo de estranho, desconhecido ou perturbador em familiar, no sentido da apropriação ou domesticação do não-familiar. O segundo, a objectivação – que só existe em função da ancoragem e vice-versa –, tem a ver com aquilo que transforma, ao nível do pensamento social, o que era não-familiar em óbvio, no que passa a fazer parte da essência da realidade, que se torna evidente, hegemónico, que passa a estar acessível.

Conclusões

A transição para o período pós-colonial (1974-1975) implicou reelaborações profundas. Sem a análise das origens das representações sociais germinadas nessa conjuntura dificilmente se consegue caracterizar o pensamento social sobre o político em Moçambique em todo o período pós-colonial. Dessa conjuntura em diante tornou-se saliente um conjunto de novos *themata* (na terminologia de Moscovici & Vignaux 2000 [1994]) organizado em torno de um objecto: a Frelimo de Samora Machel. Por ter convergido nesse objecto a renovação do pensamento social, o último tornou-se intensamente politizado. Trata-se de uma herança com efeitos de longa duração resultantes da forma como decorreu o acesso à independência em 1974-1975.

A investigação permitiu concluir, a esse propósito, que o fortíssimo impacto social da Frelimo não adveio do facto de ter liderado uma luta generalizada dos moçambicanos contra o sistema colonial, adesão progressivamente consolidada desde a constituição da Frelimo (1962) e com o início da luta armada de libertação nacional (1964). O forte impacto social da Frelimo em 1974-1975 explica-se precisamente pelo inverso: pela sua transformação abrupta, nessa conjuntura, de uma entidade que dizia respeito a uma minoria e que se revelou repentinamente à esmagadora maioria, momento em que, de facto, a Frelimo se tornou uma representação do senso comum. As recolhas empíricas permitiram tornar evidente que, para a grande maioria de entrevistados, a natureza da Frelimo só ganhou atributos e categorizações relativamente precisas ou consequentes na fase final da guerra, no geral a partir de 1974. Até aí, embora houvesse um conhecimento do zunzum de guerra, para lá do estado representava-se a existência de uns indefinidos turras, esvaziados de propósitos políticos pela ideologia colonial. A última condicionou de modo efectivo as representações do político da esmagadora maioria das populações que vivia sob controlo do estado. O que aconteceu foi que o processo de transição para a independência, ao reelaborar profundamente as representações sociais, fez com que se projectasse no passado aquilo que nesse mesmo passado não era evidente ou, pelo menos, não era generalizado.

Por outro lado, nos anos da guerra (1964-1974), apesar da persistência de diversos constrangimentos, o sistema colonial foi marcado por um impulso de modernização a que as populações não foram indiferentes. As avaliações das pessoas que viveram essa época apontam nesse sentido, até porque tais transformações teriam sido inviáveis sem o

contributo dessas mesmas populações. Todavia, a vitória inequívoca da Frelimo no período de transição (1974-1975) – tratou-se acima de tudo de uma vitória simbólica – significou uma reelaboração retroactiva das representações sociais do período colonial, muito condicionada pela perspectiva da nova elite vencedora. Sendo as representações construções que implicam sempre a selecção, a descontextualização e a omissão ou valoração selectivas de determinadas informações, o discurso imposto pelos vencedores incidu sobre o lado retrógrado do sistema colonial porque era esse que a elite anti-colonial conhecia quando «saiu para a luta», no geral nos inícios dos anos sessenta, antes do impulso de modernização colonial, e conferiu-lhe um carácter conservador, omitindo aquilo em que esse sistema colonial, na fase final, tinha sido benéfico para as populações.

Indiciam-se, por essa razão, divergências nas representações sociais do período colonial que, na essência, podem cindir-se entre, por um lado, as representações das novas elites pós-coloniais e daqueles que fizeram a guerra do lado nacionalista e, por outro lado, as representações de parte significativa do restante e esmagadoramente maioritário tecido social, sendo que o último conservava (e conserva) não só a herança negativa, mas também o lado positivo da dominação colonial. A vitória da Frelimo em 1974-1975 significou que a última conseguiu impor a sua perspectiva sobre o real e, ao mesmo tempo, gerar um consenso social esmagador em torno de si própria. Daí que a transição para o período pós-colonial tenha significado uma forte empatia entre a Frelimo e as populações em geral, num processo com efeitos a longo prazo porque permitiu conjugar três ordens de factores: a sua natureza abrupta; a convergência positiva entre os que estavam (a população que vivia sob domínio colonial) e os que chegavam ou que se revelavam (a Frelimo); e a convergência negativa ou de recusa face aos que partiam e que, desse modo, assumiam face aos restantes a sua não-moçambicanidade e sua natureza usurpadora (os colonos).

Mas à medida que a nova realidade pós-colonial se foi sedimentando, passada a fase inicial, a heterogeneidade do social foi adquirido traços de conflituosidade crescente face a um novo poder homogeneizador. A diversidade que, em particular na actualidade, se vai detectando nas representações sociais sobre o período colonial simboliza muitas outras diversidades que traduzem uma maior autonomia das sociedades em relação às teses oficiais, diversidades que, num primeiro momento pós-colonial, os novos detentores do poder tentaram suprimir.

Neste ponto específico, o estudo tornou possível sustentar a transição da análise da dimensão subjectiva (as representações sociais) para a análise da dimensão objectiva do social (a evolução histórica das instituições). A legitimidade dessa opção apoiou-se no facto dela resultar, não só de estudos existentes, mas também da interpretação do material empírico que recolhemos. Centrar-nos-emos nas duas transições políticas relevantes que estão na génese do actual sistema político em Moçambique. A primeira, em 1974-1975, para a independência e, a segunda, entre 1990-1992-1994, para a paz e para o multipartidarismo. Concluiu-se que o modo como essas transições ocorreram explica a sustentabilidade do país, apesar das guerras.

O primeiro processo – o da transição para a independência – significou uma recomposição profunda no que concerne à estrutura e articulação do tecido social, particularmente ao nível das elites que controlavam o estado e da ideologia que legitimava esse domínio. Mas tal transformação, motivada pela saída em massa dos colonos brancos e de uma parte da elite mestiça nos anos de 1974-1975 (entre 200 a 250 mil indivíduos, num país com cerca de 10 milhões de habitantes), não implicou alterações no modelo autoritário e centralizador da relação do estado com as sociedades herdado do período colonial. Tal modelo foi inclusivamente reforçado dado que o desaparecimento das elites da época colonial – elite colonial propriamente dita e elite tradicional, daí que um dos atributos fortes conferido ao regime de Samora Machel (1975-1986) é o de ter sido o regime de pendor mais igualitário da história de Moçambique – enfraqueceu radicalmente as sociedades na sua relação com o estado. A situação apenas registará uma relativa inversão a partir dos anos noventa com a afirmação de uma nova elite, consolidada na sequência da liberalização económica (iniciada em finais da década de oitenta) e do multipartidarismo dos anos noventa (iniciado com a aprovação de uma nova constituição da república em 1990, depois continuado com os acordos de paz entre a Frelimo e a Renamo em 1992 e consolidado com a realização das primeiras eleições livres de 1994, com novos escrutínios em 1999 e 2004). Esse processo de (re)constituição das elites está ainda em curso, sendo que é ele que explica, em parte, uma redução do ascendente do estado sobre as sociedades. Terá sido, portanto, ao nível da organização da estrutura social que a transição de 1974-1975 ter-se-á aproximado, de facto, de uma ruptura e não ao nível do modelo de dominação do estado sobre as sociedades dado que, nesse último nível, houve uma clara continuidade em relação ao modelo colonial.

O segundo processo de recomposição política – a transição para a paz e para o multipartidarismo da primeira metade dos anos noventa – teve características inversas em relação ao processo de transição para a independência: as transformações tiveram sobretudo impacto ao nível do relacionamento do estado com as sociedades. A essência das transformações significou a passagem de um modelo autoritário centrado na violência herdado do período colonial, para um modelo de cariz essencialmente contratual, instituído em torno de uma nova forma de legitimidade política de base eleitoral surgida nos anos noventa. Ao contrário do que havia ocorrido em 1974-1975, a segunda recomposição do sistema político favoreceu sobretudo as elites. As últimas, constituídas ao longo do período pós-colonial, isto é, sem laços de continuidade com as elites coloniais, mantêm-se relativamente estáveis e vêm reforçando o seu papel. Portanto, na transição dos anos noventa, o que mudou de forma substantiva foi a relação de forças entre o estado e as sociedades, processo sustentado pelo reforço das últimas ou, mais especificamente, das suas elites e, dentro delas, em particular da nova elite estatal-empresarial, sendo que a liberalização permitiu também a afirmação de toda uma série de poderes intermédios, como sejam os líderes religiosos ou os pequenos empresários que, apesar de tudo, conseguem manter alguma autonomia em relação ao estado.

A evolução da Frelimo, a única força política que tem governado Moçambique desde a independência, tem sido também relevante para a continuidade histórica de Moçambique no período pós-colonial, dado que a coesão interna que o partido tem mantido acaba por ter implicações directas nas características do sistema político. As transformações que ao longo do tempo marcaram essa força política, fundada em 1962, explicam não só a sua longevidade e capacidade de controlo do poder, mas também a sustentabilidade do sistema político e do estado em Moçambique desde a independência. As três alterações na liderança da Frelimo nunca coincidiram com mudanças estruturais no sistema político (isto é, no posicionamento do partido face ao estado e na relação do último com as sociedades).

A primeira alteração na liderança da Frelimo ocorreu na sequência do assassinato do primeiro presidente do movimento de libertação nacional, Eduardo Mondlane, a 3 de Fevereiro de 1969. O processo de sucessão que conduziu à liderança de Samora Machel não coincidiu com alterações de fundo no conflito anti-colonial que então decorria (1964-

1974) e que só terminaria formalmente a 7 de Setembro de 1974 com os acordos de Lusaka que estabeleceram o cessar-fogo entre o governo colonial e a Frelimo e marcaram o início da transição de poderes. Mais tarde, a morte de Samora Machel em acidente de aviação a 19 de Outubro de 1986 e a sua sucessão por Joaquim Chissano, também não coincidiu nem despoletou qualquer alteração imediata quer na guerra civil então em curso (1976/7-1992), quer no modelo político de gestão do estado, transições que só viriam a ocorrer na primeira metade da década de noventa. A terceira e até agora última transição na Frelimo foi a passagem da liderança de Joaquim Chissano para Armando Guebuza, ocorrida na sequência das eleições de 1 e 2 de Dezembro de 2004. Uma vez mais, não coincidiu com alterações significativas no sistema político em Moçambique.

Nenhuma das três renovações internas da Frelimo, por via da renovação da liderança, com implicações a diversos níveis – com Samora Machel radicalizou-se a via marxista-leninista e com Joaquim Chissano procedeu-se à viragem para aquilo que comumente se designa por neoliberalismo, o último sem alterações substantivas na transição de poder de Joaquim Chissano para Armando Guebuza – foi coincidente com os dois grandes processos de transição política em Moçambique: quer com a transição para a independência (1974-1975), quer com a transição para a paz e para o multipartidarismo (inícios dos anos noventa). Nessas conjunturas as lideranças da Frelimo estavam suficientemente consolidadas e capazes de garantir sustentabilidade aos processos de transição.

O que se pode concluir é que o percurso histórico de Moçambique, tendo sido marcado pela violência, tal não significou necessariamente a dissolução da formação territorial nacional, mas antes a sua reinvenção permanente espelhada em representações sociais da actualidade nas quais o estado se mantém como referente central na orientação do pensamento social sobre o político.

O prolongamento do colonial no pós-colonial

As representações sociais que remetem para a primeira década da independência, período que pode ser balizado em sentido lato entre meados da década de setenta e inícios da década de noventa, permitem que se sustente a tese da continuidade entre o colonial e o pós-colonial nos domínios que se prendem, na essência, com o tipo de associação de dominação, isto é, com o modelo de dominação das sociedades pelo estado em

Moçambique. Com efeito, só a partir dos anos noventa se considera que o estado perdeu os atributos de autoritário, impositivo ou violento. Por muito que, na actualidade, subsistam outro tipo de constrangimentos e de pressões das autoridades sobre as populações (por exemplo, associados aos processos eleitorais), a sua natureza é significativamente distinta daquela que aproximava o modelo colonial (até 1974-1975) do modelo pós-colonial socialista (de 1974-1975 a inícios dos anos noventa).

Identificaram-se três *themata* que surgiram com alguma persistência nos discursos do senso comum recolhidos que sustentam a hipótese empírica defendida.

O primeiro tem a ver com o modelo de interacção do estado com o mundo rural, assente numa postura impositiva e violenta (espelhada no deslocamento compulsivo das populações, primeiro para os aldeamentos coloniais, e, depois, para as aldeias comunais pós-coloniais). Nessa matéria, como a cidade de Tete é muito marcada pela sobreposição do rural sobre o urbano, é de destacar, como exemplo, o facto de as descrições dos entrevistados sobre o recrutamento militar durante a guerra pós-colonial, quando comparadas com as descrições sobre o recrutamento para o *chibalo* (trabalho forçado) na época colonial, apresentarem muitos pontos semelhantes que atestam precisamente as características do estado referidas.

O segundo *thema* prende-se com a regulação coerciva da ordem pública, avaliada como eficaz, cujo efeito positivo era a garantia, pelas autoridades, da estabilidade e previsibilidade do social. Enquanto que na actualidade (surgida nos anos noventa), e partindo do pressuposto de que o poder possui características antropomórficas, são conferidos ao estado atributos como os de apático, passivo, laxista ou mesmo imoral na relação com a lei e a ordem – em 2004 era sintomático o uso frequente da expressão «deixa-andar», lugar-comum que associava a governação de Joaquim Chissano aos fenómenos do cabritismo⁸⁴⁸ e da criminalidade –, por seu lado, o sistema colonial e a governação de Samora Machel ganham atributos de autoritários e capazes de fazer respeitar a lei e a ordem (sobretudo o colonial) ou os princípios de governação (sobretudo o socialista).

⁸⁴⁸ Retoma-se uma expressão muito comum associada ao fenómeno da corrupção em Moçambique, em especial no aparelho de estado: «O cabrito come onde está amarrado».

O terceiro e último *thema* relaciona-se com o controlo, pelas autoridades, do acesso e usufruto individual a bens de elevado valor material ou simbólico: «se você tivesse muito dinheiro» (no tempo colonial) ou «se você tivesse um bom relógio ou uma boa casa» (no tempo do presidente Samora Machel), «iam querer saber ‘onde você apanhou dinheiro?’ ou ‘como você conseguiu isso?’». A partir dos anos noventa esse tipo de controlo deixou de existir.

As representações sociais que se constituem a partir dos três *themata* referidos apontam, em geral, para uma radical falta de capacidade de indivíduos e comunidades em condicionar abertamente a acção do estado, quer no período colonial (até 1974-1975), quer no período pós-colonial socialista, em particular durante a governação de Samora Machel (1975-1986). É seguro que as sociedades nunca se limitam a reagir a estímulos do poder que as tutela, isto é, sobra sempre alguma margem de autogestão e de condicionamento da acção do estado. Todavia, essas foram épocas em que isso foi pouco saliente. A esse nível, registam-se alterações significativas quando as avaliações se reportam à acção do estado a partir dos anos noventa.

Ainda assim, é importante contextualizar a tese da continuidade entre o colonial e o pós-colonial socialista. Ela, nas representações sociais, é marcada por uma particularidade que traduz uma diferenciação relevante: mantendo o estado a postura autoritária, no tempo colonial havia diferenças entre o modo como «eles [colonos portugueses] eram tratados» e como «nós [moçambicanos] éramos tratados», enquanto que «no tempo de Samora [Machel] era tudo igual para todos».

A actualidade: a complexidade de universos de sentido

Os *themata* que remetem sobretudo para o período pós-colonial permitem também considerar algumas características do pensamento social sobre o político em Moçambique a partir deste estudo de caso. Uma delas tem a ver com a existência de representações sociais que se manifestam precisamente por estar reprimidas ou, em bom rigor, por estar associadas ao que se designa, no plano simbólico, por interditos. O facto de temas que implicam questões políticas sensíveis – como a guerra da Renamo (1976/7-1992); a governação do presidente Samora Machel (1975-1986) ou a do presidente Joaquim

Chissano (1986-2004) – provocarem alguns constrangimentos, silêncios, recusas ou simplesmente dificuldades de abordagem nos diálogos do quotidiano (tendência saliente, embora com alguns entrevistados seja possível tratar abertamente desses assuntos), algo que não acontece quando estão em causa outros temas – como a colonização portuguesa ou a relação entre gerações –, significa que o actual sistema político de Moçambique, formalmente democrático, assenta em determinadas contradições que idealtipicamente não existem nas novas democracias. Os regimes democráticos, e muito em particular aqueles que resultam de processos de transição revolucionária, têm a sua génese na exorcização do passado, isto é, num debate público amplo sobre o passado imediato, passado esse em relação ao qual se tendem a verificar valorações negativas. Significa que dominam nas novas democracias atitudes de recusa face ao regime não-democrático antecedente e aos seus agentes. É isso que permite a reinvenção de novos universos de sentido relativamente consensuais que, no plano das representações das relações entre o estado e as populações, reflectem a transição para um novo regime político. Mas não foi o que aconteceu em Moçambique nos anos noventa aquando da transição rotulada de democrática, pelo facto de o actual sistema político ter características tanto de novo (paz, multipartidarismo, eleições) quanto de perpetuação do regime monopartidário anterior (manutenção da Frelimo e das suas elites no poder; persistência da relevância do papel histórico da luta anti-colonial enquanto fundamento de legitimidade de quem detém o poder; forte proximidade entre a Frelimo e o estado).

Acrescente-se que as duas maiores forças políticas de Moçambique – a Frelimo e a Renamo – ao estarem comprometidas com o período do multipartidarismo (em particular com o que ele teve de violento), acabam por impor silêncios sobre o passado imediato que depois se repercutem no pensamento social. Daí que a transição política dos anos noventa gere uma série de ambiguidades que tornam inadequado o recurso à expressão de transição democrática, expressão que confere automaticamente uma determinada direcionalidade ao processo político em curso em Moçambique. A verdade é que tal direcionalidade está longe de ser óbvia. Houve, sem dúvida, uma profunda recomposição política nos anos noventa. Porém, o recurso a rótulos para explicá-la é muito mais uma desvantagem do que um acréscimo analítico. Optámos, por isso, por ter em conta as idiosincrasias do sistema político da actualidade em Moçambique, descrevendo aquilo que está em causa nas suas

diferentes e até contraditórias tendências, de modo a compreender a realidade social e política a partir dela própria.

Ainda para o período pós-colonial, a actual gestão administrativa da cidade de Tete – assente numa estrutura hierárquica facilmente identificável pelas pessoas comuns: presidente do município; e, sobretudo, secretários dos bairros; chefes de unidade; chefes de quarteirão; e chefes de dez casas – revela, com particular acuidade, por um lado, persistências políticas do período revolucionário apesar das transformações que marcaram o país desde a independência e, por outro lado, representações sociais do estado nas quais não se confere relevância aos limites entre o formal e o informal. A relativa eficácia das autoridades administrativas advém, numa parte, do facto de estarem profundamente embrenhadas nas dinâmicas das comunidades urbanas, noutra parte, e precisamente por isso, da informalidade dos seus processos de funcionamento. O sistema em causa, na forma como regula a vida social, pode ser aferido, por exemplo, pelos baixos índices de criminalidade na cidade de Tete quando comparada com cidades como Maputo, Beira ou Nampula.

Outro *thema* saliente organiza-se em torno do significado atribuído, nos discursos do senso comum, ao grande líder político. É sobretudo dele – muito mais do que de ideologias formalmente constituídas – que depende o modo como os indivíduos se auto-posicionam face às estruturas políticas que os governam. Dito por outras palavras, as avaliações do sistema político em geral, e do estado em particular, revelam um modelo de categorização do conhecimento social no qual os atributos pessoais do grande líder são também interpretados como atributos do estado no período pós-colonial. Regista-se a tendência para organizar o conhecimento do estado em «tempo de Samora Machel» ou «tempo de Joaquim Chissano», sendo que esses dois líderes funcionam, nas representações sociais, como alter-ego um do outro. O estado com Samora Machel, tal como o líder, ganha atributos negativos de violento e impositivo, mas também atributos positivos relacionados com a valorização social dos mais desfavorecidos. Ao estado com Joaquim Chissano, tal como o líder, são conferidos os atributos positivos de manter uma postura pacífica, negocial e consensualizadora, mas também atributos negativos associados a uma tendencial ausência de preocupações sociais com os mais desfavorecidos ou o alastrar da corrupção e da criminalidade.

Embora se trate de interpretações assentes no trabalho de campo complementar de 2008 (que nesta matéria tem de ser visto, ao mesmo tempo, como complementar em relação ao de 2004 ou como meramente exploratório em relação a futuras pesquisas), o estado na actualidade, liderado por Armando Guebuza, é naturalmente avaliado na sequência do que foi o tipo de gestão política dos seus antecessores. Tendo em conta que a ideia de renovação implica uma ruptura com o passado imediato, a acção governativa de Armando Guebuza tende a ser representada como mais próxima do tipo de exercício de poder de Samora Machel do que de Joaquim Chissano. Os atributos que circulam nos discursos do senso comum a atestar essa tendência são, essencialmente, a (re)aproximação do estado em relação ao mundo rural, bem como o distanciamento do actual presidente da república face aos poderes intermédios – «esses ministros, administradores e directores», «esses grandes que foram beneficiados por Chissano» – para se centrar nas necessidades dos mais desfavorecidos.

Mas se a Armando Guebuza são conferidos atributos que o aproximam de Samora Machel, as representações sociais vão-no diferenciado do primeiro presidente de Moçambique. Por um lado, porque se a Armando Guebuza é reconhecida a autoridade desse seu antecessor, a realidade actual também é representada como profundamente diferente de há duas/três décadas, constituindo, por si só, obstáculo ao combate eficaz à corrupção e à criminalidade que «vai ser muito difícil porque o sistema já está montado e uma pessoa sozinha [o presidente da república], pode conseguir diminuir um pouco, mas não consegue acabar». Por outro lado, porque em alguns discursos recolhidos em 2008 (tendência muito menos evidente na conjuntura pré-eleitoral de 2004) a sua acção também é representada como próxima do seu antecessor imediato, Joaquim Chissano. Tornam-se cada vez mais relevantes referências que, por exemplo, consideram que Armando Guebuza não só fala com autoridade (como Samora Machel) mas também «sabe ouvir o que o povo sente» (como Joaquim Chissano). Assim sendo, os dados empíricos disponíveis estão longe de ser lineares. Daí que se possa concluir que, ao nível do pensamento social sobre o político, o que pode estar a ocorrer é a germinação de atributos específicos que permitirão a Armando Guebuza, eventualmente, construir o «seu tempo», tal como os seus antecessores, mas distanciando-se progressivamente do tipo de acção política deles. Sublinhe-se que Samora Machel construiu o «seu tempo» em cerca de uma década de liderança de forte intensidade

política (1974-1986) e Joaquim Chissano fê-lo ao longo de quase duas décadas (1986-2005). Nessa perspectiva, os pouco mais de três anos desde que Armando Guebuza iniciou o seu mandato como chefe de estado não permitem ir muito além na análise.

Num outro plano, na cabeça das pessoas detecta-se que o processo-chave que se toma como referente da transição política mais relevante desde a independência em Moçambique é o que ocorreu na segunda metade da década de oitenta quando, na sequência da morte de Samora Machel (1986), Joaquim Chissano assumiu a presidência da então República Popular de Moçambique (1986-2005). Portanto, a entrada num novo regime governativo tende a ser muito mais balizada, nos discursos da actualidade, através do símbolo da mudança de líder, do que pela evolução institucional das estruturas políticas cuja transição, de facto, apenas se iniciou nos anos noventa. Na reelaboração do conhecimento social sobre a evolução política do país que se processa na actualidade, no que tem a ver com a selecção, descontextualização, valorações e omissões selectivas no tratamento da informação, é como se o socialismo e a guerra fossem atributos exclusivos de Samora Machel, da sua governação e da sua época, enquanto que o seu sucessor, Joaquim Chissano, escapa a esse tipo de atribuições.

A factualidade histórica mostra, porém, que, por um lado, a ruptura de Joaquim Chissano com a via socialista da Frelimo foi progressiva, num processo já iniciado por Samora Machel (o IV congresso da Frelimo realizado em 1984 em que se criticou o modelo económico estatizante, embora visando salvar o modelo socialista, bem como a assinatura, nesse mesmo ano, do Acordo de Incomáti que estabelecia a paz entre Moçambique e o então regime racista da África do Sul – foram sintomáticos a esse respeito), e, por outro lado, foi Joaquim Chissano quem liderou a guerra civil do lado da Frelimo na sua fase mais violenta (1986-1992).

O acima referido levanta a questão das incongruências detectadas entre a factualidade histórica e o modo como as representações sociais da actualidade convocam o passado. Se, por um lado, isso demonstra que essas dimensões do social (a factual e a representação do factual) não são radicalmente divergentes (isto é, não estão em contradição absoluta, dado partilharem um fundo de «verdade»), por outro lado, tal evidencia também que o que se toma por real não se limita ao factual, mas também ao sentido que os actores sociais

conferem ao factual. Se são os próprios sujeitos quem constrói a sua realidade através das representações sociais, essas produções de sentido, ainda assim, são sempre elaboradas a partir de realidades objectivas. De qualquer modo, nada legitima aos analistas interpretações categóricas. Pretendemos apenas levantar hipóteses que indiquem tendências dominantes no pensamento social sobre o político em Moçambique.

Um outro *thema* que sustenta as representações sociais do político do período pós-colonial em Moçambique tem a ver com a participação eleitoral. Dominam três tendências que tornam inviável agregar as avaliações da participação eleitoral numa única categoria dado que elas remetem, em simultâneo, tanto para um ideal-tipo de sistema político autoritário, quanto para um ideal-tipo de sistema político participativo.

Um conjunto de avaliações coloca a participação eleitoral numa clara continuidade em relação ao autoritarismo do regime monopartidário socialista que formalmente vigorou em Moçambique entre 1974/5 e 1990/4, uma vez que uma parte dos entrevistados considera que a ida às urnas é uma obrigação imposta pelas autoridades, tal como antes, no tempo do socialismo, era obrigatória a participação cívica. Outro conjunto aponta para avaliações da participação eleitoral que se podem considerar próprias de um sistema político participativo de tipo ocidental, isto é, uma parte dos entrevistados considera que o acto de votar é um direito dos cidadãos para que, em liberdade e em consciência, escolham os seus governantes entre diferentes forças políticas candidatas, direito formalmente institucionalizado em Moçambique pela constituição de 1990 e posto em prática desde as primeiras eleições (1994). Por último, um terceiro conjunto de avaliações atribui significados muito específicos às eleições, sendo-lhes conferidos atributos que visam, de modo muito incisivo, manter o que existe. Neste caso, não está apenas em causa a manutenção do sistema político, mas também e sobretudo a manutenção do poder que no momento exerce funções, como se a alternância de um determinado partido político para outro fosse a maior ameaça do sistema eleitoral à estabilidade governativa e social, numa completa inversão das representações de tipo ocidental sobre o papel das eleições numa democracia. Isso porque grande parte dos entrevistados considera que a saída da Frelimo do poder poderá originar instabilidade política com prejuízo sério para a vida das populações.

O último assunto referido sustenta-se, nas entrevistas, em duas razões distintas, mas que concorrem num mesmo sentido. A primeira tem a ver com o facto de, apesar da inquestionável dignidade da independência, dominam representações pré-existentes, sobre as quais assentam as novas expectativas, que associam uma eventual transição política na actualidade, pelo exemplo da transição para o período pós-colonial, a consequências negativas (carências de diversa ordem, em especial de alimentos, e a violência da guerra). A segunda porque é saliente nos discursos o reconhecimento de que desde meados da década de noventa têm-se verificado melhorias evidentes nas condições de vida das populações e uma conjugação ímpar na história recente do país: paz e desenvolvimento económico, sendo que a tendência é a de considerar que isso foi conseguido pela estabilidade política proporcionada pela manutenção da Frelimo no poder.

Torna-se, portanto, bastante insatisfatória a associação imediata dos processos eleitorais a um sistema político democrático, sobretudo quando, enquanto analistas, e tendo em conta os dados empíricos, temos dificuldades em conferir um conteúdo convincente a essa correlação. Se em Moçambique as eleições funcionam como símbolo que ancorou no pensamento do senso comum a marcar a diferença em relação ao passado do socialismo monopartidário e da guerra, os processos eleitorais não permitem determinar, por si, a natureza do sistema político que tem vigorado desde a sua institucionalização.

Dado que, apesar de tudo, existe uma valoração positiva relativamente consensual quanto à importância das eleições para a estabilidade política, mesmo entre aqueles que afirmam não ter ido votar, à legitimidade política fundada na história (concretamente na luta armada de libertação nacional), a última década acrescentou a necessidade de (re)legitimação cíclica nas urnas de quem governa. Por isso, a recomposição do sistema político em Moçambique que vem ocorrendo desde os anos noventa não significou, de modo algum, a perpetuação do monopartidarismo da década e meia anterior, mas também não consistiu necessariamente numa ruptura com esse mesmo monopartidarismo. Avaliando a questão a partir dos discursos recolhidos, o actual sistema político em Moçambique caracteriza-se por um *upgrade* de um sistema político já constituído (monopartidarismo fundado na legitimidade histórica da luta de libertação nacional) e que se complexifica num determinado sentido (multipartidarismo sustentado na legitimidade eleitoral). É por isso

que simplificar essas recomposições políticas em torno de uma palavra – democratização – pode ser mais um obstáculo do que uma vantagem analítica.

Para além das eleições, a forte valoração positiva da democracia em si nos discursos recolhidos entre 1997 e 2008 – outra característica a destacar e que se manteve constante ao longo dos anos de pesquisa – tem a ver com o facto do simbolismo que a palavra encerra permitir, aos actores sociais, a organização significativa do que tomam por real. Independentemente do conteúdo que lhe possa ser atribuído, à democracia é conferida a função de permitir uma regulação positiva das relações de dominação do estado sobre as sociedades. Quatro hipóteses explicam essa valoração positiva da democracia.

A primeira, é a de considerarmos que, na essência, a ideia de democracia, tal como foi ancorada no pensamento social, tem subjacente associações a realidades históricas concomitantes, isto é, que surgiram e têm evoluído ao mesmo tempo que a democracia em Moçambique: a paz; a estabilidade social e/ou a uma maior tranquilidade das elites; o crescimento económico e a conseqüente melhoria das condições de subsistência; e as eleições. Esse conjunto sustenta o forte valor positivo atribuído à democracia pelos actores sociais.

Uma segunda hipótese permite sustentar a valoração positiva da democracia no facto de ser pela partilha de referentes consensuais facilmente descodificáveis, entre os membros de uma determinada comunidade, que permitam aos indivíduos participar activamente na construção da sua própria realidade. O recurso a palavras significativas é um processo-chave de apropriação e domesticação do real, sendo que, no caso concreto, a palavra democracia permite aos actores sociais convocar de imediato atributos essencialmente positivos. Desse modo, considerar-se a democracia como algo imposto de fora a Moçambique e aos moçambicanos, mesmo que essa asserção contenha uma parcela de verdade, limita-se ao lado menor da questão. Os dados de que dispomos demonstram que as sociedades em Moçambique vêm reelaborando novas representações da sua relação com o estado (isto é, novas formas de produção do político), representações que marcam uma diferença positiva importante em relação ao que antes existia (essencialmente o socialismo ou o período da guerra e da colectivização da propriedade), e conferiram a esse conjunto de processos um rótulo: democracia.

Uma terceira hipótese assenta no facto da democracia, enquanto referente simbólico, ser valorizada por não fraccionar as avaliações sobre o sistema político, permitindo sustentar consensos numa sociedade que antes da democracia estava dividida pela guerra. Mesmo quando estão em causa discursos de actores sociais explicitamente conotados com a Frelimo ou com a Renamo, as duas forças políticas oponentes que controlam de modo praticamente hegemónico as estruturas políticas em Moçambique, tais discursos não se diferenciam quando está em causa a avaliação (positiva) do sistema governativo em si. Nas entrevistas quando se tornam salientes avaliações negativas das estruturas políticas da actualidade, tais críticas têm invariavelmente subjacente considerações que apontam para o «mau uso»; a «má interpretação»; ou a «má implementação da democracia» pelas diferentes forças políticas. Portanto, a tendência dominante nos discursos do senso comum é a de preservar e, se possível, consolidar o sistema governativo que existe.

É ainda de se ter em conta uma quarta hipótese explicativa da valoração positiva da democracia, embora de sentido diferente das anteriores, pois neste caso não se rompe mas antes perpetua-se o passado. Desse modo, a valoração positiva da democracia não deve ser tomada à letra. Isso porque as atitudes que a sustentam não se tendem a focalizar em expectativas de uma maior participação dos indivíduos e das comunidades nos processos políticos (*input*), como seria próprio de um ideal-tipo de democracia (ou de uma democracia de tipo ocidental), mas antes têm a ver sobretudo com expectativas dos actores sociais no sentido de se transformar o modo como os responsáveis políticos exercem o poder (*output*). A questão é que a predominância da última perspectiva significa uma muito maior congruência com um sistema político autoritário do que com um sistema político participativo. Ou seja, a valorização da democracia em Moçambique pode assumir sobretudo a função simbólica de viabilizar o sistema político existente, mesmo que essa viabilização tenha subjacente atitudes face ao poder que perpetuam na democracia o que era aparentemente próprio do sistema colonial e da governação socialista autoritária: «eles’ [os políticos] que mandem como sempre mandaram, o que é que devem mandar melhor».

Daí, insista-se, a dificuldade em utilizarmos rótulos para categorizar o sistema político que vigora em Moçambique desde a década de noventa, mesmo que tais rótulos sejam de uso

corrente nos discursos dos próprios actores sociais. Na verdade, eles auto-classificam o sistema governativo do seu país como democrático. Porém, nada do que ficou escrito significa que se recuse a designação de democracia quando aplicada ao sistema político em causa. A questão é que, para uma compreensão mais eficaz do que existe em Moçambique, num panorama muitas vezes dominado por análises epidérmicas, o recurso ao conceito de democracia, sem um necessário distanciamento crítico, dificulta mais do que facilita.

A FECHAR

A investigação permitiu ainda aferir que não existem avaliações da acção do estado em Moçambique que apontem num único sentido (positivo ou negativo), quer quando está em causa o período colonial, quer o pós-colonial. A complexidade das representações sociais do objecto-estado espelha a heterogeneidade de um tecido social que se transforma permanentemente e que, desse modo, não reflecte apenas as recomposições políticas que têm marcado o país, particularmente nas últimas três décadas, mas também muitas outras transformações sociais, culturais e económicas que têm ocorrido. Daí que as conclusões deste estudo de caso não sejam mais do que a sustentação de hipóteses explicativas sobre determinadas tendências do pensamento social sobre o político.

A partir da análise dos atributos sociográficos dos entrevistados (idade, género, local de nascimento, pertenças religiosas ou partidárias, nível de escolaridade, profissão ou pertenças étnicas) que se reportam ao ano das recolhas sistemáticas (2004), não detectámos a existência de fragmentações significativas no tecido social que agregassem antagonismos capazes de ameaçar de modo consequente os equilíbrios políticos alcançados na última década e meia. Se estendêssemos aquilo que foi detectado para a cidade de Tete ao resto do país, é plausível a hipótese de a(s) sociedade(s) em Moçambique manifestarem, no geral, um conjunto de dinâmicas que apontam muito mais para a manutenção do que existe do que para a sua desagregação. Os traumas persistentes, em grande parte associados à violência das guerras que marcaram o país de modo persistente durante cerca de três décadas (entre inícios dos anos sessenta e inícios dos anos noventa), bem como o contexto internacional da pós guerra-fria, permitiram que se congregassem tendências que, ao funcionarem como formas de pressão, pelo menos na actual conjuntura, ajudam a valorar

Conclusões

de modo positivo o sistema político da actualidade. É por isso que a viabilidade do estado e do país não parecem ameaçadas.

A concluir este estudo registe-se uma última nota. Tratou-se de uma investigação exploratória que não pretendeu revelar verdades indiscutíveis, nem dizer a última palavra sobre o que quer que seja. Procurámos apenas compreender de modo sustentado, consequente e fidedigno o lado subjectivo de uma determinada realidade social: o pensamento social sobre o político em Moçambique a partir do estudo de caso da cidade de Tete. Porém, fica a consciência de que a subjectividade numa pesquisa desta natureza – tanto a causada pela idiossincrasia do investigador, quanto a causada pela natureza do objecto de estudo – pode ser controlada, pode ser minimizada, mas nunca anulada.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2006), *Political culture in the new South Africa*, Johannesburg, Konrad-Adenauer-Stiftung.

Abrahamsson, Hans & Nilsson, Anders (1994), *Moçambique em transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Maputo, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Akoun, André & Ansart, Pierre (orgs.) (1999), *Dictionnaire de sociologie*, Tours, Le Robert & Seuil.

Albarello, Luc *et alii* (1997), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.

Alden, Chris (2001), *Mozambique and the construction of the new african state. From negotiation to nation building*, Great Britain & USA, Palgrave.

Alexandre, Valentim (1993), «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo» in: *Análise Social*, nºs 123-124, pp.1117-1136.

Almeida, Adelino A. M. de (1994), «Moçambique (subsídios para a compreensão de uma nova realidade política). I Parte (1974-1985)», *Africana*, nº13, pp.65-92.

Almond, Gabriel & Verba, Sidney (1989) [1963], *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*, California/London, Sage Publications. [tradução em castelhano do capítulo 1 «An approach to political culture», pp.1-44: Almond, Gabriel & Verba, Sidney (1992) [1963], «La cultura política», in: Batlle, Albert (org.), *Diez textos básicos de ciência política*, Barcelona, Ariel, pp.171-201.]

Almond, Gabriel & Coleman, James S. (1971), *The politics of the developing areas*, Princeton, Princeton University Press.

Almond, Gabriel & Verba, Sidney (1980), *The civic culture revisited*, London, Sage Publications.

Álvaro, José Luís & Garrido, Alicia (2007) [2003], *Psicologia Social. Perspectivas psicológicas e sociológicas*, São Paulo, Mc Graw Hill.

Amâncio, Lígia (1997), «Identidade social e relações intergrupais», in: Vala, Jorge & Monteiro, Maria Benedicta (orgs.), *Psicologia social*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.287-307.

Appiah, Kwame Anthony & Gates, Henry Louis (ed.) (1999), *Africana. The Encyclopedia of the african and african american experience*, New York, Basic Civitas Books.

Araújo, Manuel G. Mendes (1999), «Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural», *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, nºs 67-68, pp.175-190.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (2006) [1951], *As origens do totalitarismo*, Lisboa, D. Quixote, 2ª ed. [1ª ed. em português 2004].
- Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth; & Tiffin, Helen (Ed.) (2006) [1995], *The post-colonial studies reader*, London and New York, Routledge.
- Baczko, Bronislaw (1985a), «Imaginação social», *Enciclopédia Einaudi – Anthropos-Homem* (vol.5), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 296-332.
- Baczko, Bronislaw (1985b), «Utopia», *Enciclopédia Einaudi – Anthropos-Homem* (vol.5), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 333-396.
- Balandier, Georges (1987), *Antropologia política*, Lisboa, Editorial Presença, 2ª ed.
- Bardin, Laurence (1995), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Bar-Tal, Daniel (2000), *Shared beliefs in a society: Social psychological analysis*, Thousand Oaks & London & New Delhi, Sage Publications.
- Batibo, Herman & Martin, Denis (orgs.) (1989), *Tanzanie - L'ujamaa face aux réalités*, Paris, Recherche sur les Civilizations.
- Bayart, Jean-François (1989), *L'état en Afrique. La politique du ventre*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Bayart, Jean-François (1996), «L'historicité de l'état importé» in: Bayart, Jean-François, *La greffe de l'état*, Paris, Karthala.
- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas (1999) [1966], *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- Bertelsen, Bjorn Enge (2003), «“The traditional lion is dead”. The ambivalente presence of tradition and the relation between politics and violence in Mozambique», *Lusotopie 2003: Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et a Goa*, pp.263-281.
- Bertrand, Jordane (2003), «Le “cas” Cardoso au Mozambique. La violence et la corruption en procès», *Lusotopie 2003: Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et a Goa*, pp.453-463.
- Besnard, Philippe (1999), «Anomie» in: Akoun, André & Ansart, Pierre (orgs.) (1999), *Dictionnaire de sociologie*, Tours, Le Robert & Seuil, p.28.
- Bloom, William (1990), *Personal identity, national identity and international relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre (1994) [1989], *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Bourdieu, Pierre (2000), *Propos sur le champ politique*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

Bowen, Merle L. (2000), *The state against the peasantry. Rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique*, Charlottesville & London, University Press of Virginia.

Braga, Manuel Maria (2004/2005), «Os partidos políticos africanos no virar do milénio: um ensaio preliminar», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº7/8 – Julho 2004/Junho 2005, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.53-77.

Brandão, Pedro Ramos (2004), *A igreja católica e o estado novo em Moçambique (1960-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias.

Braudel, Fernand (1986), *A dinâmica do capitalismo*, 2ª ed., Lisboa, Teorema.

Braudel, Fernand (1989), *Gramática das civilizações*, Lisboa, Teorema.

Brito, Luís de (1995), «O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique» in: Mazula, Brazão (org.), *Eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, Embaixada dos Países Baixos, pp.473-499.

Burgess, Robert G. (2001) [1984], *A pesquisa no terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta.

Buur, Lars & Kyed, Helene Maria (2005), *State recognition of traditional authority in Mozambique. The nexus of community representation and state assistance*, Discussion paper 28, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.

Cabral, João Pina (2004), «Cisma e continuidade em Moçambique», in: Carvalho, Clara & Cabral, João Pina (orgs), *A persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp.375-393.

Cabrita, João M. (2000), *Mozambique. The tortuous road to democracy*, Great Britain, Palgrave.

Cabrita, João M. (2005), *A morte de Samora Machel*, Maputo, Novafrica.

Cahen, Michael (1987), *Mozambique : La révolution implosée. Études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*, Paris, L'Harmattan.

Cahen, Michel (1994), «Mozambique: histoire géopolitique d'un pays sans nation», *Lusotopie - Engjeux contemporains dans les espaces lusophones. Géopolitiques des mondes lusophones*, s.l., nºs 1-2, pp.213-226.

Cahen, Michel (2003), «Mozambique: une impossible alternative dans la culture politique?», 23 de mars 2003 (manuscrito).

Cahen, Michel (2005), «Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular», *Africana Studia*, 8, 2005, pp.39-67.

Bibliografia

Campenhoudt, Luc van (2003 [2001]), *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa, Gradiva.

Capozza, Dora & Brown, Rupert (orgs.) (2000), *Social Identity Processes. Trends in theory and research*, London & Thousand Oaks & New Delhi, Sage Publications.

Cardoso, Carlos; Macamo, Elísio; & Pestana, Nelson (2002), «Da possibilidade do político na África Lusófona. Alguns subsídios teóricos», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº3 – Dezembro 2002, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.7-25.

Casal, Adolfo Yañez (1996), *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África Portuguesa. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.

Chabal, Patrick & Daloz, Jean-Pascal (1999), *Africa works: disorder as political instrument*, Oxford & Blomming & Indianapolis, International African Institute & James Currey & Indiana University Press.

Chabal, Patrick *et alii* (2002), *A history of postcolonial lusophone Africa*, London, Hurst & Company.

Chaiken, Shelly; & Eagly, Alice H. (1993), *The psychology of attitudes*, USA, Harcourt Brace College Publishers.

Chingono, Mark (1996), *The state, violence and development. The political economy of war in Mozambique: 1975-1992*, Aldershot & Bookfield, Avebury.

Clarence-Smith, Gervase (1985), *The third Portuguese empire: 1825-1975. A study in economic imperialism*, Manchester, Manchester University Press.

Coelho, João Paulo Borges (1993), *Protected villages and communal villages in the Mozambique province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development, and war*, PhD Dissertation, Department of Social and Economic Studies, University of Bradford.

Coelho, João Paulo Borges (2003), «Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas», *Lusotopie 2003: Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et a Goa*, pp. 175-193.

Comaroff, John L. & Comaroff, Jean (orgs.) (1999), *Civil society and the political imagination in Africa. Critical perspectives*, Chicago & London, The University of Chicago Press.

Cravinho, João Gomes (1995), *Modernizing Mozambique: Frelimo ideology and the Frelimo state*, dissertação de doutoramento, University of Oxford.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Diamond, Larry; & Plattner, Marc (orgs.) (1999), *Democratization in Africa*, Baltimore & London, Johns Hopkins University Press.

Diamond, Jared (2001), *Armas, germes e aço. Os destinos das sociedades humanas*, Rio de Janeiro & São Paulo, Editora Record.

Dias, Máximo (2004), *Pacto de regime. Convénio nacional para dez anos (2005/2015)*, Maputo, Edições do Monamo/PMSD.

Díez-Nicolás, Juan (2003), «Two contradictory hypotheses on globalization: societal convergence or civilization differentiation and clash» in: Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp. 235-263.

Durkheim, Émile (1982) [1895], *The rules of sociological method*, London, Macmillan.

Durkheim, Émile (1974) [1898], «Individual and collective representations» in: E. Durkheim, *Sociology and philosophy*, New York, Free Press.

Duveen, Gerard (2000), «Introduction: the power of ideas» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.1-17.

Elias, Norbert (2006) [1939], *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Esmer, Yilmaz (2003), «Is there an Islamic Civilization» in: Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp. 35-68.

Fauvet, Paul & Moss, Marcelo (2004), *É proibido pôr algemas nas palavras. Uma biografia de Carlos Cardoso*, Lisboa, Caminho.

Feliciano, José Fialho (1998), *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

Ferreira, Alexandre A. (2007), *Moçambique: 1489-1975*, Lisboa, Prefácio.

Flick, Uwe (1998), *The psychology of the social*, Cambridge, Cambridge University Press.

Florêncio, Fernando (1994), *Processos de Transformação social no universo rural moçambicano pós-colonial. O caso do distrito do Búzi*, dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.

Florêncio, Fernando (2002), «Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº3 – Dezembro 2002, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.39-63.

Bibliografia

Florêncio, Fernando (2003), *As autoridades tradicionais VaNdau, estado e política local em Moçambique*, dissertação de doutoramento, ISCTE, Lisboa.

Florêncio, Fernando (2003/2004), «Autoridades tradicionais e Estado em Moçambique: o caso do distrito de Búzi», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº5/6 – Julho 2003/Junho 2004, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.89-115.

Florêncio, Fernando (2005), *Ao encontro dos mambos. As autoridades tradicionais vaNdau e o estado em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Foddy, William (1996) [1993], *Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.

Fortuna, Carlos (1993), *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*, Porto, Edições Afrontamento.

Francisco, António (2000), «reestruturação económica e desenvolvimento de Moçambique», in: Santos, Boaventura de Sousa & Trindade, João C. (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*, Maputo/Coimbra, CEA/CES.

Francisco, António *et alii* (2003), «Introdução» in: Brito, Luís de (org.), *Moçambique 2003: Uma avaliação do potencial de conflito*, Maputo, Centro de Estudos de População / Universidade Eduardo Mondlane, pp.1-93.

Franco, Manuela (2005), «O pecado original do Estado Africano», *Atlântico: Revista de ideias e debate*, ano 1, nº2 (Maio 2005), pp. 14-15.

Galli, Rosemary Elizabeth (2003), *People's spaces and state spaces. Land and governance in Mozambique*, New York/Oxford, Lexington Books.

Gaspar, António da Costa (2003), *Diagnóstico de focos de origem de conflitos sociais nas comunidades urbanas e periféricas*, Maputo, OREC (Organização para a Resolução de Conflitos).

Gastrow, Peter & Mosse, Marcelo (2003), «Chapter 3 – Mozambique» in: Gastrow, Peter (org.), *Penetrating state and business: Organized crime in southern Africa*, vol. I, Pretoria, Institute for Security Studies, pp. 44-69.

Geffray, Christian (1991) [1990], *A causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento.

Gerdes, Paulus (2007), *Doctoral theses by Mozambicans and about Mozambique*, Mozambique, Lurio University.

Goirand, Camille (2003), «Violence, contrôle de la violence et démocratie», *Lusotopie 2003: Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et a Goa*, pp.163-172.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Granjo, Paulo (2005), *Lobolo em Maputo. Um velho idioma para novas vivências conjugais*, Porto, Campo das Letras.

Granjo, Paulo (2006a), «Cleansing rituals and veterans' reintegration in southern Mozambique», *The AnthroGlobe Journal*
[http://www.anthrolobe.ca/docs/cleansing_rituals.htm].

Granjo, Paulo (2006b), «It's just the starting engine". The status of spirits and objects in south Mozambican divination», *The AnthroGlobe Journal*
[http://www.anthrolobe.ca/docs/cleansing_rituals.htm].

Gresle, Françoise (1999), «Formation sociale» in : Akoun, André & Ansart, Pierre (orgs.) (1999), *Dictionnaire de sociologie*, Tours, Le Robert & Seuil, p.235.

Guareschi, Pedrinho & Jovchelovitch, Sandra (orgs.) (1999), *Textos em representações sociais*, Petrópolis, Vozes.

Hanlon, Joseph (1984), *Mozambique. The revolution under fire*, London, Zed Books.

Hanlon, Joseph (1991), *Mozambique: Who calls the shots?*, London, James Currey.

Hanlon, Joseph (Org.) (2003) (desde as eleições locais de 2003 à actualidade), *Mozambique Political Process Bulletin*, Awepa – European Parliamentarians for Africa
[<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/>];
<http://www.mozambique.mz/awepa/issues.htm>; j.hanlon@open.ac.uk].

Hanlon, Joseph; & Fox, Sean (December 2006), «Identifying fraud in democratic elections: a case study of the 2004 presidential elections in Mozambique», *Crisis States Working Papers Series N° 2*, London, Crisis States Research Centre, LSE.

Harrison, Graham (2000), *The politics of democratisation in rural Mozambique. Grassroots governance in Mécufi*, Lewiston, Queenston & Lampeter, Edwin Mellen Press.

Heimer, Franz-Wilhelm; Vala, Jorge; Viegas, José M. (1990), «Cultura política – Uma leitura interdisciplinar», *Sociologia – Problemas e práticas*, n°8, pp.9-28.

Heimer, Franz-Wilhelm & Silva, Elisete Marques da (2002), «Culturas políticas em Angola e Moçambique. Elementos para uma agenda de investigação», *Cadernos de Estudos Africanos*, n°3 – Dezembro 2002, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.27-37.

Heimer, Franz-Wilhelm (2002), «Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas», *Cadernos de Estudos Africanos*, n°3 – Dezembro 2002, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.153-159.

Heimer, Franz-Wilhelm (2003/2004), «Aspectos estruturais e subjectivos dos espaços políticos em África: introdução a um debate», *Cadernos de Estudos Africanos*, n°5/6 – Julho 2003/Junho 2004, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.9-14.

Bibliografia

Heimer, Franz-Wilhelm (org.) (2005a), *Textos não editados de suporte das intervenções, Painel sobre o pensamento social em África – First European Conference on African Studies*, Africa-Europe Groupe for Interdisciplinary Studies (AEGIS), Londres, 29.06.2005-02.07.2005, School of Oriental and African Studies (SOAS) & Institute of Commonwealth Studies (ICS):

- Chafer, Tony (2005), «African teachers, students and radical politics in the late colonial period: unresolved issues in the decolonisation of French-speaking black Africa.»;
- Dossogne, Caroline (2005), «What vision of politics for Sankara's children?»;
- Ngasho, Emilie Raquin (2005), «Crisis and power in the DR Congo: the evolution of social representations in Kinshasa.»;
- Nsoudou, Carine (2005), «The emergence of distinct political cultures in Cameroon from 1918 to 1961.»;
- Nustad, Knut G. (2005), «Experiencing representation: leadership, politics and resources in a South African informal settlement.»;
- Ribeiro, Gabriel Mithá (2005), «Social representations of the state in Mozambique.»;
- Silva, Elisete Marques (2005), «Aspects of social thinking about politics of the university students in Luanda.»;
- Thornton, Robert (2005), «Four principles of South African political culture at the local level.»;
- Tornimbeni, Corrado (2005), «Transnational networks and internal divisions in Central Mozambique: An historical perspective from the colonial period»;
- Turner, Simon (2005), «The precarious position of politics in popular imagination – the Burundian case».

Heimer, Franz-Wilhelm; Silva, Elisete Marques; & Ribeiro, Gabriel Mithá (2005b), «Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique», *Africana Studia*, 8, 2005, pp.11-38 (versão inglesa, ligeiramente revista: “Social representations, values and attitudes towards politics in Angola and Mozambique”, in: P. Molt & H. Dickow (orgs), *Kulturen und Konflikte im Vergleich/Comparing Cultures and Conflicts: Festschrift für Theodor Hanf*, Baden-Baden: Nomos, 2007, pp.492-512).

Heywood, Andrew (2003) [1992/1998], *Political ideologies. An introduction*, London, Palgrave, 3rd edition.

Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, voice, and loyalty. Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge & Massachusetts & London, Harvard University Press.

Honwana, Alcinda (2003), «Undying past: spirit possession and the memory of war in southern Mozambique» in: Meyer, Birgit & Pels, Peter (orgs.), *Magic and modernity. Interfaces of revelation and concealment*, California, Stanford University Press, pp. 60-80.

Huntzinger, Jacques (1991) [1987], *Introdução às relações internacionais*, [s.l.], PE Edições.

Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill.

Inglehart, Ronald; Norris, Pippa; & Welzel, Christian (2003a), «Gender equality and democracy» in: Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp.91-115.

Iñiguez, Lupicinio (org.) (2004), *Manual de análise do discurso em ciências sociais*, Petrópolis, Vozes.

Isaacman, Allen & Sneddon, Chris (2003), «Portuguese Colonial Intervention, Regional Conflict and Post-Colonial Amnesia: Cahora Bassa Dam, Mozambique 1965-2002» in: *Losophone Africa: Intersections between the social sciences*, Cornell University, May 2 and 3, 2003 [<http://www.kyle.aem.cornell.edu/Lusoconferencepage.htm>].

Isaacman, Allen & Isaacman, Barbara (2006) [2004], *Escravos, esclavagistas, guerreiros e caçadores. A saga dos chicundas do vale do Zambeze*, Promédia, Maputo.

Jodelet, Denise (2005) [1989], *Loucuras e representações sociais*, Petrópolis, Vozes, 4ª ed.

Jossias, Elísio (2004), «Autoridades locais em Moçambique: dinâmicas e processos de sua articulação», comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Ciências Sociais, Sessão Temática 2.9 *Estado, Nação, Direito e Democracia* (17.09.2004), Coimbra [Versão electrónica: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/elisioJossias.pdf>].

Jovchelovitch, Sandra (2000), *Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

Kelsall, Tim (2003/2004), «Bringing the self back in: politics and accountability in Africa», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº5/6 – Julho 2003/Junho 2004, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.133-157.

Ki-Zerbo, Joseph (1999/2000) [1972], *História da África Negra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, vols. I e II.

Ki-Zerbo, Joseph (2006) [2003], *Para quando África? Entrevista com René Holenstein*, Porto, Campo das Letras.

Kotzé, Hennie; & Lombard, Karin (2003), «Revising the Value Shift Hypothesis: A Descriptive Analysis os South Africa's Value Priorities between 1990 and 2001» in: Ronald Inglehart (editor) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp.183-207.

Lalá, Anícia; & Ostheimer, Andrea E (2003), *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*, Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung.

Bibliografia

Leimdorfer, François; & Marie, Alain (2003), «Introduction - Individualisations citadines et développement d'une société civile» & «Conclusion – État et société : la démocratie nécessaire», in: Leimdorfer, François; Marie, Alain (orgs.), *L'Afrique des citadins. Sociétés civiles en chantier (Abidjan, Dakar)*, Paris, Karthala, pp.9-29 & pp. 377-400.

Lourenço, Orlando Martins (2002), *Psicologia de desenvolvimento moral. Teoria, dados e implicações*, Coimbra, Almedina, 3ª ed.

Lourenço, Vítor Alexandre (2004/2005), «Estado, autoridades tradicionais e legitimidade política: os parâmetros de um “casamento de conveniência”», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº7/8 – Julho 2004/Junho 2005, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.79-103.

Lubkemann, Stephen C. (2004), «Reduzir o colonialismo à sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro-Sul, 1990-1999», in: Carvalho, Clara & Cabral, João Pina (orgs.), *A persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp.253-291.

Lucena, Manuel de (1994), «Notas para uma teoria dos regimes fascistas», *Análise Social*, 125-126, pp.9-32.

Macagno, Lorenzo (2004), «Uma domesticação imaginária? Representações coloniais e comunidades muçulmanas no norte de Moçambique», *Travessias: Revista de ciências sociais e Humanas em língua portuguesa*, nº 4/5, pp.181-205.

Macamo, Elísio Salvado (1998), «A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique» in: Serra, Carlos (org.) (1998b), *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, pp.35-70.

Macamo, Elísio Salvado (2002a), «Espaço público e comparação», texto suporte de intervenção a 2 de Out. 2002 no seminário do projecto *Constituição e reconstituição dos espaços políticos na África Lusófona*, dirig. Franz Heimer, ISCTE, Lisboa.

Macamo, Elísio Salvado (2002b), *A Transição política em Moçambique – Occasional paper series nº 4*, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE.

Macamo, Elísio Salvado (2002c), «*The denial of modernity – The regulation of native labour in colonial Mozambique and its postcolonial aftermath*», texto de suporte da conferência do Codesria 10th General Assembly, 8th–12th December 2002, Kampala.

Macamo, Elísio Salvado (2003a) «Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco», *Africana studia. Revista internacional de estudos africanos*, nº 6, pp.231-255.

Macamo, Elísio Salvado (2003b) «Work and societal order in Africa – Negotiating social change», in: Lepenies, Wolf (ed.), *Entangled histories and negotiated universals. Centers and peripheries in a changing world*, Frankfurt/New York, Campus Verlag, pp.281-309.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Macamo, Elísio; & Neubert, Dieter (2003) «The politics of negative peace: Mozambique in the aftermath of the Rome Cease-Fire Agreement», *Reevaluating Mozambique*, Massachusetts, University of Massachusetts Dartmouth.

Macamo, Elísio; & Neubert, Dieter (2003/2004), «When the post-revolutionary state decentralises: the reorganisation of political structures and administration in Mozambique», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº5/6 – Julho 2003/Junho 2004, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.51-74.

Macamo, Elísio Salvado (org.) (2004a), *A leitura sociológica. Um manual introdutório*, Maputo, Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Macamo, Elísio Salvado (2004b), «Questão social e esfera política. Notas sobre a constituição de político em Moçambique», comunicação apresentada a 18 de Set. 2004 no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

Macamo, Elísio Salvado (2004c), «Para não ficarmos reféns da nossa própria história» (I & II) & «Para não ficarmos reféns da mediocridade», *Notícias*, Maputo, Setembro de 2004 [texto policopiado].

Macamo, Elísio (2005a), *O abecedário da nossa dependência*, Maputo, Ndjira.

Macamo, Elísio Salvado (ed.) (2005b), *Negotiating modernity. Africa's ambivalent experience*, London, Zed Books.

Macgrath, Joseph (1984), *Groups: interaction and performance*, New Jersey, Prentice-Hall Inc.

Magode, José (org.) (1996), *Moçambique – Etnicidades, nacionalismo e estado. Transição inacabada*, Maputo, editado por José Magode.

Mahoney, Michael (2003) «*Estado novo, homem novo* (New State, new man): colonial and anticolonial development ideologies in Mozambique, 1930-1977», in: Engerman, David C. et alii (orgs.), *Staging Growth: modernization, development and the global cold war*, Amherst & Boston, University of Massachusetts Press, pp. 165-197.

Manghezi, Nadja (2001), *O meu coração está nas mãos de um negro. Uma história da vida de Janet Mondlane*, Maputo, Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane.

Manning, Carrie L. (2002), *The politics of peace in Mozambique: post-conflict democratization, 1992-2000*, London, Praeger.

Mappa, Sophie (1998), *Pouvoirs traditionnels et pouvoir d'état en Afrique. L'illusion universaliste*, Paris, Karthala.

Marie, Alain (2003) «Pas de société civile sans démocratie. Dialectiques ivoiriennes entre identités communautaires et identifications sociologiques», in: Leimdorfer, François;

Bibliografia

- Marie, Alain (orgs.), *L'Afrique des citoyens. Sociétés civiles en chantier (Abidjan, Dakar)*, Paris, Karthala, pp.33-105.
- Martin, Dinis-Constant (1988), *Tanzanie: l'invention d'une culture politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Karthala.
- Martins, Fernando (1996), «Organização das Nações Unidas (ONU)» in: Rosas, Fernando; & Brito, J. M. Brandão de (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, vol.II, pp. 701-703.
- Maslow, Abraham (1954), *Motivation and personality*, New York, Harper.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na guerra colonial – 1961/1974*, Lisboa, Terramar.
- Mateus, Dalila Cabrita (2006), *Memórias do colonialismo e da guerra*, Porto, Edições Asa.
- Matusse, Renato (2004), *Guebuza – Paixão pela terra*, Maputo, Macmillan.
- Mazula, Brazão (1995a), *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985 (Em busca de fundamentos filosóficos e antropológicos)*, Porto, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa & Edições Afrontamento.
- Mazula, Brazão (org.) (1995b), *Eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, Embaixada dos Países Baixos.
- Mazula, Brazão (org.) (2002), *Moçambique: 10 anos de paz*, Maputo, CEDE (Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento).
- Mbanze, Fernando *et alii* (2005), «Revisão dos símbolos: “Comissão deve cessar funções”», *MediaFax* (jornal Diário), edição electrónica nº3342 – 09.08.2005, pp.1-2.
- Mbembe, Achille (1988), *Afriques indociles. Christianisme, pouvoir et etat en société postcoloniale*, Paris, Karthala.
- Mbembe, Achille (2000), *De la postcolonie. Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*, Paris, Karthala.
- McGarty, Craig (1999), *Categorization in social psychology*, London, Sage.
- Melo, João de Melo (org.) (1988), *Os anos da guerra – 1961-1975. Os portugueses em África: crónica, ficção e história*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, 2 vols.
- Migdal, Joel S. (1988), *Strong societies and weak states. State-society relations and state capabilities in the third world*, Princeton, Princeton University Press.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Mimbire, Fátima (15.07.2005), «Investimentos com subidas tímidas», *Savana. Semanário independente*, nº 601, Maputo, pp.5-6.

Minayo, Maria Cecília de Souza (1999), «O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica» in: Pedrinho Guareschi, & Sandra Jovchelovitch, (orgs.), *Textos em representações sociais*, 5ª ed. [1994], Petrópolis, Vozes, pp.89-111.

Moreno, Alejandro (2003), «Corruption and democracy: a cultural assessment» in: Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp.265-277.

Mosca, João (1999), *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*, Lisboa, Instituto Piaget.

Mosca, João (2005), *Economia de Moçambique – Século XX*, Lisboa, Instituto Piaget.

Mosca, João (2005), *S.O.S. África*, Lisboa, Instituto Piaget.

Moscovici, Serge (2000) [1972], «Society and theory in social psychology» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.78-119.

Moscovici, Serge (2000) [1984], «The phenomenon of social representations» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.18-77.

Moscovici, Serge (2000) [1986], «The Dreyfus affair, Proust and social psychology» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.184-207.

Moscovici, Serge (2005) [1989], «Prefácio» in: Jodelet, Denise (2005), *Loucuras e representações sociais*, Petrópolis, Vozes, 4ª ed., pp.11-31.

Moscovici, Serge (1999) [1994], «Prefácio» in: Guareschi, Pedrinho; Jovchelovitch, Sandra (orgs.), *Textos em representações sociais*, 5ª ed. [1994], Petrópolis, Vozes, pp.7-16.

Moscovici, Serge; & Vignaux, Georges (2000) [1994], «The concept of themata» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.156-183.

Moscovici, Serge (2000) [1998a], «The history and actuality of social representations» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.120-155.

Moscovici, Serge (2000) [1998b], «Social consciousness and its history» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.208-223.

Bibliografia

Moscovici, Serge; & Marková, Ivana (2000) [1998], «Ideas and their development: a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková» in: Moscovici, Serge (2000), *Social representations. Explorations in social psychology*, Ed. Gerard Duveen, Cambridge, Polity Press, pp.224-286.

Muagerene, António; & Margraf, Burkhar (2004), *O papel da polícia em períodos eleitorais*, Maputo, Fundação Konrad Adenauer Stiftung (KAS)
[http://www.kas.de/db_files/dokumente/7_dokument_dok_pdf_5313_5.pdf].

Mucavele, Arménia (2005), «Revisão de símbolos nacionais poderá ir água abaixo», *Verical* (jornal diário), edição electrónica nº 884 – 10.08.2005, Maputo, pp.1-2.

Muslow, Abraham (1954), *Motivation and personality*, New York, Harper.

Ncomo, Barnabé Lucas (2003), *Uria Simango: Um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica.

Ncomo, Barnabé Lucas (s.d. [2005?]), «André Matsangaíce: da realidade histórica; do mito, até à morte de um homem» (disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/andr_matsangaice_1.doc).

Nevitte, Neil; & Kanji, Mebs (2003), «Authority orientations and political support: a cross-national analysis of satisfaction with governments and democracy» in: Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp.157-182.

Newitt, Malyn (1997) [1995], *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Nsoudou, Carine (2005), «L'émergence de cultures politiques distinctes au Cameroun de 1918 à 1961», texto de suporte de comunicação apresentada na European Conference of African Studies de 29 de Junho a 2 de Julho, organizada pela Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS), Londres.

Nunes, Artur de Figueiredo (1992), «Moçambique e as suas fronteiras», *Africana*, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais/Universidade Portucalense, nº10, pp.210-228.

Oliveira, Márcio S. B. S. (2004), «Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, nº 55, Junho de 2004, pp.180-186.

Oliveira, Paulo (2006), *Renamo, uma descida ao coração das trevas*, Lisboa, Europress.

Oppenheimer, Jochen; & Raposo, Isabel (2002), *A pobreza em Maputo. A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Departamento da Cooperação.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Oppenheimer, Jochen (2004) «Mozambican worker migration to the former German Democratic Republic: serving socialism and struggling under democracy», *Portuguese Studies Review*, vol.12, n°1, pp.163-187.

Otayek, René (org.) (1999), *Afrique: les identités contre la démocratie ?*, Cahiers des Sciences Humaines n° 10, La Tour d'Aigues, Autrepart.

Pais, Rita (2005), «A terceira vitória da Frelimo em Moçambique: marginalização política ou estabilidade económica?», *Africana Studia*, 8, 2005, pp.85-98.

Pélissier, René (1987-1988), *História de Moçambique – Formação e oposição (1854-1918)*, Lisboa, Editorial Estampa, vol. I (1987) e vol. II (1988).

Pereira, João C. G.; & Davids, Yul Derek (2002), «Political reforms in Mozambique: attitudes to democracy among ordinary people» in: Melber, Henning (org.), *Measuring democracy and human rights in Southern Africa*, Discussion Paper 18, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, pp.6-18.

Pettersson, Thorleif (2003), «Individual values and global governance: a comparative analysis of orientations towards the United Nations» in: Inglehart, Ronald (org.) (2003), *Human values and social change. Findings from the values surveys*, Leiden, Brill, pp.209-233.

Pitcher, Anne (2002), *Transforming Mozambique. The politics of privatization, 1975-2000*, Cambridge, Cambridge University Press.

Quantin, Pratick (org.) (2004), *Voter en Afrique. Comparaisons et différenciations*, Paris, L'Harmattan.

Quivy, Raymond; & Campenhoudt, Luc Van (1992) [1988], *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.

Rees, Gareth *et alii* (orgs.) (1985), *Political action and social identity. Class, locality and ideology*, London, The Macmillan Press.

Ribeiro, Fernanda (2005), «Um roteiro da repressão exercida pela PIDE entre 1945 e 1974 – III» in: *Público*, edição de 21.08.2005, Lisboa, p.12.

Ribeiro, Gabriel Mithá (1998) «Xiconhoca: o esquecido mito anti-revolucionário moçambicano 22 anos depois da sua criação a 25 de Julho de 1976» (I e II parte), *África Hoje. Política, economia e cultura* (revista mensal), ano XIV, n°s 117 (Maio) e 118 (Junho).

Ribeiro, Gabriel Mithá (2000), *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa.

Ribeiro, Gabriel Mithá (2002) «Em torno da cultura política dos moçambicanos», *As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa (Actas do VI congresso luso-afro-*

Bibliografia

brasileiro de ciências sociais), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, pp.81-83.

Rosas, Fernando; & Brito, J. M. Brandão de (orgs.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, vols. I e II.

Ruigrok, Inge (2005), «Mozambique's 2004 general elections», *African Security Review* 14 (1), Africa Watch, pp.35-47.

Sá, Celso Pereira de (1996), *Núcleo central das representações sociais*, Petrópolis, Vozes.

Santamaria, Yves (1999) [1997], «Afrocomunismos: Etiópia, Angola, Moçambique» in: Courtois, Stéphane *et alii* (orgs.), *O livro negro do comunismo*, 4ª ed., Lisboa, Quetzal Editores, pp.774-799.

Saul, John S. (2005), *The next liberation struggle. Capitalism, socialism, and democracy in Southern Africa*, London, The Merlin Press.

Saúte, Alda Romão (2005) «Mozambican convert miners: Missionaries or a herd without a shepherd? The anglican mission of Santo Agostinho, Macienne, 1885-1905» in: Macamo, Elísio Salvado (ed.) (2005b), *Negotiating modernity. Africa's ambivalent experience*, London, Zed Books, pp.98-132.

Schaedel, Martin (1984), «*Eingeborenen-Arbeit*»: *Formen der Ausbeutung unter der portugiesischen Kolonialherrschaft in Mosambik*, Colónia (Alemanha), Pahl-Rugenstein [«*Trabalho indígena*»: *Formas de exploração sob a dominação colonial portuguesa em Moçambique*, texto disponível apenas em língua alemã].

Seibert, Gerhard (2001), «As igrejas africanas independentes em Moçambique: origem, história e actuação actual», texto suporte de conferência realizada a 19/04/2001, ISCTE, Lisboa.

Seibert, Gerhard (2003a), «Exclusão social e igrejas cristãs sincréticas em Moçambique», in: Henriques, Isabel Castro (org.), *Novas relações com África: que perspectivas? Actas do III congresso de estudos africanos no mundo ibérico (Lisboa, 11, 12 e 13 de Dezembro de 2001)*, Lisboa, Vulgata, pp. 225-239.

Seibert, Gerhard (2003b), «The vagaries of violence and power in post-colonial Mozambique», in: Abbink, Jon *et alii* (orgs.), *Rethinking resistance. Revolt and violence in african history*, Leiden & Boston, Brill, pp. 253-276.

Serra, Carlos (1997a), *Combates pela mentalidade sociológica: crenças anómicas de massa em Moçambique & Mitos e realidades da etnicidade & Para um novo paradigma da etnicidade*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (1997b), *Novos combates pela mentalidade sociológica: sociologia política das relações de poder em Moçambique & Desafios de uma medicina bernardiana*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Serra, Carlos (org.) (1998a), *Estigmatizar e desqualificar. Casos, análises, encontros*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (org.) (1998b), *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (org.) (1999), *Eleitorado incapturável. Eleições municipais de 1998 em Manica, Chimoio, Beira, Dondo, Nampula e Angoche*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (org.) (2000a), *Racismo, etnicidade e poder. Um estudo em cinco cidades de Moçambique*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (org.) (2000b), *Conflito e mestiçagem*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (2003a), *Em cima de uma lâmina (um estudo sobre a precariedade social em três cidades de Moçambique)*, Maputo, Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (2003b), *Cólera e catarse. Infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula (1998-2002)*, Maputo, Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

Sheldon, Kathleen (2002), *Pounders of grain: a history of women, work, and politics in Mozambique*, Heinemann/Greenwood.

Silva, Augusto Santos (1986), «A ruptura com o senso comum nas ciências sociais» in: Silva, Augusto Santos & Pinto, José Madureira (orgs), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp.29-53.

Silva, Teresa Cruz e (2001), *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)*, Maputo, Promarte (coleção identidades).

Silva, Teresa Cruz e (2002a), «Entre a exclusão social e o exercício de cidadania: igrejas 'ziona' do bairro Luís Cabral, na cidade de Maputo», *Estudos moçambicanos*, nº 19, pp.61-68.

Silva, Teresa Cruz e (2002b), «Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: o caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo», *Revista Crítica de Ciências Sociais – Globalização: fatalidade ou utopia?*, nº 63, pp.75-89.

Silva, Teresa Cruz e (2004a), «Identidade religiosa e construção da democracia em Moçambique: o caso da Igreja Metodista Unida de Moçambique», *Travessias: Revista de ciências sociais e Humanas em língua portuguesa*, nº 4/5, pp.223-235.

Bibliografia

Silva, Teresa Cruz e (2004b), «Continuidade e rupturas na definição da “normalidade” religiosa em Moçambique e consequentes processos de exclusão social: o caso do movimento zione na cidade de Maputo (1980-1990)» in: Carvalho, Clara & Cabral, João Pina (orgs), *A persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp.293-306.

Smith, Anthony D. (1997), *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva.

Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o caso do «Império» – Administração e guerra colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.

Strayer, Joseph (s.d.), *As origens medievais do estado moderno*, Lisboa, Gradiva.

Tajfel, Henri (1983) [1981], «Categorização social, identidade social e comparação social» in: Tajfel, Henri, *Grupos humanos e categorias sociais – II*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.289-303.

Teixeira, José Pimentel (2004), «Ma-Tuga no mato. Imagens sobre os portugueses em discursos rurais moçambicanos» in: Carvalho, Clara & Cabral, João Pina (orgs), *A persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp.307-341.

Telo, António José (2007), *História contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. 1.

Temudo, Marina Padrão (2004/2005), «Campos de batalha da cidadania no norte de Moçambique», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº7/8 – Julho 2004/Junho 2005, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, pp.31-51.

Thomaz, Omar Ribeiro (2004), «Entre inimigos e traidores: suspeitas e acusações no processo de formação nacional no Sul de Moçambique», *Travessias: Revista de ciências sociais e Humanas em língua portuguesa*, nºs 4/5, pp.269-287.

Vala, Jorge (1993) «As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social», *Análise Social*, nºs 123-124, pp.887-919.

Vala, Jorge (1996), «Identidade, estruturas cognitivas e transformações sociais», *Dinâmicas multiculturais, novas faces, novos olhares. Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol.I, pp.25-29.

Vala, Jorge (1997), «Representações sociais – Para uma psicologia social do pensamento social» in: Vala, Jorge & Monteiro, Maria Benedicta (orgs.), *Psicologia social*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 353-384.

Vala, Jorge (2002), «Representações sociais e psicologia social do pensamento quotidiano» in: Vala, Jorge & Monteiro, Maria Benedicta (orgs.), *Psicologia social*, 5ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 457-502.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Weber, Max (1997) [1909-1913], *Conceitos sociológicos fundamentais*, Lisboa, Edições 70.

Weber, Max (2005) [1917-1922], *Três tipos de poder e outros escritos*, Lisboa, Tribuna da História.

Weber, Max (1978) [1922], *Economy and society: an outline of interpretive sociology*, ed. Guenther Roth and Claus Wittich, London, University of California Press, vol. 1 («Part one and part two, chapters I to VII») and vol. 2 («Part two, chapters VIII to XVI»).

Weber, Max (1983) [1922], *Fundamentos da sociologia*, Lisboa, Rés.

Werbner, Richard & Ranger, Terence (1996), *Postcolonial identities in Africa*, London & New Jersey, Zed Books.

West, Harry G. (2005), *Kupilikula. Governance and the invisible realm in Mozambique*, Chicago and London, The University of Chicago Press.

Wieviorka, Michel (2002) [1998], *O racismo. Uma introdução*, Lisboa, Fenda.

SITES NA INTERNET

A Biblioteca do Macua – Livros e autores que a Moçambique dizem respeito acompanhados de excertos das obras:
<http://www.macua.org/livros/index.html>

African Review of Books, Laverstock, UK:
<http://www.africanreviewofbooks.com/>

African Studies Association, Rutgers, State University of New Jersey, USA:
<http://www.africanstudies.org/>

African Studies Quarterly – The Online Journal for African Studies, Center for African Studies – University of Florida, USA:
<http://www.africa.ufl.edu/asq/>

Afrimap – Africa Governance Monitoring and Advocacy Project, London, UK:
<http://www.afrimap.org/ourmission.php>

AJOL – African Journals Online, Oxford, UK:
<http://www.ajol.info/>

Awepa – Mozambique Political Process Bulletin, European Parliamentarians for Africa:
<http://www.mozambique.mz/awepa/issues.htm>;
<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/>; j.hanlon@open.ac.uk

Carter Center, Atlanta, USA [Mozambique]:
<http://www.cartercenter.org/activities/showdoc.asp?countryID=50&submenu=activities>

Centre d'Études Africaines (CEAF), École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), France:
<http://www.ehess.fr/centres/ceaf/pages/bibliotheque/bases.html#haut>

Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa, Portugal:
<http://www.cea.iscte.pt/>

Constituição da República de Moçambique (2004):
<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>

FAO – Country Profiles and Mapping Information System:
<http://www.fao.org/countryprofiles/maps.asp?iso3=MOZ>

Google for African Studies Research, Scotland, UK:
<http://www.hanszell.co.uk/google/>

Inácio de Passos (1977), *Moçambique e a escalada do terror* – Versão integral em:
<http://www.macua.org/livros/escalada.html#cima>

Institute for Security Studies, South Africa [Country Files Mozambique]:

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

<http://www.iss.org.za/AF/profiles/mozambique/index.htm>

Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa, Portugal:
<http://www.ieei.pt/>

Instituto Nacional de Estatística (Moçambique):
<http://www.ine.gov.mz/>

Konrad Adenauer Stiftung, Berlin, Deutschland:
<http://www.kas.de>

Lusophone Conference – Lusophone Africa: Intersections Between the Social Sciences,
Cornell University, USA, May 2 and 3, 2003:
<http://www.kyle.aem.cornell.edu/Lusoconferencepage.htm>

Max Weber, Sociosite, University of Amsterdam, Netherlands:
<http://www2.fmg.uva.nl/sociosite/topics/weber.html>

Pambazuka News – Weekly Forum for Social Justice in Africa, Oxford, UK:
<http://www.pambazuka.org/about.php>

Propostas de alteração da bandeira de Moçambique (site)
<http://www.tuvalkin.web.pt/terravista/guincho/1421/bandeira/mz.htm#1975>

Revue Lusotopie, Éditions Karthala, Paris, France:
<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/sommaire.html>

Savana – Semanário Independente
<http://www.canalmoz.com/>

«Revisão dos símbolos e da bandeira nacionais: mudam-se os tempos mudam-se os valores», Editorial de 12.08.2005, in: *Savana. Semanário Independente*, Maputo, edição electrónica nº605, p.10.

Sociosite – Social Science Information System, University of Amsterdam, Netherlands:
<http://www2.fmg.uva.nl/sociosite/index.html>

Soumbala – Librairie Africaniste, Prades Le Lez, France :
<http://www.soumbala.com/>

The Africa Book Centre, London, UK:
<http://www.africabookcentre.com/>

Bibliografia

ANEXOS

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

ANEXO DA I PARTE
GUIÃO, DADOS ESTATÍSTICOS E SOCIOGRÁFICOS DAS ENTREVISTAS (2004)

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

GUIÃO DE ENTREVISTA⁸⁴⁹
CIDADE DE TETE (MOÇAMBIQUE)
(JUNHO-AGOSTO DE 2004)

NOTA: São apenas tópicos para dinamizar conversas e não orientações para seguir de forma exaustiva. Cada conversa terá incidências específicas.

Data; local.

DADOS SOCIOGRÁFICOS

1. Nome; 2. Idade; 3. Sexo; 4. Naturalidade; 5. Profissão; 6. Cargo de responsabilidade; 7. Escolaridade; 8. Residência e se viveu sempre no mesmo lugar; 9. Religião (se é ou não praticamente e há quanto tempo); 10. Contexto político dominante (se possível); 11. Sempre que a entrevista não for em português, explicitar.

TÓPICOS PARA A DINAMIZAÇÃO DA CONVERSA

A – PASSADO/PRESENTE (COLONIAL E PÓS-COLONIAL DA I e II REPÚBLICAS)

NOTA DE ABERTURA – Gostaria de ouvir a história da sua vida e captar as suas opiniões sobre a sociedade em que vive: sobre a maneira como as pessoas vivem aqui em Moçambique; sobre como tem sido a vida das pessoas; sobre o que lhe parece que tem mudado ao longo do tempo a partir da sua própria experiência e da sua família. O que é importante para a minha investigação é ouvir as suas opiniões.

1. Quais são, na sua opinião, os principais problemas que afectam as pessoas? Quando compara esses problemas de hoje com o que acontecia no passado que diferenças encontra? O que é que explica as diferenças? [Remeter sucessivamente para a governação de Samora Machel/socialista e para o período colonial e, dependendo da entrevista, alterar essa ordem, começando pelo período colonial].

2. Como é que resolve, ou como é que acha que as pessoas resolvem, os seus problemas: quando são roubadas, por exemplo? E quando há problemas na família como o adultério ou na relação pais/filhos? Como é que é hoje, como é que era no passado? Como é que foi evoluindo a reacção das autoridades ao longo do tempo?

3. Como sabe, desde inícios dos anos 90 que Moçambique vive em paz e em democracia. O que é que pensa que mudou na vida das pessoas nestes últimos dez anos? Quais as principais diferenças em relação ao passado? Valeu a pena, não valeu a pena? Em que aspectos considera que a vida das pessoas melhorou? Em que aspectos piorou? O que acha que está na mesma?

4. Moçambique viveu duas grandes fases de transição: 1974-75 para a independência e 1992-1994 com o fim da guerra e as primeiras eleições multipartidárias. Era capaz de falar na transição para a independência, 1974-75. Quase trinta anos passados que balanço faz? Valeu a pena? Que coisas boas e más entretanto ocorreram? [Colocar aqui questões sobre como viu a luta de libertação nacional e a Frelimo nesse período].

5. O que é para si a democracia? Como é que a avalia? O que distingue a democracia do socialismo? Em que é que a democracia e o socialismo são diferentes do que se passava no tempo colonial?

6. O que pensa da intervenção do governo nas várias áreas (política, saúde, ensino, impostos, emprego, transportes, preços, abastecimentos alimentares, acesso à água, nível de vida, criminalidade, apoio em caso de calamidades, etc)? Que diferenças encontra entre a actualidade e o passado? [Independentemente da ordem, conduzir a que o discursos dos entrevistados comparem o multipartidarismo, o socialismo e o colonialismo]

7. Quando avalia a acção dos governantes hoje, o que é que conclui? Qual a diferença em relação ao tempo do presidente Samora Machel? O que é melhor e o que é pior? Como é que as coisas, nesse domínio, funcionavam no tempo colonial? [Se a entrevista o permitir, colocar as questões explicitando o nome dos líderes].

8. Chegou a participar ou participa em alguma organização que visa melhorar a vida das pessoas (associação, partido político, religião ou outra)? Porque razão o faz/fez? Por que razão não participa?

9. Como é que compara a participação das pessoas na vida política de hoje com o que aconteceu no passado?

⁸⁴⁹ Existiu um primeiro guião de exploratório para 2003 (utilizado nas cidades de Maputo, Nampula, Lichinga e Tete, no último caso com uma única ida a um espaço rural). Foi com base nesse guião exploratório que se elaborou este que foi utilizado em 2004 na cidade de Tete. As entrevistas tinham como técnica seguir a dinâmica discursiva dos entrevistados e evitar criar bloqueios. O que se fazia era, sempre que possível, levar a que os entrevistados falassem da época colonial (até 1975); da primeira república (1975-1994); e da segunda república (desde 1994), de preferência sobre as mesmas temáticas.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

10. Costuma ir votar? O que pensa das eleições? Acha que elas têm alguma influência? Acredita que servem para alguma coisa?
11. O que pensa da ideia hoje muito falada de que os cidadãos devem participar na solução dos problemas do país. Considera que isso acontece? Ou acontecia no passado?
12. Como é que se posiciona face às igrejas? Porque é que acha que elas cresceram? Como avalia o seu papel?
13. Considera importante que as pessoas façam parte de organizações/partidos políticos? Porquê?

B – FUTURO (EXPECTATIVAS)

14. Como sabe, em Dezembro deste ano (2004) haverá eleições presidenciais e legislativas. O presidente Joaquim Chissano já anunciou que não se candidata e a Frelimo terá como candidato Armando Guebuza que terá como principal adversário Afonso Dhlakama. O que pensa que pode vir a acontecer? Quem lhe parece que vai vencer? Espera mudanças ao nível da governação do país? Isso será positivo ou negativo?
15. A estabilidade política que Moçambique tem vivido na última década é para continuar ou vai ser alterada? Como é que justifica as suas opiniões? O que é que os moçambicanos podem esperar do futuro do seu país?
16. Quais são as áreas da governação que lhe parecem as mais importantes? Como é que considera que o governo deveria actuar nesses domínios (exemplos: desemprego, pobreza, acesso à água, criminalidade, corrupção, direitos das pessoas, etc.)? Na sua opinião, como é que, no futuro, seria possível ultrapassar as dificuldades que afectam as pessoas? Considera que o país está no rumo certo?
17. Qual julga que será o papel dos estrangeiros em Moçambique (europeus e africanos)? Que papel acha que têm desempenhado desde a independência em 1975?
18. Quais são aqueles aspectos que, independentemente de quem governa, devem ser respeitados? Ou seja, como é que qualquer governo tem de tratar os moçambicanos, independentemente de ser um governo da Frelimo, da Renamo ou outro qualquer? O que é que os governos devem fazer para pôr em prática esses objectivos?

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

DADOS ESTATÍSTICOS DAS ENTREVISTAS
CIDADE DE TETE
(JUNHO-AGOSTO DE 2004)

1. TOTAL DE ENTREVISTAS: 61 (100%)

Entrevistas individuais: 54 (88,5%)

Entrevistas com duas pessoas: 08 (11,5%)

2. TOTAL DE ENTREVISTADOS: 68 (100%)

Mulheres: 07 (10,3%)

Homens: 61 (89,7%)

3. IDADES DOS ENTREVISTADOS

Desconhecida: 01	33 anos: 01	43 anos: 05	60 anos: 01
20 anos: 01	34 anos: 04	44 anos: 01	62 anos: 02
21 anos: 01	35 anos: 01	45 anos: 03	63 anos: 02
25 anos: 01	36 anos: 02	47 anos: 04	64 anos: 01
26 anos: 02	37 anos: 02	48 anos: 01	65 anos: 01
27 anos: 01	38 anos: 02	49 anos: 01	66 anos: 02
30 anos: 01	39 anos: 01	51 anos: 02	76 anos: 01
31 anos: 01	40 anos: 04	54 anos: 02	+70 anos: 03
32 anos: 04	42 anos: 04	58 anos: 01	80 anos: 01

20/35 ANOS=18 (26,7%)

36/50 ANOS=30 (44,8%)

+51 ANOS=19 (28,4%)

4. RESIDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS (68 – 100%)

FORA DA CIDADE (05 – 7,4%):

Zâmbia: 01

Cidade da Beira: 01

Changara: 01

Moatize: 02

CIDADE DE TETE (63 – 92,6%)

Desconhecida: 02

Centro da Cidade não especificado: 02

Bairro Mateus Sansão Muthemba (23):

Unidade Chimadzi: 08

Unidade Canongola: 07

Unidade Chicolode: 04

% da população do bairro no total da população da cidade: 24,9%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 36,5%

Unidade Missão Pedro: 02

Unidade Mateus Sansão Muthemba: 02

Bairro Francisco Manyanga (13):

Unidade Popular: 05

Unidade Chingale: 04

Unidade Fumbé: 02

% da população do bairro no total da população da cidade: 18,2%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 20,6%

Unidade Emília Dausse: 01

Unidade Armando Tivane: 01

Bairro Josina Machel (07):

Unidade Nhamabira: 05

% da população do bairro no total da população da cidade: 10,3%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 11,1%

Unidade João Bacachese: 02

Bairro do Matundo (07):

Unidade Cambinde: 04

Sem referência à Unidade: 02

% da população do bairro no total da população da cidade: 7,9%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 11,1%

Unidade Sonha: 01

Bairro de Chingodzi (06):

Unidade 25 de Setembro: 06

% da população do bairro no total da população da cidade: 15,2%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 09,5%

Bairro Filipe Samuel Magaia (03):

Unidade Xequebanda: 02

% da população do bairro no total da população da cidade: 10,7%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 04,8%

Unidade Massingire: 01

Bairro de M'Paduê: 00

% da população do bairro no total da população da cidade: 5,3%

% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 00%

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

Bairro de Déguè: 00

% da população do bairro no total da população da cidade: 8,4%
% dos entrevistados do bairro no total dos entrevistados da cidade: 00%

5. NATURALIDADE DOS ENTREVISTADOS (68 – 100%)

Desconhecida: 05 – 07,4%

Estrangeiro (02 – 02,9%)

Portugal: 01

Zâmbia: 01

Outras províncias de Moçambique (12 – 17,6%)

Cidade de Maputo: 2

Prov. Inhambane: 01

Prov. Sofala:

Cidade da Beira: 02

Distrito do Búzi: 01

Prov. Manica:

Cidade de Chimoio: 01

Prov. Zambézia

Cidade de Quelimane: 03

Distrito de Mocuba: 01

Prov. Cabo Delgado

Mueda: 01

Província de Tete (30 – 44,1%)

Distrito de Changara: 07

Distrito de Moatize: 06

Distrito não identificado: 04

Distrito da Angónia: 03

Distrito da Marávia/Fingoè: 03

Distrito de Chiúta: 02

Distrito de Mutarara: 02

Distrito da Macanga: 01

Distrito do Zóbuè: 01

Distrito de Magoè: 01

Cidade de Tete (19 – 27,9%)

Cidade de Tete: 19

6. ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

Desconhecida: 08

Não saber ler-escrever/

Não frequentou a escola: 05

Sabe ler-escrever/

Frequentou a escola: 05

4ª classe: 09

5ª classe: 02

6ª classe: 05

7ª classe: 02

8ª classe: 08

9ª classe: 05

10ª classe: 08

12ª classe: 06

Curso médio:

Professor primário: 02

Curso de electricidade: 01

Estudos superiores:

Economia/Cuba: 01

Padre Jesuíta: 01

TOTAL

Não escolarizados: 05 (8,3%)

Escolarizados: 55 (91,7%)

7. PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS (68 – 100%)

Fun^{cionário} Estado qua^{lificado} – 06

Professor(a) primário – 06

Militar reformado – 04

Polícia – 04

Fun^{cionário} ad^{ministrativo} ONG – 03

Padre/Pastor – 03

Enfermeiro – 02

Empresário – 01

Reformado do Estado – 01

Militar de carreira – 01

Professor do secundário – 01

Estudante secundário – 01

Operário não específico – 06

Negociante informal – 04

Alfaiate – 03

Guarda informal – 02

Agricultor – 02

Motorista – 01

Asfaltador – 01

Electricista – 01

Pedreiro – 01

Carpinteiro – 01

Estofador – 01

Padeiro – 01

Desempregados – 07

Doméstica – 03

Desconhecida – 01

Sector formal=33 (48,5%) Sector informal=24 (35,3%) Desempregados=07 (10,3%) Domésticas=03 (04,4%)

Desconhecida=01 (01,5%)

8. RELIGIÃO PROFESSADA PELOS ENTREVISTADOS (68 – 100%)

Católico praticante: 16 (23,5%)

Membro de Igreja Cristã Africana (sincrética): 12 (17,6%)

Católico não praticante: 09 (13,2%)

Sem religião: 09 (13,2%)

Desconhecida: 07 (10,3%)

Cristão não praticante: 05 (07,4%)

Religião tradicional africana: 04 (05,9%)

Muçulmano: 02 (02,9%)

Testemunha de Jeová: 02 (02,9%)

Presbiteriano: 01 (01,5%)

IURD: 01 (01,5%)

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

9. IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EXPLÍCITA DOS ENTREVISTADOS (68 – 100%)

Filiação política não revelada: 35 (51,5%)

Membro/simpatizante/votante explícito da FRELIMO: 19 (27,9%)

Membro/simpatizante/votante explícito da RENAMO: 10 (14,7%)

Distanciamento partidário explícito: 04 (05,9%)

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

REGISTOS SOCIOGRÁFICOS DE CADA ENTREVISTA
CIDADE DE TETE
(JUNHO-AGOSTO DE 2004)

ENTREVISTA 1/2004

DATA: 25.06.2004.
LOCAL: Centro da cidade.
ENTREVISTADO: PS
SEXO: Masculino.
IDADE: 76 anos.
RESIDÊNCIA: Cidade de Tete.
NATURALIDADE: Portugal.
ESCOLARIDADE: Jesuíta de formação.
PROFISSÃO: Padre há 40 anos a trabalhar para a Igreja Católica em Moçambique.
RELIGIÃO: Católica.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 2/2004

DATA: 28.06.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.
ENTREVISTADO: EF
SEXO: Masculino.
IDADE: 42 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.
NATURALIDADE: [Província de Tete].
ESCOLARIDADE: Concluiu o ensino primário e depois tirou um curso de técnico de máquinas agrícolas em Rostock (República Democrática Alemã), entre 1981-1987.
PROFISSÃO: Faz pequenos trabalhos de costura/alfaiataria.
RELIGIÃO: Católico em criança, mas agora não praticante, embora refira que ainda é crente.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Chefe de dez casas.

ENTREVISTA 3/2004

DATA: 29.06.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique melhorada do entrevistado.
ENTREVISTADO: P
SEXO: Masculino.
IDADE: 60 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade de Nhamabira.
NATURALIDADE: Distrito de Chiúta, província de Tete.
ESCOLARIDADE: 4ª classe.
PROFISSÃO: Funcionário público reformado. Faz pequenos biscoitos.
RELIGIÃO: Católico não praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Renamo.

ENTREVISTA 4/2004

DATA: 30.06.2004.
LOCAL: Casa de "pau a pique" do entrevistado.
ENTREVISTADO: MM
SEXO: Masculino.
IDADE: 44 anos – 6 filhos.
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.
NATURALIDADE: Bairro onde reside.
ESCOLARIDADE:
PROFISSÃO: Guarda informal.
RELIGIÃO: Católico em criança e membro da igreja presbiteriana entre 1989 e 1995. Neste momento não pratica qualquer religião, mas diz que a mulher é católica praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Referiu não ser de nenhum dos grandes partidos, mas revelou uma sensibilidade política próxima do discurso da Renamo.

ENTREVISTA 5/2004

DATA: 30.06.2004.
LOCAL: Edifício da Igreja Presbiteriana da cidade de Tete.
ENTREVISTADO: J

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

SEXO: Masculino.
IDADE: 37 anos.
RESIDÊNCIA: Centro da cidade de Tete.
NATURALIDADE: Cidade de Maputo. Vive em Tete há quatro anos por razões profissionais.
ESCOLARIDADE: Curso superior de economia tirado em Cuba. Entre 1979 e 1993 esteve a estudar em Cuba. Nesses 14 anos frequentou desde o ensino preparatório e concluiu o superior.
PROFISSÃO: Dirige um departamento financeiro do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em Tete (antigo Ministério da Agricultura e Pescas).
RELIGIÃO: Presbiteriano, tal como toda a sua família. Por essa tradição, ele dirige e coordena grupos de jovens da igreja em Tete. Queixa-se do facto de a comunidade em Tete ser pequena e diz que isso também tem a ver com o trabalho do pastor, crítica indirecta ao pastor que estava cá no ano passado (2003), pessoa que eu também entrevistei na fase exploratória da pesquisa. Esse pastor foi transferido para a Zâmbia. Disse que o trabalho de trazer pessoas para a igreja depende muito de quem está à frente da comunidade.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Claramente pró-Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: O seu pai era tio-avô de Eduardo Mondlane. É, digamos assim, um membro da "elite do sul" que em Tete tipifica o alvo de muitas críticas.

ENTREVISTA 6/2004

DATA: 01.07.2004.
LOCAL: Igreja de Cristo Unida de Moçambique (instalada em Tete desde 1988).
ENTREVISTADO: SS
SEXO: Masculino.
IDADE: 43 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade de Nhamabira. A casa do pastor é de alvenaria e fica mesmo em frente à igreja. Veio há seis meses de uma comunidade da Beira. Ainda está a "estudar a comunidade" da cidade de Tete.
NATURALIDADE: Búzi, província de Sofala. Nasceu numa zona rural.
ESCOLARIDADE: 9ª classe.
PROFISSÃO: Pastor da Igreja de Cristo Unida de Moçambique. Fez a formação no Centro Pastoral do Seminário Unido de Ricatla entre 1983 e 1988 (em 1986 interrompeu a formação durante um ano para se casar). A igreja faz parte do Conselho Cristão de Moçambique.
RELIGIÃO: Membro da Igreja de Cristo Unida de Moçambique (ICUM).
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 7/2004

DATA: 01.07.2004.
LOCAL: Casa de familiares do entrevistado, de pau-a-pique.
ENTREVISTADO: LD
SEXO: Masculino.
IDADE: 48 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade de Nhamabira. Reside habitualmente na Beira, mas vem a Tete com frequência e é aqui, em casa de familiares, que se hospeda. Esta era a casa onde habitou e habitaram os seus pais. Neste momento é um terreno com duas casas onde vivem seus irmãos e respectivos familiares.
NATURALIDADE: Distrito de Chiúta, província de Tete.
ESCOLARIDADE: 4º ano liceal.
PROFISSÃO: Militar reformado como capitão e, posteriormente, em 1994 foi promovido a Major.
RELIGIÃO: Não revelada/não registada.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo desde 1972. É um dos "antigos combatentes".

ENTREVISTA 8/2004

DATA: 02.07.2004.
LOCAL: Casa de alvenaria do entrevistado, embora situada num bairro periférico e pobre da cidade.
ENTREVISTADO: D
SEXO: Masculino.
IDADE: 38 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.
NATURALIDADE: Província de Tete, Angónia.
ESCOLARIDADE: Concluiu o ensino secundário – "nível médio" – na área de economia em Cuba, onde estudou entre 1985 e 1991. Foi para lá estudar entre a 7ª e a 12ª classes.
PROFISSÃO: Polícia. Trabalha no Departamento de Trânsito. É funcionário do estado desde 1993.
RELIGIÃO: Católico praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Votante da Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: 5 filhos: 3 meninas e 2 rapazes. A mais velha frequenta a 4ª classe.

ENTREVISTA 9/2004

DATA: 04.07.2004.
LOCAL: Casa do entrevistado (de pau-a-pique melhorada).
ENTREVISTADO: JS

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

SEXO: Masculino.
IDADE: 47 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade de Nhamabira.
NATURALIDADE: Província de Tete. O pai é natural de Moatize (mecânico) e a mãe é de Boroma (distrito de Changara).
ESCOLARIDADE: Concluiu a escola primária em 1973. Nesse ano veio para Tete estudar. Veio sozinho para uma casa alugada pelos pais, mas adoeceu e nesse mesmo ano regressou ao Fingoè, para junto dos pais. Em 1977 fez o curso de marceneiro em Boroma.
PROFISSÃO: Embora viva numa casa modesta, é funcionário desde 1985 do quadro administrativo do Instituto de Comunicação Social.
RELIGIÃO: Católico praticante desde 2000 por influência da mulher, católica de nascença.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: A mulher é professora.

ENTREVISTA 10/2004

DATA: 05.07.2004.

LOCAL: Sede administrativa do Bairro Mateus Sansão Muthemba que fica na unidade de Chimadzi, junto ao tribunal comunitário. O secretário informou que nas quatro unidades do bairro (Chimadzi, Chicolode, Mateus Sansão Muthemba e Canongola) vivem cerca de 26.850 pessoas. É o bairro mais populoso da cidade de Tete.

ENTREVISTADO 1: WP

SEXO: Masculino.

IDADE: 65 anos (provavelmente mais).

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.

NATURALIDADE: Não revelada/não registada.

ESCOLARIDADE: Não revelada/não registada.

PROFISSÃO: Antigo alfaiate de profissão. Agora secretário de bairro a tempo inteiro e, portanto, funcionário público.

RELIGIÃO: Não revelada/não registada.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Frelimo.

OUTROS DADOS RELEVANTES: O secretário é uma pessoa de conversa e trato fácil, sem qualquer censura ou falta de vontade face às questões colocadas e pessoa que se mostrou completamente disponível. Nem sequer exigiu que eu antecipadamente lhe indicasse o conteúdo da conversa. Portanto, nada dogmático ou persecutório quando comparado com muitos que lhe são hierarquicamente inferiores, ele que é o secretário que controla o bairro mais populoso da cidade.

ENTREVISTADO 2: AZ – aparentava mais de 70 anos. Adjunto do secretário. Este senhor só pontualmente participou na conversa, embora a tenha presenciado a convite do secretário e eu ter sugerido que intervissem os dois. Todavia, como a entrevista foi previamente combinada com o secretário, o seu adjunto pouco interveio. Mas, mesmo assim, fiquei com a impressão de haver grande sintonia de pontos de vista entre os dois.

ENTREVISTA 11/2004

DATA: 05.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: FA

SEXO: Masculino.

IDADE: 45 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.

NATURALIDADE: Zambézia, distrito de Mocuba. A mulher é de Tete e tem três filhos.

ESCOLARIDADE: 7ª classe.

PROFISSÃO: Estofador, "(...) *mas na falta de serviço faço este de sapateiro. (...) Trabalho com o patrão, mas quando não tenho é assim por conta própria.*"

RELIGIÃO: Diz ser membro da Igreja 7º Dia desde criança porque os pais também eram.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

OUTROS DADOS RELEVANTES: O entrevistado esteve sempre pouco conversador e a conversa foi interrompida pela intromissão do chefe de unidade de Chimadzi alegando eu não o havia contactado antes de circular pelo bairro. Se o tivesse feito ele garantia-me um acompanhante permanente para eu ser bem recebido pelas pessoas. A metodologia adoptada para este trabalho é exactamente a inversa e estas atitudes (e outras) provam a sua razão de ser.

ENTREVISTA 12/2004

DATA: 06.07.2004.

LOCAL: Vivenda térrea, ainda que modesta, "típica" da cidade de cimento e situada numa das principais avenidas da cidade.

ENTREVISTADA 1: MCC

SEXO: Feminino.

IDADE: 36 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Popular.

NATURALIDADE: Cidade de Tete.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

ESCOLARIDADE: Concluiu a 6ª classe no percurso "normal". Retomou os estudos em 2000 no ensino nocturno e neste momento frequenta a 10ª classe.
PROFISSÃO: Doméstica.
RELIGIÃO: Católica praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Mulata ("filha de pai português").

ENTREVISTADA 2: A
SEXO: Feminino.
IDADE: 20 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Popular.
NATURALIDADE: Cidade da Beira. Viveu na Beira e agora está em Tete.
ESCOLARIDADE: Frequenta a 12ª classe.
PROFISSÃO: Estudante.
RELIGIÃO: Católica praticante desde a infância.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: É prima da outra entrevistada. É negra.

ENTREVISTA 13/2004

DATA: 06.07.2004.
LOCAL: Federação Mundial Luterana, gabinete de trabalho da entrevistada.
ENTREVISTADO: FC
SEXO: Feminino.
IDADE: 45 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo – Unidade ????.
NATURALIDADE: Cidade de Tete. Filha de pai português (natural do Minho) e de mãe moçambicana (natural do Zóbuè). Tem três filhos.
ESCOLARIDADE: 12ª classe (concluída em adulta, em 1993 ou 1994).
PROFISSÃO: Desde 1989 funcionária administrativa da Federação Mundial Luterana – Tete.
RELIGIÃO: Católica praticante desde a infância, embora trabalhe numa instituição luterana. Diz que a instituição permite que trabalhem lá pessoas de todas as confissões religiosas.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Diz ter sido da Frelimo. Actualmente é muito crítica dessa força política.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Mulata. Foi-me indicada pelo padre Ildo Rosch que me informou que a Srª Fátima Carvalho está ligada a programas de apoio a pessoas carenciadas da cidade e dos distritos.

ENTREVISTA 14/2004

DATA: 07.07.2004.
LOCAL: Casa de alvenaria da entrevistada.
ENTREVISTADO: R
SEXO: Feminino.
IDADE: 32 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade de Chingale.
NATURALIDADE: Cidade de Tete. Tem 5 filhos.
ESCOLARIDADE: 8ª classe (concluída em 1988). Neste ano de 2004 retomou os estudos.
PROFISSÃO: Doméstica.
RELIGIÃO: Católica praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 15/2004

DATA: 08.07.2004.
LOCAL: Casa de alvenaria do entrevistado, com todas as condições.
ENTREVISTADO: A
SEXO: Masculino.
IDADE: 43 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Armando Tivane. Só se fixou aqui na cidade desde 2000, pois por razões profissionais vivia nas zonas de fronteira aqui da província de Tete. Embora situada numa área degradada pelo tempo, a casa, com aspecto de vivenda, fica próxima da cidade de cimento e tem água canalizada, electricidade, um terreno amplo, cozinha, empregado, telemóvel, etc. Podemos considerar estar perante alguém da classe média tendo em conta os padrões locais e, pelo que percebi de dois telefonemas que atendeu, é um homem de negócios.
NATURALIDADE: Cidade de Tete. Tem 4 filhos.
ESCOLARIDADE: 10ª classe. Estudou primeiro até à 6ª classe e depois estudou até à 10ª.
PROFISSÃO: Funcionário dos serviços de migração desde 1980.
RELIGIÃO: Católico não praticante, baptizado em 1976.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Pró-Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Os serviços de migração constituem uma das áreas associados à corrupção e ao suborno. Talvez essa seja uma característica específica das zonas fronteiriças com grande fluxo comercial como é o caso de Tete. Esta entrevista não teve qualquer preparação prévia. Vi o entrevistado sentado ao sol no quintal de sua

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

casa e sentei-me a conversar com ele. Parecia que tinha estado a treinar-se para a conversa. E curioso é que esta é a regra e não a exceção. Interpretar esse sentido social do político é importante.

ENTREVISTA 16/2004

DATA: 09.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do primo do entrevistado: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola.

ENTREVISTADO: FF

SEXO: Masculino.

IDADE: 37 anos. Tem três filhos.

RESIDÊNCIA: Cidade da Beira.

NATURALIDADE: Cidade da Beira. Vem da Beira para Tete, com deslocações aos distritos, para comprar cabritos para revender na Beira. Depois regressa e recomeça o circuito: compra cabritos nos distritos, acumula-os em casa do primo aqui na cidade de Tete, quando o curral tem número suficiente, apanha um transporte de regresso e, para isso, paga o frete. O primo acompanha-o à cidade da Beira e lá hospeda-se em sua casa.

ESCOLARIDADE: Disse “pouco mais ou menos a 3ª classe”. Mas suspeito que não terá tanto pelas dificuldades de se expressar.

PROFISSÃO: Pescador, tal como o pai, mas também, quando a oportunidade aparece, negociante informal.

RELIGIÃO: Membro dos Velhos Apóstolos desde que nasceu, como toda a sua família.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Simpatizante da Frelimo.

OUTROS DADOS RELEVANTES: O pai é secretário de bairro na Munhava.

ENTREVISTA 17/2004

DATA: 10.07.2004.

LOCAL: Casa de alvenaria “moderna” onde o entrevistado trabalha como alfaiate. Fica no Bairro Francisco Manyanga – Unidade Emília Daússe.

ENTREVISTADO: RS

SEXO: Masculino.

IDADE: 62 anos (foi a idade referida, mas aparentava mais de 70 anos).

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.

NATURALIDADE: Cidade de Tete, no bairro onde reside.

ESCOLARIDADE: “Estudou pouco” e, apesar da insistência na questão, não disse que classe concluiu e, seguramente, não terá concluído a primária.

PROFISSÃO: Alfaiate desde 1959.

RELIGIÃO: Foi católico, mas agora distanciou-se da religião.

FILIAÇÃO POLÍTICA: “Distante” da Frelimo.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Como dados pessoais é de destacar que o entrevistado disse ter pastoreado gado na infância no bairro onde reside e desde 1959 que é alfaiate. Nessa altura foi viver para Maguè, no distrito de Angónia. Entre 1971 e 1975 voltou a viver em Chimadzi (cidade de Tete). Depois voltou para Maguè. Foi, por causa da guerra, viver para Tsangano e depois para a fronteira do Malawi onde ficou entre 1977 e 1983. Acabou por ir viver sete anos num campo de refugiados nessa zona fronteiriça. Com o fim da guerra regressou a Maguè e há um ano voltou para a cidade de Tete, onde reside no Bairro Mateus Sansão Muthemba, unidade de Chimadzi.

ENTREVISTA 18/2004

DATA: 10.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: JJ

SEXO: Masculino.

IDADE: 47 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade de Chingale. Vive em Tete desde 1979 e a mulher é natural de Tete.

NATURALIDADE: Natural de Mueda – província de Cabo Delgado.

ESCOLARIDADE: Estudou até à 2ª classe no tempo colonial e depois de 1975 fez a formação de professores.

PROFISSÃO: Professor. Lecciona a 5ª classe numa aldeia dos arredores da cidade de Tete. Fica no local de trabalho de segunda-feira a sexta-feira.

RELIGIÃO: Foi católico em criança, mas agora não está ligado a nenhuma igreja.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Apoiante da Frelimo, movimento para onde entrou em 1973.

ENTREVISTA 19/2004

DATA: 12.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: FJM

SEXO: Masculino.

IDADE: 40 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade de Chingale. Vive neste local desde 1996, mas anteriormente já tinha família nesta zona da cidade. Veio do distrito de Changara.

NATURALIDADE: Cidade de Tete.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

ESCOLARIDADE: Fez a formação de professores do primeiro nível na Beira. Em Tete fez o curso de técnico de contas.

PROFISSÃO: Professor do ensino primário. Desde 2002 trabalha na secção de contabilidade da escola secundária de Tsangano. Portanto, neste momento não está a dar aulas. É um quadro administrativo.

RELIGIÃO: Católico praticante.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 20/2004

DATA: 12.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: AM

SEXO: Masculino.

IDADE: 43 anos. Tem três filhos.

RESIDÊNCIA: Bairro do Chingodzi – Unidade 25 de Setembro.

NATURALIDADE: Natural de Catipo, distrito de Moatize.

ESCOLARIDADE: Fez a 6ª classe e deixou a escola em 1981.

PROFISSÃO: Foi carpinteiro durante cinco anos e desde 09.08.1987 que trabalha na empresa «Seta» como asfaltador. Trabalha na caldeira e aquece o asfalto para a construção de estradas.

RELIGIÃO: Católico não praticante (no geral, os que se afirmam crentes não praticantes afirmam também que são católicos).

FILIAÇÃO POLÍTICA: Pareceu-me um dos casos claramente apolíticos.

ENTREVISTA 21/2004

DATA: 13.07.2004.

LOCAL: Escola da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, junto ao mercado O.U.A. no bairro Josina Machel.

ENTREVISTADO: IÁ

SEXO: Feminino.

IDADE: 40 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Filipe Samuel Magaia – Unidade Xequebanda.

NATURALIDADE: Cidade de Tete.

ESCOLARIDADE: Frequenta a 10ª classe no ensino nocturno. Tinha concluído a 6ª classe em 1981 e em 2001 foi para o ensino nocturno.

PROFISSÃO: Dá alfabetização na Igreja Evangélica Assembleia de Deus da 2ª à 6ª classes no período da manhã (até às 10 horas) a pessoas do sexo feminino com mais de 10 anos. Recebe 550.000 meticais por mês (pouco mais de 20 €). É o seu único salário. É também estudante e doméstica.

RELIGIÃO: Católica praticante, mas ensina na escola evangélica.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 22/2004

DATA: 14.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: MC

SEXO: Masculino.

IDADE: 66 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola.

NATURALIDADE: Cidade de Tete, Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola.

ESCOLARIDADE: Não sabe ler nem escrever e não frequentou a escola.

PROFISSÃO: Pedreiro.

RELIGIÃO: Não pratica nenhuma religião. «Só costuma ter cerimónia tradicional em casa».

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Não fala português, só nhunguè. A conversa foi traduzida pelo guia Domingos Arroz. A conversa foi fluente.

ENTREVISTA 23/2004

DATA: 14.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: AC

SEXO: Masculino.

IDADE: 54 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Chingodzi – Unidade 25 de Setembro.

NATURALIDADE: Não revelada/não registada.

ESCOLARIDADE: 2º ano do tempo colonial.

PROFISSÃO: Desempregado desde 1996.

RELIGIÃO: Católico praticante, baptizado em 1953.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

ENTREVISTA 24/2004

DATA: 15.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado. Esta zona do bairro do Matundo, unidade de Cambinde, é a zona nova. Segundo me informaram, primeiro vieram para aqui pessoas da outra margem do rio (onde fica a cidade propriamente dita) que o concelho municipal retirou do Vale de Nhartanda por causa das cheias. O local é à beira-rio. Os moradores mais recentes que estão a alargar a área habitacional são pessoas de diversas proveniências e vão-se fixando no local pelas mais variadas razões. Elas estão a instalar-se um pouco fora do âmbito administrativo tradicional, ou seja, não parecem haver chefes de dez casas, chefes de quarteirão, de unidade ou secretários. Aliás, designam a autoridade mais próxima de secretária (por ser mulher), quando ela é chefe de unidade. Portanto, essa é a única referência que têm e que confundem com o secretário de bairro propriamente dito. Portanto, a referência administrativa mais persistente na «cabeça das pessoas» é o secretário. Disse-me o guia que esta é a «zona da Renamo» porque numa das primeiras casas havia içada uma bandeira da «Perdiz».

ENTREVISTADO 1: ES

SEXO: Masculino.

IDADE: 33 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo – Unidade de Cambinde.

NATURALIDADE: Cidade de Chimoio, província de Manica. Em Tete desde 2002.

ESCOLARIDADE: 10ª classe e fez o curso de enfermagem na Beira.

PROFISSÃO: Enfermeiro no hospital provincial de Tete.

RELIGIÃO: Igreja evangélica assembleia de Deus. «Fervorosamente crente».

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTADO 2: CN

SEXO: Masculino.

IDADE: 21 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo – Unidade de Cambinde. Veio estudar para Boroma e depois para Tete, até que se instalou aqui. Ainda está a construir a casa e vive provisoriamente numa barraca.

NATURALIDADE: Cidade de Quelimane, província da Zambézia.

ESCOLARIDADE: Depois do ensino básico (8ª classe) fez dois anos do curso médio de contabilidade.

PROFISSÃO: Desempregado.

RELIGIÃO: Baptizado, mas não praticante.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

OUTROS DADOS RELEVANTES: O entrevistado 2 começou bem a conversa, mas à medida que se falava cada vez mais de política não quis falar sobre o tema. A meio da conversa, a pretexto de ir tratar de um assunto qualquer, foi-se embora. Não são só aqueles que viveram o tempo de Machel a quem a política incomoda, mas também estes jovens que não se sentem à vontade com o tema, ainda que as razões para tal atitude possam ser as mais diversificadas.

ENTREVISTA 25/2004

DATA: 15.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: DT

SEXO: Masculino.

IDADE: Mais de 70 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade Missão Pedro.

NATURALIDADE: Caundji, distrito de Moatize.

ESCOLARIDADE: Não estudou nem fala português.

PROFISSÃO: Trabalhou muito tempo nas obras e a capinar. Agora só trabalha na machamba (horta). Recebe na sede do bairro 70.000 meticais por mês, uma espécie de pensão para quem tem mais de 60 anos que se inscreveu nas finanças.

RELIGIÃO: Pratica a religião tradicional.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Pró-Frelimo.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Diálogo fluente traduzido por Domingos Arroz. O tipo de casa excessivamente minúscula e pobre em que este senhor vive, o facto de ele não falar português e, ainda, o facto de residir na cidade, viver da machamba, sugeriu-me algo parecido a uma ilha vivencial e cultural, cuja prática da religiosidade tradicional é mais um sintoma. Mas tudo isso é negado pela perfeita integração do entrevistado na vida administrativa do bairro e pelas suas opiniões sobre a sociedade em que vive.

ENTREVISTA 26/2004

DATA: 16.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: RJ

SEXO: Masculino.

IDADE: 42 anos. Casado. Três filhos, mas toma conta de vários sobrinhos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chicolode.

NATURALIDADE: Vila de Moatize, mas ainda criança foi viver para o Zóbuè.

ESCOLARIDADE: Concluiu a 5ª classe em 1980.

PROFISSÃO: Fabrica painéis em alumínio e faz biscatos de mecânica. Trabalhou numa organização ligada a projectos de desenvolvimento agrícola, mas agora a empresa está em crise.

RELIGIÃO: Membro recente da Assembleia de Deus Africana, mas relativamente afastado da prática religiosa.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 27/2004

DATA: 16.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado, com condições muito precárias.
ENTREVISTADO: FF
SEXO: Masculino.
IDADE: 34 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo – Unidade de Cambinde.
NATURALIDADE: Vila de Moatize.
ESCOLARIDADE: Concluiu a 6ª classe em 1989, depois em 2000 a 9ª classe. É estudante do ensino nocturno na escola industrial do Matundo.
PROFISSÃO: Militar de carreira – Sargento.
RELIGIÃO: Pertenceu a duas igrejas cristãs, mas agora está afastado da religião.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Próximo da Frelimo.

ENTREVISTA 28/2004

DATA: 18.07.2004.
LOCAL: Casa do entrevistado na zona central da cidade, com todas as comodidades da vida «moderna».
ENTREVISTADO: A
SEXO: Masculino.
IDADE: 66 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Emília Daússe.
NATURALIDADE: Cidade de Maputo. Reside na cidade de Tete há 40 anos.
ESCOLARIDADE: Fez formação média em electricidade.
PROFISSÃO: Faz biscatos na área da electricidade.
RELIGIÃO: Não revelada/não registada.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Além da entrevista não ter sido muito desenvolvida, não me foi possível tomar nota de muito do que foi dito, mas, apesar de tudo, o que recolhi captou algumas das ideias essenciais. O entrevistado manteve-se sempre desconfiado. Eu fui vendo até onde se podia ir, mas a conversa que durou apenas cerca de 30-40 minutos, terminando de forma abrupta. Mas foi útil.

ENTREVISTA 29/2004

DATA: 18.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique melhorada do entrevistado 1.
ENTREVISTADO 1: TE
SEXO: Masculino.
IDADE: 26 anos. Dois filhos (menina de 5 anos e rapaz de 2 anos).
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola.
NATURALIDADE: Distrito de Changara, província de Tete.
ESCOLARIDADE: 10ª classe.
PROFISSÃO: Polícia.
RELIGIÃO: Membro não praticante da igreja fé dos apóstolos.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Irmão do entrevistado 2. São ambos funcionários públicos: polícia e professor.

ENTREVISTADO 2: EE SEXO: Masculino. IDADE: 32 anos. RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola. NATURALIDADE: Distrito de Changara, província de Tete. ESCOLARIDADE: PROFISSÃO: Professor primário (da 1ª à 5ª classes). RELIGIÃO: Não professa qualquer religião. FILIAÇÃO POLÍTICA: OUTROS DADOS RELEVANTES: É irmão do entrevistado 1.
--

ENTREVISTA 30/2004

DATA: 19.07.2004.
LOCAL: Casa de alvenaria do entrevistado. Embora num bairro pobre e relativamente distante do centro, a casa tem boas condições (água, electricidade, etc.).
ENTREVISTADO: BM
SEXO: Masculino.
IDADE: 43 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chicolode.
NATURALIDADE: Mavunzi-Mina, distrito de Moatize.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

ESCOLARIDADE: Concluiu a 12ª classe e, depois, fez o curso de polícia.
PROFISSÃO: Polícia. Trabalha no sector administrativo do ministério do interior. É responsável pela estatística no comando policial do distrito de Tete.
RELIGIÃO: "Sou católico baptizado e crismado na Missão de Boroma. (...) Vou sempre à missa."
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: É interessante a diversidade de funcionários públicos que se encontram, sobretudo polícias e professores, e alguma estratificação que existe entre eles, sendo que os do tempo de Machel são os que ostentam uma auto-confiança mais sólida. Os mais recentes são a «arraia miúda».

ENTREVISTA 31/2004

DATA: 19.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do filho do entrevistado.
ENTREVISTADO: LS
SEXO: Masculino.
IDADE: Cerca de 80 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Chingodzi – Unidade de Chicolode. Está há um mês aqui na casa do filho. Reside habitualmente no «Quilómetro 18».
NATURALIDADE: Changudue-Nhacua, Mathambe, distrito de Changara.
ESCOLARIDADE: Não revelada/não registada.
PROFISSÃO: Antigo carpinteiro.
RELIGIÃO: Não tem religião.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Não fala português, só *nhunguè*. Entrevista traduzida por Domingos Arroz.

ENTREVISTA 32/2004

DATA: 20.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique da irmã do entrevistado.
ENTREVISTADO: MP
SEXO: Masculino.
IDADE: 42 anos. Não é casado nem tem filhos.
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade Mateus Sansão Muthemba. Está há dois meses a residir em casa da irmã devido ao falecimento do cunhado. Reside habitualmente em Dimerá, de onde é natural. Viveu também no Zimbabué entre 1984 e 1994 por causa da fome e da guerra.
NATURALIDADE: Dimerá, localidade de Chioco, província de Tete.
ESCOLARIDADE: Diz que fez a 4ª classe, mas não fala nem entende português. Diz uma frase ou outra, mas quando tentamos falar com alguma fluência não entende. Provavelmente isso acontece por ter vivido dez anos no Zimbabué (1984-1994).
PROFISSÃO: Artesão (faz chapéus, cestos e tapetes em palha que vende no mercado) e agricultor fora da cidade, onde reside fixamente.
RELIGIÃO: «Não tem religião», «só» participa nas cerimónias tradicionais.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Entrevista traduzida do *nhunguè* por Domingos Arroz. A impressão que ficou no final da entrevista foi a de que se o entrevistado não desenvolveu mais o seu pensamento político, não foi por medo de falar de política, mas por não ter, de facto, respostas para dar.

ENTREVISTA 33/2004

DATA: 20.07.2004.
LOCAL: Igreja Evangélica Assembleia de Deus – V. C. M. Bairro Josina Machel, junto ao mercado O.U.A.
ENTREVISTADO: L
SEXO: Masculino.
IDADE: 35 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo. Vive na cidade de Tete há seis/sete anos.
NATURALIDADE: Angónia, mas viveu desde a infância até 1996 na cidade da Beira.
ESCOLARIDADE: Fez a 8ª classe.
PROFISSÃO: Tem como actividade exclusiva ser pastor da igreja.
RELIGIÃO: Cristão evangélico.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 34/2004

DATA: 21.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique de um tio do entrevistado.
ENTREVISTADO: RM
SEXO: Masculino.
IDADE: 32 anos (mas aparentava pelo menos mais dez anos).
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola. Tem a casa alugada porque reside habitualmente fora da cidade, em Nhacolo, distrito de Changara.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

NATURALIDADE: Nhacolo, distrito de Changara, onde ainda vive e trabalha. Mas vem com frequência à cidade de Tete visitar familiares. Neste bairro é proprietário de uma casa que está alugada.

ESCOLARIDADE: 6ª classe (que frequenta neste momento).

PROFISSÃO: Desde de 1998 que trabalha para a Helpage, uma organização não governamental de origem britânica que apoia sobretudo idosos. Agora é responsável pelo crédito. Faz também criação de gado.

RELIGIÃO: Membro da Assembleia de Deus Africana desde 1997.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Este pareceu-me um caso de alguém sem um pensamento estruturado sobre o político. As ideias centrais que retive foram: (i) valorização pragmática da liberdade e/ou da democracia; (ii) pouca lucidez sobre os contornos da guerra (algo comum a muitas pessoas); e (iii) uma vida profissional activa conjugada com a sociedade tradicional (tem duas mulheres) e com a religião, aspectos mais facilmente concomitantes fora da cidade. A entrevista teve necessidade de ser traduzida em alguns momentos por Domingos Arroz.

ENTREVISTA 35/2004

DATA: 21.07.2004.

LOCAL: Pastelaria no centro da cidade.

ENTREVISTADO: BA

SEXO: Masculino.

IDADE: 27 anos (mas aparentava mais).

RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade de Chingale.

NATURALIDADE: Cidade de Tete.

ESCOLARIDADE: 12ª classe concluída em 2001.

PROFISSÃO: Desempregado.

RELIGIÃO: Membro da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 36/2004

DATA: 22.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: AC

SEXO: Masculino.

IDADE: 34 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola.

NATURALIDADE: Distrito de Changara, província de Tete. Numa passagem da entrevista diz que nasceu e viveu sempre no bairro. Portanto, mesmo tendo nascido em Changara passou praticamente toda a sua vida na cidade de Tete.

ESCOLARIDADE: 9ª classe e curso de professor com a duração de um mês.

PROFISSÃO: Professor primário desde 2003. Lecciona à 4ª classe numa das escolas do centro da cidade designada por Escola Primária III Congresso.

RELIGIÃO: Membro da Igreja Graça Bíblica.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo (com cartão do partido).

OUTROS DADOS RELEVANTES: É adjunto do chefe de quarteirão nº 7. Pareceu-me uma pessoa excepcionalmente bem formada e educada.

ENTREVISTA 37/2004

DATA: 22.07.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: ZA

SEXO: Masculino.

IDADE: 34 anos. Vive «junto» com a mulher e tem três filhos.

RESIDÊNCIA: Bairro Chingodzi – Unidade 25 de Setembro.

NATURALIDADE: Cidade de Tete, onde sempre viveu.

ESCOLARIDADE: 8ª classe concluída em 1988.

PROFISSÃO: Desempregado.

RELIGIÃO: Católico não praticante.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo com cartão.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Considerei a entrevista excelente porque o entrevistado deixou claro o que pensa para cada período: (i) imagem negativa da colonização; (ii) imagem negativa da governação de Machel, com excepção da área da educação; (iii) imagem muito positiva de Chissano; (iv) imagem muito negativa de Dhlakama; (v) benefício da dúvida a Guebuza. A sequência tem uma lógica interessante: tudo o que teve a ver com violência, ou quando considera que o estado actuou ou pode vir a actuar dessa forma, é recusado. É isso que aproxima os governos colonial, de Machel e, eventualmente, de Dhlakama. Estamos perante um forte sublinhado do carisma de Chissano. Afinal, enquanto Machel foi referência durante 11/12 anos, Chissano foi uma referência ao longo dos 18 anos em que chefiou o estado.

ENTREVISTA 38/2004

DATA: 23.07.2004.

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

LOCAL: Casa de pau-a-pique da filha do entrevistado no Bairro e Unidade Mateus Sansão Muthemba.
ENTREVISTADO: AL
SEXO: Masculino.
IDADE: 64 anos (mas aparentava mais).
RESIDÊNCIA: Há quatro anos que vive de modo permanente em Changara, onde é chefe de dez casas. Quando o entrevistei estava em casa da filha, mas tem uma mulher na cidade que sustenta (a mais velha) e outra, mais nova, em Changara. Da mais velha tem cinco filhos e da mais nova tem uma filha. Foi milícia na cidade de Tete no tempo do presidente Samora Machel.
NATURALIDADE: Nasceu e viveu na cidade de Tete.
ESCOLARIDADE: Só fez a 2ª classe.
PROFISSÃO: Trabalhou como empregado doméstico («macaiaia») no tempo colonial, foi ajudante de alfaiate e, depois da independência, tirou a carta de condução e passou a tractorista. Agora trabalha na agricultura em Changara onde vive permanentemente.
RELIGIÃO: Católico praticante de modo ininterrupto desde os 27 anos.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Chefe de dez casas em Changara. Percebe razoavelmente o português mas algumas passagens da entrevista tiveram de ser traduzidas por Domingos Arroz.

ENTREVISTA 39/2004

DATA: 23.07.2004.
LOCAL: Casa do centro da cidade do entrevistado.
ENTREVISTADO: MJI
SEXO: Masculino.
IDADE: 63 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade de Fumbé.
NATURALIDADE:
ESCOLARIDADE: Concluiu o 3º ano liceal em 1957.
PROFISSÃO: Comerciante. Tem uma loja fora da cidade. Diz que vive de um pequeno negócio.
RELIGIÃO: Muçulmano.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Renamo. Foi o fundador da delegação da Renamo na cidade de Tete em 1991 e delegado da Renamo até 1996.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Filho de pai indiano e mãe mulata. É misto de tez escura.

ENTREVISTA 40/2004

DATA: 24.07.2004.
LOCAL: Casa de alvenaria do entrevistado. A casa possui um quintal amplo e bem cuidado.
ENTREVISTADO: AS
SEXO: Masculino.
IDADE: 51 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro de Chingodzi (sul) – Unidade 25 de Setembro.
NATURALIDADE: Catipo, distrito de Moatize, província de Tete.
ESCOLARIDADE: 4ª classe.
PROFISSÃO: Militar. Foi militar da Frelimo entre 1967 e 1982. Recebe pensão de invalidez.
RELIGIÃO: Membro da Igreja do Nazareno desde 1983.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Adjunto do chefe de quartelão.

ENTREVISTA 41/2004

DATA: 25.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.
ENTREVISTADO: TM
SEXO: Masculino.
IDADE: Não sabe a idade. Mais de 70 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Popular.
NATURALIDADE: Distrito de Tchenga (?), província de Tete.
ESCOLARIDADE: Não sabe ler nem escrever.
PROFISSÃO: Foi padeiro durante muitos anos.
RELIGIÃO: «Eu sou um gentio».
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: O entrevistado perdeu parte da visão há cerca de três anos.

ENTREVISTA 42/2004

DATA: 26.07.2004.
LOCAL: Casa do entrevistado. Embora rodeada de casas de pau-a-pique, é uma pequena casa de alvenaria com água canalizada e electricidade.
ENTREVISTADO: DF
SEXO: Masculino.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

IDADE: 34 anos. Casado e pai de três filhos (5, 3 e 1 ano).
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade João Bacachesa.
NATURALIDADE: Cidade de Tete.
ESCOLARIDADE: Fez o 2º ano de serralharia mecânica, equivalente à 9ª classe.
PROFISSÃO: Trabalha para a Federação Mundial Luterana desde 1994. Neste momento está a trabalhar no Fingoè, Marávia.
RELIGIÃO: Membro praticante da Igreja Baptista.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Próximo da Frelimo.

ENTREVISTA 43/2004

DATA: 26.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado que fica numa encosta.
ENTREVISTADO: AM
SEXO: Masculino.
IDADE: 43 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo – Unidade de Cambinde.
NATURALIDADE: Quelimane, província da Zambézia.
ESCOLARIDADE: 1º ano em 1973 e, mais tarde, concluiu a 8ª classe.
PROFISSÃO: Militar de carreira entre 1977-1978 e 1994. Passou à disponibilidade após a reunificação dos militares da Frelimo e da Renamo no final da guerra (1992). Recebe pensão militar.
RELIGIÃO: Muçulmano praticante. Frequenta a mesquita central da cidade de Tete, com o Maulana Ossumane, pessoa que entrevistei em 2003.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: A conversa durou pouco mais de meia hora, não chegou bem ao fim porque foram várias pessoas avisá-lo de que estavam à sua espera em casa do secretário. Aí seria resolvida uma questão familiar que envolvia um sobrinho dele e a irmã da mulher, sua cunhada, que se tinha separado do marido e iam ao secretário «resolver».

ENTREVISTA 44/2004

DATA: 27.07.2004.
LOCAL: Local de trabalho do entrevistado nas instalações da Direcção Provincial de Recursos Minerais – Bairro Josina Machel, cidade de Tete.
ENTREVISTADO: CJD
SEXO: Masculino.
IDADE: 42 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Chimadzi.
NATURALIDADE: Nasceu e sempre viveu em Chimadzi (cidade de Tete), à excepção do tempo em que esteve a trabalhar fora.
ESCOLARIDADE: Fez a 9ª classe. Neste momento frequenta a 10ª classe.
PROFISSÃO: Quadro técnico da Direcção Provincial de Recursos Minerais.
RELIGIÃO: Membro dos Velhos Apóstolos.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 45/2004

DATA: 27.07.2004.
LOCAL: Local de trabalho do entrevistado nas instalações das Minas de Carvão de Moatize.
ENTREVISTADO: AZ
SEXO: Masculino.
IDADE: 49 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro 1º de Maio – vila de Moatize. Fica a cerca de 20 quilómetros da cidade de Tete.
NATURALIDADE: Inhambane. Viveu na cidade da Beira entre 1973 e 1977. Desde 1982 vive e trabalha em Moatize, depois de ter passado por Moatize em 1977-1978 e de ter tirado o curso de técnico de minas na RDA entre 1978-1982.
ESCOLARIDADE: Fez o 2º ano do preparatório em 1974. Tirou o curso de técnico de minas na República Democrática Alemã (RDA) entre 1978-1982.
PROFISSÃO: Técnico de minas. Trabalha nas minas de carvão de Moatize.
RELIGIÃO: Membro da Igreja Metodista Unida desde criança por razões familiares, mas não praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: O entrevistado pediu explicitamente o anonimato. Prefere omitir a identidade.

ENTREVISTA 46/2004

DATA: 28.07.2004.
LOCAL: A entrevista decorreu no centro da cidade, no quintal da casa onde o entrevistador estava hospedado.
ENTREVISTADO: JF
SEXO: Masculino.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

IDADE: 32 anos. Viúvo e pai de duas filhas. A mulher morreu em Maio de 2004. Segundo o entrevistado não estava doente, mas morreu «por coisas dos africanos. Um veneno que lhe deram». As filhas estão a viver fora da cidade com os sogros. Diz que vai arranjar outra mulher e trazer, em breve, as filhas para a casa dele, aqui na cidade.
RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Popular. Vive numa casa de pau-a-pique e na mesma zona do bairro vivem vários familiares seus.
NATURALIDADE: Bairro Francisco Manyanga, cidade de Tete.
ESCOLARIDADE: Estudou até à 10ª classe. Estudou de seguida desde a infância. Fez também sete meses de especialização na polícia por volta de 1995.
PROFISSÃO: Guarda prisional na cadeia civil de Tete. Primeiro-sargento da polícia da República de Moçambique (PRM).
RELIGIÃO: Não é praticante, mas próximo das testemunhas de Jeová por razões familiares.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não sendo um apoiante explícito, revela alguma simpatia pela Renamo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Encontrei o entrevistado em casa dias antes da entrevista e ele disse-me que gostava de conversar comigo, mas na altura não podia. Indicou-me o dia em que estaria de folga no trabalho e fez questão de ir ter comigo na casa onde estava hospedado. Compareceu conforme o combinado.

ENTREVISTA 47 / 2004

DATA: 28.07.2004.
LOCAL: Casa que fabrica aguardente no Bairro Francisco Manyanga – Unidade Popular onde o entrevistado era cliente. Trabalha numa obra ali perto.
ENTREVISTADO: EAL
SEXO: Masculino.
IDADE: 40 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade João Bacachese.
NATURALIDADE: Cidade de Tete.
ESCOLARIDADE: Estudou até à 9ª classe.
PROFISSÃO: Não especificada. Trabalha numa obra.
RELIGIÃO: Não tem religião.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Intenção de voto pró-Frelimo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: A entrevista decorreu normalmente, durou cerca de 40/45 minutos, mas não chegou ao fim, ficando por abordar os temas da colonização e da vida administrativa dos bairros. Estávamos sentados numas caixas ao ar livre de onde se via a casa de banho. A dona da casa disse que precisava de ir tomar banho e como não havia condições para mudarmos de lugar interrompi aí a conversa. Dadas as circunstâncias, não parecia viável retomar a conversa num outro dia.

ENTREVISTA 48/2004

DATA: 29.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique de um dos entrevistados, o Sr. Orlando Phoxo.
ENTREVISTADO 1: OLP
SEXO: Masculino.
IDADE: 30 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro do Matundo – Unidade de Sonha.
NATURALIDADE: Natural e residente na cidade de Tete.
ESCOLARIDADE: [É professor primário].
PROFISSÃO: Professor do ensino primário desde 2001 na Marávia. Também faz negócios na fronteira da Zâmbia.
RELIGIÃO: Católico não praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTADO 2: CW
SEXO: Masculino.
IDADE: 25 anos.
RESIDÊNCIA: Zâmbia, próximo da fronteira com Moçambique. Está como hóspede em casa do seu amigo Orlando Phoxo, que conheceu na zona da fronteira. É a segunda vez que está em Moçambique. A primeira foi em 2001, também por uma semana.
NATURALIDADE: Zâmbia, na zona que faz fronteira com Moçambique.
ESCOLARIDADE: Não registada, mas possui um nível de escolaridade médio.
PROFISSÃO: Professor de inglês da 1ª à 8ª classe na Zâmbia.
RELIGIÃO: Testemunha de Jeová.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Estrangeiro ocasionalmente em Tete.

ENTREVISTA 49/2004

DATA: 30.07.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.
ENTREVISTADO: JJR
SEXO: Masculino.
IDADE: 31 anos.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

RESIDÊNCIA: Bairro Filipe Samuel Magaia – Unidade Massingire. Reside também em Mitsanha (Boroma) para onde vai aos fins-de-semana. Está na cidade por razões de trabalho. Em Mitsanha tem residência e machamba.
NATURALIDADE: Mitsanha, Boroma, distrito de Changara.
ESCOLARIDADE: Estudou até à 8ª classe, concluída em 1989 em Boroma.
PROFISSÃO: Ajudante de carpinteiro. Trabalha nas obras há mais de três anos. É também agricultor.
RELIGIÃO: Não tem religião.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 50/2004

DATA: 30.07.2004.

LOCAL: Casa de alvenaria do entrevistado 1.

ENTREVISTADO 1: DJ

SEXO: Masculino.

IDADE: 51 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade Popular. Veio morar para a cidade de Tete em 1969.

NATURALIDADE: Distrito da Macanga, província de Tete.

ESCOLARIDADE: 4ª classe concluída em 1970.

PROFISSÃO: Trabalhador não especializado (carregador) das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) no aeroporto de Chingodzi (Tete) desde 1982.

RELIGIÃO: Não revelada/não registada.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Próximo da Renamo.

ENTREVISTADO 2: JC

SEXO: Masculino.

IDADE: 54 anos (mas aparentava mais).

RESIDÊNCIA: Não registada/não revelada.

NATURALIDADE: Não registada/não revelada.

ESCOLARIDADE: Não registada/não revelada.

PROFISSÃO: Trabalhador não especializado das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) nos escritórios que ficam na cidade de Tete. Colega de trabalho e amigo do outro entrevistado.

RELIGIÃO: Não registada/não revelada.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Apoiante da Renamo.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Este entrevistado chegou quando a conversa ia mais ou menos a meio e, percebendo o tema, decidiu intervir.

ENTREVISTA 51/2004

DATA: 31.07.2004.

LOCAL: Habitação térrea (vivenda) com todas as condições, ainda que relativamente modesta para a profissão que exerce (juiz). A habitação localiza-se numa zona habitacional relativamente próxima do edifício das TDM (Telecomunicações de Moçambique).

ENTREVISTADO: FEM

SEXO: Masculino.

IDADE: 58 anos (nascido a 23.05.1946).

RESIDÊNCIA: Bairro Filipe Samuel Magaia – Unidade Xequebanda.

NATURALIDADE: Posto administrativo do Zóbuè.

ESCOLARIDADE: Concluiu o 5º ano liceal em 1953.

PROFISSÃO: Foi recenseador da população e, depois, chefe de posto no tempo colonial. Actualmente é juiz no tribunal provincial de Tete que se localiza relativamente próximo de sua casa.

RELIGIÃO: Católico praticante e ex-seminarista.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Pró-Renamo.

OUTROS DADOS RELEVANTES: Encontrei o entrevistado, a meio da semana, à porta da sua casa, ainda não eram 8 horas da manhã. Sem saber quem ele era, expliquei-lhe de forma sumária que andava aleatoriamente à procura de pessoas para conversar sobre como os moçambicanos pensavam o seu país e disse-lhe que vinha de uma universidade portuguesa. Ele respondeu que gostaria de falar comigo, mas naquele momento não podia porque ia sair para o trabalho. Sugeriu-me que voltasse no fim-de-semana, de preferência sábado à tarde. Foi isso que fiz. Quando cheguei estava deitado numa esteira no quintal, na parte lateral da casa, próximo do portão de entrada. A conversa decorreu com tal fluidez e só pôo do fim fiquei a saber que se tratava de um juiz.

ENTREVISTA 52/2004

DATA: 01.08.2004.

LOCAL: Casa de alvenaria «modesta» do entrevistado, mas com electricidade e água canalizada.

ENTREVISTADO: IFJ

SEXO: Masculino.

IDADE: 36 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão – Unidade de Chicolode.

NATURALIDADE: Cidade de Tete, Bairro Filipe Samuel Magaia, onde fica hoje o edifício da GPZ [Grupo Para o Desenvolvimento da Região do Zambeze].

ESCOLARIDADE: Concluiu a 4ª classe em 1983. Agora retomou os estudos. Está a frequentar a 5ª classe.

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

PROFISSÃO: Desempregado. Faz pequenos biscoitos.
RELIGIÃO: «Nunca tive religião».
FILIAÇÃO POLÍTICA: Pró-Renamo.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Não revelada/não registada.

ENTREVISTA 53/2004

DATA: 01.08.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.
ENTREVISTADO: OSN
SEXO: Masculino.
IDADE: 40 anos (mas aparentava mais). Casado, quatro filhos.
RESIDÊNCIA: Bairro Josina Machel – Unidade de Nhamabira.
NATURALIDADE: Quelimane, província da Zambézia. Reside em Tete há quase 24 anos.
ESCOLARIDADE: 2ª classe (não concluiu a 3ª classe).
PROFISSÃO: Guarda informal numa residência particular.
RELIGIÃO: Católico não praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: O entrevistado revelou um pensamento desestruturado. Por vezes parecia anti-Frelimo, outras vezes seguidista. Por isso foi difícil conversar com este senhor, cujo discurso se revelava «aos soluços».

ENTREVISTA 54/2004

DATA: 03.08.2004.
LOCAL: Casa de pau-a-pique do cunhado do entrevistado.
ENTREVISTADO: CB
SEXO: Masculino.
IDADE: 38 anos. Tem um filho de 5 anos.
RESIDÊNCIA: Bairro Chingodzi – Unidade 25 de Setembro. Vive nesta casa há quatro anos.
NATURALIDADE: Distrito de Magoé, província de Tete. Abandonou Mágoé em 1977 por causa da guerra, teve uma passagem breve pelo Songo, para depois se fixar aqui na cidade de Tete.
ESCOLARIDADE: 4ª classe. Abandonou a escola em 1982.
PROFISSÃO: Desempregado. Só faz biscoitos. Já foi ajudante de carpinteiro.
RELIGIÃO: Católico não praticante.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.
OUTROS DADOS RELEVANTES: Entrevista interrompida pelo cunhado do entrevistado, dono da casa, que apareceu em estado de embriaguez. Assim, alguns temas que poderiam ser aprofundados não o foram e outros ficaram por abordar, numa entrevista que indiciava ser de nível entre o razoável e o bom.

ENTREVISTA 55/2004

DATA: 03.08.2004.
LOCAL: Minas de carvão de Moatize.
ENTREVISTADO: AA
SEXO: Masculino.
IDADE: 47 anos. 7 filhos (20, 17, 12, 9, 7, 6 e 2 anos de idade) de uma só mulher.
RESIDÊNCIA: Bairro 1º de Maio – Unidade 8 – Moatize.
NATURALIDADE: Mutarara.
ESCOLARIDADE: Não revelada/não registada.
PROFISSÃO: Operário não especializado das minas de carvão.
RELIGIÃO: «Não tem religião».
FILIAÇÃO POLÍTICA: Membro da Frelimo «com cartão» e neste ano de 2004 começou a exercer funções de chefe de quartirão.

ENTREVISTA 56/2004

DATA: 04.08.2004.
LOCAL: Casa de alvenaria do entrevistado localizada numa zona pobre e periférica.
ENTREVISTADO: VF
SEXO: Masculino.
IDADE: 39 anos (mas aparentava mais).
RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade Mateus Sansão Muthemba. Reside na cidade de Tete desde 1974.
NATURALIDADE: Distrito de Changara, província de Tete.
ESCOLARIDADE: Entrou na escola em 1974 e em 1980 fez a 6ª classe, em 1996 a 9ª classe e concluiu a 12ª classe em 2001.
PROFISSÃO: Tirou o curso de serralheiro mecânico. Foi mecânico e motorista. Agora é enfermeiro. Desde 1999 que trabalha no Hospital Provincial de Tete.
RELIGIÃO: Católico baptizado em 1986 e praticante há 3/4 anos. Antes não teve outra religião.
FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

OUTROS DADOS RELEVANTES: No final da entrevista pediu explicitamente o anonimato, tal como eu havia sugerido no início se ele assim pretendesse.

ENTREVISTA 57/2004

DATA: 04.08.2004.

LOCAL: Sala dos escritórios da LAM [Linhas Aéreas de Moçambique] no centro da cidade de Tete.

ENTREVISTADO: SL

SEXO: Masculino.

IDADE: 62 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade Missão Pedro.

NATURALIDADE: Vila-Velha, Angónia.

ESCOLARIDADE: 4ª classe concluída em 1960 (mas a expressão em português é limitada).

PROFISSÃO: Funcionário não qualificado das Linhas Aéreas de Moçambique [LAM]. Quando está no aeroporto, carrega e descarrega. Nos escritórios faz pequenos serviços, como ir ao banco fazer os depósitos diários.

RELIGIÃO: Católico praticante desde 1964.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Filiado na Renamo desde 1992. Um filho seu, membro activo da Renamo, foi morto em 1986.

OUTROS DADOS RELEVANTES: No final da entrevista 50 este senhor, colega e amigo dos outros entrevistados, apareceu. Percebeu do que estávamos a falar e mostrou-se disponível para conversar. Marcámos encontro para o seu local de trabalho. No final desta entrevista ainda me indicou um outro colega seu com quem falei no dia seguinte (entrevista 58).

ENTREVISTA 58/2004

DATA: 05.08.2004.

LOCAL: Sala dos escritórios da LAM [Linhas Aéreas de Moçambique] no centro da cidade de Tete.

ENTREVISTADO: DAD

SEXO: Masculino.

IDADE: 63 anos.

RESIDÊNCIA: Bairro Francisco Manyanga – Unidade de Fumbé (cidade de «cimento»).

NATURALIDADE: Fingoè, Marávia.

ESCOLARIDADE: 4ª classe concluída por volta de 1960. O pai era professor.

PROFISSÃO: Motorista nas Linhas Aéreas de Moçambique [LAM].

RELIGIÃO: Não revelada/não registada.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Simpatizante mas não militante da Renamo. Disse que assim era por ser parente de um destacado membro da Frelimo e do governo e não querer provocar conflitos na sua família.

OUTROS DADOS RELEVANTES: A conversa foi sugerida e acertada pelo entrevistado anterior (57).

ENTREVISTA 59/2004

DATA: 06.08.2004.

LOCAL: Escritórios da empresa proprietária do mais importante posto de abastecimento de combustíveis situado no centro da cidade.

ENTREVISTADO: M

SEXO: Masculino.

IDADE: 47 anos.

RESIDÊNCIA: Não revelada/não registada. Mas pelo seu elevado nível de vida, provavelmente habita no centro da cidade.

NATURALIDADE: Mutarara. Vive na cidade de Tete desde 1969.

ESCOLARIDADE: Concluiu o 4º ano do liceu em 1972.

PROFISSÃO: Proprietário e quadro administrativo de uma empresa [o mais importante posto de abastecimento de combustíveis da cidade]. Pode considerar-se um empresário de sucesso.

RELIGIÃO: Membro destacado e um dos líderes das testemunhas de Jeová. Era católico e passou a ser testemunha de Jeová, baptizado em 1976, mas pertencente à comunidade pelo menos desde 1975.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Afirmou-se «neutro».

OUTROS DADOS RELEVANTES: Pediu explicitamente o anonimato logo no início da entrevista. Este é um dos casos a ter muita prudência nos textos que se tornarem públicos.

ENTREVISTA 60/2004

DATA: 07.08.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: FMS

SEXO: Masculino.

IDADE: 26 anos (mas aparentava mais de 30 anos, até porque diz que foi incorporado no serviço militar em 1984 e, embora dissesse que tinha pouca idade, certamente não teria 6 anos).

RESIDÊNCIA: Bairro de Chingodzi – Unidade 25 de Setembro. É solteiro e vive sozinho.

NATURALIDADE: Cidade de Tete.

ESCOLARIDADE: Estudante do 4º ano do ensino comercial (correspondente à 10ª classe).

PROFISSÃO: Desempregado. Faz pequenos trabalhos de electricidade e pequenos negócios.

RELIGIÃO: Membro da Igreja Metodista, mas não praticante.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

FILIAÇÃO POLÍTICA: Não revelada/não registada.

OUTROS DADOS RELEVANTES: No final da entrevista referiu que preferia o anonimato.

ENTREVISTA 61/2004

DATA: 08.08.2004.

LOCAL: Casa de pau-a-pique do entrevistado.

ENTREVISTADO: CB [com intervenções pontuais da mulher].

SEXO: Masculino.

IDADE: 45 anos (mas aparentava mais de 60 anos). Casado e pai de sete filhos.

RESIDÊNCIA: Bairro Mateus Sansão Muthemba – Unidade de Canongola.

NATURALIDADE: Fingoè, Marávia.

ESCOLARIDADE: Nunca estudou nem saber ler ou escrever.

PROFISSÃO: Recebe pensão militar e tem machamba em Marara.

RELIGIÃO: Não frequenta qualquer igreja.

FILIAÇÃO POLÍTICA: Militar da Frelimo desde 1969 até 1977 quando saiu da vida militar depois de ter sido ferido pela explosão de uma mina.

OUTROS DADOS RELEVANTES: A conversa foi traduzida do nhunguè por Domingos Arroz. A mulher do entrevistado, aparentemente de idade aproximada, também participou na conversa. Primeiro auxiliando a tradução e interpretação de algumas questões dirigidas ao marido, pois expressa-se de modo relativamente fluente em português. Pontualmente expressou a sua própria opinião.

NOTA: São dois entrevistados, marido e mulher.

Anexo da I Parte
Guião, dados estatísticos e sociográficos das entrevistas (2004)

ANEXO DA II PARTE
EXCERTOS DE DISCURSOS SOBRE A ÉPOCA COLONIAL⁸⁵⁰

⁸⁵⁰ Os excertos que a seguir se apresentam têm apenas a ver com aquilo que foi recolhido tal como foi textualmente dito pelos entrevistados. Existem muitas outras recolhas escritas do terreno – opiniões dos entrevistados, comentários diversos, notas ou reflexões a propósito das entrevistas, entre outros registos – que constituem a base empírica da investigação, mas que não constam nos anexos. Os anexos servem para ilustrar o tipo de matéria-prima que suporta o estudo.

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

Nota 1

«Os jovens de agora não ouvem a razão dos mais velhos. Há muito tempo eles seguiam os mais velhos. A razão não sei explicar. Os jovens de agora recusam os mais velhos e eles deixam porque têm medo de os filhos lhes baterem.» (Entrevista 31/2004); «O tempo colonial... (...) A diferença existe muito. Os mais velhos, tudo o que eles diziam, os mais jovens entendiam, seguiam aquilo que os mais velhos estavam a dizer. Hoje, quando os mais velhos falam, nós não entendemos.» (Entrevista 52/2004).

Nota 2

«Há muitos que dizem 'Ah!... Nesse tempo nós não tínhamos estudos'. Mas não é tanto assim. Eu vejo por mim e pelo que o meu pai conta. Dizia que eles [portugueses] andavam aí pelas aldeias para apanhar miúdos de idade [escolar] para obrigar a irem à escola, para serem levados obrigatoriamente para a escola. Iam à escola à força. Às vezes eram os próprios pais desses miúdos que resistiam a isso.» (Entrevista 45/2004)

Nota 3

Transcrição de excerto de entrevista com um dos líderes da comunidade das testemunhas de Jeová na cidade de Tete

«O maior sofrimento foi em 75 quando saiu a ordem que as testemunhas de Jeová deviam ser canceladas [sic] e reeducadas no Niassa, para lavar as ideias. Eu estava nesse grupo. (...) Quer dizer, eu só fui baptizado em 76. Só a partir daí é que entrei. Mas em 75 eu já pertencia. (...) Eu era católico, mas quando alguém veio falar comigo, na altura entendi que os padres ocultavam algumas passagens da Bíblia, o inferno, a trindade. Eu fui consultar. Na altura, como católico, eu não era incentivado a ler a Bíblia. A pessoa disse para ler sozinho. (...) Em 75, quando saiu aquela ordem, eu e a minha esposa estávamos na linha. A sorte foi que nos primeiros carros que levaram as pessoas [as testemunhas de Jeová para os campos de reeducação do Niassa], como a minha mulher tinha um bebé pequenino, levaram os mais velhos e disseram que, mais tarde, iam aparecer mais carros. Nunca mais apareceram. (...) Em 76 fui baptizado [testemunha de Jeová]. Não tínhamos liberdade nessa altura. Eles disseram que todos tínhamos de ser reeducados. (...) Nós fazíamos às escondidas as nossas reuniões. Não fazíamos 'vivas!', nem aquelas coisas, porque a nossa adoração é apenas a Deus, como sabe. Só adoramos Deus. Aqui na cidade tinham ficado três casais. Mas era assim porque nós não temos o hábito de reunir um grande grupo. Mesmo agora, nós fazemos várias congregações. Quando chega o limite de 150 pessoas, fazemos uma congregação. Para as pessoas não estarem a andar de Canongola para aqui, para ficarem perto. Aqui no centro [no tempo de Machel] éramos por volta de quinze pessoas. Em princípio eles pensavam que era um grupo pequeno. Não sabiam que as pessoas estavam aqui a trabalhar. Quando começaram a ver a lista, viram nomes conhecidos, éramos uns duzentos. Deixaram ficar. Nunca mais mandaram o carro. (...) Eles quando viram que eram mais de duzentas e tal pessoas, abandonaram um bocadinho: 'Nós sabemos que vocês são muitos, mas não queremos encontros em público'. (...) Não sei se eles desconfiavam. Nós fazíamos isso de noite. (...) Nós íamos às reuniões [políticas de massas]. Até no serviço tinha célula do grupo dinamizador. Por exemplo, quando diziam 'Viva!', eu ficava parado. Não me mexia. Só, mais nada. A gente disfarçava. (...) Aqui na cidade as cooperativas não eram assim muito. Davam senhas. (...) Aquela coisa da machamba colectiva aqui no centro da cidade também não era muito. (...) Foi pior para quem vivia fora da cidade. Mas em Maputo foi mais apertado. (...) Para nós, eu que sempre acompanhei a minha religião, depois da libertação das testemunhas de Jeová em 86... ou 89... ou 88, não sei bem, foi um alívio. Aí o governo começou a respeitar-nos. Já tínhamos muita aceitação em público. Isso facilitou a vida de muitos. (...) Não só eu como testemunha de Jeová, como muitas outras pessoas, mas eu vou falar de mim mesmo, a vida tornou-se mais fácil com o governo de Chissano, porque com o anterior não era aquela liberdade que hoje usufruímos. Isso faz muita diferença. Apesar de Machel estar a melhorar. Ele aprendeu algo. Governar é como criança. De princípio você não sabe, mas vai aprendendo quando cresce. O outro [Machel] aprendeu algo. (...) [Machel ditador?] Em termos de Bíblia, as testemunhas de Jeová não sofreram só na Alemanha e aqui em Moçambique. Foi em muitos países. A perseguição é o cumprimento das profecias, como aconteceu com Jesus. Jesus também foi perseguido. É isso que me fortalece a fé. Noto hoje o que li ontem. Li o que está a acontecer. Esses líderes [o entrevistador tinha citado Hitler e Machel como exemplos] fazem isso em cumprimento da profecia. (...) Não considero ditadores, mas pessoas manipuladas por Satanás. Eles não se apercebem que estão a fazer uma coisa má. Por isso nós hoje somos aceites mundialmente, principalmente porque concluíram que aquilo que eles pensam de nós, não é o que fazemos.» (Entrevista 59/2004).

Nota 4

Transcrição dos excertos das entrevistas sobre a violência do estado colonial vista, essencialmente, como mecanismo de regulação social

«O sistema colonial tinha a desvantagem do trabalho forçado, chibalo. Mas isso trouxe também algumas vantagens. Foi graças a esses trabalhos forçados que ficamos com prédios, pontes, etc. Outra desvantagem foi ter de carregar o colono ao colo, escravos, trabalhos forçados. Mas as vantagens pesaram mais. Muitos moçambicanos, aqueles que viveram nesse tempo, até dizem 'Que tal se os tempos voltassem?!' Eu conheço muita gente que viveu nesses tempos que diz isso. Eu respeito muito os símbolos daquele tempo. A mim, o sistema antigo marcou-me muito. Eu estudei na

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

altura. Naquele tempo chumbava-se na primeira, nona classe. Hoje é tudo diferente. Hoje há muito desleixo no ensino. Na altura havia vocação para ensinar. Hoje ensinar é como profissão. Não têm métodos para ensinar. Não há modos de falar. Os professores assim não têm êxito. (...) Havia também coisas menos boas na colonização. Alguns prejuízos. Mas isso é próprio da colonização. A herança colonial tem muita coisa boa. (...) Talvez a língua portuguesa seja a grande herança dos colonos. A própria igreja, com as missões, deixou-nos quadros importantes. Há muitas pessoas formadas nas missões. Esses mesmos que estão na governação.» (Entrevista 33/2004).

«Palmatória, isso eu vi. (...) Violência havia. Por dá cá aquela palha era palmatória. (...) Isso era bom, por um lado, e era mau, por outro lado. Depende. Se um gajo violentava uma mulher, levava. Mas isso era uma coisa. Outra era a PIDE. A PIDE, sim, por causa da política da Frelimo, matava uma pessoa. Eu próprio, por causa dessa coisa da política, a PIDE pôs-me numa casa. Fizeram-me perguntas. Eu disse que não sabia nada, que não tinha nada a ver com aquilo e tiraram-me. (...) Se não fosse a colonização havia essas cidades? No tempo de Gungunhana, de Monomotapa, havia alguma cidade aqui? Estradas alcatroadas, havia? A colonização trouxe desenvolvimento. Sem a colonização não havia cidade nenhuma em África. Foi uma coisa boa. (...) Ensinou várias coisas. (...) Mas a herança mais forte foi a cultural. Esses deixaram muita coisa que ninguém dá valor. O colonialista deixou muita coisa. Se não fosse a colonização isto continuava na mesma. O mal é que eles [portugueses] queriam isto só para eles. (...) A Renamo acusada pela Frelimo de querer o colonialismo... mas não! A Renamo veio salvar o povo das mãos do comunismo. (...) A Frelimo, para se salvar, diz que a Renamo é neocolonialista. Não é verdade! A Renamo, o que fez, foi salvar o povo do comunismo. O comunismo africano é pior do que o europeu. Na Europa as pessoas conversam. Aqui ninguém podia falar ou reclamar. A própria Renamo estava juntamente com a Frelimo. (...) Mas eles saíram para o mato por isso [comunismo]. Eles dizem que a Renamo eram assassinos. A Renamo não veio para matar ninguém. Vieram salvar o povo do comunismo, guia de marcha, fuzilamentos, abusos. Quem pôs a democracia aqui foi a Renamo!» (Entrevista 39/2004).

«O tempo colonial era bom tempo porque a gente quando trabalhava e ganhava, comprava aquilo que era necessário, o mínimo, embora ganhava mal. Podia ganhar pouco, mas pensava que estava a ganhar muito. Hoje não rende nada. (...) Não havia muitos ladrões naquele tempo. Hoje os ladrões é constante. Naquele tempo havia boa vigilância. Quando as pessoas passavam aí [na rua], tinha de saber onde trabalha, porquê passou aí. Se você tivesse 400, 300 [escudos], você ia na esquadra explicar. Hoje você rouba ali, nessa casa [do vizinho], vem vender aqui assim mesmo. Ninguém pergunta onde você apanhou isso que está vender. Naquele altura era difícil. Era difícil levar as coisas para vender. (...) [Isso era bom ou mau?] Para a vigilância era bom. A vigilância era dura. Mas para a convivência era muito duro. (...) O chibalo era para arranjar dinheiro para aqueles que não queriam ir no serviço. Eles tinham de arranjar dinheiro para pagar imposto. Era como hoje essa coisa de 'comida pelo trabalho'. Aqueles eram mandados para abrir estradas, fabricar tijolos, para arranjar dinheiro para pagarem imposto e para terem dinheiro em casa. (...) Isso [do chibalo] é mau. (...) [Eu] Ganhava miseravelmente, mas comprava boas coisas. Hoje com um milhão [de meticais] você não compra nada. Naquele altura 20 escudos era muito. Você na loja comprava o que quiser. (...) Os meus patrões eram bons. (...) O meu patrão era gerente da oficina grande aqui em baixo. Ele é que começou a fazer a carta de condução aqui em Tete.» (Entrevista 50/2004).

«Embora eu era criança, mas assisti um pouco [ao tempo colonial]. Penso que o que os portugueses deixaram valeu. Machel chegou com força, do mato, e os portugueses tiveram de fugir. (...) Foi mal feita a transição. Não podia ser aquilo. Podia ter feito como noutros países. Trabalhava com eles [portugueses] e eles saíam sozinhos. Não é fazer eles fugir. (...) Não devia ter sido assim. (...) Eu, a mim, naquele tempo, eu era criança, não sofri. Quem provocava é que passava mal. Esse é que ia na cadeia. Não era apanhar aí um só a andar aí, não. Não batiam de qualquer maneira. Não fazia. (...) O chibalo não era bom. Dói às pessoas. Trabalhavam, não recebiam. As pessoas eram levadas para fora. (...) Para mim não havia problemas, eu estava bom com eles [colonos].» (Entrevista 55/2004).

«Logo à entrada da independência, toda a gente ficou contente. Depois de um ano as pessoas viram que não era aquilo. (...) Eles [portugueses] deixaram muitas coisas em Moçambique. Todos os bens deles deixaram aqui. Os que levaram, foram os que saíram antes [da transição]. Eles saíram mal, pelo mal dos moçambicanos. Arrancaram as coisas. (...) A colonização portuguesa era boa, para a minha parte. (...) Naquele tempo as coisas eram baratas, embora o vencimento fosse baixo. Mas isso era próprio [daquele tempo]. (...) Não vejo nada de mal [na colonização portuguesa]. (...) [Nem o chibalo?] O chibalo podia dizer que é mau, mas davam qualquer coisa. Na reeducação você recebia alguma coisa? Naquele altura não havia empregos a não ser chibalo. Pelo menos ganhava alguma coisa. (...) [E o racismo?] O racismo tinha, mas não é tanto como a Frelimo fez com os russos.» (Entrevista 57/2004).

Nota 5

Transcrição de excerto sobre a obrigatoriedade da frequência escolar na época colonial

«Alguma coisa era positiva [no tempo colonial]. Não é saudosismo. É isso mesmo. Eu não estive na altura das grandes opressões. Diz-se que a maioria não teve chance de estudar no tempo colonial. Era para poucos. Ok! Mas isso está a voltar aos poucos. Hoje também é difícil colocar os filhos na universidade. Passar além de um certo nível de estudos,

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

isso está a aparecer aos poucos. Mas o colonialismo encaixava-te de qualquer maneira num emprego. Mas os que tinham acesso eram uma minoria. (...) Há muitos que dizem 'Ah!... Nesse tempo nós não tínhamos estudos'. Mas não é tanto assim. Eu vejo por mim e pelo que o meu pai conta. Dizia que eles [portugueses] andavam aí pelas aldeias para apanhar miúdos de idade [escolar] para obrigar a irem à escola, para serem levados obrigatoriamente para a escola. Iam à escola à força. Às vezes eram os próprios pais desses miúdos que resistiam a isso.» (Entrevista 45 / 2004).

«Quando comecei os meus estudos, em 56, na altura em Zóbuè, não havia escola oficial do governo. Só havia escola dos missionários ou padres jesuítas. Era o Seminário Menor de S. João de Brito do Zóbuè. Por aderência de alunos [sic.], o governo decidiu colocar uma escola rudimentar para indígenas. Eu comecei [a estudar] nessa escola. (...) 3ª classe havia rudimentar e elementar. Terminava aí. Na altura não havia a 4ª classe. Quem tivesse possibilidades vinha para Tete ou começava a trabalhar. O desejo de cada um era continuar a estudar. Mas tinha de ser com os padres. Quem estudava com os padres não podia casar. Havia, por causa da escola, problemas com a população, por questões de entendimento. (...) Sim, por questões culturais. Falar-se da escola era um pecado para a população. Pouca gente ia à escola. O seminário precisava de alunos e só enchia com alunos vindos de outras províncias. De Niassa, de não sei onde. Localmente [Zóbuè] não existiam nativos com desejos de estudar ou entrar no seminário. (...) Havia muitas crianças, mas a cultura que estava a dominar não favorecia os estudos. Bastava um indivíduo crescer, ter a sua horta, machamba, casava, arranjava mulher, e só se preocupava em pagar o imposto e pronto. Ia uma vez para o chibalo para pagar o imposto e acabou. (...) Daí houve choque entre os padres, o governo e a população. Todos pediam crianças. Houve contradições. O governo criou uma ordem, uma lei. Entravam casa por casa e faziam o recenseamento. Tiravam o número de crianças, o número suficiente de alunos. Depois desse recenseamento intimavam-se os régulos. Como o régulo não bastasse, como o régulo não podia, o governo actuou sozinho. Fazia inscrição das crianças à força na escola. Caso as crianças não aparecessem na escola, caso não fossem estudar, os pais iam trabalhar à força para o estado. 'Thangata'⁸⁵¹ era o nome desse castigo. (...) Não, não era chibalo. Era por causa da escola. (...) A minha mãe foi trabalhar com o meu pai no 'thangata' porque mandou-me para o Malawi, com o meu primo (...) e mais outro. Fomos três para casa de um tio lá do outro lado [da fronteira]. Hoje ela [mãe] está aí, com 98 anos, e diz que 'Ainda bem que fui castigada!' Lá a povoação dizia que se as pessoas tivessem um pouco de estudos, eram mandadas para a Índia, para Macau, eram incorporados na vida militar e iam lá morrer. Por isso, para eles não perderem os filhos, era melhor não estudar. As pessoas falavam isso, mas com medo de sofrer iam-nos entregar. (...) O colono considerou o indivíduo no próprio aparelho de estado. Hoje não há respeito pelos funcionários. Somos os últimos a receber. Não nos consideram. É por isso que há corrupção. O funcionário está a roubar porque não há consideração. Eu, no tempo colonial, cheguei lá [Nampula] com casa e tudo, como tinha visto no Búzi [as condições de vida do chefe de posto branco]. Eu ia fazer corrupção? Se me consideravam [respeitavam]» (Entrevista 51/2004).

Nota 6

«Violência havia. Por dá cá aquela palha era palmatória. (...) Isso era bom, por um lado, e era mau, por outro lado. Depende. Se um gajo violentava uma mulher, levava. Mas isso era uma coisa. Outra era a PIDE. A PIDE, sim, por causa da política da Frelimo, matava uma pessoa. Eu próprio, por causa dessa coisa da política, a PIDE pôs-me numa casa. Fizeram-me perguntas. Eu disse que não sabia nada, que não tinha nada a ver com aquilo e tiraram-me. (...) Se não fosse a colonização havia essas cidades? No tempo de Gungunhana, de Monomotapa, havia alguma cidade aqui? Estradas alcatroadas, havia? A colonização trouxe desenvolvimento. Sem a colonização não havia cidade nenhuma em África. Foi uma coisa boa. (...) Ensinou várias coisas. (...) Mas a herança mais forte foi a cultural. Esses deixaram muita coisa que ninguém dá valor. O colonialista deixou muita coisa. Se não fosse a colonização isto continuava na mesma. O mal é que eles [portugueses] queriam isto só para eles.» (Entrevista 39 / 2004).

Nota 7

Transcrição dos excertos das entrevistas particularmente significativos sobre a contradição entre a violência e a acção «civilizadora» do sistema colonial

«Há um provérbio nosso que diz: 'A colonização foi um mal necessário'. Esse provérbio quer dizer que uma coisa não sendo boa, é um mal necessário. [A colonização] Teve aspectos positivos como a civilização. Passámos a identificarmos com o ocidente. O negativo era a submissão e a desvalorização da identidade africana. (...) Na balança pesam mais as coisas negativas. (...) Mas a administração colonial era, de longe, melhor. O estado dirigia com clareza. Decidia que

⁸⁵¹ Sobre o vocábulo *thangata* Malyn Newitt refere: «Em algumas partes da Niassalândia, a população africana era obrigada praticamente à servidão ao abrigo do sistema de trabalho *thangata* [italico original]; as taxas de tributação eram elevadas e verificava-se o recrutamento forçado de mão-de-obra para a construção de estradas, o serviço de transportes e a polícia.» [A Niassalândia/Malawi é território vizinho de Tete e o entrevistado referiu ter laços familiares com pessoas do outro lado da fronteira]. Newitt, Malyn (1997) [1995], *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, p.436.

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

'Vamos fazer isto' e faziam mesmo. Não é como agora. O problema era a desumanidade do estado.» (Entrevista 5/2004).

«Aquilo aí antes de 1974... Esta sociedade é diferente de antes. Desenvolveu-se [no tempo colonial]. Tudo aumentou: indústrias, hospitais, tudo. Eles [colonos] foram úteis. Embora aquilo de que havia escravatura. Mas deixemos isso. A colonização foi útil porque civilizou-nos.» (Entrevista 8/2004).

«[No] Tempo colonial tinha muita diferença [com a actualidade]. Dantes as pessoas estavam oprimidas. Agora estão livres, mas não seguram [governam] o país bem como dantes. Dantes estávamos oprimidos, mas seguravam bem o país.» (Entrevistado 1 - Entrevista 10/2004).

«Em termos culturais, os portugueses civilizaram-nos. Nós tínhamos a nossa terra e eles a civilização. Fizemos uma troca. Houve uma série de humilhações, escravatura... Mas houve benefícios. Temos pessoas que são quadros que foram formados nessa época. Alguns desse tempo até hoje choram. Querem de volta esse tempo [colonial]. Mas o que foi, foi. Não é mais possível. Tivemos também grandes vantagens na abertura comercial que os portugueses trouxeram. Está certo que antes dos portugueses já se fazia negócio, mas eles desenvolveram isso com vantagens positivas. Mesmo no aspecto político trouxe coisas boas. Foi o passado, como tudo, com coisas positivas e negativas. (...) A religião trazida pela colonização foi também um progresso.» (Entrevista 35/2004).

«Posso dizer que foi um tempo que o povo moçambicano... Moçambique... Toda a cultura era dos colonos, dos portugueses, mas as pessoas não estavam livres. Toda a produção era para beneficiar Portugal. O povo estava sendo escravizado... Cada povo tem a sua cultura, os seus usos e costumes, e isso não era respeitado. A riqueza de um país tem de beneficiar o próprio país. E também os moçambicanos tinham de aprender outra cultura... Tinham de ser os moçambicanos a governarem o seu próprio país. (...) A herança colonial foi satisfatória. Conseguimos, com eles, ter alguma visão das coisas. Isso foi vantajoso. Mas houve desvantagens. Mas com eles tivemos uma visão melhor, embora os estudos eram limitados, só até à 4ª classe. (...) Em 74/75, na independência, eu ainda não estava maduro [para me lembrar do período da transição]. Percebi [as coisas] quando a Frelimo já tinha raízes.» (Entrevista 42/2004).

«Antigamente nós não éramos assim. O próprio colono mudou-nos. Construções, esta língua que estamos a falar para nos entendermos, por exemplo. Aprendemos essa linguagem. Posso dizer que o colono civilizou-nos. Trouxe escola, trouxe educação. Hoje em dia temos fábricas. (...) Embora trouxeram progressos, no lado negativo, posso dizer que desses progressos havia poucos benefícios para nós. O benefício maior era para o lado deles. Eles ensinaram-nos as coisas, demonstraram as coisas, como se faziam, mas os benefícios eram para o lado deles. Eu posso dar um exemplo daqui. Ensinaram-nos a explorar as minas, mas os lucros iam para o lado deles. Os moçambicanos trabalhavam, mas não ganhavam nada. Escravatura: também levavam pessoas para lá [Portugal e outros países coloniais]. (...) Se valeu a pena ser colonizado? Valeu, valeu. Pelo menos temos uma linguagem oficial e outra coisa foi o progresso. As coisas negativas eram próprias desse tempo. Isso não foi só no nosso país. Se não houvesse colonização não estaríamos desta maneira [desenvolvidos].» (Entrevistado 1 - Entrevista 48/2004).

«Embora eu era criança, mas assisti um pouco [ao tempo colonial]. Penso que o que os portugueses deixaram valeu. Machel chegou com força, do mato, e os portugueses tiveram de fugir. (...) Foi mal feita a transição. Não podia ser aquilo. Podia ter feito como noutros países. Trabalhava com eles [portugueses] e eles saíam sozinhos. Não é fazer eles fugir. (...) Não devia ter sido assim. (...) Eu, a mim, naquele tempo, eu era criança, não sofri. Quem provocava é que passava mal. Esse é que ia na cadeia. Não era apanhar aí um só a andar aí, não. Não batiam de qualquer maneira. Não fazia. (...) O chibalo não era bom. Dói às pessoas. Trabalhavam, não recebiam. As pessoas eram levadas para fora. (...) Para mim não havia problemas, eu estava bom com eles [colonos].» (Entrevista 55/2004).

Nota 8

Transcrição dos excertos das entrevistas particularmente críticos da colonização portuguesa

«Na altura eu era pequeno. Agora é que estou a comparar. O nosso país, em relação aos países vizinhos, a colonização portuguesa não trouxe muitos benefícios a este país. (...) O que eu sei do tempo colonial é que o governo tinha a sua máquina dividida. Nos campos controlava a produção pelos régulos, cabos, cipaios e o governo tinha interesse nas coisas da exportação. (...) Dessa exportação o benefício era para Portugal. Pagavam aos camponeses a preços muito baixos. As pessoas não tinham nenhum rendimento. As pessoas, às vezes, até nem recebiam. Trabalhavam à força. (...) A colonização não trouxe vantagens. A parte positiva foi muito pouca. Se não tivesse havido colonização a sociedade teria evoluído na mesma. África não precisava de colonização para ver a civilização. Há certos países que não foram colonizados e hoje estão civilizados. O importante é fazer trocas com os outros. Não é preciso ser colonizado.» (Entrevista 15/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«No tempo colonial havia coisas boas e más. Mas muitos sabemos que aqui não era a terra dos colonialistas. Depois de nós levarmos a nossa terra, passámos maus bocados ao fim de dois, três anos. (...) Posso dizer que no tempo colonial as coisas... quer dizer... eram um bocadinho baratas. Só que o dinheiro não era assim muito, mas alguém que tivesse uma quinhenta podia comer. Com a Frelimo as coisas mudaram um pouco. Já não tinha nada aqui, bichas... Depois as coisas normalizaram na vida actual... (...) O aspecto negativo [da colonização] era o problema do chamboco, humilhação, discriminação. (...) Como eu não vivi tanto a colonização, segundo a história não valeu a pena. Não valeu a pena porque praticamente o negro não era visto como uma pessoa. Servíamos mesmo de animal doméstico.» (Entrevista 44/2004).

«A herança da colonização... foram prédios, habitações, agricultura. (...) A colonização portuguesa não queria saber do negro, que ele pudesse governar. Isso não queria! A colonização foi muito dura. Não foi boa. (...) A Frelimo abriu a universidade aos negros. Antes as pessoas, os negros, tinham de ir para as missões. Nós só podíamos ir até à 4ª classe. E isso hoje é diferente. Mas mesmo hoje, isso não é mais do que uma obrigação do governo! Não nos devemos admirar por haver escolas. É obrigação do governo. Lutamos para isso!» (Entrevista 58/2004).

Nota 9

Transcrição dos excertos das entrevistas sobre a acção da igreja

«A situação em Moçambique foi muito difícil para os africanos [durante a colonização]. Foi bom porque fizeram cidades, estradas, linhas-férreas, mas isso servia o objectivo deles. Mas quanto aos moçambicanos, criaram uma sociedade difícil. Foi graças aos padres que houve atenção aos moçambicanos e não por acção do governo. Aqui em Tete [província] muita gente fugiu para o Malawi, Zimbabué, apesar de colonizados, era um alívio sair do domínio português. Os portugueses não davam escola aos moçambicanos, só aos assimilados e era difícil para uma pessoa ser assimilado. Mesmo assim, mais do que a 4ª classe as pessoas não podiam estudar.» (Entrevista 19/2004).

«Como eu não tive pais com poderes económicos, o esforço foi de mim mesmo. Aqueles padres com quem eu estudava, eles consideraram o meu esforço. Depois, no 4º ano, por eu querer casar, parei com os estudos. (...) É verdade que qualquer governo tem os seus defeitos. Não agrada a todos os cidadãos. Por exemplo, eu fui preso só porque passei ao lado do adjunto do administrador e não cumprimentei. Eu não sabia quem ele era. Tinha a minha trouxa. Passamos, andamos um pouco, e prenderam-nos. Disseram-nos 'Porquê vocês passaram ali e não cumprimentaram o chefe?' Nós dissemos que não sabíamos, não conhecíamos quem ele era. 'Não conheciam?! Ah! Vocês devem ser turras'. Isso era errado. Aquilo ficou no meu coração. (...) Ficámos lá presos uma semana. A sorte é que o padre veio lá falar com eles. (...) Foi em 69, em Mutarara. Isto para dizer que, quanto à colonização, não sofri em carne como os meus pais que tiveram de trabalhar no chibalo, na África do Sul, na Rodésia... Excepto esta situação [da prisão], eu não sofria. (...) Desde a independência, mudaram muitas coisas. Noto agora que os meus filhos estão a estudar como deve ser. Há liberdade agora de cada um escolher a sua religião. Naquele momento era proibido. Era só católica. Não só. Como agora já há possibilidade de estudar em instituições superiores. Se não fossem os padres, eu, na altura, não tinha estudado até ao 4º ano. Naquele momento as pessoas não podiam fazer casas na cidade, a não ser que fosse português ou branco. Na altura éramos obrigados a comprar aquele cartão de assimilado. Hoje já não há isso. (...) Estudei na escola dos padres. Só à noite é que estudei na escola oficial.» (Entrevista 59/2004).

Nota 10

«Estes estrangeiros [dos países africanos da região] entram cá muito bem. Mas nós lá somos maltratados. Eles aqui podem falar a língua deles, terem o modo deles, mas nós lá não podemos falar a nossa. Eles cá fazem e desfazem, mas nós lá não podemos.» (Entrevista 12/2004).

Nota 11

Transcrição dos excertos das entrevistas sobre a comparação entre os colonizadores portugueses e ingleses

«O nosso país, em relação aos países vizinhos, a colonização portuguesa não trouxe muitos benefícios a este país. Quando comparamos com os países colonizados pelos ingleses, vemos que a colonização inglesa formou muitos quadros que entraram para o estado. A colonização portuguesa abriu um espaço muito pequenino para os quadros moçambicanos. Não eram bem, bem, quadros. Ocupavam níveis inferiores. Era raro apanhar um doutor moçambicano. Por exemplo, os chefes de um posto administrativo, era sempre um branco e os outros funcionários podiam ser negros, moçambicanos, mas com postos baixos. Na área da saúde, educação, era assim. Talvez na área militar se apanhavam quadros negros, como capitão. Aí era onde havia incentivos para os negros, mas até um limite. Nas outras áreas era difícil.» (Entrevista 15/2004).

«Os portugueses também eram muito agressivos. Era preciso Machel para aguentar com aqueles homens. (...) Os portugueses eram muito agressivos em relação aos ingleses. (...) Havia um agricultor na Angónia, chamava-se Emílio Rodrigues, que mandava arrancar o milho da população e obrigava a plantar o dele. A população ficava a passar mal.

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

Mesmo os soldados portugueses, mas negros, mesmo sem o governo colonial saber, tratavam mal as pessoas. Samora era agressivo por causa disso. Mondlane não ia aguentar. Mas na governação depois da guerra [colonial] ele [Machel] deveria ter sido mais paciente, mais passivo. (...) O inglês era mais racista do que o português, mas não punha limite aos estudos. São racistas, não se misturam, não casam com um negro, mas davam escola aos negros, até níveis elevados, até doutorarem-se. Os portugueses podiam casar com negros, mas não davam escola. Os portugueses não são racistas, só são agressivos e os ingleses são pacíficos, são bons, só que são racistas.» (Entrevista 19/2004).

«Com a colonização os moçambicanos conseguiram ter visão. Eles abriram os olhos aos moçambicanos. Beneficiamos de muitas coisas dos colonos. Eles construíram o país. (...) Segundo os comentários, a colonização foi boa. Se não fosse a colonização eu não sei o que a África seria hoje. Trouxe uma civilização. Mesmo os países colonizadores, a Inglaterra e outros, também foram colonizados e civilizaram-se. Nós ouvimos na história. Esses ingleses, andavam aí nos barcos a fazer pirataria... Para serem alguma coisa sofreram também.» (Entrevista 27/2004).

«A herança da colonização é muito vasta. Eu já passei em alguns países colonizados pelos ingleses, comparando com a nossa colonização aqui, tem uma parte boa que ficou como herança [em Moçambique]. Muita gente aprecia o país por causa das infra-estruturas. Os portugueses investiram muito em Moçambique. A maioria das infra-estruturas é portuguesa. Essa é uma grande herança. (...) As coisas eram diferentes. Os preços... Eu estudei numa escola oficial. O ensino era muito diferente. (...) Muito exigente e não só. Era um sistema em que as crianças aprendiam rapidamente. Hoje, por exemplo, acabaram com a pré-primária. [Na época] Estudava-se mesmo. Havia muito vigor. Com a quarta classe daquele tempo... o meu pai com a terceira ou quarta classe do tempo do colono, até hoje ele faz a raiz quadrada. As crianças de hoje não são capazes. Eu tenho essa lembrança da escola, positiva. A minha mãe também conta que quando teve o parto da minha irmã, as freiras davam coisas para as crianças. O custo de vida era diferente.» (Entrevista 33/2004).

«Na Zâmbia, mas também em geral, o colonialismo trouxe coisas positivas como o cristianismo, mas também trouxe coisas que amedrontavam os africanos, como as armas e esse tipo de coisas. Não se pode dizer que desenvolveu bem. Nós, africanos, éramos marginalizados ['overlooked'], o desenvolvimento não era tanto para nós. (...) O positivo do colonialismo é que eles trouxeram a educação. Os africanos, disso dos estudos, não sabiam nada. Eles trouxeram também a tecnologia que foi uma vantagem, como os veículos, as máquinas, rádios, coisas que tornam as nossas vidas mais simples. Trouxeram também as infra-estruturas. As pontes, como essa que estamos a ver aí [sobre o Zambeze que liga as duas margens da cidade de Tete], as cidades, os edifícios, como os hotéis. Trouxeram coisas como a electricidade, o rádio, as tecnologias. (...) A parte negativa da colonização era essa de os africanos serem marginalizados. Nesses tempos coloniais, em vez de investirem aqui em África, não. Levavam as matérias-primas e eles ficavam com os lucros. Portanto, o benefício económico não era nosso. O colonialismo também foi negativo porque trouxe a escravatura. (...) Na verdade a independência da Zâmbia não foi violenta.» (Entrevistado 2 - Entrevista 48/2004).

«(...) Aqui a colonização foi boa e não foi boa. No tempo colonial alguns que viviam bem entenderam-se com eles. Na área do desenvolvimento eles faziam um pouco. Quem sabe se algum dia nós íamos conseguir fazer o que eles fizeram? Mas, se formos ver, aqui no Zimbabwe os colonos desenvolveram mais rapidamente do que aqui. Aqui em Moçambique fizeram, mas o que eles fizeram era para eles e não para beneficiar os moçambicanos. Nós servíamos de escravos, de mão-de-obra. Mas eles construíram. Fizeram muito património que ainda hoje existe e deixámos degradar. Os nossos não conseguem fazer até hoje. No Zimbabwe, Malawi, Zâmbia, apesar de eles estarem em crise económica, existem lá coisas boas em termos de edifícios. Nesses países há também muitas indústrias e nós aqui não. Não conseguimos explorar aquilo que nós temos. Se temos uma mina ou quê, têm de ser os outros. Nós aqui não conseguimos formar moçambicanos para trabalharem nessas áreas mais avançadas. Se temos alguma riqueza, têm de vir os outros. Nós não conseguimos formar moçambicanos. (...) Não sei se por ignorância ou por desprezo.» (Entrevista 60/2004).

Nota 12

«Na bicha, ali para pagar a água, estava lá muita gente à espera, mas se chega um 'monhé', uma pessoa com mais dinheiro, ou um branco, não ficam na bicha. Passam à frente. (...) [A nossa sociedade] Tem [problemas raciais de segregação social]. Vou contar uma história. Eu estava no 10º ano. Havia uma briga entre três irmãos 'monhés' e um negro. O professor ouviu o negro e disse a sua opinião. Estávamos na sala. Depois ouviu o outro. O 'monhé' chamou, em plena sala de aula, com o professor aí a assistir, 'Esse preto de merda tirou-me o caderno!'. Disse isso assim mesmo. Somos negros, mas não temos as mentes negras. (...) Aqui na pastelaria, se vem algum 'monhé', branco, mulato à nossa frente, passa. Somos os últimos a ser atendidos. Mas os próprios negros fazem isso. Não são só os 'monhés'. Aqui há um 'bate-bate' de racismo. (...) Estudei numa escola privada na Beira e havia mais monhés e mulatos do que negros. Nos recreios havia grupinhos e notávamos isso. (...) Isso na Beira era mais visível, mas também aqui [Tete] já se nota e noutras partes do país. (...) O governo tem noção disso, dessas diferenças entre as pessoas. Quando falam sobre isso, na televisão, falam só no momento...» (Entrevista 12/2004).

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

Nota 13

«Os estrangeiros [ocidentais] ajudam a desenvolver o país, mas isso pode incentivar o racismo. Eles não têm modos a falar com as pessoas. Só porque o empregado errou uma coisa é 'Preto de merda!' (...) Isso nas empresas privadas e em todo o lado.» (Entrevista 12/2004).

Nota 14

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à colonização e à luta de libertação nacional

«Em 1970 assisti à construção da ponte e da cidade [de Tete]. Para quem atendia às ordens vivia como um cidadão livre. Hoje é que vemos que tínhamos todas as condições naquele tempo. 'As coisas eram baratas', falamos assim. Mas o problema é que muitos moçambicanos não trabalhavam [sem ser na agricultura]. Tinham medo de ir à cidade. Tinham medo de ser exigido o imposto. A cidade era para as famílias bem consideradas. Um filho de um camponês para pisar a cidade era muito difícil. Isso não era bom.» (Entrevista 2/2004).

«Todo o governo tem consequências positivas e negativas. Tem de haver alguma colonização para começar, começar do zero. Hoje estamos a fazer pior. Eu fui preso em Fevereiro de 79. Fiquei até 80. Pouco mais ou menos um ano. Entrei e saí da prisão e não fui julgado. Não havia nada escrito, leis, cadastro. Bastava ter pequenos problemas, como eu tive, com o director nacional. Pequenas discordâncias. (...) Eles sempre diziam 'esses colonialistas'. Uma vez estava numa reunião em que o director disse 'esses colonialistas que estão aqui'. Olhei à volta e só estava eu e o director. Preferia que ele se referisse directamente a mim. (...) Fiz uma exposição a pedir julgamento depois de ser preso e solto, mas não aconteceu nada. (...) No tempo colonial havia castigos, mas para quem contrariava as leis. Em 10 anos exageramos. (...) O governo português fez muito no sul, mas olhou para o centro e para o norte.» (Entrevista 3/2004).

«O nosso governo é muito complicado. Muito mesmo. Eu falando assim, se estivesse aqui alguém do governo [falava em tom baixo e parecia referir-se a uma das "estruturas" locais como o seu sogro] eu era condenado. No tempo do colono a pessoa vivia bem, mesmo sem trabalhar. (...) Desde 75 até hoje não pintaram a cidade. Dizem que estão a organizar para pintar a cidade. É preciso estes anos todos. Mas no tempo do colono não era assim.» (Entrevista 4/2004).

«Vivi pouco o tempo colonial. (...) A visão da colonização depende da posição social da pessoa que conta a história. Quem vive mal hoje diz que o governo colonial foi bom. Há quem diga que o governo colonial foi mau porque ele está a viver bem. (...) [Do tempo colonial] As pessoas referem a comida que havia, aos preços das coisas, ao trabalho. (...) Mas, para mim, em resumo, a independência foi um ponto que eu posso falar.» (Entrevista 6/2004).

«Quando se conquistou a independência e o movimento não tinha intelectuais e houve muitas mudanças, sobretudo com o primeiro presidente da República de Moçambique independente. Esse transformou o aparelho colonial buscando a identidade moçambicana. Mas muitos só entenderam mais tarde. Foi quando alguns portugueses foram expulsos, outros foram embora porque tinham interesses no exterior e tudo aquilo. Internacionalmente Moçambique passou a ser conhecido em todo o globo. As pessoas podiam apontar no mapa e dizer 'Aqui está Moçambique'. Graças a esse trabalho, Moçambique fez parte do mapa.» (Entrevista 7/2004).

«[A colonização] Não é só em Moçambique. Todos tiveram colonização. A colonização teve objectivos. Teve de haver derramamento de sangue. Houve um domínio de uma força exterior. Nós temos de aderir a essa força exterior. O natural [moçambicano] não teve nada a ver. Implantou-se um governo e as pessoas tiveram de aderir. (...) Havia coisas boas e más. (...) Para mim a colonização foi boa na parte da educação, saúde, assistência à população, transportes. Estava tudo bonito e à disposição das pessoas. Mas dentro do governo português também havia política e houve a guerra e quem sofreu é o povo.» (Entrevista 9/2004).

«Tempo colonial era bom para mim. Tinham respeito. Tinham medo. Mas hoje já ninguém tem medo. Hoje vai para a polícia, amanhã está a sair. Isto não é governo. Uma pessoa chega a uma casa nem 'dá licença', nem nenhuma coisa. Só entra assim.» (Entrevistado 2 - Entrevista 10/2004).

«A colonização portuguesa eu gostei. Apesar de o meu pai ser português. Eu cá mais na parte do meu pai, a parte dos portugueses. (...) Gostei daquilo que eles faziam. Os brancos sabiam ensinar. Nós pensávamos que estávamos a ser oprimidos, mas depois vimos que estavam a ensinar. (...) Agora existem mais coisas privadas do que no tempo colonial. Há muita confusão.» (Entrevistada 1 - Entrevista 12/2004).

«A colonização portuguesa teve partes positivas e negativas. Aprendemos muito. Eles fizeram tudo isso aí [estradas, prédios, enfim, a "civilização material"]. Se não fossem os portugueses não estaríamos como estamos. Estávamos como nos tempos antigos.» (Entrevistada 2 - Entrevista 12/2004).

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

«O estado colonial fazia o que podia. Sabia ensinar e pôr as pessoas na linha. Este estado de agora não quer saber. (...) Hoje fui ao hospital para medir a tensão. Tenho a tensão baixa. Estavam quatro enfermeiros negros a conversar e mandaram-me entrar. Enquanto eu estava aí fiquei só a escutar. O que eles diziam é que tudo estava muito mal, falavam mal do governo. Eles diziam que preferiam o colono. Estavam a falar entre eles.» (Entrevista 13/2004).

«Teve coisas boas, mas nas coisas boas não faltam coisas más. (...) Teve coisas boas como os preços... Mas o chicote usavam muito, o chibalo. Eram levados para trabalhos forçados. Mas no resto estava bom.» (Entrevista 14/2004).

«Nesse tempo eu era miúdo. O nosso pai falava que estava a trabalhar [que havia emprego], mas o dinheiro era pouco. (...) Não sei essas coisas dos portugueses. (...) Quero saber. Quando me explicar eu vou saber. Quando me explicar é bom. (...) O meu pai diz coisas boas dos portugueses. Havia muito trabalho, pouco dinheiro, mas comprava muitas coisas. (...) Nós estávamos a fazer estradas, a carregar nas costas os brancos até onde eles queriam, não tínhamos carro... Mas eu não vi.» (Entrevista 16/2004).

«Sempre vivi bem [no tempo colonial]. Outros tinham muito, outros tinham pouco. Mas eu vivi bem. O tempo de colono é como este tempo. (...) Foi no tempo da guerra [luta de libertação], fui preso lá na Angónia [Maguè]. (...) Foi em 71. Estive preso um mês lá no mato, com [pelos] os portugueses. (...) A razão era essa, a guerra. Aquela gente [Frelimo] vinha na população com armas e a gente, como medo, dava coisas. (...) Quando chegava a tropa [colonial], a gente, como medo, escondia. (...) Havia um empregado da loja onde eu estava a trabalhar que contactava com a Frelimo. (...) Eu não tinha nada com aquilo [Frelimo/luta de libertação]. Ele [empregado] andou a ensinar à Frelimo essas coisas. Daí eles [Frelimo] começaram a atacar-nos. Ninguém podia sair mais [da povoação]. A tropa portuguesa veio e começaram a fazer perguntas. Capturaram uma pasta com papéis. Descobriram papéis com nomes e começaram a chamar as pessoas. A tropa prendeu muitas pessoas. (...) Amarraram-me para ir lá com eles, contar bem [o que sabia]. Fecharam a loja. Nós estávamos aí [dentro da loja]. Diziam 'Vocês estavam a negar que conhecem os turras', quando tinham a pasta [com os nomes]. Abateram ali mesmo aquele empregado. Eles vieram com nervos. (...) Outros foram matados, outros foram presos. (...) Eles [Frelimo] vinham ali, as pessoas davam comida e depois negavam [ter contactado com eles]. Diziam que eram aqueles da loja que estavam a dar coisas: 'São aqueles que costumam dar farinha e outras coisas'. (...) Fiquei preso pela tropa colonial. Bateram-me, fizeram-me perguntas. Eu negava. Disse que 'não sou daqui [Maguè], sou de Tete, lá da cidade. Eu vim aqui trabalhar. Esses daqui é que sabem'. Depois foram lá os da Pide. (...) Foram lá e soltaram-me. O meu patrão mandou avião e levou-me para Tete. Não se podia sair de lá sem ser assim. A guerra estava cheia em todo o lado. (...) Aquilo, quando passou, pronto, fiquei sempre dos portugueses. (...) Eu não tinha nada a ver com aquilo [luta de libertação]. (...) Apareceram aqueles portugueses que me defenderam [quando estava preso]. (...) Nós que vivemos muito tempo [com os portugueses]... outros viviam mal, outros viviam bem. Nós vivíamos bem. É diferente de hoje. Hoje a gente não apanha serviço. Não há lojas com alfaiates por causa da 'caungica' [roupa doada e revendida nos mercados]. Estamos a passar mal este tempo. Não havia [no tempo colonial] essa coisa de banca-banca [comércio informal], do mercado.» (Entrevista 17/2004). [Cf. Coelho 1993, p.180]

«Naquele tempo, naquele momento a política da Frelimo, eles distinguiam da vida colonial. Mas eu era criança. (...) No tempo colonial, víamos na geografia, Moçambique era uma província de Portugal e não um país. Esta terra não era deles, não podia ser uma província de Portugal. (...) Diziam 'Província Ultramarina'. (...) Nós tínhamos estudado os heróis portugueses, Vasco da Gama, não sei o quê, e [quando entrámos] na Frelimo estudamos os heróis moçambicanos: Gungunhana, Monomotapa. (...) Só os meus pais falavam isso de palmatória, escravatura.» (Entrevista 18/2004).

«Eu era miúdo. Estive na escola. Não posso dizer uma coisa que não participei. Guebuza estamos a ouvir e ver. (...) O tempo colonial torna-se um pouco difícil para mim falar disso.» (Entrevista 20/2004).

«No tempo colonial havia coisas boas e más. No tempo colonial ninguém tinha direito a reclamação. Tinha que trabalhar e aceitar. Era difícil a pessoa fazer a sua própria vida, a não ser o assimilado. Para fazer qualquer coisa tinha que se sacrificar. Não é como agora. Agora a pessoa tem o direito de reclamar. A vida era difícil nesse tempo.» (Entrevista 21/2004).

«O tempo passado era bom. Era fácil apanhar serviço. Agora já não. (...) Há muito tempo eu quando andava sem documentos, era apanhado pela polícia, era carregado. Ia fazer trabalho. (...) Aconteceu-me duas vezes [no tempo colonial]. (...) Fazia o trabalho na esquadra. (...) Já que era pedreiro, ia fazer esse trabalho de pedreiro. Trabalhava nessa semana de sábado a sábado. (...) Dizia o nome, escreviam num papel, depois ia-me embora sem nada [sem receber]. (...) Recebia dinheiro quando me ia inscrever e dava o nome para trabalhar. (...) Nós andávamos e os polícias estavam aí na estrada e pediam os documentos. (...) Foi tudo de dia [os momentos em que foi detido]. Às vezes esquecia os documentos em casa, outras vezes não tinha. (...) Agora está bom porque posso andar para onde eu quero. (...) Aquele tempo [colonial] e este são bons. Só que há muito tempo o mal era essa coisa do trabalho. Mas as coisas eram baratas e as pessoas viviam bem.» (Entrevista 22/2004).

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

«Interrompi a religião quando fui para a tropa colonial. Estive na tropa entre 71 e 74. Faltavam quatro meses para acabar [o serviço militar] quando foi a nossa brincadeira [revolução]. (...) Treinei um pouco nos comandos, mas como não gostei daquilo ali fui para a infantaria. (...) Fui colocado todo o tempo em Makanga. Trabalhava na parte administrativa. (...) Lá havia guerra a cem por cento. Vinham atacar mesmo ali no quartel. (...) Sabia bem quem era a Frelimo. Até tentei entrar e não consegui. (...) [Não consegui porque] Não cheguei de encontrar com eles ali no mato. Dali fui-me entregar de novo ali no quartel. (...) Fiquei dois meses na cadeia, sem correspondência nem nada. Até a minha família pensava que eu tinha morrido. (...) Eles [polícia militar] queriam saber qual era a minha ideia. Foi uma coisa muito grave. Éramos cinco homens que tínhamos fugido. Nós dissemos que só não estávamos a gostar dos treinos. (...) Não, não dissemos que queríamos ir para a Frelimo. Só queríamos fugir da tropa. (...) Estudei com o falecido padre Ferrão na Missão de São Pedro. Depois de fazer a 4ª classe não cheguei a entrar no seminário porque foi lá a Pide e fechou aquilo. (...) O padre Ferrão era muito filósofo e nós percebíamos aquilo [a questão política que estava em causa]. (...) Para mim o tempo colonial era muito favorável. Não é essa vida de hoje. Nós ainda estávamos a estudar e já havia chamamentos [propostas] para ir trabalhar. Mas hoje só vivemos à espera de morrer. (...) O padre Ferrão mobilizava a juventude. Ele tinha de ter muito cuidado. Só que o que era mesmo a Frelimo ninguém sabia [antes de 1974]. Só depois vimos. Nós agora vemos que o tempo colonial não era assim tão mau. Estava bom. Quem sofria era quem tinha preguiça.» (Entrevista 23/2004).

«O governo português... não vivi muito nessa altura, mas faço ideia quando era miudinho apareceram os cipaios lá onde eu morava para levarem o meu pai para ir para o chibalo, para o trabalho obrigatório. Um trabalho forçado. Os homens chegaram lá e o meu pai escondeu-se debaixo da cama. A minha mãe disse que ele não estava. Eu estava a chamar a minha mãe e a dizer que ele estava lá dentro. Mas a minha mãe fez sinal para calar. Eu não estava a ver bem. A minha mãe disse que ele viajou. Depois de os homens irem embora, o meu pai saiu e explicou-me o que se passava. (...) No tempo colonial eles faziam isso. As coisas boas do tempo colonial que também muitos falam, para os trabalhadores que pediam a construção de uma casa, o governo de Portugal ajudava a construir a casa desses trabalhadores. Era a parte boa que o governo de Moçambique não faz. Se hoje for pedir vão-me dizer que não há fundo para esse efeito. (...) Hoje, por exemplo, lá onde trabalho só há transporte para os chefes do hospital. (...) O governo colonial tinha os seus erros, o país não lhes pertencia, mas tinha uma parte de bom. Mas o trabalho forçado era demais. Mas quando pagavam o vencimento, dava para muita coisa. Hoje o vencimento do nosso governo não serve para nada, a não ser aqueles superiores. Se você quer apoio, tem de ser um membro do partido. Eu, mesmo lá no meu serviço, nego ser membro de qualquer partido. Nem Frelimo nem Renamo.» (Entrevista 24/2004).

«No tempo colonial eu vivia na base de capinar. Quando tinha produtos fazia troca ou vendia. Arranjava sabão, sal, açúcar. (...) Eu, naquele momento [colonial], só estava a ver que aquela era a maneira de viver, era o governo da altura. (...) A vivência de há muito tempo não era boa. Agora é que é bom. Sentamos todos no mesmo sítio. Há muito tempo éramos levados para ir trabalhar obrigatoriamente e não gostávamos daquele serviço. (...) No tempo colonial não conhecia a Frelimo. Só estava a viver e a ver aquele movimento da luta e quando entraram nós assustámo-nos e, afinal, eram eles.» (Entrevista 25/2004).

«No tempo colonial... eu não posso saber nada, como eu era um miúdo. Quando eu cresci um pouco foi quando veio aquela guerra do tempo colonial. (...) Só que o mandamento dos portugueses eu não posso saber. (...) Costumo ouvir os mais velhos. Os mais velhos costumam dizer que vivíamos bem. Todas as minas estavam a trabalhar aí em Moatize, havia muitos empregos... (...) A colonização portuguesa foi boa porque tinham muitos empregos e as pessoas estavam a trabalhar. Estamos bons agora com a democracia, mas essa democracia é para poucos. Naquele tempo muitos estavam a trabalhar. Poucos estavam na machamba [referia-se aos cidadãos]. Não sei nas outras províncias. Aqui em Tete era assim. Os portugueses abriam machambas, abriam lojas lá no mato e não havia fome como este tempo. (...) Hoje mesmo quem vai buscar milho para vender, com os transportes, fica muito caro. (...) A Frelimo conheci quando eram chamados 'turras'. Naquele tempo ninguém sabia que esses 'turras' eram a Frelimo. Esse nome de Frelimo veio já em 75 [sic]. (...) Nós sabíamos [da guerra]. Eles às vezes vinham e levavam os rapazes. Só diziam 'os turras vieram aqui e levaram pessoas'. (...) Sabia que estavam a lutar para os de Portugal irem embora da zona deles. Mas o que era a Frelimo, o presidente é que não conhecia.» (Entrevista 26/2004).

«A vida no tempo colonial era muito mais barata. Agora estamos entregues à bicharada. A vida de um funcionário era muito barata. Só que hoje o nível dos preços é muito superior ao dos salários. Muito superior.» (Entrevista 28/2004).

«Eu não posso falar muito do tempo colonial porque eu era um miúdo. Eu vim apanhar um tempo colonial já agitado, com massacres de um lado e de outro. O que ficou na minha memória foi a sabotagem que os colonos fizeram no período de transição. Fábricas, etc. Aqui... diz-se que aqui em Tete, no GPZ [Gabinete Para o Desenvolvimento da Região do Zambeze], há lá uns sítios onde se enterraram caixas de Whisky. Ouço dizer. Cavaram e não encontraram. (...) O colono ensinou efectivamente. Os melhores operadores, os melhores carpinteiros, os melhores técnicos são aqueles do tempo colonial. Apesar de actuarem ligados à opressão, os colonos ensinavam com realismo. Hoje a qualidade dos

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

alunos que saem das escolas, mesmo com a 9ª classe, é má. Podem não saber nada, nem saber ler e escrever direito. No tempo colonial havia qualidade no ensinamento das coisas. Quem aprendia, aprendia de facto. Hoje não estamos a formar, não estamos a fazer nada. (...) Hoje o estado tem de ir buscar as metodologias dessa época [colonial]. Tem de aceitar essas metodologias. O mal dos colonos era oprimir. As férias eram só para os brancos. Os negros não gozavam de férias. Era esse mal. Oprimir e explorar. (...) São necessárias medidas duras contra a corrupção. Esta fraca formação escolar e profissional está ligada à corrupção. Na escola passam sem saber, por corrupção. Se não sabe, no tempo colonial chumbava-se. Mas hoje não se deve chumbar. É só pedir um milhão ao pai e dá ao professor e passa. Eu sinto muito isso da escola porque tenho dois filhos. Tem de haver medidas exemplares contra a corrupção e implementar as metodologias de ensino do tempo colonial e implementar na íntegra.» (Entrevista 30/2004).

«Nesse tempo eu já era mestre [carpinteiro]. Eu não sofri tanto. Os cipaiois não chegavam à minha casa. Eu só via as pessoas a irem para o chibalo. Mas eu não vi bem o sofrimento porque já era mestre. (...) Não vi bem nem mal na colonização. Eu só estava a trabalhar. (...) Eu ouvia falar na guerra dos moçambicanos, mas nem para poder saber as coisas da guerra não podia. Estava a trabalhar. Conheci a Frelimo já na independência. Eu só estava a trabalhar. Trabalhei quatro anos nas 'Univendas' com os colonos.» (Entrevista 31/2004).

«O tempo colonial era bom. Governavam bem. O mal era o trabalho forçado. Mas naquele tempo os portugueses davam emprego às pessoas. O trabalho agora é difícil de arranjar.» (Entrevista 32/2004).

«A pessoa deve contar a história como você viu. Ouvir outras pessoas falar é diferente. Tem pessoas que dizem que estava bom, outras não. É como agora. Para aqueles que estão a comer está bom. Havia aqueles que estavam a sofrer, a abrir estradas, essas coisas aí. Aquilo estava mal para esses. Mas havia outros que tinham os filhos na escola e para eles estava bom. Mas hoje a escola já é para todos. Não é escolher [as pessoas].» (Entrevista 34/2004).

«A colonização portuguesa em Moçambique deixou boas coisas para nós. (...) A colonização portuguesa tinha um erro, o chibalo. (...) Em geral, deixaram um país lindo. (...) O balanço geral foi bom. Deixaram muita coisa para nós, como a escola. [Apesar da insistência do entrevistador, falou pouco da colonização e com muitas reticências. Pareceram-me reticências por não saber ou por desinteresse no tema.]» (Entrevista 36/2004).

«Bem... a vivência no tempo colonial era má. Palmatória não faltava. E muitas coisas que faziam. Hoje estamos diferentes porque estamos livres. Agora pagamos impostos, mas não é como naquele tempo. Você era amarrado, ia na Beira, não sei onde, trabalhar, para pagar o imposto. Hoje pagamos, mas não é assim, não é dessa maneira. (...) Ele quando verem um gajo em casa, quando você tem boa mulher, filhas, irmãs, uma mulher bonita, uma mulher que ele quer, anda atrás de si a invejar. Se acontece qualquer coisa que você fez, se apanham [descobrem] qualquer coisa com você, dizem logo 'É bandido!'. Amarram e vai logo. (...) Eu fui um ano para a Beira, fiquei lá por causa disso. Lá só estava a ganhar vinte escudos. (...) Quem fazia isso eram os cipaiois, mas mandados com esse [colonos]. Eles é que mandavam. Eles [colonos] só recebiam. (...) Mas também, quando provocavam, roubavam, iam presos. Ou matar outro, eles amarravam, levavam e mandavam para São Tomé. Eles sempre faziam isso. Ou é chamoqueado, não sei quê. Crimes, aquele que fazia, era para São Tomé. (...) Mas isso não era mau. Aqueles criminosos eram maus, por isso faziam isso. Tinha de ser. Hoje há muita bandidagem. (...) Nos tempos, sim, as coisas eram muito baratas. Açúcar, panos, sabão... Nos tempos quem recebia vinte, vinte e cinco escudos, era pouco dinheiro, mas você comprava o que queria. (...) Muita gente não sabia o que é 'turra'. 'Turra?! Quem é turra?' Só depois as pessoas descobriram que os turras são pessoas que estão no mato para libertar Moçambique. Só depois é que soubemos que os 'turras' eram pessoas que vinham libertar a nossa terra. (...) Pouco antes de 74, ainda naquele tempo. Eu já sabia quem eram os 'turras', que eram a Frelimo. (...) Eles às vezes capturavam aqui pessoas e levavam para o mato, depois quando libertavam as pessoas vinham aqui contar que eles eram pessoas para libertar Moçambique.» (Entrevista 38/2004).

«Eu posso dizer assim: a colonização do governo colonial foi com os nossos antepassados. Ouvimos com a história que o governo colonial tratava mal o povo. Sempre havia reclamação. O povo estava sempre oprimido. Foi isso que fez a guerra [luta armada de libertação nacional]. Enfrentar o governo para que o povo esteja livre. O povo fez aquilo que ele sentia. (...) Eu conhecia a cidade de Tete [antes de ir para a Frelimo em 1967]. Vivi... Essa cidade era muito pequenina. (...) Quando voltei em 74 vi a cidade muito diferente daquilo que havia quando eu fui. Já havia prédios, casas que não estavam naquele tempo. (...) Um guerrilheiro... Havia sempre contactos com as populações. Sempre havia problemas. (...) Vivíamos distantes das populações, a dois, três, quatro, cinco quilómetros. O povo [nas zonas libertadas] vivia uma vida boa... nada! Uma semana, três semanas, um mês e a população aí tinha de mudar. Se abrisse machamba, às vezes para colher não conseguia. Tinha de sair de um lado para o outro. (...) A vida durante a guerra era muito dura em termos de alimentação. Tínhamos de andar de um lado para o outro. Produzíamos pouco. À rasca. Às vezes tínhamos de sair para a fronteira da Zâmbia, Malawi. Às vezes tínhamos de andar, era preciso duas semanas para pedir comida. (...) [Sim, nas zonas libertadas] Havia escola, hospital, tratavam a população. Mas quando havia

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

situação com os militares portugueses... a vida era muito dura. (...) A população que estava na parte do governo [colonial] estava bem controlada. Para chegar a essas populações e contactar, às vezes tínhamos de passar clandestinamente em machambas. (...) Havia aqueles que entendiam o que a Frelimo quer. Davam informações da aldeia para as zonas libertadas. Davam informações entre as famílias. (...) As populações também tinham medo dos guerrilheiros porque... o povo já estava dividido, na medida em que quando houve aquela situação, o povo já não sabia onde poderia ir. Eles encostavam [optavam] onde estavam as pessoas que conheciam. Uns confiavam no governo porque a Frelimo era uma coisa nova e a eles não interessava. (...) Os régulos... nem todos estavam do lado da Frelimo. Eles estavam no poder e seguros pelo governo [colonial]. Eles obedeciam àquele seu governo. (...) Quando o guerrilheiro chegava àquela zona, primeiro contactava com o régulo. Havia régulos que mobilizavam a população para nos ajudar. Mas também continuavam com o governo [colonial]. Havia régulos que atendiam os dois lados. Outros pensavam que a Frelimo estava a enganar.» (Entrevista 40/2004) [Cf. Coelho 1993, p.180]

«Antes só mandava o português. Tem de ser um único a mandar. As ordens saem lá de Maputo, Lourenço Marques no tempo colonial. Aqui cumprem o que vem de lá. As ordens vêm só de um sítio, só. Quando há muitos a mandar, estragam a saúde das pessoas. O mandamento sai de lá. (...) Eu não estudei. (...) Nasci aqui mesmo em Tete. (...) Lá fora, no distrito de Tchenga (?). (...) Vim aqui [cidade] sobre a confusão da guerra dos portugueses e a Frelimo. Nós perdemos muita família lá. (...) Perdi a vista há dois, três, quatro anos. (...) Andei a tratar mas o enfermeiro disse que tinha de raspar. Pedi óculos, receita, medicamentos, nada. Até agora só estou a ver assim, parece que tem nuvens. Disseram que para tratar tem que ir no Malawi, mas como eu já não tenho dinheiro para isso. (...) Ah!... Agora já vou morrer assim. (...) Ando aí na estrada, não vejo, caio no buraco aí, posso morrer. (...) Aqui é na minha casa. (...) Vivo com a minha mulher. (...) Tenho filhos grandes, já não vivem aqui. Estão em casa deles. (...) Eu trabalhei. Eu era padeiro. Aquele fogo todo, aquele fumo, foi isso que matou a minha vista. (...) Fui padeiro desde pequenino. Só fiz isso. Não trabalhei em mais nada. (...) Havia portugueses que gostavam de pão. Nós fazíamos pão bom. Pão de forma, pão de um escudo, tinha também aquele pão redondo de uma quinhenta, cinquenta centavos. (...) Aquele tempo não tinha nada. Quando mandaram embora o português, nós não temos nada a dizer. Ficou a Frelimo para nós. A Frelimo é bom para nós também. Está mesmo bom com a Frelimo. Estou a gostar mesmo do mandamento deles. (...) Aquele tempo colonial, aqueles brancos mandavam e aqueles que eram mandados é que faziam mal. (...) Os portugueses não tratavam mal. Aqueles que faziam essas coisas eram os polícias. Os polícias é que faziam mal a nós. (...) Eram como nós! E havia polícias brancos nesse tempo? Aqueles polícias é que tratavam mal, não eram aqueles superiores. Os portugueses não tinham culpa. Nem sabiam também o que esses andavam a fazer. Aqueles eram bons para nós. (...) É como o senhor. O senhor é mandado fazer esse trabalho. Mandam-lhe aqui e chega lá e faz outra coisa [passa informações erradas]. Aquele diz 'Vai prender!' Era isso mesmo. Até aqueles comandantes diziam 'Foi isso que eu mandei você fazer? Você não cumpriu!' Aquele que fez é que está a provocar o mal. (...) Aquele tempo o que está mal é a polícia. Não sabiam [os chefes] o que [os subordinados] estão a fazer. Havia pessoas que faziam 'pombe'. Apanhavam e levavam lá para apanhar multa. Agora, com o nosso governo moçambicano, cada [um] faz bebida, não faz bebida, é com ele. Se quiser faz, se não quiser não faz. Com o governo moçambicano não é nada disso. (...) Eles, entre eles lá, que escolham os chefes para ser só um a mandar. Com os portugueses era assim, com a Frelimo é assim. (...) Esses problemas do tempo colonial que estou a contar era aqui na cidade. O bilhete de identidade tinha de andar no bolso. (...) Mas isso tinham razão. A pessoa deve mostrar quem é. (...) Há muito tempo não havia bandidos. Mas os portugueses faziam isso porque queria você para pagar a multa, porque portugueses queriam dinheiro. (...) A PIDE foi lá, com armas, ameaçaram, metiam aquela gente nas casas e nós fugíamos para cá, para a cidade. (...) E [nessa altura] estava lá fora, em Mutchenga (??), na parte debaixo de Wiriamu. (...) Fugimos nesse tempo da guerra para cá, na cidade. (...) Aquele tempo chamavam 'turras' e soube que era a Frelimo quando entraram [em 1974]. (...) Nós não sabemos nada da saída dos portugueses. Quem manda em nós é que sabe. Eles têm que combinar os dois, entre eles, nós não temos nada com isso. Nós só ficamos a olhar. Como fazia o português. Eles mandavam de Lourenço Marques para cá e cá obedeciam. Hoje quem manda é quem está em Maputo. Nós só olhamos. (...) Eles [portugueses] foram embora. Foram. Nós éramos ignorantes e brutos, não sabíamos nada. Eles [portugueses] tinham medo de nós. (...) Eles [os patrões da padaria] foram embora sem se despedir. Disseram que iam voltar na outra semana, mas não voltaram mais. O patrão foi embora. Se fez isso, foi sem dizer, não é medo isso? Ir sem despedir.» (Entrevista 41/2004).

«Aquilo depende das camadas [sociais]. Na altura as obrigações das pessoas eram complicadas e dependia da família onde você nasceu. Se nasceu numa família assimilada, assim intermédia, já as obrigações não eram assim tantas como para os outros. (...) Eu era dessa camada porque o meu avô foi um régulo. Nós assinávamos os papéis como assimilados. A tortura não nos abrangeu, assim como aquelas coisas difíceis. Havia uma pequena aceitação, parece. Mas nós víamos as pessoas a serem torturadas. Não sabíamos se aquilo era bem ou mal. (...) Eu, rapidamente, digo que a herança [colonial]... bem, aquele trabalho, quem pode classificar é a povoação que estava ali com eles. Eles [colonos] dirigiam mais ou menos de acordo com o mandato. Mas nem tudo correu bem. (...) A colonização não é bom porque se vive debaixo de ordens de outros. Dentro desse regime havia contrapartidas. Colono é colono e aquela raça fez o que podia. Só que a maioria estava a passar mal. (...) Nem tudo foi bem. Por isso apareceu uma reacção que abriu a vista a nós todos. Não era para os expulsar, mas para lhes fazer entender a eles o que nós queríamos. (...) Nesse tempo, os régulos, cipaios, cabos-terra, perderam autonomia. Aquilo não teve coisas boas. Eu, na parte que assisti, lá junto com o

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

meu avô, no censo que se fazia em meados do ano, em Agosto, sempre havia torturas. (...) Eu assisti em casa do meu avô e cumpria-se assim mesmo. Eu tinha, na altura... foi em 69, 70, 71. Mais ou menos.» (Entrevista 43/2004).

«No tempo colonial as coisas estavam melhoradas. Ouvei dizer que as coisas estavam acessíveis. Algumas pessoas, até hoje, dão comentários bons. As coisas não estavam muito caras. Viviam bem, não tinham problemas. (...) Certa vez, a minha avó, mostrou uma moeda e disse que com aquilo comprava muita coisa. Esse dinheiro hoje não vale nada, não serve para nada. Ela dizia 'Estás a ver como no tempo colonial as coisas estavam boas?' (...) Eu, na parte dos portugueses, não vi nenhuma coisa mal. Falar mal dos portugueses... Nada!» (Entrevista 46/2004).

«Nessa altura eu era criança. Não sei bem...» [A conversa teve de ser interrompida aqui. Não se desenvolveu o tema da colonização nem o da vida administrativa dos bairros.] (Entrevista 47/2004).

«Não posso mentir. Tenho de dizer uma coisa que conheço ou já ouvi. (...) Os mais velhos costumam dizer que no tempo colonial não havia essa coisa de bandidagem. (...) Eles falam bem desse tempo. Mesmo essa coisa de desemprego, não havia. Havia isso do chibalo. Aqueles que não trabalhavam, iam trabalhar obrigatoriamente. (...) O chibalo era mal, eles costumam dizer. Quando o cabo, por exemplo, queria viajar era carregado nas costas, nessa coisa de machila. Podiam acabar cinco, seis dias a andar. Agora já não está a acontecer mais isso. (...) Eles que assistiram a esse tempo e estão a ver agora, dizem que o tempo colonial era bom. Mas, para mim, que só vivi este tempo, não posso mentir, não posso fazer um balanço. Não posso saber.» (Entrevista 49/2004).

«Nasci no posto administrativo do Zóbuè. (...) Quando comecei os meus estudos, em 56, na altura em Zóbuè, não havia escola oficial do governo. Só havia escola dos missionários ou padres jesuítas. Era o Seminário Menor de S. João de Brito do Zóbuè. Por aderência de alunos [sic.], o governo decidiu colocar uma escola rudimentar para indígenas. Eu comecei [a estudar] nessa escola. Lá começávamos com a 'cartilha maternal'. Depois aquilo continuava: 'cartilha maternal' da 2ª, 3ª classe. 3ª classe havia rudimentar e elementar. Terminava aí. Na altura não havia a 4ª classe. Quem tivesse possibilidades vinha para Tete ou começava a trabalhar. O desejo de cada um era continuar a estudar. Mas tinha de ser com os padres. Quem estudava com os padres não podia casar. Havia, por causa da escola, problemas com a população, por questões de entendimento. (...) Sim, por questões culturais. Falar-se da escola era um pecado para a população. Pouca gente ia à escola. O seminário precisava de alunos e só enchia com alunos vindos de outras províncias. De Niassa, de não sei onde. Localmente [Zóbuè] não existiam nativos com desejos de estudar ou entrar no seminário. (...) Havia muitas crianças, mas a cultura que estava a dominar não favorecia os estudos. Bastava um indivíduo crescer, ter a sua horta, machamba, casava, arranjava mulher, e só se preocupava em pagar o imposto e pronto. Ia uma vez para o chibalo para pagar o imposto e acabou. (...) Daí houve choque entre os padres, o governo e a população. Todos pediam crianças. Houve contradições. O governo criou uma ordem, uma lei. Entravam casa por casa e faziam o recenseamento. Tiravam o número de crianças, o número suficiente de alunos. Depois desse recenseamento intimavam-se os régulos. Como o régulo não bastasse, como o régulo não podia, o governo actuou sozinho. Fazia inscrição das crianças à força na escola. Caso as crianças não aparecessem na escola, caso não fossem estudar, os pais iam trabalhar à força para o estado. 'Thangata' era o nome desse castigo. (...) Não, não era chibalo. Era por causa da escola. (...) Quando o governo chateava mais, íamos para a fronteira. Mandavam os filhos para o Malawi. Aquilo por força do desejo do governo para que apanhássemos o ritmo do estudo. (...) Isso [o interesse da população local pela escola] desenvolveu-se quando apareceu o hospital e, pela primeira vez, começaram a aparecer enfermeiros negros. Não eram de lá. Vinham de fora. (...) Era conhecido como o 'Hospital Mosca Tsé-Tsé'. Foi em 1955. Aquilo causava boa impressão na população. Também apareceram professores negros. Mas como batiam, o professor era nosso inimigo. Era uma escola em que se batia. Mas com a 2ª classe já sabia fazer um requerimento. Com a 3ª classe era um funcionário feito. [A escola] Ensinava! (...) Houve contacto entre os padres e o governo. Depois começaram a encher em massa a escola. Começamos a ganhar o ritmo e a desejar a escola indígena. Quando já eram muitos, daí o padre começou a seleccionar alunos para o seminário. O aluno escolhido tinha de ser honesto, bom religioso. Eram os melhores alunos que iam para o seminário. Vinha o padre uma vez por ano e escolhia a partir da 3ª classe. (...) Havia também professores idos de cá de Tete para essas escolas do estado. (...) Eu passei para o seminário com uma pergunta sobre um verbo: 'Conjuge o verbo trazer no futuro?' Acertei! Entrei no seminário. (...) Nós, como indígenas, íamos até à 3ª classe e terminava-se. As pessoas com esses estudos eram auxiliares de enfermagem, professores e capatazes. Mas o colono tinha razão. Só com a 3ª classe o indivíduo não podia ir além. Veio a aparecer a 4ª, parece já nos anos sessenta. Mas com a 3ª classe você já era bom funcionário. (...) A minha mãe foi trabalhar com o meu pai no 'thangata' porque mandou-me para o Malawi, com o meu primo Tiago Feijão e mais outro. Fomos três para casa de um tio lá do outro lado. Hoje ela está aí, com 98 anos, e diz que 'Ainda bem que fui castigada! Lá a povoação dizia que se as pessoas tivessem um pouco de estudos, eram mandadas para a Índia, para Macau, eram incorporados na vida militar e iam lá morrer. Por isso, para eles não perderem os filhos, era melhor não estudar. As pessoas falavam isso, mas com medo de sofrer iam-nos entregar. (...) Depois de ter sido escolhido para o seminário, fiz lá a 4ª classe - só havia lá a 4ª classe -, fiz o primeiro, fiz o segundo ano. Depois fui para o Seminário Maior de Malange. Lá fiz o 5º ano. (...) Em 57, com a visita de Carmona [sic - poderia querer dizer Francisco Higinio Craveiro Lopes, presidente da República Portuguesa entre 1951e1958], foi quando vim aqui a Tete pela primeira vez. Fomos ao salão nobre. Viemos [de

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Malange] acompanhados de dois padres. (...) Nós decorámos os discursos durante três dias. Eu era de latim e não percebia o que estava a falar, outro era de inglês, outro de português. Fomos levados até aqui [Tete] e ficámos cá cinco dias para nos habituarmos ao ambiente. Traziam padres brancos para a gente ensaiar. Mas com medo dos brancos nós ficávamos atrapalhados, começávamos a gaguejar. Fizemos ensaios e, para melhorar, o padre explicou-nos como íamos fazer para não haver problemas. Disse-nos para quando entrarmos, aquilo ia estar cheio de pessoas, e para nós não olharmos para aquelas pessoas. Víamos o tapete e, quando aparecessem as colunas onde estavam as flores, sempre a olhar para o chão, era lá onde íamos falar. (...) [No dia da recepção ao presidente Craveiro Lopes] O padre ia à frente e nós íamos de olhos fechados. Eu peguei [no hábito] no padre, o outro pegou em mim e o outro pegou no outro. Assim, um bocadinho só [levemente na roupa]. Fomos sentar, sempre de olhos fechados. Falaram, bateram palmas. Nós éramos três indígenas para mostrar o avanço do ensino em Moçambique. O padre disse para nós olharmos para o tapete. O padre tocou em mim e eu fui, a olhar para o tapete. Comecei a falar e nem parecia eu. Eu só ouvia palmas. Como o padre disse, quando ouvisse palmas, parava um bocadinho e, quando parassem as palmas, eu continuava a falar. Quando acabei, quando abri os olhos, até eu tremia. Eu fui do latim, depois o do inglês e o do português. (...) Foi aí que eu conheci Tete, em 57. (...) O meu desejo era ser pastor [padre]. Mas tive uma ferida na perna, fiquei sem andar, e os padres disseram que tinham que amputar a perna. A minha família não aceitou. Os padres levaram-me para casa, fizeram uma missa de despedida, e iam lá visitar-me. Eu não andava e, com o medicamento tradicional, ao fim de uma semana já estava melhor. Já andava e, ao fim de um mês, já estava bom. Os meus pais diziam que não queriam que eu fosse padre. Queriam que eu casasse, que tivesse filhos, por isso puseram aquela ferida na minha perna. (...) Depois os padres levaram-me para a Beira. Eu comecei a trabalhar. (...) Eu passei mal para estudar. Para apanhar dinheiro era na machamba. Eu só usei calçado já grande. Naquela altura não havia lojas no Zóbuè. Loja, só no Malawi. Nós vestíamos um pano que ia até em baixo e, por baixo, usávamos uns panos também. Eu só vim a conhecer o escudo mais tarde. Usávamos libras, xelins, pennies. Eu vim a conhecer sapato mais tarde, quando saí do seminário em 63. (...) Quando colhiam o milho, nós íamos vasculhar na machamba para apanhar aquele que sobrava e íamos vender para apanhar dinheiro para estudar. (...) Eu ajudava o chefe de posto [no Zóbuè] antes de começar a trabalhar. Os padres levaram-me para a Beira, para a missão da Manga. Fui-me apresentar na administração. Fiz um requerimento com a minha biografia, o meu 'cv' [curriculum vitae]. Três meses depois fui nomeado agente recenseador. Foi o meu primeiro trabalho, na Machanga, no Búzi. Foi em 1965. O trabalho de recenseador era junto do chefe de posto da Machanga. (...) Era contar a população. Fui fazer o trabalho de recenseamento de raiz para contar a população. Durante seis meses eu andava de régulo em régulo. Eu avisava com antecedência de cinco dias e eles preparavam tudo. Eles é que me davam comida e tudo. Depois eram seis meses no meu gabinete. Eu tinha três meses para preparar aqueles relatórios e enviar. (...) Quando começou a guerra, em 67 ou 68, mas aquilo parece que saiu em 67, e antes já tinha saído para os do sul, os indígenas do centro e norte podiam concorrer como chefe de posto, guardas de segunda com arma, podiam ser oficiais de terceira, segunda, primeira. Eu concorri como chefe de posto e passei. Fiquei em 18º lugar. (...) Aquilo demorou. Nomearam-me como interino. Mas não continuei ali. Fui colocado no distrito de Nampula. O administrador não gostou. Ele já me tinha dado toda a preparação, agora eu ia para outro lado. (...) Fui colocado como chefe de posto num sítio muito difícil. Ali fui o primeiro indígena que foi colocado como chefe de posto. Todos os outros eram brancos. Fui para um posto administrativo de Mugovolans, Namitil. A sede era António Eanes [actualmente Angoche]. Era lá que respondíamos. Fiquei lá dois anos. Janeiro de 70 fui transferido para o Lumbo, que respondia na Ilha de Moçambique [sede]. (...) Em 70 fui chamado para o exército. Mas não me localizaram nos padres. Como não respondi e eles pensaram que ainda estava nos padres, chamaram os meus pais e perguntaram. Eles explicam e localizaram-me. Consideraram-me desertor. Recebi uma intimação do tribunal militar como desertor. Respondi com os officios que tinha. Expliquei tudo ao tribunal militar. Anularam a intimação. Deram-me trinta dias para seguir para Tete. (...) Casei-me em Nampula catolicamente. Eu, a minha esposa - que é de Nampula - e a minha filha - a mais velha nasceu em Nampula - fomos metidos no avião e Mandados para Tete. A família ficou no Zóbuè. Fui como instruendo para Boane em Outubro de 1970. (...) Fui furriel. Trabalhei na parte administrativa e terminei em 74. (...) Aquilo não foi violência [no tempo colonial]. Nós não sabíamos o que era civilização. (...) Chibalo também [não era violência]. Qualquer indivíduo tem o dever de trabalhar. O chibalo era para pagar uma vez o imposto. Acabou. O governo tinha de fazer à força para nós entrarmos na civilização. Foi uma forma de nos fazer sair de uma cultura tradicional e entrar na civilização. O Matsinhe, o bispo, o falecido padre Ferrão, estiveram comigo no seminário. Hoje estão formados, mas foram à força. (...) O governo atraiu o coração da maioria ao apresentar aqueles negros limpinhos. Eu ser chefe de posto foi um orgulho. (...) Primeiro os do sul foram os beneficiários. Depois foi o centro e o norte. Eu, na tropa, tive orgulho. Fui vagomestre. Era difícil para uma pessoa chegar aí. (...) Nós, na tropa, éramos chamados 'filhos de terra' por sermos do centro ou do norte, porque a guerra tinha começado no norte. (...) Quando saiu o decreto que os do centro e norte podiam concorrer [1967], nós vimos que o governo estava a reconhecer. (...) Nós que estávamos no seminário ouvíamos sempre essas coisas [da luta de libertação nacional]. A guerra da Frelimo teve três fases: primeiro quando houve a criação do partido. Cada um queria lutar pelo seu distrito. Nos seminários nós apercebíamos disso. Havia o senhor Baltazar Zanguenga (?) em Moatize. Com Eduardo Mondlane houve algum desânimo. A história da Frelimo que se conta, a gente reprova. Os que saíram daqui, eles primeiro foram para o Gana. Quando saíram daqui foi [Kwane] Nkrumah que apadrinhou essa luta dos três partidos. Só se fala Nyerere, Nyerere, Nyerere. Mas Nkrumah deu tudo. Ele é que orientou a luta, explicou a forma de fazer a guerra. Mas como o Gana era longe, depois passaram para a Tanzânia. Pediram a Nyerere por ser perto. Por isso ficaram lá. Até hoje a Frelimo não é um

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

partido, é uma coligação [mais adiante contou que ouviu um dirigente político a contar a história da Frelimo numa escola primária da cidade de Tete, sessão a que foram convidados a participar os encarregados de educação e alunos, e ele pediu para falar. Perguntou onde estavam os dirigentes dos três partidos que deram origem à Frelimo: UDENAMO, MANU e UNAMI. Afirmou que o orador irritou-se e não respondeu]. Aconselharam a liderança de Mondlane porque ele era genro da América, ele tinha mais aceitação, tinha estudado e casado na América, e os financiamentos eram importantes. Mondlane foi aceite e eleito no primeiro congresso. E Mondlane é que falhou para isso ser assim hoje. (...) Um intelectual, genro da América... muitos intelectuais foram degolados pela Frelimo. Para que é que ele se foi meter com a Rússia? Para que foi pedir apoio naquele bloco? Por que razão foi para o outro bloco? Uma mulher pode ter dois maridos? (...) Esses dois blocos, União Soviética e América, começaram a criar conflitos. Aos poucos foram sendo formados membros [da Frelimo] na URSS e a vir armamento de lá. Que apoio ia dar a América assim? A falha foi de Mondlane. A falha pode ter sido a sua própria escolha [para a liderança da Frelimo]. O socialismo criou-nos graves problemas aqui em Moçambique. (...) Na tropa eu já me apercebia destas coisas. Nós, os intelectuais, quando vimos essa viragem, começámos a desacreditar. Já adivinhávamos que isto ia ser um campo de futebol para os dois blocos. (...) O colono considerou o indivíduo no próprio aparelho de estado. Hoje não há respeito pelos funcionários. Somos os últimos a receber. Não nos consideram. É por isso que há corrupção. O funcionário está a roubar porque não há consideração. Eu, no tempo colonial, cheguei lá [Nampula] com casa e tudo, como tinha visto no Búzi [as condições de vida do chefe de posto branco]. Eu ia fazer corrupção? Se me consideravam [respeitavam].» [Há excertos deste testemunho no próprio texto.] (Entrevista 51/2004).

«As coisas corriam-me tão bem [no tempo colonial]. Não tinha nenhum problema de mal. Com este governo as coisas estão a correr bem. Quem pode fazer andar isto aqui temos de ser nós. (...) Para mim, este tempo, as coisas estão mais melhores. (...) Hoje para o filho estudar temos de pagar dinheiro, milhões. Agora, como os meus filhos vão estudar? Como é que hei-de fazer? (...) Nos tempos [coloniais] as coisas não estavam difíceis [para estudar]. Muita gente não conhecia tão bem os estudos. (...) Eu não tenho classe. Tenho só 3ª classe, mas não conclui. Os meus pais não tinham condições. (...) Saí da escola muito pequeno. Morava no distrito de Maganja da Costa, com os meus pais. (...) Eu vim cá [para Tete] pequeno. Eu trabalhava para um piloto da LAM [Linhas Aéreas de Moçambique]. Primeiro fui com ele para Nampula, depois quando ele veio para aqui, eu vim também. Eu gostei e fiquei aqui. Casei aqui. (...) Ele [piloto] foi para Lisboa [inícios dos anos 80]. Era para me levar, mas eu já tinha mulher e estava grávida. Fiquei. Era essa a minha primeira sorte [filha]. (...) Tem 22 anos. (...) [No tempo colonial] Havia escolas, mas quem ia na escola era filho de alguém. Um filho de camponês não ia para a escola assim de qualquer maneira. Não havia campanhas como a da Frelimo que até à noite os adultos vão na escola. (...) Tudo é mesma coisa. Agora também quem estuda é filho de alguém. E nós, que não somos nada, pobres? Quais as condições para nós? (...) [Para resolver problemas como o dos estudos ou o do emprego] O que falta é apoio. Essas pessoas [pobres] são filhas do governo. Aqueles que os pais têm dificuldades, devem ter direito a 'xis'. Quem quer estudar, já pagou matrícula, quer estudar, mas é anulado [excluído] porque o pai não tem condição. Aquilo dói muito. (...) Isto [para se resolver] tem de ser o governo. As matrículas vão no bolso de quem? Não vai no bolso do estado? O estado deve procurar saber na sala [de aula] quem tem pai, quem não tem, quem o pai trabalha, quem o pai não trabalha. Mas não. Misturam tudo. Os que têm e os que não têm. A gente perde a vontade. Os filhos dos pobres até é que têm vontade de estudar mais, de trabalhar e de ser gente, mas não estão considerados. (...) O governo não está a dormir. Porque ele é um pai. (...) Falha qualquer coisa, talvez de fundos ou apoios porque o dinheiro não chega. (...) Mas o estado devia mexer-se um bocadinho, principalmente na parte dos alunos. (...) Hoje é como no tempo de Machel. É igual. No tempo de Machel até no mato havia escolas. Não há diferenças. (...) Não sei porque não existem apoios agora, esses que havia no tempo de Machel [para alunos de famílias pobres estudarem no exterior].» (Entrevista 53/2004).

«(...) [No tempo colonial] Sabia que havia guerra, mas não sabia os porquês. (...) Depois de trabalhar com [para] um português, um militar, trabalhei com [para] um monhé da cidade. Um dia houve um disparo à noite. Os monhés começaram a falar. Eu disse que eram 'turras'. [Eles disseram] 'Turras, você não sabe o que é isso? São vossos irmãos esses, estão a lutar por vocês!' (...) Isso foi em 73. Daí eu comecei a perceber aos poucos e poucos.» (Entrevista 55/2004).

«O meu pai era professor na Marávia. Fomos transferidos para Chipera (???) . O meu pai foi lá dar aulas. Eu era miúdo. Saí do Fingoè com a 1ª classe. Fiz a 2ª classe em Chipera (???) . Depois fomos para Cachomba, posto administrativo de Maguè. Fiz a 3ª classe em Cachomba em 56. Vim para Tete fazer a 4ª classe. Colocaram-me aqui na Escola Baptista Coelho. Como o meu pai era professor, consegui. Fiz a 3ª classe elementar e fiz o exame de admissão para a 4ª classe. Fiz a 4ª classe. Depois, como o meu pai não teve poderes para me mandar para uma escola de artes e ofícios na Beira, não prossegui os estudos. Arranjaram-me um emprego na Nhunguè Comercial. Fiquei lá sete anos. (...) Fui de férias a Cachomba. Depois, quando voltei de lá, já não apanhei lugar naquela empresa. O patrão disse 'Você demorou muito. Como você não vinha, arranjei outro para o seu lugar'. Arranjei outro emprego, na Funancungo Comercial. Fiquei lá até ir para a tropa em 63. Fui para Lourenço Marques. Frequentei o curso militar em Boane. Em 64 vim para Tete e fiz a tropa toda cá. (...) No princípio a guerra [luta armada de libertação nacional] era tipo boato. Em 65 ouvimos um zunzum da guerra forte. Eles [guerrilheiros] já estavam na zona de Marara. Como falavam que já andavam ali, eu fui escolhido

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

para ir para lá. Fomos dois pelotões. Parámos lá um tempo, mas não vimos nenhum 'turra'. Aquilo era boato. Ficámos lá todo o mês de Dezembro. Passamos lá o natal, as festas, viemos já em 66. (...) Nessa altura já se ouvia da guerra. De 67-68, quando eu larguei a tropa, vim aqui na DETA [Direcção de Exploração de Transportes Aéreos, antecessora das Linhas Aéreas de Moçambique]. Aí já se via muita tropa aqui. Eu já estava no aeroporto, foi quando começaram a aparecer pessoas feridas que aterravam no aeroporto. Eu comecei a ver todo esse movimento. 'Guerra', 'turra', o que é isso 'turra'? Quando capturavam um, traziam. Alguns capturados eram mostrados ao povo para explicarem o que andavam a fazer. Alguns deles não tinham medo, falavam abertamente com quem estava ali a assistir. Diziam que eram da Frelimo e que andavam a lutar para libertar o povo. (...) Aquilo foi andando, mas como eu estava com os brancos, fui ouvindo. Vinham alguns de Portugal com estudos, uns estavam na universidade a estudar para engenheiros, advogados, vinham de Coimbra e de não sei onde. Eles próprios, entre eles, falavam. 'Afinal, qual o motivo desta guerra? Esses, se estão a fazer isso, querem libertar!' Eles, no quartel, faziam preparação política. Diziam que os pretos queriam libertar-se, 'Mas vocês não podem governar'. (...) Eu, como militar do colono, não acreditava [que os negros queriam governar]. (...) Só em 74 é que soube bem, bem, quem eram [a Frelimo]. Mas nós conversávamos sobre a guerra. Víamos que não havia necessidade. Falavam entre os militares que não concordavam com a guerra. Esses alferes, oficiais, universitários, falavam abertamente em entregar isto, porque não concordavam com a guerra. (...) Em 74 é que conheci, de facto, a Frelimo. Foi quando comecei a aperceber-me que eles tinham um objectivo exacto. (...) Havia brancos, jovens, militares que conversavam connosco. Diziam que eles, que queriam libertar, tinham muita razão. Até um alferes chamou a um soldado 'Saloi! Você está a defender o quê?! Você vai para a tua terra!' (...) Entre eles. Aquele alferes foi preso, logo mandado para as Xefinas e, depois, para Portugal. (...) A herança da colonização... foram prédios, habitações, agricultura. (...) A colonização portuguesa não queria saber do negro, que ele pudesse governar. Isso não queria! A colonização foi muito dura. Não foi boa. (...) A Frelimo abriu a universidade aos negros. Antes as pessoas, os negros, tinham de ir para as missões. Nós só podíamos ir até à 4ª classe. E isso hoje é diferente. Mas mesmo hoje, isso não é mais do que uma obrigação do governo! Não nos devemos admirar por haver escolas. É obrigação do governo. Lutamos para isso!» (Entrevista 58/2004).

Anexo da II Parte
Excertos de discursos sobre a época colonial

ANEXO DA III PARTE
EXCERTOS DE DISCURSOS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O PÓS-COLONIAL
(1974-1975)⁸⁵²

⁸⁵² Os excertos que a seguir se apresentam têm apenas a ver com aquilo que foi recolhido tal como foi textualmente dito pelos entrevistados. Existem muitas outras recolhas escritas do terreno – opiniões dos entrevistados, comentários diversos, notas ou reflexões a propósito das entrevistas, entre outros registos – que constituem a base empírica da investigação, mas que não constam nos anexos. Os anexos servem para ilustrar o tipo de matéria-prima que suporta o estudo.

Anexo da III Parte
Excertos de discursos sobre a transição para o pós-colonial (1974-1975)

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Nota 15

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes ao conhecimento da Frelimo antes de 1974

«O padre Ferrão mobilizava a juventude. Ele tinha de ter muito cuidado. Só que o que era mesmo a Frelimo ninguém sabia [antes de 1974]. Só depois vimos. Nós agora vemos que o tempo colonial não era assim tão mau. Estava bom. Quem sofria era quem tinha preguiça.» (Entrevista 23/2004).

«No tempo colonial eu vivia na base de capinar. Quando tinha produtos fazia troca ou vendia. Arranjava sabão, sal, açúcar. (...) Eu, naquele momento [colonial], só estava a ver que aquela era a maneira de viver, era o governo da altura. (...) A vivência de há muito tempo não era boa. Agora é que é bom. Sentamos todos no mesmo sítio. Há muito tempo éramos levados para ir trabalhar obrigatoriamente e não gostávamos daquele serviço. (...) No tempo colonial não conhecia a Frelimo. Só estava a viver e a ver aquele movimento da luta e quando entraram nós assustámo-nos e, afinal, eram eles.» (Entrevista 25/2004).

«A Frelimo conheci quando eram chamados 'turras'. Naquele tempo ninguém sabia que esses 'turras' eram a Frelimo. Esse nome de Frelimo veio já em 75 [sic]. (...) Nós sabíamos [da guerra]. Eles às vezes vinham e levavam os rapazes. Só diziam 'os turras vieram aqui e levaram pessoas'. (...) Sabia que estavam a lutar para os de Portugal irem embora da zona deles. Mas o que era a Frelimo, o presidente é que não conhecia.» (Entrevista 26/2004).

«Eu ouvia falar na guerra dos moçambicanos, mas nem para poder saber as coisas da guerra não podia. Estava a trabalhar. Conheci a Frelimo já na independência. Eu só estava a trabalhar.» (Entrevista 31/2004).

«Muita gente não sabia o que é 'turra'. 'Turra?! Quem é turra?' Só depois as pessoas descobriram que os turras são pessoas que estão no mato para libertar Moçambique. Só depois é que soubemos que os 'turras' eram pessoas que vinham libertar a nossa terra. (...) Pouco antes de 74, ainda naquele tempo. Eu já sabia quem eram os 'turras', que eram a Frelimo. (...) Eles às vezes capturavam aqui pessoas e levavam para o mato, depois quando libertavam as pessoas vinham aqui contar que eles eram pessoas para libertar Moçambique.» (Entrevista 38/2004).

«Aquele tempo chamavam 'turras' e soube que era a Frelimo quando entraram [em 1974]. (...) Nós não sabemos nada da saída dos portugueses. Quem manda em nós é que sabe. Eles têm que combinar os dois, entre eles, nós não temos nada com isso. Nós só ficamos a olhar. Como fazia o português. Eles mandavam de Lourenço Marques para cá e cá obedeciam. Hoje quem manda é quem está em Maputo. Nós só olhamos. (...) Eles [portugueses] foram embora. Foram. Nós éramos ignorantes e brutos, não sabíamos nada. Eles [portugueses] tinham medo de nós. (...) Eles [os seus patrões da padaria] foram embora sem se despedir. Disseram que iam voltar na outra semana, mas não voltaram mais. O patrão foi embora. Se fez isso, foi sem dizer, não é medo isso? Ir sem despedir.» (Entrevista 41/2004).

«Em 74/75, na independência, eu ainda não estava maduro [para me lembrar do período da transição]. Percebi [as coisas] quando a Frelimo já tinha raízes.» (Entrevista 42/2004).

«Antes de 74 já tinha uma ideia de que a Frelimo eram pessoas. Só que falavam 'turras'. Dizer assim era uma forma de desprezo. (...) Foi mesmo em 74 que eu conheci a Frelimo. Estava, parece, na 3ª classe e os professores nos explicavam a relação da Frelimo com o colonialismo. Eu estava na escola dos padres. Havia aqueles com mais idade que eram escalonados [para entrarem na Frelimo]. (...) Foi na Missão Pedro, no bairro Mateus Sansão Muthemba. (...) [O padre conhecido pela sua ligação à Frelimo] Era o padre Domingos Ferrão.» (Entrevista 44/2004).

«[No tempo colonial] Sabia que havia guerra, mas não sabia os porquês. (...) Depois de trabalhar com [para] um português, um militar, trabalhei com [para] um monhé da cidade. Um dia houve um disparo à noite. Os monhés começaram a falar. Eu disse que eram 'turras'. [Eles disseram] 'Turras, você não sabe o que é isso? São vossos irmãos esses, estão a lutar por vocês!' (...) Isso foi em 73. Daí eu comecei a perceber aos poucos e poucos.» (Entrevista 55/2004).

«No princípio a guerra [luta armada de libertação nacional] era tipo boato. Em 65 ouvimos um zunzum da guerra forte. Eles [guerrilheiros] já estavam na zona de Marara. Como falavam que já andavam ali, eu fui escolhido para ir para lá. Fomos dois pelotões. Parámos lá um tempo, mas não vimos nenhum 'turra'. Aquilo era boato. Ficámos lá todo o mês de Dezembro. Passamos lá o natal, as festas, viemos já em 66. (...) Nessa altura já se ouvia da guerra. De 67-68, quando eu larguei a tropa, vim aqui na DETA [Direcção de Exploração de Transportes Aéreos, antecessora das Linhas Aéreas de Moçambique]. Aí já se via muita tropa aqui. Eu já estava no aeroporto, foi quando começaram a aparecer pessoas feridas que aterravam no aeroporto. Eu comecei a ver todo esse movimento. 'Guerra', 'turra', o que é isso 'turra'? Quando capturavam um, traziam. Alguns capturados eram mostrados ao povo para explicarem o que andavam a fazer. Alguns deles não tinham medo, falavam abertamente com quem estava ali a assistir. Diziam que eram da Frelimo e que andavam a lutar para libertar o povo. (...) Aquilo foi andando, mas como eu estava com os brancos, fui ouvindo. Vinham alguns de Portugal com estudos, uns estavam na universidade a estudar para engenheiros, advogados, vinham de

Anexo da III Parte
Excertos de discursos sobre a transição para o pós-colonial (1974-1975)

Coimbra e de não sei onde. Eles próprios, entre eles, falavam. 'Final, qual o motivo desta guerra? Esses, se estão a fazer isso, querem libertar!' Eles, no quartel, faziam preparação política. Diziam que os pretos queriam libertar-se, 'Mas vocês não podem governar'. (...) Eu, como militar do colono, não acreditava [que os negros queriam governar]. (...) Só em 74 é que soube bem, bem, quem eram [a Frelimo]. (...) Esses alferes, oficiais, universitários, falavam abertamente em entregar isto, porque não concordavam com a guerra. (...) Em 74 é que conheci, de facto, a Frelimo. Foi quando comecei a aperceber-me que eles tinham um objectivo exacto.» (Entrevista 58/2004).

Nota 16

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à avaliação da administração colonial

«(...) a administração colonial era, de longe, melhor. O estado dirigia com clareza. Decidia que 'Vamos fazer isto' e faziam mesmo. Não é como agora. O problema era a desumanidade do estado.» (Entrevista 5/2004).

«[No] Tempo colonial tinha muita diferença [com a actualidade]. Dantes as pessoas estavam oprimidas. Agora estão livres, mas não seguram [governam] o país bem como dantes. Dantes estávamos oprimidos, mas seguravam bem o país.» (Entrevistado 1 - Entrevista 10/2004).

«O colono ensinou efectivamente. Os melhores operadores, os melhores carpinteiros, os melhores técnicos são aqueles do tempo colonial. Apesar de actuarem ligados à opressão, os colonos ensinavam com realismo. Hoje a qualidade dos alunos que saem das escolas, mesmo com a 9ª classe, é má. Podem não saber nada, nem saber ler e escrever direito. No tempo colonial havia qualidade no ensinamento das coisas. Quem aprendia, aprendia de facto. Hoje não estamos a formar, não estamos a fazer nada. (...) Hoje o estado tem de ir buscar as metodologias dessa época [colonial]. Tem de aceitar essas metodologias. O mal dos colonos era oprimir. As férias eram só para os brancos. Os negros não gozavam de férias. Era esse mal. Oprimir e explorar. (...) São necessárias medidas duras contra a corrupção. Esta fraca formação escolar e profissional está ligada à corrupção. Na escola passam sem saber, por corrupção. Se não sabe, no tempo colonial chumbava-se. Mas hoje não se deve chumbar. É só pedir um milhão ao pai e dá ao professor e passa. Eu sinto muito isso da escola porque tenho dois filhos. Tem de haver medidas exemplares contra a corrupção e implementar as metodologias de ensino do tempo colonial e implementar na íntegra.» (Entrevista 30/2004).

«Desde 75 até hoje não pintaram a cidade. Dizem que estão a organizar para pintar a cidade [Tete]. É preciso estes anos todos. Mas no tempo do colono não era assim.» (Entrevista 4/2004).

«Para mim a colonização foi boa na parte da educação, saúde, assistência à população, transportes. Estava tudo bonito e à disposição das pessoas. Mas dentro do governo português também havia política e houve a guerra e quem sofreu é o povo.» (Entrevista 9/2004).

«A colonização portuguesa teve partes positivas e negativas. Aprendemos muito. Eles fizeram tudo isso aí [estradas, prédios, enfim, a "civilização material"]. Se não fossem os portugueses não estaríamos como estamos. Estávamos como nos tempos antigos.» (Entrevistada 2 - Entrevista 12/2004).

«O estado colonial fazia o que podia. Sabia ensinar e pôr as pessoas na linha. Este estado de agora não quer saber. (...) Hoje fui ao hospital para medir a tensão. Tenho a tensão baixa. Estavam quatro enfermeiros negros a conversar e mandaram-me entrar. Enquanto eu estava aí fiquei só a escutar. O que eles diziam é que tudo estava muito mal, falavam mal do governo. Eles diziam que preferiam o colono. Estavam a falar entre eles.» (Entrevista 13/2004).

«As coisas boas do tempo colonial que também muitos falam, para os trabalhadores que pediam a construção de uma casa, o governo de Portugal ajudava a construir a casa desses trabalhadores. Era a parte boa que o governo de Moçambique não faz. Se hoje for pedir vão-me dizer que não há fundo para esse efeito. (...) Hoje, por exemplo, lá onde trabalho só há transporte para os chefes do hospital. (...) O governo colonial tinha os seus erros, o país não lhes pertencia, mas tinha uma parte de bom. Mas o trabalho forçado era demais. Mas quando pagavam o vencimento, dava para muita coisa. Hoje o vencimento do nosso governo não serve para nada, a não ser aqueles superiores. Se você quer apoio, tem de ser um membro do partido. Eu, mesmo lá no meu serviço, nego ser membro de qualquer partido. Nem Frelimo nem Renamo.» (Entrevista 24/2004).

«O tempo colonial era bom. Governavam bem. O mal era o trabalho forçado. Mas naquele tempo os portugueses davam emprego às pessoas. O trabalho agora é difícil de arranjar.» (Entrevista 32/2004).

«A colonização portuguesa em Moçambique deixou boas coisas para nós. (...) A colonização portuguesa tinha um erro, o chibalo. (...) Em geral, deixaram um país lindo. (...) O balanço geral foi bom. Deixaram muita coisa para nós, como a escola.» (Entrevista 36/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Com Machel havia [benefícios para os do sul], mas pelo menos ele aceitava outras coisas. Tirava os filhos do mato e até mandava estudar para a universidade, mesmo para a RDA. (...) Quando dizem que algum país... a América deu dólares, é só para eles lá. Falhamos quando expulsámos os portugueses. Talvez eles podiam controlar isso. É como aqui no Zimbabwe. O Zimbabwe quando expulsou os 'boers' o país ficou empenado. Talvez com os portugueses essas coisas ficavam boas. Hoje a cidade já não parece cidade. As coisas estão estragadas. Ouve [ouvimos] falar de reabilitação, do hospital e de o quê, mas a gente não vê nada. Nós, desempregados, como vamos encontrar serviço? Mesmo o camponês, quando não chove, como vai comer? Se não há chuva, ele tem fome. (...) Eles podem ver [os apoios] o que recebem e dividir igual pelas dez províncias. (...) Não sei se eles têm feito isso.» (Entrevista 54/2004).

Nota 17

Um dos responsáveis locais que na altura acompanhou os acontecimentos, referiu-se assim à operação produção: «Guebuza é mau. Vimos aqui em Tete evacuar pessoas para o Niassa. Era com ele isso. Mas ele já cresceu. Tem agora outras ideias e até deve andar atrás de Chissano. (...) Nós andámos aqui, no tempo em que Guebuza mandou fazer isso, a ir buscar pessoas aí, mulheres sem marido para o Niassa. (...) Nós fazíamos aquilo. Éramos mandados. Se eles mandavam, nós tínhamos que cumprir. Nós comíamos na pensão e, de noite, saíamos em grupos de dez com uma arma. Se vissemos muita paródia, carregávamos as pessoas para a cidade» (Entrevista 10/2004).

Nota 18

«Eu também participei no que os outros fizeram. Sua Excelência o Presidente Samora Machel fez a sua política e muitos participaram. Ele fez muita coisa. Mas não está bem isso. Não foi só ele, sozinho. Outros participaram. Houve outros países que ajudaram. Eu como estava mergulhado naquela panela, as dores das mudanças [na governação] dele, não senti como muito difícil. Como estava mergulhado na panela. Talvez para outros foi mais difícil. (...) Quem diz que aquele é maluco é outro e não ele. Não é o maluco sozinho que fala isso. Samora Machel e a direcção da Frelimo, pelo menos para mim, vinham muito correctamente.» (Entrevista 43/2004).

Nota 19

«No governo colonial, analisando na profundidade, tudo, tudo passou pelo trabalho forçado. Esse foi o ponto negativo. Aí onde havia o maior sofrimento para o povo. Aquelas contratações, trabalho forçado, essa coisa do imposto, etc... À medida que apareceu o movimento de libertação nacional o governo colonial foi abrindo algumas brechas, fez concessões ao povo. Na área da educação passou a haver escolas oficiais e missionárias para os camponeses. (...) [Na] Organização social o governo tenta viver num ambiente de igualdade entre os cidadãos. Assimilação. Finalmente todos eram portugueses, sem distinção de cadernetas, cédulas, passes, bilhetes de identidade. Isso evoluiu por causa das reivindicações, das resistências várias até ao movimento de libertação nacional. Em qualquer país não há igualdade absoluta, quer social quer económica. Um punhado de moçambicanos viveu estável.» (Entrevista 7/2004).

Anexo da III Parte
Excertos de discursos sobre a transição para o pós-colonial (1974-1975)

ANEXO DA IV PARTE
EXCERTOS DE DISCURSOS
SOBRE CONTINUIDADES ENTRE O COLONIAL E O PÓS-COLONIAL⁸⁵³

⁸⁵³ Os excertos que a seguir se apresentam têm apenas a ver com aquilo que foi recolhido tal como foi textualmente dito pelos entrevistados. Existem muitas outras recolhas escritas do terreno – opiniões dos entrevistados, comentários diversos, notas ou reflexões a propósito das entrevistas, entre outros registos – que constituem a base empírica da investigação, mas que não constam nos anexos. Os anexos servem para ilustrar o tipo de matéria-prima que suporta o estudo.

Anexo da IV Parte
Excertos de discursos sobre continuidades entre o colonial e o pós-colonial

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Nota 20

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a comparações directas entre diferentes períodos

«No tempo colonial havia coisas boas e más. No tempo colonial ninguém tinha direito a reclamação. Tinha que trabalhar e aceitar. Era difícil a pessoa fazer a sua própria vida, a não ser o assimilado. Para fazer qualquer coisa tinha que se sacrificar. Não é como agora. Agora a pessoa tem o direito de reclamar. A vida era difícil nesse tempo. (...) [Na independência] Ainda estávamos numa fase inicial. As coisas não estavam bem, bem feitas. Ali arranjou-se uma ditadura pelo que vinha de antes. As pessoas não podiam falar. Metiam logo na cadeia. A pessoa tem de estar livre. Aquele parecia também o tempo colonial. As pessoas estavam com medo. (...) A diferença com Machel é que agora não há muitos problemas. As pessoas andam e falam à vontade. Não como no outro tempo. As pessoas não podiam falar, eram amarradas só por não ter documento. Agora as pessoas andam livres.» (Entrevista 21/2004);

«Eu não posso dizer que o Machel estava a governar mal. Era um tempo de guerra. O tempo de Chissano é diferente. O tempo de Samora era outro tempo. O tempo de Chissano é outro tempo. (...) No tempo de Machel as coisas estavam um pouco baratas. Mas agora temos mais coisas do que no tempo passado. Agora as coisas podem estar caras, mas pronto. Neste tempo de Chissano estamos livres. 'Porque é que está a dizer isso?!' No tempo era assim, não se falava à vontade. Hoje é tempo de democracia. Cada um fala por si. Não estamos oprimidos. Você fala, depois amarram, levam. Isso agora não. Naquele tempo viam-nos aqui a conversar, corriam para a esquadra, para o secretário 'Estão a falar mal do governo'. Iam dizer. 'Vai na prisão!' (...) Não havia bandidagem porque naquele tempo o Machel quando ouvia que aquela zona aí está cheia de bandidos, ele procurava saber. Falava com a comunidade dali, falava para acabar com os problemas naquela zona. Quando apanhavam, matavam aí na frente das pessoas, ou as pessoas iam de vez para a prisão. Tinham medo. Não faziam. Agora não. Há corrupção.» (Entrevista 52/2004).

«Eu acredito na democracia porque nos tempos passados, anos atrás, a gente não vivia desta maneira. A vivência era oprimida. Não podíamos andar de qualquer maneira. Mas agora podemos andar para o Zimbabué, para o Malawi, para onde. Mas democracia é também não ter abuso. É vivermos livres, mas não ter abuso. (...) Abuso é não ter respeito pelas pessoas, como esses miúdos agora que não olham para as pessoas. O miúdo não dá bom dia ao papá. Um miúdo passa aí, vê pessoa mais velha, só passa parece está a passar boi. (...) Aquelas coisas [criminalidade, corrupção enquanto 'abusos' da democracia] merece punição. (...) Quem pode actuar são os próprios dirigentes.» (Entrevista 54/2004).

Nota 21

Transcrição alguns excertos das entrevistas referentes à descontinuidade entre a I e a II repúblicas pós-coloniais

«Relacionando bem as coisas [comparando o presente com o passado], no tempo de Machel a sociedade tinha menos poder de expressão. Mas hoje as pessoas podem exprimir-se em termos gerais e pessoais. Ontem você [entrevistador] não podia colocar estas questões. Íamos saber de onde vem. (...) Hoje a pessoa é mais livre, mais independente. Até há vários partidos. Ontem não havia ninguém para enfrentar. Ontem uma ideia, mesmo que está torta, era aquela que seguíamos. (...) O povo não podia falar. Estava tudo traçado. Hoje há vantagens em haver várias ideias. O povo já se sente livre. Viver é desta maneira. Tem de ser assim. (...) Os dois regimes [colonial e de Machel] podem ser comparados, mas nunca iguais.» (Entrevista 9/2004).

«Alguma coisa mudou. Foi a própria política que mudou com a democracia. O que mudou foi a liberdade que o cidadão começou a ter. Hoje há liberdade nas [para as] igrejas. Há coisas que se fazem agora que não se faziam na altura. Construção de estradas, pontes, casas, estradas, infra-estruturas. No ano passado [2003] fui a Maputo pela primeira vez e vi prédios a serem construídos. Isso não havia com Samora. Só havia prédios dos colonos. Isso é mudança. Hoje vejo as privatizações [iniciativa privada]. Clínicas privadas, etc. Isso tem também os seus prejuízos, mas foi um passo. Pode ajudar o governo.» (Entrevista 33/2004).

«A democracia é bom. É estar bem com o seu amigo. É sentar e conversar. Democracia é bater no outro? Democracia é fazer mal aos outros? Não, isso não é democracia. (...) É estar em paz, sim. (...) O socialismo não é bom. Se eu agora tiver dinheiro para subir no avião e pagar, subir, ir para Maputo, posso ir. (...) Democracia, cada um faz o que quer com o dinheiro dele. Faz o que ele quer fazer.» (Entrevista 34/2004).

Nota 22

«Foi um período agitador [anos 70] em que não se sossegou nada. Foi um período de guerras. O governo apoiou a guerra do Zimbabué [Rodésia] e logo a seguir a guerra entre os moçambicanos. (...) Essa agitação foi deixada pelos portugueses. Os portugueses também eram muito agressivos. Era preciso Machel para aguentar com aqueles homens. (...) Os portugueses eram muito agressivos em relação aos ingleses. (...) Havia um agricultor na Angónia, chamava-se Emílio Rodrigues, que mandava arrancar o milho da população e obrigava a plantar o dele. A população ficava a passar

Anexo da IV Parte
Excertos de discursos sobre continuidades entre o colonial e o pós-colonial

mal. Mesmo os soldados portugueses, mas negros, mesmo sem o governo colonial saber, tratavam mal as pessoas. Samora era agressivo por causa disso. Mondlane não ia aguentar. Mas na governação depois da guerra [colonial] ele [Machel] deveria ter sido mais paciente, mais passivo.» (Entrevista 19 / 2004).

Nota 23

Transcrição excertos das entrevistas referentes ao envio compulsivo de camponeses para o 'chibalo' (época colonial) e o recrutamento militar compulsivo (I República pós-colonial)

«Aquilo era, de facto, uma ditadura. E ditadura não é bom. A pessoa não podia fazer coisas à sua vontade. Estava presa ao que o presidente queria. O serviço militar obrigatório não era como hoje. O meu pai foi secretário do bairro e ia com as milícias a casa buscar os jovens. Se bem que o serviço tinha essa palavra 'obrigatório', aquilo era opressivo.» (Entrevista 33/2004).

«Fui à tropa em 1990. Fui apanhado. Mandaram-me para o Centro de Preparação Política e Militar de Chitata. (...) Eu estava a passear na companhia de amigos e fomos surpreendidos pela polícia militar. (...) Não houve chance de ir despedir em casa. Daí fui para o campo militar. (...) Éramos seis que estávamos juntos, quatro escaparam naquele dia mas mais tarde foram apanhados. (...) Fiquei um mês lá e fizeram inspecção e eu fiquei negativo e mandaram-me embora. Depois fui apanhado uma segunda vez. (...) Foi igual. Estava a passear e fui apanhado pela polícia militar. Mandaram-me logo para o aeroporto de Chingodzi e daí seguimos logo para a Beira. (...) Foi no mesmo ano, em 89. As rugas naquela altura eram constantes. Mandaram-me outra vez para casa depois do treino militar. (...) Não cheguei a ir à tropa. Entretanto, houve o acordo geral de paz.» (Entrevista 37/2004).

«No tempo de Machel, ele deu muita atenção aos estudos, só que as pessoas eram logo recrutadas para a guerra e não prosseguiram os estudos. Mesmo esses que foram para Cuba, os que tinham atingido um determinado nível, eram levados para a vida militar. Ele dava estudos, mas as saídas não eram muitas. Resta saber se ele fazia isso por causa da guerra ou não.» (Entrevista 42/2004).

«Machel, para mim, qualidades tinha. Mas eu não gostei tanto do tempo dele. Primeiro, por causa da tropa. Os jovens não viviam à vontade por causa da vida militar. Não se dormia em casa. Tinha de dormir fora para não ir para a tropa, para não ser apanhado. (...) Isso pode ter sido a mesma coisa do tempo colonial, só que eu não presenciei isso no tempo colonial. (...) Machel pareceu uma boa figura, mas o seu mandato parecia uma ditadura. Não sei se posso dizer bem, bem, ditadura. Cada um sabe agir quando está no poder. (...) O que foi mal em Samora foi a parte militar. A forma como isso foi feito não era agradável. Ao passo que hoje estamos livres. Mas hoje há áreas totalmente paradas e muitas coisas que se privatizaram. Há muito desemprego.» (Entrevista 44/2004).

«Sim [fugi à tropa, para não ser levado à força pelas milícias]. Vinham quando um gajo está a dormir, bater à porta 'Você! Sai fora! Já aí você tinha que ir dormir no mato para não ser apanhado. (...) Eu, há uma vez que dormi no mato. (...) Éramos muitos rapazes que fazíamos isso. Outros até agora continuam no Zimbabue. (...) Da escola desisti em 83. Nesse tempo estávamos no Zóbuè. (...) Em 81 começámos a capinar no Zóbuè por causa da fome. Fomos à procura de bons terrenos, à procura de boas machambas. (...) Eu ia lá sempre com guia de marcha. (...) Cá, não era complicado para ir lá. Não complicavam tanto porque a situação era mal para todos. Esses secretários... a mesma pessoa que nos dava a guia também estava a sofrer. Sabia que íamos lá por causa da fome. (...) Sem guia não se passava. Havia controlo no caminho. Um rapaz não precisava tanto de bilhete [de identidade], mas de cartão escolar. Aquilo chegava, o cartão escolar. (...) Lá [Zóbuè] em 81 a mamã é que arranjou machamba lá. (...) Eu estudei cá. Em 83, quando terminei a 4ª classe, fomos todos lá. Aqui [na cidade] estava eu, pai e irmã. (...) Nesse tempo não havia aldeia comunal [no Zóbuè]. Não havia essa coisa de ir capinar na machamba do chefe. Aqui [na cidade] o problema era querer, não querer, chateavam para ir à tropa. Isso da tropa, em 85, 86, é que estava forte.» (Entrevista 52/2004).

«Eu passei mal [no tempo de Machel devido ao recrutamento para o serviço militar]. Acabar uma semana no mato. Um mês escondido. Você passear e ver gente assim, na rua, não via! Andavam escondidos. Só via velhos, só. (...) Eu fugi 'maningue' [muito]. Cheguei a estar um mês no mato. (...) Dormiam [os rapazes novos] no mato. Eu, uma vez, fui com a minha mulher a Quelimane. Fiquei uma semana inteira no mato. Iam na minha casa 'Onde está o teu marido? Foi para onde?' Vinham de noite. Você saia de casa, andava a passear, era capturado na rua. Já ia. A família ficava a chorar. Você ia.» (Entrevista 53/2004).

«Machel sentia pena das pessoas que não tinham possibilidades. Muita gente aproveitou estudar, não como a mim que me capturaram para levar na guerra [a interrupção da entrevista impediu que se esclarecesse este assunto mais adiante]. Os meus estudos acabaram.» (Entrevista 54/2004).

«A primeira vez que escapei estava há dois meses ou mais e, desde o princípio, estive sempre a ver como podia fugir. Um dia eu estava doente e pedi para ir à consulta. Fui à consulta e nem sei explicar como consegui [fugir]. (...) Éramos

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

um grupo de quatro e estava só um [guarda/militar] a acompanhar-nos. Daquele grupo, disseram que dois eram tratados ali e outros dois deviam seguir para o hospital. Enquanto aquele que nos estava a acompanhar conversava com os outros dois, consegui escapar. Em Angónia foi a mesma coisa. Foi na segunda, terceira semana no tempo do almoço. Como tinha bicicleta emprestada, disse que tinha de ir entregar a alguém. Deixaram e eu fui de vez. Aqui em Moatize [segunda vez] como estive lá dois meses, fizeram confiança e eu fugi. (...) Vim para casa de vez. Na última vez, vinham aqui em casa procurar. Eu andava nas montanhas, vinha aqui de noite. (...) Dentro do sofrimento, davam de comer. (...) Às vezes as milícias vinham ter com o chefe de dez casas e às vezes ele colaborava. Perguntavam sobre as pessoas que eram daqui que eles procuravam e ele [chefe de dez casas] indicava as casas, acompanhava. (...) Às vezes andava fugido um mês. A campanha era uma vez, duas vezes, três vezes por ano, e depois... pronto [acalmava].» (Entrevista 56/2004).

«Eu fui à tropa. Fui pegue [sic]. Estive seis meses no treino, mas como tinha menos idade, tiraram-me. (...) Foi uma senhora, a dona Teresa, que era uma pessoa conhecida, quando ouviu dizer que eu fui pegue, ela foi lá falar com o chefe e tirou-me de lá. (...) Isso foi em 84. Eu era mesmo criança. (...) Fui recolhido na rusga. Eu saía da escola e foi recolhido na Casa Elias. Aquilo era tipo raptar, tipo sequestrar. Era pôr no carro e 'Vamos lá!' Só assim. (...) Eles recolhiam, agrupavam as pessoas em vários sítios e quando comunicavam entre eles, viam que já chegava, era o número que queriam, faziam sinal e vinha o carro buscar. (...) Estive seis meses em Chitata [Moatize]. (...) Não sei bem dizer. Esta guerra saiu de dentro da Frelimo. Houve desentendimento entre eles e uns abandonaram e formaram o movimento deles. Alguns abandonaram porque não lhes foi dado o que eles queriam. Alguns não puderam ter lugares superiores da hierarquia, ministros. Viram que não lhes davam. Foram chutados. (...) Naquela altura estava Samora. André Matchangaíça era o outro. Samora dizia que não podia negociar com um bandido. Machel não queria dialogar. O outro, lá no mato, diz que então vamos continuar com a guerra. O outro [Chissano] foi compreensível. Como ele possui conhecimentos académicos, ajuda. Não ter conhecimentos académicos prejudica numa parte. (...) Com Machel, não sei dizer se a guerra ia acabar ou não. Ele tinha de saber que a guerra não tem desenvolvimento. Muitas pessoas perderam as vidas, perderam muitos bens.» (Entrevista 60/2004).

Nota 24

«Ele [Machel] governava bem. Parece que o tempo de Machel é igual a este, mas há diferenças. Chissano está a dar comida à população. Já não há fome. O mal de Chissano é a sujidade e as doenças como a cólera. Ele [Chissano] manda bem, só que não pode conseguir resolver tudo. (...) Samora mandava bem também, só que tinha o comportamento dos portugueses. Ele imitava os portugueses. (...) Mas Samora não fazia aquilo do trabalho forçado como os portugueses, mas no tempo de Samora havia ordem, sem ser aquela dos portugueses. Ele era do nosso povo. Naquele tempo era 'Viva a Frelimo! Viva a Frelimo!' Com Chissano as coisas estão bem. Só que só há latrinas aqui na cidade e lá fora não. (...) Só que Machel não ficou muito tempo. (...) Eu ouço as pessoas dizer que Samora era neto de Mondlane e queria ficar com todo o país. Mas a guerra veio, e veio da África do Sul.» (Entrevista 32/2004).

Nota 25

Transcrição excertos das entrevistas referentes à «operação produção» (1983)

«[ENTREVISTADO 1] Guebuza é mau. Vimos aqui em Tete evacuar pessoas para o Niassa [na «operação produção»]. Era com ele isso. Mas ele já cresceu. Tem agora outras ideias e até deve andar atrás de Chissano. (...) Nós andámos aqui, no tempo em que Guebuza mandou fazer isso, a ir buscar pessoas aí, mulheres sem marido para o Niassa. (...) Nós fazíamos aquilo. Éramos mandados. Se eles mandavam, nós tínhamos que cumprir. Nós comíamos na pensão e, de noite, saíamos em grupos de dez com uma arma. Se vissemos muita paródia, carregávamos as pessoas para a cidade. (...) [ENTREVISTADO 2] Até muitos foram lá no Niassa, outros morreram, foram comidos com leões, ficaram aí...» [Apesar da insistência sobre o tema, no sentido de saber se essas rusgas lhes provocam hoje problemas de consciência, os dois entrevistados limitaram-se a dizer "Eram ordens".] (Entrevista 10/2004).

«Este ano [2004] o Sr. Chissano está de fora. Indigitou Guebuza. Eu não acredito que Guebuza vai vencer. Pelos antecedentes dele - isso da 'operação produção' [1983] e não sei que mais - só os miúdos de dezoito anos não sabem o que ele fez. Muitos moçambicanos fugiram - estão na Zâmbia, no Malawi, África do Sul, Portugal - por causa dele. Fuzilamentos, prisões arbitrárias, muitas coisas.» (Entrevista 39/2004).

«Quando leio alguns livros, quando apanho a história de Guebuza, ele pode mudar se governar, mas o comportamento passado dele marca desconfiança. Naquela campanha dele, 'operação produção', como eu falei há bocado do ponto de vista negativo daquele tempo, isso que se fez era quando não havia amor entre as pessoas. Alguns não viveram, não voltaram. Foi um programa deste [Guebuza]. É daí que aparece a desconfiança. Talvez ele venha a mudar de comportamento. Ele pode vir dizer que actuou daquela maneira porque o país estava numa situação difícil. Mas a desconfiança pode aparecer.» (Entrevista 56/2004).

Anexo da IV Parte
Excertos de discursos sobre continuidades entre o colonial e o pós-colonial

Nota 26

«Na área da educação o governo de Samora... muitas pessoas dizem que o sistema nacional de educação estava fraco... mas analisando bem, o governo, com aquilo, era uma forma de dar educação a todas as pessoas, a toda a população com idade escolar. Aquele plano era para tirar a mentalidade do período colonial em que a escola não era para todos. Muita gente vivia no campo. Tinham medo e pensavam que os brancos faziam mal. (...) Tiveram medo da palmatória, do chibalo, chicote e viam os brancos como pessoas más. Vir para a escola da cidade metia medo. Mesmo na cidade eram poucos que iam à escola. Os negros que iam à escola eram filhos dos funcionários do aparelho de estado e aqueles que tinham a noção de que estudar era boa coisa. Quem sensibilizava a população eram os padres. Eles é que angariavam a população para a palavra de Deus e para as pessoas compreenderem tinham de dar instrução. Os padres criavam pequenas escolas, mais ou menos até à quarta classe. Mas depois, mais à frente, era muito difícil. As pessoas não podiam custear. Por isso, os padres criaram seminários para irem além da quarta classe. O estado não ajudava um qualquer aluno. (...) Depois da independência o sistema nacional de educação mudou isso. O estado angariou os alunos. Não se pagava para estudar, mas quando se começou a pagar era pouco. Pagar 10.000 meticais foi já no fim do tempo de Samora. (...) Graças a isso começou a formar professores, mesmo só com a quarta classe. Lembro-me que começaram a ir para Cuba - não só Cuba, mas também outros sítios como a RDA - iam para esses sítios alunos moçambicanos. Alguns deles só voltaram de lá há quatro anos atrás [2000]. Outros são licenciados, bacharelados, formados na medicina, outros estão nas escolas, ministérios, quase em todo o país. Houve quem condenasse isso [separar os filhos dos pais e mandá-los para o exterior do país]. Diziam que iam lá para as machambas de cana-de-açúcar dos cubanos, iam trabalhar, não estudar. Mas não! Hoje estão aí. No meu ponto de vista, na área da educação, o governo investiu e formou... a maior parte das pessoas que fazem funcionar o estado são essas pessoas. (...) Aqueles foram para Cuba porquê? Por causa do socialismo, como Cuba também era um país socialista.» (Entrevista 15/2004).

Nota 27

«No tempo de Machel não tinha brincadeira. Ladrão não havia: 'Você está a roubar o quê? Não tem trabalho? Vai para o Niassa! Essas putas também. Leva tudo para lá'. Muitas pessoas ficavam com medo de roubar. Agora pode-se ver alguém a ser arrancado dinheiro, ninguém vai socorrer. Agora, o ladrão rouba hoje, amanhã está aqui outra vez. Entra, sai. Uma, duas, três vezes. (...) O porquê, nós não sabemos. Só vemos que está a acontecer isso». (Entrevista 50/2004).

«Nesse tempo [de Machel] não havia roubos. Roubos de casas, essa coisa de bandidagem. Mas agora está normal. Já há muitas escolas. (...) Esses bandidos à noite, com Machel não havia isso. No tempo de Machel pegavam nesses bandidos e iam para a machamba. Aquelas meninas nuas, que andam aí, iam para a machamba. Agora que já temos democracia, esses rapazes pequenos, não são os grandes, mas esses pequenos que andam a fazer essas coisas [crimes]. (...) Para resolver isso deviam, pelo menos, fazer reunião com os rapazes, falar com eles, explicar para não fazer isso. Pegam eles e põem na cadeia, mas depois saem logo e continuam a fazer essas coisas. Também polícias deviam andar aqui. (...) Esses secretários costumam ajudar, mas as crianças não ouvem.» (Entrevista 61/2004).

Nota 28

«Eu sofri em carne essa situação das guias de marcha. Mas isso era para todos! E a independência não foi tão fácil. O governo de entrada achou que devia haver esse controlo. Para ir daqui a Moatize [cerca de 20 quilómetros da cidade de Tete] tinha de ir com um documento de cá. Chegava lá, o secretário tinha de carimbar, confirmar o que você esteve lá a fazer, para depois comprovar cá onde você esteve e o que andou a fazer.» (Entrevista 59/2004).

Nota 29

«Naquele tempo [de Samora Machel] houve fome porque havia seca e guerra. Deus também não fez para chover. Havia sítios onde havia comida, mas com a guerra não conseguia chegar. Aqui, a gente comia farelo. (...) Sim, comíamos esse farelo, mesmo esses directores. (...) Quando [as pessoas] saíam [da cidade] era à rasca na boleia da coluna [militar], mesmo para regressar. Era regressar por causa da guerra da Frelimo com a Renamo. Ninguém se podia deslocar. Deus, quando viu aquela guerra, não quis que chovesse. Houve muita fome. Há aí sítios frescos, Fingoè, Macanga, lá onde chovia, não se conseguia chegar. Pode haver muita seca, mas lá há sempre [chuva].» (Entrevista 50/2004).

Nota 30

Transcrição excertos das entrevistas referentes ao controlo da posse de bens materiais e simbólicos durante a governação de Samora Machel (1975-1986)

«Samora custou 'maningue' [muito]. (...) Naquele momento (...) essa coisa de comunismo não queria que as pessoas vivem sozinhas, a pessoa não podia ter loja, não sei o quê» (Entrevista 17/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Eu acredito na democracia porque nos tempos passados, anos atrás, a gente não vivia desta maneira. A vivência era oprimida. Não podíamos andar de qualquer maneira. Mas agora podemos andar para o Zimbabué, para o Malawi, para onde. Mas democracia é também não ter abuso. É vivermos livres, mas não ter abuso. (...) Abuso é não ter respeito pelas pessoas, como esses miúdos agora que não olham para as pessoas. O miúdo não dá bom dia ao papá. Um miúdo passa aí, vê pessoa mais velha, só passa parece está a passar boi. (...) Aquelas coisas [criminalidade, corrupção enquanto 'abusos' da democracia] merece punição. (...) Quem pode actuar são os próprios dirigentes.» (Entrevista 54/2004).

«O próprio governo [de Samora Machel] estava a agudizar [a fome e as dificuldades durante a guerra]. Nós íamos para a Angónia buscar comida, no caminho confiscavam a comida. Se você trouxe dois sacos, o governo confiscava um. Se fosse cinco sacos, se você tivesse sorte, podiam ficar com dois. Se não ficavam com três e você com dois. Três eram para o governo. (...) A coisa negativa naquele tempo era a relação humana na sociedade... a população já era anti-social. Havia desconfiança entre as pessoas. Se, por exemplo, esse senhor [apontou o guia do entrevistador], que não conheço, passasse aqui, tinham de investigar quem é ele. A pessoa não andava livre, não havia amor entre as pessoas.» (Entrevista 56/2004).

«Estava[-se] a viver mal [na altura da independência]. Apertou muito com a Frelimo. Daqui para a ponte você tem de ter guia [de marcha], B.I. [bilhete de identidade]. Ir ao cruzamento 18 sem guia, você não chega. É preso. Sem documento você era preso. Dali, cooperativa, não cooperativa, você não come. Ali davam um quilo de arroz, você com tantos filhos. Se houver arroz. Podia nem apanhar. Eu sou de Angónia e lá há sempre, batata, essas coisas. Você ia lá, traz comida e metade fica no caminho. Se você discutir, recusar entregar, é batido ali mesmo. Com a morte de Machel, entrou Chissano. Nós pensávamos que ia melhorar. Mas não. Agora você reclama: 'A água está cara', 'Vai abrir poço na sua casa!', 'A luz está cara', 'Se está cara, deixa! Não precisa!', 'O arroz está caro', 'Porquê você não faz na sua machamba?!' É assim que este [Chissano] fala. Isto não é presidente. Pelo menos você, como pai, devia enganar, não falar assim, falar de outra maneira. Até agora as coisas estão assim. Quando faz conversação, não olham para você, as coisas são para desenrascar. Agora você vai na Angónia, traz o que quer, batata, o que você quer. Mas isso da energia, salário... Salário a gente reclama, mas nunca vi um aumento de salário.» (Entrevista 57/2004).

Nota 31

Transcrição excertos das entrevistas que caracterizam diferenças entre as governações de Samora Machel (1975-1986) e de Joaquim Chissano (1986-2004/5)

«Nós temos um passado de partido único em que a perseguição das pessoas era em segundos. Nessa altura, para fazer uma casa como esta, tínhamos de dizer onde arranjamos dinheiro. Ou se uma pessoa andasse com umas calças melhores iam querer saber onde você apanhou dinheiro para comprar aquilo. (...) [Hoje] Existe liberdade de expressão bem acentuada, diferentemente do tempo passado. Estou [a trabalhar] no estado desde 79. Comparei aquele tempo com este. Hoje é normal insultar o governo, um governador aí ou alguém do governo. Ele não reage. Não diz 'Prendam essa pessoa!' Não iria fazer essa coisa. Hoje a pessoa pode fazer um papel e escrever o que entende, criticar e colar nas paredes para toda a gente ver. Pode fazer isso. Hoje posso fazer uma caricatura de alguém importante e identificar-me. Pôr o meu nome ali. Dizer que ele é corrupto ou isto e aquilo. Posso fazer.» (Entrevista 30/2004).

«Uma pessoa como eu, com a minha idade [34 anos], nos tempos [de Machel] era um problema ter uma casa como esta [embora rodeada de casas de pau-a-pique, é uma pequena casa de alvenaria com água canalizada e electricidade]. Hoje cada um faz aquilo que consegue, constrói o que consegue, faz negócio.» (Entrevista 42/2004).

«Chissano foi um pouco assim... o estar dele... o outro [Machel] gostava de guerra e este não gosta da guerra. Chissano é paciente, aceita a democracia, acaba a guerra. Enquanto que com Machel, nem se apanhava um carro, iam logo querer saber quanto é que você ganha, como é que apanhou o carro. Ele [Machel] gostava de ter todo o jovem na tropa. Tinham que estar a lutar. Estavam ocupados. Como é que podia haver essa coisa toda, criminalidade. Ele dizia que quem mata tem de ser morto. Ele dava ocupação militar e, por isso, não havia essas coisas.» (Entrevista 46/2004).

«Na primeira governação [Machel] as pessoas estavam intimidadas. Por exemplo, um relógio como aquele [apontou um relógio de pulso], um relógio bom, você ia ser perguntado como conseguiu, onde você trabalha, onde apanhou dinheiro para aquilo. Era outra geração. Agora, como se está a governar, já não. As pessoas fazem as coisas por si próprias. Você está livre. Se você não come é porque tem preguiça. Se você hoje não come é porque você não quer.» (Entrevista 47/2004).

«Muita gente, naquela altura [1974-1975] ficou contente. Pensavam que ia melhorar, que ia ficar bom. Com as nacionalizações as coisas começaram a mudar. Aqueles que não trabalhavam, mulheres sem marido, começaram a ir na reeducação. Muita gente ficou lá no Niassa até hoje. Outros morreram. Outros não apareceram mais. (...) O que provocou esse afastamento [das pessoas em relação ao regime socialista] foram as nacionalizações, a reeducação.

Anexo da IV Parte
Excertos de discursos sobre continuidades entre o colonial e o pós-colonial

Mesmo uma pessoa andar com um bom relógio, esses da segurança arrancavam. Queriam saber como você conseguiu isso. Você não podia. As pessoas começaram a recuar. Até as pessoas começaram a dizer que mais vale ficar com aqueles que correram com eles, esses, os portugueses. O carro, se você tinha, era arrancado. Não podia ter. (...) Socialismo é mau. Tem de fazer a machamba conjunto. Eu sou preguiçoso, o meu amigo sabe trabalhar. Como vamos trabalhar juntos? Socialismo não é maneira de viver. Havia bois aqui. Desapareceram. Não sabemos para onde foram. Naquele ano [referia-se a 1983] havia fome. Em Maputo, às vezes, os sul-africanos mandavam coisas, coisas que nem chegavam às nossas mãos. Vinham num barco e mudavam ali mesmo para outro barco. (...) Eram esses russos! Era para eles, não chegava a nós, quando os sul-africanos mandavam para nós. (...) Ele [Machel] era capaz de querer governar bem e os ministros não conseguem. Quem fez mal foram os próprios moçambicanos. Eles é que mataram Machel. (...) Aquele [Chissano] é que é mau. Mau porque não divulga as coisas. Machel apontava logo: 'Isso não está certo! Isso não está bom!' Mas este não. Ele [Machel] esteve aqui [Tete] e perguntou pelo governador, pelos directores. Queria saber quem eram. Disseram-lhe que eram todos do sul. Quando foi para Maputo ele disse ao Marcelino dos Santos que isso não estava bem. Dali, saiu, foi para o Malawi, foi logo morto. (...) Sim, ele queria corrigir [o peso dos do sul]! (...) O governo teve maus resultados por causa dos conselheiros russos.» (Entrevista 57/2004).

Nota 32

Transcrição excertos das entrevistas associadas ao uso das palavras 'liberdade' e 'independentes'

«Com o presidente Samora... eu não dou culpa àquele homem. A guerra começou logo em 76. Nós ficámos um ano independentes [sublinhado nosso]. Começou logo outra guerra. Não vi mal no governo daquele homem. Ele não ficou muito tempo em paz. Não houve espaço para descanso.» (Entrevista 27/2004).

«Chissano conseguiu acabar com a guerra e agora estamos livres [sublinhado nosso], embora que haja bandidagem, falta de emprego, mas isso é normal.» (Entrevista 49/2004).

«[Chissano] Conseguiu chamar o amigo e chegou ao ponto de acertar. Hoje em dia estamos independentes [sublinhado nosso]. Qualquer parte onde você quer ir, vai. Pode ir. O país tem de ser assim. (...) Se não morresse Machel, ninguém sabe se um dia ele ia aceitar [dialogar] ou ia arder o nosso país. Ele [Machel] não queria ouvir a opinião do outro [Dhlakama]. (...) Socialismo... eu não estou a ver bem. (...) Gosto de democracia. Não há inveja. O que você quer fazer, faz.» (Entrevista 55/2004).

ANEXO DA V PARTE
EXCERTOS DE DISCURSOS SOBRE O PERÍODO PÓS-COLONIAL⁸⁵⁴

⁸⁵⁴ Os excertos que a seguir se apresentam têm apenas a ver com aquilo que foi recolhido tal como foi textualmente dito pelos entrevistados. Existem muitas outras recolhas escritas do terreno – opiniões dos entrevistados, comentários diversos, notas ou reflexões a propósito das entrevistas, entre outros registos – que constituem a base empírica da investigação, mas que não constam nos anexos. Os anexos servem para ilustrar o tipo de matéria-prima que suporta o estudo.

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Nota 33

«Eles divergiam. Eles não estavam de acordo com um certo sistema e, por isso, pegaram em armas... Mas não foi a oposição que trouxe a democracia. Não é como eles dizem. Não. Isso já estava projectado por Machel. O que eles fizeram foi vir à frente disso aí.» (Entrevista 35/2004).

Nota 34

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à implementação por Joaquim Chissano de projectos importantes herdados de Samora Machel (paz e democracia)

«Tudo o que Chissano está a fazer, o plano foi deixado pelo presidente Machel. Não sei se estou em erro, mas parece-me que Machel deixou muita coisa preparada. Ele tinha muitas preocupações, não só com ele, mas com a população. As populações eram o que ele se preocupava mais. (...) A própria democracia era do presidente Machel. Machel foi um chefe de estado democrático. [Se] Houve guerra é porque houve desentendimentos. Mas essa coisa eu não posso explicar bem, bem.» (Entrevista 36/2004).

«Aquilo que estava a fazer o falecido presidente Machel, com aquilo que estava a fazer, já tinha resolvido todos os problemas. Este [Chissano] continuou coisas já feitas. Machel já tinha um programa. É como aquele que abre a machamba é porque tem um programa para os outros continuarem. Machel resolveu os problemas para outros virem gozar. (...) Machel e Chissano, o objectivo é o mesmo. Eles são bons os dois e o que fazia Machel, Chissano está a continuar. (...) Não há aquele [Machel] nem este [Chissano].» (Entrevista 40/2004).

«Se Chissano está a assim [relaxado...] é porque Machel trabalhou muito. O povo tinha disciplina.» (Entrevista 42/2004).

Nota 35

«Eu só ouvia dizer que Dhlakama estava a lutar para poder haver democracia. Agora, definir essa coisa da democracia... isso já não sei, não posso mentir.» (Entrevista 49/2004).

«Eu tenho um sentimento humano [para com Dhlakama]. Samora Machel não foi licenciado. Aquele homem [Dhlakama], não é que trouxe a democracia aqui em Moçambique? Ele merece reconhecimento. Ele deu a vida dele para conseguir isso.» (Entrevista 51/2004).

Nota 36

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a explicações sobre a guerra

«A guerra dos dezasseis anos teve a ver com interesses que surgiram no seio dos portugueses que tinham os seus bens e que deixaram. Os organizadores da 'África Livre' queriam destruir alvos ou infra-estruturas. A primeira fase da 'África Livre' foi com o Matchangaíca e o Evo Fernandes. (...) Em Moçambique havia motivos internos para a guerra. Por exemplo, na circulação da população com as 'guias de marcha', muita gente não estava a gostar. Também a questão da Frelimo mandar todos os desempregados para o Niassa. Esse, que era um bom projecto, não teve sucessos na aplicação. Aquilo criou males no seio do povo. Outro erro foi destruir a autoridade tradicional, os régulos. Isso foi um erro porque o povo, desde sempre, tinha sido dirigido por régulos. Cortar essa ligação de repente não foi fácil, ainda que houvesse um trabalho político de esclarecimento. Criou-se uma brecha, um vazio. Por isso já há hoje chefes comunitários. Hoje há o reconhecimento dessas autoridades. (...) [Sobre o eventual retorno da guerra] Mesmo que esses políticos quissem fazer de novo a guerra, mesmo que eles quissem usar a violência, os militares não iam querer!» (Entrevista 7/2004).

«Aquilo não era guerra. Era uma vingança. Cortar nariz, cortar boca, pôr uma criança no pilão e pilar... Era uma vingança entre partidos. Porque com o nosso governo, aquela gente [colonos] saiu a mal daqui. Foi corrida. Deixou a vida dele. (...) O Sr. Dhlakama era nosso, mas ligou-se àquele aí da Beira, João (sic) Jardim. Aproveitou. Quem lhe deu apoio foi o Jardim. O que eles queriam era dividir o país em dois governos. Ele continua a querer partir o país em dois governos. (...) [Sobre a hipotética vitória de Dhlakama] Hoje a população não ia aceitar Dhlakama. Veja esta campanha eleitoral agora [2004]. Têm armas no mato. Isso não aparece de qualquer maneira. Alguém preparou isso.» (Entrevista 10/2004).

«A guerra da Renamo contra a Frelimo quando nasceu não foi culpa de Machel. Aquilo vinha do programa do governo colonial que fez aquela guerra. Depois dos acordos de Lusaka o governo colonial começou esse processo.

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

Como o nosso presidente queria defender o direito do povo e, por isso, nasceu aquela guerra. Por não gostarem o que Machel queria para o povo fez nascer a guerra.» (Entrevista 40/2004).

«Eu posso dizer que a guerra não foi bem entendida... Foi um grupinho de pessoas... naquela altura as pessoas não entendiam de política, só da política da Frelimo. Mas na passagem de um governo para outro, sempre alguém é prejudicado. Havia muitos grupinhos prejudicados que queriam fazer a guerra. Grupinhos para quem a guerra fazia sentido. (...) Vou dar um exemplo simples. A Renamo não teve facilidades em recrutar pessoas que estavam nos campos de reeducação. A aflição encorajava as pessoas a fazerem a guerra. A guerra procurou quem sentiu na carne os prejuízos da independência. Havia muita gente magoada. Mas a guerra só veio a entender-se como questão política, agora, no fim. (...) Se alguém podia ter evitado a guerra era o governo. Agora, naquela altura era impossível não criar descontentamento. Mas quem devia evitar a guerra, para mim, era o governo. (...) Ninguém venceu essa guerra. Só se resolveu a guerra quando se explicaram as razões. A morte de Samora resolveu alguma coisa. O próprio Machel não explicou a guerra... Só agora entendemos que havia pontos políticos naquela guerra. Só se dizia que era uma agressão. (...) Houve muitas formas de querer acabar com a guerra. Recordamos os Acordos de Incomáti [1984]. Quis-se fechar a fonte pela via da África do Sul, mas a guerra não parou. Eles achavam que a fonte era esta, aquela, outra, e o governo chamava aquela gente. E essa gente sabia o quê? Resolvia o quê? Representava o quê? Com a Renamo o processo foi o mesmo, clandestino. Foi sempre o governo que estava na negociação. Até que entenderam a questão política, com Dhlakama, e a guerra acabou. Estamos em paz até hoje.» (Entrevista 45/2004).

«Bom... primeiro tivemos uma guerra contra o colonialismo português, para libertar o nosso povo. Quando acabou essa outra guerra, entraram outros a fazer guerra e houve necessidade de defender a nossa pátria. (...) O que sei é que houve muitos descontentes no fim do colonialismo. Muitos não ficaram contentes com a independência do nosso país. Acabaram por ir para o mato para ver se podiam derrubar este governo. (...) Alguns daqueles que foram para o mato dizem que estes não cumpriram o que foi celebrado na luta contra o colonialismo. Acham que esses compromissos não foram celebrados. Quando esses foram para o mato, aqueles que perderam propriedades foram apoiar esses. Como havia confusão entre irmãos, começaram a apoiar esses para destruir as infra-estruturas - estradas, pontes - que tinham deixado. Era para destruir a nossa economia. (...) Quem deu o grande passo para facilitar o bem-estar do povo foi o governo que estava a dirigir porque aceitou ouvir aqueles. Não venceu nem foi derrotado. Ficou no meio. Aceitou ouvir. Aceitou aqueles e viverem bem. (...) A nossa preparação política que recebemos nos treinos [militares], fazia-nos entender que a nossa guerra era contra os apoiantes colonial da Rodésia do Sul e de Portugal. Ian Smith meteu-se na confusão porque o nosso país estava a apoiar o Zimbabwe. Havia também o Jorge Jardim que estava com os colonialistas. Fora disso, diziam-nos que havia inimigos internos, mesmo aqui nas nossas fileiras. Era muito difícil de descobrir esses inimigos. Eles estavam connosco. (...) Eram designados por 'bandidos armados'. Depois mudaram, mais à frente, deram o nome de 'homens armados'. Isso mudou porque antes eram, por exemplo, dois homens só com arma e o resto usavam paus, zagaiais, pedras, flechas. Não havia armas para todos. Com o avançar da guerra, como eles faziam capturas, passaram a ter muito material bélico, a estar mesmo armados, e a actuar militarmente. Já não eram 'bandidos armados', eram 'homens armados'. Depois, quando se juntaram, quando já não eram um para cada lado, juntaram-se e ficaram com esse nome de Renamo. Mas isso já foi no fim.» (Entrevista 47/2004).

«É como já disse, naquele tempo colonial, quando foi o governo de transição, não procederam de uma boa maneira. Logo que saiu o colono começou uma guerra. Havia aqueles que estavam a par do colono [do lado do colono] porque o colonialismo trouxe pontos positivos. Não havia coordenação entre nós. Havia pensamentos diferentes. Uns estavam do lado do colono e do outro lado estavam os que estavam do lado do governo moçambicano. (...) [Se há ou não responsáveis pela guerra] Por exemplo, o meu filho sai de casa. Não está no meu controlo. Vai para o mato. Ou sai só de casa. Eu é que tenho preocupação com o meu filho. Eu é que tenho que ouvir a ele e consolar. Isso para dizer que o governo foi culpado porque não se sentou com aquele que foi para o mato. Para esta guerra acabar este governo aceitou, entendeu e aceitou, negociar com a Renamo. Foi um esforço do próprio estado. (...) Com Machel era difícil isso porque talvez fosse menos a intelectualidade [sic.] daquele tempo. Nesse tempo faltava também religião. Vamos ver: o nosso presidente agora é religioso. (...) Parece que é católico. Pelo menos falam isso.» (Entrevista 48/2004).

«As pessoas faziam por ignorar [a guerra]. Se alguém desconhece as causas da segunda guerra... para isso são muitos motivos. Essa guerra foi a guerra do povo. O povo levantou esta guerra porque não gostou [da governação]. (...) Quando havia guerra havia bancas? Bebia-se cerveja em Moçambique? Esta guerra saiu dos filhos da luta de libertação que não queriam seguir o rumo do socialismo, do comunismo.» (Entrevista 51/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«É um pouco difícil [tentar explicar as causas da guerra] porque quem devia dizer exactamente é quem conhecia a nossa política. Eu, na política, sou muito fraco. Às vezes por ouvir, em conversa, pode-se dizer que aquilo derivou do regionalismo. (...) Apesar de sermos todos moçambicanos, havia diferenças na consideração. (...) Por exemplo, eu no curso [de enfermagem] tive um grupo de colegas de Maputo. Isso foi quase a mesma coisa da guerra. Quando era hora de comer, os de Maputo chamavam-nos 'chingondo'. Quando perguntávamos porquê chamavam aquilo, diziam porque 'Vocês gostam de guerra'. Houve confusão. Tinha de haver confusão. Até chegou ao director. Mesmo durante a guerra. Ao longo da guerra quando diziam que devia haver conversações, o Machel disse que não podia conversar com javalis. Eles [Renamo] estavam no mato, até aquilo não era mato porque viviam com as pessoas, mas eles tinham uma vida que não era igual à minha que estava, nessa altura, aqui em casa. Viviam melhor que eu que estava aqui em casa. Aquilo de chamar javali, as pessoas deduziam de outra maneira. Era para nós do centro e do norte. Era a mesma coisa que isso de 'chingondo'. Era tratar as pessoas sem consideração. Esse foi o motivo mais proeminente daquela guerra. Até recentemente, quando se instalou esta democracia, nas empresas houve problemas. As pessoas viam as coisas como andavam. Alguns de Tete diziam 'Se vocês nos chamam de 'chingondo', porque não vão para a vossa terra trabalhar?' Quando aparece um de Maputo nas empresas, chamam todos lá de Maputo. 'Como aqui há problemas de emprego - dizem - voltem para a vossa terra!' Será que Moçambique é só sul? Porque não aparecessem outras pessoas? Todos temos de ter os mesmos direitos! A guerra surgiu por essa causa. (...) Hoje esse problema ainda não se resolveu. Talvez eu pensasse em democracia [como boa forma de governo], mas talvez democracia é nome só. Ainda notam-se marcas. Por exemplo, na educação, são poucos os das outras províncias que pode apanhar na universidade. Há marcas que mostram que esta democracia não está gozada no seu todo. (...) A democracia, se fosse bem implementada, eu ia optar pela democracia. (...) Agora, o socialismo, embora eu não ser crescido [na altura], na educação, o indivíduo estudava sem problemas. Se aquilo era por causa do socialismo, era melhor que a democracia. A democracia só serve a quem tem poder. (...) Para a democracia ser melhor, o estado tinha que colocar na balança a igualdade. Por exemplo, eu estou aqui em Tete, quero estudar, a universidade está em Maputo, tinham de criar universidades nas outras províncias. (...) Sim, [este] é um governo 'deixa-andar' porque parece que no país não existe alguém que pode regularizar. Fazem e desfazem. É que o indivíduo, como o director de uma empresa, faz como se a empresa fosse a sua própria casa. Aquele respeito, não bem medo, dizer que isto é do estado para beneficiar todos... é tratado como se fosse sua casa. Se não estou em erro, as leis não estão a ser observadas. (...) Por exemplo, na área do comércio. O comércio tem de ter uma norma. Não é cada um fazer o seu preço em casa, o preço que ele entende. Tem de ter um preço único. O estado não vê isto!» (Entrevista 56/2004).

«A guerra foi por causa dessas nacionalizações, cooperativas, nomeação de ministros que era entre esses do sul. Os outros [do centro e norte] sentiam. Até agora estamos a sentir isso. Os nossos filhos não vão para a universidade porque se o nome encostar no sul, vai, se encostar aqui, não vai.» (Entrevista 57/2004).

Nota 37

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes às representações da guerra como tema interdito

«O motivo para a guerra não pode haver. São questões políticas aí que não posso interpretar. Era a questão do poder. (...) Questão política é uma coisa muito complicada. Eu sei em quem votar. Mas é complicado falar.» (Entrevista 8/2004).

«O novo ramo [Renamo] saiu de dentro da Frelimo. Mas não lhe vou responder [sobre a guerra]. Isso é para os políticos.» (Entrevista 9/2004).

«Eu não detalho muito [isto é, não quero falar sobre as razões da guerra]. Até aqui ainda não vi [entendi] bem.» (Entrevista 11/2004).

"Não sei bem explicar as causas da guerra. A guerra é sempre má. (...) Não sei explicar a guerra, mas ele [Samora Machel] fez muito pelo país, apesar da guerra." (Entrevista 12/2004).

«A culpa foi a falta de capacidade de ambos. (...) O país nem se tinha desenvolvido, a independência tinha acabado... estava a começar e isso [a guerra] foi falta de cultura das pessoas. Tinham de saber que havíamos de ter dificuldades quando os portugueses foram. Haviam de ter percebido isso. (...) Mas não vou entender a guerra. Só os políticos sabem porquê. (...) Eu não vou entender a política... (...) Mas aqueles que ficaram no comando tinham razão [Frelimo].» (Entrevista 14/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Guerra... Ah!!! Não sei nada da guerra.» (Entrevista 16/2004).

«Até hoje não sei a razão [da guerra]. Não sei explicar. (...) Eles sentaram-se e resolveram, não sei porquê [se estabeleceu a paz].» (Entrevista 22/2004).

«Dizem que isto aqui foi uma guerra civil. A Renamo não sei se explica bem. Até aqui a Frelimo também não disse nada.(...) Se eles [Renamo] era a resistência, é por alguma coisa que existiu. É porque qualquer coisa existiu. [Depois recusou a continuar a falar do tema e, perante insistência, disse:] (...) Eu estou há muito tempo sem discutir com ninguém essas coisas. (...) Sem falar de política. Por isso não sei. É com eles.» (Entrevista 23/2004).

«Eu até aqui não sei as causas da guerra porque ninguém fala da guerra. Aquela guerra colonial foi dito que lutaram por isto e aquilo. Esta guerra da Frelimo e Renamo não.» (Entrevista 25/2004).

«Nós naquela altura só combatíamos. Era muito difícil sermos informados sobre o que é isto [causas da guerra, nas palavras de um militar da Frelimo].» (Entrevista 27/2004).

«É difícil eu comentar muito sobre a guerra. Eu ouvi sobre a guerra, mas não vi, não vivi a guerra. Era uma guerra mais feita no mato. Na cidade da Beira, onde eu estava, eu nunca ouvi nenhuma bala ou uma pessoa morta por causa da guerra. Só lá para o fim da guerra é que se aproximou um pouco da cidade. Nós nem sabíamos quem era o autor daquela guerra. Mas se surgiu guerra é porque havia diversidade de ideias e falta de submissão. Há guerras por causa do orgulho, por querer ser superior. (...) É difícil dizer quem foi o culpado, quem foi o autor. Só sei que havia diversidade de ideias. Hoje há quem diga que o autor foi quem foi no mato. Mas essa pessoa foi no mato porquê? Basta olhar para a Bíblia para ver que tudo é possível só falando, só negociando. Mas eram dois galos numa capoeira. Todos queriam, mas só havia uma coisa. Só há uma cadeira de presidente. Temos de concluir que o autor foi o que foi no mato. O outro que estava sentado na cadeira também não ficou quieto. Defendeu-se. Mas aquilo não foi só defender, foi lutar. (...) A morte de Machel contribuiu para a negociação porque, pelo que sei, com Machel vivo era difícil sentar [Samora] Machel e Afonso [Dhlakama]. Eu estava na Beira e lembro-me que Machel disse que ia pegar Dhlakama pela mão. (...) Sim, que ia capturar Dhlakama. E lembro-me que Dhlakama fugiu. Não sei se aquilo foi uma história. Mas ouvi isso. Machel tinha coragem e força, mas não voltava atrás. Isso é próprio dos guerrilheiros marxistas-leninistas que acreditam no uso da força. Por isso a guerra prevaleceu. A morte de Machel foi um contributo para a paz. (...) Chissano mudou o rumo das coisas. Mas o papel das igrejas foi muito importante. Não só a igreja católica. Não só a igreja romana. Mas muitas outras. Se Samora estivesse vivo a guerra iria continuar e seria mais destrutiva.» (Entrevista 33/2004).

«Não posso conhecer como começou [a guerra]. Não posso saber. Ainda não me foi explicado isso da guerra. (...) Só sei que fizeram o acordo de paz, que foram assinar. Uma pessoa que está assim em casa só, ficou contente com a assinatura [dos acordos de paz].» (Entrevista 34/2004).

«O povo não consegue explicar ou comentar a guerra... não há nada escrito sobre essa guerra. Não aparece nos livros de história. Não se escreve sobre ela. Só se fala do acordo de paz. Há uma omissão. Talvez se um dia a oposição chegar ao poder vai sentir necessidade de explicar porque foi para o mato, por que razões fez a guerra e trazer o tema da guerra à discussão.» (Entrevista 35/2004).

«Eu não posso perceber nada daquilo [causas da guerra]. (...) A paz veio por causa da união entre eles. (...) Não, não sei porque demoraram tanto tempo até chegar à paz.» (Entrevista 38/2004).

«As pessoas não sabem as causas da guerra porque o próprio Dhlakama era da Frelimo. Eles estavam juntos para libertar o país. A confusão saiu de entre eles e as pessoas não entendem porque saíram da mesma mãe. (...) Eles sabem que a Frelimo lutou para tirar o colono, mas esta guerra não [sabem a razão].» (Entrevista 42/2004).

«A guerra da destabilização... Isso é uma questão política. Mas essa guerra não veio de Portugal, não veio de onde. Só que eu não sei como partiu. Teve os seus patrões. Mas não sei de onde partiu. Ouvíamos falar de bandidos armados, mas dizer que eles foram assim, assim, assim, é difícil. É difícil dizer o que eles foram. (...) Os militares, aqueles que viram as cartas militares, conseguem dizer onde iniciou a guerra por onde andou e quem foram os promotores. (...) Eu sei é que a população indefesa sofreu. Um povo ficou dividido em dois, três povos. Essa camada juvenil, com essas divisões, também não consegue explicar. (...) Não é possível dizer quem é o culpado. Dizem

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Samora, Dhlakama, Chissano. Nós só sabemos que esses são os nossos pilares. Todos eles. Cada um reclama aquilo que quer. Este diz que o culpado é o outro e o outro diz que o culpado é ele. Um chama o outro de bandido, o outro diz que bandido é você.» (Entrevista 43/2004).

«Até aí não posso ter uma ideia bem... Se não há coordenação, tem de haver guerra. (...) Não havia coordenação entre os dois mandantes. (...) O que estava no governo podia ter paciência. Por isso houve aquela guerra. (...) Pelo menos ele [Machel] tinha de entender o que o outro estava a reclamar ou o que ele queria. (...) Não havia coordenação entre os dois mandantes. (...) O que estava no governo podia ter paciência. Por isso houve aquela guerra. (...) Pelo menos ele [Machel] tinha de entender o que o outro estava a reclamar ou o que ele queria.» (Entrevista 44/2004).

«Quando se trata de guerra, é guerra mesmo. Todos mataram. Matou a Renamo, matou a Frelimo. Os dois são culpados. Agora... pelo menos, quando dois começam a lutar deve haver um socorro. Só fizeram depois de destruir muita coisa. Tudo ficou parado. (...) Quando há uma luta, é porque o outro não gostou de muita coisa e foi para o mato. Eles podiam ter conversado cedo e rápido. Eu não sei qual foi o problema deles [para não conversarem antes].» (Entrevista 46/2004).

«Ninguém sabe como partiu [onde começou a guerra]. Quem sabe são eles mesmo, os donos.» (Entrevista 53/2004).

«O que provocou aquela guerra... foi entre eles, esses combatentes, que lutaram os dez anos. (...) [Lutaram porque...] Talvez confusão de governação. Eles, com a morte de Mondlane, dividiram-se entre grupos. (...) Esses que estavam na cidade [isto é, a Frelimo, são quem tem mais responsabilidades na guerra]. Quem estava na cidade [por oposição aos que foram para o mato] podia ter facilitado. Sabia os motivos da guerra. Foi o que fez Chissano. Conseguiu chamar o amigo e chegou ao ponto de acertar [a paz].» (Entrevista 55/2004).

«Todo aquele que é chefe, é explorador. Mas eles não explicam porque entraram em conflito. Ninguém sabe dizer. Aquela outra guerra [luta de libertação] conseguiam dizer [as causas]. Era contra estrangeiros. Esta, entre irmãos, ninguém consegue explicar.» (Entrevista 56/2004).

«Mesmo eu, para explicar essa guerra, é difícil. A minha maneira de ver é que aquilo foi desentendimento entre eles. Um diz que fez a guerra por causa da democracia, o outro queria o socialismo.» (Entrevista 58/2004).

«As pessoas que podem explicar isso [guerra], são as pessoas que fazem parte da política. Quem entende o motivo é quem está lá. Eu não consigo conversar com pessoa de outro partido. Quem está lá é porque sabe porque está lá. Tem os seus motivos. Se eu não estou lá na política, não posso saber.» (Entrevista 59/2004).

Nota 38

«[Na tropa] Havia preparação política e instrução. Explicavam que íamos defender a nossa pátria dos bandidos. Diziam que eram bandidos instrumentalizados pelo regime do 'apartheid' e nós tínhamos de defender o nosso país. Tínhamos de defender a nossa soberania para termos paz. (...) Eu, na altura, acreditava mesmo naquilo, que eles eram uma força instrumentalizada pelo regime de Pretória. (...) Hoje é a Renamo. Na altura era difícil de compreender o que hoje é um partido, a Renamo. Na altura não sabíamos se era um partido político ou não.» (Entrevista 37/2004).

Nota 39

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes ao (re)conhecimento da Frelimo apenas no final da guerra (1974)

«Ouvi falar da Frelimo só em 74. (...) Ouvi falar dos 'turras'. (...) Os 'turras' quando entraram disseram que eram eles a comandar. (...) Eu só estava a ver pessoas a lutar [luta de libertação] e não sabia porquê. Porque estavam a lutar.» (Entrevista 22/2004).

«Muita gente não sabia o que é 'turra'. 'Turra?! Quem é turra?' Só depois as pessoas descobriram que os turras são pessoas que estão no mato para libertar Moçambique. Só depois é que soubemos que os 'turras' eram pessoas que vinham libertar a nossa terra. (...) Pouco antes de 74, ainda naquele tempo. Eu já sabia quem eram os 'turras',

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

que eram a Frelimo. (...) Eles às vezes capturavam aqui pessoas e levavam para o mato, depois quando libertavam as pessoas vinham aqui contar que eles eram pessoas para libertar Moçambique.» (Entrevista 38/2004).

«Aquele tempo chamavam 'turras' e soube que era a Frelimo quando entraram [em 1974].» (Entrevista 41/2004).

«Eu apercebi-me da Frelimo em 73, 74. A passear por aí, ouvíamos na rádio as vozes que falavam sobre a liberdade. Desde os padres, na escola, começaram a aparecer desenhos, escritos, livros que contavam essa coisa da luta de libertação nacional, e isso foi alterando o sistema. Começaram a aparecer nos livros histórias das zonas libertadas. (...) Depois foi o recenseamento do serviço militar obrigatório. Eu já estava em Quelimane e recenseei e entrei para a tropa. Para o serviço militar obrigatório. Entrei para a tropa depois da independência.» (Entrevista 43/2004).

«[No tempo colonial] Sabia que havia guerra, mas não sabia os porquês. (...) Depois de trabalhar com [para] um português, um militar, trabalhei com [para] um monhé da cidade. Um dia houve um disparo à noite. Os monhés começaram a falar. Eu disse que eram 'turras'. [Eles disseram] 'Turras, você não sabe o que é isso? São vossos irmãos esses, estão a lutar por vocês!' (...) Isso foi em 73. Daí eu comecei a perceber aos poucos e poucos.» (Entrevista 55/2004).

«Frequentei o curso militar em Boane [prestava serviço militar desde 1963]. Em 64 vim para Tete e fiz a tropa toda cá. (...) No princípio a guerra [luta armada de libertação nacional] era tipo boato. Em 65 ouvimos um zunzum da guerra forte. Eles [guerrilheiros] já estavam na zona de Marara. Como falavam que já andavam ali, eu fui escolhido para ir para lá. Fomos dois pelotões. Parámos lá um tempo, mas não vimos nenhum 'turra'. Aquilo era boato. Ficámos lá todo o mês de Dezembro. Passamos lá o natal, as festas, viemos já em 66. (...) Nessa altura já se ouvia da guerra. De 67-68, quando eu larguei a tropa, vim aqui na DETA [Direcção de Exploração de Transportes Aéreos, antecessora colonial das Linhas Aéreas de Moçambique]. Aí já se via muita tropa aqui. Eu já estava no aeroporto, foi quando começaram a aparecer pessoas feridas que aterravam no aeroporto. Eu comecei a ver todo esse movimento. 'Guerra', 'turra', o que é isso 'turra'? Quando capturavam um, traziam. Alguns capturados eram mostrados ao povo para explicarem o que andavam a fazer. Alguns deles não tinham medo, falavam abertamente com quem estava ali a assistir. Diziam que eram da Frelimo e que andavam a lutar para libertar o povo. (...) Aquilo foi andando, mas como eu estava com os brancos, fui ouvindo. Vinham alguns de Portugal com estudos, uns estavam na universidade a estudar para engenheiros, advogados, vinham de Coimbra e de não sei onde. Eles próprios, entre eles, falavam. 'Afinal, qual o motivo desta guerra? Esses, se estão a fazer isso, querem libertar!' Eles, no quartel, faziam preparação política. Diziam que os pretos queriam libertar-se, 'Mas vocês não podem governar'. (...) Eu, como militar do colono, não acreditava [que os negros queriam governar]. (...) Só em 74 é que soube bem, bem, quem eram [a Frelimo]. Mas nós conversávamos sobre a guerra. Víamos que não havia necessidade. Falavam entre os militares que não concordavam com a guerra. Esses alferes, oficiais, universitários, falavam abertamente em entregar isto, porque não concordavam com a guerra. (...) Em 74 é que conheci, de facto, a Frelimo. Foi quando comecei a aperceber-me que eles tinham um objectivo exacto. (...) Havia brancos, jovens, militares que conversavam connosco. Diziam que eles, que queriam libertar, tinham muita razão. Até um alferes chamou a um soldado 'Saloi! Você está a defender o quê? Você vai para a tua terra!' (...) Entre eles. Aquele alferes foi preso, logo mandado para as Xefinas e, depois, para Portugal.» (Entrevista 58/2004).

Nota 40

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à representação da alteridade face ao poder

«Essa coisa de política não podemos saber. É lá entre eles.» (Entrevista 17/2004).

«Aqui em Moçambique já uns saíram da Frelimo para a Renamo. Isso não é problema. O que eles querem é pão.» (Entrevista 19/2004).

«A política não me entrou bem [a propósito da opinião do entrevistado sobre o socialismo]. O que eu ouvi e vi não posso detalhar. Aí já posso dizer coisas que não sei.» (Entrevista 20/2004).

«Antes só mandava o português. Tem de ser um único a mandar. As ordens saem lá de Maputo, Lourenço Marques no tempo colonial. Aqui cumprem o que vem de lá. As ordens vêm só de um sítio, só. Quando há muitos a mandar, estragam a saúde das pessoas. (...) Aquele tempo não tinha nada. Quando mandaram embora o português, nós não temos nada a dizer. Ficou a Frelimo para nós. A Frelimo é bom para nós também. Está mesmo bom com a Frelimo.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Estou a gostar mesmo do mandamento deles. (...) Eles, entre eles lá, que escolham os chefes para ser só um a mandar. Com os portugueses era assim, com a Frelimo é assim. (...) Nós não sabemos nada da saída dos portugueses. Quem manda em nós é que sabe. Eles têm que combinar os dois, entre eles, nós não temos nada com isso. Nós só ficamos a olhar. Como fazia o português. Eles mandavam de Lourenço Marques para cá e cá obedeciam. Hoje quem manda é quem está em Maputo. Nós só olhamos.» (Entrevista 41/2004).

«[Sobre as causas da guerra civil] São os máximos que não se entenderam entre eles. (...) Nos princípios não houve entendimento entre eles. Mas sempre estar na guerra não dá. Tiveram de conversar para acabar com tudo isso.(...) Democracia... Sim [tenho ido sempre votar desde 1994]. (...) Hoje em dia, que a guerra acabou, agora é voto. Vamos votar. A gente vai votar para ver se muda aquilo que está a acontecer agora. Com a vivência que estamos agora... estou a ver que... aí no voto, você vai só votar e eles é que sabem. A parte [partido] que você votar, não sabe se vai ser a maioria ou não.» (Entrevista 50/2004 - Entrevistado 1).

«Democracia... é quando estiver apertado, ir pedir ao governo. Mas nós aqui temos medo de ir falar ao governo. Se formos lá, vamos ter medo. Vai perguntar 'Como você sabe isso que está a dizer? Onde ouviu? Quem lhe disse isso? Como descobriu isso?' A gente fica com medo. (...) Sim [tenho ido sempre votar].» (Entrevista 50/2004 - Entrevistado 2).

«[Guerra] Aquilo ali, como eram irmãos, não se entenderam... Entre eles é que sabem. Esse outro voltou no mato, houve uma coisa que se desentenderam lá. Ao fim de dezasseis anos compreenderam-se um ao outro e viram que já era demais. Só que para dar prioridade um ao outro está a ser difícil. (...) Se fosse que Machel existe, a guerra não poderia acabar porque o Machel, com Dhlakama, com o tempo ia falar. Mas poderiam acabar vinte anos. O Machel não precisava de Dhlakama. Não queria ouvir. Porque é que ele chamou 'bandidos armados'? Porque não precisava da Renamo! Mas Chissano foi muito simples: não gostava da guerra e acabou [com ela].» (Entrevista 52/2004).

«O Dhlakama é bom. O Chissano é bom. Eles todos são moçambicanos. Eles estão juntos. Só nós, a população, é que sofremos. Todos estão a trabalhar para nós. Todos eles vão trabalhar para o povo. Nós queremos é que eles tratem de nós.» (Entrevista 53/2004).

Nota 41

«Eles, entre eles lá, que escolham os chefes para ser só um a mandar. Com os portugueses era assim, com a Frelimo é assim.» (Entrevista 41/2004).

Nota 42

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à representação da alteridade na relação estado/sociedades

«Numa guerra não se pode dizer que há bons. Mas quem morreu foi o povo.» (Entrevista 3/2004).

«O povo, em qualquer país do mundo, foi considerado como criança. Havia menos "não" do que "sim" [na época de Machel]. O "sim" era muito mais [no sentido de se dizer sim a tudo]. Quando dizem 'Abre a boca, vou-te dar um rebuçado', a criança abre, recebe aquilo ali.» (Entrevista 9/2004).

«A população é o elo fraco.» (Entrevista 12/2004).

«Frelimo e Renamo é como o volante. No carro, ele segue e nós vamos atrás. É a mesma coisa.» (Entrevista 23/2004).

«O povo de ontem não é o povo de hoje. Os nossos antepassados passaram a política colonial, depois veio este governo da Frelimo, terceiro entrou esta política de agora. O povo é criança. É como uma folha quando o vento empurra. (...) O povo já abriu os olhos porque neste pouco tempo o povo estava só a circular aqui em Moçambique, mas através da guerra as pessoas foram para fora e viram a vida nos outros países. Quando voltaram apanharam aquele ambiente e fazem o que viram lá. Machel não queria isso de bandidagem nem nada, mas com aquela guerra as pessoas abriram os olhos.» (Entrevista 40/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Eles [portugueses] foram embora. Foram. Nós éramos ignorantes e brutos, não sabíamos nada. Eles [portugueses] tinham medo de nós. (...) Eles [os patrões da padaria] foram embora sem se despedir. Disseram que iam voltar na outra semana, mas não voltaram mais. O patrão foi embora. Se fez isso, foi sem dizer, não é medo isso? Ir sem despedir.» (Entrevista 41/2004).

«O povo é bola, é criança, não custa ser enganado. As pessoas procuram o seu bem-estar.» (Entrevista 46/2004).

«O que eu posso comentar sobre esse assunto [mudar de Chissano para Guebuza ou para Dhlakama] é que nós somos um povo. Mesmo que haja mudança ou não, nós viajamos ali.» (Entrevista 47/2004).

«Samora tinha o seu andamento. Para o povo sempre tudo o que aparece é bom. Samora dizia que estava tudo bem. Agora Chissano diz que está tudo bem. Eles falam que está tudo bom. Mas o povo é que não tem o bem. (...) Não havia ladrões [com Machel]. Agora está cheio de bandidos. (...) A gente já não sabe porque existem essas coisas. Cabe a eles. O povo não sabe nada. O que pode fazer? (...) A população é como criança. O povo não custa ser comprado. É fácil. (...) Se vier Dhlakama, der sapatos, capulana, milho. Você há-de ver todo o povo em cima dele. Se vier Chissano é a mesma coisa. O povo quer viver bem. (...) Eles [Guebuza ou Dhlakama] podem ganhar e o povo fica parado. As coisas não andam boas.» (Entrevista 53/2004).

«Mudar [da Frelimo para a Renamo], podem mudar. Mas sempre vai manter-se na mesma. Se não mudar é pior. Enquanto eles já são ricos, estamos a arranjar emprego para eles. (...) Eu digo que [mesmo mudando] vai manter-se na mesma. As mesmas pessoas vão sair da Frelimo e entrar na Renamo, outras da Renamo vão na Frelimo. Se eles são sempre os mesmos. Se eles são irmãos.» (Entrevista 54/2004).

Nota 43

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à representação do 'povo' como sujeito activo da história

«Nessa luta [Frelimo - Renamo] o povo, o cidadão, ficou no meio. É sempre o espectador dos maquinadores. (...) Esse espectador pagou caro pela sua inocência. Havia pessoas na guerra, a quem foram dadas armas, que estavam a combater, mas que não sabiam por que lutavam. Não sabiam explicar. Ainda por cima com um adversário da mesma cor. (...) Hoje o papel do povo é substancialmente diferente. Ele é o mentor de toda a actividade política. O povo tem possibilidade de se exprimir, de impedir que se façam coisas que não aceita.» (Entrevista 35/2004).

«Eu não posso desenvolver essa questão [da liderança de Guebuza] porque não vi o mandato de Guebuza. Mas ele não pode voltar com a ditadura porque o moçambicano já está um bocadinho atento.» (Entrevista 44/2004).

Nota 44

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à acção da igreja católica e Joaquim Chissano no processo de paz

«Talvez o presidente Machel pudesse ter ido mais devagar, em fases, como Chissano. Chissano levou o seu tempo a fazer a paz. (...) Machel não tinha paciência... mas para ter paciência era preciso também que os opositores fossem um pouco abertos. Eles [a Frelimo] tiveram paciência com o governo colonial. Tentaram primeiro negociar... demorou até começar a guerra. Não foi logo, como a seguir à independência. Levaram tempo. Podiam [Renamo] ter paciência para poupar a população e não destruir o país, como fez a Frelimo. A Renamo foi agressiva. A oposição não deixou descansar quem vinha do mato [Frelimo]. Quem sofreu sempre foi a população. (...) A paz aconteceu graças à intervenção da sociedade civil, dos chefes da igreja. (...) Foi quando os dois se sentaram e conversaram. (...) Eu sofri muito com as duas guerras.» (Entrevista 15/2004).

«Cada um tem as suas razões. Mas acima de tudo era a ganância do poder dos dois lados. (...) Este que foi no mato, apesar de fazer tantos crimes, ensinou ao governo como se pode governar. Sem essa guerra o governo não modificava o comportamento. (...) [A paz] Foi possível pela exigência do povo em geral. O povo é que exigiu: têm de se entender, têm de conversar. O governo desculpava-se. Dizia que não sabia quem era, e até não sabia onde procurar [a Renamo] para negociar. Foi em 88. Em 90 houve o congresso para começarem as conversações. (...) Foi também graças à compreensão de Chissano que aceitou [negociar]. Se fosse o outro [Machel] não ia aceitar.» (Entrevista 19/2004).

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

«Essa guerra começou por falta de entendimento entre eles. Quando estavam juntos conheciam os lugares de cada um. Mas quando vieram, o outro não gostou do lugar que lhe deram. Ficou descontente e foi para o mato. Foi por descontentamento entre os dois. (...) Os dois deviam ter conversado como irmãos, mas o outro foi cedo para o mato e, depois, o outro não quis conversar. (...) Por isso mataram muitos inocentes. (...) A paz veio pela religião que pôs os dois a conversar e viram os estragos que estavam a fazer.» (Entrevista 21/2004).

«(...) A paz foi por causa do Vaticano, Roma, foi a igreja católica. Foi o espírito de Deus que trabalhou para a paz. (...) O que está em causa é o coração dos homens. Chissano é diferente de Machel. O próprio carácter de violência. Chissano foi pacífico e entendeu a situação. Ele ouviu aquilo que dizia a população. Ele atendeu a população. O Machel só queria matar. O outro foi pacífico.» (Entrevista 24/2004).

«As coisas sempre têm um fim. A guerra ia acabar sempre, mesmo com Machel ou com este [Chissano]. (...) O povo é que ia fazer acabar.» (Entrevista 40/2004).

«Chissano foi um presidente que trabalhou bem para o país. Ele fez muitas mudanças, foi um homem paciente, aceitou conversar com Dhlakama para pôr a guerra no fim. Ele pôs o país desta maneira [desenvolvido] porque ouviu as lamentações do povo. Aceitou e viu a destruição do país e viu que as pessoas estavam a sofrer, pôs a guerra no fim. Ele está a lutar para o desenvolvimento. Se ele fosse renitente, o país não estava desta maneira. Ele é um herói deste país. Ele foi um presidente dedicado à paz, foi um obreiro da paz.» (Entrevista 42/2004).

Nota 45

«Eu, para mim, posso dizer que a Frelimo pode continuar. Isso é normal. Mesmo se ganha a Renamo, é normal. Eu sou atrelado. Eu, para mim, ganha a Frelimo ou a Renamo, não há benefício por causa do desemprego. (...) Pode haver vantagens em mudar [para a Renamo]. Mas para mim há desvantagens sempre. Porque tudo há-de ser assim mesmo. (...) Acho que... quando entrar a Renamo a vida pode ser pior ou não. É uma coisa que não sabemos.» (Entrevista 49 / 2004).

Nota 46

«Na altura a política da Frelimo estava virgem. (...) Virgem porque a população entendia aquilo que a Frelimo estava a dizer, aquilo que o governo estava a mandar. Haviam ordem, as pessoas obedeciam, seguiam o governo. Não havia crime, confusão. Nada disso.» (Entrevista 18/2004).

Nota 47

Um dos entrevistados referiu: «A máquina da Frelimo, os donos da Frelimo, são esses: Armando Guebuza, Marcelino dos Santos, Mariano Matsinhe. Esses é que são os donos. Ele [Chissano] só está a dirigir, a guiar esses.» (Entrevista 35/2004); outro entrevistado sublinhou: «Ele [Chissano] quando fala uma coisa, as pessoas não seguem o que ele fala, não fazem o que ele diz e ele não intervém ou por medo dos outros que estão no topo. Ele pode ter medo que esses do topo reivindicem, por isso fica calado.» (Entrevista 60/2004). Atributos impensáveis em Samora Machel.

Nota 48

«Guebuza é mau. Vimos aqui em Tete evacuar pessoas para o Niassa. Era com ele isso. Mas ele já cresceu. Tem agora outras ideias e até deve andar atrás de Chissano. (...) Nós andámos aqui, no tempo em que Guebuza mandou fazer isso, a ir buscar pessoas aí, mulheres sem marido para o Niassa. (...) Nós fazíamos aquilo. Éramos mandados. Se eles mandavam, nós tínhamos que cumprir. Nós comíamos na pensão e, de noite, saíamos em grupos de dez com uma arma. Se vissemos muita paródia, carregávamos as pessoas para a cidade.» (Entrevista 10/2004); «Mesmo que Chissano saia, ele pode continuar a dirigir. Guebuza não vai ser um homem só. Ele não vai governar sozinho.» (Entrevista 18/2004); «Guebuza nunca vai tratar um assunto que o partido não sabe. Ele faz aquilo que o partido programa. Chissano será um conselheiro de Guebuza. Não vai deixar as coisas de qualquer maneira [Chissano].» (Entrevista 24/2004); «Guebuza há-de ganhar [as eleições de 2004]. (...) Ele é um grande frelimista. Se Chissano deixou a pasta é porque confiou nele. Não ia sair assim de qualquer maneira.» (Entrevista 29/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

Nota 49

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes ao centralismo de Maputo

«As assimetrias são económicas. Um indivíduo quando vai ao Maputo não parece que está aqui em Moçambique. Lá vê mamasas [mulheres do «povo»] com biliões de meticais nas costas. Dizem que são empréstimos dos bancos. Só que aqui há esses mesmos bancos e não há isso. Resolvendo isso, ninguém há-de sentir o tribalismo. A unidade nacional está sólida. Só que quando não for bem alimentada pode-se dissolver.» (Entrevista 7/2004).

«As pessoas sentem que aqui no norte, em todos os sectores, estão pessoas do sul. Tudo o que há de melhor é para o sul. As estradas estão no sul. (...) Maputo é muito diferente do resto do país. Tudo de melhor é para Maputo. (...) Aqui em Tete não há escola superior. As pessoas que querem estudar lá não têm casa, nem apoios. Mesmo nas provas [exames], quem passa mais são os do sul.» (Entrevista 13/2004).

«É esse problema de pobreza, de desemprego. As pessoas vivem com [pequenos] negócios. Isso é muito pouco. Só dá para comer naquele dia. Quando fica doente, fica sem nada. A falta de emprego afecta muitas mulheres. Se houvesse projectos para ajudar as mulheres... Por exemplo, a fazer negócios, como há em Maputo... Trabalham em conjunto, depositam o dinheiro daquele trabalho e dividem os lucros. (...) Aqui não há apoios e o problema essencial é que os financiamentos ficam muito na província de Maputo. (...) Mas isso [centralismo em Maputo] tem a ver com a falta de iniciativa nas províncias. As organizações apoiam quando há iniciativas. (...) O problema são os dirigentes provinciais, são as pessoas que dirigem e que não fazem olhar para Tete. (...) Há pessoas que fazem propostas, mas outras de má fé guardam na gaveta. Coisas de inveja entre nós. (...) Isso é corrupção mesmo. Eles criam problemas para as outras pessoas. (...) Sim, para o governador e para as pessoas que iam beneficiar desses projectos, só porque o projecto pode beneficiar muita gente, mas não a ele, não a ele próprio. (...) Sim, a governação está ligada a Maputo, a gente do sul. Mas nós próprios é que somos os culpados. Não criamos bom amor a quem é daqui. É por inveja mesmo. E quando são de fora não há isso. Nós estamos habituados a ser mandados pelas pessoas de fora. Entre nós não há ajuda como entre os machanganas. Eles não têm esse espírito de inveja. Ajudam a família. Quando apanham um lugar conseguem pôr mais dois, três, cinco da sua família. (...) Há aqui, entre nós, complexos. Quando há concursos as pessoas desistem logo. Há aqui complexos de inferioridade.» (Entrevista 21/2004).

«Quando dizem que algum país... a América deu dólares, é só para eles lá [de Maputo]. Falhamos quando expulsámos os portugueses. Talvez eles podiam controlar isso. É como aqui no Zimbabué. O Zimbabué quando expulsou os 'boers' o país ficou empenado. Talvez com os portugueses essas coisas ficavam boas. Hoje a cidade já não parece cidade. As coisas estão estragadas. Ouve [ouvimos] falar de reabilitação, do hospital e de o quê, mas a gente não vê nada. Nós, desempregados, como vamos encontrar serviço? Mesmo o camponês, quando não chove, como vai comer? Se não há chuva, ele tem fome. (...) Eles podem ver [os apoios] o que recebem e dividir igual pelas dez províncias. (...) Não sei se eles têm feito isso.» (Entrevista 54/2004).

Nota 50

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a Samora Machel

«No tempo do falecido [presidente Samora Machel], em que ele estava a governar, um filho de um pobre tinha todas as condições para ir estudar no estrangeiro. (...) Machel admitia [valorizava] as pessoas sem condição.» (Entrevista 2/2004).

«Nessa altura [Machel] as pessoas não tinham voz para falar. (...) Todas essas estruturas no tempo de Machel não tinham palavra. Esperavam a voz de um [presidente].» (Entrevista 2/2004).

«Samora era directo, melhor do que os comunistas.» (Entrevista 3/2004).

«As suas capacidades transcendiam. (...) Do governo dele retive uma orientação política clara. (...) Machel, o que o caracterizava, era uma liderança exemplar, até nos aspectos sociais como a saúde e a educação. Era uma pessoa identificada com o povo. (...) O estado controlava as hierarquias até, por exemplo, ao director de uma escola.» (Entrevista 5/2004).

«Ele [Machel] foi um herói que nos trouxe a independência, mas falhou muito. (...) Aquilo não passou de uma ditadura.» (Entrevista 6/2004).

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

«Mas na educação e na saúde o povo tinha altos benefícios. (...) Se ficarmos atentos, tudo o que hoje está patente é fruto do que o próprio Machel traçou. (...) Machel tinha eliminado a criminalidade.» (Entrevista 7/2004).

«Machel queria mesmo a igualdade.» (Entrevista 8/2004).

«O governo antigo [Machel] quando púnhamos problemas, resolviam. (...) Mas com Machel (...) era logo machado na mão.» (Entrevista 10/2004).

«Samora sabia fazer as coisas. Não havia abusos, tinham medo. Quem matar tem de morrer. Quem fizer mal tem de ser castigado. (...) Machel era um homem justo, tratava as pessoas de igual maneira. Era um homem trabalhador que gostava de pessoas honestas. (...) Não sei explicar a guerra, mas ele [Samora Machel] fez muito pelo país, apesar da guerra. (...) No tempo de Machel todos faziam bicha até à sua vez.» (Entrevista 12/2004).

«Samora não tinha a 12ª classe e governou. Parece só tinha a 4ª classe ou a 6ª classe. Era um enfermeirozinho...» (Entrevista 13/2004).

«Ele não admitia prostituição, marginalidade, roubo.» (Entrevista 14/2004).

«Machel não tinha paciência... mas para ter paciência era preciso também que os opositores fossem um pouco abertos.» A massificação do ensino com o governo de Machel visava «(...) tirar a mentalidade do período colonial em que a escola não era para todos. (...) No tempo de Machel os que iam para o exterior eram filhos dos camponeses, vindos dos distritos e vinham para as capitais provinciais, depois para Maputo. Em menos de um mês seguiam para o exterior.» (Entrevista 15/2004).

«O meu pai [secretário de bairro] fala 'No tempo de Machel nós estávamos a sofrer, Nachingwea, não recebíamos, era só trabalhar voluntário, mas agora recebemos'.» (Entrevista 16/2004).

«Samora custou 'maningue' [muito]. (...) Naquele momento (...) essa coisa de comunismo não queria que as pessoas vivem sozinhas, a pessoa não podia ter loja, não sei o quê.» (Entrevista 17/2004).

«O governo do presidente Samora, como era do povo, já não dependia dos conhecimentos ["cunhas"], defendia a compostura. Dependia da acção das pessoas. (...) No tempo de Samora não dependia do dinheiro. As pessoas ajudavam o estado porque o estado falava com a população.» (Entrevista 18/2004).

«Os portugueses também eram muito agressivos. Era preciso Machel para aguentar com aqueles homens. (...) Samora era agressivo por causa disso. (...) Mas na governação depois da guerra ele deveria ter sido mais paciente. (...) Sem essa guerra [da Renamo] o governo não modificava o comportamento. (...) Chissano aceitou [negociar]. Se fosse o outro [Machel] não ia aceitar. (...) Quanto à economia, Machel era um abrangente. Tanto no campo como na cidade. (...) Machel até trabalhava mais no campo do que na cidade. (...) Hoje o governo é para uma elite. (...) Machel deu escola a muita gente. Machel levou muitos moçambicanos para o estrangeiro para estudar em Cuba, na Rússia, na Alemanha, sem pagarem uma quinhenta. (...) Isso hoje já não acontece.» (Entrevista 19/2004).

«Ali arranjou-se uma ditadura pelo que vinha de antes. As pessoas não podiam falar. Metiam logo na cadeia. Na governação de Machel... posso dizer que ele era decidido e tomava a peito o que lhe dizia respeito. Só que passávamos mal, não tínhamos comida. Mas ele sabia decidir o que estava ao alcance dele.» (Entrevista 21/2004).

«(...) não havia corrupção no tempo de Samora. Eram logo tomadas medidas. (...) No tempo de Samora era o mesmo para todos. (...) Machel sabia tudo o que se passava em todos os sectores e em todo o país. Se Machel continuasse, essa coisa da corrupção não existia. As coisas eram logo resolvidas ali com as pessoas.» (Entrevista 24/2004).

«Nós ficámos tristes com a morte de Samora. Ele salvou o país. Parece que o país perdeu um filho. Considerávamos Machel como um pai. (...) Vivíamos com Samora e não havia vingança [no sentido de crimes, abusos pessoais]. Ele não era vingador.» (Entrevista 25/2004).

«(...) ele era teimoso. (...) Era para matar, era para matar. (...) Aquele tempo [de Machel] ninguém levantava para falar com o presidente. Ele não admitia isso. (...) Ele tinha um mandamento duro. (...) Hoje não fazia falta Machel. Não se pode voltar a ficar como naquele tempo.» (Entrevista 26/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Samora representava o país. Ele pôs-se dono deste país. Ele estava interessado a resolver casos mesmo nas províncias. Em todo o país. (...) Muita gente hoje é alguma coisa por causa de Samora. Filhos de camponeses tinham possibilidade. Aquele homem foi bom. Na educação e na saúde a vida das pessoas era fácil. Iam ao posto de saúde, havia consulta, havia medicamentos, tudo. (...) Quando alguém está numa guerra fica um bocado pancado. Ele [Machel] por causa da guerra já estava descontrolado. Ele tinha de atender a guerra, dar comida a esses camponeses que estavam na cidade, resolver problemas. Ele tentou.» (Entrevista 27/2004).

«O presidente [Machel] era muito amigo do povo, principalmente da camada pobre. Era um bom justiceiro [sic]. Ele não gostava que houvesse ladrões e assassinos.» (Entrevista 28/2004).

«Ele [Machel] levava as pessoas do campo. Pessoas de famílias pobres. Temos até um vizinho que estudou por isso, e agora já tem estudos, está em Portugal. (...) Só vi vantagens em Machel» (Entrevista 29/2004).

«O presidente Machel governou muito bem porque o período exigia mudança daquela maneira. Mas aqueles que acompanharam Machel traíram-no. Alguns daqueles grandes que tinham poder. (...) Mas ele governou bem porque o período era de agressividade. (...) Machel impôs disciplina nas pessoas. Havia quem queria desacreditar a governação dos negros. Havia excessos [de Machel], como eu disse. Mas havia pessoas que traíram-no. (...) Na área política ele [Machel] foi um indivíduo notável. Fortificou a nacionalidade. Ele fez da nacionalidade uma realidade. Ele fez a unidade nacional. Esta democracia estava na língua dele [isto é, Machel já falava de democracia]. Só que nos moldes dele. (...) Ele tinha bons projectos para a população, só que os projectos estavam sendo traídos. Entre o seu elenco havia pessoas que achavam que havia excessos e bloqueavam os caminhos. Um dos casos foi a 'operação produção' [1983]. Com aquilo ali, que era um bom projecto, as pessoas iam produzir e pôr o Niassa a produzir para o país. Iam desenvolver o Niassa. As pessoas traíram isso. Essa é a razão de aquela operação até hoje está sendo criticada. (...) Conforme eu disse, todos os projectos dele [Machel] eram bons. Mas em termos de saúde, educação, etc., etc., foi um período curto porque esta guerra começou logo em 76, 77, 78. A guerra agudizou a coisa. Ele teve de atender à guerra mais do que aos outros assuntos, como era normal. (...) Ele reprimiu o mal e os outros viam aquilo e ficavam com medo.» (Entrevista 30/2004).

«Naquele tempo de Machel não havia corrupção porque não havia dinheiro. Não havia violência. Não havia essas coisas» (Entrevista 31/2004).

«Samora mandava bem também, só que tinha o comportamento dos portugueses. Ele imitava os portugueses. (...) Mas Samora não fazia aquilo do trabalho forçado como os portugueses, mas no tempo de Samora havia ordem, sem ser aquela dos portugueses. Ele era do nosso povo. Naquele tempo era 'Viva a Frelimo! Viva a Frelimo!'» (Entrevista 32/2004).

«Ele era muito bravo, muito exigente. Mas aquilo foi bom porque o país naquele tempo estava mais disciplinado. Não é que não havia indisciplina. Havia indisciplina, mas também havia o vigor do presidente. Isso foi bom. Noutros aspectos, como o desenvolvimento do país, tínhamos dificuldades porque as pessoas não podiam fazer além do que estava estipulado. Qualquer coisa que a pessoa quisesse fazer além do estipulado, não podia. Mas ao fazer isso, se era mau, pelo menos evitava a corrupção. Havia bens mal adquiridos, dinheiros que não se sabia bem de onde vinham, dinheiro tirado do estado. E nisso Machel era muito rigoroso. As pessoas estavam disciplinadas. Não havia, como hoje, trajes indecentes. O mal era a questão de ele não negociar. Não se sentava para ouvir, para conversar. Era uma questão de temperamento. Ele não conversava, não ouvia. Agora é diferente. Nós já não estamos no socialismo. (...) Aquilo era, de facto, uma ditadura. Havia a rigorosidade da ditadura. Queria ou não queria a pessoa devia cumprir. Nesse tempo havia reuniões, comícios. As pessoas eram obrigadas a ir. Ficavam sentadas ou em pé. As pessoas não podiam sair dali, mesmo que quisessem ir à casa de banho. Havia milícias por todo o lado. Aquilo era, de facto, uma ditadura. E ditadura não é bom. A pessoa não podia fazer coisas à sua vontade. Estava presa ao que o presidente queria. O serviço militar obrigatório não era como hoje. O meu pai foi secretário do bairro e ia com as milícias a casa buscar os jovens. Se bem que o serviço tinha essa palavra 'obrigatório', aquilo era opressivo.» (Entrevista 33/2004);

- «A governação do monopartidarismo era caracterizada por um sistema de ditadura. Era um governo ditador caracterizado por uma série de repressões. O povo não tinha direito a nada. (...) Apesar de eu ser muito verde na altura, Machel montou um sistema que beneficiou muitos que hoje são formados, são doutores, são quadros. Esses beneficiaram. Havia um sistema de educação aberto que beneficiava muito os do campo. Samora abriu cursos de alfabetização nas empresas. Abriu lojas do povo, cooperativas. Isso era positivo porque o povo estava organizado.

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Ele estancou todo o sistema de corrupção. O sistema de criminalidade... não se falava. O cidadão andava seguro a qualquer hora, mesmo de noite. Ele disciplinava o povo, mesmo através das guias de marcha. A abertura [liberdade] hoje é exagerada. Chega-se a prejudicar os outros. (...) O Machel ditador provocou dissabores cruéis. (...) Ele foi um dos dirigentes que nunca deixou o país ser governado pelos estrangeiros ou pessoas de má-fé a governar o país. A decisão dele era severa. Era uma pessoa violenta. Se fosse a guerra, era a guerra mesmo. A guerra foi teimosia dele. Se não fosse isso essa coisa tinha-se resolvido em seis meses. (...) Mas tudo o que estamos a viver agora foi programado por ele. Só agora se está a cumprir. (...) Mas não foi a oposição que trouxe a democracia. Não é como eles dizem. Não. Isso já estava projectado por Machel. O que eles fizeram foi vir à frente disso aí. (...) Todos os projectos de hoje foram deixados pelo ente querido Machel. (...) Machel poderia ter arriscado a vida dele pela paz. Ele lutou por toda a África, para se libertar, e pelo mundo todo.» (Entrevista 35/2004).

«Com o presidente Samora os estudos caminhavam facilmente. Muitos eram apoiados e tudo era à borla. (...) Machel considerava os que tinham nível. (...) Tudo o que Chissano está a fazer, o plano foi deixado pelo presidente Machel. Não sei se estou em erro, mas parece-me que Machel deixou muita coisa preparada. Ele tinha muitas preocupações, não só com ele, mas com a população. As populações eram o que ele se preocupava mais. (...) A própria democracia era do presidente Machel. Machel foi um chefe de estado democrático. (...) Machel foi um homem vivo, não tinha medo de ninguém. Ia directamente resolver o problema. (...) Com Machel, se um comandante, general, era gordo, barrigudo, Machel ia saber quanto é que ele ganhava para estar assim. (...) Machel aprofundava as questões. (...) Nem em tudo a pessoa acerta. No tempo de Machel a questão de vestuários, comida, a gente estava em falta. (...) O problema era a pobreza do próprio país. Aqui não havia comida. O próprio país não produzia. É que o país não é só mandado por um. Havia pessoas com algumas pastas que deviam também preocupar-se.» (Entrevista 36/2004).

«Mas foi só na educação em que ele [Machel] foi bom. O resto foi negativo. Foi só na educação. (...) Na altura havia falta de liberdade de expressão, ninguém podia ter opinião contra. (...) Para mim... aquilo era viver num cerco. Na altura, quem não fizesse trabalho colectivo, a capinar, a arranjar aí na ponte, era motivo para você não ter talão para circular, levantar dinheiro no banco, ir comprar comida. Tudo dependia daquilo, dos papéis que eles passavam. Na altura havia milícias, grupos de vigilância, que passavam de casa em casa a avisar as pessoas para irem fazer esses trabalhos. E quem não fosse era prejudicado porque ficava sem justificação [para poder ter acesso ao que lhe permitia viver]. Mesmo falar a uma reunião... não se podia. (...) No tempo de Machel as pessoas eram controladas passo a passo (...)» (Entrevista 37/2004).

«Ele era muito activo, muito homem. Ele era muito bom homem. (...) Era só que faltava a comida. (...) Nós só ouvíamos isso [socialismo, lojas do povo, aldeias comunais, machambas colectivas] e não tínhamos nada a falar. Era só ouvir e, pronto...» (Entrevista 38/2004).

«Samora era um osso duro de roer. (...) O governo de Machel ainda estava a organizar. Ele era inexperiente e não teve tempo. Morreu e ficou por aí. Esses outros que podiam acertar bem, mas... (...) O povo moçambicano dizem que é oprimido, era um povo analfabeto, quase a 99%. Eles [Frelimo] entraram aqui com aquela força. Pensavam, por isso, que iam governar como deve ser. Mas eles enganaram-se. Eles tiveram de agir para poder endireitar. Fuzilamentos, prisões, chicotadas. Mesmo assim ficou 75% direito. Se ele [Machel] continuasse, eu tenho a certeza que ficava a 100% direito. Ele tinha tratamento para os ladrões e para os corruptos. Agora não é assim.» (Entrevista 39/2004).

«O presidente Machel resolveu bem [os problemas]. Ele estava a pôr isto em ordem, para que andasse bom. Não era uma vingança. Estava a orientar as coisas para as coisas estarem numa boa. (...) Machel foi um bom presidente em quase todas as áreas. Ele estava a pôr em ordem as coisas, a dizer que a vida tem de ser assim, assim, assim, para a população e foi mesmo. (...) A guerra da Renamo contra a Frelimo quando nasceu não foi culpa de Machel. Aquilo vinha do programa do governo colonial que fez aquela guerra. Depois dos acordos de Lusaka o governo colonial começou esse processo. Como o nosso presidente queria defender o direito do povo e, por isso, nasceu aquela guerra. Por não gostarem o que Machel queria para o povo fez nascer a guerra. (...) [Paz] As coisas sempre têm um fim. A guerra ia acabar sempre, mesmo com Machel ou com este [Chissano]. (...) O povo é que ia fazer acabar. (...) Aquilo que estava a fazer o falecido presidente Machel, com aquilo que estava a fazer, já tinha resolvido todos os problemas. Este [Chissano] continuou coisas já feitas. Machel já tinha um programa. É como aquele que abre a machamba é porque tem um programa para os outros continuarem. Machel resolveu os problemas para outros virem gozar. (...) Machel e Chissano, o objectivo é o mesmo. Eles são bons os dois e o que fazia Machel,

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

Chissano está a continuar. (...) Machel não queria isso de bandidagem nem nada, mas com aquela guerra as pessoas abriram os olhos. Não há aquele [Machel] nem este [Chissano].» (Entrevista 40/2004).

«Machel foi mesmo bom. Não via nada de mal para nós. Estava bom.» (Entrevista 41/2004).

«Machel... ele era um líder que não deixava passar. Era muito exigente e actuava directamente. No tempo dele havia um governo onde as pessoas estavam oprimidas, sob controlo, ele é que estava a mandar. Todo o povo, tinham muito medo. As ordens dele eram para cumprir bem ou mal. (...) Numas coisas isso era bom, noutras mau. (...) O Machel, quando ele governou, ele conseguiu libertar o país e lutou para pôr em ordem o país. O país ficou em ordem. Se Chissano está a assim [relaxado...] é porque Machel trabalhou muito. O povo tinha disciplina. O pior é que naquele momento o país ficou pobre. Não sei qual foi o problema. Não havia nada nas lojas, eram bichas. (...) No tempo de Machel, ele deu muita atenção aos estudos, só que as pessoas eram logo recrutadas para a guerra e não prosseguiram os estudos. Mesmo esses que foram para Cuba, os que tinham atingido um determinado nível, eram levados para a vida militar. Ele dava estudos, mas as saídas não eram muitas. Resta saber se ele fazia isso por causa da guerra ou não. (...) Bandidagem com Machel não havia porque o desenvolvimento estava fraco e o próprio governo era muito atento, não facilitava. (...) Quando o país ganhou a independência, o próprio governo expulsou as pessoas qualificadas capazes de desenvolver o país. Tam aqueles quadros ensinar a nós. Não houve paciência de Machel para isso. E para formar pessoas tivemos de passar mal. As fábricas ficaram paradas. Um dos problemas foi esse. O país precisava de pessoas apropriadas para todos os sectores, para as indústrias, para as fábricas. Não se forma um técnico de hoje para hoje. Por isso, mais tarde, ele teve de mandar pessoas para formar no exterior. No Zimbabwe, quando o Mugabe entrou, não expulsou aqueles que estavam lá e o país ficou desenvolvido. Mas agora, quando tiraram aqueles, o Zimbabwe já está a passar mal. (...) Com Machel a paz era mais complicada, mais difícil.» (Entrevista 42/2004).

«[Com Machel] Até os que tinham menos dinheiro tinham direitos na escola. (...) Eu estou aqui, subi no avião, graças a Machel. (...) Eu não consigo explicar a parte da economia. Houve muitos bloqueios por aí. Ele tentava combater o açambarcamento, mas sempre havia bloqueios, desvios, corrupção. (...) Chissano dividiu os ministérios e tem a parte dele no governo, enquanto Samora concentrava todos [os ministérios].» (Entrevista 43/2004).

«Machel pareceu uma boa figura, mas o seu mandato parecia uma ditadura. Não sei se posso dizer bem, bem, ditadura. Cada um sabe agir quando está no poder. (...) Ele [Machel] na área do Ministério dos Recursos Minerais considerou muito. Nós estávamos no mato e tínhamos muitos projectos. (...) Parece que naquele tempo a Frelimo não tinha muitos quadros e resolveu isso com bolsas de estudo para qualificar as pessoas. (...) O que foi mal em Samora foi a parte militar. A forma como isso foi feito não era agradável. (...) Na altura não estávamos desenvolvidos. Por isso, na altura, como não estávamos desenvolvidos, não havia criminalidade. Acho que isso do crime e corrupção não tem a ver com ser ou não ditadura ou com o governo. Tem a ver com o desenvolvimento. Nessa altura, também por causa da guerra, não havia tanta gente aqui na cidade. As pessoas começaram a vir por causa da guerra. (...) Machel não queria ser passado por alguém que era subordinado. Ele fez com que a população sofresse por causa de não ter a paciência de Chissano.» (Entrevista 44/2004).

«Nessa altura havia muito má interpretação na base do que vinha do topo. Era uma altura em que havia muitas emoções. Má interpretação porque, nesta altura, ninguém tem saudades do tempo dos campos de reeducação. Qualquer um condena. Mas naquela altura aquela forma de governo era necessária. Quando era para mandar as pessoas, quando fosse para fazer a triagem aqui na base de quem devia ir e de quem não devia, as pessoas que andavam a fazer isso recolhiam qualquer um. O mesmo nas aldeias comunais. Havia problemas que se queriam resolver queria-se melhorar a vida das populações. Ele [Machel] queria fazer chegar àquela gente escola, hospital, água. Mas se hoje isso não continua é porque não estava bem, porque aquilo não tinha inserção na nossa sociedade. Era ele [Machel] que fazia sozinho ou com outros do governo? Ninguém tem saudades. Há coisas que nós vemos hoje que não valeu a pena. Mas essas ideias, se foram prejudiciais, eram dele [Machel] sozinho? Ele era mesmo ditador? E os outros, o que estavam a fazer? Ninguém é ditador sozinho. Muitos desses estão até aqui, estão até hoje [no governo e na Frelimo] e eles mudaram. A coisa ficou assim até hoje. (...) Qualquer moçambicano vê em Samora o pai da independência. Agora é que procuramos saber porquê isto, porquê aquilo [naquela altura]. Havia problemas que se queriam resolver. Quando apanhavam um desempregado ou pessoas [problemáticas] nas cidades, mandavam as pessoas para a reeducação. Havia uma solução para os problemas, mas causou dissabores. Era uma forma de querer resolver. É por isso que ele actuava daquela maneira. As aldeias comunais era uma retirada compulsiva das pessoas, mas era explicada pela solidão [isolamento] das pessoas. Tinha que ser uma ordem, tinha que ser uma força. Ele queria juntar pessoas para dar água, escola. Para sair daí [local tradicional de habitação]

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

era preciso uma ditadura. Mas é daí que quando [hoje] queremos explicar, começamos a gaguejar. Eles tinham razões. (...) O que nos levou a aguentar com tudo eram as emoções da independência. Há coisas que sentíamos que não estavam bem, mas aceitávamos. Ficaram as marcas daquilo que as pessoas pudessem ter sentido. Foram anos muito intensos de liberdades, logo a seguir vieram as nacionalizações. Quando foi os prédios, foi bom, as pessoas aplaudiram, mas quando chegou a vez das barracas as pessoas começaram a sentir. (...) Machel vinha com posições militares. Vivemos com um governo militar. (...) Machel tinha a insensibilidade de um militar. Não reconhecia a Renamo.» (Entrevista 45/2004).

«A governação do presidente Machel foi negativa. Essa a minha resposta exacta. Ele foi... dizem que foi bom porque lutou pela libertação. Mas no tempo da Frelimo com a Renamo a guerra foi muito dura e destrutiva. O tempo dele [Machel] foi um pouco duro.» (Entrevista 46/2004).

«Com o presidente Machel talvez pudesse surgir isso [paz]. (...) mas mesmo com Machel, podia levar tempo até ser convencido a chegar a essa fase [das negociações e da paz]. (...) Era um pouco difícil convencer Machel porque aquele nosso dirigente era implacável. Uma pessoa, para criar conversa com ele, você tinha de pensar mil vezes, a não ser ele sozinho a decidir. (...) Na primeira governação [Machel] as pessoas estavam intimidadas. (...) Machel nunca ficou distanciado do seu povo. Deu mais atenção ao seu povo do que qualquer outra coisa. Machel foi um 'big' presidente.» (Entrevista 47/2004).

«(...) Machel foi um presidente que estava mesmo inteirado da guerra. (...) Naquele momento de Machel não sei se era assim, não sei se houve essa autonomia. Mas sempre houve estruturas e ele ouvia as estruturas. Acho que era igual. Não tem diferença com Chissano.» (Entrevista 48/2004).

«Quando Machel estava a governar, sempre a guerra continuava. (...) Isso [criminalidade], para mim, não é diferente de agora. No tempo de Machel não havia bandidagem, mas havia guerra. Ali na guerra matava-se descontroladamente. (...) Machel era decidido. O que ele pensou, fazia. (...) Isso é mau. É preciso ouvir as outras pessoas.» (Entrevista 49/2004).

«A actuação de Machel... ele podia aceitar [conversar], mas ninguém sabia quando é que ele podia aceitar. (...) A parte da convivência, ladrões, vigilância, era normal com Machel. (...) No tempo de Machel não tinha brincadeira. Ladrão não havia: 'Você está a roubar o quê? Não tem trabalho? Vai para o Niassa! Essas putas também. Leva tudo para lá'. Muitas pessoas ficavam com medo de roubar.» (Entrevista 50/2004).

«[Samora Machel] Deixou a herança de sofrimento para os próprios moçambicanos. Quantos morreram no campo de reeducação? Muitos fugiram daqui por causa das vinganças. Machel não queria ver um desempregado, uma mulher solteira. Como é que se diz que não existe Deus? O hino [nacional] dizia 'A nossa pátria será túmulo; Do capitalismo e da exploração!' E ele [Machel] andava como um turismo [carro] de gala. Quem viveu em carne e osso foi um tempo muito difícil. Se ele estivesse vivo isto teria ardidido. Ele quis fazer mais que Deus no mundo. Diziam que não há Deus. (...) A falha foi de Mondlane no início. Machel era orientado por esse que morreu de repente de ataque cardíaco... Brejnev [Leonid Brejnev, presidente da URSS entre 1977 e 1982]. (...) Ele foi presidente porque Deus destinou-lhe aquilo e ele abusou das pessoas. (...) Samora fazia as coisas abertamente, talvez porque era analfabeto. (...) Samora não foi licenciado.» (Entrevista 51/2004).

«Se fosse que Machel existe, a guerra não poderia acabar porque o Machel, com Dhlakama, com o tempo ia falar. Mas poderiam acabar vinte anos. O Machel não precisava de Dhlakama. Não queria ouvir. Porque é que ele chamou 'bandidos armados'? Porque não precisava da Renamo! (...) No tempo era assim, não se falava à vontade. [Hoje] Não estamos oprimidos. Você fala, depois amarram, levam. Isso agora não. Naquele tempo viam-nos aqui a conversar, corriam para a esquadra, para o secretário 'Estão a falar mal do governo'. Iam dizer. 'Vai na prisão!' (...) Não havia bandidagem porque naquele tempo o Machel quando ouvia que aquela zona aí está cheia de bandidos, ele procurava saber. Falava com a comunidade dali, falava para acabar com os problemas naquela zona. Quando apanhavam, matavam aí na frente das pessoas, ou as pessoas iam de vez para a prisão. Tinham medo. Não faziam. Agora não. Há corrupção.» (Entrevista 52/2004).

«Não havia ladrões [com Machel]. Agora está cheio de bandidos.» (Entrevista 53/2004).

«Com Machel havia [benefícios para os do sul], mas pelo menos ele aceitava outras coisas. Tirava os filhos do mato e até mandava estudar para a universidade, mesmo para a RDA.» (Entrevista 54/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Machel, era mau aquele senhor. Ele não ouvia a razão do outro. (...) Porque quando chegava num comício qualquer, alguém querer falar, era problema. Não podia. (...) Se não morresse Machel, ninguém sabe se um dia ele ia aceitar [dialogar] ou ia arder o nosso país. Ele [Machel] não queria ouvir a opinião do outro [Dhlakama].» (Entrevista 55/2004).

«(...) Samora ele tinha preocupações com a população (...) ele queria elevar o nível das pessoas porque o povo estava pobre. No meu ponto de vista, pelo menos ele tinha preocupações com a população. Na educação, na saúde. (...) A coisa negativa naquele tempo era a relação humana na sociedade... a população já era anti-social. Havia desconfiança entre as pessoas. Se, por exemplo, esse senhor [apontou o guia], que não conheço, passasse aqui, tinham de investigar quem é ele. A pessoa não andava livre, não havia amor entre as pessoas.» (Entrevista 56/2004).

«Ele [Machel] era capaz de querer governar bem e os ministros não conseguirem. Quem fez mal foram os próprios moçambicanos. Eles é que mataram Machel. (...) Machel apontava logo: 'Isso não está certo! Isso não está bom!' (...) Ele [Machel] esteve aqui [Tete] e perguntou pelo governador, pelos directores. Queria saber quem eram. Disseram-lhe que eram todos do sul. Quando foi para Maputo ele disse ao Marcelino dos Santos que isso não estava bem. Dali, saiu, foi para o Malawi, foi logo morto. (...) Sim, ele queria corrigir [o peso dos do sul]! (...) O governo teve maus resultados por causa dos conselheiros russos. (...) O Machel é que podia [ter negociado]. Viu a população morrer, mas ele quis a guerra. Isso por causa dos amigos. Não sei... Aquele homem era duro. Talvez eram os amigos ou ele próprio que não queria deixar os outros governar. (...) Machel era ditador mesmo! Foi ditador porque foi mexer no país dos outros. Foi mexer no Malawi. O [Hastings Kamuzu] Banda ficou a tremer. [Keneth] Kaunda [presidente da Zâmbia] e outros mais velhos, Kaunda... podia ter aconselhado esses miúdos [da Frelimo]. Ele era mais velho. Mas não, deixou esses miúdos à solta.» (Entrevista 57/2004).

«O Machel era um homem que defendia o povo. Nunca quis que o povo estivesse no sofrimento. (...) O Machel era muito dinâmico. Tinha aquela força. Mas não teve a preocupação com a paz. (...) Machel era um indivíduo duro. Não dava chance a ninguém. A ordem era só dele, mesmo para os das fileiras dele. Quantos desses grandes não foram metidos na prisão? (...) Machel era um ditador e não queria mais nada.» (Entrevista 58/2004).

«Na altura o estado tinha de saber o número de pessoas de cada agregado familiar para dar apoio. E o estado apoiava. (...) Mas, nos estudos, apoiava. Ele [Machel] até levava pessoas do campo para estudarem no exterior do país. Alguns, muitos dos quadros hoje existentes, esses que estão hoje nas empresas, excepto os seniores, esses mais novos, os mais habilitados são esses [a quem] que Machel deu formação. Muitos que estão a governar são esses. (...) O Machel, como pessoa... como é que eu posso dizer... ele tinha postura de governação. Dizem que ele não tinha estudos, uma formação académica superior, mas ele tinha postura de governação, mesmo sem ter estudos. Só que houve pessoas que perderam a vida com ele. Onde há vantagens, há desvantagens. Houve pessoas que perderam a vida sem saber porquê.» (Entrevista 60/2004).

«Nesse tempo [de Machel] não havia roubos. Roubos de casas, essa coisa de bandidagem. (...) Esses bandidos à noite, com Machel não havia isso. No tempo de Machel pegavam nesses bandidos e iam para a machamba. Aquelas meninas nuas, que andam aí, iam para a machamba.» (Entrevista 61/2004).

Nota 51

«Machel foi um homem vivo, não tinha medo de ninguém. Ia directamente resolver o problema. Chissano não tem aquela voz. Ele não [se] aproxima [d]as pessoas. Com Machel, se um comandante, general, era gordo, barrigudo, Machel ia saber quanto é que ele ganhava para estar assim. Chissano não. Aceita tudo. Diz que é democracia, que essas coisas são assim porque estamos em democracia. Machel aprofundava as questões.» (Entrevista 36/2004).

Nota 52

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a Joaquim Chissano

«O Chissano é boa pessoa, mas é cínico. O crime organizado é dele. Como é que um chefe de estado não toma medidas? As pessoas morrem na rua, nas estradas, crimes. Ele não faz nada.» (Entrevista 3/2004).

«Chissano é mais um diplomata. É a maneira como reage. Há dias deu uma entrevista com ele na televisão, quando o jornalista questionou se ele era um 'deixa-andar', ele respondeu com o 'sou um deixa-fazer'. Está a ver? Ele

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

contorna as questões. Há uma ausência em Chissano que não é bem de autoridade. Autoridade eles têm. (...) É a ausência de sentido social, de sentido de estado. Esta intenção de agora não se candidatar e abandonar o poder, agora parece confirmada, fez com que houvesse em bloco uma espécie de abandono por parte dos membros do governo. É o tal 'deixa-andar'. O relaxamento é maior.» (Entrevista 5/2004).

«O Chissano é um pouco pacífico. Um pacífico activo. Ele é um bom homem. Embora o homem sempre é homem, não é puro. Mas há factores da governação que às vezes não funcionam. (...) A justiça tem problemas sérios... Mesmo o problema dos pequenos governantes nos distritos que às vezes apertam [oprimem] muito a população. Eu vivi em muitos distritos e vi esses comportamentos dos dirigentes. Não sei se o governo não controla isso. Não deixam os outros partidos trabalhar livremente. Existem esses problemas. (...) O problema de Chissano é que é um pouco fingido. Ele pode fazer uma coisa e nós não sabemos que ele sabe. Não sabemos se é ele que faz com que nos distritos aconteça essa perseguição à oposição. Pode acontecer que Chissano diga que tem de ser assim, ou pode ser que esses chefes façam isso sem controlo do Chissano. É fácil, num distrito, proibir a actividade dos outros partidos, de outras forças políticas. Outra coisa é, quando acontece isso, desmentir tudo, que não aconteceu nada, mesmo lá em Maputo.» (Entrevista 6/2004).

«Chissano apenas implantou o que estava negociado [por Machel: mudanças económicas, paz e democracia]. (...) A partir do momento em que no comício [Chissano] disse: 'O cabrito come onde está amarrado.' Dito pelo presidente, não pode ser... isso diz tudo. (...) Cada director faz o que entende no seu sector. Hoje roubo não é novidade no aparelho de estado. Isso faz enfraquecer os órgãos de soberania. Chissano não é o executor das leis, mas esse espírito de 'deixa-andar' faz crescer os males que hoje enfermam Moçambique. Tudo acontece no período do seu mandato.» (Entrevista 7/2004).

«Chissano é um político, um filósofo. Pronto. Chega. Não quero comentar muito em relação a Chissano.» (Entrevista 8/2004).

«Chissano trabalha bem, só o problema é o respeito. Nem mesmo o próprio presidente, não zanga. Ele ouve e continua a trabalhar, mesmo quando outros falam mal. (...) [Hoje] Só os pequenos é que não estão bem. (...) Ele [Chissano] é benevolente [disse 'benevante']. (...) Dizem que Chissano é padre. Fica a olhar, não pode fazer acção. (...) Este governo de agora está a trabalhar bem. Só que não tem acção. Hoje fazem 'pombe' [bebida tradicional com elevado teor alcoólico], bebem, fazem confusão e nós não podemos proibir. Dizem 'deixa beber'. E nós, pronto, deixa.» (Entrevista 10/2004).

«Chissano deveria ajudar as pessoas a serem honestas... (...) Era preciso eliminar os corruptores. (...) As pessoas agora são tratadas de maneira diferente. A maneira de tratamento tem a ver com o grau [estatuto] social da pessoa. Agora os mais baixos são espezinhados. E a corrupção parte dos que ganham pouco. Se as pessoas ganham pouco, recebem dinheiro para beneficiar outras pessoas. Mas os corruptores são os que fazem parte dos níveis mais elevados, dos que fazem parte dos níveis mais altos. (...) Só com força se pode combater isso. (...) Nós estamos cansados de ver a Frelimo cantar, cantar e ficar tudo na mesma. (...) Acho que Moçambique é uma democracia. Só que está aqui uma coisa que não corre bem... falta de igualdade.» (Entrevista 12/2004).

«Talvez o presidente Machel pudesse ter ido mais devagar, em fases, como Chissano. Chissano levou o seu tempo a fazer a paz.» (Entrevista 15/2004).

«Desde que Chissano entrou que temos paz. (...) Desde que mudaram para Chissano está bom. (...) Hoje estão na cadeia, amanhã saem e roubam outra vez. (...) O nosso presidente [Joaquim Chissano] também não tem culpa. Quem está atrás dele é que tem culpa. Se o problema não chega à presença dele, ele não pode fazer nada. (...) O filho do presidente não pode dar dinheiro, não pode mandar. E se ele fez isso que dizem, podia estar na cadeia. Mas se ele tivesse feito, entrava. O presidente não ia deixar. Isso é falagem só. Ele [Nyimpine Chissano] não fez nada.» (Entrevista 16/2004).

«Chissano fez acabar a guerra. Ele agora parece que vai descansar. Acabou a parte dele.» (Entrevista 17/2004).

«[A paz] Foi possível pela exigência do povo em geral. (...) Foi também graças à compreensão de Chissano que aceitou [negociar]. Se fosse o outro [Machel] não ia aceitar. (...) Hoje o comércio já é livre e não há apoio do estado. (...) Hoje o governo é para uma elite.» (Entrevista 19/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«No tempo de Machel e no tempo de Chissano a forma de governar é a mesma coisa. Só que com Machel estava a guerra. Agora com Chissano está tudo calmo. Quando está em guerra tudo pára. Mas a forma de governar é a mesma.» (Entrevista 20/2004).

«A diferença com Machel é que agora não há muitos problemas. As pessoas andam e falam à vontade. Não como no outro tempo. As pessoas não podiam falar, eram amarradas só por não ter documento. Agora as pessoas andam livres. (...) Chissano não tem aquela atitude de fazer sofrer alguém. Ele não pode ser muito rigoroso para não perder a própria vida dele e provocar as pessoas para irem de novo no mato. É por isso que ele 'deixa-andar'.» (Entrevista 21/2004).

«Nós só queríamos Chissano, mas ele saiu sozinho. Com ele nós vimos comida, roupa, escola para criança, tudo aí.» (Entrevista 22/2004).

«Chissano será um conselheiro de Guebuza. Não vai deixar as coisas de qualquer maneira [Chissano]. (...) Com Chissano a assembleia da república tem muita força. (...) Elogio muito o presidente Chissano. Nem tudo o que anda mal é por causa dele. Chissano é bom presidente. A guerra acabou por causa dele. O que está a criar problemas são os efeitos da guerra. (...) Chissano também não manda sozinho. Ele ouve e mantém a ordem.» (Entrevista 24/2004).

«Se [Machel] fosse como esse, Chissano, ele entendia-se com o outro [Dhlakama]. (...) Chissano é bom porque ele não queria a guerra. Se uma pessoa se tem dificuldades, ele [Chissano] diz que tem de falar.» (Entrevista 26/2004).

«(...) [Joaquim Chissano] é uma pessoa santa. Eu não diria demasiado santa. Pela maneira como encarou a governação, as pessoas libertaram-se. A governação antiga [de Samora Machel], como esta, é boa. (...) Chissano é como um homem que caiu do céu. Ele é super santo. Se as provocações que fazem encontrassem uma pessoa agitada, não sei não estaríamos em guerra ou desacreditados internacionalmente. Não vinham investir. Isso graças à forma de ser de Chissano. (...) A corrupção, etc., etc., é, de facto, um reflexo do seu ser [Chissano]. Onde há o bem, há o mal. (...) A corrupção pode estar ligada ao pacifismo do poder, mas também tem a ver com o desenvolvimento. Há evolução em todas as esferas... Podem-se pôr medidas, mas eliminar... Não sei se a corrupção está ou não ligada à governação. Talvez fosse importante tomar medidas desencorajadoras dentro do estado. Mas isso da corrupção é uma questão de pessoas. Há pessoas que ocupam lugares-chave e que não o fazem. Depende das pessoas.» (Entrevista 30/2004).

«Chissano está a dar comida à população. Já não há fome. O mal de Chissano é a sujidade e as doenças como a cólera. Ele [Chissano] manda bem, só que não pode conseguir resolver tudo.» (Entrevista 32/2004).

«Este que está no poder [Joaquim Chissano] foi um dos únicos chefes de estado pacíficos. Ele aceita tudo. Tem o padrão de um padre. Mas ele tem um aspecto negativo precisamente por isso. É o 'deixa-andar' que dizem. Ele tem uma visão ampla das coisas e trouxe muitas mudanças em Moçambique. Ele tem formação elevada, tem formação em diplomacia, tem boas maneiras. Soube sentar e reconhecer o outro, aquele que chamavam selvagem. Mas ele sentou. Não foi fácil, mas ele conseguiu. Chissano é o obreiro da paz. Em dez anos de poder, nunca vimos conflitos no seu mando, para além dos insultos que às vezes trocam entre eles. Mas só isso. (...) A máquina da Frelimo, os donos da Frelimo, são esses: Armando Guebuza, Marcelino dos Santos, Mariano Matsinhe. Esses é que são os donos. Ele [Chissano] só está a dirigir, a guiar esses. (...) Chissano disse que 'Esses [Renamo] acusam a Frelimo de não estar a fazer nada, mas vamos ver o que eles vão ser capazes de fazer quando governarem!' Se não fosse a guerra, se calhar Moçambique tinha passado de país subdesenvolvido para país em vias de desenvolvimento.» (Entrevista 35/2004).

«Chissano é um homem fiel. Mas os seus seguidores podem estragar os planos. Isso dos subornos, de pagar para se ter uma coisa ou um papel [documento], não é Chissano que diz. Ele não é um 'deixa-andar'. (...) Chissano não tem aquela voz. Ele não [se] aproxima [d]as pessoas.» (Entrevista 36/2004).

«(...) [Chissano] falou [não recusou negociar com a Renamo, ao contrário de Machel]! Hoje estamos em paz. (...) Chissano é boa pessoa. Posso dizer mesmo que é um político de mão cheia. Conhece as ideias das pessoas, respeita as pessoas. (...) Com Chissano as coisas mudaram completamente. Mesmo a maneira de governar. As pessoas

*O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete*

sentiram que o país mudou, que o país melhorou, mesmo nas lojas, tudo o que não havia, apareceu.» (Entrevista 37/2004).

«O Chissano já mudou um pouco, as pessoas estão bem.» (Entrevista 38/2004).

«Chissano é muitas facilidades, é um tipo diplomático. Os outros pioram [as coisas] por causa dessas facilidades. Em vez de roubarem dez contos, por causa disso [roubam] milhares de contos. Eu... Chissano... não vejo nada contra ele. Ele é calado, diplomático, amigo dos amigos. Ele é bem visto lá fora, mas a podridão está cá dentro. (...) Até o Chissano está a sair por causa do filho. Ele podia ficar muito bem mais um mandato. Aquela gente não quer largar o poder.» (Entrevista 39/2004).

«Este [Chissano] continuou coisas já feitas. Machel já tinha um programa. É como aquele que abre a machamba é porque tem um programa para os outros continuarem. Machel resolveu os problemas para outros virem gozar. (...) Machel e Chissano, o objectivo é o mesmo. Eles são bons os dois e o que fazia Machel, Chissano está a continuar. (...) Não há aquele [Machel] nem este [Chissano].» (Entrevista 40/2004).

«Chissano foi um presidente que trabalhou bem para o país. Ele fez muitas mudanças, foi um homem paciente, aceitou conversar com Dhlakama para pôr a guerra no fim. Ele pôs o país desta maneira [desenvolvido] porque ouviu as lamentações do povo. Aceitou e viu a destruição do país e viu que as pessoas estavam a sofrer, pôs a guerra no fim. Ele está a lutar para o desenvolvimento. Se ele fosse renitente, o país não estava desta maneira. Ele é um herói deste país. Ele foi um presidente dedicado à paz, foi um obreiro da paz. (...) Onde há democracia não faltam críticas. Mas é preciso ver que o Chissano é um líder melancólico em termos de temperamento. É muito paciente, não é ditador, nem precipitado. Põe as pessoas livres. Ele não oprime as pessoas. Sempre onde há políticas, têm de ir falar dos outros. Por isso a oposição fala. (...) Ele [Chissano] desenvolveu o país. Não é que ele deixe andar. Ele vê primeiro, ouve, é por isso que dizem que é 'deixa-andar'. As pessoas ficavam oprimidas ou com medo, o país não se desenvolvia, se ele ficasse em cima das pessoas. Iam ficar com medo.» (Entrevista 42/2004).

«Chissano dividiu os ministérios e tem a parte dele no governo, enquanto Samora concentrava todos [os ministérios].» (Entrevista 43/2004).

«Ele [Machel] fez com que a população sofresse por causa de não ter a paciência de Chissano.» (Entrevista 44/2004).

«Machel e Chissano são mesmo diferentes. Machel vinha com posições militares. Vivemos com um governo militar. Isto foi governado a 100% por militares. Chissano é político. (...) Na medida em que ele aparece a fazer [resolver], o simples facto de saber que se pode resolver politicamente um assunto, faz. Machel tinha a insensibilidade de um militar. Não reconhecia a Renamo. Chissano disse que podia conversar. Isso é política. (...) O tempo é que permitia isso [essas diferenças]. Mas isso já não sei dizer...» (Entrevista 45/2004).

«Chissano deu aqui um comício [2001] e havia um jovem que estava lá a assistir que falou. Disse que estava a estudar, não havia emprego, e era preciso dinheiro para tudo. Se quer livro, tem de pagar, se quer matricular, tem de pagar, se quer alguma coisa, tem de pagar, 'Agora, senhor Presidente, como vamos estudar se não temos dinheiro? Como é que o senhor Presidente vê o caso? É preciso dinheiro para estudar'. O Presidente não deu uma resposta correcta. Disse 'Isso não é grande problema. Você pode arranjar aí graxa, uma caixa, engraxar sapatos e pode arranjar dinheiro para ir estudar'. Agora, como é as pessoas podem votar e dar valor ao voto assim? Não dão valor ao voto e as pessoas têm razão. (...) Ele aceitou acabar com a guerra para haver bem-estar para a população. (...) Chissano é paciente, aceita a democracia, acaba a guerra.» (Entrevista 46/2004).

«Com o presidente Machel talvez pudesse surgir isso [paz]. Mas foi Chissano que, muito cedo, quis resolver o problema. (...) Machel foi um 'big' presidente. Este [Chissano] também é um 'big' presidente. Este deixa a pessoa à vontade, para fazer livremente o que quer. Se quer beber, bebe, é com ele. Esses dois líderes, eu acho que sempre são pessoas que dirigiram bem. Não há uma razão de queixa.» (Entrevista 47/2004).

«É sempre a mesma coisa, Machel ou Chissano. Quem está na liderança não agrada a todos, não consegue realizar tudo. A pessoa não consegue resolver tudo. Cada pessoa tem a sua forma de liderar e tudo é positivo com Machel ou com Chissano. Eles não governam sozinhos. Hoje não é só Chissano que governa. Somos nós mesmos. Na minha escola não é Chissano que dá aulas. Sou eu. Naquele momento eu estou no lugar do presidente. O presidente

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

trabalha com o próprio povo. Quem está lá é que é a estrutura. O presidente quando vai visitar tem de ouvir as estruturas para saber os problemas sociais dali e tem de ouvir as estruturas competentes que estão lá. (...) Naquele momento de Machel não sei se era assim, não sei se houve essa autonomia. Mas sempre houve estruturas e ele ouvia as estruturas. Acho que era igual. Não tem diferença com Chissano.» (Entrevista 48/2004).

«Com Chissano as coisas mudaram. Há muitas coisas [bens]. Quem não usa, não é porque não há, é porque não tem dinheiro. (...) A meu ver, o Chissano fez um grande trabalho. Quando Machel estava a governar, sempre a guerra continuava. Chissano conseguiu acabar com a guerra e agora estamos livres, embora que haja bandidagem, falta de emprego, mas isso é normal. (...) Isso [criminalidade], para mim, não é diferente de agora. No tempo de Machel não havia bandidagem, mas havia guerra. Ali na guerra matava-se descontroladamente. Agora há bandidos aqui na cidade e lá fora está tranquilo. (...) O Chissano é muito paciente, gosta de ouvir os outros.» (Entrevista 49/2004).

«Quando entrou este [Chissano], abriu, facilitou, trouxe as coisas [mercadorias para as lojas]. (...) Este [Chissano] é que está normal. A parte da convivência, ladrões, vigilância, era normal com Machel. No tempo deste, Chissano, quando reclamamos que a água e a energia estão caras, dizem 'Abre um poço na sua casa'. Se os preços estão caros, 'Faz seu negócio e faz o seu preço'. Se não aguenta pagar a energia, 'Deixa, corta'. (...) Há diferenças [entre a actualidade e o tempo de Machel]. Hoje quem estuda, a 12ª classe, a 11ª classe, não tem emprego. (...) O nosso presidente Chissano está a comandar muito bem. Os outros é que estão a curvar os mandamentos. (...) Quem está nos gabinetes é que está a desviar os mandamentos. (...) Estou a ver que aquilo que eles andam sempre a falar, não é aquilo que fazem. Ele [Chissano] manda bem, mas as coisas são desviadas por falta de vigilância. Quando ele falou 'O cabrito come onde está amarrado', estragou aí mesmo e não conseguiu recuperar. Quando ele lançou isso do cabrito é que houve a confusão de agora. Aí nos gabinetes, sem mudança [política] não se recupera.» (Entrevista 50/2004).

«Samora fazia as coisas abertamente, talvez porque era analfabeto. Este [Chissano] faz as coisas calado, o que é mais perigoso. (...) Francamente [Chissano homem de paz?], o que Chissano está a fazer é evitar. Se ele tivesse poder, chegava à imprensa e dizia isso, isso, isso. Mas não. Ele é dirigido pelo bureau político que é comunista. (...) Ele [Chissano] não é criador de paz. Ele é guiado pelo bureau político alimentado pelo comunismo. A democracia em Moçambique não existe. Tudo o que aqui existe é doado. Não há lojas, não há desenvolvimento. Chissano é guiado. Como é que há-de existir democracia? Aqui só há uma tribo que se beneficia em nome da democracia. Gaza, Inhambane, Maputo; Gaza, Inhambane, Maputo. Por que é que em Tete não existe ensino superior, sendo Tete o celeiro de Moçambique? Ele, como presidente, não tem voz activa. (...) Como se diz, nós não estamos a saborear a democracia. Quem diz para ele [Chissano] ir falar na imprensa é o comité central. (...) Se Chissano fosse mesmo um cidadão de paz, ele teria aceite no princípio um governo de unidade nacional. Isso poderia ter garantido a nossa democracia. Eles [Frelimo e Renamo] eram obrigados a ser amigos, a conviver entre ministros.» (Entrevista 51/2004).

«Isso de bater nos comícios, o Chissano não faz? Há pessoas que provocam nos comícios. Falam sem medida, à toa. Quando provocam, é assim mesmo. Muitas vezes costumam aumentar as coisas [exagerar] para difamarem um ao outro, para o outro ser mal visto pela população.» (Entrevista 52/2004);

- «A diferença que eu estou a ver é que agora com Chissano, não é dirigir. É fazer negócio. Só quem encontra serviço são pessoas de Maputo. Parece que aqui não tem pessoas. (...) Directores, tudo. Até auxiliar para lavar vem de Maputo. Pessoas do centro e norte parece que são gafanhotos para ele [governo]. Se eu tenho filhos, se dou sapatos a um, dou também aos outros. Não vou beneficiar um só. O pai tem de beneficiar todos por igual. As pessoas vão sentir.» (Entrevista 54/2004).

«O presidente Chissano, o que fez, não é pouco. É muito. Quando o Machel estava vivo, essas casas que está a ver aí [de alvenaria], não havia esse tipo de casas. Era tudo de pau-a-pique. Agora é de alvenaria. Estão a aparecer em todo o lado. Agora toda a gente está bom. (...) Chissano é muito calmo, não é nervoso, aceita ser insultado. (...) Ele pede opinião. Ele pede opinião sozinho. As pessoas falam. Ele ouve. (...) É muito diferente [a vida na actualidade e no imediato pós-colonialismo]. A vivência já é outra.» (Entrevista 55/2004).

«Este [Chissano], apesar de 'deixa-andar', no seu todo não é negativo. Este governo de Chissano tinha como ponto positivo o comportamento dele. É um indivíduo maduro. Esses outros que vêm estou a ver como pessoas de pouca confiança [Armando Guebuza ou Afonso Dhlakama].» (Entrevista 56/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Aquele [Chissano] é que é mau. Mau porque não divulga as coisas. Machel apontava logo (...). (...) Chissano não é um homem de paz. A Renamo, de princípio [eleições de 1994] até hoje, a Renamo tem ganho [as eleições]. Mas ele faz manipulação. Em 94, na segunda vez [1999] a mesma coisa. Toda a gente a ver. Este ano [2004] vai ser o mesmo. (...) Este ano, alguém vai entrar no mato. (...) Não estou a dizer a Renamo. Pode ser um outro partido. Se já estão fartos dessas coisas? (...) Este ano vai ter confusão. Mesmo que a Renamo ganhe, a Frelimo não vai aceitar!» (Entrevista 57/2004).

«O Machel era um homem que defendia o povo. (...) Chissano é diferente. Deixa arrastar as coisas de qualquer maneira e existiu esta corrupção toda. (...) A paz não se atribui a Chissano. É feita a nível internacional. Sem isso nunca chegavam a consenso. O povo estava a morrer. Se Chissano teve o gesto de chegar aos acordos para se chegar à paz, depois disso não fez mais nada. Ele foi depois mau e cínico. Ele não se portou como homem.» (Entrevista 58/2004).

«(...) a vida tornou-se mais fácil com o governo de Chissano, porque com o anterior não era aquela liberdade que hoje usufruímos. Isso faz muita diferença.» (Entrevista 59/2004).

«(...) Ele [Chissano] quando fala uma coisa, as pessoas não seguem o que ele fala, não fazem o que ele diz e ele não intervém ou por medo dos outros que estão no topo. Ele pode ter medo que esses do topo reivindicuem, por isso fica calado. (...) Chissano é calmo, deixa muita coisa passar. Ele é calmo... não é porque ele é calmo, mas como ele sabe, ele não actua quando não sabe as coisas. Ele primeiro ouve e percebe. Primeiro entende as coisas. Só depois faz. Ele não faz as coisas com barulho. (...) Isso é muito bom. Não agita as pessoas. O mal é deixar passar o crime. É por isso que o sector público não funciona de forma correcta para beneficiar qualquer um. Aí nas repartições, quem consegue é quem é conhecido. No emprego é a mesma coisa. Se você não é conhecido, mesmo com nível [escolar], pode ir sentar em casa.» (Entrevista 60/2004).

Nota 53

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a Armando Guebuza

«Guebuza é violento. Isso vai fazer acabar o crime organizado? (...) Não vai acabar! Ele já está comprometido.» (Entrevista 3/2004).

«Chissano para Guebuza não traz nada. Tudo há-de ficar na mesma.» (Entrevista 4/2004).

«Agora começam a aparecer uns com a percepção de que o que ele [Mondlane] fez não foi aquilo que a própria Frelimo diz que ele fez. Agora há a tendência para desvalorizar o Eduardo [Mondlane], como se ele fosse mais um militante da Frelimo. O contrário está-se a fazer com o Guebuza em que se está a insistir em coisas que dizem que ele fez.» (Entrevista 5/2004).

«Guebuza não garante, por si, a mudança. O que sei é que, desde Mondlane, cada dirigente é diferente. Transformação [com Guebuza] sim, mas de que tipo, não sei. Depende. Pode ou não eliminar a corrupção e a criminalidade. As mudanças são garantidas.» (Entrevista 7/2004).

«Guebuza, vamos ver. Mas acredito que vai seguir bem.» (Entrevista 8/2004).

«Guebuza é mau. Vimos aqui em Tete evacuar pessoas para o Niassa ["operação produção"]. Era com ele isso. Mas ele já cresceu. Tem agora outras ideias e até deve andar atrás de Chissano. (...) Nós andámos aqui, no tempo em que Guebuza mandou fazer isso, a ir buscar pessoas aí, mulheres sem marido para o Niassa. (...) Nós fazíamos aquilo. Éramos mandados. Se eles mandavam, nós tínhamos que cumprir. Nós comíamos na pensão e, de noite, saíamos em grupos de dez com uma arma. Se vissemos muita paródia, carregávamos as pessoas para a cidade.» (Entrevista 10/2004).

«Eu nunca vi a forma como trabalhou Guebuza. Não sei se vai trabalhar bem. É difícil tirar uma conclusão antes de se ver como se vai comportar a pessoa.» (Entrevista 15/2004).

«Não sabemos o que Guebuza vai fazer. Ele diz que vai acabar os bandidos. Não sei se quem matar há-de ser matado. (...) Há muitos ladrões e é difícil acabar com isso. Eles [governo] só falam. Ele [Guebuza] está a falar assim só para meter medo às pessoas.» (Entrevista 17/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Mesmo que Chissano saia, ele pode continuar a dirigir. Guebuza não vai ser um homem só. Ele não vai governar sozinho. Guebuza tem de desfazer a constituição e impor leis para pôr disciplina no país. Isso não vai de um dia para o outro. Vai levar muito tempo. O mundo de hoje é diferente. O mundo, a sociedade, podem melhorar ou piorar. Hoje não depende tanto da vontade do governo. (...) [Guebuza] Tem de ouvir os outros.» (Entrevista 18/2004).

«Guebuza e Dhlakama não diferem. Guebuza é um autêntico Samora Machel. (...) Mas estou ciente de que ganhando o Guebuza o comunismo volta. (...) [Com Guebuza] Uma camada pode beneficiar. (...) Acho que o comunismo será um pouco diferente. (...) Mas Guebuza não aceita a igreja. Estive com ele lá na Beira e ele dizia que "Nós não queremos resolver o problema do céu, mas da terra". (...) O importante é que ele aceite a igreja. Guebuza vai provocar conflitos com os dirigentes, pelo menos com alguns. Ele e o Sérgio Vieira são agressivos nas palavras. Aqueles que estão ligados à corrupção vão ser atingidos. (...) Se se mantiver o governo actual a democracia em Moçambique vai acabar porque Guebuza vai calar os outros partidos. A Renamo vai acabar.» (Entrevista 19/2004).

«Não há diferença entre esses dois [Guebuza e Dhlakama]. O que for governar tem de ver o país como moçambicano. Qualquer deles tem de ver o seu povo, ver o que está a faltar, o que as pessoas precisam aí nos diferentes sítios.» (Entrevista 20/2004).

«Parece que Guebuza vai ser como Machel. É muito nervoso. Se as coisas ficarem difíceis, vamos ver que é tempo de Machel outra vez. Nós só queríamos Chissano, mas ele saiu sozinho. Com ele nós vimos comida, roupa, escola para criança, tudo aí.» (Entrevista 22/2004).

«Guebuza nunca vai tratar um assunto que o partido não sabe. Ele faz aquilo que o partido programa. Chissano será um conselheiro de Guebuza. Não vai deixar as coisas de qualquer maneira [Chissano]. (...) Com Chissano a assembleia da república tem muita força. Com Guebuza o poder será quase o mesmo. (...) Como Guebuza é do mesmo partido, acho que não vai haver diferença.» (Entrevista 24/2004).

«Guebuza e Dhlakama, não sei quem é melhor. Guebuza, não sei como ele vai fazer. Dessas duas pessoas, quem é o melhor, não sei. (...) Guebuza... Já estava a ver que esses todos são machanganas. É sempre a mesma coisa. (...) Como já estamos em democracia é sempre a mesma coisa. (...) As pessoas dizem que Guebuza e Dhlakama são o mesmo.» (Entrevista 26/2004).

«Guebuza há-de ganhar [as eleições de 2004]. (...) Ele é um grande frelimista. Se Chissano deixou a pasta é porque confiou nele. Não ia sair assim de qualquer maneira.» (Entrevista 29/2004).

«Eu não acho bem termos um novo Machel [Guebuza]. Mas com ele [Guebuza] no poder, cada área vai assumir a função para a qual foi criada. Hoje diz-se que os polícias são coniventes com os ladrões. A verdade é que não têm ordens para fazer mais. Ele [Guebuza] não pode ser igual a Machel por causa destas mudanças todas que se operam no país.» (Entrevista 30/2004).

«Eu sei que Guebuza foi antigo combatente, estava na luta junto com Samora e outros. Mas dele não sei grande coisa.» (Entrevista 33/2004).

«A máquina da Frelimo, os donos da Frelimo, são esses: Armando Guebuza, Marcelino dos Santos, Mariano Matsinhe. Esses é que são os donos. Ele [Chissano] só está a dirigir, a guiar esses. (...) E Guebuza, em 50%, vai ser herdeiro do sistema de governação de Samora. (...) Aqui em Moçambique, quando se implementou a democracia, eles não se sentaram para fazer uma análise. Há três ou quatro modalidades de democracia. Eles escolheram a mais avançada. Até Guebuza hoje reconhece isso. Ele mima muito o seu eleitorado. Vai a todos os sítios. Mima as pessoas. Ele diz que 'O povo é que é o nosso patrão. Sem o povo, nós, os dirigentes, não estávamos aqui!' Ele diz isso. Essa democracia com o problema da pobreza absoluta que, há uns anos, atingiu 95% das pessoas, mesmo que agora esse número diminuiu, essa democracia não dá. (...) Logo que Guebuza ganhe vai ter de alterar alguns mecanismos da nossa democracia que está a ser administrada de maneira abusiva, a liberdade é usada de forma abusiva. Essa liberdade absoluta está a castigar os mais pobres. Olhe para os abusos da corrupção. Foi aprovado o projecto anti-corrupção, mas não se faz nada. É preciso fazer. O sistema de fiscalização das autoridades, em todos os lados, não funciona. A inspecção em Moçambique, nas lojas e tudo o mais, não está a ser respeitado.» (Entrevista 35/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Não sei como Guebuza trabalha. Mas pelo comportamento dele, há-de conseguir segurar o país. Ele tem muita capacidade para governar o país. (...) Se as pessoas votarem para a Frelimo ganhar, é porque a Frelimo está a caminhar bem, a trabalhar bem. Por isso nós votamos na Frelimo.» (Entrevista 36/2004).

«Este ano [2004] o Sr. Chissano está de fora. Indigitou Guebuza. Eu não acredito que Guebuza vai vencer. Pelos antecedentes dele - isso da 'operação produção' [1983] e não sei que mais - só os miúdos de dezoito anos não sabem o que ele fez. Muitos moçambicanos fugiram - estão na Zâmbia, no Malawi, África do Sul, Portugal - por causa dele. Fuzilamentos, prisões arbitrárias, muitas coisas. Se eles [Frelimo] conseguirem [vencer] nós vamos aceitar estar na oposição. Guerra já não há mais. (...) Guebuza pode querer limpar a corrupção como fez com a 'operação produção'. Ele pode querer voltar a fazer isso. Mas ele não consegue repetir. Muita gente agora já abriu os olhos. Já sabe ler, já vê bem as coisas. (...) Eles sabem muito bem que a Renamo pode governar. Mas eles temem a vasculha das coisas que eles roubaram. Perguntaram a Guebuza, um jornalista, perguntou a Guebuza como é que ele enriqueceu. Ele disse que foi a criar patos. A criar patos, galinhas, alguém enriquece? Alguém pode enriquecer daquela maneira com patos e galinhas? Só se patos somos nós! Só uma criança pode acreditar nisso!» (Entrevista 39/2004).

«Não sei se Guebuza vai governar melhor ou pior, porque não está no poder. O povo só quer que quem governe resolva os seus problemas. (...) Guebuza se fizer o que o povo quer, o povo há-de gostar. (...) Como o voto é secreto, cada um vota no que quiser. Nós só podemos esperar pela divulgação. Cada um só pode votar na pessoa.» (Entrevista 40/2004).

«O Guebuza... ele não é novo, viveu directamente com os outros e vai manter a linha de rumo.» (Entrevista 42/2004).

«Raul Domingos e Guebuza, deles só vi a negociação da paz.» (Entrevista 42/2004).

«Eu não posso desenvolver essa questão [da liderança de Guebuza] porque não vi o mandato de Guebuza. Mas ele não pode voltar com a ditadura porque o moçambicano já está um bocadinho atento.» (Entrevista 43/2004).

«Só ouvi uma vez quando foram assinar o acordo de Roma e Guebuza estava lá, mas não conheço o trabalho dele.» (Entrevista 49/2004).

«O mandamento de Guebuza não sabemos se vai ser como Chissano ou Samora. Quando ele começar a governar é que vamos saber se está a melhorar ou a piorar. (...) Guebuza fala 'Vamos mudar', mas não consegue. Depois de ganhar, continuam as coisas. Ele sabe que 'Vou comer durante cinco anos'. Nós descobrimos essas manobras quando as eleições estão próximas.» (Entrevista 50/2004).

«Porque querem ser sempre os mesmos? Guebuza deu 24/20 [1975], empurrou as pessoas para o campo de reeducação, a minha mãe, a minha filha, como é que vão olhar para ele? Que futuro ele vai dar às pessoas? Porque não escolhem esses novos? (...) Esta mudança [de Chissano para Guebuza] não muda nada. Talvez até pode mudar para o pior. Ele há-de ser a mesma coisa, ser dirigido pelo comité central como Machel. Ele pode fazer pior que Machel. Ele pode criar graves problemas, pior do que Machel. Machel era sozinho. Este não. Tem pessoas contra. O que pode acontecer? (...) A própria Frelimo fala isso. Nem daqui a cem anos há-de deixar o poder. (...) Guebuza falou agora, aí em Nampula: 'O governo foi sempre o meu desejo. Eu hei-de governar a todo o custo!' O que é isso? Têm de deixar os filhos governar. Será que o povo há-de ter poder? Até hoje nós não sabemos o que há-de ser de Moçambique.» (Entrevista 51/2004).

«O Guebuza está no partido Frelimo. Quando digo isso, serem eles a escolher, não resulta. Eles, entre eles, conhecem-se. Não é difícil ele ser governante. (...) Eu digo que se mudar, entrar Guebuza, as coisas vão continuar como estão porque ele também é da Frelimo. Não há-de haver diferenças. Eu posso ter três, quatro mulheres. Entre as mulheres pode haver diferenças. Uma é mais velha, outra fala mais. Elas são diferentes. Mas o marido é o mesmo. Eles [da Frelimo] estão no mesmo ramo.» (Entrevista 52/2004).

«Não sabemos o que ele [Guebuza] vai trazer para nós. Nós ficamos só à espera.» (Entrevista 53/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Guebuza, só ouvimos falar. Sabemos que é antigo combatente, que esteve na luta junto com os outros. Mas só quando estiver no poder é que vamos ver. Ninguém sabe. Só conhecemos Chissano. (...) [Guebuza recuperar postura de Machel] Não sei.» (Entrevista 55/2004).

«Quando leio alguns livros, quando apanho a história de Guebuza, ele pode mudar se governar, mas o comportamento passado dele marca desconfiança. Naquela campanha dele, 'operação produção', como eu falei há bocado do ponto de vista negativo daquele tempo, isso que se fez era quando não havia amor entre as pessoas. Alguns não viveram, não voltaram. Foi um programa deste [Guebuza]. É daí que aparece a desconfiança. Talvez ele venha a mudar de comportamento. Ele pode vir dizer que actuou daquela maneira porque o país estava numa situação difícil. Mas a desconfiança pode aparecer.» (Entrevista 56/2004).

«Guebuza é só perder tempo. Ele mandou muita gente na reeducação. Aquele é ditadura.» (Entrevista 57/2004).

«O Guebuza diz que vai acabar com o 'deixa-andar'. (...) Ah!... Não vai conseguir!» (Entrevista 58/2004).

Nota 54

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a Afonso Dhlakama

«Dhlakama inicialmente não estava muito preparado quanto ao domínio do seu sistema nervoso. Mas por acção dos conselheiros, experiência, hábito de falar, essas coisas, com o tempo Dhlakama conseguiu dirigir os seus homens. Teve punho para dominar o seu elenco. Ele tem problema de quadros. Mas com a coligação dos outros partidos, ele deu passos significativos. Só que há medidas, dentro da própria Renamo, sobre os quadros seniores que são massenas [e não n'daus como Dhlakama], medidas que são preocupantes. Com a actuação que ele tem diminui a confiança de alguns. A partir de Raul Domingos e outros. Todos são massenas. São quadros seniores com a agravante de Raul Domingos ter fundado o partido dele [Partido para a Democracia e o Desenvolvimento - PDD]. Entre eles a confiança diminui e, depois, a própria população não confia. Ouço dizer que o David Alone foi desalojado. O clima da Renamo cria dúvidas e isso pode ter reflexos na votação.» (Entrevista 7/2004).

«Dhlakama - ele é um político, tem uma doutrina. No passado ele não ia conseguir dirigir. Mas hoje talvez ele pode dirigir. Se ele ganhar [as eleições] vamos ver o que ele pode fazer.» (Entrevista 8/2004).

«Muita gente vê o Afonso Dhlakama como analfabeto. Dizem que quem tem estudos é que pode fazer melhor. Mas isso não quer dizer nada. Ele pode ser mais inteligente que o Presidente [Joaquim Chissano]. Agora que ele está fora, pode ser que ele esteja a preparar outras maneiras de governar. (...) Ele pode ser capaz. Nós estamos cansados de ver a Frelimo cantar, cantar e ficar tudo na mesma. (...) A Renamo tem problemas de quadros. A Frelimo também começou assim e a Renamo pode ter também.» (Entrevista 12/2004).

«Dhlakama, como ele vai comandar o país não sei. Mas a Frelimo está há tantos anos e já sabemos. (...) Se a Frelimo ganhar está bom. Nós queremos só a Frelimo que tem quadros para mandar o país.» (Entrevista 16/2004).

«Ele [Dhlakama] é um moçambicano a lutar também para dirigir este país. Mas não é só ele que quer isso. São muitos. Mas se [Dhlakama] governar pode vir a criar mais problemas no país. Ele é ditador demais e não tem aquilo de ouvir e ir estudar para poder implementar. (...) Ele actua só. Dirigente tem de ouvir, analisar e depois implementar. Não é ouvir e implementar. Com ele [Dhlakama] haverá mais crime, mais crime. (...) A Renamo tem quadros, mas não pode dirigir o país. Esses quadros que eles têm não deixam as pessoas falar livremente perante eles. Eles metem terror nas pessoas. (...) Nas viagens que ele fez [Dhlakama], não há reunião que ele faz sem espancar ou torturar as pessoas. Esses quadros dele são assim.» (Entrevista 18/2004).

«Dhlakama: não conheço, mas através da guerra que ele fez ele é agressivo. Mas o que eu admiro é que ele tenha dito que queria a paz, que não voltava à guerra, e cumpriu a sua palavra. Se quisesse, já podia ter voltado [à guerra]. Isso eu admiro. (...) Dhlakama pode gerir o país. Se ele geriu o partido dele durante dezasseis anos, é capaz [de governar].» (Entrevista 19/2004).

«Não há diferença entre esses dois [Guebuza e Dhlakama]. O que for governar tem de ver o país como moçambicano. Qualquer deles tem de ver o seu povo, ver o que está a faltar, o que as pessoas precisam aí nos diferentes sítios.» (Entrevista 20/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Mas se a Renamo é um partido é porque pode governar. Ele [Dhlakama] tem cabeça para dirigir a família dele [Renamo]. Ele pode não ter quadros suficientes, mas com o andar do tempo pode conseguir.» (Entrevista 21/2004).

«Cada qual tem o coração dele. Depende do coração. (...) Nós estamos com medo. Não sabemos se a Renamo [por causa das eleições] pode voltar para o mato. (...) Confio em Dhlakama, mas não sei se as coisas vão mudar ou não.» (Entrevista 22/2004).

«O que fala Dhlakama é o que a população sente. Ele fala o que a população sente. Por isso ele tem tido o apoio de um terço da população. Ele fala o que a população sente e sofre. (...) A capacidade de [Dhlakama] mandar... mas Chissano também não manda sozinho. Ele ouve e mantém a ordem. Dhlakama pode governar com outros. É que ele fala o que a população sente. (...) A Renamo tem bons programas, mas não sabemos se vai fazer como o alemão Hitler. Hitler tinha um bom programa para os alemães, só que depois de ganhar não cedeu ao que a população queria (...). [Pedi para clarificar a relação que o entrevistado estava a estabelecer entre Hitler e Dhlakama no sentido de o último, uma vez no poder, ser tão violento quanto Hitler] Mas Dhlakama não dá medo. Ele sempre tem falado de Chissano como irmão dele. Se ele fala isso é porque não tem aquela violência. (...) Dhlakama conseguiu deputados, conseguiu quadros. Aqueles que estão na assembleia da república pela Renamo não seguraram armas e os soldados da Renamo entenderam quando Dhlakama explicou por que razão teve de chamar aquelas pessoas que eram simpatizantes ou gostavam da Renamo, mas não lutaram. Os soldados entenderam. Ele vai conseguir da mesma maneira encontrar pessoas para dirigir o país.» (Entrevista 24/2004).

«Guebuza e Dhlakama, não sei quem é melhor. (...) Há muita gente que passa por aqui para dizer para votarmos nesse ou nesse. (...) Há outras pessoas que dizem que Dhlakama não tem dinheiro, não tem poder. Dizem 'Vocês vão sofrer'...» (Entrevista 26/2004).

«O senhor Dhlakama... eu estou duvidoso de ele vir a dirigir perfeitamente este país. Primeiro porque ele é um rude nos modos de falar. Quando o governo mudar [para a Renamo] este país poderá voltar para o pior. Se ele ganha poderá ser pior. Entramos nas condições mais difíceis. (...) No partido dele, os pequenos dirigentes, esses que estão aqui nos bairros, aqui nas povoações, quando são dadas algumas coisas para dar à população, como madeiras e outras coisas, eles vendem. Se eles tiverem muito poder, o que será? Pelo menos estes que estão no poder [Frelimo] já beneficiaram, já acumularam, já estão saciados. Vão deixar alguma coisa para os pobres, como já têm o deles. (...) A mudança [do partido no poder] na Zâmbia estragou tudo. Quando saiu Kaunda, vieram estes novos e tudo ficou estragado. Eles até tinham de vir vender capulanas aqui em Moçambique para poder viver. (...) [A Renamo não ter quadros] Não é correcto. Nem a Frelimo saiu logo com quadros. Depois evoluíram, o que a Renamo também poderá fazer. Quando reparamos, vemos quadros da Renamo na Assembleia [parlamento] a falarem coisas importantes. (...) O problema é que ele [Dhlakama] é violento, mas pode mudar de ideia se for chefe de estado.» (Entrevista 27/2004).

«A oposição forte é da Renamo, mas... ele [Dhlakama] ainda não tem espírito democrático. Às vezes quando há comício da Renamo, aí na escola de Chicolode, se eu sou polícia, passo ali à civil, sem farda, umas pessoas dali identificam-me e dizem 'Aquele ali é polícia, batam lá!' Eu sou espancado. Eles sempre arranjam essa confusão. Não há motivo para um cidadão ser agredido num comício público. Aquilo é um lugar público, livre, qualquer um pode ir. Por eu ser polícia não quer dizer que eu sou do 'A' ou do 'B'. (...) A Renamo com Dhlakama me parece difícil ascender à governação. A Renamo tem quadros de facto. Podem governar muito bem, mas não com Dhlakama. Ele é autoritário, mesmo no interior do seu elenco. Ele não gosta de muitas opiniões. Se a Renamo mudar de liderança, pode ter capacidade para governar o país. Eles aprendem com a democracia e eles têm conselheiros. Mas não com o Dhlakama. Eles também terão de limar algumas arestas para poderem governar. (...) Com o afastamento do Raul Domingos a Renamo perdeu um homem-chave, pela sua postura. Ele era um homem calmo. Depois da guerra, ele ficou pacífico. Mas ele está fora daquele corpo. Não estou a ver uma figura para substituir Dhlakama na Renamo, mas eles têm quadros. Até muitos que estão lá eram pessoas que saíram da Frelimo. Todos eles eram da mesma panela. Tenho amigos aí da Renamo. Conheço pessoas que são da Renamo. Eles próprios quando conversam criticam Dhlakama. Ele tem de ser pacífico, não só na fala. Ele tem de fazer como fala. Não é só falar 'paz, reconciliação, democracia'. Talvez ele tenha maus conselheiros. Ele algum dia pode ascender ao poder, mas as coisas não vão melhorar. A não ser que haja conselheiros insistentes.» (Entrevista 30/2004).

«O Dhlakama ter ou não estatura para chefe de estado é uma coisa psicológica. Alguns dizem que para ser presidente é preciso ter um nível académico elevado, boa posição social, vida estável. As pessoas pensam assim.

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

Mas isso depende. Tudo é possível. No caso do chefe de estado só podemos avaliar a pessoa quando lá estiver, na prática. [Dhlakama] É uma hipótese e tudo é possível. Quem sabe um dia ele ganha e mostra que é capaz em algumas áreas. O presidente é uma coisa que se faz. Chissano também para chegar a presidente passou por várias fases.» (Entrevista 33/2004).

«Se a Renamo ganhar vai mudar para pior. Isso porque antes de ganharem as eleições, entre eles lá no partido, há muita confusão entre eles lá dentro. Há lá muito barulho. (...) Dhlakama não tem capacidade para governar o país. Ele é muito nervoso. Para governar é preciso ter paciência. Ele diz que mudou, que vai ser diferente, mas isso é para as pessoas votarem nele. Ele tem pouca capacidade de governação. Por isso é que Raul Domingos abandonou. Há também outras pessoas lá da Renamo com problemas com o Dhlakama. Pessoas lá da Renamo. Se agora já é assim, quando entrar no governo o que irá haver?» (Entrevista 36/2004).

«[Se Dhlakama ganhar as eleições] Estou a prever uma desgraça. Se eles [Renamo] ganham, é autoridade abusiva, é arrogância. É isso que eu sei. Estão a demonstrar a arrogância deles e quando tomarem o poder vão exagerar. (...) Dhlakama é igual a Machel, por isso os dois não se entendiam. Se Machel estivesse vivo, não sei se a guerra ia acabar ou não. (...) Não sei, é uma dúvida que ainda hoje tenho. Até aqui estou em dúvida. (...) O problema da Renamo não são os quadros, é o líder que tem de mudar a postura. Ele, até aqui, nunca mudou.» (Entrevista 37/2004).

«O Dhlakama não tem postura de chefe de estado? Samora também não tinha e governou! (...) Aquilo [liderança local da Renamo em Tete] muda muito porque o nosso presidente [Afonso Dhlakama] não sabe resolver as coisas. Não sei se aquilo é vergonha. Ali há muita inveja. Ele [Dhlakama] ouviu umas coisas que dizem que eu pratiquei. Mas nunca me disse o que ouviu. Nunca falou comigo directamente. Antes do acordo geral de paz ninguém queria ser delegado da Renamo com medo de morrer. Depois já havia muita ambição. Foram caluniar que eu andava a fazer 'chapa cem' e a caçar com o carro [do partido, por isso foi afastado do cargo de delegado provincial da Renamo em Tete]. (...) Mas o presidente [Dhlakama] devia ter feito a acareação. Ele devia ter a certeza. Punha-me em frente à pessoa que lhe tinha dito que eu fiz aquilo. (...) Mas ele não fez isso. Ficou no coração aquilo. Mandou-me exonerar. Quando eu fui lá perguntar, ele disse que não sabe. Ele devia ser sério e direito. Prepotente e ficávamos logo 'kites'. Ele, depois, prometeu-me que me ia dar isto e aquilo. Até aqui não vi nada. Não vi uma quinhenta da Renamo. Mas outros estão a receber. Três, quatro milhões [de meticais]. Eu trabalhei à borla. Só por amor à camisola.» (Entrevista 39/2004).

«Dhlakama... o que eu gosto na oposição são as questões boas que eles colocam quando a Frelimo tenta pisar, esconder, apagar um caso. Eles obrigam a discutir assuntos, a fazer leis, artigos. A Renamo, o seu líder, não são como os outros partidos. Há muitos outros partidos, mas não são como a Renamo. A Renamo ganhou lugar pelo que fez. Eles já vêm de há muito tempo. Foram eles, Dhlakama e Chissano, que fizeram a paz. (...) A oposição é um adjunto do governo. Eles têm quadros deles em todos os sectores que podem dizer que isto, isto, isto, não está bem e discutirem as coisas. (...) Há muitas linhas que a Frelimo não queria ver e a Renamo diz que não pode ser assim. Por isso eu fico atento ao que dizem. Como estão a trabalhar está bom. (...) Se eles [Renamo] fizeram as leis, sabem o que está ali, discutiram, prepararam, nem que mude o governo, [isso] altera poucas questões.» (Entrevista 43/2004);

«Dhlakama tem condições para ser chefe de estado, mas ele tem uma visão de uma ditadura. Em muitos comícios há problemas de repressão. Por mais que não seja ele a fazer isso, as pessoas que ficam com ele, posso dizer, os subordinados dele, amedrontam as pessoas. (...) Isso não é só crítica, há mesmo essa violência quando, nos comícios, ele está a falar. (...) A Renamo pode [governar], mas não com a figura dele [Dhlakama]. (...) A Renamo com outra figura, talvez.» (Entrevista 44/2004).

«[Dhlakama] O tempo que ele está a fazer política, ele podia ter mudado muito. Mas entendo que não lhe ajudaram. Ele foi guerrilheiro, agora está na carreira política. Ele tem muito que aprender. (...) Ele é popular. Tem carisma. (...) Eu não sei que tipo de governação ele pode vir a ter. Se tiver um governo com muita abertura para convidar políticos e moçambicanos com qualidade, ele assim pode ser um chefe de estado. (...) O que muitos temem [de uma eventual vitória da Renamo], se [Dhlakama] dá ou não dá [para chefe de estado], é o medo de voltarmos ao sofrimento e provarmos outra vez piores dificuldades. Não é o país que conquista as simpatias externas, são os partidos. Eles conquistam essas simpatias em nome do povo, mas com eles à frente. A Frelimo [se perder] vai criar dificuldades onde há simpatias externas. Em termos de apoios, projectos, etc., etc. Eles conquistam simpatias em nome do povo, mas quando não forem eles [a governar] vão fechar, criar dificuldades.» (Entrevista 46/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Ele [Dhlakama] quando chega aqui na província de Tete, eu tenho ido aos comícios e vejo que ele mudou. (...) Não foi este ano, parece que foi 2003 [o comício]. (...) Fui com um meu amigo. (...) Ele diz que se o país não acaba com os ladrões é [por causa d'] o problema do desemprego. E o emprego, quando aparece, é só para algumas pessoas. (...) Ele falou boas coisas. Eu só ouvia dizer que ele é mau, mata as pessoas. Mas eu vi que não. Ele talvez pode melhorar as coisas. (...) Não havia problema de ele ir lá [Mitsanha, Boroma]. Só que o secretário, os chefes de bairro, os chefes de dez casas não se apresentavam. Esses são todos da Frelimo. Mas a Renamo lá ainda não chegou.» (Entrevista 49/2004).

«Há muito tempo ele [Dhlakama] era mau, mas não sabemos se ele pode continuar ou não com aquela ideia do mato ou não. É por isso que estamos a duvidar se ele pode ou não [governar]. (...) Mas uma pessoa, qualquer um, tem de falhar sempre [em alguma coisa]. (...) Ninguém pode saber se eles [Renamo] têm quadros ou não. Se ele governar e vermos que está certo, está bem. Se ele piorar, o povo vai pedir para tirar. Vai sair e mete-se outro. O povo não custa dizer. Para sair é que pode custar. (...) Só depois dele [Dhlakama] mandar é que vamos ver. É mesma coisa com Guebuza. Só depois de mandar é que vamos entender. A confusão está nos gabinetes. Eles podem mandar, mas não estão a cumprir aquilo que diz.» (Entrevista 50/2004).

«Eu tenho um sentimento humano [para com Dhlakama]. Samora Machel não foi licenciado. Aquele homem [Dhlakama], não é que trouxe a democracia aqui em Moçambique? Ele merece reconhecimento. Ele deu a vida dele para conseguir isso. Esses intelectuais podem ser conselheiros. O homem merece. Não lhe dar aquilo que ele sonha pode causar problemas. Ele merece realizar esse sonho. (...) Os intelectuais hão-de governar. Pode haver referendo, eleições urgentes se se falhar. Ele sonhou com essa presidência. Deixem. Ele merece. (...) A Frelimo está aqui, Chissano está aqui, porque não podemos deixar Dhlakama governar? (...) A própria Frelimo fala isso. Nem daqui a cem anos há-de deixar o poder. Mas nós não vamos aceitar que o outro seja da oposição vinte anos. Se o outro falhar não é uma honra para a Frelimo voltar a entrar? (...) Agora, o outro [Dhlakama] diz: 'Estou cansado de estar na oposição!' Qual será o nosso papel?» (Entrevista 51/2004).

«[Sobre a eventual governação de Dhlakama] É a mesma coisa quando uma pessoa nasce criança. Não se sabe se vai ser bandido ou boa pessoa. Isso vamos ver quando crescer. Se votarmos em Dhlakama não sabemos se vai mudar [a situação, as condições de vida das pessoas]. Mas nós queremos mudar o governo para as coisas mudarem ou não. (...) [Se Dhlakama tem ou não capacidade para ser chefe de estado] Mas pronto... bem... eu digo que uma pessoa como eu, desempregado, estou a precisar de trabalhar, só quando eu trabalhar é que vão ver se eu sei ou não trabalhar, se sou preguiçoso, não sei quê. Ele [Dhlakama] desde 92 tem aparecido nas províncias, as pessoas dão opinião, ele ouve. Mas só quando ele governar é que vamos conhecer as atitudes que ele vai trazer. Era melhor escolhermos a ele para vermos como ele é. Sempre a falar e ele não estar, não está a dar nada. É bom ele também governar. Isso não é para ele governar até morrer, até ao fim do mundo, como dizem. Ele pode acabar quinze, dez anos a governar e há-de haver outros e vemos as diferenças. (...) [Sobre Dhlakama ser ou não uma pessoa violenta, um guerrilheiro que não se transformou] Se ele fez isso naquele tempo [da guerra], aquele tempo era outro. Ele mudou de atitude. Eu não entrei no íntimo dele, mas ele pode mudar. (...) Isso de bater nos comícios, o Chissano não faz? Há pessoas que provocam nos comícios. Falam sem medida, à toa. Quando provocam, é assim mesmo. Muitas vezes costumam aumentar as coisas [exagerar] para difamarem um ao outro, para o outro ser mal visto pela população. Mas não. (...) Se ele bate no comício, quando entrar no estado vai acabar com essas coisas de corrupção. Vai actuar. Isso vai diminuir. (...) Eu penso assim. Se dizem que ele bate nos comícios é porque as pessoas provocam a ele.» (Entrevista 52/2004).

«Para mim, não mudo para ninguém [da Frelimo para a Renamo]. Fico assim mesmo. Eu mantenho sempre como vinha. Chissano e Dhlakama são irmãos daqui. É preferível ficar assim mesmo. (...) Não sabemos o que ele [Guebuza] vai trazer para nós. Nós ficamos só à espera. (...) O Dhlakama é bom. O Chissano é bom. Eles todos são moçambicanos. Eles estão juntos. Só nós, a população, é que sofremos. Todos estão a trabalhar para nós. Todos eles vão trabalhar para o povo. Nós queremos é que eles tratem de nós. (...) A Renamo tem [quadros]. Como ele [Dhlakama] está a trabalhar? Alguém trabalha numa empresa sozinho? Ele tem pessoas com ele. (...) [Sobre a eventual desorganização do país com uma mudança para a Renamo] Como ainda não nos aconteceu [não sabemos]. Tudo depende deles. Se eles [se] entenderem para mudar, a população vai gostar. A população é como criança. O povo não custa ser comprado. É fácil. (...) Se vier Dhlakama, der sapatos, capulana, milho. Você há-de ver todo o povo em cima dele. Se vier Chissano é a mesma coisa. O povo quer viver bem. (...) Eles [Chissano ou Dhlakama] podem ganhar e o povo fica parado. As coisas não andam boas.» (Entrevista 53/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

«Aquele senhor [Dhlakama] é muito nervoso. Não é só por ouvir. Costumo assistir. Quando ele vem aqui, bate nas pessoas. Bater mesmo. Isso antes de governar. Se chegar a vez dele [de governar], vai-nos matar. (...) [A Renamo tem condições para governar?] Outro da Renamo estar no lugar dele [Dhlakama], talvez. Há muitos [da Renamo] que estudaram. (...) Ele [Dhlakama] melhorou [nestes 10-12 anos], mas ele é muito nervoso e está-nos a assustar. Quando mandar como há-de ser? Ele só é presidente da oposição. E quando for presidente do país, como vai ser? (...) Assisti [em comícios da Renamo] a baterem. Duas vezes aqui [em Moatize]. (...) Quadros, têm quadros [a Renamo], têm capacidade.» (Entrevista 55/2004).

«O meu ponto de vista quanto à futura vida [com as eleições de 2004], tenho pouca confiança nas pessoas que poderão vir [Guebuza e Dhlakama]. (...) Esses outros que vêm [Guebuza e Dhlakama] estou a ver como pessoas de pouca confiança. (...) O senhor Afonso [Dhlakama]... uma parte, através da guerra, nós que perdemos família, foi ele que promoveu a guerra. Talvez ninguém da família dele sofreu. Mas quem se importa com a guerra, diz que ele é cruel. Pode aparecer uma desconfiança sobre ele. É por isso que na parte de Dhlakama e Guebuza, pela acção, não temos aquela confiança sobre o que serão os seus mandatos.» (Entrevista 56/2004).

«A Renamo não tem quadros [para poder governar]? A Frelimo também não tinha. Afinal quadros quem são? Quadros somos nós. São aqueles que estão a trabalhar. (...) Se ele [Dhlakama] não conseguir, há outros no partido. (...) Até era bom mudar [da Frelimo para a Renamo]. (...) É mentira [quando se considera que a Renamo não tem quadros]! A Renamo está cheia de doutores! (...) Há muita gente que diz que os portugueses davam porrada, mas aos malandros. Eu nunca levei! A Renamo [nos comícios] está a dar porrada a quem faz mal, a quem provoca. Às vezes estão a insultar o Dhlakama na cara. Mas não é ele sozinho que faz isso. Nos comícios de Chissano não acontece?! Não estão a queimar casas dos da Renamo? Se a Renamo ganhar o que vai fazer a esses aí? (...) Isso das agressões [nos comícios de Dhlakama em Tete] é mentira. É para desprezar o Dhlakama. Aqui não há problemas. Nas localidades, aí fora, pode acontecer. Mas nas localidades as pessoas provocam. (...) A Frelimo diz que é democracia. O que eles fazem não é democracia. Não deixam os outros partidos à vontade. É por isso que eles batem nas pessoas. Se eles não forem assim, já sabem que a Renamo vai ter sucesso. (...) O recenseamento [eleitoral em 2004] não foi correcto porque eles têm medo. Não fazem recenseamento nas zonas onde sabem que é zona da Renamo.» (Entrevista 57/2004).

«Ele [Dhlakama] pode vir a ter postura [de chefe de estado]. Ninguém sabe qual é a política dele porque ele ainda não governou. Ele pode ter um plano e não implementar, fazer outra coisa, mudar. Quando governar é ver se é isto ou aquilo. (...) [Sobre a violência de que Dhlakama é acusado] Se ele entrou com essa violência que dizem, isso agora está a diminuir. Agora não ouço isso de bater nos comícios. Mas também quem está no poder pode provocar. Entre os políticos há desafios e daí vem a confusão. Mas quem faz isso são os pequenos, são os adeptos inocentes. Eles fazem confusão porque não sabem de política. Implementam o que ouvem e provocam confusão. Não sabem fazer política. Não é insultar, não é bater. Democracia não é assim.» (Entrevista 60/2004).

Nota 55

«Eu só votei uma vez, em 94. Em 99 não fui votar. (...) Porque não tive interesse em ir. Porque sabia que as promessas não iam ser cumpridas. (...) Mudança... mudança, o que eu entendo não é mudar o Manuel pelo João. A mesma pessoa [qualquer que seja] tem de ouvir a população. Mas mesmo assim a Frelimo é difícil perder. A Frelimo ganha sempre. Tem recursos e ganha. (...) Como ali em Moatize. Aquele da Renamo andou a prometer que ia pôr ali água. Era o que as pessoas precisavam. Dois, três dias antes [das eleições] a Frelimo pôs lá três, quatro sítios com água e, pronto, ganhou. A Frelimo dá aquilo que a população quer antes das eleições. Hoje já não há água ali, já avariou. Mas as pessoas já esqueceram. (...) A Frelimo tem recursos, dinheiro, poder para enganar o povo. (...) É gastar tempo ir votar. A Frelimo tem poder. Vai ganhar. E a Renamo, além disso, tem-se queixado de fraude. Eu, isso aí, não sei se há ou não. Mas sei que a Frelimo engana facilmente as pessoas no tempo do voto. (...) Estou recenseado, tenho todos os meus cartões em dia, mas não sei se vou votar [a 1 e 2 de Dezembro de 2004]. A governação deste mundo é um problema. (...) O importante, para nós, é falarmos com quem tem poder para pôr água, energia, resolver problemas. (...) Nós aqui não temos energia. Mas quando temos e pagamos a energia, aquilo inclui taxas para o lixo, taxa para o rádio e muitas outras coisas. Tudo o que compramos no mercado já tem Iva, imposto sobre o valor acrescentado. Todos contribuímos. Eles [os que governam] sabem essas coisas todas. Então podem-nos resolver os problemas.» (Entrevista 24/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Nota 56

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes a suspeitas/acusações de fraude eleitoral

«A Renamo, todos os anos, dizem que ganham [as eleições] e dizem que está a haver batota.» (Entrevista 46/2004).

«Chissano não é um homem de paz. A Renamo, de princípio [eleições de 1994] até hoje, a Renamo tem ganho [as eleições]. Mas ele faz manipulação. Em 94, na segunda vez [1999] a mesma coisa. Toda a gente a ver. Este ano [2004] vai ser o mesmo. (...) Este ano, alguém vai entrar no mato. (...) Não estou a dizer a Renamo. Pode ser um outro partido. Se já estão fartos dessas coisas? (...) Este ano vai ter confusão. Mesmo que a Renamo ganhe, a Frelimo não vai aceitar! (...) O recenseamento [eleitoral em 2004] não foi correcto porque eles têm medo. Não fazem recenseamento nas zonas onde sabem que é zona da Renamo.» (Entrevista 57/2004).

«O que são as eleições? Nunca houve eleições justas aqui. Nunca! Desde 94 a Renamo sempre ganhou. (...) Este ano [2004] estou a ver um problema maior [por causa das eleições]. (...) Na Renamo estamos a ver, está silêncio. Ninguém fala nada. Mas estão a trabalhar. Se a Renamo falar agora, vão dizer que a Renamo está a fazer campanha antes de tempo. (...) Há agora uma verdade. A Renamo respeita os acordos de Roma. A minha maneira de ver, nunca há-de pensar criar um problema sobre as eleições. (...) Pode criar desagrado, mas [a Renamo] não vai no limite da guerra. Mesmo se a Frelimo perder, esperamos que sejam honestos. Mesmo se a Renamo perder pela justa causa, ficará satisfeita. Ficará quieta.» (Entrevista 48/2004).

Nota 57

«Nós [moçambicanos] temos direito de votar. É claro que tenho ido votar desde 94 até hoje [incluindo nas eleições autárquicas]. (...) A Frelimo, antes da eleição, diz que, quando ganhar, vai haver emprego e não cumpre. As pessoas continuam sem trabalhar. As pessoas têm de falar... É por isso que as pessoas não dão valor ao voto. Dobram o papel, só para dizer que vão lá, e põem na caixa. (...) Votam em branco. Não dão valor ao voto. (...) Chissano deu aqui [cidade de Tete] um comício [2001] e havia um jovem que estava lá a assistir que falou. Disse que estava a estudar, não havia emprego, e era preciso dinheiro para tudo. Se quer livro, tem de pagar, se quer matricular, tem de pagar, se quer alguma coisa, tem de pagar, 'Agora, senhor Presidente, como vamos estudar se não temos dinheiro? Como é que o senhor Presidente vê o caso? É preciso dinheiro para estudar'. O Presidente não deu uma resposta correcta. Disse 'Isso não é grande problema. Você pode arranjar aí graxa, uma caixa, engraxar sapatos e pode arranjar dinheiro para ir estudar'. Agora, como é as pessoas podem votar e dar valor ao voto assim? Não dão valor ao voto e as pessoas têm razão.» (Entrevista 46/2004).

Nota 58

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes às representações sobre a fragilidade do sistema eleitoral

«Mas o nosso governo promete e não cumpre. Não estamos a ver nada. Nós demos o que ele pediu [votos]. Ele não nos deu nada e já não passa mais aqui para ouvir e resolver os nossos problemas. (...) Tenho ido votar. As eleições são para ver as mudanças. (...) Vou continuar a votar. Alguma coisa há de se conseguir.» (Entrevista 23/2004).

«Com mudanças [eventualmente resultantes das eleições de 2004] ou permanecendo a Frelimo, tudo há-de ser a mesma coisa. Há quem tem [dinheiro, poder] hoje e há quem não tem. É assim mesmo. Sempre há-de haver quem se lamenta. Por momentos tudo está normal. Nem todos podem estar no poder e se mudar há-de ser igual. (...) Se estão a concorrer para governar [Renamo], se ele [Dhlakama] planificou, vai poder governar. Porque não? Pode ser igual ou diferente [dos que governam agora]. Mesmo se ele ganhar, talvez pode ser democrático. Ele não pode tirar todos os quadros que estão. Ele pode ter professores dele? Ele pode tirar todos os professores para pôr os dele? Ele pode tirar todos os enfermeiros? A Renamo tem enfermeiros? Não pode!... Apenas se vai mudar de presidente. Não possível [mudar tudo]. Talvez há-de mudar a política.» (Entrevista 48/2004).

«Guebuza fala 'Vamos mudar', mas não consegue. Depois de ganhar, continuam as coisas. Ele sabe que 'Vou comer durante cinco anos'. Nós descobrimos essas manobras quando as eleições estão próximas. (...) Muita gente está em dúvida... Eles só querem ser votados e não cumprirem o que dizem. É por isso que há pessoas que não vão votar.» (Entrevista 50/2004).

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

Nota 59

«Não falhei a nenhuma eleição. (...) Toda a gente tem ido votar porque votar é importante, se não tudo fica parado.» (Entrevista 35/2004).

Nota 60

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à importância atribuída à participação eleitoral

«O voto é muito importante para estar junto com os outros. Quem não vota fica sozinho.» (Entrevista 31/2004).

«Desde 94 nunca falhei nenhuma eleição. (...) Nasci mesmo aqui na cidade de Tete e nunca vivi fora. (...) [As eleições são importantes porque] Você notando... cada candidato tem o seu programa. Você começa a balancear, vai votar naquele candidato. Quem não vota, não pode reclamar. Ou não é moçambicano, ou não é pessoa. Quem não vota não pode reclamar.» (Entrevista 37/2004).

«Voto, sim [sempre desde 1994]. (...) De maneira que a pessoa está viva, você tem de fazer o que os outros fazem. Senão você está morto porque já não está com os outros. O governo pode querer abastecer, das roupas, ajudar. Pede o seu cartão [de eleitor]. Você não tem. Vai aí no STAE [Secretariado Técnico da Administração Eleitoral], você não está [não consta das listas]. Aí você não ganha, não está vivo.» (Entrevista 54/2004).

Nota 61

«[Voto sempre] As pessoas são muito activas a votar... eu não diria dessa maneira. A mobilização massiva é que tem levado à participação das pessoas. (...) O povo responde bem à mobilização. Até aqui temos que ser recordados [avisados, lembrados], tem de ir alguém dizer para irmos votar. Há preocupação com que as pessoas vão votar. Se se deixar que seja um dia normal, a pessoa pega na enxada e vai para a machamba, sem saber porque fez isso [porque não foi votar].» (Entrevista 45 / 2004).

Nota 62

«Um dos chefes de dez casas entrevistado, membro da Frelimo, embora exerça o cargo fora da cidade (Changara) mas com presença frequente na cidade de Tete onde tem familiares próximos, referiu: «Costuma ir [votar] sempre. (...) Isso foi-nos dito assim mesmo. Quando chega o ano dos votos, todos vamos votar. (...) Cada um vai por si. (...) Só ouvi dizer que o chefe de dez casas vai com as pessoas dele votar [agora, nas eleições de 2004]. Este ano dizem que é assim. Em 94 e 99 foi cada um sozinho, mas eu estava cá na cidade. (...) [Este ano] O chefe de dez casas fez reunião a avisar as pessoas que o recenseamento [eleitoral] era de 'xis' a 'xis'. (...) Quando há reunião com o chefe de dez casas ou com o chefe de quarteirão vai todo o povo.» (Entrevista 38/2004).

Nota 63

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes às expectativas quanto à transição do poder de Joaquim Chissano para Armando Guebuza

«Vou sempre votar. (...) Eu penso que as pessoas votam porque estão ávidas de ver algo mudar. E acreditam que o voto pode levar à mudança. (...) Não referi necessariamente a mudança para a Renamo. A Frelimo pode ser quem governe, mas é preciso dar peso à oposição. Quando digo mudar, é para evitar a hegemonia de um determinado partido.» (Entrevista 5/2004).

«O poder em Moçambique pode mudar sem nenhum risco. Se se mantiver o governo actual a democracia em Moçambique vai acabar porque Guebuza vai calar os outros partidos. A Renamo vai acabar. (...) Se acabar a democracia o país fica mal governado e isso é um perigo. Para manter a democracia era bom que mudasse para a Renamo.» (Entrevista 19/2004).

«As eleições são importantes para haver mudança de governo. Sem eleições não há mudança. É assim em todo o mundo. Se optamos por essa via das eleições é para a mudança. Se não é melhor não fazer eleições.» (Entrevista 39/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

«Tenho sempre votado] Nunca falhei. Desde 94 até aqui. (...) Eu acho que [os resultados da eleição de 2004] vai depender da caça ao voto. (...) O que eu posso comentar sobre esse assunto [mudar de Chissano para Guebuza ou para Dhlakama] é que nós somos um povo. Mesmo que haja mudança ou não, nós viajamos ali. (...) O partido no poder, é verdade, já tem raízes e quadros qualificados. Tem pessoas próprias para realizar qualquer tarefa no país. Hóspede é hóspede [referia-se à Renamo], é outro, não é o dono [Frelimo]. O dono da casa é que sabe. Há preferência, da minha parte, em continuar o que vinha [Frelimo]. É difícil receber os nossos hóspedes. Se eles entrarem, por exemplo nesta casa, vão gastar tempo a procurar e a saber onde é a casa de banho, onde é a cozinha, onde estão as coisas. Começar com um hóspede é difícil. Mas tudo é possível. (...) Eu não acho que mudar [para a Renamo] possa ser um desastre porque tudo é possível. (...) O que eu posso adiantar é que o voto resolve tudo. Quem diz quem consegue ou não, só depois vamos ver. É como no jogo [futebol]. Só sabemos nos 90 minutos. (...) [Vença um ou outro] Não vejo nenhuma previsão de guerra. Talvez haja alguns descontentes, mas não estou seguro que tenham força para a guerra.» (Entrevista 47/2004).

«Se [a Renamo] ganhar, não vai haver desorganização. Houve isso quando havia guerra e fome. Acho que agora, se fosse a mudar, não vai haver coisas muito mal.» (Entrevista 50/2004).

«No meu ver, penso que Chissano vai sair sem problema. O caminho está livre para a Frelimo ou para a Renamo. Para quem vai mandar bem. (...) Quem ganhar é porque ganhou. Não há problema.» (Entrevista 55/2004).

«A questão do voto é muito importante. Talvez o partido que está no poder... mais vale mudar para ver se muda a política de governação. [Votar] É para procurar quem pode governar melhor o país. (...) Pode haver desvantagens [em mudar para a Renamo] porque o outro [Dhlakama] nunca governou, mas este [Chissano] está há tantos anos. Mas acho que é necessário mudar. Você pode usar a mesma roupa todos os dias e lavar de noite, mas é melhor pôr aquela roupa a descansar um bocadinho e você vestir outra. (...) Quando uma coisa é nova, é necessário... mesmo se Dhlakama não tem quadros com experiência, é sempre necessário mudar. Esses que estão lá estão sempre a falar, dizem que o país está a melhorar, está a desenvolver-se, mas quem tem de ver somos nós. (...) Mesmo mantendo-se a Frelimo, é preciso mudar a política. No partido pode haver indivíduos que trabalham contra a vontade, ou há aqueles que fazem corrupção e difamam quem está no topo.» (Entrevista 60/2004).

Nota 64

«A oposição em Moçambique tem muita credibilidade. Mas os votos são roubados» (Entrevista 3/2004); «Costumo ir votar. (...) Mas a gente costuma ouvir no rádio que houve fraude. A Renamo tinha ganho. Mas o governo ganha sempre. Como é que a Renamo ganha em mais províncias, parece que tem mais votos em seis províncias, mas a Frelimo é que ganha? Nós falamos assim... O que o povo vai fazer?» (Entrevista 4/2004).

Nota 65

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes à associação entre as transições de poder (mesmo por via eleitoral) e a instabilidade política relacionada com processos traumáticos

«Podiam mudar para a Renamo, mas a Renamo não tem quadros. Mas se a Renamo ganhar é difícil governar porque a Frelimo não vai deixar uma quinhenta. E vai haver golpe se a Frelimo perder!» (Entrevista 3/2004).

«Nós estamos com medo. Não sabemos se a Renamo [por causa das eleições] pode voltar para o mato. (...) Confio em Dhlakama, mas não sei se as coisas vão mudar ou não. (...) Parece que Guebuza vai ser como Machel. É muito nervoso. Se as coisas ficarem difíceis, vamos ver que é tempo de Machel outra vez. Nós só queríamos Chissano, mas ele saiu sozinho. Com ele nós vimos comida, roupa, escola para criança, tudo aí.» (Entrevista 22/2004).

«A Renamo também tem boa coisa... Não sabemos... Se tem ou não dinheiro... Se eles [Renamo] ganharem dizem que a Frelimo vai levar todo o dinheiro e vamos ficar como naquele tempo de Samora com bichas, falta de coisas, não sei quê, não sei quê... Mas penso que a guerra não há-de voltar. Não há-de continuar. Porque agora as coisas... vá lá. A guerra não continua.» (Entrevista 26/2004).

«Caso a Renamo chegue à Ponta Vermelha, a Frelimo, se tiver de sair, pode arruinar os fundos, os bens, tal qual fez o governo colonial no fim. Fez uma série de estragos, nas fábricas e noutros lados, antes de se irem embora. A Frelimo vai fazer isso. Eles não deixam o poder de qualquer maneira. Eles não quererão perder as eleições. Caso a Renamo ganhe, em seis meses o governo da Renamo pode sofrer um golpe de estado. A Frelimo tem uma máquina

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

para isso. Todo o povo moçambicano, 75%, estão a favor da Frelimo. (...) Toda a máquina do estado, os empresários, tirando aqueles que têm pequenos negócios que podem estar contra, são todos da Frelimo.» (Entrevista 35/2004).

«A Renamo, em caso de vitória [nas eleições de Dezembro de 2004], tudo vai ficar diferente. Cada um tem a sua lei [Frelimo e Renamo]. Mas para nós será uma coisa nova se a Renamo ganhar. Nós agora estamos a viver melhor, apesar dos problemas, como não haver emprego. Esta vida, vá que não vá, estamos a viver bem. (...) Se a Renamo ganhar vai mudar para pior. Isso porque antes de ganharem as eleições, entre eles lá no partido, há muita confusão entre eles lá dentro. Há lá muito barulho. (...) Dhlakama não tem capacidade para governar o país. Ele é muito nervoso. Para governar é preciso ter paciência. Ele diz que mudou, que vai ser diferente, mas isso é para as pessoas votarem nele. Ele tem pouca capacidade de governação. Por isso é que Raul Domingos abandonou. Há também outras pessoas lá da Renamo com problemas com o Dhlakama. Pessoas lá da Renamo. Se agora já é assim, quando entrar no governo o que irá haver?» (Entrevista 36/2004).

«Há vantagens em manter a Frelimo. É preferível comer massa de farinha grossa e ter bacalhau [peixe seco], ou ter feijão, do que nem comer isso. Eu não sei qual é a política que vai trazer a Renamo. Os políticos, tudo o que falam não vai ao encontro da verdade. Nem tudo o que falam cumprem. É mesma coisa do tempo colonial. Em 78-79, os velhos que viveram nesse tempo, diziam que 'No tempo colonial vivíamos bem. Veio a Frelimo e estragou tudo!' (...) Isso pode acontecer igual se mudarmos para a Renamo.» (Entrevista 37/2004).

«[Nas eleições de 1 e 2 de Dezembro de 2004] Seria melhor manter-se a Frelimo. É melhor assegurar o pouco que temos do que começar de novo. Até pode-se ir ver nos livros de história que dizem que quando o país sofre mudança, tem havido grande queda. Quando ganhar outro partido, vamos sofrer pequenas consequências. Mantendo assim como está seria melhor.» (Entrevista 42/2004).

«O que muitos temem [de uma eventual vitória da Renamo em 2004], se [Dhlakama] dá ou não dá [para chefe de estado], é o medo de voltarmos ao sofrimento e provarmos outra vez piores dificuldades. Não é o país que conquista as simpatias externas, são os partidos. Eles conquistam essas simpatias em nome do povo, mas com eles à frente. A Frelimo [se perder] vai criar dificuldades onde há simpatias externas. Em termos de apoios, projectos, etc., etc. Eles conquistam simpatias em nome do povo, mas quando não forem eles [a governar] vão fechar, criar dificuldades. (...) Esse medo popular [de mudança] serve a Frelimo. (...) O moçambicano é pobre. Eles [Renamo] falam da corrupção, mas para eles combaterem vão ter dificuldades também. Vão querer encher os bolsos [quando governarem]. (...) Muitos, o que tentam, é pedir que a Frelimo melhore. É preferível arriscar em mais uma experiência com a Frelimo do que arriscar mais dificuldades. (...) A Frelimo não vai abandonar de qualquer maneira o poder que ocupa há trinta anos.» (Entrevista 45/2004).

«Eles, Frelimo, se perderem [as eleições] podem fazer aquilo que... Eu tenho esta casa. Estou a alugar. Se me tirarem à força, posso estragar a luz, as torneiras, outras coisas, quando sair, porque não gostei de ser tirado. Eu não sei se eles [Frelimo] vão fazer isso caso perder. Isso não se sabe.» (Entrevista 52/2004).

«Optar pela Renamo é aceitar a desgraça. Muitos dos quadros da Renamo apareceram na Frelimo. Com esse tipo de 'deixa-andar', alguém na Frelimo dizia que ia corrigir, esses saíram para a Renamo. (...) Eles saíram da Frelimo para a Renamo porque já são problemáticos. Eles saíram. Se são pessoas já com problemas, como poderão mandar? Esse comportamento deles não vai mudar. Se eles aderiram à Renamo não é para melhorarem a vida da população, mas para procurar o lugar onde comer. É para ganhar para comer. A Renamo vai provocar desconfiança. (...) A Frelimo é um mal menor. A Frelimo tem uma parte positiva. É não criar a guerra. Estamos cientes que com eles não vamos mudar. Mas eles, pelo menos, não criam a guerra. É, por isso, preferível viver com o pai - a Frelimo é o nosso pai - do que com o padrasto. O pai sempre é melhor. Mesmo sendo mau, é pai.» (Entrevista 56/2004).

Nota 66

«Quando o país ganhou a independência, o próprio governo expulsou as pessoas qualificadas capazes de desenvolver o país. Iam aqueles quadros ensinar a nós. Não houve paciência de Machel para isso. E para formar pessoas tivemos de passar mal. As fábricas ficaram paradas. Um dos problemas foi esse. O país precisava de pessoas apropriadas para todos os sectores, para as indústrias, para as fábricas. Não se forma um técnico de hoje para hoje. Por isso, mais tarde, ele teve de mandar pessoas para formar no exterior. No Zimbabwe, quando o Mugabe entrou, não expulsou aqueles que estavam lá e o país ficou desenvolvido. Mas agora, quando tiraram aqueles, o Zimbabwe já está a passar mal.» (Entrevista 42/2004).

O pensamento social sobre o político em Moçambique
Estudo de caso da cidade de Tete

Nota 67

Transcrição dos excertos das entrevistas referentes aos riscos da chegada ao poder de uma elite política à procura de fortuna, com maior necessidade de acumular do que aqueles que governam e já são ricos

«Quando o governo mudar [para a Renamo] este país poderá voltar para o pior. Se ele [Dhlakama] ganha poderá ser pior. Entramos nas condições mais difíceis. (...) No partido dele, os pequenos dirigentes, esses que estão aqui nos bairros, aqui nas povoações, quando são dadas algumas coisas para dar à população, como madeiras e outras coisas, eles vendem. Se eles tiverem muito poder, o que será? Pelo menos estes que estão no poder [Frelimo] já beneficiaram, já acumularam, já estão saciados. Vão deixar alguma coisa para os pobres, como já têm o deles. (...) A mudança [do partido no poder] na Zâmbia estragou tudo. Quando saiu Kaunda, vieram estes novos e tudo ficou estragado. Eles até tinham de vir vender capulanas aqui em Moçambique para poder viver.» (Entrevista 27/2004).

«Para mim, vantagem ou desvantagem, se a Frelimo continuar [após as eleições de 2004] nós vamos continuar com esta vida [menos má]. Caso perder, teremos muitos problemas. Os que estão no poder vão querer encher os bolsos e deixar os cofres vazios e será difícil a Renamo recuperar. Pode conseguir, mas enquanto não conseguir, esse será um tempo de sofrimento. (...) Vai ser como a transição do tempo colonial. (...) A vantagem é ver se a vitória da Renamo trará ou não mudanças. (...) Penso que a questão dos quadros [da Renamo] não é importante. A Renamo tem quadros. Depois de mudar uma situação, estabilizar não vai ser fácil. Só que... como posso dizer... a Renamo tem quadros. São moçambicanos, bem formados. (...) Muita gente não vota na Renamo para não ter problemas. A população já sofreu, não quer sofrer duas vezes. Quer ter meios para manter o que tem ou melhorar.» (Entrevista 44/2004).

«O que muitos temem [de uma eventual vitória da Renamo em 2004], se [Dhlakama] dá ou não dá [para chefe de estado], é o medo de voltarmos ao sofrimento e provarmos outra vez piores dificuldades. Não é o país que conquista as simpatias externas, são os partidos. Eles conquistam essas simpatias em nome do povo, mas com eles à frente. A Frelimo [se perder] vai criar dificuldades onde há simpatias externas. Em termos de apoios, projectos, etc., etc. Eles conquistam simpatias em nome do povo, mas quando não forem eles [a governar] vão fechar, criar dificuldades. (...) Esse medo popular [de mudança] serve a Frelimo. (...) O moçambicano é pobre. Eles [Renamo] falam da corrupção, mas para eles combaterem vão ter dificuldades também. Vão querer encher os bolsos [quando governarem]. (...) Muitos, o que tentam, é pedir que a Frelimo melhore. É preferível arriscar em mais uma experiência com a Frelimo do que arriscar mais dificuldades. (...) A Frelimo não vai abandonar de qualquer maneira o poder que ocupa há trinta anos.» (Entrevista 45/2004).

«É possível que a transição [da Frelimo para a Renamo] seja complicada, se acontecer. Há directores que saíram das empresas que à saída gastaram tudo. Quem está no poder pode fazer isso, sem dúvida. Quem está no poder tem o direito de tudo. Isso aconteceu aqui no Malawi. Acontece noutros países. Quando saem [do poder] esbanjam toda a economia. No poder não há juízo. Não é só nas [altas] chefias [do estado]. Isso é próprio das democracias que dão poder a quem está em baixo. (...) Não vou dizer se ele [Dhlakama] é bom ou mau. Só posso classificar a ele depois de ele realizar acções. Até porque anteriormente Dhlakama berrava. Agora está calado porque está no poder. Está a ganhar, tem os seus benefícios. Nesse problema agora de Maringuè, ele não falou nada. Está lá em Maputo e ganha. Os descontentes são os colegas dele, os outros da Renamo que não têm benefícios. Esses é que fazem barulho. Para o estado dar-lhe alguma coisa, ele [Dhlakama] tem de estar calado. Mas ele não vai ganhar [as eleições]. Quem está no poder é sempre quem vai ganhar. Tem todas as possibilidades de arranjar maneira de vencer.» (Entrevista 48/2004).

Nota 68

Transcrição de excerto de entrevista referente à importância atribuída à alternância no poder

«A lei mãe diz assim: governar não é casamento. Até hoje a Frelimo está há 29 anos. Eu pergunto: se não fez até agora, há-de fazer se continuar mais cinco, mais dez anos? O que está em causa é o partido descansar e ver o outro como vai falhar. (...) A Frelimo não entrou com quadros. O governo colonial foi expulso, por isso os quadros da Frelimo roubaram desta maneira. Ele é que podiam tudo. Se a Renamo levar o poder, a Frelimo está aí. Não vai embora como o colono. Fica cá. Esses serão os inspectores, vigilantes, professores, de quem está a trabalhar. Eles têm experiência a roubar e vão saber dizer 'Não, não se rouba aí!' Eles já sabem como se faz! A Renamo não vai expulsar os quadros, os funcionários. São os mesmos. Aqui não se confunde o governo com o estado. Se mostrarem boa vontade, esses quadros podem ser ministros [da Renamo]. (...) A Frelimo está aqui, Chissano está aqui, porque

Anexo da V Parte
Excertos de discursos sobre o período pós-colonial

não podemos deixar Dhlakama governar? (...) Essa transição não será pacífica. O socialismo e o comunismo para sair é um caso sério. Nunca a Frelimo vai deixar entrar outro partido. (...) A própria Frelimo fala isso. Nem daqui a cem anos há-de deixar o poder. Mas nós não vamos aceitar que o outro seja da oposição vinte anos. Se o outro falhar não é uma honra para a Frelimo voltar a entrar? (...) Seria um orgulho os seniores da Frelimo serem conselheiros de outros partidos. Guebuza falou agora, aí em Nampula: 'O governo foi sempre o meu desejo. Eu hei-de governar a todo o custo! O que é isso? Têm de deixar os filhos governar. Será que o povo há-de ter poder? Até hoje nós não sabemos o que há-de ser de Moçambique. Agora, o outro [Dhlakama] diz: 'Estou cansado de estar na oposição! Qual será o nosso papel? Se Chissano fosse mesmo um cidadão de paz, ele teria aceite no princípio um governo de unidade nacional. Isso poderia ter garantido a nossa democracia. Eles eram obrigados a ser amigos, a conviver entre ministros. (...) Aqui quando um funcionário é da Frelimo orgulha-se muito. Ele seria o pai da paz se tivesse feito um governo de unidade nacional. Não há aqui grandes esperanças.» (Entrevista 51/2004).

CURRICULUM VITAE

Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro

- Morada: Rua Caetano Maria Batalha, nº 5, 3º Direito, 2800-040 ALMADA
- Telefones: 212766321 / 966500550
- E-mail: *mitharibeiro@gmail.com*
- Docente do ensino secundário e investigador do Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Lisboa)

FORMAÇÃO ACADÉMICA

- **Mestre em Estudos Africanos** – ISCTE, 2000, Lisboa. O tema da dissertação de mestrado foi: *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*, trabalho orientado pelo Prof. Doutor João Gomes Cravinho.
- **Frequência do Mestrado em História Contemporânea** – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993-1994.
- **Licenciatura em História** – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, com conclusão da profissionalização para a docência no ensino secundário em 1993.

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

- **Docente da disciplina de História** do ensino secundário em Portugal desde o ano lectivo de 1991-1992.

DOMÍNIO DE INVESTIGAÇÃO

- Estudos Africanos.

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

- Pensamento social contemporâneo sobre o político em Moçambique.

PROJECTOS DE PESQUISA

- *A reconstituição dos espaços políticos na África Lusófona*, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa, 2001-2005, dirigido pelo Prof. Doutor Franz-Wilhem Heimer.
- *Dinâmicas sociais na estruturação dos espaços políticos em contextos rurais africanos*, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa, 2005-2008, dirigido pelo Prof. Doutor Fernando Florêncio.

PUBLICAÇÕES NA ÁREA DOS ESTUDOS AFRICANOS

Livro

- *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política* (2000), Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa, Colecção Teses – N° 1, 191 páginas (versão revista da dissertação de mestrado).

Artigos

- «**Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique**» (2005), co-autoria com Franz-Wilhelm Heimer & Elisete Marques da Silva, *Africana Studia*, 8, pp.11-38 (versão inglesa, ligeiramente revista: “Social representations, values and attitudes towards politics in Angola and Mozambique”, in: P. Molt & H. Dickow (orgs), *Kulturen und Konflikte im Vergleich/Comparing Cultures and Conflicts: Festschrift für Theodor Hanf*, Baden-Baden: Nomos, 2007, pp.492-512).
- «**Democracia em Moçambique: as sombras do passado**» (2005), *Atlântico: Revista de ideias e debate*, ano 1, nº2 (Maio 2005), pp.18-19.
- «**Em torno da cultura política dos moçambicanos**» (2002), *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa (Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. I, pp.81-83.
- «**Xiconhoca: o esquecido mito anti-revolucionário moçambicano 22 anos depois da sua criação a 25 de Julho de 1976**» (1998), *África Hoje. Política, Economia e Cultura* (revista mensal), publicação em duas partes do artigo intitulado, Ano XIV, Maio de 1998, nº117; e Junho de 1998, nº118.

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NA ÁREA DOS ESTUDOS AFRICANOS

- **29.11.2006 (Luanda)** – «Representações sociais do estado em Moçambique», Mesa 3, Painel 21 “Direito, Democracia e Transformação Social”, *IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais e os Desafios nas Sociedades em Desenvolvimento*, Luanda, 28 a 30 de Novembro de 2006.

- **18.01.2006 (Coimbra)** – «Representações sociais sobre a política em Moçambique: Hipóteses de investigação empírica», *I Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais 2005-2006*, Centro de Estudos Sociais (CES), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- **22.09.2005 (Maputo)** – «O pensamento social referenciado ao espaço político nacional em Moçambique», Ciclo de conferências de apresentação do projecto *Recomposições contemporâneas dos espaços políticos na África Lusófona*, Hotel Avenida (Maputo), 20 a 22 de Setembro de 2005, Fundação Friedrich Ebert (Maputo)/Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)/Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Lisboa).
- **01.07.2005 (Londres)** – «Social representations of the state in Mozambique», *First European Conference on African Studies*, Londres, 29.06.2005-02.07.2005, School of Oriental and African Studies (SOAS) & Institute of Commonwealth Studies (ICS), org. Africa-Europe Groupe for Interdisciplinary Studies (AEGIS).
- **15.02.2005 (Lisboa)** – «A dimensão política do pensamento social – Estudo de caso sobre a cidade de Tete (Moçambique)», Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE - Lisboa), ciclo de conferências e debates, Grupo de Estudos sobre a Política em África, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, coord. Prof. Doutor Fernando Florêncio.
- **18.09.2004 (Coimbra)** – «As representações sociais sobre o estado em Moçambique», Grupo de Discussão 5 «A recomposição dos espaços políticos na África Lusófona», VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais *A questão social no novo milénio*, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
- **12.05.2004 (Lisboa)** – «Cultura política em África», Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE - Lisboa), ciclo de conferências e debates, Grupo de Estudos sobre a Política em África, Centro de Estudos Africanos/ISCTE, coord. Prof. Doutor Franz-Wilhelm Heimer.
- **28.05.2003 (Lisboa)** – «Cultura política em Moçambique», Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE - Lisboa), seminário *Constituição e Reconstituição dos Espaços Políticos na África Lusófona*.

- **07.09.2000 (Porto)** – «Em torno da cultura política dos moçambicanos», *VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 5 a 9 de Setembro de 2000, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E CÍVICA

PUBLICAÇÕES NA ÁREA DO ENSINO/EDUCAÇÃO

Livros

- *A lógica dos burros. O lado negro das políticas educativas* (2007), Lisboa, Publicações Europa-América, 190 páginas.
- *A pedagogia da avestruz. Testemunho de um professor* (1ª ed. Julho/2003; 2ª ed. Abril/2004), Lisboa, Gradiva, 158 páginas.

Artigos

- «**Abrir uma frente política**» (2008), Lisboa, *Jornal de Letras/Educação*, 10.09.2008, p.1.
- «**Ouagadougou**» (2008), Cartas ao Director, *Público*, 19.02.2008, p.42.
- «**Mi(ni)stério da (des)Educação**» (2007), *Jornal de Letras/Educação*, 21.11.2007, pp.4-5.
- «**No poupar é que está o ganho**» (2007), Cartas ao Director, *Público*, 04.02.2007, p.6.
- «**Candidaturas dos professores**» (2007), Cartas ao Director, *Público*, 28.01.2007, p.8.
- «**A ministra-imprensa**» (2006), *Pontos nos ii: Revista mensal de política educativa* (distribuída com o jornal *Público*), ano 1, nº11, Novembro de 2006, pp. 44-45.
- «**Carta aberta à ministra da Educação**» (2006), Cartas ao Director, *Público*, 31.10.2006, p.5.
- «**As mentiras de sempre**» (2006), *Jornal de Letras/Educação*, 25.10.2006, p.2.
- «**Lembram-se do monstro?**» (2006), Cartas ao Director, *Público*, 04.10.2006.

- «**Bendito abandono escolar!**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº10, Outubro de 2006, pp. 44-45.
- «**O crash parlamentar**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº9, Setembro de 2006, pp. 44-45.
- «**Objecção a formadores de opinião pública**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº8, Agosto de 2006, pp. 47-48.
- «**Exame de estado à ministra da educação e secretários de estado**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº7, Julho de 2006, pp. 44-45.
- «**A importância do fruto proibido**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº6, Junho de 2006, pp. 44-45.
- «**“Causas Nobres” de Vasco Pulido Valente**» (2006), Cartas ao Director, *Público* a 23.05.2006.
- «**Colocar a indisciplina no centro do debate público**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº5, Maio de 2006, pp. 44-45.
- «**Filhos de Kafka**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº4, Abril de 2006, pp. 44-45.
- «**Como criar um elefante branco em 90 minutos**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº3, Março de 2006, pp. 44-45.
- «**Navegando à vista**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº2, Fevereiro de 2006, pp. 44-45.
- «**A culpa dos políticos**» (2006), *Pontos nos ii...*, ano 1, nº1, Janeiro de 2006, pp. 44-45.
- «**Escola: a violência do rolo compressor**» (2005), *Atlântico: Revista de ideias e debate*, ano 1, nº8 (Novembro 2005), pp. 45 e 47.
- «**A crise das humanidades**» (2005), Cartas ao Director, *Público*, 27.10.2005.
- «**Ensino e democracia: colossal embuste**» (2005), *Atlântico...*, ano 1, nº4 (Julho 2005), pp. 6-12.
- «**Oportunidades perdidas**» (2005), *Jornal de Letras/Educação*, 11.05.2005.
- «**Escola, família e comunidade: meias verdades**» (2005), *Jornal de Letras/Educação*, 13.04.2005.
- «**Ensino: uma questão política enredada num absurdo científico**» (2005), *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, nº 96 (Janeiro-Março 2005), pp. 21-25.

- «**Mostrengo**» (2005), *A Capital*, 23.01.2005.
- «**A leveza da política**» (2005), *Jornal de Letras/Educação*, 19.01.2005.
- «**O grande equívoco**» (2005), *A Capital*, 16.01.2005.
- «**Recuperar as aulas expositivas**» (2004), *Jornal de Letras/Educação*, 24.11.2004.
- «**Referendar os exames nacionais**» (2004), *O Independente*, 05.11.2004.
- «**Um sistema grotesco**» (2004), *Jornal de Letras/Educação*, 15.09.2004.
- «**O primado da pedagogice**» (2004), *Jornal de Letras/Educação*, 21.01.2004.
- «**Dogmas do desastre do ensino**» (2003), *Público*, 30.12.2003.
- «**Manifesto anti-sistema**» (2003), *Público*, 12.10.2003.
- «**Doenças crónicas do ensino I e II**» (1998), *Semanário*, 21.02.1998 e 28.02.1998.

CONFERÊNCIAS PROFERIDAS NA ÁREA DO ENSINO/EDUCAÇÃO

- **20.02.2008 (Castelo Branco)** – «Desastre educativo: o preço da inocência», Escola Básica 2-3 Cidade de Castelo Branco.
- **22.01.2008 (S. João da Madeira)** – «*A lógica dos burros – o lado negro das políticas educativas*», Escola Secundária Oliveira Júnior (S. João da Madeira).
- **06.12.2006 (Alcochete)** – «Vivências de indisciplina na escola», *Alterações ao E.C.D. e problemáticas docentes*, seminário organizado pela Associação Sindical Pró-Ordem dos Professores, Auditório da Escola Secundária de Alcochete.
- **24.05.2006 (Faro)** – «Comportamentos como condição de sucesso no ensino», Auditório da Escola Secundária Tomás Cabreira, Faro, seminário sobre o tema organizado pela Biblioteca Escolar dessa mesma instituição.
- **17.05.2006 (Coimbra)** – «Comportamentos dos alunos», *Construção do sucesso na Matemática*, conferência organizada pelo Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- **11.05.2006 (Montijo)** – «Comportamentos como condição do sucesso», seminário *Que professores? Que alunos? A importância da comunicação e da consciência nas nossas vidas...*, Associação Sindical Pró-Ordem dos Professores, Auditório Casa do Ambiente do Montijo.

- **12.07.2005 (Coimbra)** – «A escola e a violência do rolo compressor», *II Seminário Educar Para a Informação Vocacional – Escola e Família: Parceiros na Informação Vocacional*, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- **22.06.2005 (Coimbra)** – *Debate É urgente repor os exames no ensino básico e secundário*, Auditório do Departamento de Química da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra/Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL).
- **06.05.2005 (Faro)** – «Ser professor(a): a dignidade recusada», Escola Secundária de Tomás Cabreira (Faro), Jornada Pedagógica *A situação do ensino em Portugal*, Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL).
- **18.10.2004 (Porto)** – «Ensino: uma questão política enredada num absurdo científico», Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, *Fórum Ciência – Por uma cultura científica em Portugal*, 18 e 19 de Outubro de 2004.
- **26.05.2004 (Barreiro)** – «Indisciplina: reequacionar a relação professor/aluno», Biblioteca Municipal do Barreiro, seminário sobre a indisciplina nas escolas, Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem.
- **26.03.2004 (Camarate)** – «Indisciplina: reequacionar a relação professor/aluno», Escola Secundária de Camarate, Sessão *A indisciplina – Reflexão sobre a situação actual*, Núcleo de Estágio de Educação Física da Faculdade de Motricidade Humana.
- **18.03.2004 (Setúbal)** – «A pedagogia da avestruz», Escola Superior de Educação de Setúbal.
- **16.12.2003 (Lisboa)** – «A pedagogia da avestruz», Universidade Lusófona, Lisboa.
- **03.12.2003 (Oliveira do Hospital)** – «A pedagogia da avestruz», Escola Secundária de Oliveira do Hospital.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Entrevistas concedidas e participação em debates na comunicação social, quer na área dos estudos africanos, quer na área do ensino (jornais, revistas, rádios, televisões e blogosfera).

Subscrevo-me,

Almada, Outubro de 2008

Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro

